

José Ferreira Borges

Política e Economia

José Henrique Rodrigues Dias



DP DIA 7 h

7-8

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

CENTRO DE HISTÓRIA DA CULTURA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

PUBLICAÇÕES EM CIRCULAÇÃO (LIVROS OU ARTIGOS):

1. J. S. da Silva Dias:
 - a) *Pombalismo e Teoria Política*, 1982;
 - b) *Pombalismo e Projecto Político*, 1983-1984;
 - c) *O Cânone Filosófico Conimbricense (1592-1606)*, 1985.
2. João F. de Almeida Policarpo, *Deveres de Estado e pensamento social n.º «A Palavra». Uma interpretação*, 1982; *Os Círculos Católicos de Operários. Sentido e fontes de inspiração*, 1986.
3. Maria Luísa Braga, *A Inquisição na época de D. Nuno da Cunha de Ataíde e Melo (1707-1750)*, 1982-1983; *A polémica dos Terramotos em Portugal*, 1986.
4. Mário Sotto Mayor Cardia, *O pensamento filosófico do jovem Sérgio*, 1982.
5. Fernando Gil, *Um caso de inovação conceptual. A formação da teoria kantiana do espaço (1746-1768)*, 1983.
6. Manuel Maria Carrilho, *O empirismo analítico de Condillac*, 1983; *A «Ideologia» e a transmissão dos saberes*, 1986.
7. Piedade Braga Santos, *Actividade da Real Mesa Censória. Uma sondagem* (1983).
8. João Sáágua, *O problema do fundamento nas «Investigações Lógicas» de Husserl*, 1983.
9. Graça Silva Dias, *O Pré-Deísmo. Esboço de uma interpretação*, 1983.
10. João Paulo Monteiro, *Ideologia e economia em Hobbes*, 1984.
11. José Esteves Pereira, *Kant e a «Resposta à pergunta: o que são as Luzes?»*, 1984; *Pensamento filosófico em Portugal. Conhecimento, Razão e Valores nos séculos XVIII e XIX*, 1986.
12. Luís Filipe Barreto, *O tratado da esfera de D. João de Castro*, 1984; *Introdução à sabedoria do Mar*, 1986.
13. Maria Luisa Couto Soares, *A linguagem como método nas Prelações Filosóficas de Silvestre Pinheiro Ferreira*, 1984.
14. Ana Maria P. Ferreira, *«Mare Clausum, Mare Liberum». Dimensão doutrinal de um foco de tensões políticas*, 1984.
15. Diogo Pires Aurélio, *O «Mos Geometricus» de Thomas Hobbes*, 1985; *A racionalidade do possível, de S. Tomás a Leibniz*, 1986.
16. António Marques, *A teoria da causalidade na terceira crítica de Kant*, 1986.
17. Zília Osório de Castro, *Constitucionalismo Vintista. Antecedentes e pressupostos*, 1986.
18. Maria Ivone de Ornellas de Andrade, *Razão e Maioridade. Séculos XVII e XVIII*, 1985; *Sete reflexões sobre o Marinheiro*, 1986.

PUBLICAÇÕES IMINENTES (1988):

1. Maria de Fátima Nunes, *O Liberalismo em Portugal. Ideários e Ciências. O Universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. 1 volume de 320 pp.
2. José Henrique R. Dias, *José Ferreira Borges. Política e Economia*. 1 volume de 480 pp.
3. Ana Maria Ferreira Pina, *De Rousseau ao Imaginário da «revolução» no discurso constitucional das cortes de 1820-1822*. 1 volume de 160 pp.
4. Maria Benedita Cardoso Câmara, *Francisco Soares Franco no período de 1804-1823. O pensamento crítico*. 1 volume de 380 pp. (previstas).
5. Zília Osório de Castro, *História Cultural e Política de um Vintista, Manuel Borges Carneiro*. 2 volumes, no total de 800 pp. (previstas).

PUBLICAÇÕES PRONTAS PARA O PRELO (1989):

1. J. F. de Almeida Policarpo, *O pensamento social do grupo católico de «A Palavra» (1872-1913)*. 2 volumes de 600 pp. (previstas).
2. José A. Santos Alves, *Ideologia e Política na Imprensa do Exílio. «O Portuguez» (1814-1826)*. 1 volume de 320 pp. (previstas).
3. João Pedro Rosa Ferreira, *O Jornalismo na Emigração. Ideologia e Política no «Correio Brasileiro» (1808-1822)*. 1 volume de 400 pp. (previstas).
4. José S. da Silva Dias, *O (novo) Erasmismo e a Inquisição em Portugal no século XVI*, 2 volumes, no total de 700 pp. (previstas); *A Inquisição e os textos pedagógicos de Erasmo*. 1 volume de 120 pp. (previstas).
5. Graça Silva Dias, *Do deísmo ao teísmo: José Anastácio da Cunha e o seu círculo*. 1 volume de cerca de 550 pp. (previstas).
6. Júlio J. da Costa Rodrigues da Silva, *Teses em confronto nas Cortes Constituintes de 1837-1838*. 1 volume de 350 pp. (previstas).

JOSÉ FERREIRA BORGES

POLÍTICA E ECONOMIA

TÍTULO

JOSÉ FERREIRA BORGES — Política e Economia

1.^a edição em português: Setembro de 1988

Série — Cultura Moderna e Contemporânea

AUTOR

José Henrique Rodrigues Dias

EDIÇÃO

Tiragem: 1000 exemplares

Instituto Nacional de Investigação Científica

Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa

CAPA

Arranjo gráfico de Mário Vaz

Segundo uma gravura da época

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Guerra — Viseu

Contribuinte n.º 500 295 697

DISTRIBUIÇÃO

IMPRENSA NACIONAL — CASA DA MOEDA

R. Marquês de Sá da Bandeira, 16 — 1000 Lisboa

Depósito legal n.º 19717

Copyright © José Henrique Rodrigues Dias

TRABALHO PREPARADO NO CENTRO DE HISTÓRIA
DA CULTURA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA.
DIRECÇÃO CIENTÍFICA DO PROF. J. S. DA SILVA DIAS



Jose Ferreira Borges.

Cultura Moderna e Contemporânea - 2

José Ferreira Borges

Política e Economia

José Henrique Rodrigues Dias



Instituto Nacional de Investigação Científica

Centro de História da Cultura
da Universidade Nova de Lisboa

1988

À MEMÓRIA DE MEUS PAIS,
PARA O NUNO, GUIDA E ANDRÉ.

PREFÁCIO

O trabalho que ora publicamos começou por ser uma dissertação de mestrado em História Cultural e Política, apresentada a juízo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Apreciado por um júri constituído pelo Professor Doutor José Sebastião da Silva Dias, que foi nosso orientador científico, Professor Doutor José Esteves Pereira, estes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e pelo Professor Doutor Manuel Augusto Rodrigues, da Faculdade de Letras de Coimbra, recolheu do mesmo júri aprovação com a classificação de Muito Bom.

Posteriormente, foi o trabalho alargado, consideradas as críticas e sugestões daquele júri. Cumpre-nos agradecer desde já, e sobremaneira, a sábia orientação do Prof. Silva Dias, no âmbito dos trabalhos de investigação no Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, a que pertencemos. Agradecemos em especial a vasta e inédita documentação que nos facultou o melhor estudo dos antecedentes da Carta Constitucional.

A solicitude com que sempre nos acolheu, os conselhos que nos prodigalizou, o rigor e a isenção científica que caracterizam o seu magistério, ficam-nos como exemplo e espelham o universitário em permanente recusa de encapsulamentos científicos e inquinadas tramas ideológicas ou políticas.

Como tal, não podemos deixar de reiterar a nossa funda gratidão ao Prof. Silva Dias, ao Mestre e ao Amigo, por quanto lhe devemos por esse duplo magistério, o Científico e o da Amizade.

Agradecimentos são ainda devidos ao Prof. Esteves Pereira, pela sua disponibilidade e por algumas espécies que nos facultou, entre elas alguns dos seus trabalhos que só posteriormente veio a publicar.

Gratos ficamos igualmente ao Instituto Nacional de Investigação Científica por nos proporcionar a presente edição, e deixamos uma pala-

PREFÁCIO

vra de reconhecimento aos nossos colegas do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa pelas pontuais ajudas em tarefas de investigação, que sempre tivemos de conciliar com as absorventes obrigações da docência universitária.

Por último à Maria Ermelinda, a quem este trabalho obrigou a inenarráveis sacrifícios na nossa vida familiar, pelo estímulo e ajuda em tantas e tão árduas tarefas, a minha profunda gratidão.

Lisboa, Abril de 1987

ESCLARECIMENTO

1. Além das usuais, utilizámos ainda as seguintes abreviaturas:

A.A.C.P. — Arquivo da Associação Comercial do Porto

A.C.P. — Associação Comercial do Porto

A.H.N.M. — Arquivo Histórico Nacional de Madrid

A.N.T.T. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo

A.U.C. — Arquivo da Universidade de Coimbra

B.G.U.C. — Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

B.N.L. — Biblioteca Nacional de Lisboa

I.H.T.I. — Instituto de História e Teoria das Ideias

M.N.E. — Ministério dos Negócios Estrangeiros

2. Abreviámos ainda alguns títulos de obras, quando imediatamente precedidas da referência completa.

3. Nas transcrições actualizámos a ortografia e em alguns casos a pontuação das fontes impressas.

INTRODUÇÃO

Foi no transcurso da primeira e da segunda décadas do século XVIII que Portugal despertou para as novas propostas do pensamento moderno.

Dir-se-á que esse despertar terá sido marcado pela timidez e realizado à margem das austeras bancas das escolas jesuítas, surpreso e deslumbrado abrir de olhos para as novas teses semeadas ou já em esplendorosa floração por toda a Europa, em resultado, mais do que tudo, do racionalismo cartesiano e do experimentalismo de Francis Bacon.

Talvez que o mais significativo abalar do pensamento escolástico tenha passado pela aceitação de que o fenómeno religioso devia ser examinado à luz da dúvida metódica e que os homens, conhecedores das leis do universo, poderiam enfim disciplinar as forças da natureza, colocando-as ao serviço da Humanidade, pois o racionalismo, como se afirmava, permitiria um dia conhecer tudo.

Grandes e decisivas etapas da Ciência irão ser percorridas. As descobertas de Galileu, a noção de gravitação universal desenvolvida por Hagens e Newton, a circulação do sangue demonstrada por Harvey, o cálculo de probabilidades aperfeiçoado por Pascal e Fermat, a existência do infinitamente pequeno revelado de forma surpreendente pelo telescópio e pelo microscópio, são marcos que se sobrepõem ao velho edifício ideológico alicerçado nos textos sagrados como em Aristóteles, que definitivamente o abalam ou mesmo abatem.

Galileu e Copérnico explicam então que a Terra não era o centro do universo. Buffon, na sua *História Natural*, contribuiu de forma decisiva para esse gigantesco empreendimento que foi, dia após dia, o desmoronar da autoridade assente na tradição, ao desenvolver a ideia de que as coisas são relativas e os fenómenos naturais contingentes.

Não bastavam os enunciados teóricos de tão vasto campo de ideias; era imperativo encontrar-lhes o indispensável complemento no plano político.

À autoridade, arbítrio e interesses do Estado, o sistema cartesiano vinha agora opôr razão, lógica e justiça.

A inteligência burguesa, integrada no espaço e no tempo e voltada naturalmente para os interesses de classe, de forma sistemática ia construindo e organizando os seus valores independentemente do próprio sistema de relações históricas a que pertencia.

Os novos teóricos, ao sustentarem que o Homem, com uma actividade conforme com a sua natureza, mais não faz que prevenir a sua própria defesa numa incessante busca da Felicidade Geral, outra coisa não faziam do que afirmar em última análise que a razão burguesa tinha os seus pilares na segurança e prosperidade, explicando-se assim a sua própria conservação.

Como força dinâmica do corpo político vamos, em conformidade com tais fundamentos, encontrar os homens, não obstante a soberania ser resultado da participação ou representação das suas vontades — princípio com que se procurava dar legitimidade ao Absolutismo Esclarecido.

O direito natural prescrevia direitos e deveres cujo sentido concorria para a noção última do autoaperfeiçoamento, fosse individual ou de grupo, o que se poderia alcançar se toda a sociedade fosse attingida pelo sistema de valores burgueses.

Felicidade individual e felicidade colectiva não se opõem ou incompatibilizam, pois a virtude, ao apresentar-se como um bem de justa fruição, contém em si mesma a essência da felicidade geral, pelo que se define como fonte de entendimento social.

Por seu lado a religião passa a ser examinada através de uma óptica mais pessoal e mais universal, o que retira valor ao Dogma.

Não surpreende, por conseguinte, que sucessivamente se abalem as estruturas eclesiásticas, em progressiva quebra de valor, resolvendo-se o fenómeno religioso em conceito de religião natural, tendo como suporte Deus, o Ser Supremo, que não se confunde mais com as manifestações de todo o culto.

O primado da lei, por outro lado, torna-se o elemento catalizador duma nova química social que opera a transformação das coisas

em bens, sendo através da legalidade que a propriedade ou domínio ganha nova dimensão, o estatuto de qualidade moral.

A essência da propriedade e o valor dos novos senhores aparecem, assim, definidos mais pela aquisição «justa» que pela transmissão hereditária, o que se pode traduzir mais simplesmente pela ideia de que ao princípio dos direitos inatos da nobreza parasitária se vinha substituir o reino das classes activas, as que eram as efectivas geradoras da riqueza.

Tal ideia, de resto, vinha já de tempos recuados. Em 1670, no seu *Tratado Teológico-Político*, Spinoza havia criticado o absolutismo monárquico, e vinte anos mais tarde, Locke, no *Tratado do Governo Civil*, opunha, à teoria do governo de direito divino, a do contrato entre o povo e o soberano.

A compasso, as doutrinas económicas procuram conciliar-se com o pensamento dominante e responder ainda às necessidades que determinaram o seu próprio nascimento, isto é, resolvem-se no ponto de tangência do todo ideológico com as motivações de ordem sociológica.

O mercantilismo foi resposta a prazo para as necessidades da burguesia decorrentes sobremaneira da nova dinâmica comercial emergente dos Descobrimentos.

Por outro lado o fisiocratismo irmanado com a ordem natural era portador daquele liberalismo que percorreu a estrada larga de Locke a Adam Smith, e neste último convergiram definitivamente liberdade e pensamento económico, ao reconhecer como característica cardinal do Homem a sua acção, através da qual se operam as transformações que conduzem à felicidade geral.

Entre nós, todo esse caminho de renovação do pensamento e da transformação cultural começa por se esboçar, em primeira instância, com o grupo ericeirense, e, depois, de uma forma mais alargada e também mais persistente, com o grupo dos chamados «estrangeirados», gente que nas escolas e bibliotecas da Europa vai assimilando a ciência do exacto e do demonstrável, impregnando-se ao mesmo tempo de todo um corpo teórico em que predominavam as propostas filosóficas, entre outros, de Pufendorf e Wolf.

Ainda que o seu aparecimento tenha sido tímido, a instilação das «novas ideias» acaba por surpreender de maneira assaz inquietante o magistério jesuítico, que vai sofrer um significativo abalo com a publicação do *Verdadeiro Método de Estudar* que, em 1746, encontra

já um escol de intelectuais»¹, e que vem a consagrar-se como obra que «pela intensidade e amplitude das reacções provocadas, abriu o debate frontal e definitivo sobre a cultura e a filosofia tradicionais, no seu todo de métodos pedagógicos e científicos, de doutrinas e sistemas de problemas e conhecimentos»².

Temos, por tal via, introduzido entre nós o corpo teórico das novas propostas da filosofia europeia, pois «o iluminismo político-social de Vernei, carregado de prevenções contra as ideias e instituições do passado, como a escolástica, o feudalismo e a aristocracia hereditária, é um reflexo insofismável do ambiente ideológico do século XVIII»³ ambiente esse que foi alargando horizontes à luz das obras de Locke e Hobbes, dos enciclopedistas e de quantos, com o seu pensamento inovador, semearam a mãos cheias todo o aparelho doutrinário que antecedeu a «Revolução».

Estas obras vão sendo introduzidas entre nós pela vocação transgressora e clandestina de livreiros que, desse modo, respondiam à insaciável avidez cultural dos escolares portugueses, circulando à revelia da voragem censória do Tribunal para o efeito criado em Abril de 1768.

Esse novo espírito está bem patente na fundação da Academia Real das Ciências (1779) e transparece na acção de homens como Correia da Serra, Lafões, Brotero, Anastácio da Cunha, Ribeiro dos Santos e outros mais, como de resto já iluminara a decisão de reforma da Universidade (1772), preconizada, de resto, no *Verdadeiro Método*.

Assiste-se, então, à criação de novas escolas e à reorganização de outras, renovam-se «curricula» introduzindo novas cadeiras, e para a sua regência chamam-se novos mestres, homens que vêm aplicar e desenvolver novos métodos e difundir nova filosofia, o que no seu todo implicava a instalação de novos instrumentos de pesquisa e núcleos de investigação, de que são exemplo o *Horto Botânico*, o *Museu de História Natural*, o *Teatro de Filosofia Experimental* e o *Teatro Anatómico*.

¹ Cfr. JOSÉ SEBASTIÃO DA SILVA DIAS, *Portugal e a Cultura Europeia*, pp. 99 ss. e 184 ss.

² *Idem*, *O eclectismo em Portugal no Séc. XVIII. Génese e destino de uma atitude filosófica*, in *Revista de Pedagogia*, Coimbra, 1972, p. 12.

³ *Idem*, *Portugal e a Cultura Europeia*, p. 195.

Entre as alterações mais significativas aparecem os novos planos de estudo das faculdades de Direito, Teologia e Medicina e a criação das faculdades de Matemática e Filosofia, com o alargamento do ensino das ciências dos números e do pensamento aos primeiros anos de outros cursos.

Por seu turno, os cursos de Cânones e Direito Civil passam a ter uma estrutura conjunta nos dois primeiros anos.

O Direito Canónico perdera sentido face aos novos princípios jurídicos que, sustentados pelo primado da Razão e dimensionados pelo rigor científico, vinham legitimar a política da época, ao mesmo tempo que subvertiam a sociedade existente, pelo novo papel que ao indivíduo era conferido no quadro social.

Esses princípios definiam e justificavam uma estratificação social que surgia, assim, assente em critérios substancialmente diferentes dos critérios tradicionais, que não só impunham como legitimavam, em última análise, o individualismo burguês teorizado no magistério pufendorfiano e wolfiano.

As suas propostas submetiam a novas análises a sociedade, o indivíduo e o Estado, convertendo ao racionalismo todos os princípios jurídicos, o que equivalia a varrer da escola coimbrã a «ciência» que de forma acrítica os mestres jesuítas haviam imposto a sucessivas gerações.

A inserção do jusnaturalismo e do direito pátrio, como o sentido historicista que se perspectiva no ensino das ciências jurídicas, explicam a aceitação do Direito das Gentes como fundamentação da política oficial.

Ora o jusnaturalismo é elemento de primordial importância no património genético do nosso pré-liberalismo, como se observa de forma clarividente na polémica que por finais de setecentos opôs António Ribeiro dos Santos a Pascoal de Melo Freire dos Reis a propósito do plano do Novo Código de direito público em Portugal⁴.

Se ao primeiro vinténio do século XVIII, como afirmámos, corresponde a tímida penetração entre nós do novo espírito difundido

⁴ Cfr. JOSÉ ESTEVES PEREIRA, *O Pensamento Político em Portugal no século XVIII* — ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1983, parte IV.

na Europa, já os últimos anos desse século nos surgem eivados de um clima ideológico outro, que ultrapassava as prelecções dos lentes nas aulas da velha universidade.

Fillangeri, Vattel, Helvécio, Montesquieu, Rousseau e Condillac passam a ser avidamente lidos dentro e fora da escola, circulam de mão em mão entre as gerações estudantis (em grande parte produto novo de uma prosperidade surgida da activação do comércio e das manufacturas), que reconheciam nas doutrinas revolucionárias a desejada resposta às suas aspirações de classe.

Porém, esses novos instrumentos culturais não podiam resistir apenas como um corpo teórico, afastado das realidades do quotidiano português.

Havia que confrontar, discernir, aplicar às estruturas da nossa sociedade os princípios enunciados pelos novos doutrinadores, princípios esses que sulcavam o terreno ubérrimo em que se transformaram as discussões que passaram a absorver a intelectualidade portuguesa.

Essa indispensável resposta prática surgia corporizada, ainda que de forma um tanto vacilante, na Academia das Ciências, onde se movimentam formações e tendências diversas, porém todas elas norteadas pelo desejo de transformação da sociedade portuguesa.

Nas *Memórias Económicas*, vamos encontrar uma orientação reformadora de tendência marcadamente fisiocrática, com a agricultura em lugar de especial destaque.

O estado de ruína a que havia chegado a nossa agricultura é atentamente descrito e estudado nos textos dos académicos.

Quando Carvalho e Melo, em 1756, foi nomeado Secretário dos Negócios do Reino, o equilíbrio da nossa balança económica era bem pouco animador.

Confrontado com a situação, o determinado Ministro de D. José toma medidas que se vão reflectir especial e negativamente sobre o sector agrícola, pois a sua formação colbertiana leva-o a minimizar a importância da agricultura em benefício do crescimento industrial e da protecção dos monopólios.

Durante a sua administração os velhos sistemas de exploração agrícola não passam por alterações dignas de registo; a sua acção, em tal sector, acabou por centrar-se apenas na cultura da vinha.

É certo que a viticultura avançou para significativos valores de produção, proporcionando bons lucros ao país⁵.

O consulado pombalino se não corresponde a um período de grande prosperidade do nosso povo, também não deixou de ser uma época de esperança e desenvolvimento, esperança e desenvolvimento esses que os acontecimentos históricos que se seguiram à morte de D. José acabaram por ilaquear.

O que se passou no reinado seguinte, com Pombal em desgraça, no período conhecido por «A Viradeira», não visaria pôr de parte o esforço económico empreendido por Carvalho e Melo; porém, os acontecimentos políticos que envolviam a Europa acabariam por se reflectir entre nós, pelo que em poucos anos acabou pulverizado o frágil desenvolvimento português.

Com a entrada dos franceses através das nossas fronteiras, a consequente saída da família real para o Brasil e a guerra que se tem de travar frente às sucessivas invasões, era inevitável a paralisia de toda a actividade económica.

Por um lado, faltavam os braços na lavoura, obrigados que foram a trocar as enxadas pelas escopetas que se opunham às poderosas hostes napoleónicas; por outro, as tropas francesas, no seu avanço, foram destruindo as poucas fábricas e bloquearam o nosso comércio com o exterior.

É certo que os primeiros indícios da crise económica são anteriores às invasões, coincidindo com o aparecimento dos produtos industriais britânicos a preços que podiam suportar qualquer concorrência, mas menos certo não é o facto de um quadro de destruição e miséria ir ficando como resultado do pânico, dos incêndios e do saque.

Logo que se desencadeou o conflito armado na Europa, Portugal, envolvido na luta entre franceses e ingleses, integrado, por razões diplomáticas, na área de influência inglesa, vira-se forçado a abrir os portos do Brasil, moeda de troca imposta pelos britânicos à saída da família real para a colónia do outro lado do Atlântico.

⁵ Em capítulo sobre a Companhia do Alto Douro, instituída por Pombal nesse ano de 1756, referimos como foi crescente e significativa a produção vitivícola e considerável o decorrente movimento comercial, ocupando-nos de dados históricos sobre o seu funcionamento e peso político-económico. Aí apresentamos dois mapas que permitirão ler o volume crescente da produção e exportação correspondente a um período longo de tempo.

A primeira importante consequência traduziu-se no grande benefício usufruído pela Inglaterra pelo facto de ser permitida a entrada de mercadorias de qualquer proveniência, desde que transportada em navios portugueses ou de países com quem mantivéssemos relações pacíficas, sendo idênticos os direitos a que ficavam sujeitas essas mercadorias, apenas com a excepção para os vinhos e os azeites.

Com a autorização para se instalarem indústrias no Brasil, mas especialmente pela assinatura do tratado de 1810, toda a nossa situação económica se agrava, pois os direitos sobre os produtos ingleses baixaram de 24 % para 15 %, enquanto os produtos portugueses pagavam 16 %, encontrando-se em toda esta situação o que determinou a desarticulação do nosso sistema colonial, uma vez que o mercado brasileiro passou a ser invadido pelas exportações britânicas directas, o que equivaleu a que Portugal perdesse o seu papel de intermediário obrigatório no comércio com a Europa, com os inerentes custos para a actividade da nossa burguesia mercantil.

A balança comercial, que se mostrara positiva até 1810, entra em brusco e alarmante desequilíbrio. Em 1811 as importações de produtos de origem inglesa eram treze vezes superiores às exportações portuguesas.

Porque afectou importantes sectores da sociedade portuguesa, a perda do mercado brasileiro aparece-nos como uma das mais importantes motivações do movimento vintista, porque denominador comum desses vários sectores, uma vez que não só as burguesias mercantil e industrial, como também a agrária (não havia escoamento dos produtos da terra, designadamente os de maior valor, como o vinho e o azeite), e a própria nobreza (a que comercializava parte do produto das terras senhoriais), viram os seus interesses fortemente atingidos.

No limiar de 1820 a situação do país era reconhecida no mínimo como desoladora. A agricultura, como acentuava Fernandes Tomás⁶, atingira um estado de extrema decadência. Mas igualmente o comércio, a marinha, a administração, as vias de comunicação, as finan-

⁶ Cfr. a epígrafe AGRICULTURA do *Relatório acerca do estado público de Portugal*, in «Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa», Tomo I, pp. 33 ss.

ças, enfim, toda a vida portuguesa se apresentava como uma terrível imagem de irremediável ruína⁷.

Em 10 de Abril de 1819 fora a corte informada pelos governadores do reino sobre a miséria que se espalhava por todo o território. Um déficit na ordem dos 16 milhões de contos é explicado num ofício de 20 de Junho de 1820 como resultado da diminuição constante das rendas públicas, perdas de navios e carregamentos, e ainda pela necessidade de importação de grão estrangeiro⁸.

Não surpreende que todo este estado de coisas se repercutisse no ânimo dos diferentes estratos da população, dando início a movimentos de contestação. Os motores dessa contestação são em primeira instância as classes produtoras e os intermediários da comercialização. Quer a alta e a média burguesia ligadas ao comércio, quer a nobreza da província, entram no caminho da conspiração activa. As classes populares, por seu turno, ficam à margem da conspiração, resignadas com o pão a baixo preço, não obstante a taxa de desemprego nos campos. A revolução não será, pois, popular — o povo apenas participa acessoriamente.

Para os militares, a revolução é pretexto de promoções e expulsão dos oficiais ingleses, enquanto para os comerciantes e industriais se oferecia como possibilidade de modificação das estruturas económicas do Reino Unido.

Por sua vez, os nobres, desejam a vinda da Corte pela vida de corte, de que se encontravam privados.

É toda esta gente, como diz o Marquês de Fronteira, que depois se apresenta como a grande defensora de D. Miguel.

O que acontecia, em termos políticos, era estar-se perante uma coalizão de interesses, uma aliança táctica, a prazo, em que «cada parceiro procura comer o outro».

Vejamos, então, como se desenvolvem os movimentos de oposição.

Poderemos encontrar factores de base.

⁷ Além do supracitado relatório, Cfr. JULIÃO SOARES DE AZEVEDO, *Condições Económicas da revolução portuguesa de 1820*, Empresa Contemporânea de Edições, L.da, Lisboa, 1944.

⁸ Cfr. SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1893, 3.^a Época, Tomo I, pp. 325 a 336.

Em primeiro lugar, antes de 1820, gradualmente desde princípios do século, como se referiu, há coalizão de descontentamentos, daí que, apesar das diferenças, os diversos sectores se constituam oposição.

Depois, com as invasões francesas, assiste-se à ausência do Estado — há governo, porém não há Estado.

Por outro lado, o país não funciona — os governadores entregam-se à repressão, lançam cargas fiscais, organizam o exército, mas não põem o país a funcionar.

Por fim, aquela coalizão de descontentamentos não se polariza em torno de um plano de mudança estrutural do país, mas apenas em torno da melhor gestão do sistema que existe⁹.

As invasões francesas vieram proporcionar a revelação de uma facção política de expressão liberal, bebida nos teóricos da Revolução Francesa. As teorias da liberdade e da igualdade difundem-se a coberto das buscas policiais e da inquisição, não sem que alguns intelectuais tivessem de escolher o caminho da emigração.

Com a entrada de Junot, alguns sectores de opinião aspiram à introdução entre nós de propostas progressivas e reformadoras, desenvolvendo um programa de modificações estruturais de cariz francamente liberal.

Porém, no Norte, motivados pelas Juntas Provinciais espanholas, eclodem motins e levantamentos populares comandados por elementos do exército português.

No Porto, em Junho de 1808, ergue-se um movimento que desfralda o pendão do nacionalismo e do anti-jacobinismo, ao mesmo tempo que expressa a sua simpatia pela política inglesa. No *Campeão Português* podia ler-se: «assim como os nossos legítimos representantes foram esquecidos e isentos de ficar à mercê de um grande general francês, refens da nossa obediente escravidão, também fica intacto à disposição de V. A. R. este meio eficaz de excitar o patriotismo de seus vassalos fiéis... A Inglaterra, fiel e antiga aliada de V. A. R. pode muito, porque no exercício da sua constituição o monarca e o povo, parecendo obrar separadamente, ambos concorrem simultaneamente

⁹ Cfr. GRAÇA e J. S. DA SILVA DIAS, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Vol. I, Tomo II, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1980, pp. 669 e ss.

para o mesmo fim, sendo reciprocamente interessados no equilíbrio de seus direitos, que, posto que distintos, são inseparáveis»¹⁰.

O malogro desses movimentos de contestação, o exílio a que alguns são sujeitos, dentro e fora da Pátria, o surto de execráveis perseguições e deportações que se seguiram à Setembrizada, são no seu conjunto a máquina geradora de novas formas de resistência activa — o aparecimento de jornais portugueses impressos em Londres e Paris.

O *Correio Brasilense*, o *Investigador Português* primeiro, mais tarde *O Português* e o *Campeão Português* são os arautos veiculadores das ideias e dos projectos reformistas dos exilados, tornando-se baluartes da oposição e estandartes da mudança.

Com a revolução espanhola estava encontrada a mola percutora do despoletar do liberalismo em Portugal, a que as execuções do Campo de Santa Ana permitiram o que faltava para tornar inevitável a revolução, como acentuamos no capítulo biográfico de Ferreira Borges, ao procurarmos relatar os acontecimentos que precipitaram a formação do Sinédrio.

É, pois, em todo este contexto que José Ferreira Borges se afirma na primeira linha da conspiração, a que se entrega devotadamente, pondo ao serviço da causa a sua invulgar capacidade de trabalho, reunindo comandos militares e escrevendo proclamações, diligenciando adesões, encorajando os tíbios e dinamizando a Junta Provisional, o que o fez passar muitas noites seguidas sem descanso, mas que por fim, por muito desse esforço, se materializou na arrancada de 24 de Agosto, ponto de partida de uma vida política que, não obstante absorvente e marcada por largos anos de exílio, não lhe retirou espaço de subjectividade para a investigação atenta e a produção prolixa de uma importante obra de jurisconsulto e economista.

¹⁰ *Campeão Português*, Vol. I, p. 62, Apud JOSÉ DE ARRIAGA, *História da Revolução Portuguesa de 1820*, Liv. Portuense, 1886, pp. 593 e 594.

CAPÍTULO I

A VIDA, A CARREIRA, A ACTIVIDADE

1. José Ferreira Borges nasceu no Porto, na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, a 6 de Junho de 1786¹.

Porque era o primeiro dos filhos de um respeitável e próspero armador daquela cidade nortenha, o seu destino, como então era uso, seria continuar os negócios paternos.

Esmerou-se o comerciante José Ferreira Borges na educação de seus filhos. O jovem José bem cedo se revelou um brilhante e aplicado escolar, familiarizando-se com desenvoltura com o Latim e o

¹ Na certidão existente no Arquivo da Universidade de Coimbra é dado como nascido a 8 de Junho de 1785.

«Diz José Ferreira Borges, filho legittimo de José F[erreira] Borges e Anna Margarida de Jesus, Natural da freguezia de Nossa Senhora da Victoria desta cidade que precisa de certidão com teor do seo baptismo. Em cumprimento do despacho suppra certifico que vendo os livros dos baptizados desta freguezia nelle ha o assento a folhas trinta e seis cujo theor é o seguinte: José filho legittimo de José Ferreira Borges e de sua molher Anna Margarida de Jesus Santos moradores na mesma freg[uesia] de Sancta Maria da Victoria. Nasceo em oito de Junho de mil sete centos e oitenta e sinco annos e foi nesta Igreja baptizado com benção pello reverendo Antonio F[erreira] Borges, parocho desta Igr^a [= Igreja] em quatorze do mesmo mez e anno supra citado é neto paterno de Antonio Fr^a [= Ferreira] Borges desta cidade e da freguezia de Sancto Ildefonso e Tereza Vaz de Carvalho da mesma freguezia de Sancto Ildefonso e materno de João dos Santos Teixeira da freguezia de Se desta cidade e Catharina Josefa da Rua da Cruz da freguezia de São Cosme de Penafiel deste bispado, já defunta. Foi padrinho José de S. Ferreira morador em São Nicolao desta cidade e seo tio Antonio F. de Moura da Rua das Flores da mesma. Foram testemunhas Antonio José Leal da Rua de Traz e Agostinho Ignacio morador na freguezia da Se. De que fiz este assento e assinei. seguem as assinaturas Porto sete de Outubro de mil oitocentos e um annos.»

A.U.C., *Livro das Certidões de Edade*, 1772-1833, XXVIII, fl. 17.

Grego, como de resto com os princípios da Filosofia Racional e Moral, a Retórica, a Eloquência e a Geometria Elementar, a que juntara viva curiosidade na leitura dos nossos clássicos. E foi tal a sua aplicação e rápida aprendizagem, que os mestres que o acompanhavam acabaram por recomendar ao pai o caminho dos estudos superiores.

2. Assim aconteceu. Feitos os exames em Latim, Lógica, Retórica e Gramática, foi admitido à Universidade de Coimbra a 14 de Outubro de 1801, tendo efectuado a sua matrícula no dia 16 seguinte, no curso de Leis, passando depois ao de Cânones, por orientação de um mestre a quem fora recomendado. Nesse primeiro ano residia perto da Universidade, nos Palácios Confusos². À data da matrícula tinha Ferreira Borges quinze anos de idade³.

A ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS JURÍDICOS

3. Pela época em que Ferreira Borges entrou nos estudos superiores a organização dos estudos jurídicos não se afastava, no essencial, do que havia sido estabelecido pela reforma pombalina.

Impunham os Estatutos que para matrícula em Direito teriam os candidatos de possuir aprovação em exame, feito no Colégio das Artes, de Latim, Retórica, Lógica, Metafísica, Ética e Geometria. Só eram obrigados a exame de Grego os estudantes em cuja terra houvesse ensino dessa língua, mas tal exigência acabou mesmo por ser posta de lado.

Os cursos jurídicos eram constituídos por dezasseis cadeiras, das quais seis, as *subsidiárias* e as *elementares*, eram frequentadas nos dois primeiros anos. *Subsidiárias* eram as cadeiras históricas e o Direito Natural, sendo as de Instituições as *elementares*.

² A.U.C., *Matriculas*, Anuário da Universidade de Coimbra, 1800-1810, I-X, n.º 421, fl. 206.

³ Pela certidão arquivada em Coimbra teria dezasseis anos. Esta era a idade determinada pelos Estatutos da Universidade (1772). No Livro II, dos Cursos Jurídicos das Faculdades de Cânones e de Leis, título I, Capítulo I, pode-se ler: «... sou servido ordenar, que ninguém possa ser admitido à matrícula nas Faculdades jurídicas sem ter dezasseis anos completos de idade...» *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772), Livro II, Coimbra, 1972, p. 255.

A parte essencial da formatura ocupava os três anos seguintes, com predomínio do Direito Romano e do Direito Canónico, respectivamente nas Faculdades de Leis e de Cânones, porém todos os estudantes juristas frequentavam obrigatoriamente a cadeira de Direito Pátrio no quinto ano de curso, cadeira que pertencia à Faculdade de Leis.

Havia duas cadeiras sintéticas de Direito Romano (Digesto) e duas cadeiras sintéticas de Direito Canónico (Decreto e Decretais), porém o seu estudo analítico só se processava no último ano de curso.

A Carta Régia de 3 de Junho de 1782 determinava que no fim de cada ano lectivo se procedesse à votação das informações dos bachareis que nesse ano se tivessem formado ou se submetessem a actos grandes, informações que abrangiam o merecimento literário e moral, e que eram enviadas ao Governo sob sigilo, mas esta última condição de segredo acabou pela Carta de Lei de 6 de Agosto de 1822.

Pelo que respeitava ao *método* das lições determinava-se nos Estatutos que se seguisse o designado por «sintético-compreensivo-compendiário», em contraposição ao sistema escolástico tradicionalmente seguido na Universidade.

Os Estatutos especificavam que o método sintético consistia em começar pelas definições e divisões das matérias, passando-se então aos primeiros princípios e preceitos gerais mais simples, para se chegar às conclusões mais particulares e mais complicadas⁴.

Quanto ao método demonstrativo (natural, científico), implicava uma organização das matérias que obrigava a que não se passasse dum as proposições para as outras sem deixar provadas à evidência todas as precedentes⁵.

Acontece porém que em certas lições, caso das Instituições, Digesto, Decreto, Decretais e Ordenações, porque convinha compaginá-las com a ordem dos livros e títulos das respectivas compilações, não se seguia em todo o seu rigor o método sintético-demonstrativo.

Por último, devia o direito ser ensinado por compêndios que haveriam de ser breves, claros e bem ordenados, isto é, contendo apenas a parte substantiva de doutrinas e as regras e excepções prin-

⁴ *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772), Livro II, Por ordem da Universidade, Coimbra, 1972, p. 303.

⁵ *Idem*, I, p. 22.

ciais e de maior uso, com relevo para os princípios, devendo predominar a didáctica sobre a polémica — essência do método compendiário.

Pretendia-se que, à semelhança do que acontecia na Alemanha, as lições e compêndios se estudassem e repetissem mais de uma vez «para que as doutrinas que neles se contêm se possam entregar à memória»⁶, porque enquanto os lentes, no antigo sistema, por vezes esgotavam o ano no comentário de uma lei ou de um título, pretendia-se pelos novos Estatutos que a missão de docentes no essencial consistisse em reduzir as normas a um corpo de doutrinas e fazer a exposição sistemática do respectivo ramo de direito.

Este terá sido o caminho para pôr fim ao uso das velhas postilas, «cansativas e escuras» no dizer de Coelho da Rocha⁷, uso ou abuso que igualmente se condena no Compêndio Histórico pelo «mau emprego que do pouco tempo lectivo se fazia, consumindo-se grande parte deste na inútil escrita das cansadas postilas, que ditavam os lentes»⁸.

Não era todavia fácil arredar de vez tal costume, o que levou o reitor a publicar em 1786 um edital proibindo o uso muito divulgado de escrever nas aulas ou em casa as lições dos mestres, tarefa geradora de «erros grosseiros e misérias» que andavam nos cadernos escolares, enfim o velho assento sebenteiro que, salvas as honrosas excepções, até há pouco pululava nas universidades portuguesas.

O que naquela época se pretendeu, não só pelos Estatutos como por leis subsequentes, foi obrigar os lentes à elaboração de compêndios que deviam ser «breves, claros e bem ordenados», o que não obstante o esforço legislativo não foi posto em prática, resultando que tivesse de recorrer-se a compêndios estrangeiros, sendo os mais importantes os de Martini⁹, Bachio, Bert, Heinécio, Fleury, Van Espen, Rieger, Hertaldo e Febrónio.

⁶ *Idem*, II, p. 304.

⁷ Cfr. PAULO MERÊA, *O ensino do Direito*, in «Jurisconsultos Portugueses do Século XIX», Edição do Conselho Superior da Ordem dos Advogados, Lisboa, 1947, Vol. I, pp. 149-190.

⁸ *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra* (1771), Coimbra, 1972, p. 293.

⁹ Sobre a influência de Martini como veiculador da mentalidade liberal, cfr. SILVA DIAS, *Pombalismo e Teoria Política* in «Cultura — História e Filosofia, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa», Vol. I, Lisboa, 1982, pp. 91 e ss.

Ao longo dos anos, como decorre da leitura das Actas, verifica-se o quanto se hesitava na adopção deste ou daquele texto para se leccionar as matérias dos cursos, o que no fundo reflectia as lutas entre tradições e renovação, diferendo que de resto se verificava nos temas das próprias dissertações defendidas sobretudo em Teologia, Cânones e Leis, o que por finais do século dezoito e princípios do século seguinte levou os Núncios Apostólicos a queixas para Roma sobre as teses coimbrãs, condenando a adopção das ideias de Febrônio e de outros autores voltados para o jusnaturalismo e o regalismo.

Sobre a referida falta de compêndios e em resposta a uma consulta da reitoria, opinava então Ribeiro dos Santos que «Os compêndios que faltam, pelo menos os de maior importância, ou de que mais se necessita, segundo o novo plano, que se tem formado dos estudos jurídicos das duas Faculdades [= Leis e Cânones], são quatro, um compêndio de História do Direito Pátrio, outro do Direito Público Universal, outro do Direito Público Eclesiástico, outro do Direito Pátrio, os quais serão em português...»¹⁰, mas muita água teve de correr no leito do Mondego para que tal recomendação tivesse lugar.

O ESTUDANTE EM COIMBRA

4. É neste ambiente que o jovem Ferreira Borges vai passar os seus anos de Coimbra, sucessivamente até ao ano lectivo de 1805-1806, quando termina a sua formatura.

Realizados todos os seus exames com pleno êxito, sendo «aprovado Nemine discrepante»¹¹, Ferreira Borges que no seu segundo ano deixou os Palácios Confusos para ir viver Fora de Portas (a actual Rua Figueira da Foz?), volta à parte alta da cidade e vizinhança dos «Gerais», a partir do 3.º ano. Vivendo no Bairro de S. Bento, junto do Convento do mesmo nome, onde actualmente funciona o Instituto Botânico, bairro que o camartelo destruiu, como fez a quase toda a parte velha de Coimbra da nossa meninice, para fazer nascer a «arquitectura de regime» que a partir dos anos quarenta começou a envolver a antiga Escola.

¹⁰ TEÓFILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, t. 3, p. 704.

¹¹ A.U.C., *Exames, Livros de Actos e Graus*, 1801 a 1805.

5. A 28 de Julho de 1805 faz os seus exames do 4.º ano. Aprovado «nemine discrepante», e, prestado o juramento da Conceição, o presidente do júri, doutor José Xavier Telles «lhe conferia o grau de bacharel pela autoridade de que usa»¹².

No ano imediato, a 8 de Julho, faz o exame de formatura, com as seguintes classificações:

- 1.º [Procedimento e Costumes] — Aprovado por todos
- 2.º [Merecimento Literário] — Muito bom por um = Bom por oito
- 3.º [Prudência, Probidade e Desinteresse] — Aprovado por todos¹³.

A 10 de Julho de 1806 requeria as respectivas cartas, como se pode ver em nota à margem da respectiva Relação dos Bacharéis.

6. Aquelas classificações abriam-lhe de imediato as portas da magistratura. Acontece porém que o jovem Ferreira Borges não se sentia atraído pela toga, mais o seduzia a actividade febril do foro, a vivacidade da argumentação e contra-argumentação, quiçá a encenação das alegações.

Da leitura dos clássicos ficara-lhe a imagem do tribuno que, em rasgos de inteligência pragmática, pulveriza com argumentos eloquentes a astúcia da parte-contrária. Que lhe faltaria, pois, para que o não entusiasmasse a carreira de advogado e jurisconsulto? Assim o vamos encontrar, em 1808, com uma banca de grande reputação na cidade natal.

O ADVOGADO

7. Verifica-se, pois, que entre a chegada a Coimbra e o prestígio forense decorreram apenas sete anos, com Ferreira Borges instalado naquela importante cidade mercantil.

Vasta seria a sua clientela, e vasta ainda a matéria criminal e

¹² A.U.C., *Exames, Livros de Actos e Graus*, Liv.º 7, fl. 75.

¹³ *Id.*, *Relação dos Bacharéis Formados em Cânones*, Informações desde 1786-1787 até 1805-1806, p. 472.

cível. É, contudo, na jurisprudência comercial que centra a sua atenção, iniciando um estudo empenhado e profundo, a tal ponto que adquire uma verdadeira especialização.

Que era grande, em tal especialidade, o seu prestígio, decorre do peso das suas opiniões junto de colegas e magistrados, que todos os seus biógrafos registam.

8. Sabemos que entre nós, aquele ramo da jurisprudência não estava então muito aprofundado, pelo que foi na leitura dos mais consagrados juristas que Ferreira Borges fundamentou o seu muito saber, entre os quais José da Silva Lisboa¹⁴, autor que lhe serviu de principal inspirador ou mesmo guia de toda a sua posterior obra de publicista em matéria jurídico-comercial.

9. A actividade profissional e o estudo da matéria jurídica absorvem o seu espírito, porém, não ao ponto de lhe impedirem o culto das musas e de um aprimorado gosto melómano, que fizeram da sua casa, frequentada por comerciantes e literatos, o local privilegiado de animados serões literários e musicais que fizeram época, sobretudo, em 1807 e 1808.

Não é nosso propósito fazer uma análise temática ou estrutural à sua produção poética, onde se destacam as odes de construção neo-clássica, ainda que, como anda escrito, teria sido uma delas, onde

¹⁴ «Entre nós ninguém, que eu saiba, escreveu tratado algum sobre a matéria, salvo o senhor José da Silva Lisboa. Ele tem portanto o merecimento de ser o primeiro e único, qualidade esta que suspende o meu juízo crítico sobre os seus escritos de Jurisprudência Mercantil».

FERREIRA BORGES, *Instituições de Direito Cambial Português...*, Londres, 1825, p. 3.

José da Silva Lisboa, natural da Baía, adquiriu notoriedade como político e economista na história oitocentista portuguesa. Formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, vai para o Brasil, onde veio a desempenhar altos cargos públicos. Terá tido papel importante na promulgação da Carta Régia de 27 de Janeiro de 1808, que abriu as portas do Brasil ao comércio com todas as nações, o que, se por um lado criou problemas à metrópole e beneficiou sobretudo a Inglaterra, pelo que representou para a burguesia brasileira dir-se-á poder ser considerado como passo importante na emancipação da colónia. Sobre a obra deste jurista-economista, entre outras, vide MOSÉS BENSABAT AMZALAK, *Economistas Brasileiros, José da Silva Lisboa*, Coimbra Editora L.da, Coimbra, 1942.

chamaria a si toda a glória de salvação da pátria, que levou a um insuportável desentendimento com Fernandes Tomás¹⁵.

A História da Literatura não projecta o seu nome, mas sabemos que foi prolixa a sua produção, assinada com o pseudónimo arcádico de Josino Duriense, e que os seus versos, impressos em papéis volantes, foram recitados nos teatros do Porto, o que um dos seus biógrafos regista com estranheza, por cultivar ele as musas «no período de mais intensa actividade governativa e de maiores responsabilidades políticas da sua vida»¹⁶.

Verificamos, pois, que Ferreira Borges, mesmo quando a revolução pareceria dever absorver toda a sua capacidade de realização, ainda encontrava espaço subjectivo para versejar, quiçá a outra face do espelho de uma personalidade que pautou a sua vida por atitudes «controversas» que os mais radicais não perdoavam¹⁷.

¹⁵ Não nos parece que tal circunstância fosse geradora do apontado desentendimento, referido por J. M. XAVIER DE ARAÚJO, *Revelações e Memórias*. O desentendimento, que não os tornaria irreconciliáveis, pois ambos colaboraram em íntima ligação no Governo e juntos lutaram na Martinhada, teve outras motivações, a que não será alheia a maçonaria. Sobre este problema Maria Teresa Mónica publicou recentemente alguns documentos inéditos no *Diário de Notícias* de 28 de Junho de 1987, Suplemento *Cultura*.

¹⁶ *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira* Vol. 11, p. 183.

¹⁷ Em 1827 editou-se em Lisboa uma farsa burlesca em dois actos, *O Bota Fora do Catavento ou A Cabeça do Bacalhau Fresco*, de autor anónimo, na qual Ferreira Borges é vilipendiado pelas suas atitudes políticas. Caricaturado cruelmente na personagem Joze Casca, com a acção a desenrolar-se numa casa de Londres, a farsa tem logo na Dedicatória uma catilinária que desce ao insulto grosseiro, e o «intento de desmascarar o velhaco» aparece num epílogo, igualmente pouco edificante, a justificar a edição.

Há nela a preocupação de atingir directamente o visado pois nessa Dedicatória, além das iniciais J. F. B., aparecem os cargos e algumas atitudes públicas do nosso deputado, num tom de laudatória achincalhante. Esta burleta, como outra com o título *O Catavento, diálogo entre um corcunda e dois liberais sobre a Constituição de Portugal feita pelas Cortes de 1821-1822*, igualmente contra Ferreira Borges, na farsa a personagem João Ayres, são atribuídas por Inocêncio Silva a Ferreira de Moura, impressa em Paris e datada de 1825. Inocêncio da Silva acrescenta: «Tanto em uma como em outra destes opúsculos, são igualmente supostas as indicações; porque o simples exame dos exemplares é suficiente para não restar dúvida de que ambas foram impressas em Londres. Há quem pretenda que algum deles, se não ambas, saíram da pena de Joaquim Ferreira de Freitas, o Padre Amaro, e não faltou quem atribuisse a segunda a Almeida Garrett. Porém, sobre

A PRODUÇÃO POÉTICA

10. A actividade poética de Ferreira Borges não é especialmente significativa. Conhecemos-lhe algumas odes pindáricas, sendo a mais célebre a que tem sido apontada como geradora de desentendimentos com Fernandes Tomás, que conhecemos em duas versões, com diferenças na organização estrófica e em uma ou outra palavra. A versão que aparece na colecção «Heróis da Revolução de 1820», está organizada em quadras; no «Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo», não há solução de continuidade entre os versos¹⁸.

Com o título de «Ode à Pátria», teriam sido os seguintes versos a mola do rompimento entre os dois primeiros sinedristas, logo que recitada num teatro do Porto:

(...) Aí tens o braço e o peito / oh pátria, eu já não tenho mais
que dar-te... / Se João Pinto Ribeiro um dia em trevas / Tramou
de teu resgate o plano ousado / Se intrigou p'ra salvar-te / Nas
trevas caminhei; no espesso arcano / Eu fui tecendo o fio mila-
groso / Que urdiu a teia luminosa e grande / Que ovante te em-
beleza / ...

Convenhamos que será bem pouco, pese embora a identificação com Pinto Ribeiro e o chamar a si a trama-teia da revolução, para estarem em tão insípidos versos as causas do apontado rompimento, se rompimento houve.

Maior importância terá a sua produção poética de reacção anti-francesa, publicada em papéis volantes e são parte da colecção «Guerra Peninsular», folhetos 23 a 27, o que eloquentemente encontramos ainda

estas opiniões prevaleceu a que lhe dá por autor J. J. Ferreira de Moura» — Inocêncio Silva e Brito Aranha, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, Vol. 4, p. 387.

— Se o *Bota Fora...* nos pode fazer sorrir, porque os diálogos têm alguma construção teatral, já *O Catavento* é um mero diálogo político, num aproveitamento linear da Carta 49 de *O Correio Interceptado*, na qual, como veremos, Ferreira Borges analisa a Constituição de 1822.

¹⁸ Vide *Os Heróis da Revolução de 1820*, n.º 2, e *O Campeão Português*, Vol. III, n.º 25 e *Arquivo Pitoresco*, Vol. II, p. 25.

num curioso manuscrito¹⁹, com o título «*Lamento, e pranto do Dr. [palavra cortada: Estrada?] Protector da Confederação do Rheno Senhor de Ceca e Meca Intimo Amigo e Ajudado do Ex Duque d'Abrantes [a partir de Rheno tudo está cortado, embora seja fácil a leitura] etc., etc., etc.... Executado, bem a despeito do Lamentador [cortado de bem a lamentador] e fielmente posto no Prelo [cortado posto no Prelo] escrito por Josino Duriense, vulgo José Ferreira Borges [cortado o nome do autor] 1808, 12 de Setembro*».

Trata-se de uma peça de cento e quarenta versos endecassilábicos, com notas, numa das quais faz referência a uma ode sua começada por «He tempo d'estremar valentes lusos» que circulava sem nome de autor, encostada a outra de um seu amigo²⁰.

Todo o «lamento», que resulta, enfim, num hino à resistência aos franceses, abre com o seguinte texto:

«Ao leitor

Amigo, ou inimigo Leitor: conhecido ou desconhecido: baixo, ou alto: magro, ou gordo: pardo, ou branco: sabedor, ou sandeu: antes que principies de resmungar ou dos versos, ou da fraze, deves de saber que eu nem sou Poeta, e menos tive nunca fumos de tal — *vade retro vaidade!* Por desenfadamento meu, e por que bolia mui bem comigo a causa, e finalmente porq' não era muito o al, que tinha a fazer por serem ferias, dei-me ao fabrico d'essas regrinhas curtas, e compridas, que ja correm, coitadinhas! hũas como filhas minhas; outras ainda que não engeitadas, la vão correndo o seu fadario sem pai, salvo putativo. — Aos versos pois lança-te como danado, ralha, esbravêa, morde, mata, fere, dególa, etc., etc.; que isso mui pouco me cança: a fraze porem poupa, por q' a não reputo bastarda, e vem alfaiada com os trajos da Nação — Não sou Poeta d'officio, se não Portuguez. — E eis-aqui o que tenho a dizer-te por ora — Adeus».

Certamente que este folheto, como muitos outros, que se enquadram na luta ideológica anti-francesa, merece cuidado estudo, porém fora dos nossos propósitos neste trabalho.

¹⁹ B.G.U.C., *Manuscritos*. O espécimen a que nos referimos não consta do catálogo. Foi posto à nossa disposição pela dr.^a Ana Cristina Araújo, da Faculdade de Letras de Coimbra.

²⁰ Apesar do que diligenciámos, não nos foi possível encontrá-la.

AS INVASÕES FRANCESAS E A SUA ACÇÃO NO PORTO

11. Instalado na cidade natal, como dissemos, a auferir os lucros de um intenso trabalho como advogado, corria o ano de 1809, o pânico e o terror atingem os portugueses com a entrada das tropas comandadas por Soult.

O general francês perseguira Moore até à Corunha, forçando-o a uma penosa retirada pelas montanhas, sob a inclemência do tempo. Mortalmente ferido, Moore não resistiu, e um exército desbaratado e sem chefe ficou à mercê de Soult que, seguindo as ordens de Napoleão, avançou em direcção ao Minho, que não consegue transpor. Dirige-se, então, para as bandas de Trás-os-Montes, província que penetra pela raia de Chaves, encaminhando-se para o Porto, após vencer as tropas de Bernardino Freire de Andrade, acabando por tomar a capital nortenha, depois de violento combate, a 23 de Março de 1809.

Com o aproximar das tropas napoleónicas, Ferreira Borges, como toda a população aterrada, corre em direcção ao Douro, para alcançar a margem sul. Espectador da tragédia que foi a passagem da velha ponto de barcas, passando graves trabalhos e riscos para vencer o caudaloso rio e aportar a Gaia, o nosso jurisconsulto, esmagado pelos trágicos sucessos, isolado e sem notícias da família, assaltado de preocupações com a sorte da esposa, com quem se consorciara uns dez meses antes, três dias após o saque, resolve regressar.

Do que então se passou não encontrámos notícia.

Sabemos, sim, que logo teriam chegado ao conhecimento de Soult informações sobre os méritos literários e de jurisconsulto de Ferreira Borges, a que se juntava a vantagem de dominar as línguas francesa e inglesa.

O general francês cedo se deixou penetrar pela sedução do Poder, ambicionando a criação de um reino no Norte de Portugal, em cujo trono se sentaria e, para tanto, ser-lhe-ia importante senão indispensável rodear-se de portugueses de grande prestígio entre os seus concidadãos. Terá sido a razão por que Ferreira Borges acabou nomeado como Auditor junto do Ordenador em chefe do exército, lugar de carácter financeiro.

12. Certamente que terá aceitado o cargo com natural repugnância, mas soube aproveitá-lo para proteger concidadãos, subtraindo-os às consequências de nefandas denúncias.

Que efectivamente o terá feito, e de forma pública e notória, mesmo magnânima, se inferirá do facto de, após a saída dos franceses, não ter sido molestado pela assanhada vindicta de um povo excitado pela acção violenta e depredatória dos agentes de Napoleão, como aconteceu a todos que, apelidados de *jacobinos*, suportaram a fúria de multidões exacerbadas pelo clero reaccionário, fanático e ignorante.

Entre os importantes serviços que então se deveram a José Ferreira Borges, destaca-se o ter salvo da cobiça dos franceses o cofre de depósito público, que se dizia conter 250 contos em dinheiro e jóias.

Não nos surpreenderá que em tão conturbado período o nosso jurisconsulto meditasse no estado de decadência que assaltara Portugal, o que era agravado pela ausência do Príncipe Regente no Rio de Janeiro, e no seu espírito nascessem irreprimíveis ideias conspiratórias.

13. No desenvolvimento da sua actividade forense, a 6 de Agosto de 1811, foi nomeado advogado de número da Relação do Porto.

O país, na sequência das invasões e operações militares que se lhe seguiram, vivia um estado de completa desorganização.

«Um número crescente de intelectuais e camadas cada vez mais amplas da população adquiriam a consciência de que a regeneração nacional não se verificaria sem mudanças profundas nas suas estruturas»²¹, e entre esses intelectuais se reconhece Ferreira Borges, que, chegados os acontecimentos de 1817, se empenha na ideia de pôr fim à Regência de Lisboa e convocar Cortes.

É o tempo em que Ferreira Borges foi nomeado Secretário da Junta da Companhia dos Vinhos de Alto Douro e síndico da Câmara Municipal do Porto.

Como secretário da Companhia desenvolveu um eficiente trabalho de organização da secretaria e de classificação de todos os documentos, «constituindo mais de 20 volumes ou 55 pastas das suas leis e resoluções particulares de 1786 a 1801», como afirma no Prefácio de Instituições de Direito Cambial²².

²¹ SILVA DIAS, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Vol. I, tomo II, p. 575-6.

²² J. FERREIRA BORGES, *Instituições de Direito Cambial*, p. 2.

É também pela mesma época que intensifica o seu estudo de Economia Política, apoiando-se nas lições de Storch, de quem se torna seguidor, vindo a publicar mais tarde, em 1834, as Instituições de Economia Política, moldadas na obra daquele autor²³.

A FUNDAÇÃO DO SINÉDRIO

14. Voltemos aos acontecimentos de 1817 e à geral indignação que se espalhou após as execuções do Campo de Santa Ana, cuja crueldade dos actos executórios funcionou como a gota que faltava para o transbordar do copo da ânsia revolucionária, que o movimento liberal espanhol de Março de 1820 irá tornar inevitável²⁴.

Em 22 de Janeiro de 1818, no seguimento de conversas anteriores, Fernandes Tomás funda com alguns amigos íntimos uma associação, a que deu o nome de Sinédrio, e que tinha por actividade acompanhar e reflectir a marcha dos sucessos políticos, com a disponibilidade necessária para intervir se acontecesse qualquer movimento revolucionário.

O Sinédrio aparece-nos, assim, como mola de um processo.

No momento, que podemos considerar embrionário, que sucede os acontecimentos de 1817, sem dúvida que nos encontramos em fase de grande definição de um projecto revolucionário bem determinado, mas não é o Sinédrio a funcionar ainda como centro motor de uma revolução. Reconhecemo-lo, apenas, como projecto de conspiração. Com o tempo, irá passar dessa fase de projecto de conspiração, à fase de conspiração em movimento, se bem que se irá tornar maior a sua indefinição, pois será forçado a dar assento a não-revolucionários, a elementos do clero e da nobreza de província.

Do seu funcionamento, sabemos que mensalmente, no dia 22 de cada mês, os associados se reuniam em um jantar, que tinha lugar na Foz do Douro, para troca de impressões.

²³ Cfr. JOSÉ FREDERICO LARANJO, *Economistas Portugueses*, Caps. 8 e 9, Guimarães & C.^a, Editores Lisboa, 1976 e *infra*, Cap. V.

²⁴ «... depois da aclamação da constituição em Espanha, e da sua aderência ao soberano em Março de 1820: a revolução em Portugal era inevitável», J. M. XAVIER D'ARAÚJO, *Revelações e Memórias para a História da Revolução de 1820*, e de 15 de Setembro do mesmo anno, por ..., Lisboa, Typographia Rolandina, 1846, p. VI.

De tudo o que se dizia ou fazia era obrigatório guardar inviolável segredo.

Por tal motivo julgaram poder concluir alguns que o Sinédrio era maçónico. Porém, tratava-se apenas de uma associação secreta, o que não significa que alguns dos seus membros não pertencessem à maçonaria, entre eles o venerável José Ferreira Borges, que dirigiu a Loja 24 de Agosto, desmembrada da Loja Regeneração, que suspendeu a sua actividade a partir de 1817, quando da conspiração chamada de Gomes Freire, retornando já depois, ou muito pouco antes do 24 de Agosto, e que estava em actividade entre o 24 de Agosto e o 15 de Setembro.

É da Loja Regeneração que, após um conflito com o Grande Oriente, o que levou a pensar que aquela Loja era militante do radicalismo político, se separam os elementos gradualistas, constituindo a Loja 24 de Agosto, que obedeceu ao Grande Oriente²⁵.

Os objectivos revolucionários dos instituidores do Sinédrio têm que se compor com os objectivos de simples eficácia de gestão do sistema vigente, que são trazidos pelos elementos das classes dominantes tradicionais²⁶.

²⁵ Cfr. SILVA DIAS, *Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Vol. I, Tomo II, pp. 804-806 e MARIA TERESA MÓNICA, *Diário de Notícias*, Suplem. Cultura, 28/6/1987.

²⁶ AGOSTINHO ALBANO DA SILVEIRA PINTO, na *Memória Biográfica sobre o Conselheiro de Estado José Ferreira Borges*, Revista Litterária do Porto, Vol. I (1830), refere um autógrafo de Ferreira Borges onde se fixa a constituição do Sinédrio: «Aquele que se lembrou de que cumpria organizar um corpo de homens escolhidos que metessem ombros à salvação da pátria, foi Manuel Fernandes Tomás. Os que se reuniram, traçaram o plano, e o efectuaram foram os seguintes: Manuel Fernandes Tomás, José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho, João Ferreira Viana, Duarte Lessa, José Maria Lopes Carneiro, José Gonçalves dos Santos Silva, João da Cunha Souto Maior, José Pereira de Menezes, Francisco Gomes da Silva, José de Mello Castro e Abreu, José Maria Xavier de Araújo, Bernardo de Corrêa Castro Sepúlveda. Começou-se desde 22 de Janeiro de 1818. Eles puderam conseguir para o efeito a cooperação das seguintes pessoas, e seus respectivos Corpos, a saber: António da Silveira Pinto da Fonseca, o Brigadeiro Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, então Coronel Comandante do Regimento de Artilharia n.º 4. O Coronel Domingos António Gil de Figueiredo Sarmento, então Tenente Coronel do Regimento de Infantaria n.º 6. O Coronel José Pereira Leite de Barredo, então Tenente Coronel comandante do Corpo da Polícia do Porto. O Major José de Sousa Pimentel e Faria do Regimento de Milícias do Porto. O Ajudante do Regimento de Milícias da Maia Tibúrcio Joaquim Bar-

Ora, será para revolucionar o sistema, ou para melhor o gerir, que se irá fazer o 24 de Agosto.

De começo, teve o Sinédrio apenas quatro membros: Fernandes Tomás, José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho e João Ferreira Viana. Com consideráveis intervalos, reforça-se a sua composição pela entrada de novos elementos, recrutados na magistratura e no alto comércio²⁷. Com oito membros, vai funcionar o resto do ano de 1818 e todo o ano seguinte. O pequeno número de associados, o sigilo que envolvia as suas reuniões, o facto de no início não ser uma organização conspiratória, mas apenas atenta ao evoluir da situação política, pronta a actuar oportunamente se algo acontecesse a alterar a ordem, explicarão que a polícia e de uma maneira geral todas as autoridades do Porto não tenham dado pela existência e actuação do Sinédrio.

reto, e o Major do mesmo Regimento José Pedro Cardozo da Silva. O Brigadeiro Francisco Antonio Pamplona Moniz, então Coronel comandante do Batalhão de Caçadores n.º 11, acantonado na Vila da Feira. O Brigadeiro António Lobo Teixeira de Barros, então Coronel do Regimento de Infantaria n.º 9 em Viana. O Tenente Coronel Manuel Vaz Pinto Guedes, então Major comandante do Batalhão de Caçadores n.º 6, acantonado em Penafiel. O Tenente Coronel Antonio Pinto Barreto Feio, do Regimento de Milícias da Vila da Feira».

²⁷ Na citada *Memória Biográfica*, p. 151, transcreve-se o seguinte autógrafo, de Duarte Lessa: «A associação regeneradora denominada desde o princípio — Sinédrio — era designada por números pelo modo seguinte:

- | | | |
|--------|---|---------------------------------------|
| N.º 1 | A associação | |
| N.º 2 | Manuel Fernandes Tomás | { fundadores em 22 de Janeiro de 1818 |
| N.º 3 | José Ferreira Borges | |
| N.º 4 | José da Silva Carvalho, admitido logo depois no mesmo dia bem como o número seguinte. | |
| N.º 5 | João Ferreira Viana. | |
| N.º 6 | Duarte Lessa, admitido em 10 de Fevereiro. | |
| N.º 7 | José Maria Lopes Carneiro, adm. em 3 de Maio. | |
| N.º 8 | José Gonçalves dos Santos Silva, admitido em 8 de Maio. | |
| N.º 9 | José Pereira de Menezes, em 7 de Agosto. | |
| N.º 10 | Francisco Gomes da Silva, em 26 de Maio de 1820. | |
| N.º 11 | João da Cunha Sotto Maior, no mesmo dia 26 de Maio. | |
| N.º 12 | José de Mello Castro e Abreu, em 5 de Julho desse mesmo anno de 1820. | |
| N.º 13 | José Maria Xavier de Araujo, em 22 de Junho. | |
| N.º 14 | Bernardo Corrêa de Castro Sepúlveda, entrou em 18 d'Agosto de 1820». | |

Coube, desde o início, a Ferreira Borges elaborar o regulamento daquela associação. Ao entusiasmo inicial seguiu-se uma quebra, primeiro em consequência da ida de Pereira Menezes para Inglaterra e de Silva Carvalho para Lisboa, depois por um certo abandono de Fernandes Tomás, «cujá volubilidade de génio fez esmorecer os outros socios». Terá sido Ferreira Borges, então, o grande dinamizador, atraindo os membros militares, que, segundo Agostinho Albano da Silveira Pinto em autógrafo que tinha presente, alguns deles declararam «ter sido F. Borges, quem os resolveu, e determinou a tomar parte na execução do projecto»²⁸.

Os trabalhos do Sinédrio tinham tomado já uma tal dimensão que não era possível protelar por mais tempo a execução do plano. Começavam a chegar ao Governo as primeiras participações das autoridades do Porto, esperava-se o regresso de Beresford, não se podia ultrapassar a possibilidade do êxito.

A conspiração em movimento

15. Não podia uma empresa como aquela em que estavam empenhados ou sinedristas confinar-se à cidade nortenha. Era preciso alargar contactos, e muito naturalmente que era em Lisboa que se tinham de estabelecer as ligações:

«No mesmo tempo em que os Regeneradores do Porto estavam sondando a opinião pública dos habitantes de Lisboa, chegaram as notícias da revolução de Espanha, e com elas ganhou grandes forças em todo o Reino, como era de esperar, o partido Espanhol. Os oprimidos Portugueses, a quem a dor intensa de seus males tirava até o sossego necessário para uma prudente reflexão, como se já todas as esperanças e todos os recursos domésticos estivessem perdidos, olhavam para os patriotas de Espanha como seus únicos salvadores; e nesta falsa, mas desculpável persuasão, sentiam crescer seus desejos de uma união entre os dois países. Assim, este acontecimento, junto com o estado de apatia em que os Bachareis [José da Silva] Carvalho e [José Pereira de] Menezes tinham achado a Capital, demorou por um pouco os progressos

²⁸ *Memória Biográfica* cit., p. 152.

dos Regeneradores do Porto. Mas conhecendo por isso mesmo que era preciso reforçar muito mais a boa opinião das províncias do Norte, e particularmente do Minho, de que o Porto é a capital, dão-se com novas forças e precedente cuidado ao desenvolvimento deste trabalho importante.

Foram ainda impelidos a prosseguir com desvelo nesta sua ideia pela circunstância seguinte: Principiaram-se a observar sinais não equívocos de muita efervescência em alguns Corpos do exército, efervescência nascida das notícias que diariamente se recebiam de Espanha, e dos redobrados esforços do partido Espanhol em Portugal. Era, por conseguinte, de toda a importância dar uma conveniente direcção ao entusiasmo que principiava a desenvolver-se na tropa, mal paga e descontente. E por este modo evitar que o exército, maculando a honra, ou a fidelidade nacional, passasse a ser instrumento de um ou outro dos partidos que dividiam o Reino, ou dos que para salvar a Pátria não viam outro remédio senão em uma mudança de Dinastia, ou em uma união com Espanha»²⁹.

16. Eis como, no espírito dos conspiradores nortenhos se projectava a preocupação de os acontecimentos empurrarem o país para soluções que liminarmente repudiavam, fossem as pretensões da corrente cadavalista, que já vinha de longe, fosse essoutra mais veementemente recusada da união ibérica³⁰.

Aquela agitação larvar, que poderia caminhar para soluções que os ultrapassassem, era ainda agravada pelo que se passava na capital, com a Regência de olhos e ouvidos fechados à marcha de um processo que, a não passar pelas intenções dos Regeneradores, poderia lançar o País numa situação que ilaquearia à partida a possibilidade do triunfo do movimento, circunstância agravada pelas mudanças

²⁹ *Memórias para a História da nossa Brilhante e Gloriosa Revolução de 24 de Agosto de 1820*, in «O Campeão Português», de 16 de Março de 1821, Vol. IV, n.º 35, p. 130.

³⁰ Sobre a reacção dos sinedristas à união, integrativa ou federativa, com Espanha, cfr. J. M. XAVIER DE ARAÚJO, *Revelações e Memórias...*, p. 73, e sobre todas as reflexões e documentação trazidas à colação pelo Prof. SILVA DIAS, *Primórdios da Maçonaria*, Vol. I, Tomo II, pp. 674 e segs.

instaladas em sectores militares já de posse dos segredos dos sine-dristas:

«No entanto, quando o Reino assim andava agitado, sucedia uma coisa que parecerá incrível a todos os vindouros. Os Regentes de Lisboa jaziam em profundo e estúpido letargo; e como se governassem a China ou o Japão, a muitas mil léguas distantes, viam as coisas de Portugal com uma indiferença que só podia ser filha de traição, ou consumada estupidez.

Diz-se que a estátua egípcia de Memnon exprimia sons humanos, quando tocada pelos raios do sol; porém as estátuas do Rossio mais insensíveis e duras que a egípcia, não davam sinais de sensibilidade, quer tocadas fossem pelos gritos clamorosos do povo, quer pelas vozes não equívocas dos diversos partidos que agitavam a Nação!

O único sinal de sensibilidade que deram foi o de proibir que na Gazeta de Lisboa se desse notícia do que se estava passando em Espanha, e entrava francamente por todas as fronteiras do Reino, bem como do que se estava passando em Inglaterra, relativo ao famoso processo da Rainha Carolina de Inglaterra, mulher de Jorge IV. Com esta única providência julgaram ter merecido a coroa cívica, por terem salvado a Nação!

Mas como o perigo por todos os lados crescia, foi necessário tentar ainda a cooperação da Capital, e províncias do Sul. Os trabalhos dos Regeneradores tinham-se por tal forma já multiplicado que era impossível guardar-se por mais tempo o segredo»³¹.

17. Salvar a empresa a que se votaram urgia então, pois, como já afirmámos, outros planos estavam em curso em sectores militares encabeçados por António da Silveira Pinto da Fonseca, que se não eram já os propósitos consumados nos acontecimentos do S. Martinho, naquela altura surgiam aos olhos dos sinedristas como susceptíveis de atrasar o plano dos *Treze Patriotas*.

E como se tal não bastasse, acrescia ainda o facto de a todo o momento se esperar a chegada de Beresford, de volta do Rio de Janeiro,

³¹ *Campeão Português*, Vol. cit., p. 131.

o que era considerado como susceptível de, no mínimo, atrasar consideravelmente a marcha dos acontecimentos.

Perder tempo poderia precipitar a perda da causa. Daí que os Regeneradores prontamente convocassem Fernandes Tomás, então fora do Porto em tratamento termal, para que regressasse, tendo em vista deliberar o que era mister levar a cabo. Chegou Fernandes Tomás e logo opinou que nada se devia fazer sem de novo se tentar a cooperação dos «bons portugueses de Lisboa», pelo que, não obstante o seu delicado estado de saúde, prontamente se ofereceu «para executar esta difícil e perigosa comissão, por certo mui difícil e perigosa, porque havendo já muito risco para qualquer dos Regeneradores que saísse do Porto, muito maior era ele para um Desembargador da Relação, que se não podia ausentar sem licença do Regedor, e sem que todos os seus colegas o soubessem»³².

Não foi sensível Fernandes Tomás aos receios que lhe manifestaram os seus companheiros, pelo que se obstinou em partir para tão delicada quão perigosa tarefa; porém não o fez sem que antes deixasse a seus pares uma solene advertência:

«Se eu for preso em Lisboa, ou contra algum de vós aqui se tentar algum procedimento, seja esse o sinal de romper. E não se espere por mais nada!».

Fernandes Tomás chegou a Lisboa por meados de Julho, não tendo as suas diligências melhor êxito do que aquelas que já haviam sido efectuadas por José da Silva Carvalho e José Pereira de Menezes, no ano anterior.

Aconteceu mesmo que a sua presença, discreta embora, acordara de longo sono letárgico as «Estátuas do Rossio», pelo que teve de sair rapidamente de Lisboa, ao aperceber-se que a polícia seguia seus passos e procurava localizar os seus contactos.

Porém, deixara instruções necessárias para que nada detivesse a arrancada, já então inevitável, congraçados que estavam no Porto os esforços dos sinedristas com os chefes militares António da Silveira Pinto da Fonseca, Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, Domingos António Gil de Figueiredo Sarmento, Manuel Vaz Pinto Guedes,

³² *Idem*, p. 132.

José Pereira Leite de Barredo e vários oficiais das milícias do Porto, entre os quais se distinguia Tibúrcio Joaquim Barreto Feio.

O que se seguiu, é-nos relatado na Memória inserta no Campeão Português, da seguinte forma:

«Tudo isto se passava nos princípios de Agosto, quando chegou ao Porto o Desembargador Fernandes Tomás. Na mesma ocasião se soube que os governadores de Lisboa, tendo conhecimento do estado das províncias do norte, e receando uma próxima explosão, mandavam para o Porto o Marechal de Campo Manoel Pamplona Carneiro Rangel, a fim de aí tomar o comando interino das Armas. O conhecimento que havia do carácter desse militar, que nas últimas Campanhas tinha sido elevado ao posto de Marechal por favor da Corte dos Regentes em Lisboa, as suas relações íntimas com pessoas a quem Portugal devia parte de suas infelicidades, e o estado da mesma cidade do Porto, aonde os honrados habitantes já quási que se preparavam para ver repetidas as horríveis cenas de anarquia de 1809, mostraram enfim a necessidade de um pronto rompimento.

Em consequência dessa forçosa necessidade se juntaram os Regeneradores em casa do Desembargador Manoel Fernandes Thomaz, e aí ratificando o juramento de salvar a Pátria, ou de por ela darem as vidas, traçaram o Plano de rompimento da Gloriosa Revolução que, como verdadeira Festa nacional, devia acordar os habitantes da ilustre cidade do Porto na madrugada do fausto e memorável dia 24 de Agosto de 1820»³³.

OS MILITARES NA REVOLUÇÃO

18. O papel dos militares na revolução, se por um lado a tornou possível, cedo desencadeou perturbações que a haviam de encaminhar para o colapso, com as clivagens que atingiram o seu acmé na crise de Novembro.

Bem cedo Fernandes Tomás se apercebeu que estaria no corpo castrense a marmita de Papin onde fervilhava o malogro, como o prova um seu desabafo a José Maria Pando, lamentando o compor-

³³ *Idem*, p. 133-34.

tamento do exército, em cujas hostes grassava a maior insubordinação e a que não havia benesses que lhe detivessem as ambições:

«Quiso paga y se le ha dado; ha pedido una promocion y se le vá a conceder mui pronto; si quisiere al fin imperar le concedermos el lugar. Ja sabe U. que se dió orden para que saliesen de Lisboa la mayor parte de las Tropas, y que su mala disposicion à obedecer ha hecho forzoso que se revoque»³⁴.

Essas ambições não se traduziram apenas nas movimentações e alinhamentos que eclodiram na martinhada, com as espadas a reivindicarem a legitimidade revolucionária e a decorrente condução do processo e tutela do poder constituído, o que Brito Cabreira ensaiava coonestar num «Manifesto» a que Ferreira Borges virá responder com veemência e não menor coragem, se pensarmos que entre os liberais mais conscientes se conhecia a força das hostes reaccionárias, em aparente letargo, é certo, porém à espreita da oportunidade de inverterem o curso dos acontecimentos, e essa oportunidade poderia ser o regresso da corte.

Não será surpreendente que Cabreira, mal refeito da vitória liberal da martinhada, alinhasse com o seu Manifesto nas campanhas de descrédito de que foram alvo os vencedores, ou seja os elementos gradualistas, vitória que a médio prazo «custou a quebra das potencialidades de apoio do regime, por forças que só através dos moderados entrariam nele, e que custou pela combatividade dos radicais na Imprensa e pela superioridade da sua oratória nas Cortes, uma diminuição fundamental do espaço de manobra dos gradualistas», o que determinou que o regime entrasse «num caminho de agressões, hesitações e indefinições, de que não conseguiu sair mais»³⁵.

Brito Cabreira vem arrogar-se, com António da Silveira, como coriféus do movimento militar que arrancou no 24 de Agosto, desvitalizando o papel dos sinedristas e dos que até então sempre actuaram em consonância com eles.

Para tanto, alheando-se ou ignorando o papel do *Sinédrio*, que, como precisa Ferreira Borges, desde 22 de Janeiro de 1818 ensaiara

³⁴ Apud SILVA DIAS, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Vol. I, Tomo II, p. 690.

³⁵ *Idem*, p. 694-595.

os caminhos da conspiração, declara que a partir de Março de 1820 decidira com António da Silveira «meter ombros à grande empresa», electrizados pelos acontecimentos de Espanha, passando a estabelecer contactos militares, passo que aproveita para minimizar a fidelidade de alguns camaradas de armas, designadamente o Tenente Coronel Domingos António Gil de Figueiredo.

Ferreira Borges, na sua resposta, além de repor a verdade sobre a acção do *Sinédrio* e revelar a sua constituição, o que julgamos ser o primeiro documento público em que tal acontece, não cala a sua indignação perante o que considera injúria à pessoa do Tenente Coronel Gil, cuja lealdade a firmeza exalta com recurso a factos, pondo a tónica na sensatez e coragem que este militar manifestara quando o mesmo Cabreira anunciara propósitos de «prender todos os ingleses», o que a ter-se verificado certamente teria feito abortar o movimento.

Aproveita ainda para lhe recordar o comportamento de Gil e outros oficiais quando Maxwel Grant, comandante do Regimento n.º 6, pretendeu contactar o seu Regimento na noite de 23 para 24 de Agosto, obstaculizando esse contacto, o que possibilitou que o Regimento enfileirasse nas tropas revolucionárias.

O Manifesto de Cabreira e a Resposta de Ferreira Borges

19. Do «Manifesto» de Cabreira ressalta uma inequívoca emulação em relação a Sepúlveda, o que Borges aproveita para confrontar acções de um e outro na marcha a caminho de Lisboa, no momento crucial das vésperas da arrancada, quando inesperadamente o Coronel António da Silveira, enclave reaccionário na epifania revolucionária, se confrontou com Fernandes Tomás e recusou os textos das Proclamações propostas por este, ameaçando afastar-se, o que pôde ser travado pela arguta intervenção de Ferreira Borges, que não só pôs água-na-fervura com «algumas reflexões que se adoptaram como convenientes ao bem da Causa», como apresentou as Proclamações que puderam ser ratificadas e finalmente lidas às tropas em parada no Campo de Santo Ovídio.

A prudência, mais que o temor, talvez mesmo o pudor de evidenciar perante o País, o que foram os temporões dissídios na caminhada para Lisboa, levam Borges a silenciar pormenores; porém, não deixa de evocar os acontecimentos de Alcobaça, a 27 de Setembro, quando

Silveira quis despachar para altos cargos militares seu irmão Francisco, Conde de Amarante, e o sobrinho Manuel da Silveira, coriféu migue-
lista, depois feito Marquês de Chaves, e pretende afastar Ferreira
Borges da Junta, com o argumento de que não tinha sido juiz de fora,
o que provocou pronta a incisiva reacção de todos os sinedristas, espé-
cie de prelúdio do mais extenso saneamento ensaiado com malogro
na Martinhada.

A carta de Ferreira Borges, que a seguir transcrevemos, parece-
-nos revestir-se de particular interesse para a compreensão das rela-
ções de militares com civis que projectavam o movimento, contribuindo
ainda para a clarificação das prioridades das adesões, o que se veri-
fica não ser uniforme em alguns historiadores da Revolução.

Igual importância conferimos à referida «Memória» publicada no
Campeão Portuguez, que fecha exactamente com a Carta de Borges,
o que levou Luz Soriano a atribuir ao nosso jurisconsulto a autoria
dessa «Memória»³⁶.

Desconhecemos os fundamentos de Soriano para tal conclusão, e
não se nos afigura prova bastante a inclusão da referida carta para a
paternidade do texto.

Mas, ainda que assim fosse, da sua leitura ressalta que, ao con-
trário do que tanto se propalou, não se arroga Ferreira Borges como
«pai da revolução», em detrimento de Fernandes Tomás, o que moti-
varia rompimento entre ambos com o pretexto da «Ode à Pátria».

Se outros argumentos não houvesse, a carta que se segue é ine-
quívoca prova do papel atribuído por Borges ao «Patriarca da Revo-
lução»:

«Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Comendador Sebastião
Drago Valente de Brito Cabreira

Devedor a V. E. de resposta à sua carta circular de 28 de
Fevereiro passado, objectos de mais alta monta me tolheram,
além de alguma moléstia, o responder-lhe logo. Previno a V. E.
de que não vou responder-lhe na qualidade de Deputado de Cor-
tes, vou falar em qualidade dum cidadão particular: porque é

³⁶ *História da Guerra Civil*, 3.^a Época, Tomo I, Vol. II, p. 418.

nessa qualidade que V. E. faz de mim menção no que chama *Manifesto* e o qual acompanha a mesma Carta.

Diz V. E. no seu *Manifesto* que o cidadão deve à sociedade conta de seus procedimentos na vida social, e que à sociedade toca aprová-los ou reprová-los; que impellido deste dever, V. E. vai com pureza expor os *factos que deram origem, força e impulso aos acontecimentos do memorável dia 24 de Agosto de 1820*, com os mais que se lhe seguiram até à reunião do Soberano Congresso Nacional.

A importância que V. E. dá e eu dou a semelhantes factos, o dever a que V. E. cede e eu cedo em desdobrar ante o Tribunal da Pátria os meus procedimentos nesta parte me obrigam a mostrar a V. E. a inexactidão da sua Exposição ou Manifesto, o que todavia não faria *quando não instigado*, para que se não persuadissem os que de perto me não conhecem que eu envolvia numa tal exposição alguma coisa de vistas particulares, juízo que de ordinário se não arrisca em vão, olhada a altura a que tem subido a perversidade humana.

Se vou pois dizer o que sinto, sem medo de ser desmentido com verdade, nem por V. E., nem por alguém, porque só falo e falarei verdade, e tenciono de publicar pela imprensa esta mesma carta, não como *Contra Manifesto* (porque não sei precisamente quem são as pessoas que têm autoridade de fazer Manifestos à Nação), senão como resposta à Carta que tive a honra de receber de V. E. impressa.

Vamos aos factos.

Refere V. E. que os acontecimentos de 7 de Março de 1820 em Espanha lhe deram *nova electricidade à sua imaginação* que não largava o projecto de destronar o Despotismo apossado de todos os degraus do trono de Portugal; que vendo em *conversações gerais* o Coronel de Milícias António da Silveira Pinto da Fonseca uniforme em sentimentos, não duvidou abrir-se com ele, e deliberaram meter ombros à grande empresa.

Para que V. E. vá com inteiro conhecimento de causa, porque já é tempo de que isto se saiba, devo dizer-lhe que desde 22 de Janeiro de 1818 (já V. E. vê que é antes de Março de 1820) meditou nisto mesmo o Desembargador Manoel Fernandes Tomás *comigo*, com o Bacharel José da Silva Carvalho e João Ferreira Viana, e sucessivamente meditaram Duarte Lessa, José Maria

Lopes Carneiro, José Gonçalves dos Santos Silva, o Bacharel José Pereira de Menezes, o Bacharel Francisco Gomes da Silva, o Desembargador João da Cunha Sotto Maior, José de Mello e Castro d'Abreu, o Bacharel José Maria Xavier de Araújo e o Coronel Bernardo Corrêa de Castro e Sepúlveda.

Saiba mais V. E. que sempre lhe foi occulto a V. E. e a todos os que não eram os treze mencionados acima o modo por que isto se fazia. Atenda: O Coronel de Milícias Silveira era então íntimo amigo do Desembargador João da Cunha Sotto Maior, foi este quem o manejou para que manejasse a V. E., o que teve efeitos iguais aos desejos, porque V. E. (não lho nego) tinha momentos de verdadeiro Constitucional. Mas tinha outros como os dos dias 27 de Junho e 27 de Setembro, que desmantelava os muros da paciência mais apurada.

Agora tem V. E. a chave para descobrir os movimentos do Coronel de Milícias Silveira e do Bacharel José da Silva Carvalho, com quem V. E. confessa que no dia 19 de Junho sondara a opinião pública; veja V. E. quem foi o *sondador* e o *sondado*, e veja que essa mesma opinião pública era por todos nós guiada e aclarada. Cada um de nós tinha sobejas relações para fazê-lo e efectivamente o conseguimos. Nós sabíamos bem o pensar de V. E. e de seus dignos officiaes.

Continua V. E. a dizer que deliberara com o Coronel de Milícias Silveira meterem os ombros à grande empresa, *agregando os que achassem de iguais sentimentos, sendo os primeiros que se uniram o Major do Regimento de Milícias do Porto, José de Sousa Pimentel e Faria, o Tenente Coronel do Regimento de Infantaria n.º 6, Domingos António Gil de Figueiredo Sarmento e o Major do Batalhão de Caçadores n.º 6, Manoel Vaz Pinto.*

Sinto muito que V. E. não diga o modo *como agregaram* esse Tenente Coronel Gil e Major Vaz Pinto, e que principie neste seu silêncio (a que não pode dar causa) a fraquejar o seu plano e a apparecer a verdade. Atenda, Excelentíssimo Senhor: fui eu, não foi V. E. nem o Coronel de Milícia Silveira quem falou ao Tenente Coronel Gil e Major Vaz; fui eu quem fez com que um e outro fosse falar com V. E., porque V. E. se prestou a isso ao Coronel de Milícias Silveira, como este disse ao Desembargador Sotto Maior e este a nós. Por sinal, se a minha memória

me não engana, que era a senha ir buscar a *resposta do recado* ou coisa que o valha.

Eu não posso deixar de dizer neste lugar que V. E. faz grande injúria ao Tenente Coronel Gil, quando dalguma sorte duvida dele e o faz aparecer dizendo dentro de poucos dias duas coisas [des] encontradas acerca da cooperação de um Regimento. Este Tenente Coronel disse sempre o mesmo a V. E.: ele disse que contava com o carácter de seus oficiais, oficiais inferiores e soldados, porém que também era verdade que o Regimento n.º 6 tinha por chefe Maxwel Grant, que era querido do Regimento.

Esta assersão é dum homem verdadeiro e que previne essa mesma *crise com pontinhos*, a que V. E. se refere em seu Manifesto.

Esta asserção veio tanto mais a propósito quanto o projecto de V. E. era o *prender todos os ingleses*, o que lhe eu tirei da cabeça nessas *reflexões* que V. E. confessa eu *desenvolvi e que se adoptaram como convenientes ao bem da causa*. Assevero a V. E. que nunca vi homem tão ofendido e pesaroso como voltou o Tenente Coronel Gil da presença de V. E. em direitura à minha casa a contar-me como V. E. o despediu, dizendo-lhe em voz alta, tendo antes falado em voz submissa, *que não tivesse o trabalho de voltar a sua casa... que se tivesse alguma coisa a comunicar-lhe de serviço lhe escrevesse*.

Eu pude sossegar este official, que foi obrigado a calar-se, só porque se tratava da salvação da Pátria, e pude conseguir dele o esquecimento do passado com V. E., e uma cooperação demonstrada e resoluta no grande objecto que tratávamos.

Não perca V. E. de vista que este official fez na noite de 23 para 24 de Agosto, quando o Coronel Grant foi ao quartel do Regimento n.º 6, tolhendo que o Coronel avistasse o Regimento; não se esqueça do comportamento do Tenente José de Sousa Pinto de Magalhães e Paulo Corrêa, que souberam dizer àquele Coronel o que são soldados e officiais portuguezes, e veja enfim que quem se viu *na crise* de que V. E. fala foi o Tenente Coronel Gil.

Nós não devemos tirar o seu a seu dono. V. E. com uma porção pequena do seu Regimento de Artilharia, contingente com que entrou na nossa Regeneração Política, bem vê que não podia fazer nada, como largamente ponderámos eu e o Coronel Sepúlveda na fralda da montanha da Lapa na noite da tarde em que

V. E., o Tenente Coronel Canavarro, o Coronel Loureiro e outros dois que ali estavam casualmente, ali nos deixaram sozinhos, muito antes de 23 de Agosto, em que diz que pela primeira vez me conheceu.

Eis aqui como o Tenente Coronel Gil e o Major Vaz *se aggregaram*, o que cumpria que V. E. dissesse e não disse, deixando na sua exposição um vazio que era necessário encher em honra destes dois dignos oficiais que se prestaram e coadjuvaram a salvar a Pátria sem equívoco.

Continua V. E. a dizer que foi *forçoso espaçar* [= adiar] o *projecto até que melhorassem as circunstâncias, as quais se proporcionaram* pelo retorno do Regimento de Infantaria n.º 18 em 22 de Julho.

Aqui esqueceu a V. E. o dizer que foi forçoso espaçar o projecto porque V. E. partiu sem razão com o Tenente Coronel Gil, e em consequência nada se podia fazer; esqueceu-lhe dizer que sendo-lhe pedido um destacamento de Artilheiros para Lisboa nas vésperas da entrada do Regimento n.º 18, ou sendo obrigado a mandar esse destacamento pelas mudanças ordinárias, V. E. desanimou e foi necessário mandar-lhe dizer que contávamos com o patriotismo do Coronel Sepúlveda, e que com ele se faria *tudo*, como com efeito se fez.

Lembra-me bem que todo o afinco de V. E. então era dizer: — *Quem são esses Senhores que mandam dizer isto? Porque não me aparecem eles?*

Agora já V. E. sabe quem eles são e porque lhe não apareciam todos; não era por medo, era porque não era necessário; cada um deles tinha tanto medo como eu tive no dia 22, na noite de 23, na manhã de 24 e desde esse dia até agora.

Aqui confessa V. E. agora (a verdade) que o Coronel Sepúlveda estava *advertido do projecto antes que V. E. lho comunicasse*. Diz V. E. que não tardou que se *unissem em sentimentos de patriotismo pelo bem da Pátria*; sem dúvida que não tardou, porque ele nunca hesitou e V. E. nunca o persuadiu.

Diz que foram no dia 22 de Agosto a casa do Coronel de Milícias Silveira, e que fazendo as modificações que pareceram úteis no plano traçado para o dia 29 de Junho, *ficou decisivamente aprovado*.

Isto não succedeu no dia 22 de Agosto, succedeu no dia 21, um dos mais desastrosos da minha vida, e que por isso nunca me esquecerá.

O seu plano, ou antes o do Coronel de Milícias Silveira, que ele envolvia num Manifesto, era ao justo a nossa perda e a da Monarquia. Ele o levou na tarde deste dia a casa do Desembargador Fernandes Tomás, aonde todos estávamos, mas não com ele senão em uma sala próxima, e não houve forças humanas que lhe destruíssem o seu desarrazoado projecto.

De maneira que vindo-se ele embora nós ficámos atormentados e julgámos a causa da Pátria perdida. Foi então que eu me ofereci para Parlamentário, que o Coronel Sepúlveda prometeu a reunião de V. E. e dele em sua casa na manhã seguinte (dia 22) aonde fui, e com V. E., Sepúlveda e Silveira eu pude convencer a muito custo Silveira, que o seu plano e o seu Manifesto era perigoso, vinculava vistas particulares e se devia substituir [pel] o meu Manifesto, que nesse acto apresentei e li.

Sepúlveda coadjuvou-me, V. E. convenceu-se e o Coronel Silveira foi obrigado a ceder ao tom sisudo com que lhe falámos e que o Coronel Sepúlveda tomou com firmeza, alevantando-se da cadeira.

Aqui é que acabou decisivamente o plano que eu apresentei; aqui é que eu desenvolvi o que V. E. chama *algumas reflexões que se adoptaram como convenientes ao bem da Causa*; aqui me deu V. E. um papel que era uma espécie de Proclamação e eu lhe prometi fazer, como fiz, as duas proclamações que fiz imprimir e se assinaram manuscritas no Conselho Militar. Então escreveram meus Companheiros as cartas para as Autoridades Cíveis e Militares e para os Officiaes Ingleses, que eu fiz e levei em limpo ao mesmo Conselho.

No seguinte parágrafo do seu Manifesto confessa V. E. no que expende, como dois dos meus Companheiros o avisaram a tempo do que havia ou podia haver para se providenciar a tempo.

Note pois V. E. que não nos escapava.

Passa depois V. E. a dizer que *na mesma tarde se lhe apresentou o Tenente Coronel de Milicias da Feira, António Pinto Barreto Feio, offerecendo-se com o seu Regimento e prometendo trazer ao partido da boa Causa o Regimento de Milicias de Oliveira de Azemeis, como cumpriu.*

E logo depois, enumerando as pessoas que perfizeram o Conselho Militar, fala em Tibúrcio Joaquim Barreto Feio, Ajudante do Regimento de Milícias da Maia, e apenas diz que foi substituído pelo Major do mesmo Regimento José Pedro Cardoso da Silva.

Eis aqui outra lacuna que é necessário esclarecer, porque falando V. E. no Tenente Coronel Comandante da Polícia, José Pereira da Silva Leite de Berredo, que convidou, e que entrou com 23 soldados a cavalo e 30 de pé, que era o que tinha, não diz como é que veio o Tenente Coronel Barreto oferecer-se e o Ajudante Tibúrcio ao Conselho.

Agora cumpre dizê-lo. Fui eu, Excelentíssimo Senhor, que convidei Tibúrcio e foi Tibúrcio quem convenceu o Major José Pedro Cardoso da Silva, e em consequência quem trouxe o Regimento de Milícias da Maia. Foi o Ajudante Tibúrcio quem fez apresentar-se imediatamente no Porto o Tenente Coronel Barreto e o levou à minha casa na noite do 22, aonde lhe propus o modo como devia obrar, e que lhe pedi fosse ter com V. E. e com Sepúlveda. E o mesmo Tenente Coronel Barreto me prometeu a cooperação, além do seu Regimento de Milícias da Feira, do de Milícias de Oliveira de Azemeis.

Eu lhe ensinei como devia ficar às ordens do Coronel do Batalhão de Caçadores n.º 11, Francisco António Pamplona Moniz, a quem escrevi, e se prestou imediatamente, porque me conhecia o carácter e eu dele a honra, a amizade e o patriotismo, sendo sem hesitação um dos mais beneméritos oficiais do nosso bravo Exército.

Eis aqui pois como o caso sucedeu: o Tenente Coronel Barreto foi ter com V. E. porque eu o mandei, o Ajudante Tibúrcio foi ao Conselho comigo e cedeu o passo ao seu Major só porque era Patente superior. Porém, Tibúrcio foi a quem primeiramente falei e quem moveu o Major Cardoso. Eis aí a verdade e a explicação do que V. E. não explicou ou não sabia.

Estamos chegados ao grande dia 24 de Agosto, cuja memória irá comigo à sepultura. Entretanto, quando V. E. diz que se dirigira ao Bispo, Governador das Armas e Justiças, é necessário que diga que o *mesmo fizera o Coronel Sepúlveda*, que me chamara Camarada, que me abraçara e que, como eu era Síndico da Câmara, e fui quem redigi o acto da vereação e guiei todo este

acto, se voltou protestando que *toda a irregularidade que houvesse cairia sobre mim*.

E note V. E. como eu fiz tudo com inteira regularidade no meio de tanto tumulto e em época de tão grande feito, nada faltando nem no andamento do acto, nem no procedimento subsequente do Governo em que tive a honra de ser Secretário, recaindo sobre mim tanta soma de trabalho como V. E. viu e todos viram.

Aqui nada mais digo.

Refere depois V. E. que desde o 24 nada especifica, porque as Gazetas o expuseram. No entanto seja lícito o dizer que sinto muito que V. E. fale tanto de operações do Exército do Sul, e que não diga uma palavra do Coronel Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda, que fez tudo na nossa frente.

Ele partiu para o Vouga, para Aveiro, para Coimbra e para Vizeu; em todos os Povos intermédios ele muitas vezes só, sem tropa alguma fez desenvolver o entusiasmo Português. Foi ele quem passou à Estremadura e sempre em postos avançados, quem interceptou todos os correios e comunicações, e, numa palavra, se ele não fora, eu não sei como chegaríamos tão rápida e tão sossegadamente a Lisboa. Esta é a verdade.

V. E. esteve sempre com a Junta Provisória e, enfim, neste lugar, parece-me por agora que nada mais devo dizer. No entanto, somente que a *condescendência à concórdia* a que V. E. se refere, feita em 27 de Setembro em Alcobaça, nem sei como lhe hei-de chamar, nem quem foi que condescendeu; sei só que aquele sonho desastroso ou inspiração com que V. E. appareceu na manhã daquelle dia com que me aturdiu e ao Doutor Frei Francisco de S. Luis, foi certamente uma fatalidade em que a Providência quis apurar o meu sofrimento e tormentos que padeci desde 24 de Agosto até o 1.º de Outubro. Mas, enfim, não posso deixar de referir aquelle dia 25 de Setembro no qual em Leiria o Coronel de Milícias Silveira quis despachar, além do seu irmão, o Conde de Amarante, para o Conselho de Guerra, seu sobrinho Manoel da Silveira Pinto para governador das Armas de Trás-os-Montes, etc., etc., os mesmos membros da Junta Provisional e a V. E. mesma, excepto a mim, *porque não tinha sido Juiz de Fora* (palavras dele), ao que todos retorquiram com aquella firmeza de carácter que ainda uma outra vez desdobraram na tarde do dia 11 de Novembro.

Foi de Vila Franca que V. E. tornou para Sacavém, não para serenar a Tropa, mas porque assim o quis, porque V. E. era de opinião de que a Tropa devia entrar no dia 1.º de Outubro conosco nesta Capital, e que era demonstradamente um erro como o facto subsequente provou a V. E. e do que antes ninguém pôde convencê-lo.

Lembre-se V. E. (do que nunca poderá esquecer-me), lembre-se do júbilo, do alvoroço, da alegria, do entusiasmo inexprimível de uma Capital qual Lisboa, e depois me dirá se era digna de uma desconfiança e de um alarme, como pretendiam fazer.

V. E. sabe muito bem quantas mais coisas eu poderia escrever sobre o acontecido desde o dia 24 de Agosto até o 17 de Novembro (em cuja noite estivémos na sala do Governo) como testemunha ocular e como Membro daquela Junta; porém, nem a capacidade de uma carta sofre, nem me parece necessário para resposta ao seu Manifesto, nem tenho mesmo muito tempo para isso, nem finalmente talvez convenha saber-se.

Concluo pois com dizer que V. E. tem uma parte na nossa santa causa, que se arriscou e que se cobriu de glória, mas que não cabe a V. E. nem ao Coronel Silveira essa primeira parte que V. E. e ele se arrogam neste feito.

Compare V. E. todos os seus riscos com o risco que correu o Desembargador Manoel Fernandes Tomás quando veio a Lisboa.

Não deve pois V. E. arrogar-se essa distinção que se arroga com injúria dos meus companheiros. Eu me persuado a tê-lo mostrado com evidência e com verdade; no entanto, se V. E. quizer provas de que falei aos chefes e oficiais, como referi, eu posso produzi-las porque tenho por escrito do próprio punho deles.

Se quizer saber mais dos factos que exponho, pode perguntá-los a qualquer dos treze que mencionei, o que são pessoas de inteira probidade e fé provada.

Pela parte que me toca eu respeito muito particularmente a V. E., sou seu amigo e nesse espaço de tempo em que servimos, V. E. notaria o quanto o singularizei e respeitei.

Reitero ainda hoje iguais protestos de estima e consideração para com V. E.

Deus guarde a V. E. por muitos anos, Lisboa, 9 de Abril de 1821.

José Ferreira Borges»³⁷.

O 24 DE AGOSTO

20. Regressemos, porém, às vésperas do pronunciamento militar.

A 21 e 22 de Agosto debatem os conspiradores a execução do plano, concertando-se para a noite de 23 uma reunião de militares, em casa de Sepúlveda. E Ferreira Borges comparece na reunião castrense, para apresentar as Proclamações³⁸ que seriam lidas às tro-

³⁷ *Memórias para a História de uma brilhante e gloriosa Regeneração de 24 de Agosto de 1820*, in «*Campeão Português*», 16 de Junho de 1821, pp. 194 a 206.

³⁸ É o seguinte o texto das Proclamações, redigidas por Ferreira Borges e que foram lidas às tropas na madrugada de 24 de Agosto, a primeira por Cabreira, a segunda por Sepúlveda:

PRIMEIRA: Soldados! Uma só vontade nos una. Caminhemos à salvação da Pátria. Não há males que Portugal não sofra. Não há sofrimento que nos portugueses não esteja apurado. Os portugueses sem segurança em suas pessoas e bens, pedem o nosso auxílio; eles querem a liberdade regrada pela lei. Vós mesmos, vítimas dos males comuns, tendes perdido a consideração, que vosso brio e vossas virtudes mereciam. É necessária uma reforma; mas esta reforma deve guiar-se pela razão e pela justiça, não pela licença. Coadjuvai a ordem; coibi os tumultos; abafai a anarquia. Criemos um governo provisório, em que confiemos. Ele chame as cortes que sejam o órgão da nação e elas preparem uma constituição que assegure os nossos direitos. O nosso rei, o senhor D. João VI, como bom, como benigno, e como amante de um povo, que o idolatra, há-de abençoar nossas fadigas. Viva o nosso rei! Vivam as Cortes, e por elas a Constituição!

Porto, e em conselho militar, aos 24 de Agosto de 1820 = o Comendador *Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira*, coronel de artilharia n.º 4 = *Bernardo Correia de Castro Sepúlveda*, coronel de infantaria n.º 18 = *Domingos António Gil de Figueiredo Sarmento*, tenente coronel comandante de infantaria n.º 6 = *José Pereira da Silva Leite de Berredo*, tenente coronel comandante do real corpo da polícia = *José de Sousa Pimentel*, major comandante interino das milícias do Porto = *José Pedro Cardoso e Silva*, major comandante das milícias da Maia.

SEGUNDA: Soldados! Acabou o sofrimento! A pátria em ferros, a vossa consideração perdida, nossos sacrifícios baldados! Um soldado português próximo a mendigar uma esmola! Soldados! O momento é este: voemos à nossa salvação

pas, assim como a lista dos indivíduos que deviam formar a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, o que foi aprovado pelo Conselho Militar, dirigindo-se cada um para o seu posto e prontos ao desempenho das acções de que ficaram incumbidos.

Poderemos interrogar-nos: porquê no Porto e não em Lisboa a revolução?

Ora sabemos que Lisboa estava enxameada de polícias. Havia o serviço informativo civil e o serviço informativo militar, o que tornaria difícil que a conspiração não fosse descoberta.

Por outro lado, o Porto era uma «vila» monstro, e se tal razão não chega, pois não há revolução sem revolucionários, atentemos que a «Cidade Invicta» tinha uma classe comercial numerosa e poderosa e, se é certo que os intelectuais estavam em Lisboa, não é menos certo que a «inteligência» liberal se encontrava radicada no Porto.

Dos textos das Proclamações como do Auto Geral se extrai o que ideologicamente iria caracterizar a revolução: preservação da ordem, manutenção da santa religião dos nossos avós, fidelidade à sereníssima Casa de Bragança e convocação de Cortes que haveriam de elaborar uma Constituição.

própria. Camaradas, vinde comigo. Vamos com os nossos irmãos de armas organizar um governo provincial, que chame as Cortes a fazer a Constituição, cuja falta é a origem de todos os nossos males. É desnecessário o desenvolvê-lo, porque cada qual de vós o sente. A nossa santa religião será guardada. Assim como nossos esforços são puros e virtuosos, assim Deus os há-de abençoar. Os soldados que compõem o bravo exército português, hão-de correr a abraçar a nossa causa, porque é igualmente a sua. Soldados! A força é nossa, nós devemos portanto não consentir os tumultos. Se a cada um de nós deve a Pátria a salvação, deve a cada um de nós a Nação a sua segurança e tranquilidade. Tende confiança num chefe que nunca soube ensinar-vos senão o caminho da honra.

Soldados! Não deveis medir a grandeza da causa pela singeleza dos meus discursos. Os homens sábios têm de desenvolver um dia esse feito maior que mil vitórias. Santifiquemos este dia, e seja desde hoje o grito do nosso coração. Viva el-rei o senhor D. João VI! Viva o Exército Português! Vivam as Cortes, e por elas a Constituição Nacional! = *com as assinaturas do conselho militar*, in SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Tomo VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, pp. 220 e 221; CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *Documentos para a História das Cortes Gerais*, 2.^a ed., Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 6.

21. Pelas quatro e meia da madrugada do dia 24 de Agosto, perfiladas as tropas no Campo de Santo Ovídio, cumpriram os chefes militares os seus juramentos, lendo depois as proclamações e mais tarde, como fora determinado, dirigiram-se aos Paços do Concelho, para onde haviam sido convocados o Juiz de Fora, Vereadores, o Doutor Síndico (Ferreira Borges), o Escrivão da Câmara e outros oficiais.

Os dois chefes militares, Cabreira e Sepúlveda, fizeram as alocações e, perante as autoridades eclesiásticas, civis, militares e outras pessoas importantes da cidade, foi apresentada a lista de cidadão que formariam a Junta do Governo, o que foi plenamente aprovado³⁹.

³⁹ *Auto Geral da câmara municipal do Porto, em consequência do qual se procedeu à nomeação de uma junta de governo, que se denominou junta provisional do governo supremo do reino.*

Vereação extraordinária de 24 de Agosto de 1820. — Nesta cidade do Porto, e casa do illustrissimo Senado da Câmara, onde foram vindos o doutor juiz de fora do cível e vereadores, com assistência do procurador da cidade e da do povo. E logo nesta vereação relatou o doutor juiz de fora do cível, que ele recebera hoje um officio, que leu, e que é do teor seguinte:

Ill.mº sr. — Por bem do serviço de el-rei nosso senhor, e da nação portugueza, queira vª sª fazer convocar immediatamente a illustrissima câmara desta cidade, a saber: os quatro vereadores, procurador do concelho, escrivão, doutor síndico, juiz e procurador do povo e escrivão do expediente, para qe com v. sª se achem reunidos infalivelmente pelas oito horas da manhã nos Paços do Concelho, exigindo resposta da entrega da participação, pela qual v. sª fica responsável, para em tempo se prover à substituição dos ausentes, pelos que serviram na passada vereação. Ai nos acharemos.

Porto, em conselho militar, aos 24 de Agosto de 1820. O comendador *Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira*, coronel do regimento de infantaria n.º 18 = *Domingos António Gil de Figueiredo Sarmento*, tenente coronel do regimento n.º 6 = *José Pereira da Silva Leite de Berredo*, tenente coronel comandante da policia = *José de Sousa Pimentel de Faria*, major comandante interino do regimento de milicias do Porto = *José Pedro Cardoso e Silva*, major do regimento da Maia.

Em consequência do que, ele doutor juiz de fora, fizera as competentes participações, do que resultou a presente vereação. E logo, estão reunidos todos os abaixo assinados, pelos illustrissimos membros do conselho militar acima mencionados, foi representado que sendo evidentes os sofrimentos de todas as classes, e tendo de esperar-se a cada momento um rompimento anárquico, que levasse a nação a todos os males, que este monstro semeia na sociedade. Eles, animados do mais vivo desejo de prestar serviços à nação, de salvá-la, de fazê-la reganhar os seus verdadeiros direitos e caminhar outrosim sobre a base firme e inabalável de manter fidelidade e vassalagem ao nosso grande e muito poderoso monarca, o senhor D. João VI, se deliberavam a propor, como têm proposto, o seguinte: — Que se formará uma junta provisória, depositária do supremo governo do reino,

Da Junta Provisional à Martinhada

22. Não se poderá dizer ter sido muito rectilínio todo o trajecto que a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino teve de percorrer até à convocação das Cortes.

composta das seguintes pessoas, e do vice-presidente que essa mesma junta eleger, a saber: Junta Provisional do Governo Supremo do reino — Presidente, António da Silveira Pinto; vogais: pelo clero, o deão Luiz Pedro de Andrade Brederode; pela nobreza, Pedro Leite Ferreira de Mello e Francisco de Sousa Cirne de Madureira; pela magistratura, o desembargador Manuel Fernandes Thomáz; pela universidade, o doutor frei Francisco de S. Luiz; pela província do Minho, o desembargador João da Cunha Souto Maior e José Maria Xavier de Araújo; pela província da Beira, José de Mello Castro e Abreu e Roque Ribeiro de Abranches Castello Branco; pela província de Trás-os-Montes, José Joaquim de Moura e José Manuel de Sousa Ferreira e Castro; pelo comércio, Francisco José de Barros Lima. Secretários com voto, José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho e Francisco Gomes da Silva. Que esta junta governará em nome do senhor rei, o senhor D. João VI. Que ela manterá a sagrada religião católica romana, que temos a felicidade de professar. Que a junta é erecta para convocar Cortes representativas da nação, e nelas formar uma Constituição adequada à nossa santa religião, aos nossos bons usos, e às leis que na actualidade das cousas nos convêm. A qual proposição foi aceita unanimemente por todos, canonicamente firmada a eleição sem perturbação alguma, e o aprazimento recíproco. E neste mesmo acto foi recebida a resposta do ill.mº e ex.º sr. governador das armas do partido, a qual é do teor seguinte:

«Ill.mos sers. — Recebi o officio de v. sªs, de hoje, e com ele o exemplar de uma proclamação, que v. sª acabam de fazer à tropa estacionada nesta cidade; e em virtude do seu conteúdo cumpre-me dizer-lhes que eu, às horas indicadas por v. sª me acharei nas casas do conselho na Praça Nova, como v. sª dizem, pois que a minha vontade é a conservação do sossego público e a felicidade dos vassallos deste reino. Deus guarde a v. s. Quartel general em Leça da Palmeira, 24 de Agosto de 1820 = *Fillipe de Sousa Canavarro*, tenente general. Ill.mos srs. comandantes da força armada, existente na cidade do Porto.»

E logo neste mesmo acto, acabada a eleição, foi deferido, em nome do conselho militar, o seguinte juramento por mão do coronel Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda, ao doutor juiz de fora do cível, que depois o deferiu ao mesmo conselho militar, e a todos os membros que compõem a illustríssima câmara, e a todas as mais pessoas que neste acto assinam, segundo suas respectivas atribuições, cujo juramento é do teor seguinte: «Juro aos Santos Evangelhos obediência à Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, que acaba de instaurar e que em nome de el-rei nosso senhor, o senhor D. João VI, há-de governar até à instalação das Cortes, que deve convocar para organizar a Constituição Portuguesa. Juro obediência a essas Cortes e à Constituição que fizerem, mantida a religião católica romana, e a dinastia da Sereníssima Casa de Bragança. — Seguem-se as respectivas assignaturas. LUZ SORIANO, ob. e Tomo cit., pp. 221 a 224.

E isto porque, se bem olharmos a lista dos seus componentes, logo encontraremos, sob o disfarce de um guarda-roupa liberal, alguns coriféus do mais retrógrado conservantismo aqueles que, dois meses e meio depois da eclosão da revolução no Porto, no dia de S. Martinho, a pretexto do sistema a seguir-se no processo eleitoral, desencadeiam um movimento que visava recuperar direitos e prerrogativas de magistrados e altas patentes militares.

O vice-presidente da Junta, António da Silveira Pinto da Fonseca, irmão do Conde de Amarante, ligado às hierarquias castrenses, tentara um golpe de estado para chamar a si a chefia da revolução, o que levou ao seu afastamento. E foi esse afastamento a causa próxima para que alguns militares ensaiassem o derrube do governo, num golpe chefiado pelo marechal-de-campo Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, contando ainda com o apoio de instituições como a Casa dos Vinte e Quatro, o que levou a demitirem-se do ministério provisório, Fernandes Tomás, Ferreira de Moura, Fr. Francisco de S. Luis e Hermano José Brancamp Sobral.

Porém, oito dias após aquele pronunciamento, a facção militar avançada pronuncia-se por seu turno, impõe a demissão dos quatro membros que no dia 11 foram impostos por Gaspar Teixeira⁴⁰, obriga a Junta a chamar os liberais que haviam sido afastados, desterrando António da Silveira para a sua quinta de Canelas do Douro.

Em 18 de Novembro repunha-se a calma, vincando-se o irreversível percurso da opção constitucionalista, consagrando-se, com o regresso dos quatro liberais, com justificadas razões, a forma indirecta de eleições, neutralizando-se, desse modo, a influência do caciquismo e do clero retrógrado⁴¹.

⁴⁰ Foram eles o conde de Sampaio, Pedro Leite Pereira de Melo, José Manuel Ferreira de Sousa e Francisco de Sousa Cirne de Madureira.

⁴¹ O autor da Memória Biográfica, transcreve um autógrafo de Ferreira Borges sobre estes acontecimentos, que pela sua importância aqui reproduzimos:

«No dia 11 de Novembro se formou toda a tropa que compõe o exército do Sul e do Norte, debaixo das ordens do Marechal Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda e marchou para o Rocio a título de Revista. Dali subiram os oficiais Comandantes à Sala da Inquisição, aonde se fazia a Junta Preparatória das Cortes. E formando Conselho, tentaram depor os quatro membros do Governo, Manuel Fernandes Thomaz, Fr. Francisco de S. Luis, José Joaquim Ferreira de Moura, e Hermano José Brancamp do Sobral, trama que Antonio da Silveira Pinto houvera urdido. E falhando, porque os votos desprevenidos não seguiram, sempre

O INÍCIO DOS TRABALHOS PARLAMENTARES

23. Ultrapassado aquele incidente, fermento vivo do que tempos depois seria a Vilafrancada, as Cortes Constituintes davam início aos seus trabalhos a 27 de Janeiro de 1821, encontrando-se entre os cem primeiros representantes da Nação, eleito pela província do Minho, José Ferreira Borges, que compareceu na sessão preparatória de 24 de Janeiro, onde foi nomeado para a comissão de redacção da fórmula de juramento dos deputados⁴², sendo eleito secretário por 36 votos, na sessão do dia 26.

A sua carreira no parlamento foi entrecortada por longos períodos de ausência devido a enfermidades várias, o que lhe retirou a possibilidade de entrar em importantes debates, ou, quando presente, entrar neles com o entusiasmo e o vigor que caracterizaram tantas das suas intervenções, como mais adiante verificaremos.

Ferreira Borges não foi eleito para as Cortes Ordinárias, mas a tê-lo sido, reduzida seria a sua assiduidade nas sessões, pois coincidiu com um período de saúde muito precária, o agravamento de achaques que culminaram na cegueira precoce.

chegaram a aumentar o Governo de mais quatro membros, a saber, Pedro Leite de Mello, Francisco de Sousa Cirne de Madureira, o Conde de Sampaio, e José Manuel Ferreira de Sousa e Castro, que ficaram, e aqueles se demitiram, o que eu e José da Silva Carvalho fizemos depois. As demissões não foram aceites.

Nos dias 12, 13, 14, 16 e 17, houve convulsões contínuas no povo e tropas. Então apareceram os réprobos. Figuraram os Estados maiores milicianos, distinguiram-se José de Sousa Pereira Sampaio, e alguns outros que ou por iludidos, ou por coniventes tomaram parte nesta funesta cabala, e de que por decore nacional não repetimos seus nomes, apesar de impressos nos periódicos do tempo. No dia 17 à noite foram os 4 membros que se demitiram levados em triunfo ao Governo. Eu fui com o Fernandes na sege».

⁴² A comissão era formada, além de F. Borges, por Fernandes Tomás e Soares Franco, que apresentaram a seguinte fórmula: «Juro cumprir fielmente, em execução dos Poderes que me foram dados, as obrigações de Deputado nas Cortes Extraordinárias que vão fazer a Constituição Política da Monarquia Portuguesa, e as reformas e melhoramentos que elas julgarem necessários para bem e prosperidade da Nação, mantida a Religião Católica Apostólica Romana, mantido o trono do Senhor D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, conservada a Dinastia da Sereníssima Casa de Bragança». *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, Tomo I, p. 3.

FERREIRA BORGES CONSELHEIRO DE ESTADO

24. Em 6 de Março de 1823 foi escolhido para o Conselho de Estado, entre os cidadãos que em lista triplíce as Cortes haviam indicado, prestando juramento a 12 do mesmo mês⁴³.

A sua chamada a tão honroso cargo coincide com o período de franca agitação que viria a pôr em causa a monarquia Constitucional. A guerra civil já se instalara por toda a Espanha sob os gritos ultramontanos do chamado Exército da Fé. Em Portugal, a 23 de Fevereiro, na cidade de Vila Real, o 2.º conde de Amarante, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, levanta-se com as tropas do seu comando contra a Constituição, aclamando o Rei Absoluto.

Batido em Amarante, um mês depois, pelas tropas do general Luís do Rego, emigra com os seus 6000 homens para Espanha, regressando a Lisboa como um triunfador, após a Vilafrancada, esperado por D. Miguel e pela rainha e concedendo-lhe, por seus actos, D. João VI, o título de Marquês de Chaves.

O Conselho de Estado ocupava-se de assuntos triviais, quando o País vivia já o espectro da tragédia.

Inconformado, Ferreira Borges dirigiu então a D. João VI, a 17 de Abril, uma representação em que o alertava para os perigos que se abatiam sobre o sistema, tentando, não sem uma ponta de desespero, mostrar o possível caminho da salvação.

Não pudemos encontrar essa representação, mas dela dispomos de síntese que aparece na já referida Memória Biográfica e onde se diz:

«... notou que o Exército Francês havia passado e descido os Pirineus, e que apesar que do Trono de França se declarasse que a guerra não era com Portugal; como ela tinha por objecto dar mate às instituições liberais existentes, era inegável que a guerra

⁴³ No decreto de nomeação, pode ler-se: «Sendo-me presentes as duas propostas que as Cortes fizerão de Cidadãos Europeus e Ultramarinos para Conselheiros d'Estado nos termos do artigo 164 da Constituição: Hei por bem escolher José de Mello Castro e Abreu, Conde de S. Paio, João António Ferreira de Moura Candido José Xavier, João da Cunha Sotto Maior, José Ferreira Borges, António João de Menezes, Matheus Valente do Couto, e Romnaldo Antonio de Seixas; pelo merecimento e mais partes, que neles concorrem.

Filipe Ferreira d'Araujo e Castro, &c &c — Palácio da Bemposta em 6 de Março de 1823».

também era feita a Portugal, que os Ministros deslumbrados, ou por suas próprias opiniões, ou por promessas pouco acreditáveis, partindo de hipótese já não existente naquela época, não se haviam aparelhado para a guerra, como lhes cumpria; sobretudo para obter dinheiro; e que sem embargo de faculdade obtida das cortes para obter um empréstimo de dez milhões, objecto em que ele muito havia trabalhado no transacto congresso⁴⁴ e das muitas e vantajosas ofertas, que se haviam já feito, aquele arbítrio havia sido desprezado, dando causa a que o chefe da revolução em Traz-os-Montes tomasse por principal pretexto dela a falta de pagamento às Tropas, increpação que toda devia recair sobre o Ministério, pois que nos cofres das províncias, e até no da Alfândega do Porto, havia bastante dinheiro: que ainda era tempo de adoptar este arbítrio, posto que com muito mais sacrifício, do que se faria, quando a faculdade se concedeu; mas que este sacrifício deveria considerar-se como pequeno, quando com ele se mantivesse o Sistema Constitucional, e se salvasse a liberdade dos Portugueses com a independência nacional...».

Salvar o Sistema Constitucional e a independência nacional! Mas os ouvidos estavam fechados aos conselhos, nos palácios da Bemposta e Ajuda germinava a conspiração, a traição espreitava dos reposteiros e sentava-se nas secretárias de despacho.

A VILAFRANCADA — CARTA A D. JOÃO VI

25. Na madrugada de 30 de Maio, o infante D. Miguel, acompanhado de cerca de três mil homens, ergue o pendão da revolta em Vila Franca.

Os gritos de viva o *rei absoluto*, *abaixo a Constituição*, ecoam no ânimo frágil de D. João VI, que no dia 31 se junta aos revoltosos.

As Cortes reúnem pela última vez a 2 de Junho, com a presença de 77 deputados. Apenas 61 dos 211 deputados eleitos assinam o protesto que então se lavrou:

«Os representantes da Nação Portuguesa, ora reunidos em Cortes Extraordinárias, achando-se distituídos do poder executivo, que leve

⁴⁴ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo VI, pp. 1002 e seg. e Tomo VII, pp. 33 a 58.

a efeito quaisquer deliberações suas, e desamparados da força armada, declaram estar na impossibilidade de desempenhar actualmente o encargo das suas procurações para os objectos para que foram convocados; e porquanto a continuação das suas sessões poderia conduzir ao perigo de ser a Nação menosprezada nas pessoas de seus representantes, sem esperança de utilidade pública, interrompem as suas sessões até a deputação permanente, que fica continuando em exercício, ou o presidente das Cortes, julgue conveniente reunir os seus deputados; e protestam em nome dos seus constituintes contra qualquer alteração ou modificação que se faça na constituição do ano de 1822.

Lisboa, Paço das Cortes, aos 2 de Junho de 1823»⁴⁵.

O medo assaltara os espíritos e a cobardia instalara-se no seio de tantos arautos das liberdades; a contra-revolução, que tomara máscara e enfileirara nas hostes libertadoras, podia agora assumir-se como furiosa partidária do absolutismo. O entusiasmo generoso de uns tantos, acumulando erros e gerando inimigos, as «causas de muita espécie» que tornaram «odioso o sistema», foram cavando a própria ruína do constitucionalismo, como acentua Ferreira Borges numa carta ao rei, que a seguir transcrevemos.

Ferreira Borges movimenta-se no espaço onde a contra-revolução preparava os assentos da vindicta. Quando a 31 se desfaz o Conselho de Estado de que fazia parte, escreve um bilhete transcrito pelo autor da Memória Biográfica, e que bem traduz a sua coragem moral:

«M...⁴⁶ o V...⁴⁷ veio perguntar-me da tua parte se havia Conselho; respondo perguntando: e temos Rei a quem aconselhar? Eu não sei bem o estado das coisas, creio com tudo que a haver Conselho, não deve ser na Bemposta. O que eu não quero é morrer num chuço; a morrer no meu posto não hesito eu. 31 de Maio — Teu do C [oração] F. Borges».

⁴⁵ CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *Documentos para a História das Cortes*, I, pp. 718-19.

⁴⁶ M[oura]? (João António Ferreira de Moura?)

⁴⁷ V[alente]? (Mateus Valente do Couto?)

Era o derruir do sonho, o crime a soltar-se na rua, o caminho aberto do exílio para todos os que, na alegria de «arrancar a Pátria a fatal destino», se ergueram na madrugada de 24 de Agosto.

No momento da partida para Inglaterra, a 3 de Junho, escreve ao rei uma carta que aparece impressa no Diário do Governo n.º 131, de 4 de Junho de 1823, onde justifica a sua atitude e transparecem traços fundos do seu carácter:

«Senhor, — Tendo recebido de V. M. tantas provas de afeição durante o tempo que tive a honra de estar junto a V. M. como Conselheiro de Estado, julgo dever meu dar a V. M. conta do meu proceder embarcando-me neste Pacote para Inglaterra.

Fui eu, Senhor, dos primeiros que proclamei a Liberdade da minha Pátria, e nem por isso deixei sempre que tive a honra de estar na presença de V. M., de ser mui distinta e singularmente por V. M. tratado, o que me provou que V. M. não detestava um Sistema que garantisse as liberdades e a propriedade dos Cidadãos, que dividisse os poderes políticos, e estabelecesse barreiras ao despotismo.

Causas de muita espécie fizeram odioso o Sistema e arruinaram a sua existência, confundindo-se mui particularmente os vícios dos homens com a bondade da causa. Enfim, a guarnição de Lisboa tomou a resolução que é sabida, e a *força ditou a Lei*.

É esta a única razão da minha ausência. Conheço mui de perto as virtudes pessoais de V. M., *somente* nunca de V. M. me arredaria, como disse no memorial que a V. M. dirigi em 17 de Abril próximo passado.

Eu trato somente de evitar vinganças particulares. É isto o que temo, e nada mais, porque nem me arrependo do que fiz, nem tenho remorsos de ter jamais obrado uma acção contrária ao meu dever. A V. M., Senhor, chamo por testemunha da franqueza, da verdade e da lealdade à minha Pátria, com que sempre o aconselhei e lhe falei. O que fui, serei sempre. Logo que tenha uma garantia a minha segurança individual, eu voltarei à minha Pátria, que prezo sobre tudo. Faça, Senhor, feliz um Povo, que o merece. Faça, Senhor, o bem da maior parte, e nunca se esqueça que não há um só *Português* que o não ame, e que não conheça que os males que se fazem em seu nome, não são ditados e nem sequer sabidos por V. M.

À protecção de V. M. deixo um Irmão, que prezo por sua honra e lealdade, e que foi fiel a seu juramento, como V. M. observou, e que bem pode ser vítima dos seus émulos.

Deus guarde a V. M. como os súbditos de V. M. havemos mister. — A bordo do Paquete Duque de Malborough em o 1.º de Junho de 1823 = (Assinado) *José Ferreira Borges*»⁴⁸.

A única razão da ausência, proclamava-o, era evitar as vinganças e garantir a segurança individual.

O EXÍLIO E OS TRABALHOS JURÍDICOS

26. O exílio na Inglaterra vai permitir-lhe uma outra disponibilidade para o estudo, sobremaneira o aperfeiçoamento do seu saber em Economia Política e Direito, ao mesmo tempo que reformula muitos dos seus escritos, dedicando especial atenção à coordenação do «Código Comercial» de que havia sido incumbido pelas Constituintes⁴⁹.

Em 25 de Agosto de 1825 dá a público «As Instituições de Direito Cambial Portuguez», impressas em Londres. Nesse mesmo ano publica as 63 cartas de «O Correio Interceptado», onde, de maneira jocosa, comenta aspectos da vida portuguesa, encontrando como forma «que saísse em *miniatura* para que tornasse mais facilmente impresso para donde veio manuscrito, e escapasse por entre os dedos dos Senhores da Polícia, e pudesse enroladinho mirrar-se por espelho de fechadura segundo fosse necessário, e passar por Breve da Marca se fosse deparar a mão de Beata»⁵⁰.

No ano seguinte publica as «Dissertações Jurídicas», ocupando-se, na primeira, da publicidade do processo nas causas crimes, opinando, na segunda, sobre a natureza das leis, seus ofícios e efeitos, e da maneira como coordenar o código civil e criminal.

⁴⁸ *Diário do Governo* de 14 de Junho de 1823; *Documentos para a História das Cortes*, I, p. 713 e 714; *História de Portugal*, ed. de Barcelos, Vol. VII, p. 118.

⁴⁹ Cfr. *Diário das Cortes*, n.º 120, Tomo II, p. 1460.

⁵⁰ *O Correio Interceptado*, p. 6.

A CARTA CONSTITUCIONAL

27. Com a morte de D. João VI, a 10 de Março de 1826, e os acontecimentos políticos que se seguiram, especialmente o juramento da Carta em 31 de Julho, abria-se o caminho do regresso à Pátria. A 1 de Fevereiro de 1827, Ferreira Borges regressa a Portugal e logo no mês seguinte entrega requerimento na Relação de Lisboa, solicitando autorização para o exercício da advocacia.

A sua actividade de publicista revela-se de novo quando o Banco de Lisboa, a 6 de Dezembro de 1827, suspendeu o pagamento das suas notas. Imprime, então, um notável folheto onde faz a análise dos bancos de Inglaterra e França para, em estudo paralelo, analisar o banco português, explicando as causas daquele desiderato fiduciário pela excessiva emissão de notas.

28. A evolução política do país, com a chegada de D. Miguel a Lisboa a 22 de Fevereiro e todos os acontecimentos que levaram à sua entronização, abria o caudal de nova emigração liberal.

Ferreira Borges, por fins de Junho de 1828, encontra-se refugiado na fragata francesa Thetis, que estava fundeada no Tejo, em companhia do coronel Chaby.

A bordo dessa fragata, teria congeminado um plano revolucionário, que a polícia acabou por descobrir, providenciando o governo na saída daquela fragata, que foi substituída pela Themis.

A bordo da Thetis escreve «Duas palavras sobre o chamado Assento dos Três Estados do Reino juntos em Cortes na cidade de Lisboa — em 11 de Junho de 1828». Este folheto é a primeira refutação de natureza jurídica daquela assembleia, à qual faltava «a sisedeza, o bom senso, o conhecimento da Lei, as noções mais triviais da Jurisprudência, a boa fé, e a verdade. Eis aqui o escândalo que um punhado de homens, esquecidos da Religião do Juramento, sem atentarem nos males em que sepultavam uma Nação, dispersando os seus melhores Cidadãos, deslocando as suas riquezas, espantando o curso do seu já atenuado Comércio, prostituindo a justiça, premiando malévolos, aterrando inocentes, castigando inculpadados, abençoaram, firmaram, e santificaram uma usurpação com sofismas, com erros, com fantasmas, e com perversidades!»⁵¹.

⁵¹ *Duas palavras sobre o chamado Assento dos Três Estados do Reino juntos em Cortes na cidade de Lisboa*, feito a 11 de Julho de 1828, Londres, 1828. p. 21.

DUAS PALAVRAS SOBRE O CHAMADO ASSENTO DAS CORTES

29. Nas «Duas Palavras», Ferreira Borges faz a refutação da doutrina expressa no Assento dos Três Estados, que, como se sabe, trata a questão da pertença da coroa de Portugal depois da morte de D. João VI.

No texto do Assento, e é a matéria que importa para a réplica de Ferreira Borges, lê-se a dado trecho:

«Se as leis do Reino haviam excluído o Senhor D. Pedro da sucessão da Coroa, pelo menos desde 15 de Novembro de 1825, a Coroa Portuguesa em 10 de Março de 1826 pertenceu incontestavelmente ao mui alto e mui poderoso Rei, o Senhor D. Miguel Primeiro, porquanto sendo os dois Príncipes chamados um depois do outro, excluído legalmente o Primogénito, a coroa, por esta exclusão legal, necessariamente foi devolvida ao irmão segundo. Em vão se procuraria entre eles outro Príncipe ou Princesa com direitos à sucessão, depois de excluído legalmente o Primogénito, porque não podendo ser senão descendente do Senhor D. Pedro, ou se há-de dizer o que repugna à razão e até à noção dos termos que depois de excluído possuía direitos à sucessão, ou de admitir o que seria um absurdo igual e ainda mais manifesto, que ele podia em 10 de Março transmitir-lhe direitos que já, pela suposição, não possuía. Não podia esse Príncipe ou Princesa enquanto menor e em poder de Pais estrangeiros deixar de se reputar também estrangeiro para Portugal, mas dado ainda, que assim se não reputasse, nem por isso pudera receber direitos, de que aquele por quem unicamente lhe podiam ser transmitidos, já então se achava privado pelas Leis.

Eis aqui o grande, o inconcuso fundamento com que os Três Estados, reconheceram o seu legítimo Rei o Senhor na Augusta Pessoa do Senhor D. Miguel Primeiro.

O seu Primogénito fora legalmente excluído, os descendentes do Primogénito, dada a exclusão legal, não podiam ter dele e muito menos de outrem direito à sucessão, e as Leis chamam, indisputavelmente, em tal caso, à sucessão da segunda Linha»⁵².

⁵² Cfr. FRANCISCO DUARTE DE ALMEIDA E ARAÚJO. *Crónica da Rainha a Senhora Dona Maria Segunda*, Vol. I, Lisboa, 1859, pp. 384-5, cfr. ainda FERREIRA BORGES, *Duas Palavras*, pp. 4 e 5.

30. Ferreira Borges começa por pôr em evidência a confusão *Primogénito* com *Primogenitura* e *Filho* e *Linha*, o que considera sofisma pueril, porque ainda que se considerasse, em 1825, D. Pedro estrangeiro, não se poderiam considerar estrangeiros os seus filhos nascidos quando ele o não era, caso de D. Maria, nascida portuguesa.

«Porque meu Pai mude de estado — observa —, de Pátria, de Religião, de Clima, mudo eu também nesse sentido, quer queira quer não queira? Porque meu Pai perca os seus direitos *políticos*, perco eu os meus direitos civis? Deixo eu de suceder no prazo, que ele tinha, no Morgado que administrava, nos bens livres e vinculados de meu avô ou de meu tio? A Lei que *me* chama depois de meu Pai pode calar-se, não ter efeito, porque meu Pai não queira? É ele superior a essa Lei?»⁵³.

De tais asserções, demonstra sistematicamente todos os direitos de D. Maria, partindo do caso limite da morte do pai, retidos *in potentia* até à data da morte de D. João VI [= 10 de Março de 1826], tornando-se então *in actu*.

«Ela [= D. Maria] pois o adquiriu [o direito à Coroa de Portugal] absolutamente e possui desde então [hipótese da morte de D. Pedro] nos termos da nossa Legislação, segundo a Lei de 9 de Novembro de 1754».

Sustentando e demonstrando que D. Maria nasceu e é portuguesa, qualidade que não perdeu por qualquer acto seu, passa a demonstrar que por nenhuma lei portuguesa D. Pedro é estrangeiro, pois «o facto de fazer-se uma *parte* de Portugal Reino ou Império e ter por chefe um sucessor da Coroa Portuguesa, não priva esse sucessor do direito de suceder na Antiga Coroa, vagando esta pela morte do legítimo antecessor, muito mais quando o predecessor com muita sabedoria por evitar questões de sucessão quase sempre funestas aos Povos, declarou ao tempo que *com consentimento seu* se fazia a desmembração, que o Senhor D. Pedro 4.^o era o *legítimo herdeiro e sucessor* de Portugal, e para salvar todas as dúvidas e como centralizar a sucessão duma e doutra coroa tomou ele mesmo, o Senhor D. João VI, o título de Imperador do Brasil. A Procuração dada a Sir Charles Stuart, o tratado com o Brasil e as Leis de 15 de Novembro de 1825,

⁵³ *Duas Palavras*, p. 6.

são documentos que a Europa tem visto e que ninguém pode desconhecer em boa fé»⁵⁴.

Esta a refutação fundamental que converge para reclamar que os tronos da Europa «não podiam ser indiferentes» à usurpação aleivosa que à face do Mundo acaba de se perpetrar.

A CHAMADA CONSPIRAÇÃO DO MOREIRA

31. Vimos que foi a bordo da fragata surta no Tejo, ao tempo em que refutava o «Assento», que Ferreira Borges congeminou um plano revolucionário que culminou fatidicamente com os enforcamentos do Cais de Sodré, e cujo malogro é explicado na vulgata historiográfica por nele estar metido Ferreira Borges, desacreditado entre os liberais.

Valerá a pena determo-nos nesta conspiração, conhecida em alguns escritos por «Conspiração do Moreira», pela fracassada intervenção que na mesma tivera o brigadeiro Alexandre Moreira Freire, na noite de 9 de Janeiro de 1829.

A conspiração não era o acto de um homem metido numa fragata. Com grandes ramificações no exterior, envolvia importantes sectores do exército e da marinha e era acompanhada de Inglaterra pelos representantes de D. Pedro. A experiência do 24 de Agosto confrontava-se agora com a traição de quantos acorreram a aclamar D. Miguel, nas ruas, nos salões palacianos e nas casernas.

Ferreira Borges e o Coronel Chaby conseguiram passar-se para a Themis.

Desde o início Ferreira Borges havia participado para Londres a Palmela e aos agentes de D. Pedro todos os seus planos, tendo recebido autorização e até apoios financeiros para prosseguir. As movimentações no exterior levam a nova reclamação do governo e à saída forçada da Themis, que foi rendida pelo brigue Faucon, que igualmente recebeu os dois refugiados.

O acolhimento dispensado em Inglaterra à jovem rainha de Portugal e a repercussão que tal acontecimento teve no ânimo dos miguelistas, parecia o momento azado para a rebelião. Ferreira Borges participa a Chaby todo o plano. Este oficial tinha um filho de 17 anos,

⁵⁴ *Idem*, pp. 11-12.

aspirante de marinha, a quem comunica a proximidade da insurreição. O jovem, exultante de fervor revolucionário, põe o brigadeiro Moreira ao corrente dos acontecimentos.

Todos queriam ser heróis da mudança. Moreira antecipa-se ao dia marcado e precipita os acontecimentos.

Entre a população e os soldados circulavam já as proclamações redigidas por Ferreira Borges.

A polícia redobrou a vigilância e quando Moreira se apresentou no Quartel da Brigada da Marinha pela meia noite do dia 9 de Janeiro, chamando às armas o corpo da marinha, sem que o oficial da guarda houvesse sido prevenido, estava consumado o malogro e iniciavam-se as prisões em massa.

A 12 de Janeiro D. Miguel publicava um decreto em que processava todos os indivíduos constantes de uma lista, dados como presentes no Quartel da Marinha, onde apenas entrara Moreira.

Foi constituída uma comissão mista de militares e magistrados que num processo eivado de ilegalidades não conseguiu ir além de penas de degredo perpétuo para África ao brigadeiro Moreira e a mais quatro companheiros, e dez anos para outros dois, sendo todos os restantes absolvidos por falta de provas.

D. Miguel não gostou da sentença, pelo que mandou rever o processo. Dessa monstruosa revisão resultou que foram condenados à força o brigadeiro Moreira, o coronel Perestrelo, dois outros oficiais e o jovem aspirante Chaby, sendo condenados a degredo perpétuo os que haviam sido por dez anos, e a dez anos os então absolvidos. A sentença foi executada no Cais do Sodré no dia 8 de Março de 1829, fim trágico da chamada conspiração do Moreira.

Tinham sido sete meses de trabalho conspiratório em que Ferreira Borges havia posto todo um empenho que poderia ser destinado ao êxito, a não acontecer a precipitação do referido brigadeiro graduado da Brigada de Marinha.

Datada de 25 de Novembro de 1828, enviada de Londres, Palmela escrevera a Ferreira Borges uma carta onde se afirmava: «... Estimarei que esta tentativa seja mais feliz que as precedentes; em todo o caso pode V... ter a certeza de que ninguém fez ainda mais pela Pátria e pela Rainha»⁵⁵.

⁵⁵ Autógrafo transcrito na «Memória Biográfica», p. 261.

Numa outra carta datada de Londres, de 16 de Fevereiro de 1829, dirigida a Nuno Barbosa de Figueiredo, Palmela dá conta do regresso de Ferreira Borges à capital britânica, falando dos eventos de Janeiro:

«Tivemos mala de Lisboa com cartas de 1 do corrente, e chegou José Ferreira Borges, cuja existência a bordo da fragata francesa surta no Tejo não podia de modo algum prolongar-se, depois de se haver assoalhado por toda a parte. Quando v. s.^a tiver ocasião de assim o participar a mr. de Neuville, renovar-lhe-á os agradecimentos em nome de S. M. pelos socorros e abrigos tão generosamente prestados às vítimas da tirania, assegurando-lhe ao mesmo tempo que é tanto mais justa esta gratidão, quanto nos são notórias as queixas que o gabinete britânico tem feito a este respeito, fundando-se em dados falsos ou muito exagerados, entre outros, sobre a imaginária impressão a bordo da fragata de proclamações e outros papéis semelhantes, o que é inteiramente falso.

Dizem que as coisas de Lisboa continuavam a apresentar toda a aparência de uma próxima explosão, e tanto o Borges como as pessoas que de lá escrevem, mostram nisto a maior confiança. Que o governo usurpador se acha fraco e vacilante é indubitável; não vejo porém com igual certeza a sua dissolução imediata, ou que possa desde já efectuar-se sem o impulso que espero com as respostas de S. M. o Imperador do Brasil»⁵⁶.

32. Como decorre da leitura deste passo da carta de Palmela, o regresso de Ferreira Borges tornou-se inadiável por se «haver assoalhado por toda a parte».

Parece que efectivamente a conspiração andaria de boca em boca, não certamente porque Borges, a bordo da fragata, o pudesse fazer, mas porque algo na organização pode ter falhado ou quiçá pelo entusiasmo que tocava vastos sectores da população, a não pensarmos na efervescência inglesa de que Palmela dá notícia, e de infiltrados ao serviço de D. Miguel.

⁵⁶ *Despachos e Correspondência do DUQUE DE PALMELA* coligidos e publicados por J. J. DOS REIS E VASCONCELLOS, Tomo Quarto, desde 1828 até 1835, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 380-81.

Silva Maia, no tom apaixonado e suspeito que caracteriza as suas Memórias, refere o acontecimento nos seguintes termos:

«J. F. Borges, a bordo de uma Fragata Francesa surta no Tejo, era o principal agente desta conspiração; tinha em terra outros colaboradores, entre estes algumas Fidalgas e um jovem estrangeiro. O Marquês de Palmela lhe fornecia de Londres o dinheiro necessário e lhe enviava alguns emissários. Já disse (...) as dificuldades que apresentava Lisboa para aí se tentar qualquer revolução contra o Governo e estas dificuldades eram tanto maiores quanto aos conspiradores não possuíam nenhuma das qualidades que exige uma empresa tão atrevida e arriscada (...).

É verdade que as circunstâncias pareciam as mais favoráveis para uma conspiração. D. Miguel perigosamente enfermo estava invisível e muitos o consideravam morto (...). Porém D. Miguel não morreu, e ainda que a sua morte tivesse acontecido, assim mesmo esta conspiração seria infrutífera, pelo defeito dos principais colaboradores. J. F. Borges estava desacreditado em todos os partidos; os constitucionais o odiavam pela versatilidade, porque sendo um dos entusiastas da revolução de 1820, advogou nas Cortes a causa da opressiva companhia do Alto Douro, pelo que os portuenses o não elegeram Deputado na segunda legislatura daquelas Cortes. Retirado em Londres, em consequência dos sucessos do dia 3 de Junho de 1823, aí redigiu os periódicos *Popular* e *Correio Interceptado*, e nos últimos n.ºs publicados depois da morte do sr. D. João VI, dizia que a Coroa pertencia ao Infante D. Miguel, o que fez com que se publicasse em Paris o célebre folheto — *O Catavento* — em que o refutavam e o recriminavam. É suposto que publicasse depois o opúsculo — *Duas Palavras* — defendendo os direitos da Senhora D. Maria II, esta produção, apesar de bem escrita, não destruiu as ideias desfavoráveis dos constitucionais a seu respeito...»⁵⁷.

⁵⁷ JOSÉ JOAQUIM DA SILVA MAIA, *Memórias Históricas, Políticas e Filosóficas da Revolução do Porto em Maio de 1828 e dos Emigrados Portugueses*, Rio de Janeiro, 1841, pp. 186-89.

33. Este relato de Silva Maia, repetido por quantos manualistas falaram da conspiração, de Soriano a Oliveira Martins, e nos que nestes beberam informações, merece-nos alguns reparos.

Independentemente dos juízos sobre a personalidade de Ferreira Borges, alguns dislates aparecem no texto.

Ferreira Borges não redigiu o Popular mas sim o «Palinuro», e este foi impresso em 1830⁵⁸. Por outro lado em nenhuma carta do «Correio Interceptado» se dá D. Miguel como legítimo herdeiro da Coroa. Depois, como vimos oportunamente, «O Catavento» tem que ver com a Carta 49, onde Ferreira Borges comenta a Constituição de 22, e apenas.

Passando em claro as infundadas afirmações por outros repetidas, importa chamar a atenção para o próprio acto conspiratório.

António Ferrão⁵⁹ que encontrou a devassa respectiva ⁶⁰, utiliza uma vasta documentação onde se prova, pela «Relação das pessoas que segundo a maneira porque depuseram as testemunhas não podem deixar de se considerarem comprometidas ou terem notícia antecipada dos acontecimentos...», como por ofícios judiciais, a importância de que se revestiu aquela conspiração. É uma lista de mais de 70 nomes, encabeçada pelo Cardeal Patriarca, e na qual figuram o Marquês de Belas e irmão, o visconde de Queluz, a Marquesa do Alvito, dois generais, muitos oficiais superiores, o visconde de Santa Marta, o cônsul do Brasil, Ferreira Borges, naturalmente, várias senhoras, comerciantes, sargentos e praças do exército e marinha, alguns padres.

«À vista desta enorme lista de pessoas comprometidas — comenta António Ferrão — ninguém poderá dizer que a conspiração não fosse extensa. Além disso, figuram nela pessoas cuja participação revolucionária causará aos estudiosos de hoje a mais extraordinária surpresa, como o Cardeal Patriarca, D. Patrício, o visconde de Queluz, os marqueses de Belas, a marquesa do Alvito, D. Rita, a condessa de Ficalho, etc.

⁵⁸ É composto de 20 números, num conjunto de 160 páginas. Iniciou a sua publicação a 2 de Agosto de 1830 e findou a 5 de Dezembro do mesmo ano.

⁵⁹ ANTÓNIO FERRÃO, *O Reinado de D. Miguel*, Vol. I e único, Lisboa, 1940, p. 95.

⁶⁰ Não obstante os nossos esforços não tivemos igual sucesso.

(...) Quanto à participação do Ajudante de Ordens de D. Miguel, Teixeira [sétima referência da Relação] achamo-la suspeita. O rei seleccionava muito as pessoas que o rodeavam quotidianamente, e sabia adquirir sobre elas grande ascendente e nelas despertar forte amizade. Isso nos leva a crer que esse Ajudante entrava na conspiração por motivos de espionagem, e o mesmo somos levados a concluir da participação daquele 1.º Sargento de Caçadores 6, José Luis, que havia sido solto por *Aviso* da Secretaria da Justiça»⁶¹.

34. As execuções de 6 de Março de 1829, no Cais do Sodré, em que perderam a vida por enforcamento o brigadeiro Alexandre Manuel Moreira Freire, José Gomes Ferreira Braga, Inácio Perestrelo Marinho Pereira, Jaime Chaves Scarnichia e António Bernardo Pereira Chaby, a par das deportações para prisões africanas por toda a vida de João António Lopes, Bento José Antunes, Jacinto Pimentel Moreira e António Maria Alves de Aguiar, com apenas dois, António José de Torres e António Júlio Pereira d'Eça condenados a degredo por dez anos, deixaram um rasto de horror em todo o país.

O processo, de monstruosa organização, foi ao ponto de condenar Inácio Perestrelo com o nome suposto de Joaquim Velez Barreiros, nome de um oficial emigrado. Depois de condenado à morte Perestrelo declarou o seu verdadeiro nome, o que de nada lhe valeu. Correu que fora fortuita a sua passagem junto do Quartel da Brigada de Marinha, e que dera o nome suposto para não comprometer a honra de uma senhora que acabara de visitar àquela hora tardia⁶². Alto foi o preço da aventura galante!

35. A forma como se organizou o processo e as pressões de D. Miguel sobre os magistrados, foram comentados pelas hostes liberais emigradas, em veemente condenação.

No *Chaveco Liberal*, embora decorridos alguns meses sobre os acontecimentos, comentava-se a acção da magistratura portuguesa no processo, por estes termos:

«... Foi ele D. Miguel que *julgou* estas vítimas pelo decreto

⁶¹ ANTÓNIO FERRÃO, *ob. cit.*, pp. 97-98.

⁶² Cfr. LUZ SORIANO, *História da Guerra Civil*, Terceira Época, Tomo III, Parte I, pp. 284-85.

de 12 de Janeiro, foi ele que os lançou na forca. Ele nomeou por este decreto uma comissão para os julgar à morte, mas a comissão representou que não achava prova. O ministro do *monarca* intima à comissão que com essa mesma prova os julgue à morte (...) os comissários obedecem (...) No decreto de 12 de Janeiro diz o *déspota* que se processam 8 pessoas que designa numa lista a ele anexa, que se apreenderam *dentro* do quartel da Brigada de Marinha de Lisboa. Os juízes só acham *um* que foi apreendido *dentro* do quartel, todos os mais são apreendidos *fora* do quartel, todos são mandados matar! Na lista do decreto dizem-se *todos* presos no Castelo; os juízes acham-nos no Aljube!

(...) Mas houve uma sentença (...). O Brigadeiro Moreira acha-se no quartel, mas esse quartel não é alheio, é o seu próprio quartel. E que fez ele? Aonde está a prova do facto que o fez criminoso?

Gomes e Lopes, diz a sentença, nunca entraram no quartel, foram vistos à porta (...) Scarnichia é visto entre os magotes de gente (...) à Boa Vista, mas não há *duas* testemunhas que o vissem, pois a sentença confessa que as testemunhas são singulares isto é, cada uma depõe dum facto singular. Ele nega. Aonde está a prova?

Chaby e Antunes são presos (...) distante do quartel. Mas que fizeram eles para o deverem ser? Eis aí o que a sentença não diz.

Joaquim Velez Barreiros! Aqui cresce o horror. É preso um homem que dá o nome de Joaquim Velez (...) Mas quem é este homem que se enforca? Por certo não é esse Joaquim Velez Barreiros, porque este está em Brest com os seus irmãos de armas que seguem o caminho da honra. O homem que se enforcou é o bravo Coronel Perestrelo! (...) Quem pode crer que se manda matar um homem por outro? (...) Que mostra isso senão que se tomou uma vítima a esmo, que se cumpriu a vontade dum *déspota*, que se matou um homem *fosse quem fosse* (...).

Alves é preso e degredado sem prova (...) Torres é degredado porque se fez suspeito à patrulha que o prendeu. Mas Pereira d'Eça! (...) Eu não deixarei de transcrever as palavras da sentença:

«Prova-se que fora preso perto do quartel da Polícia do beco do Carrasco em razão de vir àquela hora (1 da noite) coberto com um capote branco, e ainda que foi apalpado dentro de casa da

guarda, e nada se lhe achasse, contudo *no dia seguinte* apareceu uma espada curta junto à dita casa da guarda se *presumiu* ser deste réu, não só porque o cinto em que estava metida lhe ajustava perfeitamente ao corpo, mas porque o local da achada não dava ideia alguma de que outro fosse o dono dela, e é quanto consta da parte, que deu a dita guarda da polícia.

Este escândalo, este horror, este desvergonhamento judicial não tem nome, nem parelha na história do foro»⁶³.

Na continuação do relato, aquele periódico liberal estampa os nomes dos subscritores da sentença, para que se entreguem «estes nomes à memória dos réprobos e a Providência divina um dia vingará a causa da inocência», terminando com a reflexão de que nunca se diz em favor de quem se faz a conspiração, que o nome de D. Maria nunca se repete, e gritando exaltantemente que chegará o dia do «triumfo da virtude».

O NOVO EXÍLIO — A OBRA JURÍDICA, ECONÓMICA E POLÍTICA

36. A 1 de Fevereiro de 1829 iniciava Ferreira Borges a sua segunda emigração, a caminho de Londres.

Naquela capital, ajudado pela generosidade de um irmão, vai poder de novo consagrar-se aos seus estudos.

Sucessivamente publica «Commentarios sobre a legislação portugueza ácerca d'avarias» (Londres 1830), «Jurisprudencia do contrato mercantil, de sociedade mercantil, de sociedade segundo a legislação e arestos dos Codigos, e Tribunaes das nações mais cultas da Europa» (Londres 1830) e «Synopsis juridica do Contrato de Cambio marítimo, regularmente denominado Contracto de risco» (Londres 1830).

Em 1832 imprime as «Instituições de Medicina Forense», reconhecida como a primeira obra portuguesa sobre estudos médico-legais⁶⁴.

⁶³ *O Chaveco Liberal*, n.º 6, Vol. I, 16 de Outubro de 1929, pp. 125 a 129.

⁶⁴ Cfr. J. T. MONTALVÃO MACHADO, «*O advogado que Introduziu a Medicina Legal em Portugal*», separata dos «Anais» da Academia Portuguesa de História, II série, vol. 23, Tomo I, Lisboa, 1975.

Porque desde há muito era possuidor do «Curso d'Economia Política» de Storch, pensou reduzir a obra daquele professor russo a compêndio didáctico, trabalho a que meteu ombros, ao mesmo tempo que coordena os «Princípios de Syntelologia ou da Sciencia do Tributo» (Londres 1831). Em 1834 é editado em Lisboa o trabalho que realizara sobre o Curso de Storch, com o título de «Instituições d'Economia Política».

Entretanto imprimira as «Observações sobre um opúsculo Intitulado Parecer de dois conselheiros da Coroa Constitucional sobre os Meios de se restaurar o governo representativo em Portugal», observações em que refuta as opiniões de Silvestre Pinheiro Ferreira e Felipe Ferreira d'Araujo e Castro constantes no Parecer.

Menos de um mês depois dá a público «Opinião Jurídica sobre a questão: «Quem deve ser o Regente de Portugal, destruída a usurpação do Infante D. Miguel», já integrada na polémica com aqueles dois autores e que aparece reunida num volume com o título «Polémica à volta de um Parecer sobre os meios de se restaurar o Governo Representativo em Portugal»⁶⁵.

A POLÉMICA EM TORNO DA QUESTÃO DA REGÊNCIA

37. A polémica que se gerou a partir do *Parecer* mobilizou vastos sectores da emigração e trouxe a lume as acentuadas divergências que existiam entre os liberais.

Já antes, por causa do problema do «juramento de obediência e reconhecimento à Regência estabelecido na Ilha Terceira em nome de S. M. a Senhora D. Maria II», se agudizaram tensões entre os grupos que, espalhados pela Inglaterra, pela Bélgica e pela França, se alinhavam em dois grupos, ditos de saldanhistas e palmelistas.

Partiu de «alguns dos portugueses emigrados na Bélgica» o primeiro protesto. Os juramentos prestados à Carta e a D. Maria II dispensava-os de outros juramentos, pelo que incitavam os seus compatriotas emigrados em Bruges «a abrirem os olhos» e recusarem tal imposição:

«Além de se exigir de nós que confessemos que esta regência é

⁶⁵ Cfr. JOSE ESTEVES PEREIRA, *Silvestre Pinheiro Ferreira, o Seu Pensamento Político*, Coimbra, 1974, pp. 110-17.

legal, deveríamos segundo a fórmula reconhecê-la com exclusão de toda a outra, como única legal...»

Em tal base organizam a recusa⁶⁶, difundindo documentos que punham em causa a legitimidade das autoridades que impunham o juramento.

Ao mesmo juramento opôs Ferreira Borges frontal recusa, justificando-se numa «carta a um amigo», escrita em Londres a 1 de Setembro de 1830⁶⁷.

Ao percorrer-se essa carta logo extraímos que assenta, como todas as suas intervenções políticas, no primado da lei e na honra aos juramentos feitos.

Historiado o contexto em que apareceu a ordem de juramento, Borges explica o seu procedimento por duas razões fundamentais: o ser a exigência oficiosa pelo próprio carácter, e por não poder ele, por formação, contravencionar a lei:

«Quando el-rei o Senhor D. Pedro IV mandou a Carta Constitucional, ordenou no seu preâmbulo que fosse jurada e no seu último parágrafo que as autoridades a fizessem jurar. Assim se fez, e eu jurei a Carta. Jurando-a, jurei a minha Rainha, jurei *fidelidade* à Senhora D. Maria II, nos termos do art. 86 e daí nem posso, nem quero arredar-me».

Por razão de o art. 145 da Carta, no seu primeiro parágrafo, dizer expressamente que «nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei», não podia, pois, obedecer, em nome da lei podia resistir a tudo o que lhe cheirasse a usurpação, medida arbitrária e a torneios jesuíticos.

Em tirada romântica, em que era pródigo, qual Camões de outras guerras, «com a Carta Constitucional numa mão e com a pena na outra», Borges dispõe-se a tisonar «os titireiros» até os crestar de todo se o merecessem:

«Dizem que esta medida [o juramento] tende a unir os Portugueses. Se esta união quer dizer engrossar partidos, declaro que não pertenço a nenhum. Nem estou unido nem desunido de ninguém. Sou exilado pela Carta. Se há desuniões lamento a medida, porque

⁶⁶ Sobre este problema, cfr. *Crónica da Rainha a Senhora Dona Maria Segunda*, vol. II, pp. 410 a 444.

⁶⁷ O *Conimbricense*, nº 2244, de 26/1/1869.

em vez de desfazê-las, exacerbou-as. Se a medida é anti-constitucional, como podem dizer-se constitucionais os que lhe obedeceram? Como pode contar-se com constitucionais que cedem a factos que o direito não só não legitima, mas encontra [= condena]? Eis aí um óptimo princípio de união».

A atitude de Ferreira Borges e sobretudo os termos por que justificou a recusa, o pôr em causa a fidelidade dos valores constitucionais dos que juraram, gerou imediatas reacções.

Não se pode dizer que Ferreira Borges não tenha apelado permanentemente a união entre os liberais, e dessa sua militância é eloquente peça a «Despedida aos Portugueses Emigrados»⁶⁸, onde reclamava constância e união, sem prejuízo das mudanças que o tempo e as instituições reclamassem: «Nenhuma máxima de Política é absolutamente imutável, salvo as que lhe são aplicadas do Direito Natural, único que em si tem este atributo».

Em sua opinião, era inimigo da Liberdade o que «propuser o bem público ao particular», em nome do qual se fizera a revolução de 1820.

Como tal, em nome da legalidade que se opunha ao Absolutismo e Despotismo, podia clamar:

«Abracemos, Companheiros, abracemos todos os demais. Não embiguemos em leves faltas, porque todos as temos. Unamo-nos e seremos invencíveis. Atentai que o interesse próprio nos chama a esta união».

38. Não foi tida por leve falta a recusa ao juramento, e logo teve virulenta resposta na «Carta de um Emigrado que jurou obediência à Regência Estabelecida em Nome da Rainha na Ilha Terceira, Em Resposta à Carta de outro Emigrado que não quis jurar a acusa de inconstitucionais os que prestaram aquele Juramento»⁶⁹.

Essa carta, que em muitas passagens lembra *O Catavento*, põe em evidência as mudanças de opinião de Borges ao longo dos anos, para contestar o seu direito de julgar a consciência alheia em nome da «sua consciência».

⁶⁸ Cfr. *Chaveco Liberal*, n.º 17, 30 de Dezembro de 1829. Nesse jornal Borges publicou várias cartas com o pseudónimo de Palinuro.

⁶⁹ Cfr. Extracto do *Correio dos Açores*, n.º III, B.G.U.C., *Miscelâneas*, 5403, p. 156.

Na opinião do seu contraditor, não se exigira juramento, antes se convidara: «No Edital afixado aqui em Londres na porta da embaixada, convidaram-se os emigrados a prestarem aquele juramento (...) *convite* respousa sobre a liberdade, a *exigência* supõe obrigação (...) [e no edital] não só não se impôs *cominação* contra os que não jurassem... nem se empregaram palavras *imperativas*. Logo o juramento não foi exigido».

E ocupa-se na demonstração jurídica de que «não há lei portuguesa que proíba ao Regente ou Regência do Reino o fazer-se jurar obediência», que «nenhuma lei anterior à revolução moral por que está passando a Nação portuguesa podia prever o caso extraordinário em que a Regência estabelecida na Terceira se acha», que, enfim, «em casos extraordinários são os princípios da razão universal e conveniência política que determinam os actos públicos e «os precedentes políticos apontados pelo autor da carta, não tendo semelhança alguma com o estado actual dos Portugueses, não podem alterar a questão».

O final da carta é uma lastimável catilinária contra Ferreira Borges que, como dissemos, não desmerece das burletas já referidas.

A polémica com Silvestre Pinheiro Ferreira

39. Outra elevação e rigor jurídico teve a polémica com Silvestre Pinheiro Ferreira e Filipe Ferreira de Araujo e Castro, que nascida do «Parecer»⁷⁰ destes sobre a questão da Regência de D. Pedro, motivou umas «Observações»⁷¹ de Ferreira Borges, a que vieram juntar-se, sensivelmente no mesmo terreno, João Bernardo da Rocha⁷², Manuel da Silva Passos⁷³, Rodrigo Pinto Pizarro⁷⁴, José Liberato

⁷⁰ *Parecer sobre os meios de se Restaurar o Governo Representativo em Portugal*, 2.^a edição, Paris, 1832. Esta edição que seguimos, tem as várias peças da polémica.

⁷¹ *Observações sobre o Opúsculo intitulado, Parecer...*, Londres, 1832.

⁷² *Apêndice à Opinião Jurídica do Senhor Doutor José Ferreira Borges*, Londres, 1832.

⁷³ *Exame de algumas opiniões e doutrinas que os Senhores Filipe Ferreira de Araujo e Castro e Silvestre Pinheiro Ferreira em seu Parecer, Notas e Análise das Observações e Opiniões Jurídicas do Senhor José Ferreira Borges*, Paris, 1832.

⁷⁴ *Norma das regências de Portugal*, Paris, 1832.

Freire de Carvalho⁷⁵, e ainda um folheto anónimo⁷⁶, que tem sido atribuído a Ferreira Borges.

40. Temos já referido como, após a usurpação, se abriu a estrada larga do exílio a quantos, não obstante vincadas ou apenas pontuais divergências, tinham como denominador comum a chama do ideário liberal ou sequer um vago compromisso com a ordem constitucional.

Essas divergências, mais fundamente cavadas nos redemoinhos ventos da diáspora, geraram, sobremaneira em França e Inglaterra, mas também na Bélgica, como vimos, um volumoso acervo de panfletos, opúsculos e artigos jornalísticos onde, de forma mais ou menos acidulada, se reflecte o afastamento de margens ideológicas, a que naturalmente correspondiam diversificadas propostas de soluções práticas (por vezes de fundo) para a questão portuguesa, face à usurpação, em primeira instância, mas também face ao posicionamento de D. Pedro, nascendo em tal conjuntura um somatório de interesses gerador de polémicas acaloradas ou mesmo virulentas disputas entre individualidades ou grupos.

O passado político de protagonistas e deuteragonistas, registado em cronotropia, ora de drama, ora de farsa burlesca, as posições assumidas e os alinhamentos de ocasião cavaram alguns fossos por vezes a tão insondável profundidade, que bem pouco significavam os clamores à unidade como pendão da ofensiva contra o usurpador e as iniquidades a que dera corpo.

Assistiu-se na praça pública ao pouco edificante espectáculo da intriga, da insídia, ao ferrete da ignominiosa suspeição quando não ao insulto soez, enfim, à cegueira sectária, arvorando-se uns e outros, corifeus ou anónimos coreutas, em imbatíveis campeões de coerência e liberdade.

41. Esse ambiente de intriga e disputa surge-nos em impressiva ilustração ao tempo em que, por inspiração do Conde de Lavradio, o ex-imperador do Brasil convocou várias individualidades, entre as quais Silvestre Pinheiro Ferreira, a participarem numa reunião no Quai d'Orsay, a 10 de Setembro de 1831.

⁷⁵ *Reflexões*, Londres, 1832.

⁷⁶ *Gerente e Não Regente ou Voto à doutrina anti-constitucional do Parágrafo 14 do Manifesto do Senhor D. Pedro de Alcantara*, Londres, 1832.

Tinha essa assembleia como ordem de trabalhos fixar a diagnose dos problemas de Portugal e instituir a possível terapêutica, considerados os interesses e direitos de D. Maria da Glória.

Não seria difícil, em termos de semiótica radiológica, pela evidência da sintomatologia como pela etiopatogenia da situação, diagnosticar o mal e prognosticar alguns factores de evolução, tanto mais que à referida conferência concorreram «facultativos» de próxima formação; porém, o mesmo já não aconteceria, se não no que respeitava à instituição terapêutica, pelo menos em termos de posologia, pois a receita magistral poderia divergir nos «fármacos» como nas doses e tempos de aplicação.

42. Que se nos releve a metáfora clínica, de resto bem ao gosto de salvadores de pátrias em todas as épocas, passadas, presentes e com certeza futuras, mas no caso em apreço nem sequer faltaria o Relatório, espécie de histórica clínica que deveria ser apresentado por D. Pedro, dando conta do que fizera pelos direitos de sua filha desde que chegara à Europa.

Só que o Relatório não apareceu, fosse por incipiência organizativa ou maquiavélica inspiração, pelo que a conferência serviu «unicamente para ele [D. Pedro] tomar conhecimento com as pessoas de que ela se compunha»:

«No dia oito de Setembro do corrente ano [1831] foram convidados os abaixo assinados [Silvestre Pinheiro Ferreira e Filipe Ferreira de Araujo e Castro] por carta de Dom Francisco d'Almeida, ministro da regência por parte do príncipe Dom Pedro de Alcântara, duque de Bragança, para concorrerem em casa dele ministro no dia dez do mesmo mês, pois dizia a carta convite: *O Senhor Duque de Bragança desejava ouvir Parecer deles convidados sobre objectos relativos à causa de sua filha, a rainha de Portugal.*

Verificou-se, no dia aprazado, a reunião das seguintes pessoas: o príncipe D. Pedro de Alcântara, o marquês de Lavradio, pai, o conde de Vila Real, Silvestre Pinheiro Ferreira, Agostinho José Freire, D. Francisco de Almeida, marquês de Resende, Filipe Ferreira de Araujo e Castro, Cândido José Xavier. E logo o príncipe disse ao marquês de Resende que lesse aos circunstantes um relatório donde lhes constaria o que havia feito a bem de sua filha, desde que voltara do Brasil.

Não aparecendo porém entre outros papeis aquele relatório, o príncipe e o marquês procuraram recordar-se dos factos e expuseram vocalmente: Que havendo-se o príncipe dirigido aos governos francês e inglês desde o primeiro momento da sua chegada à Europa, solicitando a sua cooperação a bem do restabelecimento de sua filha no trono de Portugal, lhe fora por ambos uniformemente respondido que sobre esse assunto lhes não era lícito intervir⁷⁷. E que tendo outrossim dirigido o mesmo príncipe a várias casas de comércio vantajosas propostas, a fim de promoverem nas praças de Londres e de Paris um empréstimo que lhe desse meios de organizar, com as forças portuguesas fieis à causa constitucional uma expedição, nada se havia concluído, e mui poucas esperanças podia conceber de se ajustar coisa alguma⁷⁸.

Finda esta exposição verbal concluiu o príncipe que enquanto se não apresentasse o relatório com as peças justificativas, não poderiam os circunstantes fazer juizo dos factos, e que quando ele fosse apresentado, daria cada um seu parecer, servindo aquela reunião unicamente para ele tomar conhecimento com as pessoas de que ela se compunha...»⁷⁹.

43. Os dois conselheiros, Silvestre Pinheiro e Filipe Ferreira, não voltaram a ser convocados, daí a razão por que optaram pela publicação do seu *Parecer* nesse mesmo ano de 1831, porque «nas crises políticas até o silêncio pode dar lugar a equívocos e desconfianças, que os abaixo assinados desejam e devem prevenir, não só

⁷⁷ Sobre estas questões Ferreira Borges teve uma importante intervenção jornalística. Vide *Chaveco Liberal* n.º 14, pp. 327-336 e n.º 15, pp. 344-353.

⁷⁸ Ferreira Borges, tempos depois, diligenciou negociar um empréstimo em que estava em jogo o vinho do Porto. O bloqueio da armada miguelista àquela cidade, impediu a saída dos vinhos de Vila Nova de Gaia. Mousinho da Silveira responsabilizou Borges pelo fracasso, opinião que José Liberato não compartilha. Vide POSSIDONIO M. LARANJO COELHO, *Mousinho da Silveira*, Livraria Ferrin, Lisboa, 1918, pp. 123-125; JOSE LIBERATO FREIRE DE CARVALHO, *Memórias com o título de Anais para a História do tempo que durou a usurpação de D. Miguel*, vol. II, pp. 69, 241, 250 e 254; ANTONIO VIANA, *José da Silva Carvalho e o seu tempo*, vol. II, p. 81.

⁷⁹ *Parecer sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal por dois conselheiros da Coroa Constitucional*, Segunda Edição, Paris, 1832, pp. 4-5.

por amor da própria reputação, mas principalmente para provar aos seus concidadãos a cordialidade e boa fé com que se interessam pelo bem comum, exporemos aqui francamente as nossas ideias sobre os meios de restauração da nossa pátria; ideias que haveríamos oferecido à deliberação do conselho, se continuássemos a fazer parte dele, reservando-nos a sustentação das nossas propostas pelo modo que fosse mui conveniente»⁸⁰.

Algumas razões assistiriam a Silvestre Pinheiro para salvaguardar a reputação, abalada de longa data.

A sua escolha para o conselho de D. Pedro não tivera nada de pacífico, como pode ver-se numa carta do marquês de Resende para o Conde de Lavradio, escrita tempos antes:

«Não me atrevo a tocar no nome de Silvestre Pinheiro Ferreira, porque bem sabes que ele teve noutro tempo seus dares e tomares com o Amo, assim como também sabes que Silvestre Pinheiro não é agora que digamos o homem que por seu génio seja o mais próprio para se congrassar com quem está dorido dele. Além de que, como se uniria ele com o conde do Funchal? Havemos mister de gente, mas esta gente não só deve ser douda, mas concorde, quando não está tudo perdido»⁸¹.

Se como fica evidenciado desta missiva, Silvestre Pinheiro, pesasse embora a sua valia intelectual, pelo seu génio e atitudes não seria aglutinador de vontades e propósitos, mais vigorosamente aparece rejeitado e com fundas reservas em cartas de Abreu Lima, dirigidas ao mesmo Lavradio, escritas em Londres a 12 e 13 de Setembro. Na primeira, ignorante ainda da convocatória de Paris, apodando-o de tenebroso e capaz de sinistras intenções; na segunda, reservadíssima e confidencial, ao ter conhecimento da convocatória, pressagia terrível descontentamento entre os sectores liberais.

Na primeira dessas cartas, afirma a dado passo:

«Ouso também pedir a V. Ex.^a que não ponha em evidência o tenebroso Silvestre Pinheiro, pois todo o mundo sabe que recebe actualmente ordenado de D. Miguel e que, se agora vê o negócio mais bem parado se lembra de publicar as suas absurdas notas sobre a Constituição, talvez (quem sabe!) com o fim sinistro de nos tirar o apoio

⁸⁰ *Idem*, p. 6.

⁸¹ *Memórias do Conde de Lavradio*, Vol. II, Parte I, p. 22.

que nos dá a ideia de que ela é boa, de a desacreditar, e de servir assim D. Miguel que lhe paga»⁸².

Vejam os que considerava, ao saber da convocatória para a reunião do Quai d'Orsay:

«Tive a honra de receber a carta de V. Ex.^a, de 9 do corrente, e, ao mesmo tempo, que muito folguei com as notícias que V. Ex.^a me dá das melhores disposições do Senhor D. Pedro e da aquisição do navio que nos fornecerá um bom transporte para quinhentos praças, senti ver na lista das pessoas convocadas por sua Magestade para lhe servirem de Conselho o Sr. Pinheiro e o Sr. Conde de Vila Real. Não sou inimigo do primeiro, e sou amigo do segundo, porém conheço a terrível impressão que fará a toda a gente o emprego de tais indivíduos, pois que nunca um quis ser nosso, é uma cabeça esturrada, cheia de minhocas teóricas, de sofismas, de absurdos, e que nunca fez coisa boa, e o outro toda a gente sabe que não quis prestar juramento à Rainha, que se recusou a aceitar esta Legação, etc. Estou certo de que a impressão será funestíssima; mas, enfim, que fazer? Remar contra a maré parece ser o nosso fadário!»⁸³.

44. Passados em revista estes antecedentes, analisemos o «*Parecer*», extraindo do seu conteúdo o que levou às «*Observações*» de Ferreira Borges, logo seguida da «*Opinião sobre a questão: Quem deve ser o Regente de Portugal destruída a Usurpação do Infante D. Miguel?*», e mais tarde, face à 2.^a edição do *Parecer*, que juntou e anotou os textos de Borges, com a «*Revista Crítica da Segunda Edição do Opúsculo, Parecer...*».

O que de essencial desde logo podemos apontar é o facto de o *Parecer* abrir caminho aos interesses de D. Pedro, o que foi devidamente agradecido em carta de Cândido José Xavier, na qual Sua Magestade Imperial «Manda louvar a V. Ex.^{as} pelo interesse que tomaram em expor a sua opinião sobre os princípios da maior transcendência para a futura administração em Portugal e pelo zelo com que as desenvolveram»⁸⁴.

Para os autores do *Parecer* a ilegitimidade do governo usurpador tinha a ver com asserções como «vontade nacional», «obediência»,

⁸² *Idem*, p. 72.

⁸³ *Idem*, p. 75.

⁸⁴ Cfr. *Parecer*, 2.^a ed., p. XV.

«liberdade de opinião», «consentimento», ou seja, resultava fundamentalmente daquele governo se impor pela perseguição e pela força, o que justificava que contra ele se levantassem os liberais, mas deixava esquecido o princípio da sucessão dinástica, pedra-de-toque para os interesses de D. Pedro, e que Ferreira Borges assumirá como fulcro da sua argumentação.

Para Borges o *Parecer* veiculava princípios que seriam fermento de divisões entre os emigrados, quando importava encontrar o frémito da acção comum contra o usurpador, o que só devia ocorrer à sombra tutelar da Carta Constitucional.

Escolhendo como posição o empenhamento na acção imediata, a intervenção armada, Ferreira Borges coloca-se frontalmente contra a doutrina dos dois conselheiros, organizando o plano de resposta:

«O opúsculo que temos diante de nós... abrange distintamente três épocas a saber: estabelece-se que, como Portugal não pode restaurar-se sem um impulso externo cumpre determinar: 1.º, como terá ele lugar: (1.ª época) anterior à expedição; 2.º, em que qualidade irá nele o Senhor Duque de Bragança (2.ª época); 3.º, que fará depois de conseguida a restauração (3.ª época). Seguiremos cada uma destas épocas por simples método, com a precisão e brevidade que nos for possível»⁸⁵.

45. Encarando a 1.ª época, Ferreira Borges alheando-se do que no *Parecer* se propõe acerca da formação «dum corpo organizado» e a que pelas formas se conhece a intenção de dar-lhe uma duração larga e aturada, uma junta permanente, o que aliás parece não compadecer-se com a intenção de uma guerra activa, imediata e efectiva»⁸⁶, realça o facto de os conselheiros defenderem «mediação oficiosa de algum governo» como obstáculo a que apodrecessem nas masmorras, nos esconderijos e no exílio os liberais vítimas por seus ideais.

Na edição que seguimos, apressam-se os autores do *Parecer* em nota de roda-pé a esclarecer tratar-se de «suposição graciosa» de Borges o ter-lhes conferido a intenção de formar uma junta permanente, acrescentando que apenas teriam afirmado «que se devia começar

⁸⁵ *Observações*, p. 6.

⁸⁶ *Observações*, p. 6.

propondo às Potências que se prestassem a uma intervenção puramente oficiosa, ou que ao menos não estorvassem, como era de reear, mas que nunca disseram que esse meio era provável e decisivo»⁸⁷.

Se atentarmos na resposta ao quesito à do *Parecer* «Qual é o intuito, quais os princípios e quais as condições da intervenção diplomática ou da mediação do governo, e quais devem ser esses governos?»⁸⁸, verificamos que os autores defendem a «mediação puramente amigável de algum governo estrangeiro», preferindo o inglês, o intuito da mediação para eles ser a paz e concórdia entre os portugueses, «mediante o restabelecimento do governo legítimo segundo a vontade nacional quando ela possa livremente manifestar-se», e, o que é surpreendente e Borges rejeita energeticamente, as condições serem o esquecimento recíproco dos agravos e a reposição das pessoas «no estado anterior à dissensão, sendo possível, ou à indemnização que possa ter lugar»⁸⁹.

Ferreira Borges não vê que pudesse haver mediação sem interferência, o que podia resultar em sujeição ao estrangeiro, porque «quem busca um medianeiro escolhe um juiz e a sua opção e consentimento traz consigo uma obrigação do eleitor se sujeitar ao resultado. Este o direito, silicet, pelo simples acto de escolha de árbitro perderemos o direito pessoal de obrarmos, de pôr-nos e ficarmos inteiramente dependentes do árbitro e do arbitramento»⁹⁰.

46. Os autores do *Parecer* atribuem grave dislate a estas conclusões, acusando Borges de confundir medianeiro com árbitro ou seja procurador com juiz, o que estranham em «tão hábil advogado e jurisconsulto»⁹¹, acrescentando que Ferreira Borges se servira do expediente de «qualificar a esmo de absurdo tudo o que não entende».

O que em verdade Borges quis pôr em evidência, em nosso entender, foi a impraticabilidade da mediação oficiosa por eles aconselhada. No respeitante à Inglaterra, não compreendia como por tal mediação se tirasse D. Miguel do trono usurpado, uma vez que «palavras, insinuações, notas diplomáticas, se elas não aproveitam para o menos,

⁸⁷ *Id.*, *ib.*

⁸⁸ *Parecer*, p. 15.

⁸⁹ *Idem*, p. 21.

⁹⁰ *Observações*, p. 7.

⁹¹ *Id. ib.*, nota de roda-pé.

como aproveitariam para o mais», donde só a mediação armada se tornaria efectiva, o que liminarmente rejeitava.

47. Mais importante, nas peças da polémica é o que envolve a Segunda Época.

O acento tónico da discórdia colocou-se no conselho dos autores do *Parecer* para D. Pedro tomar o título de «Príncipe Regente», durante a menoridade de D. Maria. A fundamentação legal estaria na Carta «que chama à regência do reino na menoridade do rei o seu parente mais próximo»⁹².

Ferreira Borges, com a veemência que lhe era timbre, anota que o texto da Carta havia sido propositadamente amputado, (e fora-o realmente pelos autores do *Parecer*) da expressão «segundo a ordem da sucessão».

É o ponto de partida para defender que a D. Pedro só caberia a qualidade de «negotiorum gestor» político. Se, como os conselheiros afirmavam, era precisa uma pessoa de condição elevada que representasse os interesses gerais da Nação, como supremo magistrado, o que conferiam à pessoa de D. Pedro, tais qualidades, efectivamente reconhecidas por Borges, cabiam a um «negotiorum gestor» e não a um «simples regente».

Vejamos a sua explicação:

«Sucedendo o Senhor D. Pedro IV na coroa de Portugal por falecimento de seu pai o senhor D. João VI, abdicou em sua filha a Senhora D. Maria II a coroa portuguesa. Mas não foi este facto simples, deu com a renúncia do trono uma Carta ligada com os destinos desta augusta Rainha, porque nela disse no art. 86 — «A senhora D. Maria segunda por graça de Deus e formal abdicação e cessão do senhor D. Pedro I, imperador do Brasil, reinará em Portugal (...) Jurou-se a Carta e jurou-se a Rainha (...) Temos portanto uma Carta de direitos portugueses e nela uma obrigação de jurar uma Rainha; adquirimos aqueles, e sujeitamo-nos a esta. Estes direitos e obrigações ficaram conjuntos, amalgamados e indivisos»⁹³.

⁹² *Parecer*, p. 37.

⁹³ *Observações*, p. 11.

48. Com estes pressupostos, Ferreira Borges irá explicar que D. Pedro será *regente* porque governa, mas não pela Carta, porque esta estava cativa pela usurpação, e não havendo Carta não podia haver regência. A regência é um governo em nome do rei e suplemento da sua incapacidade física e moral. O caso português abrangia mais que tudo isso, porque a rainha além de menor estava esbulhada do trono. Só um governador supremo, um ditador com amplíssimo poder para empregar todos os meios possíveis para restaurar a coroa usurpada, isto é, um *negotiorum gestor político*, o poderia realizar.

Tal não cabia a um *tutor*, por ser qualidade respeitante a direitos pessoais e civis, nem a um *Regente*, porque quem o podia criar estava prisioneiro da usurpação.

A *negotiorum gestão política* cabia por natureza a D. Pedro «e as circunstâncias lhe asseguram um direito indisputável a ela, que ninguém lhe pode auferir, da mesma forma que ninguém lhe pode dar o que só pode dar a Carta, depois que tenha vida, e nesse caso ela chama o parente mais chegado na *ordem da sucessão*».

49. Ao analisar a 3.^a época, Ferreira Borges apenas se interessa pelo problema da *amnistia*, que confessa lhe causou a maior estranheza, crescente na proporção da amizade e respeito que o ligava a cada um dos autores do *Parecer*, e queria separar as opiniões dos sentimentos de amizade pessoal.

A «minuta do edicto de amnistia», no seu artigo primeiro, dizia: «Que tendo S. M. tomado em consideração a gravidade das circunstâncias em que se acha a monarquia por causa do conflito de opiniões políticas e ódio de partidos, e sendo urgente necessidade neste caso recorrer à amnistia a *bem da humanidade* e do Estado, há por bem declarar e declara pelo presente edicto amnistiadas *todas* as pessoas que contra o sistema constitucional ou a *favor dele* forem vistas haver tomado parte activa nas dissensões políticas, que tiveram lugar nestes reinos desde o dia 24 de Agosto de 1820 até à data deste edicto»⁹⁴.

Borges insurge-se por ver metidos no mesmo saco os que estavam do lado da Liberdade e os que sempre estiveram contra ela:

«De que temos nós a esquecer-nos? Por certo aconselha-se a oblição [= esquecimento] do que nós tanto queremos lembrar, do

⁹⁴ *Observações*, p. 15, transcrito do Apenso n.º 1 do *Parecer*, p. 51.

que só temos memória, daquilo por cuja causa sofremos o exílio e todos os seus males. Que outra amnistia poderia prometer D. Miguel? (...) os de 1820 e todos os repetidos em 1826 a quem estamos unidos na essência... somos criminosos para com D. Miguel... Como é possível que se peça, que se formule uma amnistia para nós todos sem absurdo?»⁹⁵.

O que Ferreira Borges queria deixar impressivamente declarado era que nenhum português devia esquecer os males do despotismo e os bens da liberdade, pelo que a amnistia era afrontosa dos que sofreram a perseguição e o cárcere, o aniquilamento e a miséria. Por iguais razões, recusava que pudessem manter-se as mercês a quantos haviam ferido os interesses nacionais, maxime os perjuros pares do reino.

50. A instrução contraditória que os autores do *Parecer* fazem na «*Análise das Observações*» é uma peça juridico-política de reforço do que já haviam aconselhado, desenvolve-se no terreno do direito constitucional e direito civil, e em última análise clarifica o confronto entre um alinhamento revolucionário, com fortes elos no Vintismo, com as opções moderadas que caracterizaram a evolução do processo português.

Na «*Revista Crítica da Segunda Edição do Opúsculo...*»⁹⁶, Ferreira Borges chama a atenção dos leitores para o facto de «Os Autores do *Parecer* tomando a si o que pertencia a *eles* e a *outros*, imprimiram agora tudo, e dando uma segunda edição de seu çarecer, *em parte* alterada, trasladaram e anotaram as nossas *observações*, adiram-lhe uma *Análise* e concluíram com a cópia de parte de nossa *Opinião jurídica* acrescentada de notas suas deles».

Porque as doutrinas de Borges são ali taxadas de erradas, ficções, fantasias, falhas de conhecimentos de jurisprudência, de ignorância em direito constitucional, o autor das *Observações* propõe-se confrontar os textos para trazer a verdade ao «tribunal da opinião pública».

É o que faz, meticolosamente, demonstrando que não seriam falsas as asserções no respeitante ao artigo 92 da Constituição, efecti-

⁹⁵ *Idem*, pp. 16-17.

⁹⁶ JOSÉ FERREIRA BORGES, *Revista Crítica da Segunda Edição do Opúsculo: «Parecer de dois conselheiros da coroa constitucional sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal*, Londres, 1832.

vamente mutilado, que não houve erros jurídicos na apreciação de negotiorum gestão e na jurisprudência da amnistia, pelo que se abona em conceituados jurisconsultos, refuta os sofismas e demonstra os absurdos de que fora acusado.

51. No mesmo ano de 1832 imprime em Londres «*Cartilha do Cidadão Constitucional dedicada à Mocidade Portuguesa*», pequeno manual de introdução à política em 10 capítulos, reeditado em 1883, pela Associação Liberal de Coimbra evocando Ferreira Borges, «a cuja gloriosa memória e relevantes serviços à causa democrática presta devida e sincera homenagem de respeito e gratidão» e ainda em Londres e no mesmo ano «*Autópsia do Manifesto do Infante D. Miguel*».

O intenso labor a que se entrega vai-lhe roubando progressivamente a visão. Quando em Lisboa se restaura a legitimidade da coroa regressou a Portugal, trazendo consigo o Código Comercial, pronto a ser impresso, e que D. Pedro premiou nomeando Ferreira Borges Supremo Magistrado do Comércio e Juiz Presidente do Tribunal Comercial de Segunda Instância, sem prejuízo de qualquer galardão que as Cortes houvessem de decretar.

52. Entregou-se então à organização das praças comerciais de Lisboa, Porto, Figueira, Setúbal e Ponta Delgada e desenvolveu grande actividade jurídica, refutando alguns decretos apresentados nas Cortes sobre matéria comercial.

D. Maria considera a tal ponto os seus serviços que num Decreto de 7 de Julho de 1835 lhe dá honras de Conselheiro de Estado, nestes termos: «Considerando que o Conselheiro J. F. Borges foi por meu Augusto Avô o Snr. D. João 6.^o de gloriosa memória, escolhido para membro do Conselho d'Estado, e que em todos os tempos, e em todas as circunstâncias tem sempre dado eminentes provas da sua lealdade, e amor da Pátria, a qual tem não menos illustrado com seus escriptos, que util e distinctamente servido: Hei por bem conceder-lhe as Honras de Conselheiro d'Estado»⁹⁷.

O Governo dissolveu a Câmara dos Deputados em 4 de Junho, mandando proceder a nova eleição. A 7 de Agosto, Ferreira Borges é eleito deputado às Cortes Extraordinárias pelo distrito do Porto, cortes que deviam reunir em 11 de Setembro.

⁹⁷ A.N.T.T., *Mercês de D. Maria II*, Livro 4.^o, fls. 103.

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO E OS JURAMENTOS

53. Mas de 9 para 10 estala a Revolução que repõe a Constituição de 1822. Ferreira Borges estava já longe do que fora quando ajudara a feitura daquele texto constitucional, tinha feito todo o percurso do cartismo. Já em 1826, na Carta 49 de «O Correio Interceptado», se manifestara contra a Constituição de 1822, comentando-lhe os defeitos na *forma* e na *matéria*. Dirige-se então à Rainha e resigna a todos os seus cargos, numa representação que correu impressa em 1836.

Quando em Julho desse ano rebentou a reacção cartista, o Ministério, tomado de terror, inicia um período de perseguições a que Ferreira Borges não escapou. Quando os esbirros lhe invadem a casa, encontram um homem minado pela doença, precocemente envelhecido e mergulhado na cegueira. A partir daí, agravam-se de tal modo os seus padecimentos que acaba por trocar Lisboa pela sua cidade berço, onde vai viver à custa do amparo de um seu irmão.

Dir-se-ia que lhe restava de alguns dos seus principais contraditores um último acto de reparação. No encerramento das Cortes Constituintes, a 3 de Abril de 1837, Manuel da Silva Passos ergue-se na sua tribuna para pronunciar o seguinte breve discurso: «Sr. Presidente, o congresso separando-se, e deixando na miséria ao empregado que fez um dos maiores serviços ao seu país chamaria sobre si a mais severa responsabilidade. Para que isto se não verifique, eu chamo a atenção do congresso sobre a seguinte proposta:

= Proposta = As Cortes decretam que ao autor do Código Comercial, José Ferreira Borges, se pague anualmente, enquanto vivo for, a pensão de 800 mil réis». Assinava a proposta Passos Manuel e mais 48 deputados. Continuando, acrescentou: «Agora só direi duas palavras, mas estas duas palavras hão achar eco dentro e fora desta casa.

O Código do Comércio foi um dos maiores benefícios que o magnânimo *Libertador* fez a este país. Propondo uma pensão para o autor deste Código, nós não tratamos dum jurisconsulto que levou a cabo tamanha empresa, e ao qual Sua Magestade Imperial prometera em nome da nação uma recompensa que devia ser decretada pelas Cortes. Não é esta a época de tratar este negócio com vagar, mas é a época de não deixar morrer de

fome um cidadão ilustre, cego pelas fadigas literárias (apoiado geral). Se muitos destes agravos se deparam na história antiga é preciso que hoje os não repitamos em Portugal. Peço que esta proposta seja decidida com urgência».

Não restaria muito tempo ao nosso biografado para beneficiar de tal acto de justiça. Apenas com 52 anos, atacado por terríveis crises nervosas, privado da possibilidade de ler e escrever, Ferreira Borges falecia a 14 de Novembro de 1838.

54. Fecharemos esta nota biográfica transcrevendo por inteiro a Representação já referida com que dois anos antes da sua morte resignou a todos os seus cargos. Fazemo-lo na certeza de se tratar de um documento que bem atesta sobre o seu carácter e ajuda a compreender a sua trajectória política que, embora instável, foi sempre fundamentada em princípios de direito e respeitáveis valores éticos:

«Senhora:

Eu venho respeitosamente ante V. M. pedir a graça de aceitar a resignação do Cargo de Magistrado Supremo e Presidente do Tribunal Comercial de 2.^a Instância, que até agora exerci com reconhecimento e aceitação geral de todos os Portugueses e especialmente do Corpo Mercantil. A razão porque resigno é porque me foi ordenado pelo Ministério das Justiças que eu prestasse e fizesse prestar às pessoas da minha Administração um juramento Político, que não posso prestar sem trair a minha consciência. Eu vou dar a V. M. sucintamente os motivos da minha recusação.

Fui eu, SENHORA, um desses poucos que proclamaram o dia 24 de Agosto de 1820, Proclamação que foi abraçada pela Nação inteira. Esta Nação nomeou-me Deputado no Congresso constituinte, eu cooperei no fazimento dessa Constituição, jurei-a em nome de meus constituintes, e terminando o Congresso a jurei de novo nas mãos do Augusto Avô de V. M., quando chamado por ele para Conselheiro de Estado. Rasgada esta Constituição pelos Áulicos, que o cercaram, tive de emigrar em 2 de Junho de 1823, e nesse mesmo dia escrevi uma carta ao Mesmo Augusto Senhor estampada na Gazeta do tempo, na qual protestando-lhe a minha fidelidade o assegurei de que levava comigo os princípios proclamados. Um ano depois em 5 de Junho de 1824 baixou

um Decreto de Amnistia, na qual fui exceptuado como *indigno do nome Português*. Residi em Inglaterra até o ano de 1827, quando pelo Augusto Pai de V. M. foi outorgada a Carta de 29 de Abril de 1826, posto que simples Cidadão a jurei solenemente nas mãos do Embaixador Português em Londres. Chegado a Lisboa permaneci simples particular até que as perseguições do Usurpador me compeliram a refugiar-me a bordo das Fragatas Francesas, estantes no Tejo a esse tempo. Apenas tive na mão o auto da Usurpação chamado dos Três Estados eu escrevi ali um folheto intitulado = Duas Palavras = sobre este auto, e as enviei a Londres ao Embaixador Português, aonde foram impressas, traduzidas, e repetidamente re-impressas em Inglês, Francês e Italiano, sendo eu, SENHORA, o primeiro que estabeleceu a questão Jurídica acerca dos Direitos de V. M., e que fez conhecer aos Governos e aos Parlamantos esses verdadeiros Direitos.

Reverti a Portugal, donde emigrei de novo em o 1.º de Fevereiro de 1829, oferei ao Augusto Pai de V. M. de sempre chorada Memória o Projecto de um Código de Comércio Terrestre e Marítimo. Ele se Dignou aceitá-lo e me encarregou de estabelecer-lo em todas as suas partes; e aí fica estabelecido na perfeição possível talvez o único ramo da Pública Administração. Conhecedor e sustentador voluntário dos Direitos de V. M., a quem jurei fidelidade ao entrar em meu cargo, e presudado à face da Carta Constitucional de 1826 que V. M. foi aceite pelos portugueses como tronco original da sua Dinastia debaixo da condição expressa no Acto da Abdicação, ficando assim Nossa Rainha pelo juramento da Carta, é incompatível com os meus conhecimentos, com a minha honra, com o seu carácter nunca desmentido o amalgamar os Direitos de V. M. ao Trono Português com a ordem da Sucessão legislada na Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 23 de Setembro de 1822, feita em outras circunstâncias e para outros efeitos, que já hoje se não dão nem podem dar-se depois que V. M. Governa pela Carta de 1826, sobre o assenso e consentimento expresso e jurado de todos os Portugueses. Eu só poderia jurar ou antes ratificar os meus precedentes juramentos, se visse que os Direitos adquiridos de V. M. ficavam ilesos; mas a sua existência é incompatível com a ordem da Dinastia marcada na Constituição, e assim sem que se declare expressamente que esta parte da Constituição não pre-

judica os Direitos adquiridos de V. M., eu não posso ratificar juramentos incompatíveis em seus princípios e resultados. Acresce, SENHORA, que eu acabo de ser eleito Deputado pela minha Pátria a heróica Cidade do Porto por uma eleição pedida e executada pelos meios indicados na Carta e para os fins designados na minha Procuração. Qual eu o fui, assim o foram todos os Deputados que deviam formar a Câmara Electiva. Acabava portanto a Nação de constituir os seus Representantes. Eu iria contra os deveres que tenho contraído como Procurador no mandato que aceitei, se fizesse qualquer acto em contravenção dele. Nem pode relevar-me que algumas Autoridades constituídas ou que de novo se constituírem jurem a nova ordem de cousas. Não se iludam quaisquer Conselheiros de V. M. em julgar que tal acto valida o evento, porque as Constituições Políticas são feitas ou aceitas pelos Povos. As Autoridades constituídas não são Povo; são encarregados da execução das Leis feitas pelos Representantes dos Povos. As Autoridades não contraem pelo Povo, por tanto seja qual for o comportamento das Autoridades, jurando uma Constituição do Estado esse facto, nunca pode importar vínculo de obrigação dos Povos que não deram para isso a sua autorização expressa e específica. Esta doutrina é da Carta Constitucional artigos 140 e seguintes, e é a base fundamental da Constituição Política de 1822 onde é expressa a soberania do Povo. Eis aqui pois, SENHORA, os Direitos de V. M. Estes Direitos têm em mim e em todo o Cidadão Português Deveres correlativos. Eu não sei faltar a estes Deveres. Perdi no serviço da minha Pátria quase totalmente a visão de meus olhos. Não me importa perder o emprego que resigno, quando no sustentá-lo por um hora mais perigasse o meu nome e a minha moralidade. Pede o meu carácter, SENHORA, que eu fale a V. M. com estra franqueza, porque tendo-se V. M. Dignado Dar-me o Título honorário de Conselheiro de Estado, ao qual não resigno, porque foi graça que V. M. me Fez e da qual ninguém pode privar-me, em desempenho deste cargo posto que honorário, eu devo falar verdade. O Céu vigie pela vida e prosperidade de V. M. como todos os Portugueses tanto havemos mister.

José Ferreira Borges

Lisboa, 16 de Setembro de 1836».

CAPÍTULO II

ACTIVIDADE NO PARLAMENTO VINTISTA

1. O Prof. Silva Dias analisa com o habitual rigor e não menos originalidade a célere caminhada do vintismo para o seu colapso¹, pondo o acento tónico no «desgaste contínuo das personalidades liberais de ponta e um apagamento (por cansaço) não menos contínuo do grupo moderado».

A oratória radical e a pressão panfletária dos grupos extremistas acabaram por atirar os moderados para os braços da contra-revolução, e um vasto sector da população desinteressa-se ou nunca estivera interessada na ordem liberal.

Servindo-se de uma vasta e inédita documentação das chancelarias, Silva Dias confronta os pontos de vista de encarregados de negócios pela via da correspondência diplomática, o que lhe permite organizar de forma original as forças políticas em presença no triénio vintista e caracterizar três alas ou «partidos» — moderados, gradualistas e radicais, compaginadas com projectos políticos, modelos constitucionais e bases sociais de apoio.

2. É na ala gradualista que podemos integrar toda a actuação parlamentar de Ferreira Borges e melhor explicar a sua futura actividade política.

Gradualismo, na tipificação de Silva Dias, «consiste no sentido muito agudo de elasticidade (limitada) da consciência possível da base social de apoio do liberalismo, assim como da correlação das forças políticas no país que tínhamos e na revolução que fizera em 1820».

¹ Vide GRAÇA e J. S. SILVA DIAS, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1980, Vol. I, Tomo II, Cap. IX.

À vulgata vintista que coloca conservadores de um lado, progressistas do outro, Silva Dias traz a nova luz dos alinhamentos ideológicos.

«Ideologicamente, os gradualistas e os radicais estavam irmanados, não havendo entre eles distâncias apreciáveis de enunciado ou de projecção doutrinária. Todos beberam o pensamento nas obras dos mestres e divulgadores da filosofia das luzes, do jus-naturalismo, da fisiocracia e do livre-cambismo, do regalismo e laicismo, dos direitos do homem e do cidadão. E polemicamente, todos se encontraram em conflito aberto, sem desníveis significativos de intencionalidade ou de intensidade, com o absolutismo, o clericalismo, a Inquisição, as congregações religiosas, a censura, as distorções e abusos da máquina administrativa, o devorismo e os privilégios das «classes ociosas» (dominantes), a ordem sócio-económica tradicional. Montesquieu, Rousseau, Filangieri, Mably, Mercier de la Rivière, Adam Smith, Jeremias Bentham, Charles Bonin, Grégoire, Benjamin Constant, a literatura panfletária de 1789 e anos seguintes, andavam mais ou menos nas suas mãos»².

3. Ferreira Borges, com Fernandes Tomás e Ferreira de Moura, elementos preponderantes daquele sector gradualista e com elevadas funções no aparelho governativo, cedo se tornaram alvos privilegiados da imprensa contra-revolucionária, em sucessivas campanhas de descrédito que desceram ao insulto mais grosseiro e às mais torpes acusações.

Tudo convergiu para a aliança táctica de radicais e reaccionários integrados na nova ordem, que a pretexto do sistema eleitoral e da «liberdade» constitucional, desencadearam a crise de 11 a 18 de Novembro de 1820, conhecida por Martinhada.

Ilaqueado o conflito político-militar, por hábil manobra política de Fernandes Tomás e companheiros, e pela contenção militar que Sepúlveda protagonizou, desterrado António da Silveira e paralisados de imediato os seus parceiros, inflectidas posições de homens e de sectores da imprensa, a marcha constitucional estugava o passo; os gradualistas, pressionados pelo radicalismo verbal, foram-se deixando

² SILVA DIAS, *Os Primórdios da Maçonaria...*, I, 2, pp. 763-64.

empurrar para uma semelhante linguagem demagógica e de extremos, e por vezes «inflectiram, mesmo, a sua prática, por motivações oportunísticas, para fora da lógica liberal»³, como o sufrágio indirecto ou o voto público.

Os moderados, face a essa inflecção, deixam de entender a perspectiva gradualista, confundindo-a com formas miméticas de radicalismo, cavando mais fundo o fosso que os separava.

4. Neste complexo tecido ideológico e sua emergência de tática política se movimentou Ferreira Borges, com uma linguagem, contida embora, em algumas das deliberações fundamentais como nas discussões que as promoveram. Borges encontra-se, ao menos numa fase inicial, na primeira linha do combate parlamentar. Faz a opção unicameral, subscreve o veto suspensivo, aceita o Conselho de Estado proposto pelas Cortes, retira a cidadania nacional às autoridades que recusassem o juramento das Bases da Constituição, apoia a sua expulsão do reino, invectiva o Patriarca...

O seu estado de saúde motiva longas ausências no Parlamento, e algumas dessas ausências coincidiram com importantes discussões e deliberações.

Foi, porém, quando da discussão do problema da Companhia dos Vinhos de Alto Douro que se expôs à malquerença de alguns sectores liberais e aos remoques da imprensa radical.

5. Quando as forças contra-revolucionárias em finais de 1822 e primeiros meses do ano seguinte crescentemente se apoderavam da revolução, procurando recuperar todo o processo, Ferreira Borges movimenta-se, desmultiplicando-se em acções que objectivamente visavam salvar o regime. Para ele, salvar o regime passava, de forma substantiva, por uma reforma constitucional, isto é, pela expurgação do texto constitucional das suas componentes mais radicais.

Esta sua acção, levou a que não só os inimigos como antigos «compagnons-de-route» maximizassem a aparente labilidade de carácter, e surge preocupadamente reflectida em ofícios do encarregado de negócios espanhol de 1823⁴, referidos pelo Prof. Silva Dias.

³ SILVA DIAS, *ob. cit.*, p. 784.

⁴ A.H.N.M., *Correspondência Diplomática de 1821-1823*, leg. 45822, apud SILVA DIAS, *ob. cit.*, Vol. e Tomo cit., p. 761.

6. Com Ferreira Borges, como em outros momentos decisivos da sua acção política, estava Sepúlveda. Como se pode ler numa carta de Aguilar⁵, existiam pressões militares e de uma maioria nas Cortes no sentido de se estabelecerem as duas câmaras e o veto absoluto. Nas Cortes, em igual posição, estavam Mousinho da Silveira, José António Guerreiro e Francisco Manuel Trigoso, entre muitos outros liberais de várias correntes para quem se tinha «tornado meridiana-mente claro que a única hipótese de sobrevivência da ordem liberal era a sua desradicalização»⁶.

7. O que fora movimentação epocal tomou relevo com o tempo no espírito de Ferreira Borges. No infortúnio da emigração, acentuadas as clivagens entre os emigrados, aprofundadas divergências, quiçá mais de natureza pessoal que fundamentalmente ideológicas, Ferreira Borges, que chegou a chamar «ominoso» ao dia 24 de Agosto⁷, ao tempo que combate frontalmente os ministros e minimiza as acções do seu governo, de que tantas cartas de «O Correio Interceptado» são testemunho, afasta-se da Constituição de 1822 que ajudara a elaborar e que jurara.

8. Complemento documental da acção reformadora encetada em 23, é a Carta 49 de «O Correio Interceptado», datada de 1 de Junho de 1826, a que não pode retirar-se um surpreendente conservantismo jurídico-político.

Em nome do artigo 7.º da Constituição de 22, que consagra o princípio de que «a livre comunicação do pensamento é um dos mais preciosos direitos do homem», Ferreira Borges afirma vir dizer com franqueza o seu sentir — afirmar o que proclamaria na Tribuna se ali pudesse manifestar a sua opinião.

Assim, aponta ao texto de 1822 defeitos na *forma*, sobremaneira a extensão (240 artigos), que não devia substituir-se a «uma lei simples, concisa e compreensiva daquelas teses que devem exclusivamente compor a estrutura orgânica ou o esqueleto dos direitos Cívicos e Polí-

⁵ *Idem*, pp. 761-62.

⁶ *Idem*, p. 761.

⁷ O significado da expressão, tão projectado pelos seus detractores, não resiste à confrontação com a sua Carta a D. João VI, entre outros documentos.

ticos duma Comunidade», na esteira de Benjamin Constant, que defendia um texto constitucional curto e vago, cabendo aos poderes constituídos a posterior aplicação dos artigos⁸.

Igualmente lhe aponta defeitos na *matéria*, maxime ter «Portugal de declarar na sua Constituição que o seu governo é monárquico... não podendo negar-se que a Constituição de 1822 é democrática, por ela as Cortes são tudo, o Rei nada. Chamar-lhe Monarquia e não dar poder ao monarca é pôr um nome com acepção diversa do que ele importa... cumprindo que o Rei faça uma parte integrante com os Povos no fazimento das Leis, e disso foi ele privado na Constituição de 1822, o que julgo defeito dela»⁹.

A defesa da fidalguia e seus direitos, classe que aquela Constituição «espoliou desse lugar que sempre teve, e querendo fazer guerra ao poder do Rei destruiu-lhe o seu maior e mais constante inimigo», longe de em seu entender cheirar a Cortes Velhas, como vaticinava viesse a ser entendido, serve-lhe para dissertar sobre a acção da nobreza em todas as Cortes, conferindo com Sousa Macedo na opinião de os maiores fidalgos, se beneméritos, serem «verdadeiro lustre da República e credores legítimos dos mais altos lugares pelos serviços com que se avantajaram seus progenitores».

Outros defeitos aponta ao texto para que tão activamente contribuíra, da inadmissão dos membros do governo às Cortes, à inexistência do Conselho de Estado.

O Conselheiro de Estado de D. João VI, depois Conselheiro de Estado honorário por mercê de D. Maria II, diz que tal Conselho «não serve para nada de bom, é inútil para o bem público e paraliza o governo em suas funções essencialmente rápidas», pelo que advoga que seja o Rei a formar como lhe aprouver o seu Conselho, porque assim será melhor aconselhado e sem despesas para o Estado.

Analizada a importância da administração judicial, que primordializa, defendendo a codificação exaustiva das leis, a independência dos juizes por perpetuidade e suficiente salário, a publicidade no inquérito, produção, exame de provas e sentença, e jurado em causas crimes ainda que civilmente intentadas, repudia o inculcado pela Cons-

⁸ B. CONSTANT, *Principes de Politique*, prefácio.

⁹ O *Correio Interceptado*, pp. 236 e ss.

tuição de 22 no que concerne à organização judicial, administrativa e económica, ocupando-se depois do processo eleitoral, para rejeitar a eleição directa nestes termos:

«Confiar à universalidade da multidão uma escolha definitiva é pô-la em risco de sofrer um mal sem remédio, e esperar dela conhecimentos que não tem: o resultado é ser em regra a multidão guiada pelo suborno ou fascinada por aparências. Quem ignora que um juramento de Povo diz com a mesma facilidade «viva e morra»? Um Povo que tem por oráculo o pároco, o capitão-mor por soberano e um fidalgo por onnipotente obedece às listas que lhe subministram como às censuras, às fintas e às ameaças»¹⁰.

9. O verbo demolidor da Constituição de 22 é o mesmo com que exalta a Carta Constitucional de 26, ao dar fim à publicação das cartas, porque «queríamos a liberdade da nossa Pátria, e a nossa Pátria está livre».

Não chegara ainda o momento dos jogos de bastidores que determinaram a polémica com Silvestre Pinheiro Ferreira.

Por contradições aparentes ou profundas, o «Catavento» das burletas estará em 36 a recusar-se ao juramento da Constituição de 22 porque jurara a Carta, e ser «portanto absolutamente necessário ratificar por novo juramento de *fieldade o preito*, que novamente se propunha remodelar-se; que fazendo-se assim se prestava a jurar a Constituição de 1822, que se não, que neste caso resignava do cargo de Supremo Magistrado do Comércio»¹¹.

Recusava uma Constituição que, nos seus defeitos, afirmava, fora o natural corolário dos acontecimentos do S. Martinho:

«Os deputados da Constituição de 1822, vítimas da cláusula que a insubordinação militar do fatal dia 11 de Novembro de 1820 inseriu nas suas Procurações, alargaram a esfera comparativa da liberdade não definida, e não só nesta, senão em mil outras medidas caíram no extremo que os precipitou ou ajudou a precipitar a

¹⁰ O *Correio Interceptado*, Carta 49, pp. 231 a 262.

¹¹ JOSÉ FERREIRA BORGES, *Exame Crítico do Valor Político das Expressões Soberania do Povo e Soberania das Cortes*, Lisboa, 1837, p. 6.

sua própria obra no abismo que uma outra insubordinação *ainda mais liberal* lhes cavara.

Esta cláusula, à qual mal se atenta, foi efectivamente a origem de muitos males e assinadamente daquela Constituição democrática, que não podia deixar de sê-lo sendo-o a de Espanha, *que a qual Portuguesa devera de ser mais liberal*, e isto importava mais Democrática, embora mais teorética, mais incompatível e menos adoptada aos interesses da Nação que tratava de se constituir.

(...) Bons desejos tinham os deputados e na maioria boas intenções; mas como podiam eles exceder os poderes que lhes foram dados? Agradeçam os Povos aos autores do dia 11 de Novembro a maior parte das suas calamidades, e deixem de ralhar da Constituição e dos Deputados, esses inexperientes berradores e folhetistas, a quem parece mal tudo o que não é seu, mas que não sabem por dois dias inteiros ter opinião *sua própria* constantemente, sendo homens de palavras, que não de palavra»¹².

O ECONOMISTA NAS BANCADAS DO CONGRESSO

10. Porque a existência do livre-câmbio nas trocas internacionais se tornou um problema insolúvel para as constituintes, considerada a sua relevância em todo o sistema económico e financeiro, não surpreenderá que ao passo que em tal matéria se desenvolveram os debates parlamentares, se acentuasse a clivagem entre duas correntes, proteccionista uma, tendo como chefes-de-fila homens como Borges Carneiro, Lemos Bethencourt e Soares Franco, livre-cambista outra, liderada por João Rodrigues de Brito.

Como era seu timbre, numa posição de equilíbrio, de feição eminentemente conciliatória, a voz de José Ferreira Borges apareceu em discussões da maior importância, caso dos problemas suscitados pelo desenvolvimento da indústria dos curtumes.

11. A 2 de Agosto de 1821¹³ dava entrada um requerimento dos industriais de curtumes solicitando isenção de direitos e de impos-

¹² O *Correio Interceptado*, pp. 257-59.

¹³ Cfr. *Diário das Cortes*, Vol. III, p. 1759.

tos sobre as matérias-primas e manufacturas, o que vinha pôr em confronto poderosos interesses de vários sectores económicos. Longo foi o período de discussão e dilatado o tempo da decisão.

Quando o Projecto da Comissão de Fazenda começou a ser discutido, transcorrerá cerca de um ano, tempo para o olvido de pormenores de justificação, o que de resto foi patenteado por alguns parlamentares.

Nesse projecto propunha-se a isenção de direitos sobre as matérias-primas e igual benefício para a exportação dos produtos manufacturados.

Como os industriais continuavam obrigados a tributo pelos couros verdes, com anulação de todas as anteriores isenções e permanecia a obrigação dos direitos de consumo e outros impostos comuns a todas as fábricas, acendeu-se no parlamento uma das mais vivas discussões, destacando-se, pela sua importância no domínio do facto económico, as posições antagónicas de Rodrigues de Brito e Ferreira Borges.

O primeiro, ao defender os interesses da burguesia agrária opunha-se ao desenvolvimento industrial, posto que, em sua opinião, se tal actividade não era vantajosa não merecia o favor da isenção de direitos e, se o era, dele não tinha necessidade, acrescentando que «isentar desta contribuição geral qualquer classe de indústria é dar a esta classe um privilégio incompatível com a justiça constitucional e com a liberdade da circulação dos fundos, liberdade indispensável para que eles possam empregar-se na indústria mais produtiva» para vir depois afirmar que «só são realmente úteis ao Estado as fábricas que recompensam os serviços produtivos consumidos nelas, isto é que deixam aos que têm tanto lucro como eles ganhariam em qualquer outra indústria»¹⁴.

A resposta de Ferreira Borges procura contrapor ao discurso teórico do liberalismo económico a situação real do país, convergindo uma vez mais para um pragmatismo que pensamos singular entre os economistas seus contemporâneos:

«Se o ilustre Preopinante não quer que haja fábricas imponham-se esses direitos, que é o modo de acabar com elas. Mas

¹⁴ Cfr. *Diário das Cortes*, Vol. VI, p. 858 e 870.

se se julga que a indústria é o manancial da riqueza das nações, é necessário que demos a mão a essa indústria. Como não estamos em estado de igualarmos nesta parte aos outros povos, se carregarmos a nossa indústria, não poderemos concorrer com eles, e nossas fábricas não poderão existir. Eu me persuado que o Congresso, coerente com a marcha que tem adoptado desde o princípio da sua instalação, de proteger todos os ramos de prosperidade pública, deve lançar as suas vistas sobre a indústria manufactureira, para isso a primeira coisa que se deve fazer é procurar que se tornem o mais barato que for possível as matérias que servem para as manufacturas. Nem parecia bem que quando estamos a tratar da prosperidade dos povos, fôssemos destruir essas pequenas fábricas que pelo vigor com que começam prometem alguma coisa. Coerente, pois, com essa marcha, e coerente com a legislação estabelecida, eu voto que continue a estar em prática a doutrina estabelecida no alvará de 1809, isto é, que sejam isentas desses direitos as matérias-primas. Nem se diga que esta isenção serve de capa a muito contrabando ou a muita admissão de matérias-primas que hão-de procurar logo a saída, pois a isto respondo que uma vez que por matéria-prima se entenda aquela que entra para base de uma manufactura e que quando houver de sair leva nova forma, nada se pode recear»¹⁵.

12. A defesa da livre circulação aparecerá nas suas intervenções e constantemente na sua obra escrita. Como quase todos os seus pares, Ferreira Borges debatia-se entre o livrecambismo teórico e um protecçãoismo pragmático, sem o qual paralisava a máquina económica do país. Mais que as razões particulares da sua ligação pessoal com a Companhia dos Vinhos do Alto-Douro, terá sido aquela coordenada a motivar a acérrima defesa que no Parlamento veio a fazer dos interesses da Companhia.

¹⁵ *Diário das Cortes*, Vol. VI, pp. 859 e seg.

A COMPANHIA DOS VINHOS DO ALTO DOURO

13. Em 1756 foi criada a Companhia Geral de Agricultura e Comércio dos Vinhos do Alto Douro, que por mais de um século dominou os interesses económicos daquela região.

A criação da Companhia e as medidas que depois se vieram a tomar contribuíram para aumentar a importância relativa do vinho do Porto, em detrimento de outros vinhos de qualidade, que pesavam quantitativamente muito menos no quadro das exportações globais, «cabendo-lhes até aí talvez entre 25 % e 40 % do total das quantidades vendidas ao estrangeiro e uma percentagem menor no que respeita aos valores»¹⁶.

Em 1703, ano do tratado de Methuen¹⁷, elevou-se a exportação a 7 567 pipas, continuando nos anos seguintes a aumentar, com pequenas alternativas e recaídas. Já em 1716, sendo de 13 990 pipas, excedia o máximo anterior, que fora de 13 011 em 1693, e nos anos seguintes chegou a exceder a cifra de 20 000, frequentemente, até 1753, em que foi de 21 107, tendo atingido máximas de 25 870 e 24 529, respectivamente, nos anos de 1728 e 1743.

Durante este período a produção aumentara, mas ao mesmo tempo a cobiça demasiada de comissários estrangeiros levava-os a introduzir vinhos de diversas procedências na lotação dos do Douro, o que, concorrendo para o descrédito, promovera também a descida de preços, que chegaram a ser apenas de 10\$000 réis por pipa ou 400 réis o almude por meados do século XVIII.

«Os mercadores britânicos, cegos pela cobiça, impunham condições, que excediam os limites naturais, exigindo que o vinho chamado do Porto fosse *«um fogo potável nos espíritos, uma pólvora incendiada no queimo; uma tinta negra na cor, um Brasil na doçura e uma Índia no aroma»*, e aconselhando para isso como segredo infalível as confecções, a mistura de aguardente de prova na fervura e a baga de sabugueiro ou folhelho de uva preta para a tintura. Estas e outras adulterações, recomendadas para dar pulso, cor e madureza artificial

¹⁶ ARMANDO DE CASTRO — VINHO, in «Dicionário de História de Portugal», dirigido por JOEL SERRÃO, Vol. IV, p. 318.

¹⁷ O Tratado de Methuen teve uma acção dúplice sobre o comércio do vinho do Porto. Se aumentou as suas exportações, aumentou igualmente as exportações de vinhos de outras regiões do país.

aos vinhos, custava por pipa ao lavrador 5\$000 e 6\$000 réis. Além disto, comprando vinhos inferiores, e até vinhos verdes, e cobrindo-os com os finos, os comissários acabavam de arruinar o bom nome do produto. A baixa de preços e a maior extensão da cultura vinícola depressa redundaram em perdas graves para os lavradores, agravados logo depois pela diminuição da venda para o estrangeiro. Muitos, mal podiam já em 1748 acudir ao amanhã das vinhas, e lastimavam a época em que viam em suas adegas atestadas um penhor de riqueza e prosperidade. Apesar disso, ainda não tinham desanimado, e todos os dias novos socalcos povoados de cepas afixavam a permanência de ilusões»¹⁸.

Este o quadro, que terá levado a que a exportação em 1756 descesse a 12 211 pipas.

Parece que por esta época, um comerciante espanhol de nome Bartolomeu Pancorvo tentara um plano para restaurar o comércio dos vinhos através da criação de uma grande companhia, mas o plano falhou por falta de capitais e talvez também por intrigas dos comissários estrangeiros.

14. Segundo o Visconde de Villa Maior, um frade astuto e intrigante apoderou-se daqueles planos e levou-os ao Marquês de Pombal, tendo de tal acto nascido a Companhia dos Vinhos de Alto Douro¹⁹.

Certo é que, depois da fundação da Companhia a exportação se desenvolveu durante trinta anos (1757-1786) uma média de mais de vinte mil pipas, valor que duplicou de 1787 a 1812.

Poderemos aferir estes valores, produção/exportação, através dos mapas a seguir incluídos, que organizámos com dados obtidos no *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, n.º 1, Janeiro de 1889, e que nos permitem avaliar as diferenças entre os vinhos de embarque anualmente arrolados e os exportados pela barra do Porto, num período compreendido entre 1772 e 1826.

Pelo régio Alvará de 18 de Setembro de 1756 foram confirmadas as *Instituições* com que foi criada a Companhia.

¹⁸ CHRISTOVÃO GUERNER, *Discurso histórico e analítico sobre o estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos de Alto Douro*, p. 18.

¹⁹ Cfr. SUSAN SCHNEIDER, *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto, Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no Séc. XVIII*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1980.

No parágrafo 10.º dessas *Instituições*, encontra-se expresso o fim a que se destinava a Companhia, que era «sustentar com a reputação dos vinhos a cultura das vinhas, e beneficiar ao mesmo tempo o comércio, que se faz neste género, estabelecendo para ele um preço regular, de que resulte competente conveniência aos que o fabricam, e respectivo lucro aos que nele negociam, evitando por outra parte que este se abata com tanta decadência, que aos lavradores não possa fazer conta sustentarem as despesas anuais da sua agricultura. E sendo necessário para estes fins estabelecer os fundos competentes, será o capital desta Companhia de um milhão e duzentos mil cruzados (480:000\$00 réis) para que a Companhia possa assim acorrer às urgências da lavoura e do comércio»²⁰.

O Pessoal da Companhia e a Sua Autoridade

15. Não é nosso propósito fazer a história, mesmo sumária, da Companhia e mencionar todos os seus poderes e acção.

Queremos, sim, registar o que nos parece fundamental para explicarmos a futura acção do parlamento vintista e, neste, o comportamento de Ferreira Borges.

Para, não obstante tal propósito, registarmos o aspecto gigantesco da organização da Companhia, basta referir como era constituído o pessoal que a governava: — um provedor, doze deputados, seis conselheiros e um secretário, um desembargador juiz conservador, um desembargador fiscal, um escrivão, um meirinho, além de numerosos caixeiros, feitores, administradores, comissários e seus escrivães, oficiais, provadores, etc.

Todo este estado maior ou menor, desde o provedor ao mais simples dos oficiais de diligências, ou esbirros, se sentia detentor de uma grande autoridade, que exhibia com inaudita arrogância. Os deputados, por sua parte, constituíam uma autêntica oligarquia, com as suas casas encimadas por pedras de armas que ainda em nossos dias se distinguem na paisagem duriense, solitárias e decrépitas imagens de um passado morto.

²⁰ *Douro Ilustrado*, pp. 22 e 23.

MAPA DOS VINHOS DE EMBARQUE ANUALMENTE ARROLADOS
DESDE 1772 a 1826

Anos	Tinto Pipas	Branco Pipas	Anos	Tinto Pipas	Branco Pipas
1772	30 523	5 884	1799	59 985	4 266
1773	20 075	3 670	1800	61 091	4 393
1774	19 288	3 777	1801	68 789	2 869
1775	22 463	3 447	1802	44 690	1 573
1776	26 593	3 033	1803	65 944	7 486
1777	21 489	2 721	1804	72 983	3 672
1778	28 865	3 991	1805	73 525	3 025
1779	33 999	4 684	1806	54 949	2 920
1780	30 810	3 636	1807	51 832	2 875
1781	23 606	3 124	1808	53 820	2 704
1782	23 811	3 410	1809	37 588	1 045
1783	29 239	4 040	1810	35 391	859
1784	22 193	3 232	1811	41 005	1 658
1785	33 958	4 522	1812	54 058	1 855
1786	27 043	4 436	1813	62 625	2 106
1787	28 539	3 657	1814	67 923	2 220
1788	40 842	4 414	1815	54 961	1 730
subsidiado	8 583	—	1816	51 179	770
1789	40 882	3 791	1817	36 280	726
1790	37 748	3 475	1818	51 900	1 816
1791	44 089	4 030	1819	73 977	2 482
1792	49 351	4 644	1820	70 822	—
1793	51 683	4 840	1821	74 413	2 347
1794	64 079	4 765	1822	97 442	3 065
1795	62 658	3 445	1823	71 976	2 368
1796	64 045	4 229	1824	64 683	2 486
1797	52 221	4 050	1825	88 493	3 398
1798	52 094	3 622	1826		71 310

FONTE: *Boletim Geral de Agricultura*, n.º 1, Janeiro de 1889.

MAPA DOS VINHOS DE EMBARQUE ANUALMENTE EXPORTADOS
PELA BARRA DO PORTO DESDE 1772 A 1826 — PIPAS

Anos	Exportação	Anos	Exportação
1772	20 358	1800	55 896
1773	20 129	1801	66 629
1774	23 124	1802	38 632
1775	24 013	1803	54 350
1776	22 620	1804	29 851
1777	26 833	1805	36 320
1778	22 890	1806	39 984
1779	29 575	1807	42 201
1780	27 716	1808	36 916
1781	21 059	1809	43 951
1782	25 923	1810	42 115
1783	19 714	1811	21 208
1784	21 795	1812	23 801
1785	24 567	1813	25 239
1786	23 555	1814	28 558
1787	34 017	1815	37 714
1788	36 608	1816	24 825
1789	39 645	1817	31 679
1790	46 808	1818	36 468
1791	45 396	1819	26 293
1792	55 123	1820	30 496
1793	31 113	1821	25 518
1794	52 654	1822	28 352
1795	53 392	1823	23 156
1796	38 584	1824	21 914
1797	28 757	1825	40 998
1798	64 402	1826	19 198
1799	56 699		

FONTE: *Boletim Geral de Agricultura*, n.º 1, Janeiro de 1889.

Os Poderes da Companhia

16. Detentora de um poder quase ilimitado, a Companhia era senhora dos seguintes monopólios: — o do comércio dos vinhos do Douro para Inglaterra e portos do Brasil, o da fabricação e comércio da aguardente em alguns distritos do norte e o do fornecimento das tabernas e vendas de vinho da cidade do Porto e seus arrabaldes.

A este último, opôs grande resistência o povo da cidade, sempre cioso das suas liberdades, o que fez correr muito sangue, imolando-se no patíbulo os que se opunham a tal monopólio.

Ao tempo da criação da Companhia, como vimos, estava a agricultura das vinhas e a sua produção em estado deplorável²¹.

O parágrafo 29.º das *Instituições* estabelecia «que com a maior brevidade se faça um mapa, e tombo geral das duas costas setentrional e meridional do rio Douro, no qual se demarque todo aquele território, que produz os verdadeiros vinhos de carregação, que são capazes de sair pela barra do mesmo rio. Especificando-se cada uma per si as grandes e pequenas fazendas deste género, e declarando-se por uma estimação comum, ou média, calculada pelas produções dos últimos cinco anos próximos pretéritos, o que costuma dar cada uma das ditas fazendas, para que os donos delas nem possam vender sem manifestarem à Companhia o que vendem, nem possam ser admitidos a vender maior número de pipas à Companhia, ou aos estrangeiros, do que aquele que no dito registo lhe for determinado, sob pena de que excedendo nas vendas as ditas quantidades, pagarão anoveado o excesso, e ficarão inibidos para mais não venderem vinhos para fora do Reino».

Estranha legislação esta, que reduzia à dimensão do crime o aumento de produção e penalizava o que devia ser encorajado e digno de retribuição!

Decorre ainda que, nas primeiras intenções da Companhia, não se programava o aumento da produção e o desenvolvimento da agricultura, pois deixavam-se por cultivar muitas terras apenas próprias para o plantio da vinha, ao mesmo tempo que muitas vinhas se degradavam e continuavam em ruína, uma vez que a produção era cal-

²¹ Cfr. *Memória sobre o estado da agricultura e comércio do Alto Douro* — in «Memórias Económicas da Academia das Ciências», Lisboa, 1782.

culada pelo anterior estado de ruína, sendo crime o aumento da produtividade, pelo que os proprietários ficaram sem possibilidades de tirarem das suas terras todo o rendimento possível.

Registe-se também que a Companhia não desenvolveu o comércio com o exterior, procurando novos mercados, sobretudo com países que não consumiam os nossos vinhos e que nos forneciam vários produtos. Era a miragem do lucro pingue e imediato, saído de uma máquina administrativa complicada que o privilégio exclusivo superava:

«Nesse letargo passou a Companhia vinte e três anos, contentando-se com os interesses que lhe produzia o seu privilégio exclusivo, que não foram pequenos, que quase se não duplicasse o fundo, repartindo-se todos os anos além disso, mais de 12 por 100 dos primeiros capitais aos accionistas, livres das grandes despesas da administração a mais complicada, mais dispendiosa, e menos simples, que na classe comerciante se pode imaginar»²².

Por outro lado a legislação, pela sua vastidão e variedade, confundia os lavradores, que, assim, preferiam vender os seus vinhos por mais baixo preço e com total liberdade.

À Companhia havia sido concedido o tempo de vinte anos, estabelecidos pelo parágrafo 47.º das Instituições, sendo esse tempo prorrogado por outros vinte pelo Alvará de 28 de Agosto de 1766.

Se bem que durante muito tempo se reconhecesse como justa a manutenção da Companhia²³, a necessidade de libertar o comércio cedo se fez sentir, e assim pareceu reconhecer-se no Alvará de 9 de Agosto de 1777, através do qual se liberta a exportação dos vinhos de Viana, Monção, Aveiro, Bairrada, Anadia, S. Miguel do Outeiro, Coimbra e Figueira; no entanto, não deixava de acautelar-se que nunca esses vinhos se podiam misturar com os do Douro, nem sair pela barra do Porto, com o que se pretendia defender a reputação dos vinhos do Alto Douro.

Ao mesmo tempo, concede-se liberdade de circulação, para todos os portos do Brasil, de vinhos de todas as terras do Reino, deixando à Companhia o privilégio exclusivo da remessa dos vinhos do Alto-Douro.

²² *Id. ib.*, Cap. 8.º

²³ *Id.*, Cap. 21.º

Igualmente se veio a conceder aos habitantes da cidade do Porto maior liberdade para poderem transportar por sua conta o vinho necessário para seu uso.

Não obstante, estava vedado aos comerciantes daquela cidade a baldeação, intra-muros, de vinhos nacionais.

Por seu turno, o vinho do Porto estava sujeito a direitos excessivos, desde a região produtora até à cidade, que subiam a 17\$359 réis por pipa, com subsídios, páreas, portagens várias, pedras do rio, fragatas, emolumentos, etc., etc.²⁴, o que muito naturalmente gerava grande descontentamento entre os comerciantes do Porto.

Todo este estado de coisas, o significado da Companhia no seu poder ilimitado, mesmo inquisitorial, tinha necessariamente de aparecer no parlamento vintista.

17. Já referimos, em anterior capítulo, que não seria um acaso geográfico a determinar a arrancada regeneradora da cidade do Porto. Igualmente observámos que os homens que aparecem no *Sinédrio*, nas Juntas e nas bancadas das Constituintes são em grande maioria filhos da classe burguesa, com predomínio dos homens de leis.

Não é difícil compreender o porquê. A burguesia, que podia dispor de capitais, mandava os filhos à Universidade e dispunha dos salões de convívio para discorrer sobre as doutrinas que abalavam a monarquia tradicional, entretecendo os caminhos das suas preocupações e a resposta aos seus interesses. Era a classe que, assim, mais vivamente sentia o estado de ruína a que chegara Portugal, com o rei do outro lado do Atlântico e a indústria e o comércio em crescente estado de depauperamento²⁵.

Os homens das Constituintes tinham, muito naturalmente, na leitura das doutrinas económicas, sobretudo do fisiocratismo, as alavancas com que pretendiam mudar o rumo dos acontecimentos, concebendo a liberdade como o direito de adquirir, gozar e dispor dos bens, sacralizando a propriedade como princípio inviolável da «ordem natural». A exploração agrícola era o ponto de partida, a génese de

²⁴ Cfr. FERNANDO PITEIRA SANTOS, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, Publicações Europa-América, 2.^a ed., Lisboa, 1962, Nota J, p. 171.

²⁵ Cfr. JULIÃO SOARES DE AZEVEDO, *Condições económicas da revolução portuguesa de 1820*, Cap. IV.

um circuito que interessava os vários sectores: partindo do ponto básico da terra, passava aos industriais, comerciantes e artesãos, que por sua vez retribuía em manufacturas, mercadorias e serviços, fechando-se o circuito com o regresso à terra em bens indispensáveis à subsistência do cultivador e do dono da terra.

Aqueles homens tinham, pois, de ópticas diferentes, conforme aderiam ou rejeitavam as teorias económicas em circulação, de defender na Câmara os interesses que objectivamente representavam.

As Cortes e a Reforma da Companhia

18. Logo na sessão de 9 de Fevereiro, o deputado Girão, eleito por Trás-os-Montes, apresentou um projecto de reforma da Companhia²⁶, cujo teor, na sessão seguinte, viria a suscitar viva discussão

²⁶ É o seguinte o texto do Projecto apresentado por Girão:

«As Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constituintes da Monarquia Portuguesa, tomando em consideração, que a Liberdade anima as Artes, e principalmente a Agricultura; e que pelo contrário os Exclusivos entorpecem a indústria, e o Comércio, sendo tanto mais nocivos quanto mais se acumulam; considerando que é incompatível com a Constituição Liberal o sistema arbitrário porque se regula a Companhia, e quanto é fácil que esta abuse do seu poder, em prejuízo dos Proprietários do Douro, e os muitos males que resultam aos habitantes do alto das Províncias de Trás-os-Montes, e Beira, por se verem condenados a deixar os seus montes sem cultura, em razão dos obstáculos que a mesma Companhia opõe à extracção dos seus vinhos; considerando finalmente, que o Negócio do Porto sofre em todos os seus ramos, e de presente se acha paralisado pelas medidas arbitrárias que tem tomado a dita Companhia, decretam o seguinte:

Art. 1.º — Ficam de hoje em diante suprimidos todos os três Exclusivos da Companhia, a saber: o das aguardentes, o das Tabernas do Porto, e seu distrito, e o do Brasil.

Art. 2.º — Fica igualmente abolida a demarcação do Ramo, e Feitoria.

Art. 3.º — Ficam sem nenhum efeito todas as Leis fiscaes, e criminaes, porque se regia a Companhia, como se de cada uma delas se fizesse especial menção.

Art. 4.º — É lícito a todo o Lavrador do distrito regido pelas Leis da Companhia, vender seus vinhos, e aguardentes, como, e a quem bem quiser, e é igualmente livre a todo o Negociante comprar estes géneros, e exportá-los para toda a parte que lhe fizer conta.

Art. 5.º — O tempo da feira dos Vinhos fica determinado impreterivelmente para o dia 2 de Fevereiro de cada um ano, e esta feira poderá durar um mês, sem

com base numa proposta do deputado Peixoto, que vinha sustentar que o projecto de lei apresentado por Girão poderia espalhar a consternação entre muitos milhares de famílias das regiões interessadas, apresentando, para rebater aquele projecto, não só dados de natureza económica como ainda os possíveis custos políticos para um sistema que dava os primeiros passos.

Girão²⁷ objectou com veemência, pondo em destaque os males que atingiam lavradores e comerciantes, no que encontrou apoio do deputado Peçanha²⁸, que se opôs frontalmente à proposta de Peixoto²⁹, apontando muitos dos males da Companhia.

Foi largo o debate, saindo à discussão o deputado Bettencourt³⁰ que, ao apoiar Peixoto, lançou o alerta para os perigos que adviriam para os lavradores se se gerasse desconfiança sobre a existência da Companhia.

que daqui resulte embaraço algum dos Lavradores para poderem negociar seus Vinhos, e Aguardentes em qualquer tempo do ano que melhor lhe convier.

Art. 6.º — A Companhia não poderá desde hoje em diante ter inspecção alguma no arrolamento dos Vinhos, nas suas taxas, e aproves, nem intrometer-se por forma, ou maneira alguma na Lavoura dos Vinhos.

Art. 7.º — Poderá porém existir a Companhia limitada a comprar Vinhos e Aguardentes, como outra qualquer casa de Comércio.

Art. 8.º — A Lei da Instituição da Companhia fica inteiramente derogada.

Art. 9.º — Os Accionistas nomearão Administradores a seus bens como for de seu agrado, sem que estes sejam confirmados por El-Rei, ficando só considerados estes Administradores como Negociantes particulares, sujeitos às Leis gerais do Reino.

Art. 10.º — Os tributos que o Vinho paga serão de hoje em diante arrecadados pelas justças territoriais, e remetidos a seus destinos, em quanto as Cortes não determinarem outra coisa.

Art. 11.º — A Companhia não terá de hoje em diante inspecção alguma sobre Obras Públicas, ficando estas inteiramente ao cuidado das respectivas Câmaras, e dará conta dos dinheiros para as ditas Obras destinados desde que começou a recebê-los, remetendo-a à Regência pelo ministério dos Negócios do Reino, para depois se publicar.

A Regência etc.»

Diário das Cortes, N.º 11, Tomo 1, p. 68.

²⁷ António Lobo de Barbosa Teixeira Ferreira Girão, deputado por Trás-os-Montes.

²⁸ Francisco António de Almeida Moraes Peçanha, deputado por Trás-os-Montes.

²⁹ José Peixoto Sarmento Queirós, deputado pelo Minho.

³⁰ Francisco de Lemos Bettencourt, deputado pela Estremadura.

O teor do assunto recomendava que se adiasse *sine die*, necessária trégua para reforço das posições.

Iam seguir-se, com igual calor, as discussões sobre os vários artigos das Bases da Constituição, a par do despacho de assuntos correntes e representações apresentadas ao Congresso.

19. Na sessão de 9 de Março, apresentara-se o Decreto das Bases da Constituição, contendo os princípios que deviam vigorar até que se estabelecesse a Constituição, a fim de se assegurarem os direitos individuais do Cidadão e estabelecer a organização e limites dos Poderes Políticos do Estado.

Na Secção I, *Dos direitos individuais do Cidadão*, no seu artigo 1.º, consignava-se que «A Constituição Política da Nação Portuguesa deve manter a liberdade, segurança, e propriedade de todo o Cidadão», e no 7.º consagra-se que, «A propriedade é um direito sagrado e inviolável que tem todo o Cidadão de dispor à sua vontade de todos os seus bens, segundo a Lei. Quando por alguma circunstância de necessidade pública e urgente for preciso que um Cidadão seja privado deste direito, deve ser primeiro indemnizado pela maneira que as leis estabelecerem».

Manter a liberdade e propriedade de todo o cidadão e ter a propriedade como um direito sagrado e inviolável, podendo cada um dispor à vontade de todos os seus bens, não se compadecia, obviamente, com os privilégios da Companhia, que exactamente cerceavam esses elementares direitos que a Revolução vinha garantir aos Cidadãos.

Os interesses em jogo, as implicações imediatas que a sua extinção acarretava para a região duriense, o comprometimento de muitos dos parlamentares com interesses directos no problema (Ferreira Borges era Secretário da Companhia), a vocação verbalista do parlamento, tudo conjugado, iria animar uma discussão na qual o nosso deputado interveio com inusitado entusiasmo e empenhamento.

A Relação da Companhia com as Câmaras da Região

20. Quando o problema regressa às bancadas do Congresso, na sessão de 28 de Março³¹, as forças que já antes se separaram para

³¹ *Diário das Cortes*, n.º 45, Tomo I, p. 379.

advogar diferentes posições, vinham preparadas com novos dados, alinhando peças oratórias de efeito calculado.

Nessa sessão foi lido e discutido um parecer das Comissões de Comércio e Agricultura e de alguns deputados que examinaram representações das Câmaras de Lamego, Santa Marta, Mesão-Frio, Godim, Canelas e Penajoia. Estas câmaras pediam que a Companhia fosse obrigada a comprar-lhes os vinhos separados, e os lavradores obrigados a vendê-los com pagamentos aos 6, 12 e 18 meses, e que a Companhia os vendesse depois aos comerciantes para que estes os levassem às diferentes partes, com excepção da Grã-Bretanha e Ilhas Adjacentes, isto para retirar desconfianças de contrabando e segurança das suas vendas.

As comissões foram de opinião que não havia receio de contrabando, e que não seria justo obrigar a Companhia a fazer a compra extraordinária de todo o vinho separado, pois ela própria já havia exposto os seus grandes empates no juízo do ano. Ninguém impedia os lavradores de vender o vinho, ou a Companhia de comprá-lo, pelo que as comissões opinavam não se dever alterar as providências já tomadas pelo Congresso³².

Os deputados Peixoto e Girão intervieram, o primeiro centrando a sua intervenção na afirmação de que «os comerciantes de vinho assustavam os lavradores». O Congresso mandara que se aprovassem para embarque 30 000 pipas de vinho, por estar informado de ser tal quantidade a necessária ao comércio, e os comerciantes iniciaram manobras tendentes à baixa de preços por força de acumulação de vinho separado com o de embarque. Considerou, então, que as comissões no seu parecer não tomaram em consideração o não dever forçar-se a Companhia a fazer uma compra para a qual não dispunha de fundos, nem por outro lado obrigar os lavradores a acederem ao voto das Câmaras.

Para atenuar ou evitar riscos futuros, Peixoto propunha uma atitude conciliatória — que a Regência passasse ordem para se abrir a venda do vinho de embarque e suspender o de separado.

Por seu turno Girão, que se declarou lavrador, contestou que as representações das Câmaras fossem o voto dos lavradores.

³² Cfr. *Diário das Cortes*, n.º 20, Sessão do dia 21 de Fevereiro, Tomo I, pp. 129 e 130.

Em sua opinião, a Companhia ao ser obrigada a comprar o vinho não seria capaz de carregar a tempo as 30 000 pipas, e os lavradores seriam condenados a não receber senão o sinal e a não grangear as suas vinhas. Por outro lado, afirmou, os capitalistas começaram a retirar da Companhia os seus dinheiros, pelo que ninguém queria bilhetes de um banco falido.

Mais contundente, Francisco Soares Franco apoiou o parecer da Comissão, dizendo que os requerimentos das câmaras não eram de boa-fé, mas em utilidade da Companhia, «habituada a comprar todos os ministros», e que agora apelava a tais recursos.

O Papel de Ferreira Borges

21. Ferreira Borges toma a palavra para, num tom que vem depois a caracterizar todas as suas intervenções, apelar ao prestígio das decisões tomadas e procurar desviar o sentido das anteriores intervenções para o problema já resolvido do contrabando:

«Depois de o Soberano Congresso tomar uma resolução sobre o Juízo do Ano, com conhecimento de todas as circunstâncias necessárias, seria uma coisa vergonhosa tomar outra resolução não intervindo novas causas. Não se pode dizer que as câmaras fizeram Requerimento por influência da Companhia, porque o que pedem é contra a Companhia; se houvesse uma causa nova, eu seria o primeiro a apoiar a causa da Lavoura (...). O maior mal que se tem é o contrabando, ora contra este já se tomaram todas as medidas (...)»³³.

Era, no momento, a hábil contra-argumentação que a experiência do foro emprestava ao parlamentar em assunto tão delicado — conciliar o inconciliável das liberdades preconizadas pelo Congresso com os privilégios da Companhia.

Essa atitude, como de resto outras em que não alinhou em radicalismos que, se bem que generosos, se afastavam da realidade do País, como o tempo o veio a comprovar, abrindo as portas à contra-revolução, valeram-lhe a desconfiança e até animosidade mesmo de alguns dos seus companheiros do Sinédrio (é flagrante o caso de Ferreira de Moura, com as burletas oportunamente referidas), e em torno

³³ *Diário das Cortes*, n.º 45, Tomo I, p. 381.

de seu nome gerou-se o que chamou de uma cabala que determinou a sua não reeleição para as Cortes Ordinárias.

22. Que a sua intervenção na discussão da Companhia pesou decisivamente não temos dúvidas, pois mesmo aqueles que jamais puderam negar-lhe méritos de regenerador e libertador da Pátria, não deixaram de registar como insólita a sua posição de defesa, assim mesmo o autor da *Galeria dos Deputados*, que entreteceu nos louvores finais do «retrato» da galeria aquela «mácula» que, segundo ele, se «não casava com a pureza das intenções do regenerador da pátria»³⁴.

Devemos, no entanto, interrogar-nos: advogaria o nosso deputado a manutenção dos privilégios da Companhia, tal como se encontravam, ou desejaria, outrossim, reformas da legislação que, mantendo embora a Companhia, conduziriam a sua organização que não lesasse a agricultura nem prejudicasse o comércio?

Ainda que tenhamos de alongar-nos com extensas transcrições, parece-nos desejável confrontar o teor de algumas das mais decisivas intervenções sobre a matéria.

23. Quando na sessão de 22 de Junho de 1821 foi lido o «Parecer separado do dos outros Membros das Comissões de Agricultura e Comércio, sobre o exclusivo das Tavernas do Porto concedido à Companhia», apresentado pelo deputado Peçanha³⁵, reinstalava-se a controvérsia e mais se estremaram as posições sobre o problema do exclusivo. Aquele deputado vinha justificar o seu voto, pois fora o único dos membros das comissões que se não conformara com a abolição imediata do exclusivo.

³⁴ «Muitos louvores, e agradecimentos públicos lhe são devidos na qualidade de regenerador; louvores e agradecimentos que também lhe devem ser tributados como representante da Nação, e que por ventura seriam completamente bem merecidos, se não houvera tão afincadamente propugnado pelos interesses da companhia do Alto Douro; (...) se em todos os actos de seu augusto ministério fizesse marchar a-la-par (sic) a sisuda circumspecção do legislador com a pureza das intenções do regenerador da pátria, e verdadeiro defensor dos direitos e liberdades públicas e individuais, com que em verdade mal se casam certas instituições anómalas, como por exemplo a companhia do alto Douro. *Galeria dos Deputados*, p. 233.

³⁵ *Diário das Cortes*, n.º 109, Tomo II, pp. 1300 e segs.

Para tanto, depois de historiar longamente o problema do comércio dos vinhos do Douro, situando-o no contexto europeu dos finais do século XVIII, após a paz de Vestefália, e o consequente estreitamento dos laços de amizade entre Portugal e Inglaterra, onde se insere a celebração do Tratado de Methuen, Peçanha aduziu as razões que conduziram à instituição da Companhia no consulado de Pombal como resposta à produção abundante e à baixa de preços verificados em 1754, resultado que foram de um conluio entre os feitores ingleses, em cujas mãos estavam todos os meandros do comércio dos vinhos.

Não deixando de registrar os inconvenientes e prepotências da Companhia, porque «seguir a opinião Pública é um dos primeiros deveres dos Representantes da Nação» e porque nos requerimentos presentes àquele Congresso as opiniões se dividiam, pedindo uns «a extinção total da Companhia, outros querem-na reformada, outros reclamam-na com todas as suas antigas prerrogativas», Peçanha assinava o parecer de que se devia nomear uma comissão fora das Cortes «para que examinando o estado dos fundos da Companhia, cujas contas devem por fim sair do arcano tenebroso em que tem estado envolvidos desde a criação desta casa privilegiada, e a legislação pública e oculta pela qual ela até agora tem sido governada, ouvida a Lavoura do Alto Douro, para o que devem concorrer com seus votos todos os proprietários, ouvida a Companhia, e o mesmo Corpo dos Negociantes exportadores...»³⁶.

Interveio o deputado Pereira do Carmo³⁷ para advogar a transformação da Companhia, através de um plano de reformas a apresentar pela mesma, ouvidas as câmaras do distrito, os lavradores de vinho e os negociantes mais acreditados no Porto, devendo tal plano ser sancionado pela Assembleia, para concluir que retirar desde logo o exclusivo seria matar a Companhia.

Girão replicou com a costumada veemência, pretendendo demonstrar que o exclusivo se opunha à natureza, relatando as vicissitudes por que vinha passando o comércio dos vinhos desde o estabelecimento do exclusivo, com naturais resistências de lavradores e comerciantes, para em tirada dramática acrescentar: «Nada acho mais absurdo que saber-se que o vinho está empatado nos armazéns dos Lavradores,

³⁶ *Id. ib.*, pp. 1303 e segs.

³⁷ Bento Pereira do Carmo, deputado pela Estremadura.

e duvidar-se de abrir o mercado do Porto, depois de declarar a Companhia que o não comprava nem podia comprar; isto é tomar o principal por acessório, e *vice-versa*; de maneira que se reputa a Companhia uma Rainha, a quem tudo deve ceder, e que os Povos foram feitos para ela, e não ela para os Povos!! Oh tempora! Que dirão os habitantes de Évora, de Alcácer-do-Sal, e todos os mais que tinham Relegos, e lhe foram extintos? Certamente nos tacharão de injustos, e dirão que a Lei não é igual para todos!!!»³⁸.

Alargou-se a polémica e mais adiante Girão teve de defender o seu voto e defender-se mesmo de acusações de parcialidade.

24. Era o momento azado para Ferreira Borges intervir, e fê-lo no tom de quem sabia ter de argumentar em terreno movediço, construindo a que terá sido a mais acérrima defesa da Companhia.

Toda a sua argumentação pretendeu assentar em princípios de economia e teve uma vez mais o mérito de uma certa conciliação, pois se defendeu a conservação da Companhia e venceu, pelas razões que aduziu, a vantagem do exclusivo, temperou as asserções com a conveniência da reforma das leis, preconizando o estabelecimento de uma comissão de lavradores e outra de comerciantes do Porto, legítimos exportadores. Essas comissões, em devido tempo, deveriam apresentar à Junta da Companhia, que representava os seus accionistas, as conclusões sobre o estado da lavoura e comércio, e essas conclusões, uma vez reflectidas, seriam presentes ao Congresso, «sustentando-se com tudo a certeza da manutenção da Companhia, segundo se reformar».

Valerá a pena transcrever na íntegra essa sua intervenção, dado o rigor com que organiza a sua argumentação, lançando com veemência dados que, pela aparente precisão e conhecimento de causa, visavam desarticular muita da força da argumentação adversária:

«Eu poderia falar mui largamente acerca da Companhia do Alto-Douro. As minhas circunstâncias particulares me habilitavam a isso: porém presumo que o Augusto Congresso terá lido quanto pró, e quanto contra se tem escrito, e que eu reputo em muita parte não merecer resposta, e me esquivarei assim a

³⁸ *Id. ib.*, p. 1304.

demorar o Congresso com repetições inúteis. Vou cingir-me restritamente ao ponto em questão, isto é, aos Pareceres das Comissões reunidas de Agricultura e Comércio, de que tive a honra de fazer parte, porém não votei de nenhum dos dois modos adoptados. Na primeira conclui-se a abolição do exclusivo do Ramo. Na segunda substitui-se um subsídio de 2\$400 réis em pipa, a favor da Companhia. Não posso aquiescer a nenhum dos dois arbitrios; não a este segundo porque os princípios que sigo não cabem com a criação de impostos, a favor de ninguém em particular. Falarei por tanto sobre a questão da abolição do exclusivo. Tem-se escrito, e tem-se dito muita coisa neste Augusto Recinto; porém debaixo de uma confusão que muito cumpre separar; isto é — Junta de Administração — e Companhia —. Se a Junta, isto é uma corporação encarregada da Administração deste Banco, tem abusos, se tem vícios, removam-se, e substituam-se as pessoas dessa Junta; entre tanto eu chamo a atenção do Congresso, para asseverar-lhe que as pessoas que actualmente dirigem a Companhia, são de um crédito ilibado, sobre prevaricações, e não devem confundir-se com as Juntas que precederam. Se os abusos são da Companhia, então são vícios da Legislação, e por tanto emende-se a Legislação, mas não se destrua um estabelecimento demonstradamente útil.

Eu podia relatar os bens que se devem à Companhia: podia falar das Obras da Barra, dos Cais da navegação do Douro, da Academia de Marinha, e Comércio, cuja existência e duração se lhe deve, etc., etc., mas isto anda escrito, e tem sido aqui repetido. Eu vou dizer o que se não disse, e pedir resposta ao seguinte argumento.

Todos sabem e é axioma aqui sancionado já, que do Tratado de Comércio com a Inglaterra veio a ruína do nosso Comércio. Nisto não há dúvida. Leiam-se agora os artigos 8, e 25 desse Tratado (Leu os dois artigos). Pergunto agora: de que se falou nestes artigos, senão da Companhia do Douro? E por que razão introduziram os Ingleses num Tratado a abolição de uma Companhia? É claro que foi porque ela os empecia. Se agora se abole a Companhia, faz-se a vontade, isto é, dá-se cumprimento a um Tratado desastroso, e a aquele cumprimento, que apesar das maiores diligências, os Ingleses não puderam conseguir, porque a

Companhia se opôs, e os males eram evidentes. A este argumento desejarei ouvir resposta.

Tendo demonstrado a necessidade e utilidade da existência da Companhia, deverei falar sobre o exclusivo do Ramo. Deve notar-se bem, que este exclusivo não consiste só na vendagem do vinho atavernado na Cidade do Porto; não confundamos, a perda deste privilégio nada fazia à Companhia actualmente. O exclusivo do Ramo compreende um certo distrito no Douro (para compra, e com usos diferentes), e mais vendagem.

Se este exclusivo se destroi, segue-se o transtorno da cobrança de direitos, e neste perde a Nação, e as Obras, a que são applicados; segue-se a confusão das demarcações; e enfim o Porto se verá inundado de vinhos da Bairrada e Minho, e daqui é evidente o prejuízo do vinho chamado do Porto, e da Lavoura do Douro. Confundindo-se isto desaparece o Comércio e a Agricultura deste Ramo.

Convenho em que as Leis da Companhia careçam de reforma, porém o meio que julgo mais conveniente, é o estabelecer uma Comissão de Lavradores, que apontem os males que sofrem pelas Leis da Companhia. Nada de Câmaras, porque todos nós sabemos o que são Câmaras. Outra Comissão de Comerciantes do Porto, legítimos exportadores; que digam quais Leis da Companhia fazem mal ao Comércio. Que os trabalhos destas Comissões, sejam presentes à Junta da Companhia, representante de seus Accionistas, e sobre eles, fazendo as devidas reflexões, seja tudo presente a este Augusto Congresso, sustentando-se com tudo a certeza da manutenção da Companhia, segundo se reformular. Este é o meu voto»³⁹.

25. Hável intervenção, sem dúvida! Em boa verdade, fazer coincidir os propósitos de um sector do Congresso com os interesses ingleses era instalar, no mínimo, um certo mal-estar, se bem que fosse uma eficaz manobra de diversão. Os ingleses aspiraram a um desenfreado controlo do comércio vinícola, usufruindo sem limites das vantagens da sua instalação em Portugal, enquanto no parlamento se pretendia o aniquilamento de uma instituição que funcionava como

³⁹ *Diário das Cortes, id.*, pp. 1304, 1305.

um Estado dentro de outro Estado. Objectivamente, extinguir a Companhia e os seus privilégios não seria dar cumprimento ao Tratado ruinoso, para usarmos o mesmo adjectivo, sem entrarmos em linha de conta com as efectivas repercussões desse tratado na economia portuguesa.

As intervenções que se seguiram de Medrões⁴⁰, Soares Franco, Sarmiento, Feio⁴¹, Borges Carneiro, Vanzeller⁴², Peixoto, Bastos⁴³ e Miranda⁴⁴, mantinham os diferentes pontos de vista, repisando dados e proclamando razões. Miranda recolheu um vasto apoio da sala ao defender a reforma da Companhia de acordo com as Bases da Constituição, onde não cabiam privilégios e exclusivos.

Ferreira Borges interpela então a Câmara, pedindo resposta ao seu argumento de como arrecadar direitos e subsídios, e solicitando a quantos votavam contra o exclusivo uma proposta alternativa sobre a maneira de arrecadar aqueles proventos da Nação.

Soares Franco ainda adiantou que se podia «fazer exactamente, o que se faz em Lisboa: cobram três vinténs... um é para a iluminação, e os outros para outra coisa; todos entram, e se pagam duma vez, e depois se dividem em diferentes objectos»⁴⁵.

A Decisão Parlamentar

26. Era o esgrimir das palavras, o jogo possível entre duas facções, que, por definidas, deixavam antever a decisão final, pois a ala conservadora tinha um peso real.

O melhor da argumentação do nosso deputado terá sido preconizar a constituição das comissões representantes de vários sectores interessados no problema, comissões que estudariam as verdadeiras condições da lavoura e do comércio dos vinhos, cujos relatórios apresentados ao Congresso, permitiriam uma decisão.

⁴⁰ Inocêncio António de Miranda, Abade de Medrões, deputado pela Beira.

⁴¹ José Victorino Barreto Feio, deputado pelo Alentejo.

⁴² Francisco Vanzeller, deputado pelo Minho.

⁴³ José Joaquim Rodrigues de Bastos, deputado pelo Minho.

⁴⁴ Manuel Gonçalves de Miranda, substituto por Trás-os-Montes.

⁴⁵ *Id. ib.*, p. 1311.

Manter a Companhia, reformando a legislação, seria medida avisada, no contexto que se vivia.

Transitou a discussão para a sessão seguinte, onde o debate prosseguiria no mesmo tom, acabando por tomar-se as seguintes importantes decisões:

- «1.^a — Que a Companhia do Douro continuasse a ter o exclusivo dos vinhos de ramo até ao tempo, em que se efectuasse a reforma da mesma Companhia.
- 2.^a — Que o método da reforma ssrá o que propuserem duas Comissões, uma de Agricultores, outra de Comerciantes, ouvindo aquela os Lavradores do Douro, que colhem de 25 pipas de vinho para cima; e ouvindo esta os Negociantes de vinhos, sendo igualmente ouvidos os moradores da cidade do Porto.
- 3.^a — Que as duas Comissões de Comércio e Agricultura proponham o plano de como se hão-de formar as duas Comissões indicadas para a reforma da Companhia»⁴⁶.

27. Na sessão dia 7 de Janeiro de 1822 é apresentado o «Projecto de decreto para a reforma da Companhia da agricultura dos vinhos do Alto Douro», que era constituído por 27 artigos e alguns adicionais.

Discutido na sessão de 22 do mesmo mês, aquele projecto consignava no seu artigo 1.º: «Fica conservada a Companhia geral da agricultura dos vinhos do Alto Douro enquanto a exportação e consumo interior não igualar a produção dos mesmos vinhos».

Tratava-se de uma importante peça jurídica que, mantendo embora a Companhia, lhe retirava toda a antiga e despótica jurisdição, pois designava-se como uma companhia de comércio em concorrência com os demais negociantes, e liquidava o direito de fiscalização e cobrança de direitos de administração de obras públicas ou particulares, inspecção de estabelecimentos públicos, ao mesmo tempo que no artigo 17.º fixava que «a todo o cidadão fica livre comprar o vinho no Alto Douro, e vendê-lo aquartilhado onde lhe convier».

⁴⁶ *Actas das Sessões das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 12 e 13.

Todo o mês de Janeiro, sessão após sessão, teve na ordem do dia a discussão do projecto e adicionais. As duas facções mantiveram-se constantemente na defesa de princípios antagónicos, os mesmos que logo se definiram quando da apresentação do primeiro projecto.

Como que situado no meio delas, Ferreira Borges furtava-se ao calor da discussão para só intervir em momentos decisivos, apelando sempre ao seu conhecimento dos problemas internos da companhia e ao seu conhecimento da região interessada.

Um a um foram-se aprovando os vários artigos, com uma ou outra alteração de pormenor.

Era o arrumar de uma longa controvérsia parlamentar em que o nosso deputado se empenhara com entusiasmo, sim, mas com a prudência que sempre caracterizou a sua acção, evidenciando não só a sua cultura jurídica como ainda os seus vastos conhecimentos de economia política, e sobretudo o seu domínio em matéria de direito comercial, o que certamente o poderá colocar acima de qualquer suspeita de envolvimento pessoal de interesses ou traição a princípios.

O BANCO DE LISBOA E A DÍVIDA PÚBLICA

28. Situada a problemática que envolveu a discussão parlamentar em torno da reforma da Companhia dos vinhos de Alto Douro, encontrámos Ferreira Borges a advogar de forma cautelosa, porém eficaz, a transformação gradual daquele empório.

Da sua participação no debate parece-nos ter ficado claro não ser o nosso deputado defensor dos privilégios da Companhia, como de resto o não seria de quaisquer outros⁴⁷. Outrossim, pautou a sua actuação naquela causa nos limites de uma transigência assaz compreensível, de quem, se bem que ligado, como sabemos, de forma directa, a interesses que se movimentavam na esfera da Companhia, porque com plena consciência da realidade nacional não podia deixar de procurar plataformas que de algum modo evitassem a perturbação social ou mesmo o pânico, sobretudo em sectores tão sensíveis como os da produção e comercialização vinícolas.

⁴⁷ Entre outros exemplos, na sessão de 8 de Junho de 1822, ao discutir-se a formação de uma companhia de pescas em Cabo Verde, manifestou-se abertamente contra quaisquer privilégios. Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo VI, p. 384.

Permanentemente atento às repercussões sociais e políticas de cada decisão do Congresso, natural seria que se preocupasse especialmente com as áreas geográficas mais susceptíveis, como o norte e norte interior, porque nelas a regeneração se confrontavam com interesses de grupos sociais influentes, manipuladores da opinião pública.

Ora os interesses da Companhia eram os da alta burguesia comercial e vinícola, de economia na produção e exportação, o mesmo é dizer no comércio externo e colonial.

Atingir esses interesses seria desencadear a contestação activa, para além do problema económico em si mesmo, que ninguém, minimamente avisado, podia menosprezar.

Sabemos que nesse ano de 1822 apenas a quinta parte do vinho armazenado tivera condições de escoamento, e que mesmo essa pequena parcela, substancialmente aquém dos valores normais de uma economia equilibrada, fora movimentada a preços consideravelmente inferiores aos que habitualmente se praticavam.

Esta situação pontual, no seguimento de uma crise que se vinha arrastando, atingia fortemente os interesses não só de agricultores como dos accionistas da Companhia.

Ferreira Borges, conhecedor da organização interna da Companhia, habituado ao trato privado com os principais accionistas, conhecedor dos valores por que pautavam as suas acções, não ignorava, portanto, que a regeneração, longe de ser bem recebida naquelas áreas, tinha nelas o fermento activo da contra-revolução.

Um ofício apresentado ao Congresso em 4 de Fevereiro desse ano trazia a alarmante situação da existência de um quantitativo da ordem das 133 113 3/4 pipas armazenadas pela Companhia, das quais apenas 25 000, ao preço unitário de 45 000 réis, havia sido aprovadas para embarque rumo aos mercados de Inglaterra e das Ilhas Adjacentes.

Para quem conhecia os valores tradicionais da exportação, nada de mais preocupante se podia oferecer na hora de importantes tomadas de decisão.

Acrescia ainda a tudo isto haver a previsão de uma considerável quebra de preços nas arrematações aos agricultores nas feiras do ano⁴⁸.

⁴⁸ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo V, pp. 84 e 85.

Todo este quadro, real e avassalador, pelo seu imediatismo social e político, devia colocar-se a coberto de irrealistas soluções radicais, pelo que, mais que ao advogado interessado na Companhia, não podia deixar de preocupar o regenerador (não iria o pânico instalar-se nas camadas interessadas no problema vinícola, com a consequente quebra de apoio ao novo regime?) e acicatava naturalmente o ânimo do economista como tal.

Em verdade, como procurámos realçar, para além dos entusiásticos verbalismos das réplicas e tréplicas de cada «ilustre preopinante», teve Ferreira Borges a permanente preocupação de situar o problema da reforma da Companhia no quadro da ciência económica, por um lado, como afirma, porque nos seus princípios não cabia «a criação de impostos a favor de ninguém em particular», mas muito realisticamente, por outro, porque «o transtorno de cobrança e direitos», atinentes à legislação da Companhia, com a consequente perda para a Nação e para as obras a que tais direitos eram aplicados, eram valores objectivos que não se compadeciam como soluções extremas nem consentiam aventuras num país em tão grave crise económica.

Não se poderá negar que Ferreira Borges seria, em todo o parlamento vintista, dos parlamentares mais seguros dos princípios de economia política, ciência que entre nós ensaiava os primeiros tímidos passos.

Que a ignorância da ciência económica era um grave problema, pela sua repercussão em todos os sectores da vida portuguesa, se reconhece mais tarde na introdução das «Instituições de Economia Política», onde, em termos simples, Ferreira Borges assinala os inconvenientes da escassez de conhecimentos nessa ciência, retratando ao mesmo tempo o estado geral do desenvolvimento do capitalismo português do século XIX:

«Nenhuma nação — escrevia então — mais carecedora do estudo e ensino desta ciência do que o nosso Portugal e o Brasil. Nenhum destes dois países saiu ainda da *primeira* época da divisão do trabalho: a subdivisão é-lhes absolutamente desconhecida ainda.

Neles, neste respeito, há tudo a fazer: ao mesmo passo, que já tem dívidas públicas, já se acham debaixo do peso necessário dos tributos para amortizá-los, já tem necessariamente gravadas as fontes da riqueza, e novas dificuldades portanto a vencer no progresso da sua prosperidade».

29. Referimos oportunamente que Ferreira Borges era um entusiasmado seguidor de Storch.

Tal como este, Ferreira Borges concebia as leis económicas como leis naturais. Entendia que as nações não se empobrecem pelo grande número de particulares ou pela incapacidade destes, mas em alguns casos pelas acções dos governantes, para concluir que a indústria só prosperava onde o emprego de capitais depende da livre decisão dos capitalistas, competindo ao Estado proteger esse esforço através da segurança de pessoas e bens.

Ferreira Borges, como decorre das opiniões de Storch, que seguia, conferia à lei uma expressão económica e social bem definida.

Nessa óptica, para ele, o edifício social constrói-se sobre o esforço dos que produzem ou promovem a produção, não englobando a ociosidade das classes históricas, o clero e a nobreza.

Para um harmonioso funcionamento do todo social havia, pois, que organizar e dinamizar a máquina administrativa.

Porque todo o cidadão activo tinha direito a usufruir dos bens sociais, tal só se podia conseguir na medida em que todos contribuíssem na proporção do que gozam, comprando, assim, o bem-estar comum com o preço do tributo. Para tal, era indispensável determinar com rigor o valor das necessidades públicas, daí a indispensabilidade do orçamento.

Princípios básicos, é certo, mas que entre nós não funcionavam, sendo causa primeira de uma administração que submergia na incompetência.

Para superar esta realidade, pensava Ferreira Borges, não podia manter-se o improvisado e o amadorismo, antes reclamava os parâmetros da *economia política* «a ciência que ensina o como se geram, distribuem e consomem as riquezas; e a *sintelologia*, isto é, a ciência que instrui o administrador e o legislador na imposição, na repartição, na cobrança, e no emprego do tributo», duas ciências «sem cujo conhecimento mais do que medíocre ninguém devia ser eleito deputado, nem par: ninguém legislador, nem administrador»⁴⁹.

⁴⁹ Cfr. FERREIRA BORGES, *Cartilha do Cidadão Constitucional*, Londres, 1832, Cap. VIII, p. 31.

Para Ferreira Borges, na esteira de seus mestres da economia liberal clássica, as nações, como os particulares, devem reger-se por princípios que conduzam ao equilíbrio entre receitas e despesas, sendo o balanço anual, o mesmo é dizer aquele equilíbrio, o «termómetro da sua riqueza».

Quando se rompia tal equilíbrio era indispensável recorrer ao empréstimo.

Sustentava-se nas «Instituições» que os empréstimos particulares são quase sempre produtivos, o que não acontecia com os públicos, visto estes retirarem capitais dos empregos produtivos na medida em que são absorvidos pelas necessidades do consumo, o que no seu todo concorria para aumentar as taxas de juro.

Como o dinheiro representa mercadorias, decorre que o valor dos empréstimos contraídos por um país depende sobremaneira da quantidade de riquezas paralisadas e não da quantidade de dinheiro existente.

30. Investido de um aparelho teórico vastíssimo, conseguido ao longo de uma vida de estudo, Ferreira Borges faz a sua leitura social e política sujeitando cada problema à crítica e à razão ponderadas que esses seus conhecimentos impunham como método, pelo que no parlamento muitas vezes se remeteu a um silêncio expectante, que nunca alheamento, e nunca enveredou pelo arrebatamento demagógico que contaminasse a assistência.

Toda a sua actuação parlamentar, mais que ideologizada, caracterizou-se por uma permanente vigília sobretudo em relação aos vícios institucionais, fundamentando cada tomada de posição no exercício da crítica realista e na organização metódica dos dados, e que de resto não surpreende em quem se revelou como técnico da codificação social.

Certo que não deixou, em algumas ocasiões, de marcar com alguma ênfase o seu papel na regeneração ou mesmo de referir, implícita ou explicitamente, a emblemática dos seus conhecimentos, o que talvez explique e se explique numa certa animosidade ressentida das hostes mais radicais de quem sucessivamente se foi distanciando.

Não obstante, as suas opiniões eram recebidas com considerável respeito e não poucas vezes se fizeram referências à sua cultura nos domínios da economia e do direito comercial.

A Criação do Banco de Lisboa

31. Foi com a discussão do projecto de decreto sobre os bens nacionais e amortização da dívida pública, que se alargou o fosso entre o liberalismo vintista e a sociedade tradicional.

Nacionalizados os bens da coroa, e por arrastamento incorporadas as comendas vagas dos bens nacionais, estava iniciada a desarticulação do poderio das camadas dominantes das instituições de primeira ordem.

Um e outro daqueles projectos abriam o caminho à radicalização de posições, compartimentavam, no seio do parlamento, as correntes que desde o início dos trabalhos se foram definindo mais ou menos claramente.

Apresentava-se como urgente, dado o estado do reino, dinamizar a circulação de capitais particulares, encorajar o investimento e neutralizar a inflação monetária.

Em Dezembro de 1821 é apresentado o projecto de criação de um Banco Público Nacional.

Ferreira Borges entra activamente na discussão, alardeando até à minúcia os seus conhecimentos em economia.

Da defesa que fez daquele projecto decorre o reconhecimento de vir o mesmo ao encontro das aspirações económicas da burguesia comercial que até então vira ilaqueadas todas as perspectivas de expansão dos seus interesses, pois «é certo que os capitais que não têm emprego, valem menos que os que têm emprego ... uma vez que se abram meios aos empregos destes capitais, uma vez que se abram meios para que os capitais estagnados, e que não têm valor, o tenham; uma vez que haja meios para facilitar as transacções, em que o papel possa empregar-se, tudo irá bem. Ora este meio sem dúvida é o estabelecimento de um banco»⁵⁰.

Como base do desenvolvimento era indispensável conseguir o estabelecimento de créditos a baixos juros, e a criação do banco afigurava-se, pois, como indispensável.

Contudo, vários e de vária natureza eram os obstáculos que se levantavam à sua criação, polarizados por aqueles que Ferreira de Moura caracterizou em três classes: «uma é a dos ignorantes, outra

⁵⁰ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo IV, p. 3402.

a dos tímidos, outra a dos grandes capitalistas que trazem os seus capitais em continuo giro»⁵¹, definindo os primeiros como os que nada sabem de um tal estabelecimento e suas vantagens, os segundos como os que temem as guerras e a capacidade do invasor sobre a sua propriedade, por fim a dos capitalistas que receavam que o banco atingisse os seus interesses de agiotas.

Para contrariar tudo isto, tornava-se necessário criar incentivos e modalidades de atracção de capitais à instituição bancária, fortalecer o crédito e atingir solidez monetária, o que só era possível através de um privilégio, o da hipoteca a todos os aceitantes e fiadores.

Na discussão que se foi travando no parlamento, tal hipoteca, prevista no projecto, foi vivamente contestada e o privilégio tido por «exorbitantíssimo», com inevitáveis repercussões, diziam os contraditores, no comércio.

A hipoteca era a maneira de caucionar os fundos bancários e atrair os accionistas, pelo que não surpreende a viva contestação de que foi alvo esse privilégio sedutor da corporação capitalista, na medida, sobretudo, em que toda a propriedade se afigurava alienável.

Ferreira Borges vem defender a hipoteca especial, mostrando, em linguagem prática, a sua vantagem, em oposição imediata a um argumento de Brito que a dava como ilegal, sustentando que «as nossas leis, tem estabelecido o modo das hypothecas, tem designado os direitos de preferência, segundo a sua natureza»⁵².

A contrargumentação de Ferreira Borges vai situar-se exemplarmente no terreno técnico, distinguindo os figurantes no crédito e o seu papel nas operações, defendendo aquele privilégio como uma forma de se tornarem menos expostos aos perigos os fundos do banco:

«O ilustre Preopinante — dizia referindo-se a Brito — opõe-se a esta hipoteca especial, porque ela vai contrária às outras hipotecas dos bens dos devedores. Creio que é esta a única razão que ele aponta, e julga que isto há-de vir a acontecer no nosso caso; porém os ilustres Preopinantes devem reparar, que aqui não se trata absolutamente dos figurantes de letras, mas só dos *aceitantes*, e *fiadores*; não se trata nem dos sacadores, nem dos indossadores. É necessário pois ter em vista estas coisas, e, uma vez que se repare nas pessoas

⁵¹ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo IV, p. 3500.

⁵² *Id. ib.*, p. 3420.

de que se trata, há-de conhecer-se a pouca força do seu argumento. O aceitante obriga-se por um fundo, que se supõe ter na sua mão. O aceite supõe *provisão*. É a frase de um código de comércio. Consequentemente é uma espécie de depositário, porque quando eu saco sobre outro este contrato, supõe que este homem tem lá um dinheiro que é meu, fica sendo uma espécie de depositário, e por isso contrai uma obrigação para comigo, a qual é mui coerente, que esteja anexa a uma hipoteca. Ora como o banco tem de descontar letras, e regular a qualidade das pessoas, que hão-de afiançar estes figurantes das letras, parece uma cláusula anexa a da hipoteca especial, para que se ponham a coberto os fundos do banco, e uma vez que as Cortes lhe dão a protecção imediata, parece que é consequência desta protecção, o vigiar que os fundos não sejam arriscados, e eles são tanto menos arriscados, quando sobre as letras que se tornarem em desconto, se ler uma hipoteca especial contra os bens destas duas castas de pessoas, aceitantes e fiadores»⁵³.

32. Na sessão de 27 de Dezembro, ao discutir-se o parágrafo 23 do projecto que tinha por objecto impor ao banco a obrigação de cooperar para a amortização do papel moeda, concorrendo no primeiro ano de suas operações com o empréstimo de dois mil contos de réis em notas, ao juro de 4 %, em compensação das prerrogativas que lhe eram concedidas, Ferreira Borges teve uma das mais importantes das suas intervenções, levando a que o artigo passasse como estava redigido.

Até então tinha-se tratado de criar um banco cujas operações redundassem em proveito dos accionistas e em bem geral do comércio, da agricultura e da indústria, consequentemente em benefício do Estado.

Para tanto estavam concedidas leis e privilégios, cuja função era atrair os capitais sem emprego.

Havia agora que curar um mal que affectava a sociedade em todas as transacções em que o dinheiro intervém, e esse mal era o papel moeda.

⁵³ *Diário das Cortes*, Tomo IV, p. 3420.

Ferreira Borges, afirma que ao assunto dedicara exaustivo estudo, propondo, a solução:

«Nós temos 9 000 contos de papel em ágio, segundo as informações do tesouro. O seu desconto tem-se conservado há um ano entre 20 e 25 por cento, isto é, na perda de uma quarta parte. Amortizemos portanto quanto antes uma quarta parte dos 9 000 contos, que são 2 000 e tantos contos. E vejamos o efeito da operação: o que temos a esperar da simplicidade da operação é aniquilar o ágio: e que outra coisa pode pretender-se? Como conseguir esta aniquilação? Por um empréstimo que nos faça o banco. Porém, fundar um banco, e logo sacar-lhe dois quintos do seu capital é desviar seus fundos do fim de semelhante estabelecimento. E qual será o homem que queira concorrer para semelhante fim? Só concorrerá aquele que queira emprestar ao Governo. Tal operação há-de dificultar a erecção do banco, e parece que se pretende corar o empréstimo crismando-o com diferente nome; tais são os mais fortes argumentos em contrário.

Respondamos-lhes: e para isso saibamos com a maior clareza possível, o que importa *este empréstimo*.

O banco emprestará no primeiro ano das suas operações 2 000 contos de réis em bilhetes de banco, em 20 prestações de 100 contos cada uma; o tesouro, quando receber cada uma destas prestações, fará amortizar um igual valor em papel-moeda (artigo 24).

Logo para o banco dar ao tesouro 100 contos de notas, é necessário que o tesouro tenha 125 em papel-moeda. (Estes 25 contos é a quarta parte de que fala o artigo 26). No tesouro não entram 100 contos de réis senão além de 24 em 24 dias. Logo este empréstimo não vem a ser uma tirada rápida, de um golpe, aos fundos do banco: logo fugiu o receio de expor o banco a perigo por esta tirada de seus fundos. Além de que, no fim do 1.º ano, já tem 100 contos em caixa pela amortização, e 8 meses depois, outros 100 contos, e assim por diante»⁵⁴.

De argumento em argumento, com clareza e segurança técnica, foi situando o problema e arrumando as questões, defendendo que a operação não era prejudicial na medida em que o juro indemniza o desembolso. O juro não era diminuto porque os 4 % seriam pagos em metal, como em regra eram então todos os juros.

⁵⁴ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo IV, p. 3516 ss.

Para se fazer compreender, serviu-se de um exemplo simples, e que bem demonstra uma certa preocupação didáctica:

«Eu tenho em meus armazéns 2 500 alqueires de trigo, e Pedro tem 2 000. Ninguém mais tem tanta quantidade de trigo armazenada, que possa competir connosco no mercado. Cada alqueire no estado actual, está a 100 réis; porém havendo em vez de 2 500 alqueires e 2 000, somente os 2 500, o seu preço subirá a 400 réis. Compro a Pedro os 2 000, que possui e queimo-os; eis aí, perdi 200 000 réis. Vendo os meus 2 500 a 400 réis, recebo 1 000 000 réis, e receberia só 250 000 réis. E quanto não ganhei eu nesta operação? Eis aqui exactamente o que sucede ao banco»⁵⁵.

E como reforço das suas teses, perguntou «porque não caiu *logo* o banco de Inglaterra, que emprestou *logo* ao Governo, ao tempo do seu estabelecimento, o valor do seu fundo total?»⁵⁶.

Rematou a sua longa intervenção afirmando:

«Por derradeiro, o banco emite, mas o banco entra logo a receber os juros, e anualmente uma vigésima parte da emissão. O banco, nos descontos, lucra, e nos descontos não emprega só metal. O banco compra títulos de crédito público, e não compra com metal somente. O banco recebe depósitos, e depósitos de dinheiro são fundos. O banco toma empréstimos, e assim regula seu argumento de fundos segundo lhe convém. O banco finalmente basta ter a certeza de que suas notas são recebidas nas estações públicas para ter certo o emprego da sua emissão, e com este vem a certeza de existir, e existir prosperando. Não percamos de vista que o erário recebe por ano sete mil contos»⁵⁷.

Como afirmámos, o artigo passou como estava redigido, e para tal foi decisiva a intervenção do nosso deputado.

33. A 29 de Dezembro de 1821 publicava-se o Decreto de criação do Banco de Lisboa, num conjunto de 32 artigos⁵⁸.

Era um importante passo para a regularização das finanças públicas e o polo essencial da animação do comércio, da indústria e da agricultura, como se disse. Porém, mantinham-se as preocupações.

⁵⁵ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo IV, p. 3517.

⁵⁶ Cfr. FERREIRA BORGES, *Do Banco de Lisboa*, Tipografia António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1827.

⁵⁷ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo IV, pp. 3517 e 3518.

⁵⁸ *Id. ib.*, pp. 3540 e 3541.

Os problemas da fazenda seriam talvez a maior preocupação do Congresso.

Num período relativamente curto apresentaram-se onze projectos que respeitavam à fazenda.

O seu estado, o estado dos seus negócios era tal que em ofício do respectivo ministro oportunamente enviado às Cortes se dizia que ainda não se podia informar sobre rendas públicas e despesas de administração do erário, acusando-se um deficit de 841 000\$000 réis.

A Dívida Pública

34. A par com o problema do Banco de Lisboa, ganhou especial relevo na discussão parlamentar a Dívida Pública.

Pelo seu envolvimento, não podia igualmente Ferreira Borges deixar de ter uma participação activa, impondo-se de novo pela argúcia dos seus argumentos.

Logo na sessão do dia 3 de Fevereiro de 1821, são apresentados dois projectos de decreto, o primeiro visando o estabelecimento de uma comissão denominada Comissão Nacional de Crédito Público de amortização, «a cujo cargo fica toda a Dívida Nacional, que como tal for reconhecida pela outra Comissão de Liquidação para esse efeito criada, para o fim de amortizar e extinguir toda a Dívida pelos fundos, rendimentos, e aplicações, que as Cortes designarem»⁵⁹; o segundo projecto, estipulava que a partir da data «se não prova Benefício, ou Dignidade alguma Eclesiástica, ficando applicados os seus rendimentos para a Caixa de amortizações; assim como os de todas as Pensões Eclesiásticas, que vierem a vagar, impostas em qualquer Dignidade, ou Benefício»⁶⁰. À mesma caixa de amortização se applicavam os rendimentos de todas as comendas das ordens militares e das capelas da Coroa possuídas por donatários.

O relatório de Fernandes Tomás, lido na sessão seguinte, no capítulo respeitante à Fazenda, traçava o quadro negro da situação e caricaturava o estado dos cofres públicos na crueza de uma frase: «ao acabar o último governo ... os balanços dos cofres do Tesouro

⁵⁹ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo I, pp. 27 e 28.

⁶⁰ *Id. ib.*, p. 28.

Público davam em saldo existente ainda menos do que podia ter na sua caixa um negociante de medíocre fortuna»⁶¹.

Estava-se perante mais que uma caricatura tremendista: a frase, na frieza da comparação, traduzia o estado de uma nação que urgia inscrever no quadro das prioridades a organização da máquina administrativa e a solvência daquela dívida, sob pena de irremediável falência total.

Por decreto de 25 de Abril todos os bens da Coroa passavam a bens nacionais, regulamentando-se as propriedades e bens que se aplicavam à caixa de Amortização da Dívida Pública e a maneira de arrecadar os juros⁶².

Certamente que não se esgotava no afã legislativo o problema financeiro do país. A dívida não parava de crescer, por seu turno a administração agudizava o seu estado de incapacidade, a desconfiança pública aumentava a compasso com o tempo, e os regeneradores não podiam deixar de sentir que não há propósitos ideológicos que resistam à realidade de um quotidiano negativo, dessorante e dissipador das esperanças de quantos acreditaram na mudança, ajudando, em contraponto, as manobras insidiosas dos que não desesperavam de recuperar os privilégios ameaçados⁶³.

Ou se tomavam com urgência medidas concretas e eficazes, ou tudo acabaria no eco estéril das palavras vãs da acrimoniosa retórica que vinha emoldurando as bancadas do parlamento.

35. A primeira grande medida tendente a ultrapassar o problema surgiu na sessão do dia 7 de Maio de 1822, num projecto da Comissão de Fazenda de que Ferreira Borges fazia parte, e na sua elaboração encontramos o seu dedo, quiçá na sua totalidade⁶⁴.

⁶¹ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo I, pp. 32 e ss.

⁶² *Id. ib.*, p. 684.

⁶³ Sobre a contra-revolução activa confrontar LUIS REIS TORGAL, *Tradicionalismo e Contra-Revolução — O Pensamento e a Acção de José da Gama e Castro*, Universidade de Coimbra, 1973.

⁶⁴ Pela sua importância, pela clareza com que o problema é denunciado e pelas soluções preconizadas, transcrevemos na íntegra esse projecto:

PROJECTO

«Ninguém há que desconheça há um ano o estado da nossa administração da fazenda. *Todos* gritam contra *todas* as estações de sua fiscalização, e cobrança;

Abrindo com considerandos de natureza histórica, citando experiências estranhas, vinha o projecto propor o dia 24 de Agosto como marco da dívida pública, separando duas dívidas, ou seja, dando

porém ninguém até agora indicou o remédio próprio, e eficaz a desarreigar os tropeços que a embargam e os males que a definham. E vem a razão de que será necessário alevantar inteiramente de novo esta máquina, e esta operação sobre difficilima, não é obra de um dia, se não que terá de pedir, e depender muito do tempo. Não é isto achaque nosso. Passaram pelo mesmo que passamos, *Sully*, *Richelieu*, *Colbert*, *Desmarets* e *Lau*, quando mesmo eram eles os que faziam e executavam a lei, eram eles que nomeavam e entendiam sobre os officiais de fazenda.

O nosso Marquês de Pombal teve de usar com força de seu natural despotismo para destruir o que achou de abusos, mas no ramo da fazenda não foi mui valiosa a herança que nos transmitiu. Datam de sua governação os monstros que temos a debelar. Se se fazem num dia reformas tais, no-lo digam os esforços transcendentales de *Pitt*, e a prática desde o escritório de *Necker*. É esta uma matéria em que são sempre preferíveis a consultar, e o imitar os sistemas dos práticos às encontradas e abstractas theorias, que se adoptáveis em uma hipótese, falham em todas as mais.

A Comissão de fazenda pois conhece a par da necessidade as difficuldades da reforma instantânea.

Apesar das repetidas indicações feitas por alguns dos seus membros (muitas ainda não satisfeitas), apesar dos mapas e documentos (pela maior parte imperfeitissimos) que lhe têm sido presentes, a Comissão é obrigada a confessar, que ella não tem dados seguros para apresentar um arbitrio, ou plano simples, e uniforme sobre a fazenda, que determine com a exactidão possível o que deva seguir-se na sua fiscalização e arrecadação, repartição, e escrituração; não em geral, se não nos termos precisos, e peculiares à Nação Portuguesa.

Entretanto a Comissão não pode diferir as seguintes reflexões, nem deixar de reclamar do soberano Congresso, ou as providências que vai propor, ou quaisquer outras que a sabedoria das Cortes lhes substitua.

Há uma dívida pública, que data de anos, e além desta há uma dívida permanente, e crescente, porque a receita, e despesa anual apresenta um *deficit*.

As causas, que motivaram a primeira, são muitas: as causas que originaram, e originam ainda a segunda, são em grande parte consequência daquellas. A sua natureza é diferente, e as espécies da cada uma diversas.

Não obstante isso, tudo se reconheceu em dívida, e tudo se prometeu pagar, e para isso trata-se já de liquidar-se, e o soberano Congresso acaba de espaçar o termo de liquidação até Dezembro de 1823.

Fundada já, e por inteiro, é possível, porque só em Dezembro de 1823 se concluirá toda.

Entretanto é evidente consequência, e de necessidade evidente, marcar um termo desde o qual deve terminar a velha, e começar a nova dívida; do contrario teremos uma série infinita, e a qual a mesma natureza das dívidas não sofre.

O dia 24 de Agosto de 1820 é o dia da regeneração politica da Nação Portu-

como fechada nesse dia a dívida antiga, a que respeitava ao anterior governo, e a partir de então a dívida presente, a que ocorrera a partir daquela gloriosa data.

guesa. — Seja esse o dia em que se feche a dívida pretérita, e date desde esse dia a dívida presente.

Para fundar-se a primeira é necessário conhecer-se, e só daqui a vinte meses será conhecida.

A segunda pode conhecer-se imediatamente, e deve imediatamente pagar-se. Se as despesas necessárias da Nação se não satisfazem cumpridamente, a dissolução da máquina social é a consequência que deve esperar-se.

Se se não paga aos funcionários públicos, nem pode com justiça esperar-se deles trabalhos, nem com justiça exigir-lhes responsabilidade.

Sem pontualidade de pagamento não há crédito, e sem crédito todas as transacções são desfavoráveis ao devedor.

É pois do interesse imediato da Nação o pagar sem demora a sua dívida presente e corrente. As suas rendas actuais não bastam? O meio a seguir é um de três: economia, ou corte de despesas, novos tributos, ou um empréstimo.

O primeiro, isto é, a economia não é de per si bastante, nem exequível no momento, nem produzirá o suficiente com a presteza que se carece. *Todavia as economias devem em toda e qualquer hipótese ser a base da administração da fazenda nacional.*

Novos tributos, de nenhum modo. As imposições, além de dever calcular-se com a menor modéstia possível dos contribuintes, e de maneira que abranjam proporcionalmente jogar com o sistema adoptado acerca de todos os outros impostos a que vão aceder; e nós não temos sistema algum, e consequentemente se alevantarmos taxas antes de sistematizarmos as existentes, accumularemos os vícios actuais em vez de extirpá-los, cavaremos o princípio que desejamos salvar.

Resta o empréstimo, não porque seja um bem. A Comissão conhece que na essência o empréstimo é uma imposição; mas assim como conhece que é um mal, contudo por menos o propõe, e o abraça por necessário. Ele dá lugar ao fôlego indispensável para regularizar a administração; e com isto não só se alcança a cura deste mal incidente, mas de todos quantos sofre a administração, que só com uma trégua pode alevantar-se do caos em que se acha submersa.

Para conseguir-se este mesmo espaço, necessário para a regularização da fazenda, cumpre que o empréstimo cubra a dívida presente; o *deficit* anual das rendas do Estado, segundo um orçamento regular, os juros do primeiro ano desse mesmo empréstimo, e a porção de amortização, que para esse mesmo ano se estipular.

Que este augusto Congresso haja de sancionar este empréstimo, eis aí o que propõe a Comissão de Fazenda.

Cumpra porém antes de outra coisa determinar a quantia, e não sabemos com exactidão quanto deve a Nação desde 24 de Agosto de 1820. Para ter-se este conhecimento aproximado imediatamente, propõe a Comissão, que o Governo nomeie logo seis Comissões nas seis capitais das províncias de Portugal e Algarve, que chamem e tomem por simples manifesto a cada credor da Nação a totalidade da sua

Sustentava o projecto a necessidade de conhecer o montante da dívida antiga, o que se reconhecia como moroso, mas sustentava mais que a segunda se poderia conhecer imediatamente e pagar-se, porque «se as despesas necessárias à Nação se não satisfazem cumpridamente, a dissolução da máquina social é a consequência que deve esperar-se».

A Delimitação da Dívida

36. Para obviar a este mal propunha e defendia três vias: o corte de despesas, novos tributos ou o empréstimo.

Tendo a primeira daquelas vias — o corte de despesas — se bem que desejável, como imediatamente inexecutável, e a segunda — nova tributação — como inaceitável, sobretudo porque a falta de um sistema para as taxas existentes invalidava tecnicamente a possibilidade de elevar as novas, não se devendo acumular riscos e destruir, enfim, o que se pretendia salvar, restava a terceira via — o empréstimo. Era indispensável, contudo, determinar o seu montante. E se o empréstimo não seria um bem, era, na óptica da comissão, imprescindível, pelo que se pedia ao Congresso que o sancionasse.

dívida em réis, seu nome, e natureza. Em 15 dias pode fazer-se esta operação, que importa um mero orçamento. Cada lista de manifesto é remetida ao Governo, o qual apura a totalidade, faz as suas observações segundo os documentos, que alguns respeitos deve possuir, e envia o resultado às Cortes, dizendo o *quanto se carecerá de empréstimo* para lhe ser pelas Cortes concedido, e autorizado. O ministro deve calcular até ao fim de Junho próximo futuro, fim do primeiro semestre já mui adiantado para o orçamento anual, o qual consequentemente deve calcular-se a findar no primeiro semestre do ano seguinte; e este cálculo do intervalo apresentará o *deficit* do ano, para se ter em vista na soma que tem de tomar-se de empréstimo.

Com esta operação não só se consegue o indispensável conhecimento *do quanto se deve*, e por consequência *do quanto é necessário pedir emprestado*, porém resulta que chegará imediatamente a todas as povoações de Portugal e Algarves a notícia, e a prova de que a regeneração não é mera palavra, de que as Cortes vão pagar em dia o que Portugal contraiu desde que se regenerou, e trabalhar por acreditar o que se achava totalmente sem crédito.

Sala das Cortes, em 18 de Abril de 1822 — José Ferreira Borges; Francisco Barroso Pereira; Francisco de Paula Travassos; Pedro Rodrigues Bandeira; Manoel Alves do Rio.

Diário das Cortes, Tomo VI, pp. 83 e ss.

A primeira voz a levantar-se foi a de Borges Carneiro, para quem o problema do montante não se oferecia complicado, considerando que o ministro da fazenda apresentara o deficit de 1 600 000\$ e porque se sabia que a despesa corrente aumentava, tais dados seriam suficientes para se calcular quanto pedir.

Para além disso, agitou o problema de o dinheiro que entrasse no Tesouro não dever ser utilizado a pagar ordenados e comissões a personalidades e cargos que não se exerciam, citando-os, referindo ainda extravios e «outros mil exemplos desta natureza».

Replicou o deputado Agostinho José Freire, considerando irrelevantes os argumentos de Borges Carneiro, mas ao mesmo tempo desaprovando os meios propostos pela Comissão.

Ferreira de Moura intervém para igualmente atacar parte das teses de Borges Carneiro (este haveria de dizer que Moura lhe atribuiria coisas que não dissera) e sustentar que «depois da Constituição, e dos negócios sobre a união do Brasil creio que não há objecto nenhum que mais mereça ocupar a nossa atenção do que este: nele devemos ocupar-nos de dia e de noite até se concluir: nada há mais justo nem mais político nas presentes circunstâncias do que pagar a todos os credores do Estado...»⁶⁵.

Ocupação diurna, nocturna e diuturna, tal era a preocupação; mas a discussão arrastava-se com os parlamentares a repetirem o que estava dito e redito, naquele já proverbial gosto de se ouvirem.

37. Ferreira Borges intervém então em tom incisivo, jogando uma vez mais os seus conhecimentos em matéria económica, com uma lógica e segurança a que não era estranha a sua prática forense.

Objectivamente, era necessário delimitar as dívidas. Deu-o como consumado — O dia 24 de Agosto seria o marco separador. Para desmontar as argumentações de quantos propunham outras soluções que não a nomeação de comissões nas capitais de distrito, chamou a atenção para o facto de o ministro ter afirmado bem recentemente perante o Congresso ser-lhe impossível fornecer dados sobre o orçamento, pelo estado caótico do tesouro e da escrituração, o que parecia irrefutável.

⁶⁵ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo VI, p. 85.

Pelo que respeitava ao empréstimo, lembrava aos ilustres deputados que se «reparassem bem no relatório da Comissão eles veriam que a Comissão parte do dia 24 de Agosto ao último de Junho que vem, logo já se vê que se trata de saber qual a qualidade desta dívida, para se saber o modo como se há-de pagar, e o modo como se há-de abrir os braços ao Congresso (a este, e ao que há-de suceder-lhe), e até ao ministro da fazenda: para ver o que se há-de ir fazendo, e substituindo; e finalmente reduzir-se o método o que não tem tido até hoje, é que se carece de um empréstimo calculado na extensão, que marca a Comissão; porque só assim teremos um tempo durante o qual, sem nos cansarmos em excogitar donde há-de vir dinheiro, trabalhemos em organizar a arrecadação dos tributos, a sua repartição, e a escrituração na contabilidade. — Tudo carece deste trabalho»⁶⁶. Outro argumento inabalável.

Ganhar tempo para arrumar a casa, era a sua preocupação dominante. Mas o problema não se esgotava. Queria determinar-se se o empréstimo se devia destinar a pagar a dívida ou os juros de uma dívida «que se funda».

Ferreira Borges sustenta que «para futuro se fundasse a dívida», mas para tanto era indispensável o empréstimo, citando o exemplo da Inglaterra, há cinquenta anos com empréstimos, mas que nunca lhe faltou com que suprir a dívida. O empréstimo tinha os seus perigos, mas implicava menores custos políticos que o lançamento dos impostos: «Não há dúvida alguma — esclarecia — de que a noção do empréstimo debaixo dos recursos deixados à reprodução e à indústria, não seja preferível à acção do imposto.

Seja qual for a natureza da despesa a que um povo é obrigado a prover; é evidente que em última análise, é necessário que cada indivíduo a suporte na razão de seus meios pecuniários. — O Governo nada mais faz do que repartir e perceber a quota parte de cada contribuinte. — Ora, podendo ele por um empréstimo buscar os fundos necessários, os contribuintes não pagam o total da despesa, senão gradualmente e por partes. — Pagam-na, por exemplo, em trinta e sete anos, se o fundo de amortização é um, e o interesse de 5 por cento. — Se pelo contrário o Governo levante a mesma soma por via do

⁶⁶ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo VI, pp. 88 ss.

imposto, os contribuintes são obrigados a pagar em um ano o capital inteiro.

Quem há que não conheça que entre estes dois modos de buscar ter fundos é enorme a diferença em seus efeitos acerca do alívio, e prosperidade dos governados?

Na hipótese do imposto, o Governo tira a cada contribuinte um capital, que teria alimentado a sua indústria. — Na hipótese do empréstimo só tira ao contribuinte 6, ou quando muito 10 por cento da soma a que a sua respectiva quota parte do imposto se haveria de elevar.

Pelo empréstimo trata *convencionalmente* com emprestadores, cuja situação melhora, porque senão aproveitassem as transacções com o Governo, nada os levaria a entregar-lhe os seus capitais. — Pelo imposto o Governo obra por força contra os contribuintes, cuja situação deteriora, porque os não consulta, e não cura do vazio, que ocasiona a ausência do capital, que absorve, e da esterilidade, que dele resulta para a reprodução»⁶⁷.

Às intervenções que se seguiram replicou Ferreira Borges com a objectividade da dívida, que as rendas não chegavam para a pagar, insistindo que o único meio seria o empréstimo, pelo que solicitou ao presidente que pusesse à votação. Venceu a proposta da Comissão, com excepção das comissões locais, resolvendo-se que fosse o Governo a dar as informações.

O empréstimo, como o concebera, era o menor dos males. Não ignorava que o crédito, em si mesmo, não contém a faculdade de criar capitais, pois os títulos de crédito, por serem parte do capital dos particulares, nunca são parte do capital da nação, «porque são sempre acompanhados de uma quantidade negativa, que compensa o crédito e o destrói».

Os capitais não aumentam pelo facto de terem sido dados de empréstimo; aumentam por serem utilizados de uma maneira produtiva, logo, arruinam ou enriquecem conforme o capital emprestado passa de uma utilização produtiva para outra estéril ou vice-versa.

38. Estes princípios básicos, de certa maneira, estiveram presentes na argumentação de Borges Carneiro que não queria ver o empréstimo esbanjado com ociosos, «porque é emprestar dinheiro a

⁶⁷ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo VI, p. 89.

pródigos para manterem a sua prodigalidade», e aparecem nas intervenções de Xavier Monteiro, que consentia no empréstimo mas para pagamento de despesas futuras «porque evita compras de géneros por preços excessivos (o que sempre entre nós desgraçadamente tem acontecido por falta de pronto pagamento), o que não tem lugar, sendo o seu produto aplicado à satisfação das despesas pretéritas», posição em que foi secundado por Ribeiro de Andrade, embora este conviesse no pagamento da dívida moderna.

Na sessão de 31 de Julho, Ferreira Borges leu por parte da Comissão de Fazenda um projecto de decreto onde aparece exhaustivamente descrito o estado da administração analisando-se, em termos económicos, a utilização do empréstimo⁶⁸.

O ministro apresentara a 8 do mesmo mês o resumo do orçamento da dívida pública, contraída a partir de 24 de Agosto até 30 de Junho próximo passado, estimando-a em 4000 contos de réis, «a qual quantia toma como saldo de 4 867 119\$923 réis, porque destes (que é a totalidade das somas do orçamento) abate o *que pagaram as repartições depois que enviaram os orçamentos parciais, a importância das tenças que não tiveram cabimento, e outras deduções, que possa haver, o que tudo arbitra em 867 119\$923 réis*».

Se bem que todas as dívidas não tivessem a mesma origem e natureza, a comissão olhava de igual modo todos os legítimos credores, até porque se havia decretado que a dívida pública se pagaria sem preferência alguma.

O estado de deficiente funcionamento da administração certamente se curaria não só com o estabelecimento das municipalidades que se iriam eleger, e a criação dos contadores distritais estabelecidos pela Constituição, como com a competente Comissão para o Tesouro, cujo regulamento o Congresso legislara.

A falta de um orçamento e respectivo plano de investimentos obrigava a comissão a estabelecer um juro a todos e quaisquer créditos da dívida presente, deixando para mais tarde a sua amortização.

Propunha-se o juro de cinco por cento, «o maior que qualquer Nação pode estabelecer em circunstâncias como as nossas», certamente superior à esperança dos credores, mas que funcionaria como compensação à demora da amortização.

⁶⁸ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo VI, p. 1002.

A fundamentação económica era clara: «Legislado tal juro, os créditos reganham seu valor, e habilitam os credores a vendê-los com talvez nenhuma, ou mui significante perda: os capitais estagnados, e sem emprego, voltam à circulação, as riquezas se desenvolvem pelos canais que se lhes abrem, nas transacções se multiplicam, a prosperidade ganha forças, e a sociedade vida. São valores equivalentes a 4000 contos de réis, que se alevantam e a Nação faz a esse fim apenas o sacrifício de 200 contos de réis por ano».

Para pagamento dos juros designava-se as sobras das quatro primeiras caixas, competindo no Tesouro cobrir as diferenças enquanto a quinta caixa criada pelo decreto de 25 de Abril de 1821 especialmente para pagamento das dívidas desta natureza não tivesse sobras, além das hipotecas.

Ao Congresso não podia ocultar-se que as leis que criaram as referidas quatro caixas determinavam que as sobras entrassem no Tesouro, o que não se poderia cumprir, resultando portanto um aumento do déficit, que era a medida do empréstimo que fora decretado.

Dir-se-ia estar-se perante um rematado absurdo: contrair um empréstimo para satisfazer um deficit constante, e sendo continuada a falta de fundos, tornar-se-ia necessário contrair, para remediá-lo, um empréstimo cada ano, o que seria a falência da Nação.

Porém o empréstimo não tinha apenas aquele fim.

Não podia parar a máquina da administração enquanto se averiguavam os seus defeitos e se propunham planos de reforma, enquanto, numa palavra, «se trata de dar à vida este corpo talvez mal combinado, e gangrenoso em toda a sua contextura».

Era portanto indispensável recheiar a caixa da despesa para se poder analisar a legitimidade dessa despesa, e coordenar a receita, procurando aumentá-la com novos recursos quando os existentes não bastassem.

Como seria possível saber-se se eram suficientes, se apenas se sabia quanto rendiam e não quanto podiam e deviam render?

Impostos que excedam as necessidades são injustos. «Os governos livres extremam-se dos despóticos, em que nos despóticos a contribuição é imposta a esmo, e os contribuintes ignoram a sua necessidade. Trata-se ali somente de enriquecer a caixa do soberano, que a ninguém dá contas do excesso e dos extravios. Como a sua vontade é lei, basta que ele queira. Nos governos representativos, no governo de liberdade, é a justiça a base dos tributos. A Nação tem

despesas: a Nação tem obrigação de pagá-las; mas a Nação não pode querer despesas supérfluas; os seus Representantes não podem por tanto consenti-las. Logo só tem obrigação de pagar as necessárias. Logo é injusta toda a imposição, além das despesas necessárias. Logo antes de decretar-se um imposto, cumpre demonstrar a necessidade de aumentar a receita, justificada a despesa»⁶⁹.

Como não se estava em situação de satisfazer imediatamente tal doutrina, era preciso lançar mão do empréstimo que saldasse esse mesmo déficit orçado em três milhões de cruzados e que ainda havia de crescer, dada a estagnação dos negócios públicos. Partindo deste valor, poder-se-ia calcular o valor do empréstimo.

Por outro lado, como se tinha por ponto de honra que nenhum empregado ou funcionário pago pela Nação deixasse de receber em tempo os seus vencimentos, era um novo valor a entrar no cálculo da soma do empréstimo.

Considerando ainda os agravamentos dos preços nos fornecimentos de géneros ao Estado e os problemas no Ultramar, o que impunha obrigações, a Comissão opinava que quatro mil contos poderiam bastar, se bem administrados e economicamente empregados para fazer face a todas as referidas necessidades.

Deixava ao Governo toda a latitude para poder realizar as suas estipulações e convenções da maneira mais proveitosa para a caixa e réditos nacionais, no que respeitava a juros e anuidade, número de apólices, etc., oferecendo em hipoteca especial os rendimentos da quinta caixa, ficando como hipotecas subsidiárias as sobras das outras quatro caixas.

39. Sintetizando toda esta doutrina, o projecto desenvolvia-se nos seguintes 9 artigos:

- 1.º Todo aquele a quem a Nação é devedora desde 24 de Agosto de 1820 a 30 de Julho do corrente ano, tem direito a um juro de cinco por cento ao ano a contar desde o 1.º de Julho corrente.

Exceptuam-se os credores por tenças ou prestações, seja qualquer que for a sua denominação, que não tivessem cabimento nos almoxarifados, em que tem assentamento.

⁶⁹ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo VI, p. 1003.

- 2.º Os títulos das dívidas mencionadas no artigo precedente serão liquidadas na Comissão encarregada da liquidação da dívida pública.
- 3.º Os juros decretados no artigo 1.º serão pagos pela junta dos juros dos novos empréstimos nos fins de Dezembro, e Junho de cada ano indefectivamente, à face dos títulos liquidados pelas sobras das quatro primeiras caixas a cargo da mesma junta.

No caso de não serem bastantes estas sobras, o Tesouro suprirá o saldo à referida junta, enquanto o rendimento da 5.ª caixa não exceder a despesa dos juros hipotecados pelo presente decreto.

- 4.º Para fazer face a este pagamento, e para que de ora em diante se não experimente atraso nos pagamentos dos ordenados dos funcionários, e empregados públicos, e dos géneros, que perfazem o fornecimento do exército, e da marinha, quer ordinário, quer extraordinário, enquanto se não alcança o equilíbrio, da receita, e despesa pública, pela reforma fundamental da arrecadação, e emprego da fazenda nacional, o governo é autorizado a abrir um empréstimo até à soma de dez milhões de cruzados.
- 5.º O Governo deverá marcar o mais curto espaço, que possa calcular, para a realização do empréstimo, que lhe for necessário, até aquela quantia: e procurará realizá-lo com a maior economia possível assim acerca da taxa dos juros, como da suavidade na anuidade da amortização. A seu arbítrio fica graduar, e estipular a grandeza, e número das apólices; bem como a sua forma e senhas.
- 6.º Este empréstimo poderá ser tomado a nacionais, ou estrangeiros, devendo preferir os nacionais em igualdade de condições.
- 7.º Será hipoteca dos juros, e da anuidade da amortização deste empréstimo, o rendimento, da 5.ª caixa estabelecido pelo decreto de 25 de Abril de 1821; e subsidiariamente as sobras das demais caixas, pagos os juros acima mencionados, e em geral os réditos da Nação.
- 8.º Pelas disposições do presente decreto não se entendem legitimadas as tenças, pensões ordinárias, ou quaisquer outros

vencimentos, cuja análise na organização geral da fazenda da Nação mostrar irregulares, e viciosos na sua origem.

- 9.º Ficam revogadas as leis, que se acham em opposição com as disposições do presente decreto.

— Sala das Cortes em 31 de Julho de 1822 — *José Ferreira Borges; Manuel Alves do Rio; Francisco de Paula Travassos; Francisco Barroso Pereira; Francisco João Moniz*⁷⁰.

40. Entrando o projecto em discussão na sessão de 3 de Agosto, discussão centrada no problema das caixas e as suas anteriores regulamentações, e prolongando-se pela sessão seguinte, várias vezes Ferreira Borges teve de intervir para clarificar problemas e neutralizar argumentações, defendendo até à exaustão os seus pontos de vista.

Sobremaneira, opunha-se a novos tributos e que a 5.ª caixa fosse somente aplicada à dívida pretérita. Não advogava os novos tributos dado o estado de penúria a que se estava reduzido. Porque se tinha levantado o problema das alfândegas e seus réditos, declarou como inaceitável, por considerar serem as alfândegas o único sustentáculo do erário.

Dir-se-ia que o atingira o desespero ao ver consumir o tempo em questões que considerava ultrapassadas, pelo que exclamou: «Sr. Presidente, tirado este rendimento [o das alfândegas] é melhor acabar o tesouro, fazer em hipotecas divisões de todos os rendimentos, despedir por desnecessários todos os empregados, e assim fica tudo arranjadíssimo, sem que seja mister tratar-se mais da administração da fazenda (...).

Temos pois, Sr. Presidente, que nas alfândegas não deve tocar-se: tributos novos de maneira nenhuma: o remédio portanto é a 5.ª caixa: não acho outro»⁷¹.

E rematou dizendo-se doente e cansado, mal podendo continuar.

No prosseguimento da discussão, Ferreira Borges propôs que se avisasse o ministro por forma a que comparecesse na continuação dos debates, marcados para a sessão do dia 9.

Assim aconteceu. Apresentado o ministro, Margiochi interveio com uma nova proposta que invertia a ordem do projecto, advogando

⁷⁰ *Diário das Cortes*, Tomo VI, pp. 1004 e 1005.

⁷¹ *Diário das Cortes*, Tomo VII, p. 51.

um empréstimo mais reduzido (mil e duzentos contos) que tinha por suficiente para se desembaraçar o Governo das coisas mais urgentes, recebendo-se o resto em títulos de dívida pública.

Via assim a possibilidade de um empréstimo sem ser preciso recorrer ao estrangeiro, descendo o juro e permitindo a hipoteca da 5.^a caixa dos juros e a colecta eclesiástica. Por isso perguntava ao ministro se seriam suficientes os dois milhões e meio, a fim de evitar um empréstimo exorbitante.

Conveio em tal proposta o ministro, animando-se com dados e procurando concluir que o plano Margiochi era vantajoso por facilitar o empréstimo em Portugal.

Ferreira Borges irá defender os seus pontos de vista com um rigor que nenhuma das argumentações posteriores podia debelar:

«Não posso estar por esta operação, e para me opor a ela não se carece de nenhuns dados do tesouro, nem a Comissão de fazenda tem mais dados do que todos os ilustres Membros deste Congresso porque está para eles aberto o armário da Comissão, que podem consultar, e assim o ilustre Preopinante quando bem quizer. Pelo que respeita à operação oponho-me a ela por diversas razões: 1.^o porque por ela o juro será mais forte, contra a fazenda pública, do que em qualquer outra hipótese; 2.^o pela dificuldade de se realizar o empréstimo. Quanto à primeira razão é óbvio que todo o credor que entra com uma parte de créditos, entra com eles pelo seu valor nominal. Feita a operação, que se inculca, ele vai imediatamente adquirir um juro exorbitantíssimo, na hipoteca dada, um juro de 20 por cento; porque perceberá o juro do valor nominal cinco vezes maior do que o valor real. Esta operação não acredita o Congresso. Quanto ao segundo objecto, se se abraçasse tal medida, quer na forma do alvará de 13 de Março de 1779, quer no decreto de 29 de Outubro de 1796, ela nada produziria como já mostrou a experiência; pois que se os credores então tinham em seus créditos apenas o remédio da esperança a suas vexações, como poderia presumir-se de que de mais a mais tivessem ou pudessem ter uma terça, ou mesmo uma quarta parte em dinheiro que aventurassem a um empréstimo? Isto basta para demonstrar a improcedência do plano proposto. Acabo agora de ouvir ao Sr. Secretário de Estado que apenas lhe bastavam 1600 contos para suprir as urgências a cargo do

Governo em vez dos 4000 contos, que a Comissão calculou. Muito me alegrei ao ouvir tal proposta, e sendo ela verdadeira como julgo, saindo da boca de um Ministro de Fazenda, então já nós estamos em uma situação inteiramente diversa, e em um estado de melhora não pensado; e por isso já o plano apresentado pela Comissão decai muito. É verdade que tanto o Sr. Secretário de Estado como alguns ilustres Membros não atenderam à palavra *até*, de que usou a Comissão. Ela não tratava de abrir um empréstimo de 4 mil contos, mas sim propunha o poder o Governo abrir um empréstimo *até* 4 mil contos; e assim a Comissão esperava da prudência do Governo, como expressamente diz em seu relatório, que ele fosse buscando o empréstimo à proporção do que carecesse até àquela quantia. O mesmo Sr. Secretário de Estado por outra parte me parece convir nesta opinião, quando calcula para dois anos a 4 mil contos, sendo preciso para o futuro ano os 1600 contos. Não é pois exorbitante a porção que o parecer da Comissão exigiu, e como ele é o objecto principal da questão, sobre ele direi duas palavras. O plano da Comissão reduz-se a duas coisas: 1.^a atender à dívida, em que se acha alcançado o cofre geral da Nação desde 24 de Agosto até 30 de Junho. Em segundo lugar habilitar o Governo por meio do empréstimo a preencher o *deficit* anual; e enfim fazer face a tudo aquilo, que escuso aqui de repetir; porque se acha exarado no relatório da Comissão mui amplamente. Mas Sr. Presidente, para eu marchar com mais segurança, requeria a V.^a Ex.^a houvesse de convidar o Sr. Secretário a responder ao seguinte: quanto o deficit desde 24 de Agosto até 30 de Junho; e quanto nesse intervalo se pagou de dívida anterior a 24 de Agosto»⁷².

41. A resposta do ministro criou possibilidade a Ferreira Borges de demonstrar a exactidão do parecer.

Um decreto de 29 de Outubro de 1796 abria o empréstimo de 10 milhões de cruzados, empréstimo que pelo alvará de 13 de Março de 1797 se ampliou a 12 milhões.

Pela lei de 13 de Junho do mesmo ano mandava-se emitir três milhões de apólices de papel moeda, para perfazer aquele emprés-

⁷² Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo VII, pp. 101 e 102.

timo de doze milhões, estabelecendo-se-lhe as mesmas hipotecas res-
peitantes à primeira caixa para o resto do empréstimo.

O alvará de 31 de Maio de 1800 estabeleceu que se amortizasse
aquele papel-moeda emitido, criando-se novos réditos para a amor-
tização e estabelecendo uma segunda caixa para tal fim.

Ferreira Borges serviu-se destes dados e demonstrou então que
os tributos lançados com um fim não podiam continuar acabado esse
fim. Referindo-se ao papel-moeda, certificou que a uma sua indica-
ção recebera como resposta a 27 de Outubro de 1821 «que pelo Tesouro
se haviam amortizado 6 814 contos de réis em papel moeda, o que
me parece que é o mesmo, que disse a junta dos juros quando infor-
mou que se haviam queimado 994 contos trezentos e setenta mil e seis-
centos réis em papel verdadeiro, 447 contos em papel falso, e mais
3 sacos de oito alqueires de papel moeda de diversos valores já cor-
tados no erário sem declaração alguma da sua importância, como
se vê do termo de amortização de 30 de Dezembro de 1808»⁷³.

Socorrendo-se da eloquência dos números, demonstrou que se
havia ultrapassado as emissões autorizadas e também as autoriza-
ções, condenando com a maior veemência que se continuasse o paga-
mento da moeda falsa, quando não houvesse outras razões, por ser
em última análise o fomento da falsificação.

E acabou por declarar o plano Margiochi como prejudicial à
Nação.

Os debates que se seguiram já não colhiam face ao peso dos dados
que revelara. Restava a votação do projecto, com a consequente apro-
vação da maioria dos seus artigos, com uma ou outra pontual emenda
que lhe não retirou a força inicial.

A 19 de Agosto publicava-se um decreto criando uma comissão
de nove membros «para regular a escrituração e administração interna
do tesouro público, reduzir a sistema a arrecadação dos impostos,
e destruir os abusos introduzidos na administração da fazenda nacio-
nal»⁷⁴.

Era o encontro legal com as medidas preconizadas e defendidas
por Ferreira Borges. Certamente que não ficava resolvido o problema
da dívida pública, alongado muito para além da primeira fase do vin-

⁷³ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo VII, p. 102.

⁷⁴ *Id. Ib.*, p. 180.

tismo, como não se resolveram as questões de fundo em relação à sociedade tradicional.

Fundamentalmente nunca houve correspondência entre a firmeza revolucionária que se ia fixando no texto constitucional e as medidas que se foram tomando em relação ao regime senhorial. Certo que se foi analisando criticamente os principais aspectos da estrutura senhorial, mas não menos certo que as leis aprovadas traduziam uma considerável moderação⁷⁵.

Dessas ambiguidades e limitações das medidas tomadas resultou a permanência da velha aristocracia, embora tivesse limitados o poder político e administrativo e reduzidos os seus privilégios sociais, enquanto por outro lado a burguesia não encontrou motivos para defender um sistema que, embora lhe trouxesse algumas vantagens, acabou por decepcioná-la.

O PROBLEMA DO BRASIL

42. Com a mudança dos órgãos de administração central para o Brasil, a capital portuguesa passara a ser efectivamente no Rio de Janeiro. Mudara-se completamente a política com aquela colónia. Como primeiro passo, abandonara-se desde logo a velha teoria pombalina do «pacto colonial», segundo o qual o país explorador tinha direito ao monopólio da exploração económica da formação colonizada como compensação da protecção que lhe dispensava.

O primeiro acto de descolonização económica foi o decreto de 28 de Janeiro de 1808, que permitiu a abertura dos portos brasileiros aos navios estrangeiros em iguais condições dos portugueses, possibilitando a importação de mercadorias das mais diversas paragens.

Tal medida, que em primeira instância resultou de um pedido dos comerciantes da Baía, que se apresentaram ao príncipe regente quando da sua passagem em terras baianas, a caminho do Rio, era, porém, mais o resultado de compromissos contraídos para com a Inglaterra, quando das negociações de 1807, e que fora apresentada como uma exigência.

⁷⁵ Cfr. A. SILBERT, *Abolição do Feudalismo*, in «Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista», Livros Horizonte, Lisboa, 1972, p. 98.

A partir daquele decreto, uma a uma, foram desaparecendo todas as antigas limitações e dependências da Mãe-Pátria. Foi revogado o alvará que impedia a instalação de indústrias transformadoras, activou-se a criação de fábricas e a importação de maquinaria inglesa, instituiu-se a Junta do Comércio, a Casa da Moeda, o Banco do Brasil (muito antes do primeiro banco português), criaram-se companhias seguradoras, estaleiros navais, rasgaram-se estradas, abriram-se escolas de ensino superior, destacando-se a Academia Militar, e entra em circulação a imprensa própria, até então reprimida.

Tudo isto, no seu conjunto, é a imagem do progresso e da transformação. A economia cresce a um ritmo espectacular.

43. O Brasil elevado em 1815 à categoria de Reino, via concretizada, na honra do título, a realidade da descolonização económica, que a compasso do tempo iria acentuar inevitavelmente a tendência de separação política, que a independência norte-americana inquestionavelmente animou.

Os atritos gerados quando do desembarque da corte e dos milhares de acompanhantes, pelas soluções discricionárias que se tomaram na instalação de pessoas e serviços, são os primeiros fermentos da revolta, tendo-se chegado a proclamar no Recife, em 1817, a ligação económica com os Estados Unidos e o boicote aos produtos portugueses.

O Brasil era o sustentáculo da economia portuguesa.

Todos os nossos produtos de exportação, ou quase todos, com excepção do vinho do Porto, eram enviados para os portos brasileiros, enquanto dos mesmos portos chegava a maioria dos nossos produtos importados.

Lisboa era o entreposto das matérias-primas tropicais, e o nosso comércio vivia de tal sistema, como do tráfico sobrevivia a nossa marinha mercante.

Por isso a referida emancipação económica veio a ter pesadas consequências na economia metropolitana, sobretudo porque em poucos anos aquela formação colonizada passara de fonte de receitas a sorvedouro de despesas.

Muitos são os acontecimentos políticos que se sucederam e que não é nosso propósito aprofundar.

Com o aparecimento da revolução de Agosto, pelas razões que já referimos, e também com as imediatas consequências que em alguns

domínios fomos relatando, era inevitável que os problemas do Brasil aparecessem na primeira linha das preocupações do Congresso.

Quando D. João VI, em 1821, embarca no Rio com destino a Lisboa, o separatismo estava instalado no seio de intelectuais e nos meios económicos brasileiros, e a marcha para a independência era irreversível.

O crescimento demográfico era espectacular, a situação económica próspera, e o movimento independentista vivificante.

Este o panorama do Brasil. Mas também na metrópole, como já vimos, crescia a voz dos que defendiam a tradição. A contra-revolução, desde o início, vinha sendo alimentada nos jornais, nos gabinetes e nos corredores do ministério, nas casernas e nos solares provincianos.

O panorama económico, como referimos no capítulo anterior, estava patente na imagem caricatural de Fernandes Tomás que então citámos.

As Relações Comerciais

44. O problema das relações comerciais com o Brasil iria pôr-se nas bancadas do Congresso e reflectir a inevitabilidade do conflito de interesses que estavam em jogo.

Era necessário responder às pressões da burguesia mercantil metropolitana, por um lado, e manter a chama da integridade pátria por outro.

Jamais os parlamentares vintistas gostariam de assumir a pesada responsabilidade de serem os elementos desintegradores do todo nacional, mas certamente que não ignoravam que a confrontação com os deputados paulistas, na defesa de interesses antagónicos, iria agudizar tensões que, se não seriam causas imediatas de ruptura, iriam ter enormes repercussões naquela colónia, pela natureza das medidas legais que era inevitável avançar.

O país depauperado tinha na sua principal colónia a esperança da recuperação, e desse ressurgimento dependia o crédito no movimento regenerador.

Num relatório em que se procurava regular as relações comerciais luso-brasileiras, Pereira do Carmo advertia:

«Se me volto agora para o nosso velho Portugal, é forçoso que

diga coisas bem dolorosas, mas verdadeiras. O sal das nossas marinhas está inutilmente amontoado, sem que seus donos descubram, ao menos ao longe, a esperança de saída por preço arrazoado. Os vinhos, principal ramo da nossa agricultura e comércio, com que encontramos as muitas importações estrangeiras, existem nas adegas sem preço, tão diminuto se querem ver perdidos do que nas mãos de quem lhes não paga o fruto dos seus suores... Os mal intencionados, sempre à espreita de qualquer ocorrência desagradável, para desacreditarem o sistema constitucional, dizem: no tempo do despotismo, o sal, o vinho e todos os frutos do nosso país tinham saída pronta, e súbito preço: no tempo da liberdade, os frutos não se vendem, apodrecem, e todos perecemos à míngua.

Senhores, a fome é má conselheira: esta linguagem insidiosa maneja-se com homens, que bem longe de remontarem à origem dos sucessos que os ferem, deixam-se levar das primeiras impressões. E como atalhar tão graves males? O Brasil é o natural desembocadouro dos géneros de Portugal, e Portugal o mais pronto consumidor dos géneros do Brasil; deitemos a terra essas barreiras odiosas que separam um Reino de outro Reino, e façamos que a união política de ambos não seja só em palavras, mas real e verdadeira...»⁷⁶.

Tirada com o seu quê de patético, traduzia por um lado a penosa realidade do país, mas era por outro a primeira pedra de um muro que se ia erguer entre as duas partes do reino. Falava-se em união política em oposição à desunião económica. Por ironia, este querer abraçar em estreita união as duas partes, porque gerador de um projecto de decreto restauracionista de antigos privilégios, iria acender acaloradas e por vezes violentas discussões, colocar frente a frente, em posições irreduzíveis, os representantes brasileiros e os mais activos parlamentares metropolitanos.

Discussões a que esteve alheia a transigência, o diálogo conciliador de interesses, antes marcado, como já afirmámos, tantas vezes pela verve hostil, e que acabou com as mais funestas consequências para os interesses de Portugal.

Bem sabemos que a questão da independência estava posta e que bem pouco contra ela poderiam os constituintes deste lado do Atlântico; mas talvez que outro pudesse ter sido o tom da luta par-

⁷⁶ Cfr. *Diário das Cortes*, Tomo V, p. 509.

lamentar, evitando-se, pelo menos, «os ressentimentos e rancores que se sucederam à ruptura violenta», como judiciosamente acentua o prof. Joaquim de Carvalho⁷⁷.

45. O problema do Brasil e a correlativa situação económica de Portugal, como se vê naquela transcrita advertência de Pereira do Carmo, passou a estar, de forma irruptiva, nas mãos dos nossos parlamentares.

Ora a defesa dos interesses de Lisboa contrapunha-se às imensas potencialidades do Brasil, que os seus naturais muito compreensivelmente ansiavam por passar a explorar directamente.

O Brasil não queria desprezar todas as vantagens adquiridas com o decreto de 1808 e com o tratado de 1810, pelo que não abdicaria da sua condição de Reino. E para isso lá estavam os seus deputados, prontos a defender os direitos de independência face à política de Lisboa.

Nessa linha, exigiam um comércio sem entraves nem entrepostos, não se deixando enredar nos argumentos metropolitanos de protecção à marinha e à indústria portuguesas com que as Cortes foram tentando encobrir as pretensões que entre nós se alimentavam de reconduzir o Brasil ao seu antigo estado de colónia.

46. Logo na sessão de 3 de Fevereiro de 1821⁷⁸, ao tratar-se da representação dos Domínios Ultramarinos, o mesmo Pereira do Carmo havia considerado a necessidade de «estreitar os laços de sangue e de interesses que unem reciprocamente os portugueses de ambos os mundos», ao que Castelo Branco acrescentou que a união Portugal-Brasil devia «ser o objecto dos nossos votos mais ardentes», união que obviamente passava, na consciência metropolitana, pelo essencial das relações comerciais, com o que «se animaria a indústria, pela pronta saída dos produtos, e se aumentaria a agricultura, manufacturas, riquezas e até população»⁷⁹.

A questão estava posta, e iria absorver o parlamento em longas sessões que jamais puderam esconder, nas tiradas oratórias dos mais

⁷⁷ Cfr. *História de Portugal*, Edição de Barcelos, VII, p. 111.

⁷⁸ *Diário das Cortes*, Tomo I, pp. 24 ss.

⁷⁹ *Idem*, *Ib.*

acirrados, a verdadeira natureza da questão. Mas o Brasil conhecia a sua força, podia jogar forte.

Num folheto clandestinamente editado no Brasil, mas em verdade saído da Imprensa Régia, advogando a permanência da Família Real naquele Reino, dava-se como razão que «o Brasil poderia dispensar Portugal ao passo que a Portugal não era lícito dispensar o Brasil»⁸⁰. Era a realidade e todos a sentiam.

47. Pode afirmar-se que o problema do Brasil nasce no parlamento em toda a dimensão de confronto na sessão de 19 de Setembro de 1821, quando se declara que os deputados representavam a nação e não as províncias. Os parlamentares brasileiros discutiam negócios que interessavam directa e particularmente ao Brasil, e faziam-no à medida que verificavam que se pretendia manifestamente atingir os interesses daquela colónia.

No artigo 1.º do Projecto de decreto a que o referido relatório de Pereira do Carmo dera origem, dizia-se que «O comércio entre os dois reinos de Portugal, Brasil e Algarves, será considerado como de províncias do mesmo continente» e logo no artigo 2.º se consagra que «É permitido unicamente a navios de construção e propriedade portuguesa, fazer o comércio de porto a porto em todas as possessões portuguesas. Todos os navios de construção estrangeira, que fazem parte da propriedade portuguesa ao tempo da publicação do presente decreto, são considerados como de construção portuguesa»⁸¹.

⁸⁰ JULIÃO SOARES DE AZEVEDO, *Condições Económicas da Revolução Portuguesa de 1820*, p. 151.

⁸¹ Pela importância que este projecto adquire em toda a problemática das relações luso-brasileiras, transcrevemo-lo na íntegra:

PROJECTO DE DECRETO

A Comissão especial, estabelecida para fixar as relações comerciais entre o Brasil, e Portugal, vem expor ao soberano Congresso o resultado dos seus trabalhos.

A Comissão, querendo marchar sobre princípios certos, e conhecidos pelos negociantes do Brasil, ou que nele têm residido, e que fazem seu principal comércio em produtos do Reino Unido, principiou pedindo informações, e a opinião da Comissão para o melhoramento do comércio estabelecido em Lisboa. Esta Comissão, composta de Membros muito respeitáveis do comércio, e de um patriotismo bem conhecido, prestou-se da melhor vontade, e com maior desvelo, aos desejos da Comissão especial.

Em um bem digno discurso expõe os principais males, e estorvos, que ela enten-

A partir do momento em que nas Cortes se iniciou o debate deste projecto, reforçava a evidência do conflito de interesses que opunha Portugal e o Brasil.

deu que destruíam a prosperidade do comércio entre o Brasil e Portugal. Depois de expor estes males, passa a dizer os meios de os remover, os quais são ao mesmo tempo as bases, sobre que se devem fixar as relações comerciais entre os dois Reinos. Estas bases são as que devem firmar a união, a segurança, e a prosperidade do Reino-Unido.

A Comissão especial, na ordem de seus trabalhos, marchou pelo exame, e análise do sistema adoptado pela Comissão para o melhoramento do comércio.

Nas diversas sessões, em que a Comissão especial se ajuntou, se viu perplexa por muitas vezes em suas deliberações, pelas quasi invencíveis dificuldades que a cada passo se apresentavam.

Aos olhos da Comissão especial Portugal e o Brasil formavam um todo, a cujos interesses gerais ela queria igualmente considerar; pois que o Portugal e o Brasil formam um, e o mesmo Reino-Unido. Como cada um destes dois Reinos tem suas produções particulares, às quais o outro dá grande consumo, conveio-se que a base essencial para fixar os interesses comerciais, e as relações comerciais entre os dois Reinos, não podia ser outra mais, que a reciprocidade, e a mais perfeita igualdade, conforme a qual cada um deles devia unicamente receber para seu consumo os productos principais da agricultura do outro, com absoluta denegação de estrangeiros da mesma natureza.

Admitido este tão justo, como político princípio, viu-se logo a Comissão especial embaraçada com o desgraçado estado da navegação, e finanças. Conheceu, que sem uma protecção decidida a favor da primeira, as nossas relações comerciais entre os dois reinos seriam quiméricas, e de nenhuma consistência, e que a Nação não poderá jamais aparelhar com as outras, que se tornaram superiores, sem elevar a nossa navegação aquele esplendor que outrora teve: conheceu, que o sistema liberal de um extenso e livre comércio, que a Comissão especial deseja estabelecer entre os dois Reinos, diminuía as rendas públicas a um ponto, que por agora causaria graves males ao Reino Unido.

Sendo o principal fim da Comissão especial fixar as relações comerciais entre os dois reinos, não podia desviar deste particular objecto a sua atenção, applicando-a a outros objectivos de tanta magnitude, como navegação e finanças, contudo considerou estes importantes ramos, como pôde, pelo lado do comércio, bem convencida da necessidade de serem tomadas na mais alta consideração pelo augusto Congresso.

Não escapará à sabedoria da illustre Comissão de marinha propor com maior brevidade um projecto de lei, que removendo os obstáculos, que tanto empecam a navegação pátria, lhe subministre recursos, que a tornem a pôr naquele estado florescente, que tão célebre fez no Mundo a Nação Portuguesa; pois que só a marinha mercante e de guerra pode unir, e ligar as remotas partes do Reino Unido. Não pode a Comissão especial deixar de lembrar a necessidade de renovação dos tratados, que por tanto tempo existiam entre Portugal e a Rússia, com grande interesse dos

Lisboa esforçava-se por recuperar o antigo estatuto de entreposto do comércio brasileiro e nada podia já camuflar esse conflito, que iria situar-se nos limites da irredutibilidade de posições.

dois impérios, e de excitar a atenção do Governo para tratar de abrir algumas negociações a este respeito.

A Comissão especial não deve dissimular, que sendo a sua principal mira a liberdade de comércio dos dois Reinos, facilitando o maior consumo aos produtos da agricultura e indústria deles, não atendeu, como desejava, às rendas públicas, que não podem deixar de sofrer um grande desfalque e diminuição, pelos princípios liberais adoptados pela Comissão.

Este necessário desfalque das rendas públicas deverá ser tomado em consideração pela ilustre Comissão de fazenda do Ultramar, a quem se convida queira quanto antes procurar meios, que não só supram aquele desfalque, mas que habilitem o Governo para suprir as despesas correntes: não perdendo de vista a dívida pública, principalmente do banco do Brasil, que não só deve ser garantida, mas que se lhe deve fazer aplicações para seu pagamento. A Comissão especial considera os dois bancos, do Brasil e de Lisboa, como os principais sustentáculos da agricultura, da indústria, e comércio dos dois Reinos. Sendo pois as bases que adoptou a Comissão especial, a mais perfeita igualdade e reciprocidade, a maior liberdade de comércio, a protecção à exportação das produções de agricultura e de indústria entre os dois reinos, consideração à navegação, passa a expor o projecto de decreto.

As Cortes, etc., desejando fixar as relações comerciais entre Portugal, e o Brasil, e unir a grande família portuguesa por laços indissolúveis, firmados em interesses recíprocos, que só da mesma união podem resultar a todos os cidadãos de suas vastas possessões, decretam o seguinte:

- 1.º O comércio entre os reinos de Portugal e Brasil e Algarves será considerado como de províncias do mesmo continente.
- 2.º É permitido unicamente a navios nacionais de construção, e propriedade portuguesa fazer o comércio de porto a porto em todas as possessões portuguesas. Todos os navios de construção estrangeira, que forem de propriedade portuguesa ao termo da publicação do presente decreto, são considerados como de construção portuguesa.
- 3.º Os produtos da agricultura, ou de indústria de Portugal, Brasil, Algarves e Ilhas, que se exportarem de uns para outros portos, serão isentos de todo e qualquer direito de saída, pagando um por cento do seu valor para as despesas de fiscalização. O vinho, porém, continuará a pagar além deste um por cento, mais os direitos hipotecados para a amortização do papel moeda, os quais serão descontados nos direitos, que os mesmos vinhos houverem de pagar nos portos do seu consumo, levando para isso os competentes despachos. Estes direitos descontados nos portos de consumo do vinho serão levados em conta nas contribuições, que cada uma das respectivas províncias houver de pagar para as despesas gerais da Nação.
- 4.º O ouro, e prata, tanto em barra, como em moedas nacionais ou estran-

Sabia-se que manter em vigor o tratado de 1810 representava esgotar a fonte de receitas que permitiriam acudir aos problemas da

geiras, que forem de umas para outras possessões portuguezas, serão livres de todos os direitos, ou sejam de saída, ou sejam de entrada: serão porém obrigados os condutores, ou proprietários de tais metais, a manifestar as porções deles nas alfândegas de exportação e importação sob pena de perdimento da 4.^a parte, metade para o denunciante e a outra metade para o Estado.

- 5.º O mais breve possível se estabelecerá em todo o Reino-Unido uma perfeita igualdade, e uniformidade de moedas nacionais de ouro, prata, e cobre.
- 6.º Com igual brevidade se estabelecerá também um mesmo sistema de medidas, tanto líquidos como de capacidade, para todo o Reino-Unido de Portugal, Brasil, e Algarve, as quais deverão ser aferidas todos os anos.
- 7.º Fica proibida nos portos de Portugal, Algarves e Ilhas Adjacentes a entrada para consumo de açúcar, tabaco em corda e em folha, algodão, café, cacau, e água ardente de cana, ou de mel, que não forem de produção do Brasil. Fica igualmente proibida a entrada do arroz que não for do Brasil, enquanto o preço médio não exceder de 4\$800 rs. por quintal; mas logo que exceda, poderá ser admitido outro arroz, pagando os direitos que actualmente paga.
- 8.º Os mais géneros de produção do Brasil importados nos referidos portos para consumo continuarão a pagar os direitos, que já pagam: os de igual natureza, que não forem do Brasil, poderão ser admitidos para consumo pagando o duplo dos direitos, que pagam os do Brasil.
- 9.º Fica proibida nos portos do Reino do Brasil a entrada para consumo de vinho, de vinagre, água ardente de vinho, e sal que não forem de propriedade de Portugal, Algarve e Ilhas Adjacentes. Fica igualmente proibida a entrada do azeite que não for de Portugal, em quanto o preço deste não exceder no Brasil 15\$000 rs. por pipa comum; e logo que exceda, poderá ser admitido o azeite estrangeiro, pagando de direitos o duplo, que paga o de Portugal.
- 10.º Os mais géneros de produção de Portugal, Algarve e Ilhas Adjacentes importados aos referidos portos do Brasil pagarão os mesmos direitos que presentemente pagam. Os de igual natureza que não forem de Portugal, Algarve e Ilhas, poderão ser admitidos para consumo, pagando o duplo dos direitos que pagam os de Portugal.
- 11.º Os produtos de indústria de Portugal, Algarve e Ilhas Adjacentes serão admitidos nos portos do Brasil, livres de direitos, ainda mesmo para consumo. Salvo se no Brasil forem sujeitos a alguns direitos de consumo os produtos de igual natureza ali fabricados, porque neste caso aqueles serão sujeitos aos mesmos direitos.
- 12.º Os produtos de indústria do Brasil serão admitidos em Portugal, Algarve e Ilhas Adjacentes livres de direitos, ainda para consumo. Salvo se em

Mãe-Pátria. Por outro lado, abrir o Brasil ao comércio externo era ao mesmo tempo perder a imensidade de um mercado que garantia

-
- Portugal forem sujeitos a algum direito de consumo iguais produtos da sua indústria, porque nesse caso aqueles pagarão os mesmos direitos.
- 13.º Todos os produtos de indústria estrangeira continuarão a ser admitidos no Brasil, pagando os mesmo direitos, que em Portugal: os que não forem admitidos em Portugal pagarão trinta por cento *ad valorem*.
 - 14.º As pautas, que hão-de fixar os valores para os direitos de consumo, serão iguais, tanto em Portugal como no Brasil, para os produtos de indústria estrangeira.
 - 15.º Os produtos de indústria estrangeira, bem como os de agricultura, não especificados dos artigos 7.º e 9.º, que forem conduzidos de portos estrangeiros directamente para os de Portugal, e Brasil nos navios portugueses, nos termos do artigo 2.º, pagarão menos um terço do que pagariam se fossem conduzidos em navios estrangeiros, salvo o tratado de 1810.
 - 16.º Os mesmos produtos do artigo antecedente poderão ser transportados de umas para outras possessões portuguesas isentos de direitos de saída, no caso de os ter já pago para consumo: achando-se em depósito nas alfândegas, poderão ser despachados para reexportação, pagando para além das despesas braçais, e armazéns, um por cento, sem mais emolumento algum, sendo conduzidos em navios portugueses; e quatro por cento se forem conduzidos em navios estrangeiros.
 - 17.º Os produtos da agricultura, indústria do Brasil, exportados dali em navios nacionais, serão livres de direitos por saída, do mesmo modo, que vierem para Portugal; porém sendo conduzidos em navios estrangeiros, pagarão (com o fim de animar, e promover a navegação nacional) o algodão dez por cento, e os mais géneros seis por cento do seu valor, à excepção de água-ardente, tanto de mel, como de cana, cuja saída em navios estrangeiros será livre.
 - 18.º Os mesmos produtos, que se acharem em depósito nas alfândegas de Portugal, e se reexportarem para portos estrangeiros, pagarão de direitos de reexportação um por cento, sendo em navio português; e sendo em navios estrangeiros, dois por cento sem emolumento (nem armazéns, estando na alfândega de Lisboa); pagarão porém às companhias seus trabalhos braçais. O mesmo se praticará com os artigos de produção, e indústria de Portugal, e Ilhas Adjacentes, que se acharem em iguais circunstâncias no Brasil.
 - 19.º Os dois por cento de reexportação pagos nas alfândegas de Portugal, de que trata a primeira parte do parágrafo antecedente, são aplicados à terceira caixa dos juros dos novos empréstimos estabelecida pelo alvará de 7 de Março de 1801 em compensação de duzentos réis por arroba, que até agora pagava por entrada o algodão, em virtude do mesmo alvará, que eram hipotecados ao segundo empréstimo.
 - 20.º Todo o tabaco do Brasil, da qualidade que for, quer em rolos e mangotes

o consumo dos vinhos e dos produtos de uma modestíssima indústria que não podia aguentar a concorrência estrangeira, e que não conseguiria igualmente impor-se para além dos territórios ultramarinos.

Os deputados brasileiros tinham de reagir às restrições impostas por aquele projecto ao comércio livre, pelo que o problema logo foi levantado pelo deputado António Carlos Ribeiro de Andrada:

«O facto é, que todas as Nações, que têm admitido o comércio livre têm prosperado (...). O Brasil é um exemplo da força destes princípios. Algumas das suas províncias, como a Bahia, que exportavam 25 000 caixas de açúcar, hoje exportam o dobro. Igual sorte teve a província de S. Paulo, na qual tem quase dobradas as suas produções depois da fraqueza do comércio. E ao mesmo tempo, que pelo comércio livre aumentou-se a produção, diminui o preço das mercadorias importadas, a ponto que o ferro por exemplo baixou de 400 réis o arratel a 40 réis. O decreto de 28 de Janeiro de 1808 infeliz

de corda, quer em fardos ou de folha, que se importar em Portugal, poderá ser reexportado na mesma conformidade do artigo 18. Não pode porém ter lugar esta livre reexportação enquanto dura o actual contrato do tabaco sem acordo com os contratadores. Mas assim deverá ser expressamente declarado na futura arrematação deste contrato.

- 21.º As juntas administrativas do Brasil são especialmente encarregadas de empregar todos os meios para evitar a relaxação, que tem havido nas alfândegas na cobrança de direitos, e fiscalização dos descaminhos e contrabandos.
- 22.º Para facilitar a fiscalização prescrita no artigo antecedente, relativa a navios estrangeiros, serão somente admitidos a descarga nos portos de livre entrada.
- 23.º São declarados portos de livre entrada no Brasil os seguintes: a cidade de Belém no Grão Pará, S. Luís do Maranhão, a vila da fortaleza no Seará, a cidade do Natal no Rio Grande do Norte, a Paraíba, o Recife em Pernambuco, a vila de Maçaió nas Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santos, ilha de Santa Catarina, e Rio Grande de S. Pedro.
- 24.º O Governo mandará estabelecer alfândegas nestes portos, e as casas fiscais, que julgar necessárias para o pronto expediente do comércio, e boa arrecadação.
- 25.º Se para o futuro parecer conveniente declarar de livre entrada algum outro porto do Brasil, será presente às Cortes pelo Governo, a fim de se declarar por lei.

Paço das Cortes, em 15 de Março de 1822 — Pedro Rodrigues Bandeira; Luis Monteiro; H. J. Braancamp do Sobral; Manoel Alves do Rio; Luis Paulino de Oliveira Pinto da França. *Diário das Cortes*, Tomo V, pp. 506 a 508.

para Portugal foi o avesso para o Brasil, foi a fonte da sua actual prosperidade e continuará a ser o estímulo maior da sua progressiva riqueza. (...) Todavia não se conclua daqui, que eu desejo absolutamente livre introdução dos navios estrangeiros no transporte dos nossos géneros de porto a porto do império português; não por certo, sei que a riqueza é depois da segurança, sei que estando nós espalhados nas 4 partes do mundo, não podemos unir os Membros dispersos do vasto corpo Lusitano sem marinha, que não podemos defender-nos sem marinha de guerra, e que esta não pode existir sem marinha mercante, que é o seu viveiro, e que a inibição da cabotagem ao menos cria essa marinha mercante, mas ao mesmo tempo consegue pelos direitos extraordinários sobre os navios estrangeiros empregados nesse ramo de comércio; e se ainda assim não podemos ter marinha, então não haveria remédio senão renunciá-la; mas não o creio, antes espero todo o bom êxito de expediente; voto pois que se imponham direitos pesados, mas com eles se admita a cabotagem estrangeira»⁸². Era a conciliação possível.

48. Discutia-se o artigo 2.º do Projecto de decreto sobre as relações comerciais.

Divergiram naturalmente as opiniões, sustentando uns a posição complexa do artigo, outros a refutaram e alguns a admitiam com restrições, como de seguida foi acentuado pelo Vigário de Victória: «O primeiro Preopinante entrincheirou-se na doutrina do artigo, e se defendeu com as mesmas armas com que os Ingleses apesar da sua liberdade política e civil guardam o seu comércio nacional, da qual excluem vazos estrangeiros. Esta mesma opinião foi propagada por outro honrado membro, inimigo das teorias, panegirista da praxe, e com muita sabedoria demonstrou que os factos provam os erros da especulação. Um hábil pensador divergiu do parecer mencionado, e logicamente argumentando mostrou que todas as classes da sociedade não deviam ser tributárias à classe mercantil, que se não devia inibir a concorrência, causa de pública e privada prosperidade; que aos lavradores convinha, segundo os liberais princípios de economia política, remeter a todos os mercados os productos da sua indústria em quaisquer navios, ou fossem nacionais ou estrangeiros.

⁸² *Diário das Cortes*, Tomo V, pp. 724 e 725.

A terceira opinião que seguiu o *Sr. Ferreira Borges*, não admitiu a proibitiva absoluta, nem a liberdade ilimitada, tão decantada pelo mestre e legislador de economia política, o célebre Smith»⁸³.

49. Em verdade os parlamentares defensores da economia liberal eram obrigados a sustentar teses que advogassem a livre circulação e os interesses reais dos mercadores portugueses, para quem era necessário criar mecanismos de protecção, à revelia de todo um aparelho teórico em que assentava a sua formação liberal.

Ferreira Borges entrou neste jogo difícil, sustentando que nunca afirmara ser admissível o comércio entre possessões portuguesas a navios estrangeiros; o que defendia, e fazia questão de o vincar, era «que só fosse permitido aos navios estrangeiros, graduados com direitos em concorrência com os nacionais, isto é, com uma imposição de direitos mais fortes sobre os estrangeiros, segundo o sistema do artigo 16 (...), além disso, eu reflecti, que uma restrição absoluta nas circunstâncias actuais, em que a nossa marinha se acha, em que a nossa marinha não pode competir com a marinha estrangeira, era inadmissível, a não querermos sacrificar o comando de todos os carregadores dos proprietários dos navios; o bem de todo o nosso comércio ao bem de nossos pouquíssimos donos de embarcações»⁸⁴.

Para sustentar os seus pontos de vista, serve-se então de dados que demonstravam as parcelas a pagar pelos nossos navios ao sair da barra, enquanto os franceses pagavam a sétima parte. Era a prova da impossibilidade de concorrência da nossa marinha com a estrangeira, ao mesmo passo que ficava claro que o verdadeiro estorvo à nossa navegação eram as grandes despesas.

A Necessidade de Incrementar a Marinha

50. Tornava-se, pois, necessário, fixar as relações entre Portugal e o Brasil. Para tanto, era indispensável retirar as alcavalas que pesavam sobre os navios portugueses e que só enriqueciam particulares e não a fazenda nacional.

⁸³ *Diário das Cortes*, Tomo V, p. 721.

⁸⁴ *Diário das Cortes*, Tomo V, pp. 702 ss.

E Borges concluía: «Finalmente é necessário que eu declare muito explicitamente que o meu desejo tende a fazer prosperar a marinha mercante portuguesa. Vejo que sem ela não somos nada, e que ela é indubitavelmente necessária, mesmo para fazer florescer a nossa marinha militar».

A discussão prosseguiu, e os deputados brasileiros não desarmavam na defesa dos seus interesses.

Andrada dizia mesmo que «os Brasileiros têm já os olhos abertos, sabem que o monopólio, assim como o despotismo, roda sem cessar em torno das trincheiras da liberdade»⁸⁵.

Na sessão de 17 de Abril foi apresentado por Ferreira Borges um projecto de decreto tendente a favorecer a construção de navios e animar a marinha, remetido para segunda leitura com urgência.

Lido na sessão de 19 do mesmo mês, era o projecto constituído por vinte e dois artigos e da sua leitura ficamos a compreender o pensamento do autor em tal matéria⁸⁶.

Começava por entender que se isentasse de direitos de entrada as madeiras destinadas à construção naval, libertando-se assim tudo o que se destinasse ao apresto, aparelho e vitualhas para uso de navios portugueses, bem como todas as matérias brutas necessárias à construção de navios.

Para animar e incentivar a construção era necessária a isenção de sisa aos construtores de navios quando da primeira venda, atribuindo-se depois cinco por cento de meia sisa nas vendas subsequentes, qualquer que fosse o domicílio dos contraentes e idade do navio.

Havia ainda que abolir as visitas de saúde e a da alfândega depois da descarga.

Contemplando vária regulamentação respeitante à marinhagem, aquele projecto determinava que nenhum empregado público, oficial de fazenda ou de polícia dos portos poderiam exigir do navio coisa alguma a título de costume, gratificação, propina ou emolumentos, o que a acontecer devia ser punido com expulsão.

Trata-se de um documento que abria sólidas perspectivas de fomento no campo da construção naval, ao mesmo tempo que moralizava as operações portuárias.

⁸⁵ *Diário das Cortes*, Tomo V, p. 808.

⁸⁶ *Diário das Cortes*, Tomo V, p. 882 e 883.

Todas as medidas preconizadas, as diferentes tomadas de posição sobre todos os problemas que os vários artigos do projecto de decreto sobre relações comerciais suscitavam, encaminharam a discussão para situações que abriam feridas insanáveis.

Uma carta que o deputado Andrada publicara no Diário do Governo, queixando-se das hostilidades de que eram alvo os parlamentares brasileiros, ateou uma verdadeira fogueira nas bancadas do parlamento.

Que os brasileiros apostavam nos ecos que as sessões podiam produzir na opinião pública brasileira se pode concluir de uma outra atitude dos deputados Silva Bueno e Diogo Feio, ao escreverem uma carta com pedido de demissão, invocando a impossibilidade de naquele parlamento defenderem os interesses dos seus constituintes:

«Sr. Presidente: — Circunstâncias ponderosas, pelas quais vejo comprometida a minha honra, e vida, e dignidade, e os interesses da minha província, me impõem a dura, mas imperiosa necessidade, de cessar de assistir às sessões das Cortes, até que o espírito público mais tranquilizado pela melhor perspectiva que ofereçam os negócios do Brasil, me permitam a liberdade indispensável para advogar a causa dos meus constituintes.

Rogo portanto ao soberano Congresso queira anuir à minha deliberação»⁸⁷.

O Contencioso com os Deputados Brasileiros

51. Tínhamos, assim, espalhadas as paixões, acrescidas as tensões ao extremo das atitudes arrebatadas, que buscavam premeditados dividendos políticos.

A serenidade cedera perante a acutilância dos argumentos que os parlamentares brasileiros impunham em cada momento dos debates.

Espalhara-se a demagogia quando já não havia lugar à contra-argumentação eficaz, contagiando-se as galerias e inflamando-se a imprensa.

A insensatez de uns, levava ao oportunismo político de outros.

⁸⁷ *Id. Ib.*, p. 850.

As repercussões de todos estes factos na colónia eram evidentes. A carta de Andrada era um terrível libelo contra o Parlamento.

Ferreira Borges, vigorosamente, vai rebater Andrada, e pede que se responda ao Diário do Governo, onde aquela carta viera a público. Era uma tentativa de mitigar o clima que se gerara, procurando atenuar no Brasil o impacto que as discussões parlamentares tiveram nas hostes para quem a independência era já uma palavra de ordem:

«Eu tenho dito bastante para ser entendido em meu fim: parece que me não querem entender; por tanto peço a palavra. Sr. Presidente, lendo eu no Diário do Governo uma carta assinada pelo Sr. Deputado *António Carlos Ribeiro de Andrada Macedo e Silva*, como ela se não dirigia ao Congresso directamente, e em parte tinha a resposta, que o augusto Congresso mandou dar a essoutra carta, pedia que esta resposta se inserisse no mesmo Diário para servir de governo ao mesmo Sr. Deputado. A matéria é desagradável, e eu não desejava falar nela: como porém não posso alcançar este fim indirecto, então sou obrigado pelo lugar que ocupo, pelas consequências, que prevejo, e pelo decoro do mesmo Congresso, a denunciar a este respeito. Esta carta é cheia de falsidades, e deve ser desmentida em todas as suas partes, porque em todas é falsa. Diz ela: *é verdade que fui chamado à ordem por um partido dominante no Congresso*. Qual é aqui o *partido dominante*? Que partido há aqui? Eu não conheço nenhum. O Congresso é ele todo um partido: ele não tem secções algumas, e muito menos *partido dominante*. Esta falsidade é altamente injuriosa ao Congresso nacional. Continua a carta: *é porém falsidade que admira, apparecesse no seu Diário, que nas galerias houvesse só algum rumor que apenas começou, por si mesmo socegou; houve não só rumor mas alarido de comando, e até se vomitaram contra mim insultos, e ameaças, atacando-se a dignidade da minha pessoa, e da minha província*. Sr. Presidente: eu estava no Congresso: eu presenciei tudo, e tenho bom ouvir. O que se passou em verdade foi, que apenas o Sr. Deputado fez a comparação dos empregados na corte do Rio de Janeiro com os Deputados de Cortes, ele foi chamado à ordem quase universalmente. Houve sussurro nas galerias: e bastava que as pessoas que ali se achavam falassem umas para as outras mais violentamente para parecer, que se confundiam suas vozes com as vozes do Congresso. Este

é o facto, e suponhamos porém, sem conceder que houve alguma coisa directa ao Sr. Deputado: a que vem aqui o falar ele *na sua província*? Que tem a sua província com este acontecimento? Para que mistura ele os factos seus pessoais com a sua *província*? E não será bem notável esta estudada confusão?... Continua a carta: *é certo, que o ilustre Deputado Sr. Borges Carneiro com criminosa ingerência pediu por mim escusa da Comissão de negócios políticos do Brasil*. Este facto também não é verdadeiro. A verdade é só a seguinte: o Sr. Deputado *Antonio Carlos* foi quem pediu esta escusa, e como antes de se lhe aceitar se intrometeram outros negócios, o Sr. Borges Carneiro lembrou, que era necessário deferir-lhe. Nada mais houve, *é adoçado o motivo* (continua a carta) *porque me declarei, e ainda me declaro não ser mais Deputado da Nação*. Era para responder a isto que eu pedia, que no Diário se inserisse a resposta à carta dos outros Srs., porque se satisfazia a esta parte. Já está dito, que não cabe no poder de cada um de nós o demitir-se. Não repetirei *não foi só pelo rumor* (diz ele) *mas pelos insultos e ousadia das galerias, e pela falta de liberdade que implicava a minha destituição; pois sem liberdade não se é Deputado*. Quem há que tolhesse a liberdade do Sr. Deputado? Quem há aqui a quem um simples rumor faça medo? Eu me julgaria indigno de assentar-me aqui se pudesse sequer estremecer a qualquer que fosse o movimento. Mas eu não devo continuar a falar num objecto que pode envolver vanglória. Houvesse o facto eu daria a prova. Todos nós gozamos, e temos gozado de inteira liberdade. A asserção do Sr. Deputado é falsa. *É falso* (segue ele) *que me contentassem as razões do ilustre Deputado Sr. Fernandez Thomaz as quais serviram somente para autorizar e animar os excessos da influência do povo*. O Sr. Deputado falta tanto à verdade, que depois que o Sr. Fernandes Thomaz falou, não heuve o menor rumor nas galerias. Como é pois que elas se animaram? Isto, e nenhuma outra coisa é a verdade. *Se falei depois* (continua em fim a carta) *foi por não ver enraizado maquiavelicamente o sistema colonial no Brasil*. Quem é que pretendia até agora semelhante coisa neste Congresso? O que se achava em questão era um artigo do projecto de decreto para fixar as relações comerciais do Reino Unido. E quem apresentou esse projecto, foi a Comissão especial composta de Europeus, e Brasileiros: no mesmo projecto eles se acham assinados. Como

é logo possível que assinassem pelo suposto sistema colonial do Brasil? E que assinassem maquiavelicamente? E por ventura quando se propõe nos projectos tudo se vence? É acaso alguma decisão que prove esse sonhado sistema? Todos estes princípios adoptados na carta são de uma funesta consequência: eles irão levar além-mar uma ideia não só inexacta, mas falsa do que aqui se passou. É necessário que a verdade apareça: é necessário desmentir tão feias asserções. A matéria é muito poderosa, e não deve de sorte alguma ser desprezada. Voto por tanto que ela se mande desmentir autenticamente no mesmo lugar aonde foi inscrita. Se não foi dirigida ao Congresso, foi todavia um deputado quem a escreveu»⁸⁸.

Não houve acordo sobre o destino a dar à resposta, o que levou Ferreira Borges a apresentar uma Indicação sobre o assunto, reclamando que fosse enviado a uma comissão «para marcar as providências que a tal respeito devam tomar-se, para desapontar o Congresso, desmentir as asserções falsas, e fazer entrar o Sr. Deputado no seu dever»⁸⁹.

52. Decidiu-se que fosse remetida à Comissão de Constituição, que na sessão de 23 de Abril emitia parecer considerando repreensível e irregular ter o deputado Andrada pedido a sua demissão na sessão do dia 15, o que não era permitido a nenhum deputado. Em conformidade, «pela Secretaria das Cortes se mande dizer ao Sr. Deputado Ribeiro de Andrada que elas nem lhe concederam, nem podiam conceder-lhe a sua escusa; que por isso deve continuar a exercer no recinto deste Congresso as nobres funções de Deputado, emitindo com igual franqueza que moderação as suas opiniões, segundo entender em sua consciência que convêm ao bem público, e ao decoro e dignidade da Assembleia»⁹⁰.

O melindre da situação atingia a todos. Os parlamentares que representavam os interesses de Lisboa tinham de estar atentos e refutar a argumentação dos paulistas, o que, como dissemos, não era

⁸⁸ *Diário das Cortes*, Tomo V, pp. 853.

⁸⁹ *Id. Ib.*, p. 891.

⁹⁰ *Id. Ib.*, p. 930.

tarefa fácil, restando-lhe a defesa à outrance dos interesses metropolitanos.

53. Ferreira Borges tinha a perfeita consciência do quanto estava em jogo, e não hesitava nas suas argumentações.

Quando da discussão dos artigos 7.º e 8.º, que respeitavam à liberdade de importação de países estrangeiros em Portugal para consumo dos géneros superabundantes no Brasil, e também o que restringia a liberdade de importar do estrangeiro no Brasil para consumo os géneros superabundantes em Portugal, ao tratar-se da proibição ser directa ou indirecta, intervém para vincar a prioridade dos interesses em jogo para o futuro económico da metrópole:

«Quer seja directa ou indirecta é claro que há sacrifícios da parte de Portugal, e do Brasil: consequentemente trata-se de fazer sacrifícios mútuos, e não nos cansemos em pesar quem se sacrifica mais. Ora quase todos os géneros, que se mencionam no projecto podem entrar livremente quer seja em Portugal, quer no Brasil, sendo pertencentes a Inglaterra; nós temos concertado com Inglaterra admitir tantos objectos de suas manufacturas, como de suas produções. Portanto, pelo menos até ao ano de 1825, voto, que a proibição seja directa.

Quanto ao se consideramos o que o Brasil sacrifica, consideremos também que a nossa situação local não é de desprezar, nem para deixar de entrar em linha de conta, pelo contrário ela é muito atendeável, e a sua prosperidade salta aos olhos. Este belo porto é um império magnífico; é por sua situação um porto franco, e o mais próprio para receber todas as produções de além-mar. Se nós procurássemos somente nossos interesses, desejaríamos que ele fosse um porto franco, e então os produtos do Brasil sofreriam por força. Se as outras nações achassem aqui todos os géneros d'além-mar sem precisão de os ir procurar lá, os portos, e em consequência a marinha brasileira, nunca prosperaria. Quem iria mais ao Brasil buscar o que acharia nos armazéns de Lisboa? Mas eu não voto por isso ainda pelo Porto Franco: o que julgo sim, que deve fazer-se, é declarar-se esta proibição directa até 1825, e somente isto pelas razões que acabei de expor»⁹¹.

Aquele *ainda*, era uma verdadeira ameaça. A não se entenderem,

⁹¹ *Diário das Cortes*, Tomo V, p. 983.

defenderia o porto franco em alternativa, pois para ele era líquido que «será melhor sacrificar o Brasil do que perder Portugal»⁹².

O Separatismo

54. Mas não só o problema das relações comerciais, agitaria o Congresso no que respeitava ao Brasil.

O separatismo apresentava-se também no terreno meramente político.

De quantas tentativas legais que foram sucessivamente apresentadas pelos representantes brasileiros, a que atingiu maior impacto foi um «parecer da Comissão encarregada dos artigos adicionais à Constituição portuguesa, referentes ao Brasil» apresentado em 15 de Junho de 1822.

Elaborado por deputados brasileiros, propunha no seu articulado, entre muitos alvitre, a existência de dois Congressos. Um, competiria ao Reino do Brasil, o outro ao de Portugal e Algarves.

Cada um desses Congressos poderia legislar respectivamente sobre os negócios privativos do reino onde funcionasse. Prevvia ainda umas Cortes Gerais, sediadas em Lisboa, capital do império luso-brasileiro, com representação paritária, 25 deputados de Portugal e 25 do Brasil, que deviam ser eleitos pelas respectivas legislaturas.

Seria da competência dessas Cortes Gerais, entre outros assuntos, a revisão das leis dos congressos especiais, entre os dois reinos e com os países estrangeiros, a defesa do Reino-Unido e ainda a fixação dos respectivos orçamentos.

Caberia ao regente do Brasil a sanção das respectivas leis, embora com carácter provisório, tendo apenas como restrições apresentar bispos, nomear juizes do Supremo Tribunal de Justiça e agentes diplomáticos, declarar a guerra, fazer a paz e negociar tratados de aliança, quer esta fosse ofensiva ou defensiva.

O parecer definia, nas suas linhas gerais, uma espécie de estado federado, com duas partes, uma relativa ao poder legislativo, outra à delegação do poder executivo, que ficava assim confiado ao sucessor da Coroa.

⁹² *Id. Ib.*, p. 987.

Lido por Ribeiro de Andrada na sessão de 17 de Junho de 1822⁹³, entrou na ordem do dia na sessão de 26 seguinte.

A questão da ruptura entre as duas partes do Reino vinha crescendo. Vários eram os acontecimentos naquela colónia que lançavam as maiores preocupações entre os regeneradores.

Ferreira Borges, na sessão de 28 de Junho, comentou e verberou alguns daqueles acontecimentos, definindo-os como factos gravíssimos que punham em causa a unidade e integridade da Nação:

«(...) Apresentados ante o soberano Congresso a correspondência do Sr. D. Pedro de Alcantara, a representação da junta de S. Paulo, e a do bispo daquela diocese, e todos os mais papeis, de que a Comissão dos negócios políticos do Brasil fez esta miuda, e muito exacta resenha, e análise; conhece-se de tais documentos, sem poder admitir réplica, uma contravenção formal ao Governo estabelecido e jurado por todas as províncias que compõem o que chamamos Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves. É pois a questão, que procedimento devem ter as Cortes com os autores de semelhantes papeis: não pelos papeis, mas pelos factos que esses mesmos papeis denunciavam, pelos factos que se reduzem à dilaceração da Monarquia portuguesa, e à amotinação de províncias, contra o Governo, em que elas mesmas têm parte»⁹⁴.

Ferreira Borges não hesita em defender a formação de culpa aos membros da Junta de S. Paulo, ao bispo e aos quatro que assinaram o discurso de 26 de Janeiro.

Referindo-se a José Bonifácio de Andrada, tido como dos principais agitadores, dirigiu-lhe um violentíssimo ataque, fazendo a leitura de uma portaria em que se referiam actos seus, tidos por criminosos, quando aquele ex-lente da Universidade de Coimbra fora intendente de polícia da cidade do Porto, após a expulsão de Soult, em 1809. Daí não poder pedir outra coisa que uma rigorosa punição.

Restava o príncipe. Certamente que não poderia usar da mesma linguagem acidulada e da mesma espada justiceira. O príncipe, coitado, andaria mal aconselhado, pelo que seria melhor solicitar de seu Augusto Pai, não como monarca, mas como pai, o paternal conselho que o trouxesse à razão.

⁹³ *Diário das Cortes*, Tomo VI, pp. 465 ss.

⁹⁴ *Diário das Cortes*, Tomo VI, pp. 606 ss.

Ao deputado Ribeiro de Andrada, não lhe era difícil responder. Servindo-se de uma exposição que aquele havia feito em defesa do Congresso e das suas leis, faz, sem comentários, a leitura da referida exposição, ficando, por antítese, uma vez mais em causa a lisura do seu carácter.

55. Sucediam-se porém as cartas e as proclamações no outro lado do Atlântico. Uma carta de D. Pedro de 28 de Abril afirmava que o povo queria Cortes Gerais no Brasil.

Ferreira Borges é claro na rejeição de tal propósito:

«(...) Determina o artigo 27 das Bases que haja *umas só Cortes* e estas sejam reunidas na capital de Portugal. (...) Quando nós estamos fazendo a Constituição, devemos ter diante de nós necessariamente só os alicerces dessa mesma Constituição, e dos quais não podemos arredar-nos; por conseguinte fazer coisas que saem destes alicerces, é edificar um sentido contraditório. O ilustre Preopinante que ultimamente acabou de falar (referia-se a Arriaga), embicou nas palavras que neste relatório da Comissão = *unidade inteira* = e a falar verdade, *unidade partida* não sei o que quer dizer! Sancionada tal doutrina, viria o Congresso a sancionar a desunião do Reino Unido (Apoiado, Apoiado, Apoiado). E para isto me não dá poderes a minha procuração, nem a minha consciência o dita. Senhores, eu sou de voto que nem um rochedo das Berlengas se deve alienar. (...) Disse um ilustre Preopinante que queria que o Brasil fosse governado como as colónias inglesas. Eu, Senhores, em nome dos povos do Brasil, e de toda a parte do império Português, declaro que não quero que os povos sejam assim governados. Já alguns ilustres Preopinantes falaram de uma confederação. Ora se muitas confederações de província importa a desunião, não é evidente que a confederação de uma de duas, importará desunião? Importa certamente (Apoiado). Logo voto contra isto»⁹⁵.

Tinha sido aquilo a que hoje se chamaria de maratona parlamentar.

O esforço dos deputados de Lisboa fora um jogo de tudo ou nada. Ferreira Borges recusava a confederação para defender até aos limites os interesses de uma pátria que já não se poderia sobrepor a

⁹⁵ *Diário das Cortes*, Tomo VI, p. 682.

uma colónia de quem D. Pedro dizia ser um «Estado de 1.^a ordem», em confronto com Portugal, «Estado de 4.^a ordem e necessitado», pelo que devia ser este a unir-se ao Brasil, e não o contrário.

É razão por que, ainda que outra tivesse sido a evolução política portuguesa, nada teria obstado a que a independência do Brasil fosse um facto.

DA ORGANIZAÇÃO JUDICIAL À DEFESA DOS PRINCÍPIOS LIBERAIS

56. Organizar o Estado e fundamentar o poder político aparecem-nos como duas coordenadas fundamentais da acção parlamentar vintista, pois nela residia o núcleo de contestação do todo social que urgia transformar.

Nessa contestação e com tal fim encontraram os homens do vintismo uma razão permanente de luta pelo desenvolvimento do processo constituinte resultante da Revolução, enformada por uma tónica vincadamente política.

A regeneração surgia, assim, para a maioria dos parlamentares identificada com a edificação de um poder que devia ter os seus alicerces na vontade colectiva nacional.

Como explicar esta unanimidade de actuação, se conhecemos a diversidade de opções que tinham assento nas bancadas do parlamento?

A razão de fundo, que estava na própria extracção social, com uma elevada percentagem de homens com formação jurídica⁹⁶, por definição sensíveis à orgânica estadual e ao primado do político, e ainda na calamitosa atrofia da máquina administrativa e na incapacidade do governo, a que naturalmente não podiam ser indiferentes.

Em verdade o país vinha suportando desde longa data o peso negativo de governos que se revelavam incapazes de encontrar resposta para os problemas da coisa pública, situação agravada pela submissão aos interesses ingleses e pela esterilidade que resultava das próprias directrizes emanadas da Corte instalada no Rio de Janeiro.

⁹⁶ Se observarmos a extracção social das Constituintes, verificamos que dos cento e dez deputados, vinte eram professores universitários, vinte bacharéis, ligados às profissões liberais e ao funcionalismo graduado, quinze militares, quinze magistrados (alto funcionalismo), doze eclesiásticos, dois proprietários e um negociante.

É óbvio que seria no terreno jurídico que a referida contestação podia tomar corpo, pois a falência governativa identificava-se com a falência do regime.

Transformar o «status quo» era o denominador comum das aspirações da burguesia nacional (não obstante os diferentes interesses económicos e políticos) que tinha nos seus representantes parlamentares a imagem desses mesmos interesses. Homens que no parlamento, como vimos, tinham de confrontar-se por sua vez com representantes de instituições que eram o esteio do Antigo Regime — eclesiásticos, magistrados e professores universitários.

Uma sociedade em plena desagregação não se transformava só com a proclamação das liberdades e garantias e direitos individuais, com a declaração dos direitos e deveres do cidadão.

Era necessário conhecer as razões vitais do apoio à revolução, transformar de acordo com as aspirações das bases de apoio, e estas, como veremos, significavam diferentes intenções políticas em conformidade com as alas que se definiram no parlamento.

Ora essas bases distribuíam-se, para os elementos *gradualistas*, na média burguesia administrativa, média burguesia agrária e baixo clero; para os *moderados*, na baixa nobreza, burguesia industrial e sectores da baixa burguesia agrária; finalmente para os *radicais* em franjas da burguesia administrativa lisboeta e nos intelectuais⁹⁷.

Porém, todos ou quase todos eles, fossem gradualistas, moderados ou radicais, aparecem mais como arautos de doutrinas e experiências revolucionárias de importação que propriamente como portadores dos reais anseios dessas bases de apoio.

Aquelas alas, deram corpo a diversificados interesses e representaram diferentes modelos políticos: «o constitucionalismo inglês, preferido (sem excluir reajustamentos para mais liberal) pela ala moderada; o modelo francês da época da Convenção, preferido (também com reajustamentos para menos violência) pela ala radical, e o modelo espanhol de Cadiz, preferido (igualmente com reajustamentos) pela ala gradualista»⁹⁸.

⁹⁷ Cfr. SILVA DIAS, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, pp. 752 e sgs.

⁹⁸ *Idem*, pp. 729 e sgs.

57. Essas discrepâncias entre estes grupos podemos encontrá-las nas discussões parlamentares que abordámos em anteriores capítulos, nos diferentes alinhamentos dos parlamentares, face aos problemas em discussão.

Não poderíamos, num trabalho desta índole, abordar ainda que sumariamente a intervenção do nosso deputado em toda a vastíssima matéria que as Cortes chamaram à primeira linha das suas preocupações no período de 1820-1823. As categorias mentais subjacentes ao seu ideário reformador nem sempre nos aparecem como clarificadoras de um alinhamento ideológico preciso.

A Questão da Soberania Nacional

58. A constituição de um estado legal era para Ferreira Borges, como de resto para toda a geração vintista, o nó vital das transformações por que devia passar a transformação da sociedade.

A afirmação da soberania nacional era, em primeira instância, o princípio que abalava os fundamentos da ordem tradicional, na medida em que era o ponto de partida do deslocamento do eixo da ideia de poder e autoridade, novo sentido que se atribuía à unificação política da Nação como um todo.

Quando na sessão de 10 de Agosto de 1822 se discutia o artigo 26.º da Constituição, o deputado Macedo considera a expressão desse artigo quando diz a soberania da Nação não pode ser exercitada senão pelos seus Representantes legalmente eleitos, e leu alguns artigos da Constituição para provar que na sua redacção não se quis o Rei como representante da Nação, pedindo que se substituisse no artigo a palavra Representantes por delegados.

Anes de Carvalho intervém para afirmar não descobrir razões para não se chamar ao poder executivo Representantes da Nação. Para Moura o Rei era Representante da Nação tal como o Congresso, pois tratando-se do exercício dos poderes, e não dos poderes em si, competiria ao rei a expressão de Representante da Nação, enquanto considerado como exercendo o poder de executar as leis. Defendia que para preservar o facto de associações dos povos em país se arrogam a si a autoridade legislativa, era preciso ficar claro que o povo não pode exercer por si a soberania, que tem de ser delegada em alguém

que a exercite e é essa ideia que queria fosse inculcada aos povos por uma lei fundamental.

Para muitos parlamentares eleger é um acto de soberania. Ferreira Borges vem defender o princípio da real delegação de poderes através da eleição.

«Eu não posso convir com os ilustres Preopinantes que dizem que o Rei é representante da Nação. Para haver representantes é necessário que haja eleição; ele não foi eleito, o acaso o deu, portanto não é exacto chamar-lhe representante. Direi mais uma coisa, e é que em os governos constitucionais representativos, não sei que haja representação perpétua e hereditária, nem sei para que havemos de nomear uma sucessão? Portanto não posso admitir por coisa provada que o Rei seja representante da Nação, salvo sendo eleito. O Rei é o chefe do poder executivo; nisto é que devemos assentar»⁹⁹.

Fernandes Tomás intervém situando o problema na divisão dos poderes — Cortes, Rei, Juizes e autoridades — conforme as Bases da Constituição, pelo que não via que se não pudesse usar a mesma palavra para as quatro pessoas, defendendo que à palavra representantes se acrescentasse «legalmente eleitos».

Para Ferreira Borges a essência da questão residia no acto electivo, pelo que conveio: «Tratou-se de mostrar que o Rei era Representante da Nação; e conclui-se que era Representante, e que se declarasse aqui que havia uma eleição tácita: uma vez que venha a fazer-se esta declaração, estou muito satisfeito, e não me ofendo de ter sido impugnada a minha opinião de que ele não era Representante da Nação»¹⁰⁰.

A Nação adquiria implicitamente o valor de primeira categoria moral e política. A soberana vontade da Nação expressava-se na vontade colectiva, pelo que o principal atributo da sociedade residia na capacidade de legislar.

A lei, respeitando a cada um dos membros da comunidade, era o garante da liberdade individual, definindo-se na prática pela aceitação comum dos seus princípios num clima de estabilidade social.

A extensão dessa liberdade individual era corporizada nos limi-

⁹⁹ *Diário das Cortes*, Tomo III, p. 1319.

¹⁰⁰ *Id. ib.*, p. 1320.

tes da lei, uma vez que resultava não só da vontade como da liberdade dos mesmos indivíduos.

Tornar igual perante a lei era o nascimento de um homem novo, substituindo-se o privilégio do nascimento pelo da liberdade. Da acção de todos, livres e iguais, se edificava uma sociedade nova, confundindo o bem estar individual com o bem estar colectivo, a coberto dos desígnios de um só homem ou corporação.

Por isso o rei, outro membro da sociedade, usufruindo de iguais direitos e deveres comuns a qualquer cidadão face à lei, devia comungar dos sentimentos políticos saídos do aparelho legal proclamado pelos representantes da Nação: se obedecesse à lei encontraria a razão de ser obedecido, dignificando assim o carácter da própria realza.

Daí a insistência de Ferreira Borges no carácter electivo da representação, para que o rei efectivamente pudesse representar a Nação no exercício do poder legislativo.

59. Na Constituição se consagraria a liberdade política do povo, separando e organizando os poderes a quem competia a direcção dos negócios políticos.

A existência de uma câmara única era em si mesma um grande obstáculo aos interesses das classes dominantes tradicionais, que se distanciavam muito dos interesses do povo.

Ferreira Borges, não tomando parte activa na discussão, veio porém a votar pela câmara única.

Limitar o poder do rei era essencial para obstar às intervenções pessoais da alta nobreza e do alto clero, a que certamente podia ser sensível.

No artigo 70 dizia-se que «o rei não poderá impedir as eleições. Também não poderá impedir a reunião das Cortes, nem prorrogá-las, dissolvê-las, ou de qualquer modo protestar contra as suas decisões».

O principal problema da discussão centrou-se na aplicação de sanções em caso de infracção.

Ferreira Borges vai advogar a determinação de uma pena própria que abranja todos os casos daqueles que não observem a Constituição. Uma vez mais, coloca o rei no plano de todo o cidadão que ponha em causa a segurança do Estado:

«O artigo 70 que está em discussão acha-se abaixo da epígrafe que diz, *regalias relativas às Cortes*. Dão-se nesta parte as

regras relativas às Cortes e no artigo 70, diz-se o rei não tem direito a respeito das Cortes; observo pois um artigo que diz, que o rei não tem direito a impedir as eleições, que não tem direito a impedir a reunião das Cortes, nem prorrogá-las, nem dissolvê-las. É isto o mesmo que se acha escrito nas bases do artigo 27. Noto que nestas bases não acho a sanção por que se pugna, por isso se o defeito é não estar a sanção aqui, esse defeito já vem de não estar nas bases. Esta sanção, que se quer aqui para este lugar, tem duas partes, uma relativa ao Rei, outra relativa às pessoas que devem ajuda ao Rei. Pelo que respeita ao Rei parece-me que não tem aqui lugar a declarar aquela pena, porque é claro que o Rei não tem direito a fazer tais acções, uma vez que pela Constituição lhe é proibido; ou se isto é necessário, então para que será o juramento, que existe no artigo 108, onde se diz (leu). Se o Rei pois jura que há-de observar, e fazer observar a Constituição, e além está determinada uma coisa a que não tem direito, está claro que falta ao seu juramento: e por isso determine-se uma pena própria, que abranja todos os casos, e por isso poderá seguir-se, que nesses casos está incurso na pena geral em que incorre, não observando a Constituição. Portanto parece-me, que não tem lugar, na declaração do que tem direito a fazer, o pôr-se a pena. Pelo que respeita aos que devem ajudar, isto parece-me mais próprio do Código, no entanto argumenta-se que não temos Código; mas já temos a ordenação L.^o 5.^o quando diz as penas, que devem sofrer aqueles que dão ajuda contra a segurança do Estado»¹⁰¹.

O problema do veto

60. Outro modo de limitar o poder do rei relacionava-se com o veto, que sendo absoluto dava todo o peso à decisão real, porém sendo suspensivo conferia ao monarca a faculdade de suspender por um mês a aprovação da matéria legal emanada das Cortes, dando

¹⁰¹ *Diário das Cortes*, Tomo III, sessão de 28 de Setembro.

lugar a nova discussão parlamentar finda a qual se tomaria decisão definitiva¹⁰².

Ferreira Borges disse não ao veto absoluto, mas entre veto suspensivo ou nenhum optou pelo suspensivo, porque em sua opinião era a maneira de salvaguardar a isenção crítica do parlamento.

Como oportunamente referimos, em 1823 Borges reconhece no veto absoluto um dos caminhos de salvaguarda do sistema constitucional, e algum tempo depois, já emigrado, nas páginas de *O Correio Interceptado*, caracteriza esse veto como imanência da própria realeza. Porém mais tarde, na segunda emigração, ao analisar a Carta Constitucional na sua *Cartilha do Cidadão Constitucional*, ao considerar de novo o problema sustenta o entendimento de absoluto como só poder significar «absolutamente suspensivo».

Do Conselho de Estado

61. Limitada a competência do exercício do poder real, competia ainda criar um órgão consultivo que tivesse a confiança do parlamento e que pudesse aconselhar o rei num papel mediador no executivo, tendo como principal papel ser o privilegiado interlocutor do diálogo entre o ministério e o monarca, parcelizando os poderes de ambas as partes, como sustentava Ferreira de Moura¹⁰³.

A discussão tomou algum calor em torno do problema dos secretários de Estado deverem ou não assistir às sessões do Conselho de Estado e se teriam ou não voto nas matérias em discussão.

Quando na sessão de 6 de Setembro foi lido o preâmbulo do projecto de regimento dos Conselheiros de Estado, Rodrigues de Macedo começou por discordar que os Secretários de Estado assis-

¹⁰² «Julgada a matéria bastante discutida, propôs o Senhor Presidente as seguintes questões: 1.º Se o Poder legislativo devia residir em uma ou duas câmaras? Decidiu-se que em uma por 59 contra 26 votos. 2.º Se o Rei devia ter *veto* absoluto? Decidiu-se que não, por 78 contra 7 votos. 3.º Se o Rei devia ter *veto* suspensivo pelo modo como na Constituição se determinar, ou nenhum *veto*? Decidiu-se por 81 contra 4 votos que devia ter *veto* suspensivo, segundo pela Constituição fosse determinado». *Diário das Cortes*, Tomo I, p. 165.

¹⁰³ *Diário das Cortes*, Tomo IV, p. 3432.

tissem às sessões do Conselho de Estado e pudessem votar em matéria das suas respectivas repartições.

Nas Bases o Conselho de Estado era um corpo intermediário entre o poder legislativo e executivo, embora distinto. Ora sendo os Secretários de Estado agentes do poder executivo, não deviam fazer parte do Conselho de Estado para que este conselho não se confundisse com o poder executivo.

Hermano José Braamcamp deu a sua concordância às razões aduzidas por Macedo, Sarmento chegou mesmo a considerar o artigo inconstitucional.

Ferreira de Moura pensava que aqueles deputados fundamentaram a sua opinião num equívoco — o de confundirem o que é o voto destinado a uma decisão com o que é mera opinião individual. O rei era livre de actuar e os votos mais não eram que opiniões individuais, que o rei podia seguir ou não.

Ferreira Borges opina então sobre o problema, e uma vez mais o faz em termos de limitação da acção do monarca.

«Eu não sou do voto do Preopinante (Freire) em quanto a dizer, que os Secretários possam assistir ao Conselho; mas não sejam obrigados a assistir. Não me encarrego agora de falar das listas triplicadas para os empregos; nem se há-de ser uma das suas atribuições do Conselho de Estado. Restringir-me-ei a falar do Conselho, no que se chama consultivo; daquele Conselho a quem pode El-Rei consultar, entrando numa dúvida; falarei simplesmente do Conselho de Estado na parte em que constitui um corpo consultivo para o Rei, e a quem este pede a sua opinião. Diz-se que os Secretários não são obrigados a assistir, como é que há-de pedir-se o conselho aos Conselheiros? Por que é que se dá hipótese de que o Rei não há-de assistir. Ora não assistindo o Rei ao Conselho, nem sendo obrigado a assistir o Secretário em cuja repartição tem dúvida, não sei como há-de ouvir o Rei o Conselho: logo é necessário, que o Secretário da repartição em que há dúvida assista necessariamente. Se o Conselho há-de ser perguntado por alguém, não há dúvida que este alguém é o Rei, ou o ministro; porque o ministro é o órgão do Rei: logo não pode deixar de assistir o Secretário de Estado, já porque o Rei não assiste, já porque ele é órgão do Rei.

Agora diz-se que cada um dos Secretários poderá ter voto nas matérias da sua repartição. Nisto não posso convir, porque temos aqui consultado, e consultador. Consultado é o Conselho, consul-

tador é o Rei pelo órgão do seu ministro. Ora quando eu vou consultar um homem não é para dizer-lhe a minha opinião, senão para saber a sua: se o Rei consulta não é para que se oiça a sua opinião, porque esta ele sabe; o que quer ouvir é a opinião do Conselho. Por conseguinte não é preciso que seus Secretários, que são órgãos seus, tenham voto no Conselho. Além de que teríamos assim, como dizem alguns Preopinantes, que íamos fazer Conselheiros os Secretários de Estado, sem ser pelo modo sancionado nas bases. Portanto creio que *os Secretários devem necessariamente ir às sessões do Conselho; mas não devem ter voto nelas*»¹⁰⁴.

Decidiu-se que os Ministros de Estado não deviam assistir às sessões do Conselho de Estado. Podiam e deviam assistir, sendo chamados, porém sem ter voto.

62. Igualmente na discussão sobre o parágrafo 10 do regimento do Conselho de Estado, Ferreira Borges tem importante intervenção sobre os diversos objectos que o constituíam, designadamente no que respeitava à magistratura e aos bispados.

No que dizia respeito à magistratura, Ferreira Borges encontrava matéria contrária às Bases da Constituição, pois queriam alguns na magistratura se seguisse a ordem da antiguidade. O artigo 13.º das Bases dizia que «todos os cidadãos podem ser admitidos aos cargos públicos sem outra distinção que não seja a de seus talentos e virtudes».

Ora para o nosso deputado a palavra *todos* significava que não se admitiam excepções, pelo que afirmava não compreender por que se deviam exceptuar as relações.

Pelo que dizia respeito à nomeação dos bispos era de opinião que devia ser feita pelo Conselho de Estado.

Votou-se que os magistrados que tivessem de entrar primeiro na Relação, deviam ser propostos por listas triplicadas e igual decisão foi tomada em relação aos bispos.

Franzini interveio ainda para discordar da apresentação das listas triplas para a eleição dos bispos, o que levou Ferreira Borges a afirmar que «a questão ia já importando bastante, fazendo uma pequena diferença, mas que é muito essencial no seu resultado. Levava-se a questão para o caso de ou apresentar ao Rei por listas triplicadas para

¹⁰⁴ *Diário das Cortes*, Tomo III, p. 2184.

escolher dentre eles os Bispos, ou de apresentar ele ao Conselho de Estado quem já por ele tinha sido nomeado Bispo: misturaram-se outros incidentes, e enfim parecia que esta indicação, que um dos Preopinantes fez, vinha a importar o mesmo; mas essencialmente não é o mesmo; senão uma coisa entre si muito diversa, e que quanto a mim deve entender-se bem. Propor El-Rei, e não poder o Conselho de Estado destruir a sua proposta, é o mesmo que não propor. O Conselho pode dizer esse homem não parece bom; mas não está determinado que uma vez que o Conselho diga isto não leve El-Rei adiante sua intenção, e pelo contrário se o Conselho propõe três pessoas, uma das três forçosamente há-de ser eleita. Questionou-se se era anexa esta eleição à pessoa de El-Rei, demonstrou-se que não. Diz-se que este direito era direito de Magestade: justamente a este ponto quero ir. Quando El-Rei elege um Bispo, vindo a representar como tal na sociedade vem anexo à sua qualidade coisas que são próprias da Magestade. Os bispos têm justiças suas, podem mandar nelas, etc., isto não se pode negar. O direito de nomear justiças é acto da soberania; é um acto da Nação, dimana deste Congresso. Se pois para o estabelecimento de quaisquer outras justiças, se para a nomeação dos magistrados nós criámos um Conselho de Estado, porque não havemos de fazer que ele nomeie os Bispos, quando na proposição deles se envolve, não só um funcionário público; mas um funcionário que tem anexo a seu poder o de nomeação de justiças. Além disso, eu não conheço a razão da diferença, porque em quaisquer outros funcionários há-de parecer bom este direito da soberania transmitida aos Conselheiros, e nestes não (Apoiado, apoiado)»¹⁰⁵.

Procedeu-se a votação nominal, aprovando-se que a eleição dos bispos fosse proposta pelos Conselheiros de Estado por listas triplicadas conforme estava no artigo, por 68 votos contra 19. Ferreira Borges votou naturalmente pela afirmativa, e, com ele, entre muitos outros, Ferreira Moura, Alves do Rio, António Pereira Canavarro, Fernandes Tomás e Manuel de Vasconcellos.

O Processo dos Jurados

63. Numa sociedade de direito, a defesa das garantias individuais do cidadão reclamava uma ampla e independente organização

¹⁰⁵ *Diário das Cortes*, Tomo III, p. 2202.

judicial. Era preciso levar a justiça até aos lugares mais recônditos, criando-se uma distribuição territorial que se ajustasse ao que estava previsto no reordenamento administrativo provincial¹⁰⁶.

O corpo judiciário existente não oferecia condições tendo em atenção as funções que passaria a desempenhar, pelo que toda a reestruturação judicial começou por ser definida em termos de responsabilidade dos seus agentes.

O facto de se subtrair o poder judiciário ao poder executivo, não significava só por si que passaria a haver o exercício de uma magistratura isenta e imparcial.

Até então todo o processo de deposição dos réus e a inquirição de testemunhas processava-se à margem dos direitos do cidadão, em secretismo que levava a insondáveis arbitrariedades.

Era preciso, pois, criar meios que regulamentassem o exercício da magistratura.

Ao estabelecer as directrizes reguladoras da acção de juízes e dos tribunais e criando normas orientadoras da administração da justiça em geral, o parlamento procurava estruturar o Poder judicial tendo em vista que o juiz apenas dependesse das peças do processo e da lei no momento de proferir a sentença.

Daí o aparecimento do processo dos jurados para os casos de justiça criminal, consagrado no Artigo 171 do Projecto da Constituição: «Os processos criminais serão formados e julgados em conselho de *jurados* ou *juízes de feito*, que se criarão nos distritos que a lei designar. Estes juízes serão eleitos por cada dois anos à pluralidade de votos pelos eleitores das respectivas comarcas, depois da eleição dos deputados das Cortes. Os juízes de fora não terão nos ditos processos outra atribuição mais que a de presidir ao conselho, dirigir a inquirição das testemunhas, a qual se fará publicamente; e depois da decisão dos juízes de feito aplicar a lei ao delito. Esta instituição porém não terá lugar senão depois da reforma do Código Criminal»¹⁰⁷.

Ferreira Borges será um dos defensores do processo. Na sessão de 5 de Setembro de 1822, quando Borges Carneiro apresentou duas cartas, uma do governador das Armas e outra do Intendente Geral

¹⁰⁶ *Diário das Cortes*, Tomo VII, pp. 612 e 613.

¹⁰⁷ *Diário das Cortes*, Tomo V, p. 15.

da Polícia da cidade do Porto, em que se referiam os contínuos roubos e assassinios cometidos nas províncias, que os pasquins reaccionários aproveitavam para estampar nas suas páginas «Enquanto houver Constituição pode-se ser assassino e ladrão», Ferreira Borges apoia uma indicação de Margiochi, comentando: «É certo que por declarações vagas os magistrados têm perdido muito da sua autoridade, e talvez o meio de a estabelecer seja por meio dos jurados»¹⁰⁸.

Assim, em sua opinião, os jurados apareciam como o melhor meio do estabelecimento da autoridade judicial. As reservas que se punham se eles teriam jurisdição bastante para resolver casos como os apresentados, respondia: «neste caso o que pode fazer-se é, ou dar-lha, ou declarar-se que a têm»¹⁰⁹.

Sustentava deste modo o encontro com o sistema representativo de que era acérrimo defensor, como já verificámos em outras matérias.

Sendo o poder de julgar função de uma soberania que residia na Nação, competiria à sociedade civil escolher os juizes, a quem conferia directamente as prerrogativas judiciais. «E os juizes, devendo o seu cargo a uma eleição popular, tentariam cumprir o seu mandato de maneira a justificarem a confiança dos eleitores, administrando pronta e rectamente a justiça»¹¹⁰, o que já não acontecia com os juizes de primeira instância, inexperientes e sem o senso indispensável para a função, submetidos por isso às pressões do funcionalismo judicial¹¹¹.

Os jurados, eleitos directamente pelo povo, para o desempenho de uma magistratura que comportava apenas a matéria do delito, era uma nova figura a assumir a representação da Nação, pois continham em si a imagem da conexão entre o cidadão comum e a justiça do Estado Liberal, ao mesmo tempo que prefiguravam a liberdade civil.

¹⁰⁸ *Diário das Cortes*, Tomo III, p. 2163.

¹⁰⁹ *Id.*, *ib.*

¹¹⁰ Cfr. JAIME RAPOSO COSTA, *A Teoria da Liberdade, Período de 1820 a 1823, Universidade de Coimbra, I.H.T.I.*, 1976, p. 63.

¹¹¹ Cfr. FERREIRA BORGES, sessão de 2 de Janeiro de 1822, *Diário das Cortes*, Tomo IV, p. 3566.

Os Tribunais de Comércio

64. Os problemas da orgânica do poder judicial impunham a Ferreira Borges o permanente combate pela moralização e pela igualdade de todo o cidadão perante a lei.

Conhecedor profundo dos problemas dos comerciantes, não podia deixar de contemplar esses ramos de actividade.

Assim, na sessão de 20 de Março de 1822 ofereceu a seguinte Indicação: «Proponho, que na Constituição = título 5.º que trata do poder judicial, se introduza o seguinte:

Artigo... — Haverá tribunais de comércio nos portos de mar, com a jurisdição, alçada e organização que a lei designar.

Artigo... — Em Lisboa, além do tribunal ordinário haverá um supremo tribunal de comércio, que conhecerá por apelação das sentenças dos tribunais ordinários, e bem assim das sentenças proferidas por árbitros no caso que o compromisso dê lugar a recurso. As suas atribuições, e organização serão reguladas pela lei»¹¹².

Discutida na sessão de 12 de Abril, Borges Carneiro discorda que houvesse tribunais de comércio em todos os portos, mas que devia haver apenas onde conviesse.

Por sua vez Peixoto considerava aqueles tribunais como extemporâneos, pois nem sequer existia ainda Constituição.

Ferreira Borges contra-argumentou dizendo que a prática lhe tinha demonstrado, ao longo de 13 anos de actividade forense, as desgraças sofridas pelos comerciantes no julgar das suas causas por juizes sabedores do direito civil, porém desconhecedores das transacções mercantis. Referiu então uma pequena mas interessante obra escrita por Boucher — «Princípios de direito civil propriamente dito e direito comercial comparado» — que no fim de cada capítulo tem os corolários respectivos e encontrados: por exemplo — a comissão por direito civil é gratuita, por direito comercial é interessada, etc. O julgamento de causas comerciais em tribunais não comerciais causa demoras, injustiças e embargos ao comércio¹¹³.

Ferreira Borges, porém, não desarticulava estes tribunais do processo dos jurados. «Quando eu pretendo se estabeleça aqui um

¹¹² *Diário das Cortes*, Tomo V, p. 551.

¹¹³ *Id. Ib.*, p. 771.

tribunal de comércio certamente pretendo se estabeleça um tribunal de jurados comerciais. A minha intenção é esta: chamem tribunal ou consulados, ou o que quizerem. Em Espanha há esses juizes aos que chamam consulados, assim como entre nós já houve priores e cônsules. Eu trato pois nem me embaraço com que se lhes dê este ou aquele nome: haja-os, chamem-lhe o que quizerem¹¹⁴.

Viu-se ainda obrigado a explicar a razão da palavra «tribunais», «porque os há entre nós que *judgam*, se chamam *relações*», chamando a atenção para o facto de propor recurso (no artigo seguinte) para um tribunal das sentenças dos árbitros compromissionários. Não queria que houvesse tribunais no sentido estrito da palavra, mas insistia que devia aparecer na Constituição um juízo especial para as causas comerciais — tribunal de pessoas que entendam de comércio.

A despeito da luta e da argumentação apresentada, os artigos foram rejeitados.

As Relações Provinciais

65. O seu empenhamento em tudo o que respeitava à organização judicial adquiriu especial relevo ao discutir-se o problema das Relações Provinciais.

Preocupava-o desde o início a repartição das relações, o que instalou no Congresso um clima de defesa de interesses pessoais, de acordo com a província por que cada um havia sido eleito.

Ferreira Borges lamentava-se com a morosidade da discussão: «Sr. Presidente, pelo que vou vendo a divisão sobre a colocação das relações leva o mesmo tempo que leva a discussão dos pontos onde deveriam ser estabelecidas: Consequentemente perco a esperança de ver concluído nesta legislatura este projecto, e como já está determinado que haja aquelas cinco relações, e os pontos que se acham vencidos pelo Congresso, nada mais resta do que marcar a terra daquelles cinco distritos onde devam ser estabelecidas; porém cuidarmos nós deste objecto parece-me impossível, além do que vejo uns dos illustres Preopinantes com conhecimento da causa dizerem que assim é a comodidade dos povos, vejo outros que também com igual conhe-

¹¹⁴ *Id. Ib.*, p. 772.

cimento querem o contrário, e nada posso concluir deste negócio; é pois minha opinião que se autorize o governo para que se dirija aos corregedores das comarcas, para que ouvindo as comarcas digam a quem querem pertencer; porque assim faz-se à pluralidade de votos, e eu declaro que não tenho conhecimento bastante da causa para decidir o que sobre este objecto convém aos interesses»¹¹⁵.

A Dignificação do Funcionalismo

66. Aquela moralização passava pelas condições de vida oferecidas aos funcionários. Quando na sessão de 19 de Outubro se discutiu o problema das ajudas de custo para os desembargadores, sustentou ser preciso dar bons ordenados aos empregados públicos, pois «todas as vezes que se lhes não derem ordenados suficientes hão-de ser maus, e cada vez serão piores. Eu voto que se dê gratificação aos desembargadores de Lisboa 800\$ réis; aos do Porto 600\$ réis, e 400\$ aos das demais relações: arbitraria mais se não temesse causar estranheza porque eu desejo para os outros o mesmo que para mim desejaria»¹¹⁶, o que conseguiu ver aprovado.

O Patriarca e o Juramento das Bases

67. Em toda a discussão de natureza processual interveio revelando a sua abalizada formação jurídica, contribuindo de forma determinante para a aprovação da maior parte dos artigos¹¹⁷.

Esta sua preocupação legalista manifestou-se em incontáveis momentos, por vezes em assuntos de extrema delicadeza.

Para além de interesses que pudessem surgir a ofuscar a isenção dos parlamentares, a sua acção norteou-se sempre pela defesa intransigente do constitucionalismo, independentemente das pessoas e das suas posições. Com toda a clareza assumiu uma posição contundente quando o Patriarca se negou a jurar as Bases da Constituição.

¹¹⁵ *Diário das Cortes*, Tomo VII, p. 936.

¹¹⁶ *Id. Ib.*, p. 804.

¹¹⁷ Cfr. as sessões de 7, 10, 16, 19 e 30 de Outubro de 1822, *Diário das Cortes*, Tomo VII, pp. 705 a 936.

«A Constituição, define um grande Jurisconsulto, é a expressão da vontade geral. Se a pessoa de quem se trata não quer ser governada por esta Constituição, deve ir para fora. Enquanto o Decreto que se lembrou, não se lembrou para o copiarmos, lembrou-se por analogia, para adoptarmos se quisermos aquele meio, já que em Espanha o adoptaram sucedendo um caso igual: e eu acho também justo que se adopte uma medida já tomada por outra respeitável Assembleia, sem que por isto se deixe de chamar portuguesa. Pelo que pertence à consideração que se deve ter com a pessoa de quem se trata, eu acho que se não deve ter consideração alguma, porque quanto maior é, maior é o crime que ela comete. No derradeiro Concílio a que assistiu, D. Fr. Bartholomeu dos Mártires, diz que os Eminentíssimos Cardeais careciam de eminentíssima reforma. O mesmo digo eu, quanto mais elevada for a pessoa, tanto maior deve ser a reforma, se dela precisar»¹¹⁸.

Esta posição não deixou de grangear-lhe animosidade entre as hostes conservadoras, tanto mais que muito contribuiu para a formação de um Decreto em que se declarava que toda a autoridade ou indivíduo que se recusasse ao juramento das Bases da Constituição sem restrição alguma deixava de ser cidadão português, devendo sair do reino.

Os Desembolsos do Banco do Brasil

68. Igual veemência e combatividade revelou ainda a propósito do Decreto de 23 de Março de 1821 que declarava como dívidas nacionais os desembolsos do Banco do Brasil, requerendo que se lançasse na acta o seguinte Protesto:

«Acabando de chegar-me à mão o Decreto de 23 de Março deste ano, no qual El Rei declara como dívidas nacionais os desembolsos do Banco do Brasil, que se diz haver contribuído em diferentes épocas com extraordinários e avultados avançados para o Erário do Rio de Janeiro, o que El Rei chama Real e seu, para suprir às urgências do Estado, achando-se o mesmo Banco credor a diferentes Cofres Públicos, pelo desconto de Letras firmadas pelos seus Tesoureiros e

¹¹⁸ *Diário das Cortes*, Tomo I, p. 428.

pelo pagamento de despesas de obras que deviam ser feitas pelos referidos cofres, etc., e dizendo-se elas responsáveis todas as rendas Públicas do Reino do Brasil, e os rendimentos que têm entrada em diversos Cofres Públicos, que tem feito transacções com o Banco, ou a quem devam pertencer as despesas de Obras por ele feitas, mandando-se entrar no Cofre do Banco todos os brilhantes lapidados que se acham no Erário, praticando-se o mesmo com os diamantes para o futuro que se forem lapidando, a fim de que a Junta do Banco possa proceder à sua venda no Brasil, ou na Europa onde for mais conveniente, levando seu produto à conta do crédito da Real Fazenda:

Julgo de meu dever, como um dos Representantes da Nação protestar solenemente contra este Decreto, como repugnante ao art. 35 das Bases da Constituição: e requeiro que este Protesto seja inserto na Acta, e que a discussão a que ele dá lugar fique adiada, para ter cabimento realizada que seja a reunião dos Deputados do Brasil neste Augusto Congresso»¹¹⁹.

O artigo 35 das Bases dizia que «A Constituição reconhecerá a dívida pública, e as Cortes estabelecerão todos os meios adequados para o seu pagamento, ao passo que ela for liquidando».

O conselheiro João Rodrigues Pereira de Almeida trouxera do Brasil a incumbência de negociar um empréstimo de 6 milhões de cruzados a favor do Banco do Rio de Janeiro, na conformidade daquele Decreto de 23 de Março.

O protesto de Ferreira Borges foi decisivo, ao declará-lo contrário às Bases, pelo que o Congresso desaprovou por anti-constitucional o empréstimo de 6 milhões de cruzados.

69. Tentámos analisar, embora em linhas muito gerais, os principais aspectos da actuação parlamentar de Ferreira Borges. As matérias em que nos fixámos foram aquelas em que, em nossa opinião, de uma forma mais vincada exerceu a sua vigilância parlamentar e melhor contribuiu para as mudanças que anunciara nas proclamações que foram lidas na madrugada de 24 de Agosto.

Que a sua acção foi proeminente, não o duvidamos. E talvez que daquilo que pudemos registar se conclua de quão injustamente

¹¹⁹ *Diário das Cortes*, Tomo VI, p. 1209.

foi tratado mesmo por aqueles que, tanto tempo do mesmo lado da barricada, não quiseram ou não souberam compreender a natural transformação do seu ideário à medida que o próprio processo foi evoluindo a compasso com as transformações da política nacional.

CAPÍTULO III

JOSÉ FERREIRA BORGES — O JURISCONSULTO

1. Em Portugal, não se ignora, se quase até finais de oitocentos não existia uma verdadeira codificação das leis civis, menos seria de esperar que tal organização das regras e princípios jurídicos pudesse verificar-se para o âmbito restrito do foro comercial.

O facto, não obstante, não deixa de ser algo surpreendente, sobretudo se tomarmos em conta ter estado o nosso país, até finais da anterior centúria, voltado para a navegação e comércio das especiarias orientais.

Esta actividade e respectiva ausência de codificação foi salientado pelo jurista Cunha Gonçalves¹ que reconheceu estranhável que os antigos jurisconsultos não tivessem concebido o direito comercial como ramo de direito autónomo, «abrangendo um conjunto de actos jurídicos e de instituições com os seus caracteres específicos», explicando no facto a total ausência de doutrinas mercantis nas obras «dos nossos praxistas como Pegas, Lobão e outros, que se esforçaram, apenas, em comentar, longa e maçudamente, as ditas *Ordenações* do Reino», o que acrescia a total nulidade do ensino universitário em matéria comercial.

Nesse imenso deserto legislativo, como em tal vazio curricular, o aparecimento do Código Comercial Português, de José Ferreira Borges, representou «um marco miliário imperecível»², e como tal

¹ LUÍS DA CUNHA GONÇALVES, *Ferreira Borges e o seu Código*, Separata do Boletim da Academia das Ciências, Lisboa, 1934, p. 5.

Esta, como outras conferências dos Profs. BARBOSA DE MAGALHÃES e BENTO CARQUEJA, fizeram parte da sessão comemorativa do centenário do *Código Comercial*, levada a efeito pela Academia.

² *Idem*, p. 3.

se projectou a tais limites que o nosso jurisconsulto, por antonomásia, durante décadas aparece designado apenas «o autor do Código».

O DICIONÁRIO JURÍDICO-COMERCIAL

2. Partir do zero, desse imensurável espaço vazio de legislação, para a organização sistemática, a criação especificamente nossa e a compilação das leis, na opinião do nosso jurisconsulto, impunha uma outra tarefa, por certo de não menor monta: — a descodificação exhaustiva de todo um vasto repertório vocabular património específico das relações comerciais, a que, se importava consignar o significado, igualmente reclamava a exposição resumida da doutrina que a cada termo respeitava:

«Ao tomar a tarefa que empreendemos de compilar um Projecto de Código Comercial Português, que temos concluído, apesar de nos empregarmos há mais de trinta anos no estudo da Jurisprudência achamos, que mal levaríamos ao cabo tão arriscada e difícil empresa, se não fizéssemos de novo e metodicamente um estudo de direito em todas as suas partes, e não só do Direito Comercial como do Civil propriamente dito, porque mal poderíamos colocar excepção se não soubéssemos estabelecer a regra. O Dicionário que ora apresentamos é o resultado desse estudo. Já se vê pois que esta obra não será um completo Dicionário de Direito Comercial, porque este somente seria perfeito se cada qual de suas palavras fosse seguida dum Tratado, se isso nem cabe talvez na vida dum só homem, nem é obra que exista completa em língua alguma das que conhecemos»³.

Organização e Fontes

3. O Dicionário Jurídico-Comercial é composto de mais de mil e duzentas entradas, muitas delas desenvolvidas em várias páginas. Com uma organização que o aproxima das modernas enciclopédias, pela facilidade e eficácia da consulta como pelo alargamento

³ JOSÉ FERREIRA BORGES, *Dicionário Jurídico-Comercial*, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, 1839.

remissivo e pelas referências bibliográficas em cada verbo, ainda em nossos dias é indispensável consulta a quem queira compreender toda a problemática das relações comerciais, e isto não só no que respeita ao século passado e anteriores, como mesmo para a nossa época, não obstante as transformações do direito comercial nacional e internacional.

Se o Dicionário, em matéria específica, tem um primordial vínculo às obras homólogas dos italianos Azuni⁴ e Baldasseroni⁵, já nas matérias de puro direito civil, porque não havia expressa legislação portuguesa, segue as determinações do Código Civil de França, «a mais sábia e precisa colecção de direito civil que conhecemos e que podia ser com pouquíssimas excepções o Código geral das nações»⁶.

Possuidor de uma vasta e riquíssima biblioteca de assuntos jurídicos, Ferreira Borges regista muitos dos mais importantes comercialistas de que lançou mão ao preparar o seu Dicionário, de Gurgot, Merlin, Emerigon, Valin, Domat e Pothier, entre os franceses, a Holt, Bell, Chitty, Park, Abbot, Marshall, Millar e Molloy, entre os ingleses e escoceses, não deixando de citar os holandeses e alemães, estes «os pais da jurisprudência», como Frank, Phoonsen, Marquard, Heinneio, Binkershooek, Strik, Peckio, Vinnio, Mullev e Struvio, destacando de entre todos os citados Mc. Culloch, que havia publicado um dicionário que embora não fosse jurídico era «o mais perfeito que conhecemos no seu género e o primeiro que merece o nome de comercial, porque em nenhum as teorias comerciais estão melhormente desenvolvidas, e ajudadas da luz recente da primeira aliada do Comércio a Economia Política»⁷.

4. Em Ferreira Borges o jurisconsulto-comercialista e o economista enquanto tal são do ponto de vista da elaboração teórica espécie de manifestação heteronímica que emergem, ora um, ora outro, no seu discurso jurídico-económico, em cuja explanação verificamos coexistirem os epistemas de uma e outra daquelas disciplinas, numa relação interdisciplinar que nos parece já assumida convictamente.

⁴ *Dizionario universale e ragionato della giurisprudenza*, 4 vols.

⁵ *Dizionario ragionato di giurisprudenza marittima e di commercio*, 4 vols.

⁶ JOSÉ FERREIRA BORGES, *Dicionário*, p. V.

⁷ *Idem*, p. IV.

Barbosa de Magalhães⁸ põe a hipótese de Ferreira Borges apenas ter vislumbrado a relação entre direito comercial e economia; parece-nos, porém, ao avaliarmos o conjunto da sua obra, que exactamente foi essa relação que presidiu a toda a elaboração dos seus trabalhos em tais domínios.

Tem o Dicionário de Ferreira Borges uma importantíssima relação de fontes de direito comercial, criteriosamente citadas, embora se limite às que tem por mais significativas, pois, como afirma, «nós ocuparíamos demasiado espaço se quiséssemos aqui especificar todos os livros comerciais que possuímos e de que extraímos doutrinas e regras. A nossa colecção, não sendo perfeita [= completa], era talvez a melhor de Portugal⁹.

Ao tempo em que escrevia o Prefácio, datado de Londres, a 27 de Setembro de 1833¹⁰, não se exime Ferreira Borges a alertar o leitor para defeitos e inexactidões sempre possíveis em obras como a que levou a cabo, sobretudo porque escrita num exílio de nove anos com a breve interrupção de dezasseis meses, «cercado daquelas privações que são consequência duma emigração por perseguições políticas, qual temos sofrido, e havendo ao mesmo tempo publicado tantas outras obras, e tendo ainda a publicar, mas já completas outras... viemos connosco e fomos sempre O MESMO¹¹... nem arrefece em nós, apesar de agravos, o desejo de ser útil a nossos compatriotas»¹².

Com quanto magoado orgulho o nosso jurisconsulto, cercado de intrigas e atolado em insultos e malquerenças, fosse em insípidas burletas ou bafientos artiguinhos de jornal, acaba o Prefácio do seu Dicionário a reclamar como sentimento próprio palavras do Barão de Richerand (Prefácio de Nouveaux éléments de Physiologie):

⁸ BARBOSA DE MAGALHÃES, *José Ferreira Borges*, in «Jurisconsultos Portugueses do Século XIX», Vol. II, Edição do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, Lisboa, 1960, p. 270.

⁹ *Dicionário*, p. VI.

¹⁰ O *Dicionário*, editado em 1839, um ano após a morte de F. Borges, levou o editor a uma nota final em que esclarece: «Ele [Borges] principiou a citar os Artigos do Cod.[igo] Com.[ercial] nas primeiras palavras deste Dicionário, mas interrompendo-lhe a morte este trabalho, o Editor não supriu por lhe parecer desnecessário à vista do índice alfabético do mesmo Código», p. 516.

¹¹ Dizer-se o MESMO, com maiúsculas, confrontava-se com os que o apoiavam de CATAVENTO.

¹² *Dicionário*, p. VI.

«Dans ces momens trop courts... seul avec sa pensée, dans le silence de l'étude et dans la calme de la méditation, il contemple d'un oeil de pitié ceux qui traînent, au milieu des plus basses intrigues, une existence méprisée, et se console des tracasseries sans nombre que lui suscitent l'ignorance orgueilleuse et la jalouse médiocrité»¹³.

O PROJECTO DE CÓDIGO COMERCIAL

5. Consagrado à elaboração do seu projecto de Código Comercial de que fora encarregado pelas Constituintes de 1821 e subsequente aprovação governamental, Ferreira Borges viu-o aprovado por decreto de 18 de Setembro de 1833, sendo então nomeado Supremo Magistrado do Comércio e Juiz Presidente do Tribunal Comercial de 2.^a instância «sem prejuízo de qualquer reconhecimento e galardão que as Cortes vos hajam de decretar»¹⁴.

O facto de no articulado do Código se criar aquele lugar de Supremo Magistrado foi aproveitado uma vez mais pelos detractores, que viram naquele acto a intenção de o autor auferir os pingues ordenados respeitantes ao cargo.

«Parece-nos, diz Azevedo e Silva, sobre desnecessário, injusto atacar por semelhante forma a criação daquele cargo. Quando as

¹³ *Id. ib.*

¹⁴ «José Ferreira Borges, do Conselho de Sua Magestade, Amigo. — Eu, o Duque de Bragança, Regente em nome da Rainha, vos envio muito saudar.

Foi-me representado pelos Ministros e Secretários de Estado de todas as Repartições do Ministério o projecto do Código Comercial Português, feito e organizado por vós, e que há já mais tempo me haviéis oferecido. E conformando-me Eu com o voto e parecer dos mesmos Ministros sobre o mérito e importância de um trabalho em que tanto se manifesta o bom fruto e aproveitamento de vossos talentos e úteis estudos, bem como o zelo que vos anima pelas causas da pátria, Houve por bem aprovar o dito projecto de Código Comercial Português e ordenar por decreto da data desta Carta Régia que corresse e se observasse por lei nestes reinos e seus domínios. E querendo dar-vos um público testemunho do muito apreço em que tenho o relevante serviço que haveis feito à nação, na obra que felizmente ultimastes Houve outrossim por bem nomear-vos Supremo Magistrado de Comércio de segunda instância, sem prejuízo de qualquer reconhecimento e galardão que as Cortes vos hajam decretar. O que Me pareceu comunicar-vos para vossa satisfação. Escrita no Palácio da Ajuda em dezoito de Setembro de mil oitocentos e trinta e três. D. Pedro, Duque de Bragança = José da Silva Carvalho =, // in «Código Comercial», edição de 1851.

Cortes votaram prémios de 30 000 cruzados e de 16 contos para quem lhe apresentasse projectos de códigos, não era muito que, ao voltar do exílio, alquebrado pelo trabalho, pela idade e pelos desgostos, o autor do Código Comercial encontrasse os ministros liberais dispostos a recompensar os cansados anos de um trabalhador e de um sábio, que espontaneamente prestara ao país tão relevante serviço. Longe de ser um favor que lhe faziam, era uma dívida que lhe pagavam. Hoje os governos remuneram mais largamente imbecis que trabalham menos»¹⁵.

A ORGANIZAÇÃO DAS PRAÇAS COMERCIAIS

6. Investido naquelas importantíssimas funções, é de supor que Ferreira Borges aceitasse o cargo para melhor se dedicar ao seu exercício e levar a cabo uma parte importante do seu Código.

Assim, logo procurou pôr em prática as disposições do mesmo, pelo que se dedicou a organizar a Praça do Comércio de Lisboa e pouco depois a do Porto, cidade para onde seguiu em Julho de 1834.

Não obstante o pouco tempo que se demorou na sua cidade natal, como pode ler-se na biografia que lhe consagra Inocêncio Silva no *Arquivo Pitoresco*, grandes foram as honras que lhe dispensaram os seus conterrâneos:

«Os seus compatriotas portuenses lhe deram também por este tempo testemunhos relevantes de consideração e estima, conseguindo até que, em obséquio ao ilustre magistrado, se denominasse rua de Ferreira Borges a que se abriu de novo para desafrontar o edifício do convento incendiado de S. Francisco, onde foram estabelecidos o tribunal e praça do comércio e mais dependências anexas, facilitando a imediata comunicação com a cidade baixa»¹⁶.

Regressado a Lisboa a 19 de Março de 1835 apresentou um Relatório em que dá conta dos trabalhos que naquela cidade nortenha levava a cabo, o que lhe valeu não só uma portaria de louvor datada de 22 de Abril seguinte, mas também as honras de Conselheiro de Estado, por decreto de 7 de Julho de 1835¹⁷.

¹⁵ Apud BARBOSA DE MAGALHÃES, *ob. cit.*, p. 265.

¹⁶ INOCÊNCIO, *Arquivo Pitoresco*, Vol. II., p. 306.

¹⁷ A.N.T.T., *Mercês de D. Maria II*, Livro 4, fl. 103.

No referido documento, dirigido à Rainha, Ferreira Borges começa por historiar as suas diligências para instalação do Tribunal Comercial de 1.^a instância:

«Chamados os architectos da Câmara daquela cidade [= Porto] eles puseram defeitos a todos os edificios restantes [do horroso assédio das guerras civis] e só designaram como o mais adaptado o Hospício de Santo António de Vale da Piedade, à Cordoaria (...) Vossa Magestade houve por bem concedê-lo para esse fim e conceder-me igualmente 2 000\$ rs. para as obras, por esses mesmos architectos orçados sobre o plano ou risco do interno do edificio que daqui envie, tirado por um dos architectos das obras públicas sobre desenho meu e no mesmo sentido do que fiz construir nesta capital.

Chegado na companhia de Vossa Magestade Fidelíssima àquella cidade (...) foi feliz que eu chegasse ali tão cedo, porque vendo o disparate da edificação e para a qual (...) não chegaria o dobro da soma concedida, resolvi immediatamente parar a obra»¹⁸.

O TRIBUNAL COMERCIAL

7. Ferreira Borges, apesar das dificuldades que encontrou, resolveu de imediato instalar aquele Tribunal na sala das Sessões do Tribunal de 2.^a instância, propriedade particular de acanhadas dimensões, que veio a substituir pela sala da Assembleia do Teatro, o que lhe foi concedido gratuitamente pelos respectivos administradores, o que lhe possibilitou pôr a funcionar o Tribunal com geral regozijo do comércio e do povo da cidade.

Não deixou, no entanto, de procurar outros espaços, com vista à instalação definitiva:

«Visitando, entre outros, as ruínas do Convento de S. Francisco da Cidade — afirma no Relatório — que fora consumido por fogo até às abóbadas, eu pude divisar que desentulhado este edificio ele me ministraria ainda debaixo das abóbadas restantes um local pro-

¹⁸ JOSÉ FERREIRA BORGES, *Das Fontes, Especialidades e Excelência da Administração Comercial Segundo o Código Comercial Português*, Porto, 1835, Apêndice V, p. 100.

priíssimo para os estabelecimentos de uma Praça Comercial com todas as oficinas que lhe são próprias (...) numa palavra, quanto o uso das melhores Praças da Europa tem ensinado e reunido»¹⁹.

A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO

8. Concedido o edifício e realizadas as obras, no dia 1.º de Dezembro abria o local da Praça Comercial do Porto, o que anunciava com justificado júbilo e não menor orgulho de filho daquela laboriosa cidade nortenha, porque a cidade «sendo uma praça das de primeira ordem na categoria do mundo mercantil não tinha uma Bolsa ou local de reunião do Corpo Comercial. Era em meio de uma rua pública que os comerciantes se ajuntavam em céu aberto ou recolhidos aos portais», o que envergonhava os seus naturais quando algum estrangeiro perguntava pela Bolsa da cidade e era forçoso confessar que a não tinha.

Não limitou a sua acção à criação e instalação da Bolsa, mas ainda à fundação da Associação Comercial do Porto:

«Eu pude fazer com que o Juiz e Júri daquela Praça convidasse todos os que mereciam o nome de comerciantes dela. Eles se reuniram, nomearam entre si uma Comissão que se encarregasse de formar um Regimento que constituísse a organização de um corpo mercantil, centro de uma Assembleia Geral da qual saíssem as representações e informações de que carecessem ou solicitassem. Este corpo está formado, esta Associação está em trabalho, o respeitável Corpo do Comércio do Porto já não é um nome vazio. As empresas, os melhoramentos e o produto da força reunida para bem comum da sociedade devem esperar-se de uma Associação tão rica e tão ilustrada. Vossa Magestade terá ocasião de ver cedo estabelecida ali uma Imprensa Comercial de grande aparelho e uma Companhia de Seguros de um fundo superior ao de todas as Companhias de Lisboa reunidas, com o qual estabelecimento cessará na maior parte a emissão dos prémios

¹⁹ *Idem*, p. 101.

de seguro que com pura perda do Comércio Português paga anualmente, como em feudo, aos subscritores de Lloyds²⁰.

O Porto, esta cidade que não morre mais na História dos feitos heróicos do homem... vai sacudir as cinzas que cobriram as suas ruínas e ressurgir talvez mais magestosa de que em nenhuma época existiu.

Porque agora uma Associação rica e industriosa produzirá o que os capitais separados e dispersos nunca podem produzir. O Porto tem enfim uma Praça Comercial regularizada»²¹.

9. A Associação Comercial testemunhou o seu agradecimento através de algumas homenagens públicas, interpretando com elas o sentimento unânime dos negociantes portuenses.

Em 14 de Janeiro de 1835, Domingos de Almeida Ribeiro apresentava à Assembleia Geral uma proposta de agradecimento a Ferreira Borges «pelos assinalados serviços feitos à sua Terra Natal», e dois dias depois o corpo directivo recebia novas sugestões, distinguindo-se a de João dos Santos Silva Júnior que «além dos agradecimentos votados pela Assembleia Geral do Comércio... se lhe dê um testemunho autêntico, honorífico e brilhante, seja por uma Medalha, que se lhe ofereça, seja pelo Retrato ou Busto do Ilustre Jurisconsulto colocado nalgum lugar da Praça».

A Barnabé Mendes de Carvalho e Joaquim Augusto Kopke se ficou a dever a ideia de «a rua que se vai abrir para comunicação da Praça do Comércio e Alfândega seja intitulada Rua Ferreira Borges».

Todas estas decisões foram comunicadas a Ferreira Borges por ofício datado de 21 de Março²², ao qual, sensibilizado, aquele jurisconsulto respondeu em carta datada de 27 de Março seguinte:

«Illmos. Snrs.:

A carta de agradecimentos que V. Sas. acabão de dirigir-me em data de 21 do corrente, é o documento mais lisonjeiro aos

²⁰ Era a Companhia de Seguros «Segurança», cujos estatutos foram apresentados em 13 de Março de 1835; na mesma altura se publicaram os estatutos do Banco Comercial do Porto, 25 de Março.

Vide da *Fontes, Especialidades e Excelêncua da Administração Comercial*, Apêndice V, pp. 112 e ss. e 116 e ss.

²¹ *Idem*, Apêndice V, p. 103.

²² Cfr. CARLOS BASTOS, *Associação Comercial do Porto — Resumo Histórico da Sua Actividade desde a Fundação até ao Ano das Comemorações Centenárias 1834-1940*, Porto, 1942, pp. 53-64.

meus sentimentos que em minha vida publica tenho recebido, por que sei que o desinteresse, e a convicção pura de V. Sas. fazem a base dos sentimentos que envolvem as suas expressões.

Se não bastára em mim o simples amor da patria, que ferve em meu coração desde os primeiros anos, e que desde 1820 tenho patenteado da maneira que conhecem os meus concidadãos, o testemunho que acabo de receber fora sobejo para estimular em mim novos desejos de votar-me inteiramente ao bem e ao promovimento da prosperidade do meu Paiz natal.

O querer honrar-me com o meu retrato na sala da Direcção, e com o meu nome em a nova Rua, que sua Magestade Houve por bem mandar abrir, he uma gratificação da parte de V. Sas. superior mesmo ao meu amor proprio.

V. Sas. terão occasião de ver em meu Relatorio dirigido ao Governo de Sua Magestade, como eu me tenho antecipado na confissão do agazalho, respeito e consideração que mereci ao respeitavel Corpo do Commercio da Heroica Cidade do Porto, e assim não me terão por exagerado, repetindo nesta carta o reconhecimento para com V. Sas. da minha mais alta consideração.

Deus Guarde V. Sas. por muitos annos.

Lisboa em 27 de Março de 1835»²³.

O SETEMBRISMO E A RENÚNCIA AOS CARGOS

10. Como oportunamente referimos, com a Revolução de Setembro de 1836 e a obrigatoriedade de juramento da Constituição de 1822, Ferreira Borges resignou de todos os seus cargos públicos em Representação apresentada à Rainha e que transcrevemos na íntegra a fechar o primeiro capítulo do nosso trabalho.

Se o ilustre jurisconsulto, pela sua attitude, uma vez mais encontrou à sua volta a teia da insídiã, não deixou de contar com o apoio expresso da Associação Commercial do Porto, que em resposta ao offício que recebera do Supremo Magistrado do Comércio annunciando a renúncia, logo officiou manifestando-lhe «quanto lhe foi amarga a noticia que recebeu, por se ver privada do seu Chefe, do seu Mestre, do seu

²³ A.A.C.P., *Correspondência Recebida*, 1835-1840.

Guia, do seu Amigo e do seu Protector natural», afirmando-lhe ainda que «qualquer que seja a posição de V. Ex.^a foi o Autor do Código de Comércio e o fundador desta Associação para o venerar e respeitar como as suas virtudes merecem e asseveram a V. Ex.^a que destes sentimentos nenhuma mudança os fará mudar»²⁴, apoio no mero espaço pessoal, que não no político, pois que no mesmo ofício evocam os Estatutos para se subtraírem a um pedido de auxílio que remetia para a intervenção conspirativa.

Não foi atitude única a que tomou o ilustre jurisconsulto.

Homens como Alexandre Herculano, Mouzinho da Silveira, Fr. Francisco de S. Luis, Abreu e Lima e Carlos Morato Roma, como os marechais Saldanha e Terceira, se recusaram a jurar a reposta Constituição de 1822, e Silva Carvalho teve mesmo de emigrar.

Alguns deputados e pares do reino, entre os quais o Duque de Palmela, Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, o Duque da Terceira, o Barão de Rendufe, Simões Margiochi, Agostinho José Freire e Manuel Gonçalves de Miranda, dirigiram um vigoroso protesto à rainha, onde, a dado passo, se pode ler:

«Senhora: Pela Carta constitucional cabe aos pares do reino uma parte da representação nacional; cabe-lhe também velar na guarda da Constituição, e sem a aprovação da sua câmara não se pode alterar artigo algum constitucional. Grandes prerrogativas, por certo, e importantes deveres, que a sua honra, a santidade do juramento e longos sofrimentos, por ele experimentados, não lhe permitem desprezar. Nisto se fundam para respeitosamente levarem à presença de vossa Magestade, como chefe supremo da nação, este protesto contra o ilegal decreto referendado por um dos seus ministros, esperando que Vossa Magestade faça deste um tal uso que deixe conhecer à nação portuguesa e ainda às estrangeiras, que os pares do reino não promovem nem aprovam revoluções, e que não refutam homens vãos, nem a honra nem o juramento. Lisboa, 18 de Setembro de 1836»²⁵.

²⁴ A.A.C.P., *Livro do Copiador de Correspondência*, n.º 1, 1834-1837, pp. 244 a 246.

²⁵ Cfr. MARQUES GOMES, *Luctas Caseiras*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp. 222 e seg. e CARLOS BASTOS *ob. cit.*, pp. 64 e segs.

11. A atitude de Ferreira Borges tem sido alinhada com outras em que se põe em causa o seu carácter, pois seria de esperar que, à semelhança de muitos outros, se apegasse à nova ordem para benefício pessoal, acusação que, como já vimos, incontáveis vezes os seus adversários lhe dirigiram.

A propósito desta sua atitude Inocência, no Arquivo Pitoresco²⁶ afirma: «As suas ideias e doutrinas políticas haviam sido em parte transformadas com a experiência e valor dos anos, e eram então muito diversas das que sustentara noutro tempo. Já na carta 49.^a, das que formam a colecção intitulada *O Correio Interceptado*, datada do 1.^o de Junho de 1826, dera ele a conhecer o muito que o descontentavam certas disposições orgânicas da Constituição de 1822 e, assim, em vez de aplaudir e saudar a reaparição desse Código, cuja feitura lhe devera tão assinalado e grandioso contingente, considerou a nova adopção daquele facto como um sucesso funesto, marcado com o cunho da ilegalidade e digno de severa reprovação».

O ter-lhe sido aceite a resignação, foi rude golpe, pelo desprezo que representava em relação aos altos serviços que prestara, e por colocá-lo em delicada situação económica; porém, não menor terá sido ver por decreto derruir toda a sua obra de comercialista, sem uma prévia palavra de aviso.

Alquebrado embora, o seu génio combativo tornou-se especialmente cáustico e o ministro da justiça tornou-se o alvo privilegiado das suas invectivas, pessoais a espaços, mas sobretudo organizadas pela confrontação documental.

12. Em carta a D. Maria II Ferreira Borges relata, por vezes em tom pungente, as razões da sua atitude.

Tendo recebido a 12 e 16 de Setembro de 1836 duas Portarias em nome da rainha, assinadas por Manuel da Silva Passos e António Manuel Lopes Vieira de Castro, na qualidade de Ministros e Secretários de Estado, na qual se lhe ordenava que como magistrado e presidente do Tribunal Superior de Comércio jurasse e fizesse jurar todos os funcionários da administração comercial, a Constituição de 1822, com as alterações que as Cortes fizessem «sem se me dizer, sequer, nas mãos de quem eu deveria prestar o juramento, que ou

²⁶ *Arquivo Pitoresco*, Tomo 2.^o, p. 306.

devia ser nas Augustas Mãos de Vossa Magestade... ou nas mãos de um dos Ministros da Coroa».

A Ferreira Borges, começava por repugnar prestar o juramento junto de quem naquela época não fizera tal juramento, e, na qualidade de Conselheiro de Estado honorário, impunha-se-lhe esclarecer que D. Maria II «era Rainha pela Carta, mas que deixava de o ser pela Constituição de 22».

13. Referindo a Representação que enviara, justificativa da sua atitude e fundamentadora das suas condições de juramento «ratificar por nosso juramento de fieldade o preito que novamente se propunha remodelar-se», queixa-se amargamente do desprezo a que fora votado:

«Eu não tive até hoje resposta alguma à minha Representação, e só vi no Diário do Governo três dias depois, em 19 de Setembro, o meu nome entre muitos demitidos *por o pedirem*, mas nem se publicou nunca o meu Decreto, nem aqueles Ministros se dignaram ao menos por civilidade o comunicar-mo por cópia ou por simples participação. A situação política que eu ocupava, os serviços notórios que desde o dia 24 de Agosto de 1820 tenho sem tergiversar prestado à minha Pátria com tal desinteresse que não possuo nem uma fita [= comenda] nem a riqueza que possuía em 23 de Agosto de 1820, e que tenho em resultado de meus trabalhos pela Pátria o estado de quase cegueira, que equivale bem a meia morte ou à perda da melhor parte da existência, nada disto mereceu a mais leve atenção aos Ministros da Coroa e eu fui tratado como talvez o não tenha sido nenhum outro Empregado Público Português.

Basta dizer a Vossa Magestade que sendo o Autor do Código do Comércio, cujo prémio e galardão me foi destinado por três diversas leis, o Ministro da Justiça o retalhou e despedaçou sem nunca me consultar, não aprendendo sequer das últimas Cortes que, quando nelas se tratou de tocar no Código, elas me consultaram pela respeitável Comissão de Legislação, que me convidou a uma conferência e se contentou com o desenvolvimento e respostas que tive a honra de dar-lhe»²⁷.

²⁷ JOSÉ FERREIRA BORGES, *Exame Crítico do Valor Político das Expressões Soberania do Povo e Soberania das Cortes*, Lisboa, 1837, pp. 5 e 6.

14. Ferreira Borges não esconde a sua mágoa pela forma como o seu Código tão de pronto fora desarticulado, sobremaneira pelo alheamento a que o votaram. Se, manifestamente, em pequena conta tinha o Ministro da Justiça, como adiante veremos, embora o não confesse expressamente a atitude de Manuel Passos, com quem se irmanara na emigração na defesa dos interesses marinhos, quando da polémica com Silvestre Pinheiro, devia atingir o seu espírito tão abalado pela cegueira e sobretudo, ele que não podia deixar de considerar-se um herói do constitucionalismo, pelas invectivas de que era vítima e pela acerada rejeição nas listas das recentes eleições, «por uns com o pretexto de não ter querido jurar; por outros por motivo de estar cego, pretextos evidentemente falsos porque nenhuma lei me tira os meus direitos políticos»²⁸.

O Decreto de Reforma do Código

15. A 30 de Setembro de 1836 era publicado o seguinte decreto:

«Exigindo as circunstâncias actuais que nos diferentes ramos da Administração Comercial se façam as economias e reformas que forem compatíveis com o bom andamento do Serviço Público; e sendo de reconhecida inutilidade a existência da Suprema Magistratura do Comércio, a qual, além do Magistrado Supremo, que é ao mesmo tempo Presidente do Tribunal Comercial de segunda instância, consta de uma Secretaria separada da Secretaria do mesmo Tribunal (separação que não se compreendendo no Código do Comércio foi estabelecida por Decreto de dezassete de Março de mil oitocentos e trinta e quatro); e não convindo ao bem do Estado a acumulação de ordenados ou a conservação de empregos que, por evidentemente desnecessários, devem desde já abolir-se: Hei por bem Decretar provisoriamente o seguinte:

Artigo 1.º — A Suprema Magistratura do Comércio composto do Magistrado Supremo, de um Secretário, de um Oficial, de um Contínuo, servindo de Porteiro e Oficial de Registo e de um Correio — fica suprimida.

²⁸ *Idem*, p. 7.

Artigo 2.º — As atribuições que pelo Código do Comércio pertencem ao Magistrado Supremo serão exercidas pelo Juiz que presidir ao Tribunal Comercial de segunda instância, sem que por isso vença outro ordenado, além do que nesta qualidade lhe compete.

Artigo 3.º — As funções do Secretário da Suprema Magistratura serão exercidas pelo Secretário do Tribunal Comercial de Segunda Instância, sem aumento de ordenado.

Artigo 4.º — Ficam suprimidos os lugares de Guarda-Mor e Porteiro do Tribunal de segunda instância. O porteiro do de primeira instância, visto que os tribunais se acham no mesmo local, será o Porteiro de ambos.

Artigo 5.º — Para o serviço, tanto interno como externo do Tribunal ficam conservados os lugares que actualmente existem de Serventes e Officiais de diligências».

Artigo 6.º — Os Juizes e mais Empregados no Foro Comercial começarão a vencer, desde o primeiro de Outubro próximo, os ordenados constantes da tabela junta, assinada pelo Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça e que faz parte do presente Decreto. O referido Secretário de Estado o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio das Necessidades, em trinta de Setembro de mil oitocentos trinta e seis
= RAINHA = António Manuel Lopes Vieira de Castro²⁹.

16. Num período, como já afirmámos, em que se sentiria especialmente abalado, pelos eventos políticos e pela exoneração do seu lugar de Supremo Magistrado do Comércio, praticamente cego, ao ponto de lhe ter sido antes conferido o direito de apenas assinar Borges nos documentos oficiais, certamente exasperado com a situação económica em que se encontrava, o aparecimento de tal decreto era um golpe inesperado que muito concorreu para o desgaste da frágil saúde de Ferreira Borges.

Não obstante, lutador como sempre fora, e lutador obstinado, logo se empenha na defesa dos princípios que constituíam a essência da sua organização judicial no ramo especial do comércio, postos em causa pelo Decreto de Vieira de Castro, que em seis breves artigos

²⁹ Apud FERREIRA BORGES, *Memória em Refutação do Relatório e Decreto do Ministro das Justiças*, Lisboa, 1837, pp. 20-21.

fazia derruir o edifício que o nosso jurisconsulto tão devotadamente erguera, secundado por um coro de hossanas de todos os sectores comerciais.

Reunida uma vasta documentação, Ferreira Borges vem a editar um ano depois a «Memória em Refutação do Relatório e Decretos do Ministro das Justiças, o Rev.^o António Manuel Lopes Vieira de Castro, na Parte Relativa à Administração Comercial», com a qual, como o próprio título indica, procura desarticular o referido Relatório, onde, a par da referência ao Decreto de 30 de Setembro e suas determinações, o ministro considerava os benefícios da redução de cargos e ordenados, e referia, sem menosprezo da utilidade do Código, ser «necessário representar o Ministério Público nos Tribunais Comerciais de primeira e segunda instância (...) a entrar o foro especial do Comércio na regra geral do direito comum».

17. Aquele decreto saíra de um projecto apresentado na Câmara electiva em 8 de Fevereiro de 1836, assinado pelo deputado José Ferreira Pinto Basto, por António Bernardo da Costa Cabral e por um filho do primeiro, José Ferreira Pinto Júnior, documento que considerava ser «o Tribunal Superior de Comércio... mais um tribunal de luxo do que necessário ou útil ao mesmo tempo que a sua existência e organização trazia consigo gravíssimos embaraços à pronta administração da justiça como a experiência mostrava a cada passo».

Como justificação mais gravosa, attribuia-se-lhe o carácter dos juízos privativos abolidos pela Carta Constitucional, e o existirem duas instâncias em Lisboa e uma só no Porto, o que obrigava a dispendio nas apelações.

O articulado deste Projecto de Decreto e o do Decreto aprovado, não diferem substancialmente, mas um e outro colidiam frontalmente com o disposto nos Decretos de 18 de Setembro de 1833 e 17 de Março de 1834, o primeiro instituidor do Código Comercial e Tribunais de Comércio, o segundo regulamentador da organização destes tribunais. Ferreira Borges não se dispensou de os confrontar, sobremaneira com um outro decreto de 31 de Dezembro de 1836, que tomando em consideração o Relatório do Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Vieira de Castro, em dois artigos, decretava *primeiro*, que «o foro especial do comércio entra na regra do Direito comum destes Reinos e a todos os seus julgados e audiências assistirá um representante do Ministério Público», com quatro parágra-

fos de especificação, e, *segundo*, que ficavam revogadas todas as leis em contrário³⁰.

18. Com evidente mágoa, mas não menor truculência, na referida Memória, Ferreira Borges começa por afirmar quanto o surpreendia ver destruída a administração comercial e como não podia ficar calado:

«Eu vi destruir por diversos Decretos a unidade do Sistema Comercial Administrativo com inteiro sangue frio, porque sei ceder à força das circunstâncias e porque há dezasseis anos que, votado à Pátria, tenho nadado por cima dos mares procelosos que sobre ela se têm arremessado.

A miserável doença que padeço concorria ainda mais para fazer, como tenho jazido, num estado de inteira nulidade. Observei que tudo se arrasava e demolia a título ou a pretexto de segundar o movimento da Revolução [= Setembro de 1836] e que sobre este mesmo achaque a Administração Comercial, sem embargo de distinta e separada de todas as demais Administrações tinha, e era natural que tivesse com especialidade, um igual facto. Conservei-me em silêncio até que ouvi ler³¹ o Relatório do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, o Sr. António Manuel Lopes Vieira de Castro, datado de 24 de Fevereiro e só agora apresentado no Congresso. Ao ouvir a sua leitura, espantado das Doutrinas (...) que mostram um estado de ignorância absoluta do que é o Código do Comércio Português e das instituições que ele contém, eu não pude deixar de ditar estas poucas páginas para refutar e aniquilar todas as medidas legislativas da Ditadura deste Ministério relativas à Administração Comercial»³².

19. O inconformismo que atingiu Ferreira Borges leva-o a pedir a indulgência dos leitores para a aspereza de que vai usar, ao contrário do que sempre fizera em seus escritos, mas que cada um se colocasse no seu lugar, «que se observe espesinhado e menoscabado, numa obra de vigílias tantas que me trouxeram a perda da visão,

³⁰ Cfr. JOSÉ FERREIRA BORGES, *das Fontes, Especialidades e Excelências do Código Comercial*.

³¹ Por esta data era total a sua cegueira.

³² *Memória*, p. 1.

por um ministro totalmente ignorante dos objectos sobre que legislou e que destruiu, e que tenham bem em vista que todas as Instituições que nos legou o Herói imortal [= D. Pedro] que todos choram, a única mais regular, e que conseguiu rápidos efeitos na sua execução... e que influi na parte mais ponderosa da riqueza nacional, o Comércio... foi pelo Ministro da Justiça abolida «provisoriamente por ser reconhecida inutilidade»³³.

20. Antes de entrar na matéria, Ferreira Borges historia toda a sua acção no domínio comercial, dos textos à organização judicial, passando a referir a sua estranheza pela sua demissão, a 19 de Setembro de 36, e ainda a dos juizes José Bento Pereira e José Maria Xavier de Araújo, apesar de estes, ao contrário do que ele fizera, «não se haverem metido na questão dos juramentos da Constituição de 22 e sem haver atenção ao determinante do artigo 183 da Constituição de 1822 [então de novo a vigorar] que manda que sejam inamovíveis os Juizes, havendo Códigos e jurados».

Não colhera o nosso jurisconsulto até então os benefícios que lhe cabiam ao responder à encomenda de um Código pelas Constituintes de 1821³⁴.

O Decreto de 14 de Fevereiro de 1823 das Cortes Ordinárias ordenava que ao autor de um Código Comercial se desse 8 000\$000 réis e uma medalha e 4 000\$000 réis a cada um dos dois exemplares que se oferecessem e fossem aceites.

Com a emigração em Junho desse ano Ferreira Borges inicia a tarefa, imprimindo, como já vimos, as Instituições de Direito Cambial.

As Cortes de 1827 elevaram aquela soma (Decreto de 25 de Março) de 8 para 12 000\$000 réis, mas quando o decreto estava na Câmara dos Pares a usurpação anulou todos os projectos legais em curso. Publicou depois o Código e a despeito da Carta Régia de 18 de Setembro de 1833 lhe garantir os direitos, chegou à demissão de 1836, e três anos volvidos ainda não conhecia o decreto de demissão.

Em resposta a quantos o acusaram de criar o lugar de Supremo Magistrado do Comércio para beneficiar de seus rendimentos, Fer-

³³ *Idem*, p. 2.

³⁴ *Diário das Cortes*, Tomo II, Sessão de 6 de Julho de 1821, p. 1460.

reira Borges dá-nos conta do que auferia antes na sua condição de particular:

«Uma outra coisa é necessário que saiba o Ministro e todos os Portugueses que não são do Porto, a minha nobre Pátria, que até ao dia 23 de Agosto de 1820 eu fazia pela minha profissão de Advogado uma soma de honorários que excederia alguma coisa a cinco mil cruzados, e que era ao mesmo tempo Secretário da Companhia Geral da Agricultura dos vinhos do Douro, cujo ordenado era de outros cinco mil cruzados. Ora esta soma nunca podia igualar-me qualquer rédito de emprego público, porque nenhum chega a esta soma, salvo o ordenado dos Ministros de Estado de que faz parte o Ministro da Justiça. Parece portanto que eu não fiz nem segui as Revoluções para me enriquecer, antes pelo contrário perdi, e lancei-me nelas com conhecimento de causa, sabendo que nunca mais teria tal rédito»³⁵.

21. Justificadas, com abono na legislação e prática internacionais, todas as medidas que preconizara no seu Código, Ferreira Borges nega a qualquer ministro da Justiça, num Sistema Constitucional, o direito de fazer leis e revogar leis, acrescentando «que a revogação de leis sem específica menção da lei abrogada é de nenhum efeito jurídico, ainda que feita pelo legítimo legislador», para ir mais longe e declarar a nulidade do Decreto de 30 de Setembro.

Não queria ficar o nosso jurisconsulto pelas meras declarações formais, pelo que analisa em todo o articulado aquele decreto, confrontando-o com a legislação e prática e reafirmando a inutilidade de algumas medidas, para se ocupar depois dos vencimentos e precisar que a dignificação da justiça passa pela dignificação económica dos seus funcionários, terminando a sua refutação com estas veementes palavras:

«Tendo eu pois mostrado o que é a Administração Comercial segundo o Código e a Prática regular e efectiva do Código; tendo mostrado as malversações, a ignorância e os danos que trouxe consigo o Decreto de 30 de Setembro de 1836 e as miseráveis reformas com que em vão se pretende sustentar os erros e os absurdos desta

³⁵ *Idem*, pp. 3 e 4.

legislação, eu penso haver completamente refutado o Relatório do Ministro da Justiça na parte relativa à Administração Comercial. Se de pronto não se acautelam estes males, se se não termina a hibernação a que foi condenada esta Administração, sábia e útilima, manchada com a alcunha de *reconhecida inutilidade e destruída provisoriamente*, a ruína do Comércio é infalível.

Os que podem devem remediá-la. Serão execrados se o não fizerem, e eu farei, não por esquecer-me de uma Pátria a que dediquei meus dias e trabalhos, mas por lamentar-lhe e chorar seu fado»³⁶.

O Apoio das Associações Mercantins

22. Esta preocupação foi sentida pelas Associações Comerciais a tal ponto que na Câmara dos Deputados se acumularam representações de protesto e reclamando a conservação dos Tribunais de Comércio, como a que foi presente pela Associação Comercial de Lisboa na Sessão de Cortes de 11 de Março de 1836, a ainda mais veemente da sua congénere do Porto que não podia «tolerar que assim se aplique um machado de morte à árvore frondosa a cuja sombra tem o Comércio erguido a lânguida cabeça e cicatrizado a maior parte das feridas que ainda não há muito que gotejavam sangue», tolerando ainda menos sofrer em silêncio que se aniquilasse o que de melhor tinha o Código «sem que o seu ilustre e benemérito Autor seja pelo menos ouvido e admitido a defender o facto mais sublime de seu vastíssimo génio».

A estas duas representações, com curtos intervalos, juntaram-se a da Associação Mercantil da Praça da Figueira da Foz, da de Setúbal, Funchal e Ponta Delgada, unânimes em deplorar a doutrina do decreto e a louvar a acção de Ferreira Borges.

Como sabemos, não sobreviveu muito tempo o nosso jurisconsulto a estes acontecimentos, nem sequer para benefício da pensão que Passos Manuel, a 3 de Abril de 1837, propôs e foi aprovada em Cortes, o que, se honra o proponente que, aos dessídios políticos, sobre pôs a justiça da causa, não chegou para minorar o desespero que cobriu os derradeiros dias da existência de Ferreira Borges.

³⁶ *Memória*, pp. 17 e 18.

Se os políticos não hesitaram na senda legislativa que lhe minou o ânimo, já a classe mercantil não deixou de lhe testemunhar elogios e prestar homenagens, mesmo quando nada já poderia esperar da sua acção.

Se não é estranhável toda a movimentação da Associação nortenha, mobilizando a classe para um monumento condigno, a carta que a seguir transcrevemos, enviada à sua viúva, bem reflecte o apreço daqueles que dele se afastaram em momentos cruciais da sua vida pública, caso da Associação Mercantil de Lisboa, que ao contrário da sua homóloga do Porto, respondera lisongeada ao ofício do Secretário da Comissão de Comércio da Câmara dos Deputados, Joaquim Larcher, datado de 2 de Dezembro de 1834, em que se pedia pareceres sobre a legislação mercantil em vigor³⁷. Não obstante, apresentava-se então nas derradeiras homenagens.

É do seguinte teor a referida carta de 3 de Dezembro de 1830:

«Illm.^a e Ex.^a Snr.^a D. Bernarda Ferreira Borges

Por unanimidade de votos dos membros que compõem a Associação Mercantil Lisbonense, sou incumbido da honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a o vivo sentimento, que por este modo manifestam pela infausta notícia da lamentável perda do Illm.^o e Exm.^o Snr. José Ferreira Borges, nem menos podia caber em ânimos agradecidos à ilustre recordação de tão sábio jurisconsulto, a quem o Comércio Português é devedor de abalisados e profícuos trabalhos, a um varão tão exímio que foi e será um dos ornamentos de sua Pátria. Como órgão da mesma Associação, sou igualmente incumbido de ofertar a V. Ex.^a seu débil préstimo em penhor de sua gratidão e seu profundo respeito que dedicam a V. Ex.^a como digna consorte de quem sacrificou a própria vida em proveito de seus concidadãos.

Cumpre-me igualmente pedir a V. Ex.^a se digne relevar a viva emoção que por este modo vamos causar, mas seria retrair nossa íntima sensibilidade deixando de tributar a veneração da que estamos possuídos por tão saudosa como ilustre memória. Tenho a honra de ser de V. Ex.^a etc. Manuel Emídios da Silva — Presidente»³⁸.

³⁷ JOAQUIM ROQUE DA FONSECA, *Cem Anos em Defesa da Economia Nacional, 1834-1934. História da Associação Comercial de Lisboa*, Vol. I, pp. 50 e segs.

³⁸ *Idem.* pp. 379-80.

O Código Comercial e as Suas Repercussões

23. Na carta dirigida a D. Pedro IV, em 6 de Junho de 1833, com que abre as edições do seu Código, diz Ferreira Borges:

«Compilar e redigir um Código qualquer é, sem dúvida, a mais árdua tarefa do jurisconsulto, e só bem avaliada por quem ousar empreendê-la. A sua dificuldade cresce na razão do progresso da obra e, ao acabá-la, milhões de escrúpulos lhe desconcertam quanto a esperança lhe houver aformoseado.

Só uma íntima convicção de necessidade e utilidade da empresa pode apontá-lo para se arrojar por cima dum precipício, de que poucos, se alguns, têm escapado. Trata-se de legislar, isto é, trata-se de tocar nos interesses de todos; e é impossível agradar a todos. Se em abstracto é sempre possível o ser justo, há milhares de hipóteses em que essa realidade é difícil de alcançar.

Quantas leis foram por séculos avaliadas justas, que são hoje reputadas bárbaras? Os costumes fazem as leis, e, se eles mudam, as leis não podem permanecer imudáveis. Mas, a nenhuma sociedade é dado existir sem leis, ou com leis incertas prosperar. Logo, é de primeiro interesse duma sociedade qualquer ter um sistema de leis, a bondade desse sistema demonstrará a sua civilização e a sua prosperidade.

Entre as muitas necessidades que padece o nosso Portugal, não vai muito longe na lista a míngua dum sistema de legislação comercial. Fomos já os primeiros marinheiros da idade, somos ainda topograficamente marítimos, e com as nossas antigas instituições do Consulado perdeu-se a lei e o foro, e nessa perda triunfou a ignorância, a dessegurança e a incerteza, inimigos da prosperidade. Assim, não é necessário ir longe buscar a grande causa da nossa decadência, e hoje do nosso atraso».

24. Na elaboração do Código, Ferreira Borges teve a presença tutelar de quantos códigos comerciais até então se publicaram, o da Flandres, da Prússia, da França, o Projecto do Código de Itália, o da Espanha, bem como as leis comerciais da Inglaterra e o direito da Escócia, além de todas as colecções marítimas, «preciosos monumentos da antiguidade escapados à foice do tempo e golpes do despotismo».

Ferreira Borges tem no escrúpulo com que maneja as fontes uma das mais notáveis características da sua obra, atirando-a à confrontação com as espécies que lhe serviram de guia e possibilitando, assim, tipificar o material inovador:

«Eu, assim como os compiladores dos referidos códigos, copiei com religião muitas vezes as próprias palavras desses milagres da antiguidade [as colecções marítimas] que nenhum compilador, nenhum expositor, nenhum comentador, nenhum juiz, enfim, se atreveu a alterar ainda, apesar das muitas e repetidas revoluções sociais. Todos os modernos códigos se tocam quasi pela mesma frase na identidade de preceitos, não porque se copiem, senão porque todos derivam da mesma fonte e todos beberam nela com igual religião e escrúpulo, conservando as suas palavras sacramentais».

25. A fundamentação de tais proposições radica-as na base de equidade e justiça em que assentam muitas das leis comerciais, de todas as leis as mais antigas e mais universais, o que confere aos códigos um mesmo carácter universal:

«Os comerciantes formam uma nação composta de todas as nações; essa nação não poderia existir com leis que se encontrassem [= confrontassem, que fossem contrárias] e talvez a elas se deva a manutenção do tal qual equilíbrio que existe na generalidade das legislações civis de todo o mundo».

26. Num artigo inserto na «Revista das leis e ciências jurídicas dos países estrangeiros», publicado pela Universidade de Heidelberg em 1836, Silvestre Pinheiro Ferreira, que anos antes tanto ironizara da sabedoria jurídica de Ferreira Borges, escreveu a seguinte notícia que, vinda de quem vinha, pelo seu saber jurídico, se reveste de especial importância:

«O autor [do Código] é o Sr. José Ferreira Borges, Jurisconsulto Português, já avantajadamente conhecido por diversas obras, principalmente as relativas a Direito mercantil e derradeiramente por uma obra sobre Medicina Forense geralmente estimada. O sábio autor colheu proveitosamente, não só das melhores colecções legislativas sobre comércio mas aproveitou as observações que se acham espalhadas por todos os Escretores deste Direito sobre os erros e omissões que se encontram nos diversos Códigos Comerciais principalmente no Francês. Eis aqui a razão por que nenhum outro Código

existente pode ser equiparado ao novo Código Português, não só quanto ao número e à importância das determinações legislativas, como à escolha dos argumentos que lhe servem de fundamento.

(...) Mas por desejarmos outro método na ordem das matérias, daí não se segue que não devamos sustentar que neste Código se acha ampla provisão para todas as necessidades do Comércio.

(...) Seria bem a desejar que esta importante obra fosse em outros idiomas traduzida, porque o mundo sábio receberia por certo com a maior satisfação esta colecção na qual se acha a resposta prática das mais dificultosas questões do Direito mercantil com especialidade acerca de Sociedades, seguros e quebras»³⁹.

27. O Código em tais termos celebrado conta-se entre os primeiros que no mundo se publicaram, vindo a servir de modelo ou fonte primacial do Código Comercial do Brasil.

O que o distingue de quantos o antecederam é o facto de nenhum outro regular tão minuciosamente as matérias das letras de câmbio da compra e venda mercantil, do direito marítimo e das falências. Em nenhum outro, como refere Cunha Gonçalves⁴⁰, aparecem regras acerca do *cheque* que naquela época só era usado na Inglaterra «e bem assim a respeito das *cartas de crédito*, que são um dos melhores instrumentos da expansão do turismo internacional; e quanto ao direito marítimo, foi o nosso Código o primeiro que regulou as arribadas forçadas, a abalroação e a salvação e assistência».

28. O Código Comercial de 1833 não podia estar isento de defeitos, e os maiores seriam, como lhe apontam alguns eminentes juristas, um acervo excessivo de definições e de princípios gerais, que num Código se tornam excrescentes, o que de resto não escapou à observação do próprio autor que se «justificava» com a falta de um Código Civil e com o estado de enorme atraso do ensino das ciências jurídicas.

A consciência desses defeitos, que não do receio de erros, porque «neste projecto não há proposição ou tese que não seja apoiada ou em lei, ou em jurisprudência dos mais abalizados jurisconsultos»,

³⁹ Apud JOSÉ FERREIRA BORGES, *Memória*, pp. VII e VIII.

⁴⁰ CUNHA GONÇALVES, *ob. cit.*, p. 10.

as imperfeições, como dizia, tinham remédio nele mesmo «e o tempo, que tudo emenda e rectifica, completará a sua correcção».

29. Quando em 1867 foi promulgado o Código Civil que vigorou quase até ao presente, também se reconheceu como indispensável actualizar ou mesmo substituir o Código Comercial de Ferreira Borges, já revogado em muitas das suas disposições, a partir do Setembrismo, e naturalmente em tantas matérias que os novos tipos de relações comerciais envelheceram.

Porém, quando em 1887, a partir do Projecto de Veiga Beirão, se substituiu pelo novo Código⁴¹ aprovado por Carta de Lei de 28 de Junho de 1888, cometeu-se o exagero senão o grave dislate de se tomar por quase exclusivo modelo o Código Comercial Italiano, «pondo-se de parte muitas disposições úteis, e ainda hoje necessárias, que no Código de Ferreira Borges se encontravam, concernentes às sociedades, ao mandato mercantil, à compra e venda, às cartas de crédito, etc.»⁴².

Durante mais de cinquenta anos os comerciantes, e os homens do foro serviram-se da obra de Borges. Grande foi o serviço que com ela prestou ao país, pelo que, mesmo na maré alta da adversidade política, como prémio ou pacificação de consciências, se lhe atribuiu uma pensão de que pouco tempo pôde usufruir:

«Dona Maria por Graça de Deus e pela Constituição da Monarquia Rainha de Portugal e dos Algarves etc. Faço saber aos que esta minha Carta virem que tendo Eu sancionado e mandado cumprir o Decreto das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa em virtude do qual se passou a Carta de lei de nove (fl. 30 v.º) d'Abril deste anno do teor seguinte: Dona Maria por Graça de Deus e pela Constituição da Monarquia, Rainha de Portugal e dos Algarves. Fazemos saber a todos os nossos súbditos que as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes decretaram e nós sancionamos a lei seguinte = Ar-

⁴¹ Começou a vigorar em 1 de Janeiro de 1889.

⁴² CUNHA GONÇALVES, *ob. cit.*, p. 11.

Cfr. *Relatório* de Francisco António da Veiga Beirão, de 17 de Maio de 1887 e Parecer da Comissão da Câmara dos Snrs. Deputados, in «Código Comercial» aprovado por carta de Lei de 28 de Junho de 1888, Porto, Lello & Irmão, 1892.

tigo único: É concedido ao Autor do Código Comercial Português, *José Ferreira Borges*, a *Pensão annual de oito centos mil reis* = mandamos por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e guardem, o façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do reino a faça imprimir e publicar e correr. Dada no Paço das Necessidades em nove de Abril de mil oito centos trinta e oito = A Rainha com rubrica, e guarda = António Fernandes Coelho = Hei por bem e Mando que o sobredito José Ferreira Borges goze da pensão anual de oito centos mil réis que lhe foi conferida pela mesma carta de lei, em conformidade dela, e sem minguento ou dúvida alguma. E por firmeza do que dito é lhe mandei dar esta Carta por mim assinada e selada com o selo pendente das Armas Reaes. Foi admitido pela Portaria do Ministério da Fazenda de quatro de Setembro cor (fl. 31) rente a satisfazer a quantia de seis centos mil reis de Direitos pelo desconto de quarta parte da mesma Pensão. Dada no Paço das Necessidades em cinco de Setembro de mil oito centos trinta e oito. A Rainha com guarda = António Fernandes Coelho = Carta pela qual Vossa Magestade há por bem ordenar que José Ferreira Borges goze da Pensão annual de oito centos mil reis que lhe foi conferida pela carta de lei de nove d Abril de mil oito centos trinta e oito, pela forma acima declarada. Para Vossa Magestade ver por Carta de Lei de nove de Abril de mil oito centos trinta e oito = António Máximo Cobeiro d Azevedo Gentil a fez = lugar do sello pendente = Registado a folhas dezasseis do livro quinze de Cartas, Alvarás e Patentes. Secretaria dos Negócios do Reino em treze de Setembro de mil oito centos e trinta e oito = Augusto do Valle — conferida em 14 de Setembro de 1838⁴³.

⁴³ A.N.T.T., *Livro 10.º das Mercês de D. Maria II*, fl. 30.

CAPÍTULO IV

A CARTA CONSTITUCIONAL PROMETIDA

1. Parece-nos estar demonstrado pelo Prof. Silva Dias que uma parte significativa das hostes moderadas, no período de 1820 a 1823, não se opunha frontalmente à opção constitucionalista¹.

Com efeito, mesmo as proclamações da vilafrancada, seja a de D. Miguel (27 de Maio de 1823), seja de forma ainda mais evidente a de D. João VI (30 de Maio seguinte), reflectem a sensibilidade constitucional de vastos sectores da população, que o tacto político impunha não ignorar.

Sectores moderados desmultiplicaram-se em acções que visavam a conciliação possível das correntes em presença quando o sistema tendia a esgotar-se e deslizava em marcha acelerada para o colapso, movimentando-se como fiel da balança do apetecido equilíbrio entre os extremos.

Esse esforço conciliador, do ponto de vista doutrinal, na opinião de Silva Dias «assentava em dois grandes pilares: um, de carácter teórico — a possibilidade de mudanças estruturais quantitativa e qualitativamente significativas, por tão vasto consenso; outro, de carácter pragmático — que uma constituição, emanada das cortes ou emanada do rei, representava um esquema duradouro de governo e uma referência operacional da dinâmica política e das relações interpartidárias»².

Tal propósito não era, porém, novo. Conseguir por consenso mudanças estruturais significativas e ainda estabilidade governativa a

¹ Cfr. GRAÇA e J. S. SILVA DIAS, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Vol. I, T. II, pp. 873 e ss.

² *Idem*, p. 875.

partir de um texto constitucional andara no espírito de muitos dos homens que ocuparam as cadeiras do parlamento vintista e, como já vimos, em tal acção teve papel de relevo Ferreira Borges por alturas de Maio de 1823, o que lhe valeu então franca animosidade das esferas radicais.

Um ano bastou para tornar evidente a impossibilidade de conciliar os interesses dos dois extremos do espectro político, que disputavam o controlo da situação, a que se somava as pressões da Espanha, da Rússia e da Áustria, que por via diplomática faziam sentir o seu repúdio pela outorga de qualquer carta constitucional.

Pese embora a dinâmica dessas pressões exteriores e das clivagens domésticas, é irrecusável que a outorga de uma carta esteve nos horizontes de muitos dos que correram a Vila Franca e de quanto sucedeu é inequívoco que o próprio D. João VI, de motu próprio e/ou por conselho dos que o rodearam (e a representação de Borges de 17 de Abril como a carta de 1 de Junho de 1823 inserem-se no problema)³, estaria empenhado num apaziguamento pela via de um texto constitucional, como decorre das proclamações régias de 31 de Maio e de 3 de Junho.

Na primeira, redigida pelo liberal Rodrigo Pinto Pizarro, ao tempo que se afirma serem as instituições em vigor «incompatíveis com a vontade, usos e persuasões da maior parte da monarquia» e se declara cumprir ao rei salvar o país «da anarquia e da invasão conciliando os partidos que os tornam inimigos [aos súbditos]», aponta-se como salvatério a *modificação* da constituição em nome da vontade da maioria de um povo que «tão aberta e hostilmente se declarava contra as suas [do vintismo] instituições», o que, em síntese, se pode conferir com «as causas de muito espécie que tornaram odioso o sistema», no dizer de Borges, na referida carta a D. João VI.

E se o rei proclamava não desejar nem nunca haver desejado o poder absoluto (que expressamente rejeita), ao tempo que exorta ao apaziguamento e à obediência *promete a breve trecho as bases de um novo código* que «abonando a segurança pessoal, a propriedade e empregos devidamente adquiridos em qualquer época do actual

³ Vide *supra* pp. 52-53 e 55-56.

governo, dê todas as garantias que a sociedade exige, una todas as vontades e faça a prosperidade da nação inteira»⁴.

Na proclamação de 3 de Junho, com uma linguagem a que não é alheio o dedo do realista moderado que a subscreve (Joaquim Gomes de Oliveira) e as crescentes pressões dos sectores legalistas, condena-se com veemência o texto constitucional de 22 e os seus autores, a quem se inculca, à revelia da representação nacional, propósitos «de sepultar, com a dinastia reinante, a monarquia portuguesa», quando elaboraram, «debaixo daquele título sagrado» [Constituição], um tecido de máximas promulgadas com o fim de encobrir princípios subversivos e insubsistentes»⁵ com aquele funesto e oculto fim.

Os constituintes mais que representantes da vontade popular, são «quase todos» dados como «*eleitos pelas próprias maquinações e subornos*».

Porém, proclamava-se que o rei «*colocado em liberdade no trono dos seus predecessores*» iria dar aos amantes e amados súbditos «*uma constituição, em que se prescreverão princípios que a experiência tem mostrado incompatíveis com a duração pacífica do estado*».

2. Não foi longe essa manifestação de vontade real, como sabemos, o que não significa que recusemos a sua sinceridade. Encontramo-la uma vez mais na circular que o ministro dos Negócios Estrangeiros (Palmela), com propósitos de tomar o pulso das cortes europeias, expediu ao corpo diplomático português, texto onde se declara estar D. João VI na disposição de dar «*uma carta de lei fundamental, que concilie no mais alto grau o império da lei e a felicidade dos povos com a dignidade e a firmeza do trono e que afiance os direitos do cidadão, afastando-se prudentemente dos dois extremos, o poder absoluto e a monarquia revolucionária*»⁶.

Seria um projecto a outorgar com toda a brevidade e quanto possível fundado sobre as antigas leis do reino, retocada de indispensáveis aperfeiçoamentos que a época reclamava, não perdendo de vista as instituições das restantes monarquias europeias, o mesmo é dizer, deveria a carta constitucional afastar-se, por um lado, dos

⁴ Apud LUZ SORIANO, *História da Guerra Civil*, época 3.ª, T. 6.º, pp. 472-73.

⁵ *Idem*, p. 474.

⁶ DUQUE DE PALMELA, *Despachos e Correspondência*, Vol. 1.º, p. 229.

princípios da soberania popular e, por outro, compaginar os interesses das várias classes, princípios que encontramos ainda consignados no relatório do decreto de 18 de Junho de 1823⁷, que institui a comissão incumbida da elaboração daquele projecto constitucional.

Esse relatório, como sustenta Silva Dias, não procurava a reconversão constitucional do antigo regime «à escala das estruturas ideológicas, sociopolíticas ou sócio-económicas», e estava longe da via preconizada por parte dos gradualistas e parte dos moderados na fase agónica do vintismo.

Em sua opinião, com linguagem de conveniência, apenas se propunha «uma certa modernização e uma certa liberalização dos pensamentos, das relações sociais, das garantias individuais e da coexistência política, na medida em que não paralisassem ou desarticulassem na essencialidade sistemática e nas dominâncias de classe e de mentalidade, as estruturas tradicionais da sociedade e do estado. A linha entra, pois, no âmbito do realismo moderado, mas está longe do que na época se entendia por liberalismo moderado. A sua filosofia é a da acalmação, com a adjacência de uma política sem proposta, mesmo só reformista ou mesmo até só conjuntural, fora do plano da concorrência partidária e da sensibilidade aos estilos políticos»⁸.

3. Esta ideia de um texto constitucional emanado do rei não foi uma emergência ou imperativo do contexto em que nos vimos situando.

Estivera já, como é sabido, nos espíritos e na acção de alguns dos conselheiros de D. João VI, ainda antes do seu desembarque em Lisboa, em Julho de 1821.

Os homens que rodeavam o rei, embora com pontuais diferenças, se por um lado reconheciam a constituição gaditana de 1812, inspiradora do código em efervescente elaboração no congresso vintista, como democrática e uma ameaça à monarquia, não se furtavam igualmente a reconhecer como imperativa uma certa modernização da forma de estado que viesse ao encontro das aspirações da grei.

⁷ Cfr. CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *Documentos para a História das Cortes Gerais*, T. 1.º, pp. 779-80.

⁸ SILVA DIAS, *ob.*, vol. e tom. cit., pp. 878-79.

Sem uma visão clara do que se passava em Lisboa, acreditavam então que se poderia inverter a situação logo que o rei manifestasse a sua vontade ou o príncipe herdeiro em seu nome desembarcasse em Lisboa. Não obstante não deixaram de produzir textos orientadores do que deveria ser aquela «modernização», sendo quicá os mais significativos os subscritos por Palmela e Silvestre Pinheiro Ferreira, que a par de algumas diferenças de focalização do problema nacional não deixavam de convergir no essencial, designadamente o regime (monarquia mista ou moderada), o poder legislativo (confinado ao congresso e ao rei na pessoa do último residindo exclusivamente o executivo), e o poder judicial independente.

Convergiam ainda no sistema bicameral, na liberdade de Imprensa, embora moderada, nas garantias individuais e na igualdade do cidadão perante a lei.

OS TRABALHOS DA JUNTA ENCARREGADA DO PROJECTO DA CARTA DE LEI

4. É conhecida uma vasta documentação e sobre ela existem estudos que não deixam margem a reconhecer-se que as promessas das proclamações da vilafrancada, mais que pontual enunciado demagógico, correspondiam efectivamente a um projecto político, abrindo portas à publicação de um texto constitucional outro, a despeito das pressões em contrário, do interior do reino ou das cortes europeias.

Igualmente se conhece a composição da junta para tal fim nomeada por decreto de 18 de Junho de 1823 como se podem seguir alguns passos do seu funcionamento e vicissitudes através das *Memórias* de Trigoso de Aragão Morato.

Se nos detivermos na composição dessa Junta⁹, conhecidos perfis

⁹ A junta era composta pelo desembargador António José Guião, o arcebispo de Évora D. Fr. Patrício da Silva, o tenente general Francisco de Borja Garção Stockler, os deputados constituintes Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, João de Sousa Pinto de Magalhães, José António Faria de Carvalho e José Joaquim Rodrigues de Bastos; os desembargadores José António de Oliveira Leite de Barros e Manuel Vicente Teixeira de Carvalho; José Maria Dantas e D. Manuel de Portugal; o marquês de Olhão, monsenhor José Ferreira Gordo, Ricardo Raimundo Nogueira e como secretário José Basílio Rademaker. Cfr. CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *Documentos para a História das Cortes Gerais*, t. 1.º, p. 780.

e percursos políticos, logo nos damos conta que na mesma tinham assento coriféus do «vade retro» em relação à Constituição de 1822, mesmo se temperada com o direito de veto e as duas câmaras, como se pretendeu nos últimos meses de funcionamento das cortes ordinárias e que Ferreira Borges, como dissemos, de fora do congresso, de certa forma liderou, pelo que nos horizontes desses membros da Junta parece que não cabia um texto constitucional similar do que veio a ser outorgado por D. Pedro em 1826.

Se de Pinto de Magalhães e Faria de Carvalho seria de esperar um esforço tendente a não deixar esboroar por completo o edifício constitucional, no outro prato da balança pesava o extremismo reacçãoário e a vincada obstrução do arcebispo de Évora, Leite de Barros, Teixeira de Carvalho e António José Guião. Os primeiros pouco ou nenhum apoio poderiam recolher dos restantes membros.

Os trabalhos da Junta tiveram início no Palácio do Rossio a 7 de Julho, sob a presidência de Palmela, que abriu a sessão com a leitura de um discurso reputado como uma verdadeira declaração política de estado. Embora este texto seja conhecido¹⁰, pela sua importância e mesmo por algumas, se bem que de pouca monta, variantes, apresentamos em Apêndice transcrição de um manuscrito que faz parte de um conjunto de códices que julgamos inéditos, e de que nos servimos para ensaiarmos algumas reflexões sobre o desenvolvimento da carta prometida.

Naquele documento, o ministro dos Negócios Estrangeiros começa por tecer louvores ao «espantoso movimento» que sacudira o «jugo da facção iníqua e desorganizadora» que tiranizara os portugueses, movimento generalizado que devolvera ao rei a magestade, e que haveria de ficar na memória dos homens e projectar-se no futuro como exemplo do «heroísmo e lealdade de um Povo que soube a tempo rasgar o veu da ilusão e parar à borda do abismo aonde o tinha conduzido a seita perversa e ambiciosa que, abusando do nome da liberdade e anunciando uma sonhada regeneração, intentava dissolver todos os vínculos sociais, submerger-nos nos horrores da anarquia e até em breve tempo conseguiria riscar do Mapa da Europa o nome ilustre de Portugal»¹¹.

¹⁰ Está publicado na *Gazeta de Lisboa*, n.º 161, de 10 de Julho de 1823, pp. 1210-11.

¹¹ *Apêndice*, Doc. II, p. 301.

Desenha-se nestas linhas, como convinha, o primeiro esboço do satanismo atribuível aos vintistas, ponto de partida para o debuxar dos traços edulcorados do rosto das novas instituições em nome de «um Rei clemente, sábio e virtuoso como o nosso, um Rei que no acto de reassumir o exercício da autoridade Soberana anuncia a paternal e generosa intenção de estabelecer sobre bases sólidas o Império das Leis, a dignidade da Coroa e os direitos dos seus Vassalos e de retribuir e aperfeiçoar as antigas Instituições da Monarquia ...».

O programa, como se vê, por clemência, sabedoria e virtude reais, assentaria no edifício legal, na dignidade da Coroa e direitos dos vassalos pela restituição e aperfeiçoamento das antigas Instituições, ou seja, uma modernização compaginada com as instituições políticas tradicionais.

Para o orador, os «poucos e obscuros facciosos» que haviam aproveitado o apoio do país vizinho, no desenvolvimento do processo vintista, tiveram «artes de enganar seus compatriotas com especioza apparencia» (ao aclamarem a religião, o rei e a dinastia de Bragança), mas rapidamente teceram a «tenebrosa conspiração» que visava demolir o edifício da monarquia, não tivesse a Providência Divina obstado a que por mais tempo vingasse a sua perfídia:

«A Religião vilipendiada, El Rei destinado a figurar como Escravo Coroado de uma Democracia Soberana. A virtude, o mérito, os serviços desprezados, a Calúnia triunfante, as propriedades violadas, enfim todas as garantias da Segurança pessoal entregues ao arbítrio de um bando de Demagogos, tal era a Nação Portuguesa agora reconhece e o atestará ao Mundo inteiro, tal era o resultado das pomposas promessas feitas a Portugal no ano de 1820»¹².

Por obra dos «facciosos», continua Palmela, se estabelecera um «sistema de inovações contrárias aos costumes e a vontade da Nação», mesmo à revelia do «principio abstracto da Soberania Nacional que teoricamente proclamaram», o que só fora possível pelo manobrismo «das associações secretas no acto das eleições a fim de chamar ao Congresso os chefes da facção revoltosa e os seus sequazes para formarem uma Constituição a seu arbítrio». Esse conjunto

¹² *Idem*, pp. 302.

de horrores justificava a nulidade jurídica dos seus actos e de quanto deles emanou. Porém, impunha o senso político que não se esquecesse muitos dos que alinharam na nova ordem e mesmo algumas das personalidades que o escutavam, pelo que com verniz diplomático explicita haverem sido vencidos pelos votos esses «Deputados a quem o bom senso dos Povos elegera por seus conhecimentos, independência e probidade, apesar dos esforços que se fizeram para o extraviar», como importava coonestar o procedimento de D. João VI, que apenas jurara a Constituição «para salvar os seus povos das contendas sanguinárias de uma guerra civil».

Erguia-se agora a aurora da verdadeira liberdade em oposição ao «que ia destruindo pelos fundamentos a Religião, o Throno e toda a ordem social». O tribunal da história haveria de responsabilizá-los, na opinião de Palmela, pela separação do Brasil, pela delapidação dos fundos públicos e aumento da Dívida, pela miséria dos empregados públicos removidos injustamente de seus cargos, pela vilipendiada imagem do país oferecida às nações estrangeiras. Do caos iria agora renascer a luz.

O rei, ao reassumir todos os seus direitos, por expressa vontade de todas as classes da nação, dissolvidas as Cortes e consignada a nulidade da Constituição, «emanação ilegal de umas Cortes ilegítimamente convocadas», podia agora anunciar a indesmentível vontade de dar aos povos uma nova constituição:

«Mas, Senhores, o nosso Augusto e Adorado Soberano reassume o seu Poder Supremo só para consolidar uma Monarquia em cuja organização sem se perderem de vista os Institutos primeiros do Governo Português se combine a alta dignidade do Trono com os direitos das diversas Classes do Estado, com a manutenção da Segurança que as Leis devem afiançar a todos os indivíduos. Deseja promulgar um Código destinado não ao desenvolvimento de teses vãs e abstractas teorias, mas que sirva para garantir praticamente os direitos mais essenciais e para assegurar sobre bases sólidas a prosperidade pública, dando lugar a melhoramentos progressivos e conservando uma prudente analogia com as Instituições mais sábias das outras Monarquias da Europa, não só por se acharem provadas pela experiência as suas vantagens, mas porque a boa harmonia e as estreitas relações em que nos achamos com os outros Estados mos-

tram o muito que convém que os Institutos de todas as Potências se aproximem o mais que for possível entre si e contribuam reciprocamente para apertar cada vez mais os laços da íntima união em que se acham»¹³.

A tarefa, ingente e de tão patriótico fim, cabia agora àquela preclara Junta, «composta de membros de tão abalizado merecimento», de quem se devia esperar um «projecto de Carta de Ley fundamental que seja digna da Real aprovação de S. Majestade e faça por dilatados seculos a felicidade da Nação Portugueza».

5. O que foi o funcionamento da Junta e dissensões verificadas no seu seio, logo a partir da primeira sessão, sabemo-lo por Trigo de Aragão Morato¹⁴. Uma parte dos seus membros logo se manifestou a favor do regime absoluto e em conformidade votou em todas as sessões, enquanto outra se esforçava pela elaboração do projecto, não obstante algumas divergências quanto a métodos e organização. Sabemos que Garção Stockler, Rodrigues Basto, José Maria Dantas, Raimundo Nogueira¹⁵ e Aragão Morato¹⁶ apresentaram projectos, aceitando-se ter sido o texto raimundiano o que se preferiu como base de trabalho.

O texto de Raimundo Nogueira define de moderada a monarquia portuguesa, ou seja nem absolutista, nem representativa liberal, com o poder legislativo no rei e nas Cortes, cabendo ao rei o exclusivo do poder executivo e dele emanar o poder judicial. Uma câmara em que têm assento clero e nobreza, outra de «deputados eleitos pelo povo» por sufrágio directo e de reunião trienal. Consagra a igualdade dos cidadãos perante a lei, o direito a todos os cargos públicos, a inviolabilidade de domicílio e garantia de não ser preso sem culpa formada, a liberdade de Imprensa.

¹³ Apêndice, Doc. II, p. 304-305.

¹⁴ F. M. TRIGOSO, *Memórias*, Imprensa da Universidade, Coimbra 1933, pp. 185-87.

¹⁵ Publicou-o o Prof. PAULO MERÊA, *Projecto de Constituição de 1823*, Coimbra, 1967.

¹⁶ Sobre este projecto, vide ANTONIO MANUEL HESPANHA, *O projecto institucional do tradicionalismo reformista: um projecto de Constituição de Francisco Manuel Trigo de Aragão Morato (1823)*, in «O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX», 1.º volume, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1982.

No dizer do Prof. Silva Dias, «comparado com a Constituição de 1822, é um documento de horizontes modestíssimos, e não deixa de ser um documento de horizontes modestos em confronto com a própria carta de 1826»¹⁷.

As actas das sessões da Junta

6. Algumas informações de Aragão Morato nas suas *Memórias* podem ser agora confrontadas com os textos que estudamos.

Se conferirmos o voto separado de Leite de Barros, na primeira conferência da Junta (20 de Julho de 1823)¹⁸, encontramos a fundamentação juspolítica da sua posição absolutista. Após discorrer sobre «Direito plenae potestatis» dos nossos reis, abonar-se nas antigas cortes e de passagem exorcisar «a opinião de João Jaches Rousseau que julga louca a multidão dos homens quando se sujeitam ao governo de um só», Barros conclui que «os senhores Reis deste Reino sempre tiveram a faculdade de Legislar, faculdade proveniente de uma Monarquia pura».

Transformar essa faculdade em governo representativo transmitindo-a a duas câmaras, na opinião de Barros, era abrir caminho à destruição dos fundamentos da monarquia.

Estavam, pois, desde logo, repudiados os princípios expressos nas «Primeiras linhas da Lei Fundamental da Monarquia Portuguesa»¹⁹ onde se preconizava como forma de governo uma «monarquia hereditária, temperada» com o poder legislativo no rei e numas cortes compostas do Rei e dos três Estados do Reino, com uma primeira câmara do clero e Nobreza e uma segunda dos Procuradores do Povo.

Leite de Barros vai mais longe e confronta os seus pares da junta com as seguintes interrogações:

«E poderá esta junta, apesar de ser organizada de Varões Ilustres Científicos, virtuosos e zelozos do Serviço de Deus, do Rei e da Pátria, apresentar um projecto de Lei Fundamen-

¹⁷ SILVA DIAS, *ob. e vol. cit.*, p. 890.

¹⁸ *Apêndice*, Doc. V, pp. 313-316.

¹⁹ *Apêndice*, Doc. III, pp. 306-309.

tal que transforme uma Monarquia pura [= leia-se absoluta] em um Governo Representativo com mais ou menos latitude?

Como responderá depois ao Público, quando este se não satisfaça e quando dela possam resultar consequências que a prudência humana não pode antever?».

A sua transigência, prossegue, não ia além de aceitar que se convocassem Cortes e que nelas se ouvissem os três Estados com o fim de se fixarem os pontos essenciais do projecto de lei fundamental. E isto, apenas na parte em que não houvesse resposta na «primeira Lei da Monarquia». Entretanto, bastaria seguir a forma como a Espanha «cura [va] seus males politicos, que sendo os mesmos que os nossos e dele transmitidos a nos com madura experiência podemos dar-lhe um decisivo talho...», e «quando se convenha nas Cortes, que sempre foram o nosso verdadeiro remédio, eu convirei que os Soberanos as convoquem de dois em dois anos não havendo caso extraordinário».

A mesma ressonância se descobre no voto separado do arcebispo de Évora «Sobre a autoridade das Cortes pela nova Carta de Lei»²⁰, advogando a convocação «das antigas Cortes Portuguesas com a mesma autoridade consultiva que sempre gozaram, acrescentando-se para mais se aproximarem e acomodarem à forma dos outros Governos Representativos... conceder às Cortes mais autoridade do que a Consultiva, querer que tenham voto deliberativo, é não menos que dividir a Soberania entre elas e o Rei, é transtornar essencialmente as nossas antigas instituições, lançar abaixo a grandeza e a consideração do Trono Português e estabelecer um governo monstruoso, perpetuamente convulso e desconfiado, como depois se verá».

Afinando pelo mesmo diapasão, no momento de discutir-se a forma de governo²¹, Guião recusa com veemência o artigo proposto, pois nele via «estabelecido o princípio da Soberania do Povo», fundamentando que «sendo o fim da sociedade a segurança dos Cidadãos, este fim não se obtém se o Sumo Imperante não tiver em seu poder todos os meios que necessários são para livrar [de inimigos

²⁰ *Apêndice*, Doc. VII, pp. 321-332.

²¹ *Apêndice*, Doc. VII, pp. 332-334.

internos e externos] os mesmos Cidadãos», pelo que não se poderia «dilacerar o Poder Magestático, privando-o do seu principal atributo, qual o de legislar só por si, independentemente das Cortes». Conclui, em conformidade, que o «Poder de Legislar é privativo d'El Rei e nele tão somente reside, bem como o é o de fazer executar a Lei e ultimamente o de fazer acomodar aos factos pelos Tribunais, Magistrados e Juizes na forma determinada pelas Leis».

7. Os princípios que sustentam estes depoimentos de Barros, Guião e arcebispo de Évora aparecem exhaustivamente teorizados em alguns documentos oferecidos à Junta.

Não cabe neste estudo a sua análise, que deixaremos a futuras tarefas, mas importa transcrevê-los pelo seu ineditismo e por ilustrarem singularmente as pressões dos sectores mais reaccionários sobre aquela Junta, reforçando os pontos de vista dos seus membros de igual alinhamento, se acaso não serviram de imediato suporte a textos e tomadas de posição durante as várias sessões.

Em tal contexto julgamos poder situar o vasto códice com o curioso título «Hidrodinâmica Política ou Considerações sobre a Constituição Portuguesa»²², oferecido a Palmela por João Bernardo Freire de Andrade e Beja, datado de Gouveia a 7 de Julho de 1823, e ainda a «Memória em forma de representação»²³, igualmente enviado ao presidente da Junta por António Bandeira Monteiro Subágoa, acrescido de um discurso de igual teor por ele recitado na Câmara de Resende em 8 de Junho e rematado por uma oportunista reclamação de emprego público.

No primeiro daqueles textos Andrade Beja analisa as transformações que se haviam operado na sociedade portuguesa como consequência da «vil traição urdida na Europa e desenvolvida entre nós», ponto de partida para negar legitimidade e por conseguinte dar por nulos todos os actos praticados pelo governo saído da revolução no facto de lhe faltar confirmação real e não ter sido consultada a vontade da Nação, obrigada a jurar, afirma, uma constituição antes dela ser feita, o que só fora possível pela ignorância do povo e mais ainda, como sublinha, por um despudorado recurso à religião.

²² *Apêndice*, Doc. XVI, pp. 400-440.

²³ *Apêndice*, Doc. XV, pp. 390-399.

Na sua análise apaixonada não deixa de chamar a atenção para as dissensões que cedo se instalaram no seio das hostes liberais, para pôr a tónica na acção da maçonaria, sustentando que nação passou a significar *Sociedade Pedreiral*, razão pela qual a vontade da Nação se confundia com *vontade pedreiral* e todos os não pedreiros passaram a escravos.

Ocupa-se então no afã de demonstrar, abonando-se em políticos e filósofos, que mudar a tradição das Cortes era concorrer para a ruína da Nação, pois, como sentenciava Ramsay, «todas as mudanças precipitadas ainda que pareçam úteis sempre são perigosas», pelo que se tornava meridiano responsabilizar os homens da «Novação», como lhes chama, pelo crime de felonía, à luz das Ordenações e do Alvará de 30 de Março de 1818. Tal argumentação, com frequente recurso às fontes tradicionais e organizada no sentido de invalidar todas as transformações que se haviam operado na legislação portuguesa, não podia alhear-se de uma fria análise das instituições espanholas e da constituição gaditana, para poder, com recurso a teóricos da monarquia absoluta invalidar o princípio da soberania nacional e a sua fundamentação teórica, fosse no contrato social, fosse no jusnaturalismo que lhe subjaz, com os argumentos e apóstrofes que em todas as épocas motivaram os inimigos das liberdades.

Percorre ainda o tradicional funcionamento das instituições espanholas confrontando-as com as de outros países, designadamente a Inglaterra e a Alemanha, «porque por toda a parte havia o privilégio da União, assim se chamava a liga formada pelas diferentes classes do Estado contra as pertenças dos Reis, quando eram em prejuízo de suas liberdades e isenções», referindo o papel da figura de *o Justiza*, autoridade encarregada de proteger o povo contra os abusos dos monarcas, e projectando o funcionamento do chamado *Tribunal de Inquirição*, o que, conferido com o funcionamento das Cortes de Aragão e Castela, lhe vai permitir discorrer sobre despotismo e em última análise poder condenar os legisladores de Cadiz que «fizeram uma Trindade Política por ser composta das Cortes, do Rei e dos Tribunais», o mesmo é dizer para condenar todo o sistema liberal. Ocupa-se então da Constituição Portuguesa de 1822 para liminarmente invalidar os seus princípios orientadores e as liberdades consignadas.

Não podia, naturalmente, afastar-se dos problemas da administração da justiça, condenando os legisladores sobretudo pela introdução dos jurados, porquanto entre os portugueses por antigo uso

eram as causas decididas por homens de leis, o que os povos haviam reclamado de seus monarcas como garantia de justiça.

Não colhia, em sua opinião, toda a teorização de Filangiere, «homem alucinado», sobre as vantagens daquela instituição, porque o «cavalheiro italiano» tinha o sistema democrático por única barreira às desgraças dos homens, razão por que Beja se sentia na obrigação de alertar os legisladores de todas as nações para as verdades que proclamava. Se tinham por objectivo a felicidade dos povos, o único caminho seria o de conservarem quanto possível pudessem as antigas instituições, fosse no que respeitava à organização administrativa, como no que contemplava a organização e disciplina da força militar, porque evidente se tornara a ruína da nação portuguesa e maltratados os homens de bem por força do iníquo texto saído das mãos dos legisladores liberais.

Se na *Hidrodinâmica Política* se condenam os pilares da ordem liberal por recurso a fontes históricas e fundamentada teorização jus-política, já os textos de Monteiro Subágoa não passam de um desfiar de invectivas, a que não falta, em nome da santíssima religião católica, o veemente pedido de total exclusão de outros cultos e seitas, se propugne como saneador o reerguer do Tribunal do Santo Ofício, se apele a uma rigorosa censura à Imprensa, se proclame desejável vedar a entrada de livros tidos por ímpios e a fogueira purificadora para os que estejam nas lojas e em posse de particulares, que, enfim, se suplique ao rei o supremo acto de limpar o reino dos liberais, essa «geração de víboras» de que fala o Evangelho.

De cariz bem mais moderado é um *Projecto* enviado por António José de Brito d'Abreu Lima, datado do Porto a 16 de Junho de 1823²⁴, dirigido ao rei. Indo ao encontro da promessa real (oferecer em breve as bases de um código), por «dificilmente se poder combinar a Dignidade do Trono com a doutrina que os malvados têm pregado e feito pregar dos púlpitos abaixo, há perto de três anos», entendia que as nossas bases, quaisquer que fossem, seriam menos gloriosas para o rei e para a nação do que um adicionamento às Cortes de Lamego.

Conservar os antigos costumes, convocar cortes introduzindo

²⁴ *Apêndice*, Doc. XIV, pp. 387-389.

modificações acertadas e convenientes, era, assim, a única via e natural motivação do seu *Projecto*.

Compõe-se o texto de um conjunto de seis artigos, sendo o primeiro sobre Cortes a convocar de três em três anos, sem exclusão de extraordinárias de vontade real. O seguinte ocupa-se da separação dos poderes: competia ao rei o legislativo, ouvidas as cortes; o «executivo e gracioso», também competia exclusivamente ao monarca; porém o judicial seria da competência exclusiva dos magistrados.

Às Cortes caberia discutir os orçamentos de toda a despesa do tesouro público e ocupar-se dos tratados que o rei fizesse com o estrangeiro. Consignava ainda o *Projecto* a responsabilidade dos funcionários públicos consentido na liberdade de Imprensa, com excepção da matéria ofensiva da religião católica e do que provocasse sedição ou rebelião contra a Monarquia.

8. O funcionamento da Junta obedeceu inquestionavelmente a um plano sistematizado, como ressalta da documentação que trabalhamos.

Dessa documentação, se constata que os seus membros começaram por estabelecer um conjunto de linhas orientadoras. As que compulsamos, pelo conjunto em que estão integradas, talvez se possam atribuir a Pinto de Magalhães.

Apontam no sentido de um texto constitucional que de certo modo respondia ao que se advogara nas próprias proclamações da Vilafrancada.

Designadas como *Primeiras Linhas da Lei Fundamental da Monarquia Portuguesa*, contemplam os seguintes tópicos essenciais: Religião, Governo, Rei e Cortes.

No seu desdobramento, consagram naturalmente o catolicismo como religião da monarquia, tolerando embora a privacidade de cultos heterodoxos.

Definindo a monarquia como hereditária e temperada, isto é, com o legislativo no rei e nas cortes, o executivo exclusivamente no rei e o judicial nos tribunais e magistrados de nomeação real, reconhecem a pessoa do rei como sagrada e inviolável e conferem-lhe a chefia suprema da força armada, cabendo igualmente ao soberano a representação nacional nas relações externas, distribuir graças, mercês, distinções e recompensas, assim como perdoar ou moderar penas.

As Cortes, compostas do Rei e dos três Estados do Reino, eram formadas de uma primeira câmara (do Clero e Nobreza) e uma segunda (dos procuradores do Povo), tendo assento naquela bispos e fidalgos e nesta os eleitos pelo povo. O número dos primeiros como a forma de eleição dos segundos haveriam de ser estabelecidos. Só o rei podia convocar, prorrogar e dissolver as Cortes, reunião a quem competia a feitura das leis, e sanção real, que o monarca mandaria executar e cujo cumprimento os tribunais vigiavam. Sensivelmente dentro dos mesmos princípios, como se referiu, se desenvolveram alguns dos conhecidos projectos de membros da junta.

De âmbito mais vasto e avançado é a proposta de D. Manuel de Portugal e Castro²⁵, composta de 39 pontos, apresentada em 9 de Julho, onde aparece o Conselho de Estado, se estabelece a composição da «Câmara dos Grandes», e as prerrogativas dos seus membros, e na qual se regista, de forma surpreendente, no que respeita ao poder judicial, a instituição dos jurados, a inamovibilidade de magistrados e a banição de juízos privativos ou comissões especiais. Igualmente se consagra a igualdade dos cidadãos perante a lei, a contribuição proporcional aos bens para as despesas do Estado, iguais condições de acesso aos empregos civis e militares e de protecção do Governo, como a individualidade e inviolabilidade dos bens de cada um, com direito a justa indemnização quando legalmente expropriados. Por fim, reconhecia-se a todos os portugueses a liberdade de actividade e a liberdade de Imprensa, a regulamentar.

9. Os processos a seguir pela Junta foram estabelecidos logo na reunião de 7 de Julho de 1823²⁶.

Lido o discurso de abertura, que oportunamente referimos, Palmela estabeleceu duas partes para o seu bom funcionamento: «1.º assentar sobre o método a seguir para organizar o projecto de Carta de Lei fundamental, 2.º propor o melhor modo de promulgar essa Carta de maneira legal e permanente».

Discutidos estes pontos, decidiu-se que se nomeasse uma comissão para apresentar quesitos sobre os princípios gerais que deviam servir de base, tendo Palmela nomeado para o efeito Garção Stockler,

²⁵ *Apêndice*, Doc. IV, pp. 310-312.

²⁶ *Apêndice*, Doc. I, p. 300.

Ferreira Gordo e Rodrigues Basto. Comunicou ainda Palmela que o rei nomeara para secretário da Junta o oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros José Bazílio Rodemaker, marcando a primeira conferência para o dia 14 seguinte, pelas 9 horas da manhã²⁷.

10. Dispomos dos quesitos sobre a formação de segunda câmara e respectivas respostas, subscrito um dos documentos por Garção Stockler, outro por Dantas Pereira²⁸.

A formulação dos quesitos, como as duas respostas que conhecemos, apontam para uma câmara de deputados que em muitos pontos não anda distante do estabelecido pela Carta de 1826.

Não deixa de ser interessante a opinião de Stockler no que respeita às atribuições dessa câmara para além da esfera legislativa, outorgando-lhe a inspecção e direcção da instrução pública, a fiscalização da despesa do Estado e a vigilância da conduta dos ministros e conselheiros do rei «para lhe representar [ao rei] a sua incapacidade ou demérito» como surpreendente é a de Dantas quando exclui da câmara «os que no lugar da eleição exercerem autoridade militar, civil ou eclesiástica, os que para serem eleitos tiverem usado de aliciação ou de terror, mediata ou imediatamente... e aqueles que pelo menos não tiverem estudado com aproveitamento a filosofia elementar».

11. No seguimento da «*Linhas fundamentais*»²⁹ aparecem uns fólhos com uma proposta de Pinto de Magalhães sobre funcionamento da Junta e comissões a formar, a que no mesmo código sucede um longo articulado que importa examinar.

Trata-se de um conjunto de 15 artigos, dos quais os oito que não estão cortados têm à margem a nota «aprovado»³⁰. Entre os que foram suprimidos, aparece doutrina respeitante à liberdade de circulação e extinção dos privilégios de foro pessoal, bem como a que impede que se criem comissões especiais para julgar casos anteriores à sua criação. A abolição de tortura, confiscação de bens e suplícios que acom-

²⁷ *Apêndice*, Doc. I, p. 300

²⁸ *Apêndice*, Doc. IX, pp. 343-349.

²⁹ *Apêndice*, Doc. III, pp. 306 e ss.

³⁰ Neste, como em outros documentos transcritos, aparece em rodapé variantes, cortes e anotações referenciadas às linhas do texto.

panhavam a pena capital, os direitos de petição ao rei e às câmaras e a deputação nacional, este último artigo redigido nos mesmos termos da Constituição de 1822, como o que respeitava à dotação a atribuir ao rei e família real, completam o elenco dos artigos guardados para outras sessões.

Entre os que desde logo se deram por aprovados, o que legisla sobre a sucessão à coroa contempla os mesmos princípios do art. 147 da Constituição de 1822 e do art. 87 da Carta Constitucional de 1826, com insignificativas variantes de redacção, o que igualmente se verifica, quanto à matéria e à forma, no artigo sobre sucessão feminina.

Garantias individuais, conselho de Estado, impossibilidade física ou moral do rei, formação das leis e situações extraordinárias são outras tantas matérias tratadas e aprovadas à luz de princípios liberais, importando ainda salientar o artigo que definitivamente deixa banida a confiscação de bens, infâmia transcendente, tortura e suplícios crueis e o que garante a dívida pública e meios para a sua progressiva extinção.

Votos sobre os cultos, forma de governo e liberdade de imprensa

12. Na 2.^a conferência, ocuparam-se os membros da junta dos votos sobre os cultos³¹. A primeira redacção do artigo aparece subscrita por Ricardo Raimundo Nogueira e Francisco Manuel Trigoso. Consigna a religião única da Monarquia, sustentada pelo Estado, reconhecendo o culto das religiões pagãs nos territórios ultramarinos em que era consentido. Excluía, porém, o exercício público de outros cultos, com ressalva da liberdade de consciência aos estrangeiros.

Variantes de redacção, pelo que respeitava aos cultos pagãos e outros cultos heterodoxos, aparecem subscritos por todos os membros da Junta, isoladamente ou com diversificados agrupamentos, e mais que na matéria as diferentes propostas assentam na forma.

No que respeita ao 2.^o artigo, temos as seguintes formulações:

- 1) «O governo da Nação Portuguesa tem sido e será sempre Monarquia hereditária e moderada; 2) «A monarquia hereditária e moderada tem sido e será sempre o governo da Nação

³¹ *Apêndice, Doc. VI, pp. 317-320.*

Portuguesa; 3) «A Monarquia Portuguesa continuará a ser hereditária e temperada sobre as bases fundamentais estabelecidas nas Cortes de Lamego».

Isolado, num fólio, aparece escrito: «conforme os princípios enunciados nas Cortes de Lamego».

Se o assunto religião se tornou pacífico, a forma de governo desde logo acentuou clivagens, como ocorreu na 4.^a conferência com os votos separados do arcebispo de Évora, António José Guião, e o de Oliveira Leite a que já nos referimos³². Aquelas peças, como vimos, procuravam afastar qualquer hipótese de aproximações liberais, mesmo pela introdução das duas câmaras e o peso da sanção real. Apontavam, *in limine*, para a restauração das antigas instituições do reino, eram já viva expressão do fracasso a que os trabalhos da Junta estavam condenados.

Basta que nos detenhamos na leitura do voto e declaração de voto do arcebispo de Évora sobre liberdade de Imprensa para confirmarmos o peso que os sectores absolutistas, apoiados no exterior, tinham no interior daquela junta.

No mesmo conjunto daqueles votos separados sobre a forma de governo aparece um voto do arcebispo de Évora sobre liberdade de imprensa, seguido de uma extensa declaração de voto.

No seu voto, aquele arcebispo advoga que nenhuma obra pode ser impressa sem censura prévia e que para tal se devia restaurar o Tribunal de Censura. Justifica a sua posição com exaustivo relato do que considera malefícios do princípio, visando a experiência recente, socorrendo-se da linguagem e argumentos sempre usados pelos inimigos da liberdade e que as franjas conservadoras também usaram, com maior ou menor veemência, porém com insucesso, no congresso vintista:

«Pela censura — afirma a dado passo — não se impedem os bens que podem resultar, e com efeito resultam, ao género humano da arte tipográfica; impedem-se somente os males de que ela pode ser causa e oxalá o não tivesse sido... O amor da pátria, a pureza da Religião e a tranquilidade pública gritam altamente contra esta liberdade... Eles, os defensores, dizem que a livre

³² Vide *infra* pp. 321 e ss.

comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem e que por isso a todos deve ser livre sem dependência de censura prévia manifestar suas opiniões em qualquer matéria devendo porém responder pelo abuso dessa liberdade... Mas que precioso direito é este que tem todo o homem de manifestar e comunicar tudo quanto lhe vier à cabeça? Não será isto zombar da razão humana? Que estúpida e miserável confusão de ideias, direito e liberdade como se fossem a mesma cousa?»

Prossegue a declaração no sentido de justificar a censura a todas as matérias que não só a religiosa, para terminar projectando as vantagens do tribunal de censura como meio de protecção aos autores.

O voto e a declaração de voto a que nos referimos aparecem como resposta à formulação do artigo, tratada na 11.^a Conferência³³. Terá sido, certamente, uma sessão de incisivas confrontações, se conferirmos aquela declaração do arcebispo com as diversas fases de redacção do artigo.

Que foi propósito consignar aquela liberdade fundamental decorre das três formulações de que dispomos.

Se numa delas, não subscrita, apenas se diz «fica estabelecida a Liberdade de Imprensa que será regulada por uma Lei», num outro artigo, da responsabilidade de Pinto de Magalhães, Leite de Barros, Rodrigues Basto, Trigoso, D. Manuel de Portugal e Ferreira Gordo, estabelece-se que «a imprensa será livre»; acrescenta-lhe, porém, a censura prévia para obras que ex-professo se ocupem do Dogma e Moral Cristã, abrindo caminho à regulamentação de abusos e introdução de livros estrangeiros. Na mesma linha, mas com um sentido de maiores restrições, apresentou José Maria Dantas o seu artigo, contemplando a moral e a religião, o sossego público e a honra e decoro individual dos cidadãos, bem como a introdução de livros estrangeiros. Um outro artigo, de Pinto de Magalhães e António Guião, retoma a parte inicial do primeiro referido, no que respeita a moral e religião, mas omite o que respeita à circulação de livros estrangeiros.

Coarctada esta liberdade fundamental, o sector ultra-realista desenvolveu a sua acção no sentido de invalidar o projecto de carta,

³³ *Apêndice*, Doc. XI, pp. 351-352.

propósito em crescendo ao longo das vinte e três conferências da Junta. A documentação de que dispomos não recolhe tudo o que ocorreu. Conhecemos, porém, os votos separados sobre a proposta das leis, respeitante à 7.^a Conferência³⁴. Um deles, subscrito por Trigoso, Raimundo Nogueira, Dantas, D. Manoel de Portugal, Ferreira Gordo, Stockler e Faria de Carvalho propunha que «as leis podem ser propostas ou pelos Ministros de Estado, autorizados por El Rei, ou por membros de qualquer das duas Câmaras»; outro, subscrito por Basto, Teixeira e Guião, por economia de meios, apenas regista que «a proposição directa da Lei pertence a El Rei e aos Membros das Câmaras».

A lei eleitoral

13. Mais vasto e pormenorizado, quiçá definitivo, é o *Projecto de Lei das eleições*³⁵, cuja discussão e feitura deve ter ocorrido entre as sessões 13.^a e 17.^a.

Constitui o documento um articulado que se ocupa do local e funcionamento das assembleias, das capacidades de eleitores e elegíveis, dos direitos e deveres de uns e outros.

Competia às câmaras das cidades e vilas onde houvesse juiz de Fora ou ordinário, em colaboração com as outras próximas, elaborar listas de eleitores e elegíveis em cadernos separados, listas que deviam ser publicitadas.

A partir da primeira lista de elegíveis organizava-se a lista de Província, a publicar obrigatoriamente impressa um mês antes do acto eleitoral.

As duas listas, organizadas por ordem alfabética, deviam conter nome, profissão e rendimentos. Tinham capacidade eleitoral os portugueses com mais de 25 anos, na posse de todos os direitos, desde que residissem há mais de um ano no distrito e tivessem de renda 50\$000 réis em bens de raiz ou 200\$000 réis de outras proveniências legalmente reconhecidas. Era elegível o português que, além das con-

³⁴ *Apêndice*, Doc. X, p. 350.

³⁵ Está subscrito por Rodrigues de Basto e Dantas Pereira, havendo no Arquivo dois códices, que apenas se distinguem pelo cuidado da cópia. *Apêndice*, Doc. VIII, pp. 336-342.

dições gerais, fosse maior de 30 anos, dispusesse de uma renda anual de 400\$000 réis e não exercesse na Província autoridade militar, civil ou eclesiástica, com residência de três anos.

A discussão destes artigos não teria sido pacífica, ou a sua redacção, pelo menos, não passou sem divergências. Decorre das anotações em rodapé que nas Conferências 14.^a e 15.^a, designadamente no capítulo dos rendimentos, um membro não identificado entendeu que ficava excluída da votação a maioria dos negociantes, com o argumento de os seus fundos consistirem «em fazenda e em dinheiro e as suas escrituras são letras de câmbio». Também quanto ao tempo de domicílio, Dantas propunha três anos para os eleitores e 6 anos para os elegíveis.

Quanto aos funcionamento das assembleias de voto, saliente-se que ninguém podia entrar armado e estavam vedadas discussões ou qualquer acto fora da votação. As perturbações do acto eleitoral dariam lugar a nulidade e repetição no dia seguinte, se restabelecidas as condições de bom funcionamento.

Em anexo ao *Projecto* aparece a lista de 40 câmaras com o respectivo número de deputados referente às que seriam próximas eleições, tendo Lisboa e termo 6, Porto 5, Coimbra 4, Viana, Barcelos, Guimarães, Lamego, Guarda e Viseu 3; Vila Real, Bragança, Penafiel, Feira, Trancoso, Castelo Branco, Aveiro, Leiria, Tomar, Santarém e Setúbal 2, e as restantes 1.

Acrescenta-se que a Ilha Terceira elegeria 3, compreendendo as circunvizinhas, S. Miguel e Santa Maria 3, Madeira e Porto Santo 3, Cabo Verde 2; 1 pelas possessões da África Ocidental e 1 pelas Orientais, 1 pelas da Índia e outro por Macau, Timor e Solor³⁶.

Seria eleito quem recolhesse um número de votos superior ao de metade das listas apuradas em toda a divisão eleitoral³⁷. Não havendo eleitos no primeiro escrutínio ou faltando algum para completar o número previsto, proceder-se-ia a segundo escrutínio através de uma lista dupla dos mais votados, sendo eleitos os que recolhessem maior número de votos, tirando-se à sorte em caso de empate³⁸.

³⁶ Basto foi de parecer que apenas se tratasse de Portugal, Algarves e Ilhas Adjacentes.

³⁷ Basto aceitava a pluralidade relativa.

³⁸ Basto para o desempate preferia o domicílio à naturalidade, esta à propriedade e em igualdade a sorte.

A deputação era de 6 anos, com direito a reeleição, não podendo os eleitos escusar-se sem fundamentado motivo. Era-lhes concedido um subsídio mensal não especificado durante a ausência domiciliária, contemplando o tempo de viagem para os residentes fora de Lisboa.

14. Os trabalhos arrastada e espaçadamente desenvolvidos ao longo das 23 sessões da Junta conduziram à elaboração de um projecto global da Carta que terá ficado pronto em Setembro de 1823, e de cuja redacção final se encarregava uma comissão composta pelo arcebispo de Évora, Ricardo Raimundo e Trigoso de Aragão Morato. Uma vez concluído, foi apresentado a Palmela e a partir daí não voltou a ser discutido. Trigoso conta que não voltaram a ver o texto, mas acrescenta que, a 29 de Setembro, Palmela os convidara a jantar em sua casa para lhes dizer «que muitas causas haviam ocorrido depois da criação da Junta que obstavam a que os seus trabalhos pudessem ter o êxito necessário; que El-Rei, não podendo vencer estes obstáculos e penhorado, por outra parte, pela palavra que dera de promulgar uma Carta Constitucional não se sabia tirar deste embaraço; que o projecto da Comissão, que era o mesmo que fora vencido na Junta, não se podia de maneira alguma adoptar a que, como o que mais escandalizava os partidários do Governo absoluto era a mudança da antiga forma de Governo da Monarquia, talvez tudo se pudesse compor, se a nova Carta se reduzisse a muitos poucos artigos e se pudesse mostrar a conexão destes com o direito já antigamente estabelecido entre nós ...»³⁹.

A reunião teria tido como objectivo sondar os convivas sobre este ponto e Trigoso diz que Palmela o encarregou de elaborar uma *Memória*, o que logo teria feito, mas que acabou condenada ao silêncio.

Pareciam esboroadas definitivamente as esperanças de publicação de um Projecto de Carta, e, para mais, dois dos membros que sempre votaram pelo sistema representativo foram despachados para fora do continente: Stockler para os Açores e D. Manoel de Portugal para o Governo da Madeira.

Que se teria elaborado um projecto que poderia ir ao encontro das correntes conservadoras e contar com alguma aceitação do exterior, parece-nos decorrer de um documento, redigido em francês,

³⁹ TRIGOSO, *Memórias*, pp. 186-87.

tendo como nota ao cimo da página: «deve mandar-se hoje cópia deste papel a Mr de [não conseguimos decifrar o nome] e tirar mais algumas cópias para as nossas missões pode ir hoje uma para Espanha»⁴⁰.

Nesse fólio, consignam-se as fases de organização dos três Estados do Reino. O Clero, a Nobreza e os deputados das cidades e vilas reuniriam, separadamente, para deliberarem à porta fechada sobre os assuntos que o governo apresentasse a discussão. Não exerciriam qualquer porção do poder legislativo e apenas teriam o privilégio de ser consultados ou ouvidos pelo Rei.

Compunha-se a câmara do clero por bispos, priores das três ordens religiosas e militares, pelo reitor da Universidade e de dois ou três dignitários das ordens monásticas, num conjunto de cerca de 20 a 25 elementos.

A ordem da nobreza compunha-se de 30 membros escolhidos entre toda a nobreza por 9 eleitores nomeados pelo rei, dependendo de aprovação real.

A terceira ordem era composta por um deputado escolhido em cada comarca de entre os eleitos pelas vilas e cidades, que para o efeito se reuniriam na sede da Comarca. As reuniões de comarca não podiam exceder o número de 12 a 20 indivíduos, a quem caberia escolher o seu único representante em Cortes, o que no conjunto do reino e ilhas daria cerca de 40, a que se juntariam 7 nomeados pelo rei para representarem as colónias de África e Ásia. Não se referia o Brasil senão para dizer que o rei se reservava logo que a reconciliação tivesse lugar.

Seriam os Três Estados convocados quando o rei deliberasse e logo dissolvidos.

UM PROJECTO DE CARTA DE LEI FUNDAMENTAL DO ESTADO

15. Deixámos propositadamente para o fim «O Projecto de Lei Fundamental do Estado» enviado a Palmela em 9 de Julho de 1823 pelo desembargador Alberto Carlos de Menezes, jurista de que

⁴⁰ *Apêndice*, Doc. XII, p. 353.

são conhecidos alguns trabalhos de direito público⁴¹, com destaque para o *Plano de reformas de Forais e Direitos banais, fundado em um novo sistema enfiteutico nos bens da Coroa, de corporações, e de outros senhorios singulares*, dado à estampa em Lisboa, em 1825.

O autor foi deputado por Leiria às cortes ordinárias e a sua assinatura conta-se entre as dos que lavraram o protesto de 2 de Junho de 1823, no momento de terminar a legislatura dessas Cortes⁴².

No ofício de remessa o autor enuncia a orientação que seguira na compilação sistemática «das leis fundamentais desde o princípio da Monarquia», com recurso a fontes que aparecem inventariadas no final do projecto.

O carácter disperso de tais leis impusera-lhe a tarefa. Porém, acrescentava-lhes a novidade de estremar «as leis fundamentais e o direito publico da legislação civil e criminal». Desse trabalho e decorrentes reflexões, extraía a conclusão, conferidos os direitos reais e dos cidadãos, de que nunca encontrara vestígios de «hum Governo absoluto e arbitrario em os deliciosos Reinados dos nossos Soberanos».

16. Julgamos poder concluir que o projecto de Alberto Carlos de Menezes, senão antes, pelo menos a partir do momento em que os trabalhos da Junta ficaram condenados a inelutável fracasso, teria adquirido foros de solução para cumprimento da promessa real, considerados os condicionalismos a que Palmela se referira na conversa relatada por Trigoso. Assenta esta nossa convicção no facto de conhecermos dois códigos, se bem que com pequenas correcções um em relação ao outro, demonstração de que foi trabalhado e tê-lo-ia sido com alguma finalidade.

Pelos fundamentos juridico-políticos que o informam e porque se oferecia como um Código «com linguagem e carácter próprio das Luzes políticas do tempo presente, Renunciando o Poder absoluto e arbitrário além das Leis fundamentais do Estado», podia estar destinado a recolher não só as boas graças de sectores conservadores como de sectores moderados, estes certamente a preferirem tal código a nenhum, e não será atrevido prever que talvez pudesse ser aceite pelas cortes europeias.

⁴¹ Cfr. INOCÊNCIO, *Dicionário*, Tomos II, p. 23, VIII, p. 23 e XX, pp. 111 e 317.

⁴² Cfr. CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *Documentos para a história das Cortes*, T. 1.º, pp. 718-19.

Não excluimos mesmo a hipótese de poder ser este o «contra-projecto» discutido no Conselho de Estado a que se refere Palmela⁴³, e é para nós interessante conferi-lo com a doutrina expendida por Ferreira Borges na célebre carta 49 de *O Correio Interceptado*, que oportunamente tratámos.

O projecto de Alberto Carlos de Menezes⁴⁴ é um extenso código de 153 artigos, dividido em 3 partes e estas em títulos.

Por ele D. João VI outorga, pelo livre exercício da autoridade real, plena e independente, uma «Lei Fundamental firmada nas antigas instituições fundamentaes do Estado Monárquico deduzida dos usos e costumes politicos da Nação extraída de capitulos de Cortes tantas vezes convocadas... para aparecer agora pela primeira vez convertida em Sistema publicada e Sancionada por Mim em um Código com Lingoagem e carácter próprio das Luzes políticas do tempo presente. Renunciando o Poder absolutista e arbitrário além das Leis fundamentais do Estado às quais submeto o Meu Régio Poder...».

Consagra como atributos da soberania o comando das forças armadas, declarar a guerra e fazer tratados de paz, aliança, comércio e confederação com as nações em utilidade geral da nação, como fazer mercê de empregos e ofícios públicos, nomear os representantes diplomáticos, conceder títulos e distinções, perdoar e comutar penas, com prévia consulta de tribunais competentes, assim como amnistiar em certas condições.

Confinados na pessoa do rei os poderes da soberania, cabia-lhe fazer as leis gerais em Cortes constituídas pelos três Estados, estando o exercício essencial do legislativo nessas assembleias da nação.

As leis produzidas em Cortes dependiam de sanção real, cuja assinatura lhes conferia de imediato a virtude legislativa.

Todos os negócios de administração seriam de inspiração real, ouvidos os tribunais, as representações das câmaras municipais e outras autoridades, competindo-lhe ainda nomear os juizes, a quem era reconhecida independência na administração da justiça em conformidade com as leis. Nas suas competências, estavam ainda a demissão ou suspensão de funcionários, reconhecendo-se embora o direito de reabilitação, com consequentes indemnizações.

⁴³ Cfr. ANTÓNIO MANUEL HESPANHA, *ob. cit.*, nota 51, p. 88.

⁴⁴ *Apêndice*, Doc. XIII, pp. 353-386.

Igualmente se consagra no projecto a aposentação de funcionários por causa física, moral ou idade de 70 anos, com conservação das regalias do exercício.

No desdobramento desta síntese geral, que introduz o *Projecto*, os artigos respeitantes à sucessão à Coroa, como os que consagram a tutela do rei e regência do reino, não andam longe do consignado nas futuras constituições do reino: monarquia hereditária seguindo a ordem regular da primogenitura varonil e representação em linha recta descendente de legítimo matrimónio. Faltando filho varão, sucediam as filhas segundo as mesmas regras, com exclusão da casada com estrangeiro. O consorte português só gozaria o título de rei depois de assegurada a sucessão, sem nunca ascender à autoridade soberana.

Falecido o rei sem descendência, passava a coroa ao irmão mais velho, continuando a dinastia. Admitia-se ainda a sucessão de filhos naturais, desde que não fossem fruto de ligações incestuosas, adulterinas ou coita danado [= com clérigos], e tivessem sido reconhecidos pelo pai e confirmado em Cortes. Na falta de sucessão, caberia ao rei nomear em Cortes o seu sucessor «para evitar o interregno e partidos da Nação».

A tutela verificava-se até aos catorze anos completos em ambos os sexos, acabando para as rainhas pelo casamento.

Ao tutor, nomeado em testamento real, cabia a regência na menoridade do rei ou enquanto durasse incapacidade por defeito moral [= insanidade]. Na falta de tutor testamentário, assumia a tutela a rainha mãe do sucessor.

Incapacitada a rainha, fosse por morte, segundas núpcias ou insanidade, a tutela e regência passavam para os cinco conselheiros de Estado mais antigos, entrando sempre o mais antigo prelado conselheiro. Não havendo no Conselho de Estado prelado, entrava o de Lisboa, na falta deste o arcebispo de Braga, seguindo-se o arcebispo de Évora e quando este faltasse, entraria o mais antigo prelado do Reino.

Não podiam entrar na tutela e regência dois irmãos ou pai e filho, porque apenas um deles podia fazer parte. Quando a regência caía no infante mais velho assumia o cargo com os cinco conselheiros de Estado, sendo consultivo o voto dos conselheiros e decisivo o do Infante regente.

Todas as regras enunciadas vigorariam tanto por morte do rei como por impedimento, fosse por causa física ou moral, ausência ou abdicação.

Na falta de sucessão a regência convocaria Cortes para constituir novo rei, no prazo de 6 meses, a fim de evitar anarquia no interregno.

17. Fixada a soberania e os contornos do seu exercício, avança a Segunda Parte do *Projecto* para o Sistema de Governo. Consagrado o catolicismo como religião do Estado, consentia-se aos estrangeiros a prática reservada de suas religiões. Se os reis deviam proteger as instituições e ministros do culto católico, estava-lhe porém concedido o beneplácito em matérias temporais, cabendo ao foro eclesiástico em exclusivo os objectos eclesiásticos, com observância da ordem jurídica estabelecida para o foro secular.

O título 2, Cortes, trata da constituição das três ordens do Estado — Clero, Nobreza e Povo. Convocadas pelo rei ou regência do Reino, quando necessárias, competia aos seus membros darem voto, como representantes da Nação, em matéria legislativa.

Entre as competências das Cortes contemplava-se as imposições de tributos, a alienação de bens da Coroa, sucessão, alteração de moeda, reforma de pesos e medidas, empréstimos, empenho ou hipoteca de bens e rendas do Estado, derrogação de leis gerais e leis antigas, aprovação de códigos e de uma maneira geral todos os negócios públicos da Nação.

No *Estado Eclesiástico* tinham voto o patriarca, os arcebispos, bispos e priores mores das três ordens militares; no *Estado da Nobreza* votavam os duques, marqueses, condes, viscondes, generais e os conselheiros do rei; no *Estado do Povo* tinham voto as câmaras municipais que já houvessem tido assento em Cortes, e ainda todas cujo Concelho excedesse mil famílias, anexando estas os concelhos vizinhos que não atingissem aquele número.

Estava prevista uma lei reguladora do tempo, lugar, época e forma das eleições dos deputados às Cortes, cuja convocação era da exclusiva competência do rei, não obstante cada um dos três Estados poder pedir ao rei a sua convocação ou prorrogação, que o monarca não devia recusar.

Reunido em Cortes, o rei propunha as leis; porém, aos deputados de cada uma das três câmaras era reconhecido o direito de propor projectos de lei.

Logo que a lei fosse declarada discutida, por pluralidade de votos, seria posta à votação por escrutínio secreto, dependendo a sua

aprovação do voto favorável de, no mínimo, dois terços dos deputados.

Só o rei cabia promulgar e sancionar a lei, conferindo-lhe com a sua assinatura virtude legislativa.

No gozo da sua autoridade soberana e independente, o monarca podia aceder ao menor número de votos para rejeitar ou aprovar a lei, mas para tanto era obrigado a ouvir o Conselho de Estado, que decidiria por unanimidade. Note-se, porém, que o uso de tal prerrogativa só tinha lugar em caso de falta de unanimidade de votos em Cortes; quando houvesse unanimidade o rei era obrigado a promulgar a lei.

18. O diploma de que nos ocupamos previa a existência de um *Conselho de Estado*, órgão constituído pelo patriarca, pelo presidente do Desembargo do Paço, pelo presidente da Relação de Lisboa, pelo general presidente do *Supremo Conselho de Guerra*, que naquele Conselho tinham assento por inerência de seus cargos.

Ocupava-se o Conselho de Estado dos negócios árduos e considerados de maior transcendência, como declaração de guerra ofensiva ou defensiva, os tratados, casamento do rei e membros da família real, assuntos respeitantes a embaixadas, a sucessão à Coroa e todos os assuntos de igual ou maior dignidade.

Aos membros do Conselho não era atribuído qualquer vencimento.

Além do Conselho de Estado existia um *Chanceler-Mor do Reino*, autoridade maior do Estado, a quem competia examinar e rever todos os diplomas régios, consultas e resoluções dos tribunais, que só vigorariam pela sua assinatura.

Quando qualquer dessas peças fosse reconhecida em contra-venção com as leis gerais de Cortes, códigos legislativos ou Carta de Lei Fundamental, seriam obrigatoriamente devolvidas ao rei com fundamentação, a fim de serem revistas nas instâncias competentes.

O rei seria assistido por secretários de Estado, a quem competia subscrever os diplomas régios e todos os avisos de intimação real, além da administração dos negócios públicos dos respectivos foros, nunca podendo sobrepor-se às decisões dos tribunais.

No caso de excederem as suas competências, podiam os despachos ser embargados pelos interessados, por recurso a tribunais.

19. A administração da Justiça era exercida por tribunais de primeira e segunda instância, cujas decisões o rei era obrigado a respeitar.

Das decisões das Relações de Justiça, com total independência do Ministério e secretários de Estado, não havia recurso, mas careciam da revisão do Chanceler-Mor que as podia anular se proferidas contra o que estava legislado.

Os negócios forenses, demandas e causas judiciais e litigiosas entre partes, no cível como no crime, eram julgados em tribunais de 1.^a instância, com admissão de recurso para as Relações.

Os juizes de 1.^a instância habilitados pelas universidades tinham perpetuidade de cargo, sendo porém mudados trienalmente de lugar.

Às partes litigantes era concedido constituírem árbitros para conhecerem de facto e de direito ou somente de facto as matérias em litígio.

O foro judicial de 1.^a instância era desempenhado por juizes territoriais de cada concelho, vila ou cidade e ainda por aqueles a quem por lei fossem entregues certas causas de foro privativo, prevendo-se auditorias para o foro eclesiástico, pupilar, comercial, marítimo, criminal e fiscal.

20. A orgânica, direitos e atribuições das Câmaras Municipais é tratado no Título 10, sendo de salientar o voto em Cortes através de seus deputados e o direito de constituírem os seus Estatutos e Posturas sobre a polícia urbana e rural.

O território das Câmaras Municipais, perfeitamente delimitado, englobava todo o terreno, águas, matos e charnecas, rasos e maninhos, baldios e pastagens sem dono ou que não fossem coutados e reservados nos Livros de Fazenda dos bens da Coroa e Real Fazenda.

O regulamento das eleições dos edis, dos juizes municipais e direitos camarários era da alçada do rei, que devia considerar os antigos usos e costumes.

Não era permitido constituir novos concelhos em povoações com menos de 1 000 famílias.

Às Câmaras competia o recenseamento militar.

21. Fixados os bens da Coroa e os da Fazenda Real, bem como a organização fiscal e arrecadação de tributos e obrigações fiscais, o Título 12 do Projecto trata o sistema de legislação, consignando a

elaboração de códigos que deviam ser aprovados em Cortes, sob sanção real.

Esses códigos não poderiam ser alterados, derogados ou em qualquer artigo dispensados fora das Cortes.

Enquanto não houvesse outros, observar-se-iam os antigos.

Na *Carta de Lei Fundamental* especificam-se todos os diplomas legais, que apparecem tipificados na origem e funções.

Só por meio das cartas de lei, alvarás, decretos, cartas régias, avisos e provisões o rei podia fazer executar as suas ordens, depois de assinados tais diplomas legais pelo Chanceler-Mor.

O *Projecto* trata ainda da força militar, organizada em dois corpos: um de primeira linha, mantido à custa do Estado, outro de segunda linha, que se auto-sustentava, porém armado e com direito a soldo em tempo de guerra ou acampamento fora do seu distrito.

22. A Terceira Parte occupa-se dos direitos dos cidadãos, diferenciados em direitos activos e direitos passivos.

Entre os primeiros, conta-se o gozo de iguais direitos de cidadania conforme a classe e estado a que cada um pertencia na sociedade civil e a igualdade de admissão aos empregos públicos por mérito, preferindo os casados aos solteiros, devendo estes ser maiores de 25 anos de idade.

A cada cidadão era livre a prática da religião católica na forma das leis eclesiásticas, reconhecendo-se a liberdade de publicação de escritos e doutrinas que não ofendessem a religião, o Estado e os bons costumes.

Igualmente era reconhecido o livre uso da propriedade, fazenda e património em conformidade com os Códigos e Carta de Lei.

Os filhos legítimos só eram admitidos aos officios públicos dos pais se revelassem capacidade.

A Nobreza e títulos honoríficos obtinham-se como prémio por serviços feitos à Nação e ao rei por qualquer meio.

O direito à liberdade pessoal, a inviolabilidade de domicílio, o direito a indemnização, o direito de reclamação por prejuízos causados por legislação régia, o direito de representar, pedir e requerer ao rei verbalmente ou por escrito através das secretarias de Estado ou Tribunais competentes, estão igualmente contemplados.

Ninguém podia ser condenado sem processo e da sentença que transitasse em julgado não podia haver revogação pelo Ministério do Estado.

Só as Cortes podiam estabelecer as penas infamantes, não se podendo estender aos filhos as penas de confisco de bens do condenado.

O direito de cidadão adquiria-se pelo nascimento, mas podia perder-se por emigração sem licença ou por aceitação de emprego e domicílio no estrangeiro ou por degredo perpétuo.

Ninguém podia sofrer a perda dos direitos de cidadão para sempre ou temporariamente, sem que tal fosse precedido de sentença dos tribunais.

Entre os direitos passivos, conta-se a obediência às leis, a obrigação tributária e de serviço quando requerido, as obrigações religiosas com proibição das associações secretas, a fidelidade e respeito ao rei, a responsabilidade dos empregados públicos perante o rei e a obrigatoriedade de serviço público, quando necessário, antes dos 70 anos.

23. Da análise da documentação que acabamos de tratar parece decorrer, de forma insofismável, como não foi rectilíneo o processo de elaboração do *Projecto de Carta*. Muito pelo contrário, ressalta à evidência que, quer pelo peso das opiniões e votos de alguns dos seus membros, quer pelas pressões vindas de fora, fossem do reino, fossem das potências europeias, o fracasso se tornou inevitável.

Não chega toda essa documentação para acompanhar *pari passu* as inflexões e transigências a que, no seu conjunto, os membros da Junta foram obrigados, mas dela julgamos poder-se concluir que não só o projecto inicial, ou os projectos, elaborados, com o tempo se distanciaram das margens de uma autêntica representatividade, como ainda foram esmaecendo e liquidando as garantias individuais e da liberdade de pensamento e de expressão, caminhando os trabalhos a passos agigantados para meros projectos de cariz tradicionalista, e em última análise para a convocação das chamadas Cortes Velhas.

Os acontecimentos da abrilada haviam definitivamente liquidado qualquer hipótese de solução constitucionalista, e a certidão de óbito está consignada na carta de lei de 4 de Junho de 1824⁴⁵.

⁴⁵ Cfr. CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *Documentos para a história das cortes geraes*, T. 1.º, pp. 871-73.

E se a convocação dos Três Estados ainda esteve nos horizontes do rei e do governo no verão de 1824, pouco depois se determinava que as Cortes reuniriam à maneira tradicional, não lhe cabendo qualquer prerrogativa de âmbito legislativo.

Nos começos de 1825 caía o ministério Subserra-Palmela e, como judiciosamente afirma Silva Dias, «morto o projecto de Carta Constitucional, morto estava igualmente o projecto de convocação das Cortes»⁴⁶.

Seria preciso esperar por 1826 para ler as expressões de júbilo de Ferreira Borges ao dar fim às cartas de *O Correio Interceptado*, integrando a ressonância da epifania dos liberais emigrados, como faltaria passar pela guerra civil e por vários movimentos militares e civis (revolução de Setembro, revolta dos marechais, revolta de Torres Novas, Maria da Fonte e Patuleia e outros movimentos de reduzida expressão) para, quando se entrava na segunda metade do século, o radicalismo liberal e os restos do miguelismo se reconhecessem definitivamente vencidos, militar e politicamente, e enfim atingir-se a paz e funcionar o compromisso histórico entre as várias correntes interessadas na ordem constitucional e mesmo outras.

«A viabilidade do golpismo, como rota de hegemonização partidária e método de abordagem das dissidências cívicas, morrera em Portugal, falha de todo o crédito e de todo o espaço de manobra. O messianismo político, de tipo pessoal, ideológico, ou faccionário, estava também inteiramente morto. O País já não queria que o discutissem, mas tão-só que o governassem»⁴⁷.

⁴⁶ GRAÇA E J. S. DA SILVA DIAS, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Vol. I, Tomo II, p. 892.

⁴⁷ *idem*, pp. 911-12.

CAPÍTULO V

PUBLICAÇÕES SOBRE ECONOMIA POLÍTICA — CONCEPÇÕES ECONÓMICAS

1. Um aspecto tão relevante como a sua obra de jurisconsulto é o estudo que Ferreira Borges dedicou aos problemas económicos e financeiros, vindo a publicar três obras fundamentais: — *Princípios de Sintelologia*, *Instituições de Economia Política* e o folheto *Do Banco de Lisboa*.

Destas obras e das concepções que lhe subjazem ou delas decorrem, nos passaremos a ocupar.

PRINCÍPIOS DE SINTELOGIA

2. Se nos debruçarmos sobre o Prefácio da obra, encontraremos resposta para a matéria que a compõe e justificação do estranho nome da ciência, que hoje nenhum dicionário regista e que até estranhamente não figura no Dicionário Jurídico-Comercial do autor.

Quiçá a sua estrutura etimológica, pelo academismo que a veste, a condenasse a rápido abandono, dado que, embora Ferreira Borges estabeleça diferenças, circulava em pena de estudiosos e certamente na *vox populi* o termo finanças, designando a «ciência que ensina os meios de prover às necessidades do estado político com os recursos do estado social, até hoje chamado Ciência da Fazenda ou Finanças... ciência nova [que] nasceu da Economia Política e [que] se é pouco generalizada é ainda menos compreendida»¹.

¹ JOSÉ FERREIRA BORGES, *Princípios de Syntelologia compreendendo em geral a Teoria do tributo e em particular observações sobre a administração e despesas de Portugal, em grande parte applicáveis ao Brasil*, 2.^a edição, Lisboa, 1844, p. V.

A necessidade de encontrar nome científico para a ciência dos tributos e despesas do Estado é explicada por Ferreira Borges no facto de, em sua opinião, *Fazenda* só por si não designar a ciência e o epíteto real não caber ao rédito público de uma nação livre, sobremaneira porque «nem o rei tem o senhorio da nação, nem o tributo é sinal de vassalagem». Se *Fazenda Real* era designação a evitar, também a palavra *finanças*, embora filha da Economia Política, para denotar o rendimento do Estado, na sua acepção própria era análoga do que se designava por *Tesouro* ou *Erário*, aquilo que os ingleses chamavam *Excheque* e os romanos *Fisco*.

Sobre a origem da palavra *finanças* divergiam os filólogos, querendo uns a derivação do germânico *finantz*, a significar acção ou entesourar, usura, e outros a radicarem-na na latina bárbara *financia*, *proestatio pecuniaria*.

Resolvia-se em sua opinião e com rigor a designação de ciência na palavra *syntelologia*, «compondo-se de *sym*, *cum*, *telo*, *vectigal*, *impensa*, — *logos*, *verbum* — vindo a importar a ciência das contribuições e despesas».

Obscurecido no percurso etimológico o significado do termo, com alguns véus de um certo esoterismo linguístico, como é hábito ainda não perdido em certos divulgadores de novos saberes, restava ao autor, sem menosprezo das designações em circulação — *finanças* e *fazenda* —, reconhecer que quanto às doutrinas «nós conhecemos que estabelecemos muitas proposições atrevidas e que a nossos leitores causarão grande estranheza. Nós lhe pedimos contudo que nos não condenem sem bem reflectir que a ciência é moderna, e que é porventura aquela em que a ignorância tem sancionado mais absurdos como verdades».

Esta consciência dos obstáculos à penetração dos saberes de ponta leva Ferreira Borges a analogias que, se num ou noutro caso podem considerar-se estultas, não deixam de vincar o seu orgulho de pioneiro:

«Lembrem-se que Galileu por dizer em 1632 o que hoje é para todos axioma, foi vítima da Inquisição em Roma. Lembrem-se que o hábil ministro das finanças Sir Robert Walpole em 1733, por apresentar um projecto de porto franco para Londres teve de escapar-se pelos telhados da casa do Parlamento à fúria dos fabricantes, e que em 1803 Londres foi feito porto franco com espanto de o não haver sido há mais tempo. Lembrem-se que por mais de trinta anos os

Lords do Almirantado inglês desprezaram o sábio engenheiro que lhes propunha a aplicação do reagente vapor aos movimentos das embarcações e que hoje se esmera em promover esse invento. De um desembargador do Rio de Janeiro ouvíamos nós, que sendo juiz informante de uma provisão de privilégio de introdução de novo invento, que requeria certo indivíduo que se oferecia a iluminar por meio de gás aquela cidade, o juiz informara contra, taxando o requerente de impostor, por lhe dizer que a luz não teria torcida, e sem torcidas é iluminada a Inglaterra inteira»².

Compensada a subjectividade na boa companhia de tão reputados introdutores de nova ciência ou nova tecnologia, restava ao nosso autor coonestar a sua proposta em experiência alheia, procurando, finalmente, espaço de absolvição ou benefício de dúvida:

«Cumpre pois não repelir toda a proposição *in limine* só porque é nova, e por nova atrevida, porquanto toda a que estabelecemos em sintelologia pode ser comprovada por factos de administração europeia. E a que nasceu de pura teoria de Economia Política será doutrina de mais abalisados escritores da ciência, e se não firmada ainda universalmente e, com ingenuidade o confessaremos»³.

A Defesa do Regime Liberal

3. Ao longo de toda esta sua obra, produzida, como quase todas as que saíram da sua pena, na emigração por perseguição política, Ferreira Borges defende com tenacidade o regime liberal e representativo.

Seguidor da teoria da taxa de serviços, o tributo, que define como preço da segurança, o nosso autor, ao longo das quase duas centenas de páginas que constituem o texto dos Princípios de Sintelologia, a que se seguem mais de cinquenta páginas de notas, ocupa-se fundamentalmente do tributo e das despesas, ao mesmo tempo que defende com veemência a liberdade do comércio, e pugna pela equanimidade na distribuição dos impostos, explanando para estes as suas várias espécies, tal como o faz com as várias espécies de despesas a fazer

² *idem*, Nota Preliminar, Notas, pp. 4 e 5.

³ *idem*, p. 5.

pelas diferentes repartições de serviço público — exército, armada, magistratura, alfândegas, polícia, etc.

O confronto das doutrinas e definições que apresenta converge para a necessidade da previsão das receitas e despesas públicas, ou seja, o orçamento do Estado:

«Ela [a Sintelologia] abrange as combinações as mais vastas e pode prestar à sociedade os mais relevantes serviços, dependendo dela a averiguação exata das necessidades e dos recursos de uma nação, e a sua combinação em forma que se não ofenda a prosperidade dos povos e se alcance a necessária força dos governos. A resolução deste problema, à primeira vista insolúvel, constitui o mérito da ciência e a prova da sua utilidade absoluta».

A defesa do governo representativo reclamava o estudo comparativo dos regimes de tributação neste e no governo absoluto, o que Ferreira Borges persegue, no sentido de demonstrar como o regime da liberdade se esforça por minorar o gravame dos povos, porque «no governo da lei, são os povos que a si mesmos se tributam»:

«Um dos mais felizes resultados do governo representativo, é o reservar aos contribuintes ou pelo menos aos seus mandatários, os deputados, a faculdade de determinar a quota de tributo e de fiscalizar-lhe o emprego. Neste sistema o ministério das finanças tem duas obrigações a preencher: a primeira consiste em provocar o voto do tributo, apresentando cada ano na câmara dos deputados o orçamento das despesas do ano seguinte; a segunda em apresentar também cada ano as contas de todas as despesas do ano precedente, para que as câmaras possam julgar se há excesso de receita ou despesa, e se o produto das contribuições e réditos públicos foi administrado nos limites e no espírito da lei, isto é, no melhor dos interesses de estado.

O orçamento, que se compõe somente de uma série de avaliações, é fácil de formar. Basta classificar metodicamente as despesas presumidas e fundar o pedido de fundos com razões e cálculos que justifiquem o montante.

Porém, logo de antemão se sabe que tudo é eventual, que artigos haverá que se elevarão acima e outros que ficarão abaixo das avaliações. E é mesmo reconhecido que erros para mais ou para menos são sem consequência, porque nunca podem ser tão grandes que

influem sensivelmente no sistema das finanças e podem ser rectificadas por um orçamento suplementar ao acto de apresentação das contas»⁴.

Da Necessidade do Orçamento do Estado

4. Esta posição inovadora de apresentação e discussão de um orçamento geral de Estado, com as prévias dotações em conformidade com a importância dos departamentos de Estado, projecta-se na segunda parte da obra com especial relevo no capítulo sobre «redução e corte nas despesas da Administração de Portugal», todo um sistema de análise da importância e funcionamento de ministérios e secretarias de Estado, bem como de repartições a eles afectas.

Ocupando-se das despesas com a força armada, Ferreira Borges estabelece a proporcionalidade entre população e serviço nas fileiras, concluindo que em tempo de guerra não deve exceder 15 000 homens, bastando um terço em tempo de paz.

Da análise dos orçamentos de 1821, 1826 e 1827, que transcreve, pode extrair que «quatro quintos da receita total de Portugal [foram] gastos no emprego da força armada, em tempo de paz, que em guerra seria triplicado», pelo que preconiza a urgente reforma nas forças armadas, e, por iguais razões, das restantes instituições do Estado, caso da magistratura judicial, diplomacia, eclesiásticos, organização judicial, juntas dos juro e do comércio, alfândegas, conselho ultramarino, casa das rainhas, imprensa régia, polícia, etc.

A cada um destes sectores públicos consagra atento estudo, defendendo a dignificação das funções, a escolha dos homens certos, a necessidade do balanço da administração:

«(...) empregar à testa de todos os ramos da administração homens dignos deles, que deles tenham o melhor conhecimento possível e que sejam em todo o caso probos (...) Devem dar-se homens aos ofícios e não ofícios aos homens, diz uma lei nossa que se porventura fosse cumprida a sua máxima, excusadas eram tantas (...). Nós temos falado do tributo olhado debaixo das suas diferentes faces e nos parece haver apontado os meios de

⁴ *idem*, pp. 123 e 124.

o tornar mais produtivo, menos gravoso ... falamos depois das despesas supérfluas, das desnecessidades, das acumulações inúteis e prejudiciais da nossa administração. Quiséramos falar das despesas constantes em separado das despesas variáveis e eventuais, porque só assim chegaríamos a poder encontrar o desideratum, isto é, o balanço da pública administração. É isso que Portugal não conseguiu ainda uma vez só.

Os diversos budgets e orçamentos que diferentes ministros têm apresentado, ainda nos não mostraram qual a nossa despesa pública constante e qual o rendimento exacto de um tributo em qualquer período dado. Portanto tem-se visto que há um deficit, mentirosa ou ligeiramente, porque sem um balanço não pode provar-se um saldo»⁵.

Da Necessidade de Organização Administrativa

5. Ferreira Borges encontra as raízes desse desacerto na desorganização da máquina administrativa, por não haver escrituração capaz, e se misturarem receitas, o que leva a que defenda a reorganização em moldes que possibilitem saber-se em cada ano o produto das contribuições.

Se tal não se verificar, afirma, será vão «todo o esforço da legislatura, fantástico todo o orçamento e nunca melhorada a administração pública».

Com evidente crença na ciência e na experiência dos povos, conclui com a advertência de que as suas propostas, designadamente as que consagra ao tributo, só poderão ser aplicadas gradual e cuidadosamente, pois se tal se não fizesse, passe a imagem, matar-se-ia o doente com a cura:

«O que temos exposto não são esperanças vãs, projectos a experimentar, são realidades demonstradas e que em todas as suas teses tem prova entre todas as regulares administrações europeias. Notem pois os povos, que uma revolução para alcançar um governo de lei, em vez do açoitado do arbítrio, não é uma desorganização se não uma

⁵ *idem*, p. 183.

transição para um melhor e mais justo, e convencidos acharão que uma constituição é uma realidade»⁶.

AS INSTITUIÇÕES DE ECONOMIA POLÍTICA

6. Ferreira Borges, sempre preocupado com a situação do país, não podia deixar de acreditar que as medidas por ele preconizadas para a organização administrativa e gestão financeira viessem a ser tomadas pela governação liberal.

Esta crença aparece evidenciada na dedicatória a D. Pedro que abre as suas *Instituições de Economia Política*, reportando-se ao encontro entre ambos e à oferta dos *Princípios de Sintelologia*, o que, como confessa, foi acompanhado de formal pedido de aplicação das medidas que na obra explanava:

«Nem o meu pedido — afirma Borges — nem as minhas esperanças foram baldadas. Vossa Magestade Imperial no meio da guerra, da fome e de crises só por milagre superadas adoptou as medidas ali apontadas quantas foram compatíveis com as circunstâncias, e um seu ministro, o Sr. José da Silva Carvalho, desmedroso e decidido, tem cortado com golpe seguro abusos e erros de muitos séculos. Os interesses ressentiram-se abalados ou destruídos, e ficou uma luta sustentada ou pelo egoísmo ou pela ignorância, mas a sociedade lucrou.

(...) Quem não conhece a arte não pode avaliar as obras dela. E assim como para que um terreno frutifique aproveitadamente convém de antemão amanhá-lo, assim para que os portugueses apalpem os bens que têm a colher de instituições já por Vossa Magestade Imperial encetadas e que com o tempo se aperfeiçoarão, é necessário ensiná-las.

Eis aqui o fim das Instituições de Economia Política que tomo a liberdade de dedicar a Vossa Magestade Imperial»⁷.

Pela primeira repartição e datado de 25 de Junho seguinte (a dedicatória tem a data de 27 de Maio de 1834), José da Silva Carvalho officia a Ferreira Borges, na qualidade de Supremo Magistrado do

⁶ *idem*, p. 185.

⁷ JOSÉ FERREIRA BORGES, *Instituições de Economia Política*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834, p. VIII e IX.

Comércio, dando conta da aprovação da obra, informando ainda que o Regente «aceita[va] com satisfação o oferecimento nela proposto, esperando que na Obra do Autor o Público conheça mais este testemunho do seu talento e do verdadeiro zelo com que se dedica à ilustração dos seus compatriotas e ao bem comum da Causa Nacional»⁸.

7. As *Instituições de Economia Política* são uma obra vasta, composta de Prolegómenos que tratam, em dezasseis tópicos, dos fundamentos daquela ciência, a que segue o desenvolvimento de origem e natureza de valores, ocupando dez capítulos.

No conjunto de sete livros em que a seguir aos prolegómenos a obra se organiza, são minuciosamente livro a livro os seguintes temas: «da produção de riqueza»; «dos fundos ou da acumulação das riquezas»; «da distribuição secundária do producto anual ou da circulação»; «do numerário»; «do crédito»; «do consumo». Completa a obra um resumo das noções fundamentais sobre a natureza da riqueza nacional.

Na *Introdução* desenvolve Ferreira Borges a marcha dos conhecimentos económicos para conduzir o seu raciocínio à afirmação de que «investigar o fenómeno da riqueza moderna das nações, sua natureza, causas, processos e influência sobre a civilização é procurar resolver o problema mais vantajoso no resultado à sociedade, ao homem», afinal o objectivo da Economia Política. Nesse percurso histórico, caracterizado o sistema feudal, dilucidados os condicionalismos que determinaram «todos esses absurdos do que se chamou sistema mercantil», analisado e explicado o aparecimento do «sistema agrícola» cuja doutrina Quesnay extraiu do exame dos desastrosos efeitos do mercantilismo», Ferreira Borges passa de seguida ao enunciado da importância do aparecimento em 1776 da obra de Adam Smith, «Investigação da natureza e causa da riqueza das Nações», que traduz à letra do título original que transcreve em nota de pé-de-página. Era o nascimento «do chamado sistema industrial».

Para tornar clara a importância da obra smithiana, abona-se

⁸ Apud JOSÉ FERREIRA BORGES, *Instituições de Economia Política*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834, p. II.

em J. B. Say, afirmando que antes de Smith não havia Economia Política, cuja revolução compara à da física Newtoniana:

«Antes de Smith avançaram-se por muitas vezes princípios muito verdadeiros; foi ele, porém, o primeiro que mostrou que eram verdadeiros. Ora uma verdade pertence não ao primeiro que a diz senão ao primeiro que a prova».

O aparecimento de incontáveis obras sobre «a doutrina da riqueza nacional», os aperfeiçoamentos introduzidos e as adaptações a cada país, o confronto de teses e princípios que «desacreditavam por algum tempo a ciência», estão no núcleo das suas reflexões e encaminham as suas concepções para a fixação dos princípios fundamentais da nova ciência «cujas certezas já se não contesta»:

«Hoje já se não duvida que os mananciais da riqueza moderna consistem no trabalho, economia e troca, que o trabalho é tanto mais produtivo de riquezas quanto mais susceptível de divisão, até ao seu termo possível, que o emprego das economias determina a sua influência nos progressos da riqueza, que, enfim, as trocas contribuem mais ou menos à riqueza de um país segundo são mais fáceis, mais ilimitadas, mais livres, seu transporte mais rápido, mais económico, sem estorvos e protegido segundo os valores de circulação são mais reais do que nominais e que o crédito torna mais ou menos inútil o emprego dos valores de circulação e economize mais os gastos desse emprego»⁹.

Da Necessidade de um Compêndio

8. Sustentadas as mais percucientes teses smithianas, enunciada a sua profissão de fé livrecambista, tanta vez repetida ao longo dos seus estudos de economia, Ferreira Borges, ao tempo que preconiza a necessidade de divulgação daqueles princípios, defende a urgência da sua compendiarização, e as *Instituições* outra coisa não são que a realização desse propósito.

9. Moldadas no *Curso de Economia Política* que Henrique Storch publicara em 1815, e que seu irmão, Joaquim Ferreira Borges, cônsul em Petersburgo, lhe enviara, e que o nosso jurisconsulto se ufanara

⁹ *idem*, p. XIX.

de ser o primeiro entrado em Portugal, as *Instituições de Economia Política* de Ferreira Borges se em parte são o «traslado» de alguma doutrina daquele outro autor russo, como expressamente afirma, reflectem por outro lado influências de muitos outros dos «mais abalizados escritores da matéria respectiva», como Lauderdale, Edmonds, Malthus, Ricardo, J. Mill, Nassan Whiliam, Samuel Bentham, Parnell, Richard Whately, McCulloch, Hennet, Ganilh, Dufresnes, Garnier, Say, Sismondi, Turgot, Smith e muitos outros, que afirma tivera sempre à mão.

As obras de Malthus e Ricardo possuía-as nas conhecidas traduções de Solano Constâncio, como se pode ver na importante bibliografia que cita para cada um dos referidos autores.

Curioso será notar que é a única vez que o nome de Solano Constâncio aparece referido nas obras de Ferreira Borges, que de resto nunca refere qualquer outro português em abono das suas asserções.

10. A extensa lista de autores que acima se referem, utilizados a espaços na obra de Ferreira Borges de que nos ocupamos, serve para retirar alguma força à ideia feita de serem as suas *Instituições* um mero resumo do Curso de Storch¹⁰, como afirmou Frederico Laranjo, e *ipsis verbis* por outros, como Marnoco e Sousa¹¹.

Mais próximas da verdade são as conclusões de F. Pinto Loureiro, ao dizer que «Ferreira Borges moldou as *Instituições* com o *Cours d'Economie Politique* de Storch, de que disse ter trasladado os princípios e regras da ciência»¹², pois, já o afirmámos, se a obra de Storch lhe serve de modelo na organização, e na primeira parte a segue de perto, toda a segunda parte não só se afasta daquela obra como introduz algumas reflexões inovadoras.

Precisando: enquanto ao ocupar-se de «Teoria da riqueza», está próximo de Storch, embora frequentemente utilize doutrina de Rau, Sismondi, Say e McCulloch, já na «teoria da civilização» nada tem a ver com o autor de que é acusado de ser simples e maçudo tradutor.

¹⁰ Cfr. FREDERICO LARANJO, *Economistas Portugueses*, in «Instituto», Coimbra, vols. XXX (1883-84) e XXXIII (1885).

¹¹ MARNOCO E SOUSA, *Sciencia Económica*, Coimbra, França Amado Ed., 1910, p. 106.

¹² Cfr. *Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra*, Vol. II, n.º 3.

Que o não é, podemos ainda extrair da seguinte afirmação de Armando de Castro:

«O mais significativo é que Ferreira Borges representa já um abandono radical das concepções básicas de Economia Clássica, posto aceite um ou outro dos seus princípios. A pedra de toque é a teoria do valor de troca: para o autor das Instituições ele é determinado pela procura (repudiando a teoria de Smith) enquanto os preços resultam da lei da oferta e da procura»¹³.

Valor de Utilidade e Valor de Troca

9. Efectivamente Ferreira Borges desenvolve a problemática do valor de troca estabelecendo a relação oferta/procura e as leis da concorrência¹⁴.

Quando se ocupa da teoria dos valores afasta-se de Ricardo, pois entra em consideração a utilidade para além da quantidade de trabalho fixado numa coisa:

«Os autores que têm tratado da natureza dos valores, têm comumente feito a distinção de *valor de utilidade* e *valor de troca*. O resultado é uma confusão às vezes indecifrável. O valor não é mais que uma qualidade relativa a outra, e assim simplificando as duas diversas acepções poderemos definir o valor, a qualidade relativa da estimação atribuída a um objecto qualquer pela necessidade ou desejo e meios de havê-lo. Esta qualidade é aquela pela qual as coisas se tornam riquezas ou porções de riqueza.

Não é uma qualidade abstrata: é um atributo definido pela necessidade ou pelos desejos combinados com os meios de haver a coisa por outra, que tem iguais atributos. Esta qualidade faz com que o objecto a que é anexa tenha um curso, que quando determinado em moeda se chama preço corrente. A utilidade é igualmente uma qualidade, mas relativa unicamente ao objecto em si, enquanto que o valor é qualidade do objecto, mas dependente e relativa a outro, em comparação com ele. Como os objec-

¹³ ARMANDO DE CASTRO, *O Pensamento Económico no Portugal Moderno*, Biblioteca Breve, vol. 48, 1980, pp. 86 e 87.

¹⁴ *Instituições*, pp. 27 e seg.

tos que têm um valor têm necessariamente uma utilidade, o que se não dá precisamente no inverso, daí vem o confundir-se *valor de utilidade* e o *valor de troca*. E como a utilidade é um atributo de coisa em si, sem mais relação a alguma outra, daí vem que na ciência económico-política, não se trata de utilidades, mas sim de valores.

(...) Uma vez determinada a utilidade de um objecto qualquer, nós deduzimos o valor em regra da sua raridade e da soma de trabalho necessário para havê-la. Mas há coisas cujo valor só depende da raridade. E nestas, como o trabalho não pode multiplicá-las, o seu valor só diminui na razão da abundância. Tal é o valor de livros raros, medalhas antigas, de vinhos velhos, de produções de um solo singular na natureza. Este valor depende do tempo ou da natureza e das faculdades caprichosas do homem, não tem nada do trabalho empregado na sua produção primária. Quando pois nesta ciência se fala de valor e de o que regula o seu preço relativo, entende-se somente de objectos cuja quantidade pode acumular-se pela indústria humana, e cuja produção é animada pela concorrência sem estorvos.

Daqui se segue que o valor de uma coisa não depende só da quantidade de trabalho fixada nela: a sua utilidade é um elemento do valor, assim como é uma qualidade da coisa. Logo não é exacta a doutrina de Ricardo e outros, que dizem que todo o aumento na quantidade deste trabalho deve necessariamente aumentar o valor do objecto em que recai e a sua diminuição diminuir-lhe o preço, porque é a quantidade de trabalho fixa numa coisa quem regula o seu valor de troca. Não é só ela, é, e como primeiro elemento seu, a utilidade. Esta é que origina a procura. O trabalho fixo numa coisa, isto é, as suas despesas de produção, operam a sua raridade, e limitam-lhe a quantidade de oferta, isto é, será tanto maior o seu valor quanto a coisa for mais procurada e menos oferecida, e vice-versa.

Portanto, os gastos de produção, ou quantidade empregada de trabalho, ou como também lhe chama Ricardo com Smith o preço natural de uma coisa não é o regulador único do seu valor de troca ou preço corrente, exprimindo este valor em moeda»¹⁵.

¹⁵ *Instituições*, pp. 28 a 30, nota b).

O Produto Nacional

10. Não menos significativa é a sua antecipação de «produto nacional», conceito até então não considerado, e para o que, que saibamos, apenas Armando de Castro chamou a atenção¹⁶.

O que era esse «rédito nacional»? Borges explica que se compõe de «todos os salários ganhos pelos operários industriais de todas as rendas percebidas pelos capitais e terrenos produtivos, e de todos os lucros ganhos pelos empresários industriais. Portanto o rédito anual de uma nação é igual à sua produção anual»¹⁷.

Ferreira Borges exclui necessariamente desse produto tudo o que respeitava a produção anterior de cada ano, ocupando-se da distinção de rédito necessário e rédito líquido, compreendendo aquele os salários, os rendimentos dos capitais, tanto fixos como circulantes, e o lucro das empresas, sendo o líquido ou ganho anual da sociedade composto do salário supérfluo dos operários, da renda supérflua dos capitais fixos e circulantes, do lucro líquido do empresário, e da renda dos bens de raiz.

Só esta última porção do produto nacional (rédito total) a nação pode consumir sem riscos, e o seu cálculo depende da maior liberdade na circulação das fontes de riqueza: «desde o momento que a circulação de qualquer desses mananciais [dos réditos] for impedido, o preço de seu uso será um preço de monopólio, e apresentará um dado absolutamente falso»¹⁸.

Longa seria, e por certo por si só justificativo de uma monografia, a análise minuciosa das *Instituições de Economia Política*, cotejadas com todas as fontes e confrontadas com as obras similares da época. Não dominamos a ciência económica a limites que nos proporcionassem uma tal análise, e talvez que fosse excessivo fazê-lo em trabalho desta natureza.

O que nos importa destacar é ter sido Ferreira Borges, com Silva Lisboa, Solano Constâncio, Acúrcio das Neves e Manuel de Almeida

¹⁶ ARMANDO DE CASTRO, *ob. cit.*, p. 87.

¹⁷ FERREIRA BORGES, *Instituições*, p. 139.

¹⁸ FERREIRA BORGES, *Instituições*, p. 140.

dos primeiros que em Portugal seguiu os novos princípios da escola individualista¹⁹.

As «Instituições» no Contexto da História da Economia em Portugal

11. No estudo de Frederico Laranjo, publicado no *Instituto* a que se fez referência, aquele Professor afirma que Ferreira Borges foi o escritor que depois de Manuel de Almeida se ocupou entre nós de Economia Política, prioridade de que não restam dúvidas, se bem que tal alusão ao célebre autor pareça dirigir-se a Borges, pondo em causa a sua afirmação: «Sirva a conciliar [insuficiências ou erros] ...o sermos o primeiro que escrevemos em português nesta ciência, e que vamos nacionalizar na matéria e na frase...».

Não nos parece que Ferreira Borges, conhecedor das obras circulantes, se arrogasse pioneiro na matéria, antes queria chamar a atenção para a materialização da doutrina, o *modus faciendi*, e aí, sim, nenhuma outra entre nós se lhe antecipou.

O facto não passou despercebido a Barbosa de Magalhães²⁰, que a propósito afirma:

«...assim, o Prof. Laranjo quis fazer ressaltar que Ferreira Borges se atribuía indevidamente a prioridade em bibliografia portuguesa sobre economia política, mas Ferreira Borges, conhecendo e sabendo que eram conhecidos tantos livros portugueses sobre essa ciência, designadamente os de Silva Lisboa, José Acúrcio das Neves e Manuel de Almeida, não podia querer atribuir-se tal prioridade.

A que ele se atribuía, e justamente, era a de ser o seu livro o primeiro que, sob a forma de compêndio, institutas ou instituições (palavras estas por ele próprio empregadas), era publicado em Portugal».

Por outro lado, se ao destacar em sublinhado a palavra nacionalizar, Frederico Laranjo quis coonestar a sua afirmação de ser o

¹⁹ Sobre Ferreira Borges, o economista, cfr. o *Boletim da Academia das Ciências*, nova série, vol. V, Lisboa 1935, onde se arquivam os discursos de homenagem a Ferreira Borges, na sessão comemorativa do centenário do Código Comercial e MOSES AMZALAK, *Do Estudo das doutrinas Económicas em Portugal*, separata da «Revista do Instituto Superior de Comércio», ano 11.º, número 19, Lisboa, 1938.

²⁰ BARBOSA DE MAGALHÃES, *Jurisconsultos Portugueses II*, Edição do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, Lisboa, 1960, p. 271.

livro de Ferreira Borges mera tradução de Storch, logo se contradiz, pois não só reconhece que na segunda parte da obra Borges se afasta daquele autor, não deixando de reconhecer que «pelo acertado do plano, pela nitidez das definições e pelo rigor do raciocínio, as Instituições [de Ferreira Borges] como compêndio, são muito superiores ao de Manuel de Almeida [Compêndio de Economia Política ...]²¹, e mesmo a todos que depois se publicaram entre nós»²², mas que, não obstante, não tivera em Portugal, nem mesmo nas aulas em que se iniciou o estudo da Economia Política «o apreço que merecia».

Já Barbosa de Magalhães²³ chamou a atenção para a inexactidão deste facto, pelo menos em parte, remetendo os leitores para a obra de Paulo Merêa, *Esboço de Uma História da Faculdade de Direito de Coimbra*²⁴, onde este lente coimbrão demonstra que embora num breve lapso de tempo, de Janeiro a Julho de 1837, as Instituições de Ferreira Borges foi regido por Adrião Forjaz na cadeira de Economia Política, então a dar os primeiros passos nos estudos jurídicos, só depois substituído pelo Catecismo de Say, até à publicação do Compêndio do próprio Adrião Forjaz²⁵.

12. Na introdução das suas *Instituições de Economia Política*, Ferreira Borges, referenciadas as fontes, proclama claramente a finalidade da obra, não sem que ponha em destaque o atraso em que se encontrava o país, no que respeitava ao ensino daquela Ciência, como em evidência coloca a própria situação económica do país.

²¹ É seu título completo: *Compêndio de Economia Política*, redigido depois do convite feito pelas Cortes em sessão de 24 de Março de 1821 pelo cidadão Manuel d'Almeida, Bacharel, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, e por apresentação ao augusto congresso e remetido à comissão de Instrução Pública, em sessão de 29 de Dezembro, donde saiu para se imprimir em 21 de Maio do presente Ano». Lisboa, Tipografia Rolandina, 1822.

²² Seguimos a reedição prefaciada e anotada por CARLOS DA FONSECA, Guimarães & C.^a, Editores, Lisboa, 1976.

²³ BARBOSA DE MAGALHÃES, *ob. cit.*, p. 172.

²⁴ Fascículo 10, p. 61.

²⁵ ADRIÃO FORJAZ DE SAMPAIO, *Elementos de Economia Política*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1839. Dois anos após Forjaz publicou *Primeiros Elementos da Ciência da Estadística* que reuniu à primeira em nova Edição reformada com o título *Elementos de Economia Política e Estadística*, Coimbra, 1845, que teve várias reedições.

Como remédio para ambas, preconiza uma urgente tomada de posição, a qual substancialmente passava pelo ensino e pela prática da Economia Política, mas a prática requeria obviamente a reposição da legalidade constitucional: «Nestas Instituições oferecemos a um tempo um compêndio para as escolas, sobre o qual os mestres da ciência poderão desenvolver as suas ideias, e o resumo de um tratado para os já adiantados nela. Quisemos assim escrever para todos, e familiarizar desta arte uma ciência, que influi e reflete sobre o bem-estar de cada um, ensinando o modo de alcançar a prosperidade geral da nação.

Nenhuma nação mais carecedora do estudo e ensino desta ciência do que o nosso Portugal e o Brasil. Nenhum destes dois países saiu da primeira época da divisão do trabalho: a subdivisão é-lhes absolutamente desconhecida ainda. Neles, neste respeito, há tudo a fazer. Ao mesmo passo, que já tem dívidas públicas, já se acham debaixo do peso necessário dos tributos para amortizá-las, já tem necessariamente gravadas as fontes da riqueza, e mores dificuldades, por tanto, a vencer no progresso da sua prosperidade.

Mas as riquezas, que se criam pelo trabalho, se acumulam pelas economias, se aumentam pelas trocas, e renascem com nova força e aumento pela acção dos capitais e da indústria, nem se podem criar, nem acumular, nem conservar em aumento, se não protegidas e amparadas por garantias legais, isto é, pela segurança de pessoas e propriedade, e pela liberdade de aplicação e emprego, garantias que só podem obter-se no sistema constitucional. Logo esse sistema é uma consequência necessária e infalível do moderno sistema económico. Logo só com ele podem as nações prosperar. Sem ele a ciência económica é sem objecto, é inútil; sem ele a decadência e inteira ruína do nosso Portugal e do Brasil é inevitável.

O seu estado depois da dívida e de atraso não lhes deixa já outro meio de salvação: o serem administrados sob um sistema constitucional tornou-se uma necessidade imperiosa em suas circunstâncias. É necessário trabalhar para existir e pagar o que se deve, mas não se poderá não havendo segurança no produto e liberdade no trabalho.

Eis como o despotismo se suicidou; eis como a liberdade triunfou do arbítrio. O despotismo levou os povos à miséria; a míngua restitui aos povos a liberdade.

Uma ciência pois, que vem dar a mão aos povos na sua desgraça, descarece outro elogio de sua prestância»²⁶.

A Relação Economia Política-Direito Comercial

13. Para Ferreira Borges a penetração da nova ciência não decorria apenas dos preconceitos que sempre enfrentam os novos saberes. Em seu entender um outro obstáculo seria o próprio nome. Como plataforma de solução utilizando o verbete Economia, do «Diccionario de Hacienda», de Arguelles, afirma que melhor seria designar por Economia Social, Nacional ou Civil a «ciência que descobre as causas e meios pelos quais a riqueza pública se aumenta e distribui nas classes da Sociedade».

Não se tratava de uma mera opção determinada por capricho, sem fundamento científico ou razão filológica. Havia que distingui-la da ciência política «[que] se limita a fixar o número e os efeitos das obrigações e direitos que existem entre o povo e o governo e os destes entre si», como igualmente importava distingui-la da «Estatística ou Estadística», cujos dados «servem de base à ciência Económica, como os factos da história constituem a da Política».

Não obstante, consagrara-se já a designação Economia Política, que Ferreira Borges aceitava a contragosto, pois melhor seria a proposta de Whateli de chamar à nova ciência, na sua visão comercialista, ciências das trocas, ou melhor ainda, Filosofia do Comércio, «se esta palavra não estivesse pelo uso limitada a uma só classe de trocas».

Parece-nos evidente, por tais asserções que Ferreira Borges, muito antes de Vivante, pelo menos intuiu a «íntima conexão entre ciência económica e direito comercial», ideia que nos parece subjazer a toda a sua obra económico-jurídica²⁷.

Porém, o nosso jurisconsulto não deixava de precisar que mais importante que o nome era o conhecimento da ciência, que importava divulgar, esclarecer, alargar a todos os sectores da vida de uma nação, sobremaneira por tratar-se de uma ciência, no dizer de Mill

²⁶ *Instituições de Economia Política*, pp. XXIV a XXVI.

²⁷ Cfr. BARBOSA DE MAGALHÃES, *Boletim da Academia das Ciências*, nova série, vol. V, Janeiro a Dezembro de 1953, pp. 459 e segs.

e McCulloch, que está para o Estado como a economia doméstica para a Família:

«A família consome, mas para consumir carece-se prover-se produzindo. Assim, a economia doméstica tem dois grandes objectos em vista: consumo e provimento. O consumo é sempre uma quantidade indefinida, porque não há limites aos desejos de gozos: logo o grande problema é — aumentar o provimento.

A grande arte do ecónomo consiste em regradar o consumo e provimento doméstico, não de todas as coisas, senão privativamente daquelas que se não podem obter sem custo, isto é, sem trabalho humano, preço da compra primitiva de todas as coisas.

(...) Esta ciência tem igualmente dois grandes objectos: o consumo da sociedade, e o provimento de que o consumo depende.

As coisas, portanto, que não têm custo, não são objecto desta ciência.

Quando porém se faz necessário o emprego do trabalho, e da indústria, isto é, que os objectos, que desejamos, são multiplicados somente em consequência dum plano de operações previamente concertado, então é da primeira importância o conhecer por que meios podem ser produzidos com a maior facilidade e abundância possível, e formar, uma vez feitas estas descobertas, um corpo de regras habilmente adaptadas e applicáveis ao fim proposto.

Cumpra por tanto, abstraindo de todas as considerações estranhas à essência da Economia política considerar unicamente quais são as leis que regem a produção e consumo dos objectos, para haver os quais é mister intervenção do trabalho do homem.

Não embargante serem estes os dois grandes ramos da Economia política, é evidente, que entre a produção e o consumo há acumulação e distribuição ou circulação dos objectos produzidos. Logo a investigação das leis da acumulação e distribuição deve preceder às regras que regulam o consumo»²⁸.

14. Seria trabalho insano e fruste descrever em todos os seus pormenores as *Instituições de Economia Política* de Ferreira Borges. As mais de três centenas de páginas que constituem o desenvolvimento da matéria, não considerada a longa e importante introdução e os utilíssimos índices analítico e temático, dariam, a especialistas

²⁸ FERREIRA BORGES, *Instituições*, pp. XXVII a XXIX.

da ciência económica, certamente espaço de reflexão para obra de tomo, que de resto, pensamos, importa fazer, para um melhor conhecimento da ciência económica no nosso país.

Cada um dos capítulos, confrontados com as obras dos principais economistas, designadamente os da escola liberal francesa, a que o nosso autor nos parece mais vinculado, são um manancial de estudo que está para além dos propósitos do nosso trabalho.

É no último livro, que se ocupa do consumo, que Ferreira Borges organiza um sistema que visa demonstrar como os países, tal como os particulares, devem procurar manter o equilíbrio entre receitas e despesas, sendo o balanço anual o termómetro da sua riqueza. Assim, é indispensável que os homens da política, designadamente os das pastas económicas, não desconheçam os princípios por que se rege aquele balanço.

Ao enunciar que o produto total de uma nação é geralmente diferente do seu consumo total, Ferreira Borges procura demonstrar que não obstante esse afastamento o balanço entre o produto líquido e a despesa pode tornar-se igual, favorável ou desfavorável, sendo igual quando o país consagra ao consumo reprodutivo precisamente o mesmo capital que no ano anterior, favorável se a despesa é inferior ao produto líquido, o que só é possível com o aumento de capital em relação à anterior anuidade, finalmente desfavorável quando a despesa é superior ao produto líquido, o que arrasta à diminuição do capital, e consequentemente do produto nacional.

A Livre Circulação de Bens

15. Ferreira Borges, adepto da livre circulação, afirma que aqueles princípios não são alteráveis em função do comércio externo, independentemente dos valores das importações e das exportações, pois para ele o crescimento ou a quebra da riqueza nacional depende sempre do equilíbrio do produto líquido com as despesas, uma vez que a situação económica de uma nação se reconhece estacionária, cresce ou entra em colapso ou ruptura, como hoje se diria, conforme a relação produto líquido versus despesa é nula, positiva ou negativa:

«Assim, em última análise, é pelo aumento de seus produtos que uma nação se enriquece.

Seja qual for a rapidez do seu enriquecimento, enquanto o seu capital não bastar para vivificar e nutrir todos os diversos ramos da

indústria, esta nação deve classificar-se entre as pobres, ou que tomam empréstimos.

Porém, desde que esta nação tocar aquele grau de opulência que lhe permite emprestar a outras nações os capitais que já não pode empregar na sua indústria nacional, ela merece o nome de rica, no sentido da Economia Política»²⁹.

Esta visão desenvolvimentista, apoiada numa «batalha da produção», entrave ao plano inclinado da inflação e por ela à dependência externa, não encontrava na prática política qualquer eco, «pois nenhuma nação mais carecedora do estudo e ensino desta ciência [= Economia Política] do que o nosso Portugal e Brasil. Nenhum destes dois países saiu ainda da primeira época da divisão do trabalho, a subdivisão é-lhes absolutamente desconhecida ainda. Neles, neste respeito, há tudo a fazer...

Já têm necessariamente gravadas as fontes de riqueza e mores dificuldades portanto a vencer no progresso da sua prosperidade».

Temos em tais asserções uma síntese admirável do estado geral do capitalismo português do princípio do século XIX. Como afirma a propósito Carlos da Fonseca³⁰, o modo de produção capitalista existia já, porém a um nível medíocre de desenvolvimento das forças produtoras, razão pela qual a divisão social do trabalho não ia além do grau elementar (primeira época) e o seu peso era insignificante em comparação com as formas de produção artesanais e individuais, não se devendo perder de vista que as corporações de ofícios apenas foram abolidas em Maio de 1834.

16. Procurámos seguir, embora de forma assaz breve, o que de fundamental e inovador existe nas Instituições de Economia Política de Ferreira Borges, que pela sua obra a historiografia económica normalmente inclui no elo taxinómico da Economia liberal clássica, com Manuel de Almeida, Silva Lisboa, Solano Constâncio e Ciríaco da Silva.

Não tem a obra de Borges, senão esporadicamente, sobretudo em algumas notas, uma teorização que exceda os limites dos princípios, o sistema divulgador, pelo que a acção prática se reconhece melhor nos apêndices dos *Princípios de Sintelologia* e depois em algu-

²⁹ FERREIRA BORGES, *Instituições*, p. 318.

³⁰ *Economistas Portugueses*. Guimarães & Cia., Ed., Lisboa, 1976 — Prefácio.

mas cartas de *O Correio Interceptado*, quando combate frontalmente a administração portuguesa, o que faz sobretudo nos domínios da subespecialização financeira. O que o autor pensava da sua própria obra está devidamente anotado numa carta enviada a Martins de Carvalho, e que aparece publicada no N.º 5576 de «O Conimbricence», de 27 de Abril de 1901.

Ao publicá-la o editor dá-nos conta que a mesma fora escrita em letra estranha, porque à data do seu envio, Janeiro de 1837, como sabemos, Ferreira Borges vivia em estado de total cegueira:

«Illmo. Sr. Aprecio devidamente a carta de V. Ex.^a da data de 22 do corrente, que agora mesmo recebo. V. Ex.^a não me deve nada pelo imediato conceito que adquiri das suas boas qualidades e saber: as expressões que o meu velho amigo o Sr. Agostinho José Pinto de Almeida me transmitiu escritas por V. S.^a me deram a certeza de seu carácter franco e singelo; tanto me bastaria para lhe tributar respeito.

A Economia Política é difícil como todas as ciências, mas eu julgo vencível para o homem que se dá ao estudo das ciências. A sua dificuldade especial consiste na novidade da ciência e num certo desejo que o Economista sente, e confesso que eu o senti, de resolver logo, quantos fenómenos se apresentam ao seu conhecimento. Isto não é possível, e V. S.^a se achará muitas vezes neste caso, mas não deve desanimar.

Esta ciência ainda não pode dizer-se perfeita, quero dizer tão adiantada como algumas outras; todavia tem já quanto a mim parte dos princípios averiguados, que habilitam o Economista a dar razões satisfatórias aos problemas, até há bem pouco controvertidos. V. S.^a achará doutrinas encontradas [= contraditórias] e muitas que o parecem, por muito tempo. A razão principal do encontro é a descontinuidade da acepção das palavras, seus valores e definições.

V. Ex.^a sabe quanto nesta parte as ciências e os autores que nelas escreveram são difíceis de entender, enquanto que o tempo lhe não fixa o sentido. Malthus começou um trabalho muito útil da comparação das definições de diversos autores, mas ele está longe de ser completo ainda³¹.

³¹ MALTHUS, *Definitions of Political Economy*, Londres, 1827.

Pegue V. Ex.^a dos Prolegómenos e do Tratado da vontade ou Economia Política, de Tracy, e achará o desenvolvimento de todos os prolegómenos das minhas Instituições³².

Este ideólogo olhou esta matéria por um lado tão novo, tão preciso e analítico, que eu concebi que faria um serviço à minha pátria em suscitar nos nossos Economistas a sua teoria, mas só com os prolegómenos da ciência.

Na doutrina dela, isto é, no corpo da obra, eu quis entrar na primeira e segunda divisão ou subdivisão do trabalho em que não demoram nem os franceses nem os ingleses, porque escrevia para Portugal, e não queria sonhar, porque devo confessar que nós estamos no que se chama indústria muito aquém de todos os povos europeus, incluindo a Rússia. Nós temos na massa de conhecimentos portugueses mais abusos, mais erros, mais dificuldades em querer destruí-los do que nenhum outro povo que eu visitei.

E por isso que principiei mais rasteiramente, e que vou levando o leitor desde o mínimo ao maior, e abstraindo das discussões das grandes questões, ou ainda não determinadas, ou que só servem de acepipe à polémica, e de aparato aos tratados, eu toco todavia nas suas resoluções interpondo a minha opinião, não dogmática, mas espontânea aos princípios que sigo.

Aqui tem V. S.^a franca e lealmente o que é a minha obra e o que dela deve esperar. Não se arreceie pois porque Malthus e Say divergem em muitos pontos em que disputam, e todavia ambos sabiam a matéria; e posso dizer mais, que há mesmo um escritor parodixista que é mr. Ferrier, que pago pelo governo se esmerou em combater as principais doutrinas económicas.

Findarei este escrito por testemunhar a V. S.^a o meu reconhecimento à reputação que lhe mereço, certificando que sou com toda a consideração.

De V. S.^a mto. att. ven.or e cr.o
Lisboa, 25 de Janeiro de 1837
José Ferreira Borges»

³² Como se afirma, mais do que Storch, Destut de Tracy foi o autor que seguiu naquela parte da sua obra.

A Importância da Instrução

17. Ao tratar dos fundamentos e da utilidade da Economia Política, Ferreira Borges escreve que «para que uma nação goze das vantagens de um bom sistema económico não basta que os seus chefes se achem em estado de adoptar os melhores planos em todo o género, é necessário também que a nação esteja em estado de recebê-los e de cooperar com o governo para os realizar»³³.

Esta preocupação didáctica que aparece inicialmente em Say e desenvolvida por Storch, na opinião de Ferreira Borges é pouco seguida com reais prejuízos das nações, porque «transpor instituições de uma nação no maior auge de civilização para uma nação bárbara é fazer-lhe um mal querendo prestar-lhe um benefício».

Tais considerações servem-lhe sobremaneira para discorrer sobre a instrução como fonte e conservação da liberdade:

«O ensino deve preceder a tudo. A nossa primeira necessidade é a instrução, não a instrução concentrada em poucos, senão derramada pela nação inteira. Sem essa instrução não haverá verdadeira liberdade, nem qualquer que haja estará segura contra o arbítrio do poder»³⁴.

A ECONOMIA POLÍTICA NAS CORTES CONSTITUINTES

18. A Economia Política, como outros saberes novos, se circulara entre alguns dos nossos intelectuais, já o seu ensino chegou tarde aos bancos das escolas.

Não surpreende que uma vez mais tenha sido no entusiasmo legislativo das Constituintes que tenham surgido as primeiras propostas, algumas delas marcadas pelo vigor discursivo, outras destinadas às gavetas dos arquivos, porém todas, pesadas as diferenças de pormenor, marcadas pela importância conferida àquela ciência como via de progresso da nação»³⁵.

³³ FERREIRA BORGES, *Instituições*, p. 4.

³⁴ *Idem*, p. 5 nota b).

³⁵ Sobre o problema da Instrução no triénio vintista, cfr. LUIS REIS TORGAL e ISABEL NOBRE VARGUES, *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Paisagem Editora, Porto, 1984.

Na sessão de 10 de Fevereiro de 1821 João Rodrigues de Brito, deputado pelo Alentejo, que àquela data era membro da Comissão de Comércio, apresentou um projecto de decreto em cujos principais artigos se reclamava a criação de três cadeiras de Economia Política a funcionarem em Lisboa, Coimbra e Porto, propondo-se que nas aulas fosse seguido o catecismo da Say até ao aparecimento de outro melhor, que se atribuissem prémios e se pagasse a quantos leccionassem particularmente aquela ciência e estabelecendo ainda que, dois anos após a publicação do decreto, se tornasse obrigatório o conhecimento da Economia Política para matrícula na Universidade, obrigatoriedade que se impunha aos que se graduavam e desejavam obter as respectivas cartas³⁶.

Pouco mais de um mês depois, na sessão de 24 de Março, a Comissão de Instrução Pública, de que faziam parte Francisco Manuel Trigo de Aragão Morato, Joaquim Pereira Anes de Carvalho, Francisco Xavier Monteiro e Manuel Martins do Couto, tornava público o seu parecer sobre aquele projecto, ao qual, a par do resumo do mesmo, informava ter sido enviado às Cortes pelo corregedor de Portalegre, António Joaquim de Gouveia Pinto, um outro projecto de ensino público nas cadeiras de Economia Política que lhe havia sido apresentado pelo prior da freguesia da Madalena, daquela cidade alentejana, Manuel de Almeida, precisando que o autor pretendia criar naquela cidade uma cadeira de Economia Política e ser nomeado como professor da mesma por portaria do governo.

Nesse projecto, Manuel de Almeida mostra «os inconvenientes que se podem seguir de se adoptar para compêndio a obra de Say», e expõe o plano que tem formado para este ensino e o ridículo das matérias que nos seus cadernos há-de explicar aos discípulos».

No mesmo parecer, aquela comissão informava ter recebido uma oferta de João Rodrigues Gerales, de Lisboa, de dar início a uma aula de Economia Política segundo a obra de Say.

A Comissão, começando por louvar todos os autores, reduz o seu parecer a «afirmar a utilidade da criação das cadeiras de Economia Política; que pela novidade da ciência entre nós e falta de meios de conhecer a habilitade das pessoas, o congresso deve ser circumspecto na licença para o estabelecimento de tais cadeiras, pois que tal

³⁶ *Diário das Cortes*, tomo I, p. 77.

haverá que só conheça Say, que por várias causas é pouco próprio para o ensino desta ciência, e tal que, entregue a vãs teorias e a princípios demasiadamente gerais, os queira aplicar indistintamente ao nosso país, sem dar atenção conveniente à situação em que nos achamos; que a cadeira de Economia Política não deve ser preparatória para a Universidade, mas deve ser estabelecida na mesma; que o congresso convidasse a todos que se julgassem hábeis para este magistério a que escrevam na língua portuguesa um compêndio, que sirva para uso das suas aulas (...) ou tradução ou resumo de outros compêndios escritos nas línguas estrangeiras. Tais compêndios devem ser oferecidos por seus autores a esta Comissão, e logo que sejam aprovados por ela, poderão abrir as suas cadeiras, depois de habilitados com os documentos que se exijam dos outros professores, recebendo dos seus discípulos o honorário que convencionarem; e os que mais se distinguirem neste ensino particular deverão depois ser preferidos para reger as cadeiras que se houverem de estabelecer na Universidade de Coimbra e em algumas cidades mais notáveis do reino»³⁷.

Logo foi apresentado o Projecto de Decreto de criação de cadeiras de Economia Política em Lisboa, Coimbra e Porto, conferindo-se aos professores ordenados e prerrogativas conferidos aos de Filosofia, obrigando o uso do Catecismo e Tratado de Say enquanto não surtisse outro melhor, oferecendo honras e prémios aos particulares, e, medida de maior alcance, tornar a cadeira obrigatória decorridos dois anos para o acesso à universidade, e, depois, aos bacharéis que pretendessem carta de formatura ou concorressem a lugares públicos³⁷.

Ficaram pelo caminho projectos de decreto e pareceres, e o problema só volta às Cortes na sessão de 7 de Outubro de 1822 pela voz do deputado pela Estremadura, Francisco Soares Franco, no seu projecto de «ensino técnico-científico», em cujo número onze do articulado se lê: — «Estabelecer-se-á uma aula de economia política, que se unirá às aulas do comércio actualmente existentes em Lisboa, e formará o terceiro ano desse estudo. A sua despesa se fará pela junta do Comércio, como a das outras duas aulas já estabelecidas»³⁸.

³⁷ *Diário das Cortes*, Sessão de 24 de Março de 1821, Tomo I, p. 73.

³⁸ *Idem, ib.*, pp. 74 e 75.

AS PRIMEIRAS AULAS

19. Em Dezembro de 1834, sob o impulso de Ferreira Borges, a Associação Comercial do Porto era uma realidade, correspondendo a necessidades de classe que em essência se traduziam, por um lado, no desenvolvimento e coordenação da actividade económica e ainda numa intervenção directa na legislação económica do país, por outro, na formação prática e teórica dos seus associados e, por extensão, da sociedade burguesa em geral.

A fundação de uma companhia de seguros, cujos estatutos foram redigidos por Ferreira Borges, entre outras medidas, mostra quanto a Associação Comercial logo nos primeiros anos da sua existência intervém activamente na vida económica.

A instituição, em 1837, ainda sob o beneplácito do nosso juriconsulto, da aula de Economia Política, são a outra vertente da política interventora da Associação, pela tónica da formação dos associados e de seus filhos, que na opinião de Borges deveriam ser preferidos nas admissões ao curso.

No Relatório da Direcção respeitante a esse ano de 1837, pode verificar-se quanto se considerava aquela aula importante para o desenvolvimento do comércio e mesmo para o aumento do peso político da classe mercantil:

«Continuando a Associação inabalável em seus princípios, desejosa sobremaneira de promover qualquer empresa de que resulte benefício ao País, a mesa da direcção empreendeu o estabelecimento de um curso de Economia Política, persuadida da utilidade que do estudo desta ciência nos pode vir. E, na verdade, o estudo da ciência da riqueza, convindo a todas as Nações em geral, convém essencialmente àquelas onde uma representação nacional discute e faz as leis, e não pode portanto ser indiferente ao nosso país, aonde uma desgraçada experiência de muitos tempos nos deve ter convencido da necessidade deste estudo. Se esta escola não tende exclusivamente a tratar de objectos Comerciais, todavia estes objectos têm a mais íntima conexão com a ciência, e é da execução de suas doutrinas que aqueles podem receber o maior incremento possível.

³⁹ *Idem*, Tomo VII, pp. 711 a 717. Cfr. LUIS REIS TORGAL e ISABEL NOBRE VARGUES, *ob. cit.*, pp. 57 e sgs. e pp. 177 e sgs.

É bem preciso, senhores, que a Nação saiba avaliar as leis, que saiba coordenar suas ideias e que aonde escolher seus representantes»⁴⁰.

20. Foi o dirigente Isidoro Guedes que deu seguimento ao projecto da criação da aula de Economia Política, tendo para tanto consultado Ferreira Borges, que logo respondeu manifestando o seu apoio à iniciativa e ao mesmo tempo fornecendo algumas linhas orientadoras.

Acordou-se promover a aula por dois anos nas instalações da Associação, abrindo-se de imediato uma subscrição entre os associados para angariação de fundos, o que logo mobilizou um vasto sector de comerciantes que se comprometeram a suportar as despesas, o que possibilitou que a «escola» fosse inaugurada, com cerimonial adequado, a 30 de Maio, na sala de audiências do Tribunal de Comércio.

Como professor, por indicação de Ferreira Borges, ficou Agostinho Albano da Silveira Pinto⁴¹, que nas Prelecções que veio a publicar⁴² segue não só as *Instituições* de Ferreira Borges como as obras de Smith, Say e Storch.

21. Em Lisboa, pela mesma época, a Associação Mercantil organiza um curso análogo ao ministrado no Porto, orientado por Oliveira Marreca, e que teve a duração de um ano, havendo um outro curso que fora criado na Escola Politécnica de Lisboa, por decreto de 11 de Janeiro de 1837, e que veio a ser regido por José Estêvão Coelho de Magalhães a partir do ano seguinte, ano em que iniciou a sua actividade⁴³.

22. Em Coimbra, na Faculdade de Direito, por decreto de 5 de Dezembro de 1836, é criada a cadeira de Economia Política, que

⁴⁰ A.A.C.P., *Relatório de 1837*, p. 6.

⁴¹ Cfr. AUGUSTO SANTOS SILVA, *A Burguesia Comercial Portuguesa e o Ensino da Economia Política: o Exemplo da Escola do Porto (1837-1839)*, in «Análise Social», vol. XV, n.ºs 61/62, 1980, pp. 363 a 381; Cfr. igualmente Carlos Bastos, *ob. cit.*, p. 56.

⁴² A. A. SILVEIRA PINTO, *Prelecções Preliminares ao Curso de Economia Política da Escola da Associação Comercial do Porto...*, Porto, 1837.

⁴³ ADRIÃO FORJAZ SAMPAIO, *Elementos de Economia Política*, 4.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912, p. LIV.

passa a ser regida por Adrião Forjaz Sampaio até 1845. Como oportunamente referimos, durante um curto espaço de tempo as *Instituições* de Ferreira Borges foram o compêndio em uso, depois substituído pelo Catecismo de Say. As razões da substituição, de forma pouco convincente embora, explica-as Sampaio na Prefacção da 3.^a ed. do seu compêndio:

«A escolha de um compêndio não podia deixar de ser o nosso primeiro cuidado, atentas as leis e hábitos de ensinar e estudar na Universidade. Foram-nos insinuadas as Instituições de J. Ferreira Borges, ainda então vivo, e cuja fama e alta situação política cobriam a insuficiência desta e de outras obras suas, que por esse tempo começaram de ser lidas em diferentes cursos, e hoje, salvo o Código Commercial, abandonadas. O nome do autor, a língua em que é escrita, a abundância de exemplares, o voto de pessoas de respeito, certamente pouco lidas naquela obra, eram motivos mais que sobejos para a escolher, como texto das lições, quem não só não havia feito algum estudo sobre ela, mas de nenhuma outra, por então se poder aproveitar mais ao alcance dos alunos. Pouparamos a memória do finado: quem quer que haja confrontado estas Instituições com o Curso de Economia Política, de Storch, far-nos-á a justiça de reconhecer que era absolutamente indispensável mui de pronto rejeitá-las. O Conselho da Faculdade acedeu à nossa consulta, substituindo-as no fim do ano lectivo de 1836 para 1837 pelo conhecido Catecismo de J. B. Say»⁴⁴.

⁴⁴ ADRIÃO FORJAZ DE SAMPAIO, *Elementos de Economia Política e Estadística*, 3.^a ed., Coimbra, 1845.

— O Prof. J. ESTEVES PEREIRA trata este problema no artigo *Estatística e Liberalismo em Portugal e Espanha no Séc. XIX*, publicado na revista *Prelo* n.º 7.

Ainda sobre as razões que Sampaio evoca para a escolha temporária do livro de Ferreira Borges, por ser escrito em nossa língua, anote-se que por essa altura já havia uma tradução do Catecismo de Say por LUIS PRATES D'ALMEIDA DE ALBUQUERQUE. Vide Catecismo de Economia Política ou Conversações Familiares sobre a maneira pela qual se Produz, Distribui e Consome a Riqueza na Sociedade por João Baptista Say, Professor de Economia Política no Ateneo Real de Paris, Cavaleiro de S. Wolodimir da Rússia, Membro da Sociedades de Zurich, Bolonha, etc. e Autor de um Tratado de Economia Política. Trasladado da tradução inglesa de João Richter, edição de Londres de 1816, por Luis Prates d'Almeida e Albuquerque, em Macau, em Agosto de 1818, Impresso da Oficina Tipográfica de Bombaim Courier por Jos. Frco. de JESUS, MDCCCXX.

Existe um exemplar na Biblioteca da Faculdade de Direito de Coimbra.

O FOLHETO DO BANCO DE LISBOA

23. O papel-moeda era o expediente de que se serviam os governos para fazer face à dívida pública, ou seja, uma obrigação que o governo se auto-impõe, diferindo da «moeda metálica, como difere uma obrigação dum penhor (...) e das Notas de Banco em não serem estas criadas pelo Estado (...) e das demais obrigações em não vencer juros» qualidade com que fora criado o nosso papel-moeda, e que perdeu o «que tanto vale como ser criado sem ela»⁴⁵.

Ferreira Borges, na sessão das Constituintes de 5 de Outubro de 1821, usou da palavra para salientar o facto de o papel-moeda ter um valor consideravelmente diferente da moeda metálica, fazendo ressaltar os consequentes e gravíssimos inconvenientes não só para o Estado como para a população em geral, acabando por propor que fosse solicitado ao Ministro da Fazenda um parecer sobre as causas do crescente descrédito do papel-moeda e ainda as indispensáveis medidas que pudessem minimizar ou pôr fim à situação⁴⁶.

Não se fez esperar a resposta do titular daquela pasta, que logo no dia 8 seguinte concluiu o documento solicitado, que fez presente ao *Augusto Congresso* na sessão do dia 12.

Nesse relatório, como principais medidas, preconizava-se como meios de travar a diferença de valor do papel-moeda em relação à moeda metálica o «dar-lha na amortização preferência sobre as apólices de empréstimo e praticar todas as medidas capazes de promover uma maior procura dele, tais como: aceitá-lo no pagamento de sisas e outros encargos fiscais, vender na mesma moeda Bens Nacionais e inutilizá-lo a seguir, dar de arrematação também nele as comendas vagas, e almoxarifadas, procurar que as Províncias Ultramarinas concorressem para as despesas do Estado em moeda-metal e «estabelecer talvez um Banco de depósito a que se atraísse o papel-moeda pelo juro de 5 ou 6 por cento da mesma moeda»⁴⁷.

⁴⁵ J. FERREIRA BORGES, *Do Banco de Lisboa*, Lisboa, Tipografia António Rodrigues Galhardo, 1827, p. 35. Sobre papel-moeda, Cfr. do mesmo autor, *Dicionário Jurídico-Comercial*, pp. 348 a 350, *Princípios de Sintelologia*, pp. 113 a 121.

⁴⁶ *Diário das Cortes*, vol. III, p. 2523.

⁴⁷ DAMIÃO PERES, *História do Banco de Portugal, 1821-1842*, vol. I, Edição do Banco de Portugal, Lisboa, 1951, p. 54.

A ideia da criação de um banco não aparecia pela primeira vez neste documento. Em verdade, exactamente na sessão do dia anterior, 11 de Outubro de 1821, fora lido um parecer da Comissão de Fazenda onde se propunha a criação dum banco que com um capital de 4000 contos emitiria notas pagáveis à vista em moeda-metal, que forneceria ao Estado, para esse efectuar os seus pagamentos, recebendo dele o dinheiro daquela espécie e cobrando juros pela diferença de fundos que houvesse de suprir. Por essa parte o Estado faria no pagamento dos seus encargos um desconto de 4 ou 5 por cento, visto liquidá-los totalmente em valores de moeda-metal. Quanto ao papel-moeda, aquele que entrasse nos cofres do Estado ali ficaria até ser queimado, e do que andasse em circulação poderia o Banco descontar, se quisesse as quantidades que lhe fossem apresentadas para trocar por moeda-metal, realizando essas operações sem perder de vista que fossem «sempre destinadas a diminuir o ágio do papel»⁴⁸.

E porque não estaria no horizonte da Comissão de Fazenda exclusivamente a solução do problema do papel-moeda, mas outras actividades financeiras, em Dezembro seguinte foi presente às Cortes o projecto de decreto redigido com tal finalidade, o que levou à criação do Banco de Lisboa em 12 de Janeiro de 1822, instituição que, como é sabido, a partir de 1846, por ocasião duma reforma que integrou no activo e passivo do Banco os da Companhia Confiança Nacional, então extinta, se passou a designar por Banco de Portugal.

Já oportunamente, no capítulo sobre a actividade parlamentar de Ferreira Borges, referimos aspectos da história do Banco de Lisboa, pelo que não está em nossos propósitos prosseguir o que foi o seu crescimento⁴⁹.

O que nos interessa é reportarmo-nos à crise que estalou em 1827 quando aquela instituição bancária se confrontou com problemas de tesouraria, que dir-se-ia porem em causa a sua sobrevivência, o que levou Ferreira Borges, que já se havia ocupado e com vigorosa reprobção nas jocosas cartas de *O Correio Interceptado*⁵⁰, a escrever o folheto «Do Banco de Portugal», de que passaremos a ocupar-nos.

⁴⁸ *Diário das Cortes*, tomo IV, p. 3400, Damião Peres, ob. cit., p. 54.

⁴⁹ Para a história do Banco cfr. o já referido livro de DAMIÃO PERES e ainda CAEIRO DA MATA, «*O Banco de Portugal — Esboço Histórico*», Boletim do Banco de Portugal, 1983.

⁵⁰ Cfr. *O Correio Interceptado*, Londres, 1825, pp. 39, 83 e 223.

O Estalar da Crise

24. A 6 de Dezembro de 1827, a população da capital foi surpreendida por um alarmante edital Banco de Lisboa, que anunciava a suspensão dos pagamentos, com as seguintes justificações:

«O Director do Banco de Lisboa participa ao Público, que a inesperada subida da prata em troco das suas Notas para ser exportada para o estrangeiro acresceu a ponto de totalmente estancar toda a prata que possuía. Vê-se em consequência na dolorosa circunstância de não poder prontamente, como até aqui, continuar a trocar as suas Notas. Igualmente participa que a Direcção tem oficiado ao Governo pedindo providência; e a Direcção de sua parte vai pôr em prática todos os seus recursos, a fim de com a maior brevidade reassumir o pagamento das suas Notas. Lisboa em 6 de Dezembro de 1827»⁵¹.

Esta situação de crise, tão pateticamente anunciada, vinha na sequência de sucessivas perturbações na regularidade do negócio bancário, designadamente a partir do ano anterior.

Com a tomada de posse de uma nova direcção, a 4 de Fevereiro de 1826, iniciaram-se diligências para amoedar uma considerável quantidade «de patacas espanholas, moedas de ouro cerceadas e prata amoedada do Brasil, mas nas mais favoráveis condições que lhe fosse dado obter»⁵².

Através de ofício ao Ministério da Fazenda, a mesma direcção dava conta de ter o Banco adquirido as referidas espécies a preços de combate aos especuladores, que em sua opinião as açambarcavam tendo em vista colocá-las fora do Reino; solicitava, de imediato, a competente autorização para cunhagem por conta do Banco, o que lhe foi concedido, com salvaguarda de o mesmo pagar o lucro que ao Estado caberia se fosse sua a cunhagem.

Esta restrição não agradou aos administradores do Banco, que a consideraram injusta, e como reforço do seu juízo invocaram a aquisição das espécies a preços superiores aos da especulação, medida que, no seu entender, ao travar a exportação, beneficiava o Tesouro Público.

⁵¹ Apud JOSÉ FERREIRA BORGES, *ob. cit.*, p. 23.

⁵² DAMIÃO PERES, *ob. cit.*, p. 110.

Esta acção, cuja «benemerência» aparecia tão claramente explicada, justificava que o Banco apenas assumisse as despesas de fabrico, o que o ministério surpreendentemente aceitou, passando as competentes ordens à Casa da Moeda.

Em tal docilidade não incorreu o respectivo Provedor, que se apressou a proclamar que não obstante a despesa ficar coberta, «toda a fábrica que tem um capital empregado, e que tem a correr riscos a que está sujeito todo e qualquer estabelecimento fabril, tem um direito inegável a cobrir esse empate e esses riscos com um interesse razoável; e é inegável que o governo, que opera no fabrico das moedas como fabricante não pode nem deve ser privado desse direito», o que Damião Peres, na obra que seguimos para este período da história do Banco, classifica de «frase que mais parecia dum mero industrial do que de chefe dum estabelecimento oficial», mas que reflectia um realismo e zelo que se não descortinam em outras esferas do Poder.

O entendimento entre Banco e Ministro da Fazenda fez correr para os cofres daquela instituição bancária, proveniente da Casa da Moeda, um volumoso caudal de numerário correspondente ao ouro e prata que o banco enviara para cunhagem, pelo que em crescente entusiasmo, a Direcção se animou a adquirir, para o mesmo fim, «100 000 patacas espanholas que pagaria a 884 réis (...) moedas [que] produziam pela amoedação 855 réis, e o Banco perderia, é certo, 29 réis em cada uma, prejuízo a acrescentar ao sofrido em outras que mandara amoedar; olhando, porém, ao interesse que o Governo não podia deixar de ter quanto ao aumento da moeda metálica em circulação, bastante diminuída, solicitava o compromisso prévio de serem amoedadas essas 100 000 patacas nos termos em que se estava fazendo a amoedação em curso [assumindo o Banco apenas as despesas de fabrico], exprimindo simultaneamente a esperança de que o aludido prejuízo lhe viria a ser compensado (...) assunto [que] teve rápido andamento, mais rápido mesmo do que o anterior pois sendo de 5 de Abril a proposta da Direcção já no dia seguinte estavam dadas pelo Ministro da Fazenda ao Provedor da Casa da Moeda as convenientes ordens, acenstuando-se nelas que mandasse fazer a amoedação «com a maior brevidade possível»⁵³.

⁵³ DAMIÃO PERES, *ob. cit.*, pp. 111 e ss.

Este surto de febril produção de moeda metálica era a resposta possível ao preocupante síndrome de crise que alguma afluência de portadores de notas desenvolvia, ao aparecerem junto das caixas do Banco a exigirem o correspondente valor naquela moeda.

Para a direcção do Banco, o desusado movimento tinha como causa única a «saca de moedas metálicas para fora do reino», acção deletéria a queurgia pôr cobro, e tal denúncia logo levou o solícito Ministro da Fazenda a officiar ao Intendente Geral da Polícia para que tomasse providências quanto à aludida exportação clandestina de numerário metálico⁵⁴.

A tecla da fuga clandestina de moeda, perseverantemente percutida pela Direcção, por si só não chegava para explicar o crescente descrédito que o banco sofria junto do público.

Tentacularmente, espalhava-se a desconfiança na capacidade de convertibilidade de suas notas, circulando na praça de Lisboa boatos de recusa de troca, e falando-se mesmo de algumas operações à margem da instituição bancária, naturalmente sujeitas a desconto, ao que se dizia, de 1 %.

25. Se não estava ainda desencadeada a corrida desenfreada, se não se instalara o «terror pânico» que Ferreira Borges, como adiante veremos, virá refutar *in limine*, é irrecusável que o número de quantos acorriam com suas notas aos balcões do banco teria de ser preocupante, por ser, dadas as circunstâncias administrativas, verdadeira ameaça aos seus fundos.

E que a preocupação não seria de ínfima ordem se infere das ordens passadas por meados de Abril à filial do Porto, para que ali se vendesse a maior quantidade possível de papel-moeda, operação sincronizada com a compra de patacas a remeter para Lisboa, apelo reforçado pouco tempo depois com um ingente pedido de 90 contos em metal no fim desse mês e igual montante no fim de Maio. Compromissos daquela filial impediam que tal pedido pudesse ser satisfeito no que respeitava ao último apelo, pelo que se ficou pelos 90 contos pedidos para 30 de Abril.

⁵⁴ Livro 20 de Registos de papéis oficiais [do Banco], fls. 85 v., apud DAMIÃO PERES, *ob. cit.*, p. 112.

A traços largos estava esboçado o quadro que levou a direcção do Banco a encarar a hipótese de suspender o pagamento das notas.

26. Um novo, porém ligeiro alento, surgiu após a outorga da Carta Constitucional, jurada pelos quadros dirigentes do Banco em finais de Julho e primeiros dias de Agosto.

A consequente reorganização do Estado terá feito renascer alguma confiança entre os depositantes, pelo que diminuiu consideravelmente a corrida às caixas do Banco.

Porém, por finais daquele ano de 1826 a crise voltou a acentuar-se e tornou-se indetível ao longo do ano seguinte com o vapor *Restaurador Lusitano*, à semelhança do ano anterior, em constante vaivém do Porto para Lisboa, levando para o norte caixas vazias para regressar com elas cheias de dinheiro em prata:

«Ao findar Novembro, [1827] o espectro duma grave crise ameaçava a existência do estabelecimento; e tanto mais seriamente quanto não era isso reflexo duma simples onda de desconfiança, que o cumprimento da convertibilidade por si mesmo logo deteria, como detivera a do ano anterior, mas em resultado duma miragem de lucro, a cujo poderoso aceno os portadores de notas corriam ao banco, interminavelmente, exigindo prata»⁵⁵.

27. Seria talvez excessivo, em trabalho desta índole, com objectivo primordial na análise das posições assumidas por Ferreira Borges face à crise do Banco, trazer à colação todos os actos administrativos da respectiva direcção em exercício nesse ano de 1827.

Não obstante, para que se possa entender a matéria exposta pelo nosso jurisconsulto no folheto que a propósito dessa crise fez imprimir em Lisboa, não podemos pôr de lado o «Relatório da Direcção Referente a 1827».

Nesse extenso documento, apresentado em sessão da Assembleia Geral do Banco, em 10 de Janeiro de 1828, uma vez mais se bate a tecla da hemorragia de prata para fora do Reino, insiste-se na fundição para obras de ourivesaria, e, por tais razões, critica-se o Executivo por não haver tomado as indispensáveis medidas saneadoras, embora, como convinha, se afirmasse que «a dedução destes factos não tem em vista fazer a inculpação do Governo».

⁵⁵ DAMIÃO PERES, ob. cit., p. 124.

Desculpabilizado o poder na frase de circunstância, já o mesmo não acontecia no enumerar dos empréstimos, também eles apontados como geradores da grave crise, apesar de «não só à Direcção de 1827, como todas as mais que lhe precederam não [serem] desconhecidos os princípios essenciais que sempre devem ter em vista os administradores de Bancos de circulação e emissão de Notas»⁵⁶.

Trazer a terreiro tais considerações visava essencialmente lavar o rosto das sucessivas administrações pois, afirmava-se, «todos sabiam as teorias abstractas dos Livros, porém os factos e as circunstâncias em que se acharam colocados, as puseram na necessidade de obrar o que todas têm obrado desde 1822, que foi a primeira que logo adiantou ao governo 800 contos de réis».

Os Relatórios da Administração

28. Na opinião dos relatores, que «com franqueza e candura» vinham expor à Assembleia «tudo quanto precedeu e deu causa ao lamentável successo de 7 de Dezembro passado», múltiplas foram as causas, porém redutíveis a duas: — os empréstimos ao Governo, e a saída de prata para o estrangeiro, fosse cunhada, fosse em barra.

Como tal, era mister historiar os empréstimos.

A administração de 1823, após aquele adiantamento de 800 contos do ano anterior, concedera um empréstimo de 2000 contos amortizável em vinte anos, independentemente dos avanços que havia feito antes e depois dos «sucessos de Vila Franca da Restauração», adiantamentos que se cifraram em 1 381 328\$000 réis.

Pelo que respeitava à de 1824, reduzira o juro de terceiro empréstimo em 1 % (de 6 para 5 %), tomando dele 303 738\$292 réis, com adiantamento de 600 contos.

O do ano seguinte, ajustara o empréstimo de 1000 contos em papel-moeda para serem queimados ao juro de 3 %, a partir de 1 de Janeiro de 1826, com desconto por adiantamento de 401 contos. Nesse ano, a Direcção, apesar das dificuldades, também adiantara ao Governo 621 849\$600 réis, não entrando em linha de conta com os avultados

⁵⁶ *Relatório da Direcção Referente a 1827...*, apud DAMIÃO PERES, *ob. cit.*, p. 389.

descontos em papéis do governo e letras do Commissariado, de que resultou a dívida de 1067 contos. Não obstante, que a tranquilidade não se arredasse da Assembleia: «O capital primitivo do Banco de 2400 contos de réis é muito superior para as operações próprias do Banco. Para fazer os descontos de letras, segundo o estudo actual do Comércio Português, e mesmo fazer empréstimo sobre penhores bastam 1200 contos. Sobejam outros 1 200 para negócios de diversa natureza»⁵⁷.

29. Haveria que fazer restrições aos empréstimos ao Governo, para não se cair na falta de liquidez, porque «a facilidade de consumir unida à facilidade de pedir, não tem limites», e os Bancos de emissão de Notas, tenham os fundos que tiverem, se fizerem empréstimos a longos prazos, terão de parar os seus pagamentos, como acontecera nos maiores Bancos da Europa.

Não tinha sido a ignorância dos Livros de Economia Política, proclamava-se e repetia-se, em quase acrosófia, maleita que tivesse infectado os actos das anteriores administrações e da que subscrevia o relatório, mas reconhecia-se não serem estes empréstimos a longos prazos, e estes descontos de papéis do Governo sem dia fixo de pagamento, próprios das operações de Banco de circulação.

O que a administração (embora o Banco tivesse outros recursos que, com a ajuda do governo, levariam a ultrapassar todas as dificuldades) não podia vencer, e assim se ilibava do desastre, era uma outra moléstia, endemia de tal virulência que não cabia nas forças da Direcção poder vencer:

«Já a Direcção de 1826 tinha observado que havia grandes saídas de prata para fora do Reino, chegou a suspeitar quem era o principal agente deste tráfico ilícito; constou-lhe que havia fundição de cruzados novos, que se reduziam a barra mas nenhuma autoridade ou meio tinha de embaraçar esse imenso comércio. Fez saber às Autoridades Públicas a quem pertencia o conhecimento deste crime, mas ignorou-se se tomaram medidas para o evitar; viu só pelo resultado que este tráfico continuava mais ou menos, conforme o estado dos câmbios o fazia mais ou menos útil. Em 1827 aumentou-se consideravelmente esse comércio, por

⁵⁷ *Relatório*, idem, p. 390.

isso que os câmbios mais convidavam. Pela escassez d'entrada de prata também se tem derretido muitos cruzados novos para obras de ourives. Dando pois interesse à saída dos cruzados para fora do Reino, as casas de Câmbio entraram neste tráfico. Havia casa que dava 1500 por 100 moedas em cruzados novos escolhidos, e cada dia se estendia este tráfico, pois que dava interesse e tinha impunidade. Chegando ao conhecimento da Direcção que se dava prémio por cruzados novos e que, sendo obrigada a dar 40 cruzados novos por uma Nota de 4 moedas, os quais se iam trocar logo com mais alguns vinténs em cima, não lhe foi difficuloso prever que enquanto circulasse uma nota, e houvesse no Banco cruzados novos, todos lá se lhe iam buscar, ou para escolher entre eles o de maior peso, ou mesmo afinal para se exportarem todos. Este tráfico ilícito, e a continuada exportação de cruzados novos se comunicou desde Outubro confidencialmente ao Ministro da Fazenda, e ao Intendente Geral da Polícia; nenhuma providência se deu. Continuou em Novembro a fazer-se as mesmas diligências, porém com os mesmos resultados; até que em 23 do dito mês vendo a Direcção que os cruzados novos continuavam a sair, e que o governo nenhuma medida tomava, resolveu-se afinal em 23 de Novembro a fazer por escrito, o que havia solicitado inutilmente de palavra. Os resultados do officio de 23 de Novembro só appareceram na Gazeta de 8 de Dezembro, isto é a tempo que já se tinham ido buscar ao Banco todos os cruzados novos que lá havia, pois que desde 25 de Novembro até 6 de Dezembro se trocaram Notas por mais de 400 contos em cruzados novos, que saíram do Banco.

A Direcção do Banco repetindo a dedução destes factos não tem em vista fazer inculpação ao Governo, mas unicamente expor à Assembleia Geral as causas da falta de cruzados novos, e as diligências que fez, e pedia para evitar o acontecimento de 7 de Dezembro passado.

Pelo que se deixa exposto fica evidente que duas foram as causas da falta de metais: 1.^a os Empréstimos ao Governo a longos prazos, falta que circunstâncias particulares e locais têm induzido fazer a todas as Direcções e aprovadas pela Assembleia Geral; 2.^a a saída de cruzados novos para fora do Reino, ou na mesma espécie ou reduzidos a barra. A Direcção está persuadida que ainda que se não fizesse este último empréstimo ao Governo,

não acontecia menos o que sucedeu; poderia escapar mais algumas semanas, mas a final vinha a acontecer, porque a saída de prata era superior a quanta o Banco pudesse obter, sendo inúteis todos os sacrifícios, não obstante o Governo à sua exportação»⁵⁸.

O Folheto de Ferreira Borges

30. Regressemos ao Edital do Banco de 6 de Dezembro de 1827, no qual, como vimos, a direcção anunciava a suspensão dos pagamentos.

Tal medida deu origem a que no curto espaço de duas semanas Ferreira Borges preparasse e trouxesse a público o seu folheto, conjunto de reflexões à «falta de publicações que elucidassem as questões a que necessariamente dá origem a inesperada suspensão de pagamentos do Banco de Lisboa», opúsculo de quarenta e duas páginas datado de Lisboa a 20 de Dezembro do mesmo ano.

Como pórtico, aparece transcrita dos «Principes d'Administration» de Bilhon, a seguinte frase:

«L'Angleterre va nous en fournir un exemple; car en matière de crédit public, on ne doit pas en chercher ailleurs».

31. Não era despicienda a citação, pois os problemas do Banco de Inglaterra vão estar sempre presentes no trabalho de Ferreira Borges, e deles se vai socorrer incontáveis vezes para demonstrar, ao contrário, como a direcção do Banco de Lisboa falhara na sua administração.

A publicação do referido edital, como acima apontamos, logo gerou uma tal perturbação na praça de Lisboa que o Governo se viu obrigado a tomar posição.

De imediato torna pública a sua crítica, e em tom bastante severo, através da seguinte Portaria:

«Tendo chegado ao conhecimento de S. A. a Senhora Infanta Regente [= Isabel Maria] em nome de El-Rei, o Edital que pela Direcção do Banco de Lisboa fora afixado no presente dia: E a mesma Augusta Senhora servida mandar estranhar mui severamente à mesma

⁵⁸ DAMIÃO PERES, *ob. cit.*, pp. 392-93.

Direcção a leveza, ou antes má fé, com que tem pretendido lançar sobre o Governo o odioso, que somente sobre a mesma Direcção deve recair pela inépcia com que tem dirigido as suas operações mercantis desde tempos a esta parte, e especialmente nestes últimos infaustos dias. O que tudo V. S. fará presente à mesma Direcção para seu futuro Governo. Deus guarde a V. S. = Manuel António Carvalho = Senhor António Esteves da Costa»⁵⁹.

A inépcia e a má fé a que se alude na Portaria, serão os pilares da argumentação de Ferreira Borges, cotejando, como já afirmámos, a exemplar administração dos Bancos de Inglaterra e de França, com os ruinosos actos administrativos dos seus homólogos de Lisboa.

32. Com a mesma data do Edital (6 de Dezembro) chegara ao Governo uma Representação do Banco, em que a par da ordem de suspensão dos pagamentos, já trazida a público, se aduziam justificações, designadamente a escassez de prata, solicitando-se daquela instância do Poder como única providência o dar curso obrigado às notas pelo tempo limitado de seis meses.

A reacção do Executivo não se fez esperar, por ser necessário não só declinar a sua capacidade de intervenção em tal matéria, como não iludir a responsabilidade da Direcção do Banco, a quem, todavia, não deixa de exortar a uma clara assumpção das suas responsabilidades, cabendo oferecer, como competia, a cooperação do governo:

«Ministério dos Negócios da Fazenda
Para a Direcção do Banco de Lisboa

A Senhora Infanta Regente em Nome d'El Rei, a Quem foi presente a Representação da Direcção do Banco de Lisboa, em data de 6 do corrente, participando haver deliberado suspender o pagamento das suas Notas no seguinte dia em consequência da escassez de prata, que havia ocorrido; e bem assim pedindo como única providência aquela de se mandar dar momentaneamente curso obrigado às mesmas Notas por tempo limitado de 6 meses, é servida Mandar Declarar à mesma Direcção que semelhante medida, independentemente de não caber na esfera das atribuições do Poder Executivo, jamais poderia merecer a Sua Régia Aprovação, ainda quando Lhe tivesse sido presente o estado

⁵⁹ Apud FERREIRA BORGES, *ob. cit.*, p. 21, nota 2.

efectivo e real dos fundos actuais do Banco. E outrossim é servida Mandar-Lhe Declarar, que espera que haja a mesma direcção de tomar as necessárias medidas para que no mais curto espaço de tempo possível consiga o restabelecimento da regularidade dos seus pagamentos, como é do seu immediato interesse, e obrigação, quaisquer que sejam os sacrifícios que tenha a fazer para conseguir tão justo, honesto, e útil fim; podendo a mesma Direcção contar com a mais sincera cooperação do Governo em todos os auxílios indirectos, que possam ser-lhe precisos. O que tudo participa a V.^a S.^a da Ordem da Mesma Augusta Senhora, para fazer presente em Direcção. Deus guarde a V.^a S.^a. Palácio d'Ajuda, em 10 de Dezembro de 1827 = Manuel António de Carvalho = Senhor António Esteves da Costa»⁶⁰.

António Esteves Costa, Presidente do Banco, fora eleito pela Assembleia Geral de 17 de Janeiro de 1827, juntamente com os directores Fernando Cardoso Maria, Manuel Emídio da Silva, Silvério Taibner, Manuel Ribeiro Guimarães, Manuel Alves do Rio, Fernando José da Silva, António Francisco Oliveira Duarte e João José Dias Costa (os únicos estreantes de 1826 que foram reeleitos), e ainda os substitutos José Joaquim Barbosa e António Joaquim dos Reis, o primeiro director efectivo em 1824, o segundo o foi igualmente em 1824 e 1825⁶¹.

Esta a direcção que Ferreira Borges chama à pedra no seu folheto por suspender os pagamentos «sem nenhum reparo, chamamento da Assembleia ou enfim sinal algum de apuro. Julgou que lhe convinha parar, parou. Considerou a Assembleia Geral um Corpo estranho, e desinteressado, e o Governo sem inferência legal no mais ponderoso dos seus actos», o que justificava o tom severo da Portaria do Governo que acima transcrevemos; porém, não deixou de fazer justiça ao Presidente do Banco pela oferta de acreditar com a sua firma [= assinatura] quaisquer letras, que a Direcção propusesse aos credores do Banco em conta corrente, segundo se vê na participação de 14 de Dezembro na Gazeta [de Lisboa] n.º 297; bem como o anúncio que

⁶⁰ Apud FERREIRA BORGES, *ob. cit.*, p. 32, nota 2.

⁶¹ Livro 2.º do registo de papéis officiais [do Banco], fls. 117., DAMIÃO PERES, *ob. cit.*, p. 118.

vem na mesma Gazeta em nome da Direcção da Companhia de Seguros «Bonança» tendente a acreditar as Notas do Banco; e para o mesmo efeito a oferta, que nessa mesma Gazeta fez o Senhor António José Miranda Júnior: sendo sem dúvida o Senhor António Esteves Costa o que deu o exemplo tão louvável na primeira Gazeta, em que apareceram ofertas tais porque apesar da omissão do nome a pessoa foi logo universalmente conhecida⁶².

33. Ao recusar *in limine*, como já afirmámos, ter sido a decantada escassez da prata causa primeira da suspensão dos pagamentos por parte do nosso Banco, Ferreira Borges organiza e desenvolve o seu importante folheto, em três secções:

«Secção I — Esboço histórico das crises do Banco d'Inglaterra e França — medidas então empregadas. Paralelo com o Banco de Lisboa. Causa única de seu ponto.

Secção II — Que influência pode ter tido no Banco de Lisboa o Balanço desfavorável do nosso Comércio. — Da saca, e exportação da moeda, que a sua Direcção deu como causa única do seu ponto.

Secção III — Do novo Papel-moeda, ou Notas de recebimento obrigado».

Para que se possa compreender a importância desta obra de Ferreira Borges, que, limitada embora no seu número de páginas, nem por isso deixa de ser de assinalável interesse e reveladora da vasta erudição do nosso jurisconsulto em ciência económica, teremos de percorrer cada uma das partes da obra, senão com minúcia, pelo menos com alguma demora, para que enfim possamos não só reflectir sobre o que então se passou, como evidenciar os principais pontos de vista de Borges.

Começando por registrar ser prática dos governos, para fazerem face à Dívida Pública, o servirem-se da emissão de papel-moeda, que outra coisa não é senão um sinal fictício destinado a substituir o numérico (dotado de valor intrínseco), Borges afirma que tal invenção fora ideia simples «que podia ocorrer a qualquer Povo por bárbaro

⁶² Nota de pé de página in «Do Banco de Lisboa», pp. 14 e 15.

que fosse», sendo muito anterior ao estabelecimento dos primeiros Bancos de Circulação⁶³.

Bancos de circulação era a designação que cabia às instituições bancárias que não limitavam a circulação do dinheiro ao numerário nelas depositado, o que era característica dos chamados Bancos de Depósito, mas que, ao invés destes, emitiam «notas suas próprias, pagáveis quando pedidas».

As duas actividades, circulação e depósito, poderiam aparecer confundidas em alguns bancos, como acontecia com o Banco de Lisboa⁶⁴.

Segue-se, no desenvolvimento das suas reflexões, um «esboço da origem, natureza e fim dos Bancos, instituições que «se fundaram sobre os dois pilares da confiança mercantil, reputação de riqueza e manejo prudente... [e] cresceram em respeitabilidade e crédito», o que naturalmente implicou que «as suas Notas por tanto substituíram a moeda a todos os respeitos».

Confiança, reputação, respeitabilidade e crédito, tudo postulados que teriam sido abalados pelo «método de administração» do banco, que prosseguira, na opinião de Borges, vias não só tecnicamente erradas como eticamente condenáveis, e que, inevitavelmente, conduziram à pesada crise com que se debatia nos finais de 1827.

Para melhor fundamentar o seu juízo de implacável contundência, abona-se em Hennet, transcrevendo da «*Theorie du Crédit Public*» um extenso extracto onde o celebrado autor desenvolve conceitos sobre a utilidade e funções do banqueiro para a actividade comercial e industrial, funções fundamentalmente estabelecidas sobre o crédito, que «é filho da confiança» e assente na probidade, honestidade, inteligência, actividade na direcção dos negócios e exactidão nas operações.

34. Feito, por encomenda a estranho, o primeiro retrato do banqueiro, que devia somar à inteligência, diligência e assiduidade⁶⁵, qualidades de mão-dada com a confiança que inspirasse, Ferreira Borges vai servir-se da história do Banco de Inglaterra, cujas operações coteja metodicamente com o Banco de Lisboa, para, em última

⁶³ Cfr. STORCH, *Cours D'Economie Politique*, vol. 6, p. 119.

⁶⁴ Cfr. JOSÉ FERREIRA BORGES, *Diccionario Jurídico Comercial*, Verbo, BANCO — COMMERCIO DE BANCO, pp. 57 a 60.

⁶⁵ Idem, *Verbo BANQUEIRO*, p. 61.

análise, mostrar à saciedade o que a direcção possuía de abdonia de lucro, ao tomar tão drástica quão leviana decisão de suspender os pagamentos, pois apenas evidenciara «aquela fome de ganhar a todo o custo, o que levou o Banco à suspensão, que o macula»⁶⁶.

Se o Banco de Inglaterra, ao longo de toda a sua história se tinha enfeudado ao Governo, através de sucessivos empréstimos e consequentes benefícios, igual fado tivera o Banco de Lisboa, que no entanto acabara por exceder em generosidade a «Engine of the State» londrina, pois também o nosso banco nunca negara os seus empréstimos ao Governo.

Uma diferença, porém, acentuava Borges, os distinguia: enquanto o Banco de Inglaterra fora criado para o governo, «o nosso Banco foi erecto na independência delle... [porém] desnaturado, seguiu o Banco d'Inglaterra»⁶⁷.

«Máquina do Estado», como o apelidavam alguns escritores, mais do que Banco de Circulação, o poderoso estabelecimento inglês, além das avultadas quantias que emprestou ao governo ao juro de 3 %⁶⁸, não obstante lhe estar vedado fazer adiantamentos ao Governo de somas não votadas pelo Parlamento, fez-lhe avanços sobre letras do Tesouro, adiantou-lhe o montante anual dos impostos predial e da cerveja (cobráveis com atrasos de anos), manteve contas correntes com diversos ramos da Administração, etc., tendo ainda como Banco de Circulação operações de desconto de Letras de Câmbio, contas abertas com Companhias e comerciantes, sendo ainda autorizado a negociar em metais preciosos e emitir notas de confiança «com que arre-mata, e consome todas as suas diversas operações».

35. Ferreira Borges demora-se na história do Banco inglês exactamente porque pretende demonstrar que o Banco de Lisboa operava igualmente em todos os ramos, o que faz de forma exemplar socorrendo-se da Lei da Reabilitação de 11 de Dezembro, promulgada em cima dos dramáticos acontecimentos, em cujo parágrafo 9 se estabelece que o Banco «poderá comprar e vender Papel-moeda, e todos

⁶⁶ J. FERREIRA BORGES, *Do Banco de Lisboa*, p. 8.

⁶⁷ *Idem*, p. 9.

⁶⁸ F. Borges, chama a atenção para o facto de todos os nossos empréstimos serem a mais de 6 %.

os mais Papéis de crédito do Estado, assim como ouro, e prata debaixo de qualquer forma, espécie ou qualidade».

A transcrição deste parágrafo serviu a Ferreira Borges para demonstrar que o Banco podia comprar moeda, dando automaticamente por revogada uma antiga lei (de 20 de Maio de 1688) que o proibia, «porque se o Banqueiro pode comprar é evidente, que se pode vender: não há compra sem venda».

E, mais ainda, pela mesma razão, podia proclamar a inobservância da seguinte Portaria do Ministério da Justiça, publicada na Gazeta de Lisboa:

«Tendo chegado ao conhecimento da Sereníssima Senhora Infanta Regente, que nesta Corte há Negociantes, Cambiadores, e Ourives, que mercam por mais de seu valor cruzados novos em prata para os exportarem para fora do Reino, ou mesmo em moeda ou fundidos e reduzidos a barra, entretanto que cerceiam e tornam a meter em giro outros, que encontram de maior peso; factos estes não só contrários à boa Economia Política em quanto por tão criminosos e proibidos meios se vai exaurindo todo o metal circulante, de que já se experimenta grande falta, mas dignos de mais severo castigo, por importarem também um manifesto roubo à Nação, e aos particulares: Ordena a mesma Sereníssima Senhora, em nome d'El Rei, que V. M. sem a menor perda de tempo proceda à competente devassa, que em tal caso as leis determinam, não se poupando a quaisquer averiguações e diligências que necessárias forem para descobrir os delinquentes, a fim de serem pronunciados, e punidos com todo o rigor que o direito prescreve. Do progresso desta importante diligência, em que S. A. lhe manda recomendar a maior actividade, e de tudo o que nela ocorrer, dará V. m. conta por esta Secretaria de Estado de quatro em quatro dias, impreterivelmente, até à sua ultimção, para tudo ser presente à mesma Senhora. Deus guarde a V. m. Palácio da Ajuda, em 7 de Dezembro de 8127. José Ferreira d'Andrade, Senhor Corregedor do Crime do Bairro de Romulares»⁶⁹.

36. Pela Lei da reabilitação, o Banco de Lisboa podia negociar em metais preciosos e moedas nacionais e estrangeiras, estava autori-

⁶⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 291, de 7 de Dezembro de 1827.

zado a fazer e fez adiantamentos em letras e bilhetes do Governo e da Repartição de Alfândega, podia igualmente descontar títulos da Patriarcal, do Exército, da Marinha, do Arsenal e do Comissariado, a que juntava empréstimos ao Governo e as contas com particulares.

Nada de singular existia em tais negócios. O que Ferreira Borges não deixava passar em claro e tem como «particular do Banco de Lisboa» é o insólito facto de ter passado «do Depósito Público para a caixa do Banco a soma de 551 contos de réis sem vencimento de juros, quando os empréstimos que tem feito ao Governo vencem juros»⁷⁰.

Se o Banco de Inglaterra se caracterizava por um vício radical, qual era o de combinar negócios de banco e negócios de Fazenda, o que, quando da invasão estrangeira de 1745, esteve a ponto de destruí-lo, e teve como consequência que fizesse pagamentos na pequeníssima moeda de 6 pence, o Banco de Lisboa, que nunca estivera sujeito a qualquer semelhante flagelo, lançou mão de igual expediente, «esquecido de que tal recurso importa não-pagamento, e que tal expediente é tão sabido que ainda aos menos versados na matéria deixa de escapar. O estado duma solução vagarosa, a reserva das mais pequenas moedas, quais então aparecem, a nenhuma expedição de pagamentos importa em última análise perda de credibilidade, destruição de confiança, de quem o primeiro inimigo é o estado de dúvida»⁷¹.

Melhor, na opinião de Borges, fora a prática do Banco de Paris, ao tempo em que a França fora invadida pelos exércitos combinados da Europa (1814). O Governo, para fazer face à situação de guerra, pediu ao Banco grandes adiantamentos, num tempo em que as notas em circulação, conjuntamente com outras obrigações bancárias, excedia em cerca de 20 milhões de francos o valor da espécie.

Esta circunstância teria de gerar um inevitável terror, pelo que a corrida ao Banco tomou proporções alarmantes.

A administração do Banco de Paris adopta então a resolução de «não suspender inteiramente os seus pagamentos, porém limitar a soma a pagar a 500 000 francos por dia, e não pagar mais de 1000 francos a cada indivíduo», medida que Borges reconhece como a todos

⁷⁰ FERREIRA BORGES, *Do Banco de Lisboa*, p. 10.

⁷¹ *Idem, ib.*

os títulos preferível, e não havia comparação possível entre o que se passara em Portugal e o que se vivera em Inglaterra e França:

«O nosso banco não teve até hoje o mais leve ataque. Bem ao contrário todas as pessoas directa ou indirectamente nele interessadas salvam no silêncio respeitoso ao benefício do Estabelecimento a irregularidade da Administração. Sofrem quase sem queixar-se um padecimento que quase sempre legitima o desabafo dos queixosos, e ainda depois de desacreditado por um ponto irregular, não há nem ainda uma acção, uma queixa, um requerimento intentado contra ele!»⁷².

37. Protegido, assim, por este acomodado silêncio de todos os interessados, o nosso Banco não se debatia com pressões de nenhuma ordem que pudessem, pois, explicar medidas de excepção.

Socorrendo-se uma vez mais do exemplo inglês, Ferreira Borges passa a centrar a sua atenção nos efeitos da depreciação do papel-moeda em 1810, situação que levou o Parlamento inglês a examinar a questão «se era o preço do ouro, que se alevantara, ou o valor das Notas do Banco, que diminuía», resultando da discussão que a maior parte de membros da Comissão Parlamentar opinasse que as notas se depreciavam, opinião, no entanto, rejeitada pela Câmara dos Comuns.

Ora não obstante aquele Parlamento haver decretado que as notas valiam dinheiro, a prática quotidiana demonstrava o contrário, pois o papel-moeda foi crescentemente perdendo valor, o que levou não só a acaloradas discussões parlamentares como a que se tenha mudado a natureza do papel-moeda, dando-se-lhe um curso forçado.

Na opinião de Ferreira Borges, aqueles debates parlamentares revestiam-se do maior interesse para a compreensão do problema português, pelo que dos mesmos fez longas transcrições e cuidada exegese.

Como de maior interesse, relata o caso de Lord King, grande proprietário, que em consequência da baixa das notas ordenou aos seus rendeiros que passassem a pagar as suas rendas em guinéus, ou se em notas, teria de ser pelo preço corrente e não pelo valor nominal.

⁷² *Id.*, p. 11.

Borges, em cuidada análise, faz ressaltar que o crédito duma nota de banco reside na reputação da solvabilidade do banco emissor, concluindo que o que mantivera aquela situação das notas não fora o crédito, mas antes o carácter específico do papel-moeda e o emprego legal que das notas se podia fazer para pagamento de dívidas, fosse para com o Estado, fosse para com os particulares.

No Parlamento britânico estiveram frente a frente os que advogavam o curso forçado com fixação pela lei do seu valor trocável, o valor nominal e o valor corrente, e os que se opunham, caso de Lord King, que, como outros apoiantes, não pudera fazer vingar a argumentação que sustentava que «no momento em que o papel recebesse da legislatura um curso forçado, a sua depreciação crescería numa progressão mais rápida [e que] toda a medida semelhante teria por efeito infalível a destruição do Crédito Público, e o transtorno de todas as fortunas. Ele [Lord King] pensa[va] portanto, que sobre este grave objecto a Legislatura não deve intervir senão para fixar a época em que o Banco deve ser obrigado a reassumir os seus pagamentos em numerário»⁷³.

A lei acabou por passar e o banco ficou autorizado a não pagar em numerário, mas a verdade é que a depreciação foi crescendo a níveis elevadíssimos, de tal sorte que «o curso habitual do guinéu ou de 21 xelins em ouro, era de 29 xelins em Notas de Banco».

E que tal haja acontecido não surpreendia Ferreira Borges, que uma vez mais, servindo-se de Storch, comentava que nenhuma lei pode sustentar o valor corrente do Papel-moeda ao nível do seu valor nominal, logo que os mesmos de facto comecem a diferir.

Para demonstrar as situações tão diferentes de Inglaterra e França, confrontado com o problema português, socorre-se da David Buchanan, que num comentário à situação francesa, afirma que «este Banco [o de Paris] bem como o de Inglaterra, serviu por vezes de grande engenho (sic) ou máquina do Estado: os seus fundos foram arredados de seus fins; porém os seus Directores, ainda que cedendo por vezes ao império da necessidade, logo que o terror passava continuam o curso ordinário de seus pagamentos».

Este procedimento nobre, evidencia Borges, contrastava flagran-

⁷³ FERREIRA BORGES, *Do Banco de Lisboa*, p. 19.

temente com a decisão dos directores do Banco de Lisboa, únicos responsáveis do que acontecera:

«Se compararmos as nossas circunstâncias actuais com todas estas, a que o Banco d'Inglaterra, e de França devem por vezes ceder, parando os seus pagamentos; se reflectirmos bem sobre cada um dos factos isolados, ou reunidos, que levaram por vezes estes Estabelecimentos à sustação, tiraremos em resultado, que o Banco de Lisboa fez ponto em seus pagamentos só por um motivo seco, e único: o Banco de Lisboa parou por excessiva emissão de Notas»⁷⁴.

Ferreira Borges termina as suas reflexões precisando que o fundo do Banco comparado com a situação comercial do país, designadamente da praça de Lisboa, única a que praticamente limitava as suas operações, porque estagnada, não se compadecia com tão imprudente emissão de notas.

«Essa emissão — conclui — devia afugentar o numerário. Foi pois a Administração do Banco quem ocasionou uma parte da saca da moeda, que necessariamente deve ter havido; mas o Banco não parou por que tenha havido saca de moeda».

A demonstração do que afirmava era a matéria da Secção II, que tinha por postulados, para os maciços levantamentos, uma de duas causas: «1.^a por um Balanço de Comércio desfavorável, 2.^a por um terror pânico doméstico»⁷⁵.

As Causas

38. Ao examinar a primeira daquelas causas, Borges começa por estabelecer as relações exportação/importação e as suas repercussões na balança de comércio, com inevitáveis reflexos nas operações bancárias, sustentando que «quando as importações duma Nação excedem as suas exportações, deve dar-se um balanço em dívida a países estrangeiros, e no país que deve o balanço haverá mais procura de dinheiro para fora, do que de dinheiro para o interno desse país. Se o balanço do comércio continua desfavorável, a procura do dinheiro para fora, com que possa saldar-se o balanço, há-de crescer, e o dinheiro

⁷⁴ FERREIRA BORGES, *Do Banco de Lisboa*, p. 22.

⁷⁵ *Idem. ib.*

estrangeiro ou letras sobre banqueiros estrangeiros há-de vender-se com prémio. Neste caso nasce a tentação de exportar a moeda do país, que em consequência do estado do Comércio se torna mais valiosa fora, do que no país. E havendo um Banco cujas Notas são convertíveis em moeda à vontade do Portador, o Banco pode sem dúvida ser exposto, por um balanço desfavorável de Comércio, à exigência de moedas até uma soma considerável»⁷⁶.

Porém, filtrando de imediato as anteriores asserções, explica que em tais circunstâncias o saque de moeda é vagaroso e gradual, pelo que se um Banco tem fundos bastantes, só muito dificilmente será levado a suspender os seus pagamentos em dinheiro.

Em abono do que afirma, uma vez mais recorre ao exemplo do Banco de Inglaterra, que fora frequentemente sujeito a um saque regular das suas espécies, sem que por tal motivo o seu crédito haja sido posto em perigo, mesmo quando, como destaca, antes da grande recunhagem de 1774 a moeda de ouro corrente se depreciou por gasta e adulterada, o que implicou que o preço do ouro do mercado tivesse valor superior ao da Casa da Moeda, e, naturalmente, por arrastamento, a quebra de valor das Notas de banco, que desceu ao nível da moeda depreciada com que se trocava.

Claro se tornava que semelhante situação tivesse provocado a corrida ao Banco, pois era lucrativo comprar notas com moedas leves e gastas, para depois voltar ao Banco com as mesmas notas para as trocar por moedas de legítimo peso, para em seguida fundi-las e vendê-las de novo em barra.

Não perdendo o sentido didáctico do exemplo de que se servia, Borges esclarece que apesar do esforço a que o Banco de Inglaterra fora sujeito para repor as moedas que lhe sacavam, nunca houve risco de suspensão de pagamentos, porque «esta sacca por dispendiosa e cansadora que fosse (...), porque era regular e gradual e sujeita a cálculo (...), em quanto o Banco tivesse com que comprar guinéos, teria sem receio algum com que fornecer a exigência».

E, mais ainda, poderia extrair que se os directores do Banco de Lisboa se tivessem «prestado a esse sacrifício» nunca teriam necessidade de parar os pagamentos, desde que regulassem prudentemente a

⁷⁶ *Idem*, p. 24.

emissão de notas, e concluía que «querer grandes lucros sem sacrifício está fora da ordem natural das coisas»⁷⁷.

E não poderia perder-se de sentido que, não obstante a uma balança de comércio ser desfavorável, considerando que os pagamentos entre Nações não só é vagoroso como sujeito a cálculo, também não era em tal desequilíbrio que se devia encontrar as razões da suspensão, tanto mais que segundo o «Ensaio sobre o Orçamento de Dívida Pública», de Marini M. Franzini, a nossa despesa no estrangeiro se reduzia a 300 contos, «quantia que por insignificante não pode entrar em linha de conta; e porque é constante, e certa», pelo que «nem o desfavor da balança do nosso comércio, nem as nossas despesas no estrangeiro foram causa de seu ponto».

39. A legislação portuguesa era impeditiva não só da exportação de moeda como da sua fundição, e de tais pressupostos legislativos se irá servir como fundamento das suas opiniões:

«A nossa legislação monetária tem defeitos algum tempo comuns a todos os Estados Europeus. Pelo Alv[ará] de 22 de Março de 1663 se vê mandado correr moeda com o aumento de 25 por cento. Pela L[ei] de 4 de Agosto de 1668, foi aumentada com 20 por cento. Proibiu-se levantar o preço dos géneros, não obstante o levantamento da moeda. Cart[a] R[égia] de 14 de Agosto e L[ei] e Reg[imento] de 12 de Outubro de 1688. Pelo D[ecreto] de 17 de Maio de 1690 nomeou-se um juiz para conhecer entre outras coisas do saque de moeda. Pelo Alv[ará] de 19 de Dezembro de 1695, quem as desfaz no Brasil incorre nas penas dos que fazem moeda falsa! A mesma pena tem o Alv[ará] de 20 de Agosto de 1721, àcerca das moedas antigas, mas por diferente fim, aliás justo, assim a pena fosse menos bárbara»⁷⁸.

O que Ferreira Borges pretendia tornar claro, ao evocar o aparelho legislativo, era que tais leis afinal nunca puderam ser cumpridas, e isto, como explica, pela razão óbvia de «nenhuma lei [ter] força bastante para obstar ao curso necessário e regular das coisas».

Esse curso regular radicava na necessidade de se pagar ao estrangeiro com moeda, tendo em conta o proverbial desequilíbrio da balança de comércio:

«A moeda contém um pouco de metal. Os seus efeitos puramente

⁷⁷ *Idem*, p. 24.

⁷⁸ *Idem*, pp. 26-27.

como moeda, isto é, os que resultam do seu cunho [= a valor facial], podem ser privativos do país a que respeita; porém, fora dele, e como metal, é um género como qualquer outro. Dizer não se exporte moeda é o mesmo que dizer não se exporte vinho, sal ou qualquer outra mercância.

Ora se a exportação de um género dado produzir lucro no Estrangeiro, proibir essa exportação do metal amodado, se este metal no Estrangeiro vale mais, é tolher uma troca lucrosa e consequentemente ordenar uma perda, em vez de dever-se fomentar a prosperidade»⁷⁹.

Prossegue o seu comentário sobre o valor da moeda como mercadoria chamando a atenção para aspectos contraditórios de uma legislação, que permitia a exportação de moeda para as Ilhas e «dada a risco para os negociantes da Ásia», e no fundo era igual que fosse para a China ou para Londres.

Contudo, assevera, nunca na história dos povos se verificara um país ficar exausto de moeda em consequência da sua exportação, aproveitando para discorrer sobre fluxo e refluxo de metais em função da sua cotação periódica e fazer convergir as suas ilações na necessidade de uma política de livre circulação de bens:

«Franqueie-se a entrada de tudo a um país que a Providência situou tão felizmente, e desaparecerão com esse medo [que da falta de metais preciosos Portugal deixasse de ter moeda] muitos males reais que sofremos. Estabeleça-se uma franquia absoluta, acabem-se essas excepções que destroem a mesma natureza do que pretende estabelecer-se; não se diga haverá porto franco, menos para tal e tal género, e os receios de esvaimento absoluto das espécies metálicas e de todas as mais riquezas que ainda restam, desaparecerá na maior parte possível»⁸⁰.

40. Restava-lhe, para concluir a 1.^a Causa, utilizar a estatística na frieza dos números.

Em conformidade com o mapa da fundição da Casa da Moeda, apresentado em 1821, as moedas de toda a espécie, fundidas de 1807 a 1821 somavam 20 691 048\$545 Rs., ou seja cerca de 50 milhões de cruzados, valores que não entravam em consideração com a moeda

⁷⁹ *Idem*, p. 27.

⁸⁰ *Idem*, p. 28.

em circulação: «A moeda papel suposta em giro em 1821 era de 20 milhões de cruzados, na opinião do Tesouro».

Ferreira Borges especifica os números, afirmando que a emissão se dizia ter sido de 17 184 238\$800 Rs., mais se sabendo que desde 1801 se haviam amortizado na Junta dos Juros 994 376\$680, «além de 3 sacos de 8 alqueires de papel moeda de diversos valores já cortados ao Erário, donde foi remetido sem declaração da sua importância, como se poderia verificar no termo de amortização lavrado em 30 de Dezembro de 1808.

Acrescentando a tais montantes as notas de Banco, as letras de particulares, comparando tudo com as tão escassas transacções comerciais, afugentava «como fumo a ideia de que não há dinheiro para elas [transacções] porque se exportou, exporta e há-de exportar moeda. Dê-se por exportado já metade do existente até 1821: ainda em última análise há muito para o que é necessário fazer como ele. Se não aparece imediatamente em uso, é porque as Notas de Banco ocuparam-lhe o lugar e são preferíveis no uso que se faz do dinheiro»⁸¹.

Não concorda, pois, Ferreira Borges que se tenha por acção criminosa a fundição de moeda, separando o valor facial (interno) do valor real em peso de metal, porque neste último caso, qualquer que seja a forma, se mantém o seu valor:

«Fundir moeda em barra é um facto em si mesmo indiferente, é reduzir a um todo umas poucas porções separadas. Esta operação em si é tão inocente como é reduzir uma barra a moeda, que é a operação inversa. A legislação pois que a proibiu em muitos Estados da Europa, que hoje têm acabado com tal proibição, é filha da ignorância, e não pode sustentar-se diante dos princípios económico-políticos geralmente conhecidos, adoptados e praticados»⁸².

41. Para a 2.^a Causa, explanada a génese da catástrofe do Banco de Inglaterra de 1797, pelo descrédito em que caíra, o que levou à corrida junto dos cofres, concluiu que entre nós nada de semelhante se passara, «ninguém correu sobre o nosso Banco por respeito ao seu crédito [e] a troca das suas notas mais ou menos apressadas não derivou de pânico algum».

⁸¹ *Idem*, p. 30.

⁸² *Idem*, p. 30.

Pelo contrário, teve auxílios do Governo, que não só reteve as notas nas suas repartições como correu com todo o dinheiro existente nas «estações públicas a acudir ao Banco», trocando-o por notas, socorro levado ao ponto de a Infanta Regente ter oferecido as suas jóias e cofre particular em benefício daquela instituição.

Precisando, Borges afirma peremptório que a situação «não proveio da saca de numerário, resultado necessário dum Balanço de Comércio desfavorável, nem de terror pânico que a isso levasse; a grande causa, em sua opinião, fora uma «imprudente excessiva emissão de suas notas».

E porque a Portaria de 10 de Dezembro que acima transcrevemos o surpreendera, pelo facto de a direcção do banco pedir o curso obrigado das notas, consagra a última parte do seu trabalho às notas de «recebimento obrigado», o Papel-moeda.

Fundamentalmente, Ferreira Borges procura demonstrar o equívoco da direcção do banco, por ser de natureza do papel-moeda que este perca na circulação. Servindo-se de vários autores, designadamente Shmaltz, Mc. Culoch, David Ricardo, Storch, Hennet, de que utiliza extractos para apoiar as suas teses, Ferreira Borges considera os perigos da emissão do papel-moeda nos seguintes termos:

«O primeiro efeito sensível e imediato da emissão de papel-moeda é lançar o numerário metálico de circulação à proporção que enche os canais dela, e acumulá-lo aos fundos disponíveis de que a Nação pode servir-se para aumentar a Indústria. Isto é um bem, mas este bem é contrabalançado por tantos perigos e perigos tão graves e difíceis de evitar, que esta intervenção funesta pode ser olhada como o maior flagelo das Nações e só a mais imperiosa das necessidades pode justificar-lhe o uso aos olhos da razão»⁸³.

Em sua opinião, mesmo que o papel-moeda se situe nos limites que as necessidades de circulação lhe prescrevem e na hipótese quase quimérica de manter o valor por que foi criado, tal não significa que nele se substantivem os bens que a toda a sociedade oferecem os votos de confiança, porque da emissão do papel-moeda o «abuso é quase inseparável do uso».

O que pretendia fazer compreender, como prova da sua posição face à situação criada pela administração do banco, que insistia em

⁸³ *Idem*, p. 36.

responsabilizar, era a diferença de consequências entre o excesso de notas emitidas por um banco e excesso de papel-moeda [= notas de curso forçado].

Enquanto no primeiro caso, o prejuízo recai em repor sobre o banco emissor, «que se vê obrigado a fazer grandes sacrifícios para substituir o numerário que lhe paga em troca das notas», no segundo acontece o contrário, pois «a autoridade pode deixar de pagá-las ou pagá-las como quiser, [donde] o mal recai sobre os portadores..., o lucro dos accionistas [do banco emissor] cresce por novas emissões, apesar da baixa sempre crescente do papel-moeda, [porém], que não se iludam... que isso mesmo tem um termo, ainda que remoto além do injustificável dano da Nação inteira»⁸⁴.

Demonstrados os prejuízos que resultam da depreciação do papel moeda para a Nação, o que faz numa extensa citação de Sismondi, onde em síntese aquele autor estuda os prejuízos resultantes da depreciação da moeda⁸⁵, Ferreira Borges conclui a sua posição afirmando:

«Temos portanto que forçar o curso das Notas de Banco seria criar um novo Papel-moeda com todos os maus efeitos deste expediente, mais um altamente notável, qual é, que ninguém lucraria na emissão e na medida, senão o Banco, até um certo ponto, e todos perderiam, inclusivamente o Estado, que autorizasse tal expediente»⁸⁶.

⁸⁴ *Idem*, pp. 37 e 38.

⁸⁵ *Idem*, p. 39.

⁸⁶ *Idem*, *ibidem*.

APÊNDICE DOCUMENTAL

* Minutas das Actas das 23 conferencias da Junta creada por Decreto de 18 de Junho de 1823 para preparar o Projecto de Lei da Carta fundamental da Monarquia Portugueza.

2 Consultas originaes de 29 de Dezembro 1823 e 2 de Janeiro de 1824.

Projecto original da Lei das Eleições e 2 Copias.

Varios Projectos feitos e externos¹.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 62)

* As numerações de chamada à linha contêm um ponto final em seguida aos algarismos (exemplo: 5-9. e não 5-9); as numerações em *itálico* pertencem ao respectivo documento; as numerações em **redondo** pertencem ao autor deste livro.

¹ À documentação referida faltam documentos. Da utilização que fazemos destes de que dispomos, entendemos dar-lhe uma ordenação em conformidade com uma sequência diferente dos maços a que pertencem. Em todas as transcrições, aparecem em rodapé variantes entre códices, anotações à margem e outras anotações que constam dos fólhos, referenciando-se as respectivas linhas. No final de cada documento publicamos a respectiva cota.

[DOC. I]

Em 7 de Julho de 1823

1.^a Conferencia da Junta encarregada de preparar o projecto da Carta de Ley fundamental da Monarquia Portugueza.

O Sr. Presidente depois de lido o Discurso da abertura (que vai transcripto no fim desta acta) observa que os trabalhos de que a Junta tem que occupar-se parecem poder dividir-se em duas partes: 1.^o assentar sobre o methodo a seguir para organizar o projecto de Carta de Ley fundamental, 2.^o propor o melhor modo de promulgar essa Carta de maneira legal e permanente.

Depois de haver cada um dos Snr.es Membros da Junta exposto a sua opinião sobre o objecto proposto decidio-se que se nomeasse uma Comissão para apresentar quisitos sobre os principios geraes que devem servir de base para formar o projecto da Carta e nomeou o Sr. Presidente para esta Commissão os Senhores General Stockeler, Monsenhor Ferreira e Bastos.

Communicou o Sr. Presidente à Junta que S. Magestade fora servido Nomear para Secretario della ao Official Mayor da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros Joze Bazilio Rodemaker e designou para a primeira Conferencia o dia de 2.^a feira 14 do corrente pelas 9 horas da manhã.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 42.)

15 *Monsenhor Gor Ferreira*, estando *Gor* riscado.

[*Discurso de Palmela na primeira reunião da Junta*]

[DOC. II]

Quando os Portuguezes, por um espontaneo movimento, sacudiram o jugo da Facção iniqua e desorganizadora que os tiranisava manifestaram-se altamente os votos unanimes que o terror havia comprimido no fundo dos Corações e foi por todos aclamado o Nome Augusto de El Rey Nosso Senhor, do Salvador da Patria, a quem a Nação com geral e illimitada confiança entregou o arbitrio de seus futuros destinos.

Immortal será por certo na memoria dos homens esta Epoca da Historia Portugueza e servirá de exemplo à Posteridade o heroismo e lealdade de um Povo que soube a tempo rasgar o veo da illusão e parar à borda do abysmo aonde o tinha conduzido a Seita perversa e ambicioza que, abuzando do nome da liberdade e annunciando uma sonhada regeneração, intentava dissolver todos os vinculos sociaes, submergir-nos nos horrores da anarquia e até em breve tempo conseguiria riscar do Mappa da Europa o nome illustre de Portugal.

Feliz o Monarca que vê o seu Throno restituido ao antigo esplendor e rodeado de taes Vassallos, mas mais felizes ainda os Povos que tem a dita de possuir um Rey clemente, sabio e virtuozo como o nosso, um Rey que no acto de reassumir o exercicio da auctoridade Soberana annuncia a paternal e generosa intenção de estabelecer sobre bases solidas o Imperio das Leys, a dignidade da Coroa e os direitos dos seus Vassallos e de restituir e apperfeiçoar as antigas Instituições da Monarquia, essas venerandas Instituições que outrora fizeram grande e florescente o Imperio Portuguez e que uma Revolução perfida havia promettido restabelecer, ao mesmo tempo que só pretendia derriba-las ate os fundamentos.

Tal he Senhores o importante objecto para que Sua Magestade He Servido Convocar-nos e em que devemos empregar todos os nossos desvelos, não só para cumprirmos com as obrigações de Subditos fieis, mas para corresponder dalgum modo aos incomparaveis sacrificios que o Mesmo Augusto Senhor não duvidou fazer a beneficio da Nação cujos interesses tem constantemente anteposto a todas as considerações só relativas à Sua Real Pessoa.

Poucos e obscuros Facciozos aproveitando-se do appoio que lhes subministrava a revolução recente de Hespanha e valendo-se para

exaltar os animos da mesma lealdade que distingue a Nação Portuguesa tiveram a arte de enganar seus compatriotas com especioza apparencia, aclamaram em altas vozes a Religião, o Rey e a Dynastia de Bragança, exaggeraram os males e as desgraças publicas que necessariamente havião resultado em grande parte dos prodigiosos esforços com que os Portuguezes sustentaram sua independencia ameaçada, e prometteram reformas saudaveis e uma Constituição feita em Cortes. Foi assim que se desenvolveo rapidamente a tenebroza conspiração que havia longo tempo trabalhava para subverter o edificio da Monarquia; o povo e aquellas valorozas tropas que tinhão voltado aos Patrios lares coroados de louros seduzidas por meio destes vis artificios e victimas da inexperiencia cooperaram involuntariamente ao triunfo da Facção Revolucionaria e as Naçoens todas da Europa espectadoras da insurreição de Portugal puderam por algum tempo illudir-se sobre as cauzas que a haviam motivado e os fins sinistros a que tendia.

Mas a Providencia Divina não Permittio que tivessem duração os prestigios da falsidade nem que prosperasse a injustiça e pouco tempo bastou para dar a conhecer os criminozos intentos dos Conjurados. A Religião vilipendiada, El Rey destinado a figurar como Escravo Coroado de uma Democracia Soberana. A virtude, o merito, os serviços desprezados, a Calumnia triunfante, as propriedades violadas, enfim todas as garantias da Segurança pessoal entregues ao arbitrio de um bando de Demagogos, tal era a Nação Portuguesa agora reconhece e o attestará ao Mundo inteiro, tal era o resultado das pompozas promessas feitas a Portugal no anno de 1820.

Os fautores da Revolução fingindo querer ouvir as Pessoas mais instruidas sobre a forma da convocação das Cortes, desprezaram desde logo a maioria dos votos, arrogando-se uma faculdade que só competia legalmente ao Monarca e começaram por sugeitar os Portuguezes à inaudita ignominia de jurarem a observancia de uma Constituição da qual se não conhecião ainda nem mesmo as primeiras bases; forão successivamente estabelecendo um systema de innovaçoes contrarias aos costumes e a vontade da Nação e amontoando illegalidades umas sobre outras atreveo-se um pequeno numero de facciosos usurpadores a dictar as Procuraçoens que os Povos deviam

34. *aos costumes e*, entrelinhado com chamada // 34. *Nação e por isso mesmo absolutamente nu e*, estando *e por...* nu riscado.

dar a seus representantes inserindo nellas a clausula exotica e indefinida de que a Constituição de Portugal seria mais liberal que a de Hespanha; violarão por este modo elles mesmos nos seus primeiros actos o principio abstracto da Soberania Nacional que theoricamente proclamaram.

Acresceram a estes insanaveis defeitos que tornão radicalmente nullo o chamamento das Cortes e tudo quanto ellas fizeram, as escandalozas manobras practicadas pelas associaçoens secretas no acto das eleiçoens a fim de chamar ao Congresso os chefes da facção revoltosa e os seus sequazes para formarem uma Constituição a seu arbitrio e vencerem em votos os Deputados a quem o bom senso dos Povos elegeo por seus conhecimentos, independencia e probidade, apesar dos esforços que se fizeram para o extraviar.

Sem embargo de ser manifesta a irregularidade de taes procedimentos, Rezolveo o Nosso Magnanimo Soberano dar à Nação a mais terminante prova da sua moderação e do inalteravel amor que tem aos seus Vassallos, Jurando a informe Constituição que as Cortes imperiozamente dictavam ao Rey e à Nação e Decidio-se a preferir a tranquillidade publica às Prerogativas da Sua Coroa completando assim o maior dos sacrificios para salvar os seus povos das Contendas sanguinarias de uma guerra civil.

Rayaram porem finalmente dias mais propicios para Portugal. Os Povos oprimidos pelo mais cruel Despotismo, desenganados por uma triste experiencia, conheceram que os tirannos que os oprimiam debaixo dos sonoros nomes de liberdade, igualdade e segurança encubriam a mais vil hipocrisia, o egoismo o mais refinado, que com o pretexto de uma reforma que só devia emendar defeitos do Governo, tinham realmente operado uma revolução que ia destruindo pelos fundamentos a Religião, o Throno e toda a ordem Social Observaram as funestas consequencias de tão desasizadas medidas verificadas na separação do Brazil, na delapidação dos fundos Publicos e extraordinario augmento da Divida, na miseria a que ficou reduzido o maior

1. *representantes e*, estando *e* cortado // 3. *Hespanha violando violarão*, estando *violando* riscado e *violarão* entrelinhado // 7. *Cortes que e*, estando *que* riscado e *e* entrelinhado.

18. *e rezolvendo-se Decidio-se*, estando *Rezolvendo-se* riscado e *Decidio-se* entrelinhado // 22. *finalmente*, entrelinhado // 23. *desengandos por*, no original // 26. *mais avido refinado*, estando *avido* riscado e *refinado* entrelinhado

numero dos Empregados, na remoção injusta e não motivada da maior parte dos mesmos Empregados, nos Despachos e Merces conferidas a homens que não tinham outro merecimento mais do que o de estarem addidos à Facção dominante; scandalizaram-se ao ver a dignidade da Coroa e Nação Portuguesa vilipendiada nas Naçoens Estrangeiras e viram finalmente com espanto e horror transtornadas em Portugal todas as Instituiçoens ordenadas com tanta sabedoria por nossos maiores e o Reyno convertido em um Chaos em que tudo era confusão, arbitrariedade e desordem.

Estas reflexoens produziram um geral descontentamento em todas as classes da Nação, o qual lavrando oculto ha muito tempo se manifestou ultimamente pela unanime rezolução dos habitantes de Portugal que em todas as Provincias e terras do Reyno e quasi no mesmo momento aclamaram o Senhor Rey Dom João Sexto, abjuraram a dominação tirannica das Cortes e reintegraram a Sua Magestade nos Direitos Hereditarios do Seu Throno, renovando o Juramento de fidelidade e obediencia que Lhe havião prestado na Sua Coroação.

Neste estado de couzas vio S. Magestade indubitavelmente a opinião universal dos Seus Vassalos e os mesmos motivos que em outros tempos o havião induzido a aceitar a Constituição imposta despoticamente pelas Cortes O obrigaram agora a acolher benignamente os votos com que era chamado a reassumir os Direitos do Throno que havia herdado de Seus Mayores. Nem era possivel que o Nosso Augusto Monarca se propozesse a manter pela violencia e pela força, contra a expressão geral dos desejos do Seu Povo, aquella Constituição a que ele havia adherido e que observara religiosamente só com o fim de conservar a publica tranquillidade. Accedeo portanto aos votos de toda a Nação e aos dictames da Religião e da Justiça dissolvendo de direito as Cortes que já se haviam dissolvido de facto e cassando o Acto Legislativo, emanação illegal de umas Cortes illegitimamente convocadas.

Mas, Senhores, o nosso Augusto e Adorado Soberano reassume o Seu Poder Supremo só para consolidar uma Monarquia em cuja organização sem se perderem de vista os Institutos primevos do Governo Portuguez se combine a alta dignidade do Throno com os direi-

35. *primevosos*, estando o *e* emendada e as duas últimas letras *os* riscadas.

tos das diversas Classes do Estado com a manutenção da Segurança que as Leys devem affiançar a todos os individuos. Deseja promulgar umCodigo destinado não ao desenvolvimento de theses vans e abstractas theorias, mas que sirva para garantir practicamente os direitos mais essenciaes e para assegurar sobre bases solidas a prosperidade publica, dando lugar a melhoramentos progressivos e conservando uma prudente analogia com as Instituições mais sabias das outras Monarquias da Europa, não só por se acharem provadas pela experiencia as suas vantagens, mas porque a boa harmonia e as estreitas relações em que nos achamos com os outros Estados mostram o muito que convem que os Institutos de todas as Potencias se aproximem o mais que for possivel entre si e contribuam reciprocamente para apertar cada vez mais os laços da intima união em que se acham.

Penetrado S. Magestade destes generozos sentimentos que tanta honra fazem a Seu Regio Coração e tanto reconhecimento exigem da parte de seus Vassallos e conhecendo que para empresa de tamanha monta convinha ouvir varoens que por sua Instrucção experiencia e probidade podessem ordenar um projecto de Ley fundamental da Monarquia Portugueza formado debaixo dos principios referidos e digno de ser levado à Sua Real Prezença para ser aprovado ou corrigido, conforme for do Seu Real agrado. Houve por bem Nomear por Decreto de 19 de Junho do corrente anno esta Junta de que tenho a honra de ser Presidente a qual sendo composta de Membros de tão abalizado merecimento desempenhará sem duvida completamente a alta Comissão de que está encarregada e formará um projecto de Carta de Ley Fundamental que seja digno da Real aprovação de S. Magestade e faça por dilatados seculos a felicidade da Nação Portugueza.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 61)

[DOC. III]

Primeiras Linhas da Lei Fundamental da Monarquia Portugueza.
[Proposição de João de Sousa Pinto de Magalhães e um conjunto de artigos]

Religião

A Religião da Monarquia Portugueza hé a Catholica Apostolica Romana, unica verdadeira.

Os cultos heterodoxos tolerados não podem exercitar-se publicamente.

Forma do Governo

Monarquia hereditaria, temperada.

O Poder Legislativo reside no Rei junto com as Cortes, de quem hé Chefe.

O Executivo no Rei exclusivamente.

O Judiciario nos Tribunaes e Magistrados nomeados por El Rei na forma determinada pelas Leis.

Rei

A sua Pessoa sagrada e inviolavel.

Commandante em Chefe da força armada.

Unico Representante da Nação em suas relações externas.

Distribuidor Supremo das graças, mercês, distinções e recompensas.

Authorizedo para perdoar ou moderar as penas impostas por sentença.

Protector e Defensor da Igreja Lusitana.

Cortes

São compostas do Rei e dos 3 Estados do Reino.

Constão de 2 Camaras, a 1.^a do Clero e Nobreza, a 2.^a dos Procuradores do Povo.

1.^a Camara

Consta de certo numero de Bispos e de Fidalgos da classe e no numero que se adoptar.

2.^a Camara

Hé formada dos Deputados eleitos pelo Povo pela maneira que se determinar.

Convocação

El Rei convoca, prorroga e dissolve as Cortes.

Authoridade

Consiste em fazer Leis, cuja execução pertence a El Rei e a aplicação ao poder Judiciario.

Para estas Leis hé necessaria a Sanção Real, pois que El Rei he parte integrante e Chefe das Cortes.

Proposição

João de Sousa Pinto de Magalhaens

1.º Devem todos os Membros da Junta propor os demais artigos que julgarem necesarios ou uteis.

2.º Deve examinar-se quais dos Quesitos decididos entrarão na Carta e quais serão os que devem ficar para a lei fundamental.

3.º Nomear-se huma Comissão para a redação dos artigos aprovados do projecto de lei fundamental inserindo no novo projecto que apresentar todos os demais artigos avulsos que forão aprovados.

4.º Huma Comissão para formar o projecto da lei da elleição.

5.º Outra para formar o projecto da organização da Camara alta.

6.º Outra para formar o projecto de regimento das Cortes.

7.º Projecto do rellatorio que ha-de apresentar a Comissão e do preambulo da Carta de lei fundamental.

6 O direito de petição a El Rei he livre a todo o Portuguez; às Camaras só se pode requerer o que pertence ao expediente dellas e à segunda Camara o que pertence aos casos de responsabilidade de que ella he accusadora.

9 A successão à coroa seguirá a Ordem regular de primogenitura e representação entre os legitimos descendentes de S. Mage-

22. *fundamental. 1 A casa do Cidadão he inviolavel. 2 Todo o Cidadão tem a faculdade locomotiva. 3 Extinguem-se os privilegios de foro pessoal, podem-se fazer excepções nos casos crime, por huma lei anterior ao crime comettido. 4 Não se podem crear comissões especiaes para julgar os casos comettidos antes da sua criação. 5 Fica abolida a tortura e a confiscação de bens e os suplicios crueis que acompanhão a pena ultima. 6 O direito, no original, estando 1 Acasa ... ultima cortado // 24. pertence aos, estando a letra s cortada // 24. Aprovado, à margem // 26-27. accusadora. 7 Cada Deputado he procurador de todo o povo e não só do circulo que o elegeo. 8 El Rei e a Familia Real terão huma dotação que lhes será assinada no principio de*

tade preferindo sempre a linha anterior às posteriores, na mesma linha o grao mais proximo ao mais remoto, no mesmo grao o sexo masculino ao feminino, no mesmo sexo a pessoa mais velha à mais moça.

Se se extinguirem as linhas dos descendentes de S. Magestade será chamada aquella das linhas descendentes da Casa de Bragança que dever preferir segundo a regra acima estabelecida.

10 Se a successão da Coroa cahir em femea não poderá esta casar senão com Portuguez, o marido só se chamará Rei depois que tiver da Rainha filho ou filha. Os filhos de Pai Estrangeiro e Mai Portugueza se não forem Principes Soberanos e tiverem nascido em Portugal e ahi sempre residirem poderão ser admittidos na successão se as circumstancias assim o exigirem ao parecer d'El Rei e das Camaras.

A Casa de todo o Portuguez he para elle hum asilo. Nenhum Official publico poderá entrar nella sem ordem escrita da competente autoridade salvo nos casos e pelo modo que a lei determinar.

Toda a pessoa poderá demandar a qualquer precedendo para a citação ordem do Juiz que houver de conhecer da causa, sem dependencia d'outra alguma formalidade.

Haverá hum Concelho d'Estado nomeado por El Rei cujas attribuições serão reguladas por lei.

O que for legalmente preso deverá ser solto logo que preste fiança perante o Magistrado que conhece da causa, não sendo o caso d'aquelles em que a fiança seja expressamente prohibida.

Se a El Rei sobrevier impossibilidade fisica ou moral que pro-

cada reinado. 9 A successão, no original, estando 7 Cada Deputado ... reinado cortado // 1-2. Aprovado, à margem.

8-10. Aprovado Já foi dispensado nas Cortes de 1619, à margem, estando Já ...1619 riscado // 12. e ahi sempre residirem, à margem com chamada // 13. das Camaras. 11 Para Tutores do rei menor de 14 annos entrarão em primeiro lugar os testamentarios, não os havendo a Rainha Mai enquanto não casar. 11 Sobre os Tutores se deve admittir a Lei das Cortes d'El rei D. Pedro 2.º, estando 11 Para Tutores ...Pedro 2.º riscado // 14. de Cidadão todo, estando de emendado de do, Cidadão riscado e a sílaba to emendada de he // 16. Aprovado, à margem // 17. poderá mandar citar demandar a qu outra, estando mandar citar e qu riscado // 18. para a citação para' estando para a citação entrelinhado e o segundo para riscado // 18 Aprovado, à margem.

20. Aprovado, à margem // 21. serão nom reguladas, estando nom riscado // 22. Aprovado, à margem.

hiba o exercicio do governo temporal ou perpetuo, estando as Cortes reunidas os Ministros tendo ouvido por escrito os Medicos darão parte às Camaras que nomearão respectivamente dos seus Membros que verifiquem o facto e sobre o relatorio destas Comissões se declarará a Regencia devolvida ao immediato successor com as modificações que exigir a contemplação com a dignidade Real. Se as Cortes não estiverem reunidas o Concelho d'Estado verificará o facto e tomando assento por escrito se devolve a Regencia ao immediato soccessor que dentro d'hum mez convocará Cortes para confirmarem o que estiver feito.

Na formação das Leis. 1.ª Questão previa Se convem fazer Lei sobre aquelle objecto sendo aprovado que sim. 2.ª Projecto de Lei que se lê e discute para o fim de se imprimir. 3.ª Segunda discussão em que ficando aprovado tem a Camara acabado a sua função. Entre cada hum destes actos 8 dias.

Quando El Rei julgar que se deve estabelecer algum artigo que altere a Carta, chamará extraordinariamente Cortes dizendo quaes são esses artigos e mandando dar os poderes especiaes para se tratar delles.

Os projectos de lei que forem regeitados não poderão de novo ser tomados em consideração na mesma sessão.

Quando occorrer algum caso extraordinario e que exija pronta providencia sendo de natureza de dever ser tratado em Cortes, não estando estas reunidas, poderá El Rei resolve-lo tendo ouvido primeiro os seus Ministros e Concelho d'Estado, mas na primeira sessão de Cortes lhe será apresentada esta resolução para a aprovarem e os Ministros que a tiverem aconselhado responderão especialmente por ella.

Não haverá mais confiscação de bens, infamia transcendente, tortura e suplicios crueis.

A divida publica será garantida e aplicar-se-hão os meios para a sua progressiva extinção.

He necessario requerer a El Rei a instauração da Junta das Confirmações Geraes.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.ª 78, M.º 4, N.º 28.)

3-5. *Aprovado*, à margem // 7. *Estado f verificará*, estando o *f* cortado // 9. *para aprov confirmarem*, estando *aprov* riscado // 11. *objecto 2 sendo*, estando 2 cortado // 11. *Lei disc que*, estando *disc* riscado // 10-12. *Aprovado*, à margem,

15. *que he se*, estando *he* riscado // 16. *Aprovado*, à margem // 18-19. *Aprovado*. à margem // 22-23. *Aprovado*, à margem // 26-27. *Aprovado*, à margem // 28-29. *Aprovado*, à margem.

[*Proposições de D. Manuel de Portugal e Castro*]

[*DOC. IV*]

Proposições que segundo o meu parecer se devem discutir na Junta Preparatoria creada por El Rei Nosso Senhor por Decreto de 28 de Junho de 1823 a fim de apresentar ao Mesmo Augusto Senhor hum Projecto de Lei fundamental para a Monarquia Portugueza.

- 1.^a Devizão dos trez Poderes Executivo, Legislativo e Judiciario. Das Prerrogativas do Rei e do Poder Executivo.
- 2.^a A Pessoa do Rei hé inviolavel e Sagrada.
- 3.^a Nomeia e demitte livremente os Ministros e Secretarios d'Estado.
- 4.^a Nomeia igualmente os Conselheiros d'Estado, seu numero e attribuições serão determinados pela Lei.
- 5.^a Tem a iniciativa de todas as leis, sanciona-as e promulga-as em Seu Nome.
- 6.^a Convoca as duas Camaras e dissolve, quando julga conveniente, aquella que he elleita pelo povo.
- 7.^a Tem o direito de agraciar.
- 8.^a Faz a paz e a guerra e todos os tractados de qualquer natureza que sejam com as potencias estrangeiras.
- 9.^a Concede todas as honras, titulos e distinções.
- 10.^a Nomeia todas as pessoas para servirem os Cargos da administração publica.
- 11.^a Faz os Regimentos e Ordenanças necessarias para a execução das leis e segurança do Estado.
- 12.^a Os Ministros são responsaveis, o Rei determina a forma.

Do Poder Legislativo

- 13.^a O poder legislativo he exercido collectivamente pelo Rei e as duas Camaras.
- 14.^a A primeira Camara he nomeada pelo Rei, he hereditaria e o numero dos seus membros he illimitado.
- 15.^a Chamar-se-ha Camara dos Grandes.

22-23. *Aprovado, à margem.*

16.^a Poderão só serem membros da primeira Camara todas aquellas pessoas que tiverem o Titulo de Grandes do Reino, ou sejam Ecclesiasticos ou Seculares.

17.^a A segunda Camara será composta de deputados elleitos pelo povo da maneira que a lei determinar.

18.^a Todos os Principes da Caza Real são membros natos da primeira Camara, o Rei designará o lugar em que devem ter assento e a idade em que devem ter voto.

19.^a Os membros da primeira Camara terão assento aos vinte e sinco annos e voto aos trinta.

20.^a As duas Camaras terão a faculdade de expor ao Rei a necessidade que ha de propor esta ou aquella lei, especificando tudo quanto lhes parecer necessario que a mesma lei contenha.

21.^a A Camara dos Grandes terá hum Presidente nomeado pelo Rei, na falta do Presidente suprirá as suas vezes o Grande de maior idade.

22.^a Nenhum membro da primeira Camara poderá ser prezo sem authoridade da mesma, excepto em fragante delicto e só por ella será julgado em materia criminal.

23.^a A lei determinará os requezitos necessarios para poder ser nomeado membro da segunda Camara.

24.^a Esta terá hum Presidente nomeado pelo Rei dentre sinco dos seus membros que lhe devem ser apresentados, os quais serão os que tiverem tido maior numero de votos, assim que o Rei escolha aquelle que lhe Parecer na falta do Presidente segue a regra da primeira Camara.

Do Poder Judiciario

25.^a O Rei he o Supremo Magistrado.

26.^a Nomeia todos os Ministros na forma que a lei determinar.

27.^a Todos os actos do poder judiciario são praticados em nome do Rei.

28.^a Haverá a instituição dos jurados.

29.^a Examinar-se-ha se devem continuar a subsistir os actuaes tribunaes, assim como o numero de juizes territoriaes.

30.^a Todos os Magistrados de qualquer classe ou graduação devem ser inamoviveis.

31.^a Não haverá juizos privativos ou comissoens especiaes.

Direitos dos Portuguezes

32.^a Todos os Portuguezes de qualquer ordem que sejam são iguaes na presença da lei.

33.^a Todos devem contribuir proporcionalmente aos seus bens para as despesas publicas.

34.^a Todos devem ter accesso aos empregos tanto civis como militares.

35.^a O Governo protegerá com a mais perfeita igualdade a liberdade pessoal.

36.^a A propriedade indevidual será inviolavel.

37.^a Quando porem o Estado necessite de huma propriedade particular, será o seu proprietário previamente indemnizado do seu justo valor.

38.^a Todos os Portuguezes tem a liberdade da industria.

39.^a Sobre a liberdade da Imprensa a lei regulará o uzo que da mesma se deve fazer.

Em 9 de Julho de 1823

D. Manoel de Portugal e Castro.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 28.)

4-5. *Aprovado*, à margem.

[DOC. V]

Voto separado do Sr. Dezembargador Joze Antonio de Oliveira Leite na 1.^a Conferencia.

[1] No dia 27 de Maio e 30 se dissolveo a nuvem espessa que obsecava as Luzes dos Portuguezes, appareceo hum novo Achilles rompeo os duros ferros e no meio de fieis aclamações reassumio Sua Magestade Fidelissima os seus Legitimos e plenos Direitos Magisticos, que exercia sem contestação antes do dia 24 de Agosto do anno de 1820 e antevendo que a origem dos malles acontecidos na época antecedente não só poderia nascer das opiniões dos Filoziphos modernos mas tãobem de alguns excessos commitidos no seu Reynado e dezejando previni-los quanto fosse compativel com a prudencia de hum Rey Sabio, Virtuozo e por extremo amante dos seus subditos houve por bem declarar nulla de Direito a Constituição de 23 de Setembro do anno de 1822, reconhecida por inexequível e absurda no Decreto de 18 de Junho deste anno corrente.

Neste Decreto mostra Sua Magestade que quer promover efficasmente a filicidade de seus Subditos por meio de Instituição em 1.^o que restituição ao Throno em que a Divina Providencia o collocou a grandeza e consideração que lhe compete; 2.^o que affiancem aos Portuguezes a firmeza e consistencia de seus Direitos individuaes e porque a primeva Ley Fundamental Portugueza não comprehendesse exactamente os fins analogos a huma Monarchia bem regulada, ordenou Sua Magestade Fidelissima se congregasse huma Junta Preparatoria, em que se colaborasse hum Projecto de Ley Fundamental accommodada ao estado da Civilização, as mutuas relações das diferentes partes de que se compoem a Monarchia Portugueza e a forma dos Governos Representativos estabelecidos na Europa.

Qual será pois a primeira attribuição que compete ao Throno de Sua Magestade na Conformidade da Ley Fundamental primeva? Por esta occasião convem observar que juntando-se os Tres Estados do Reyno na Igreja de Almarava Sé Cathedral de Lamego em 1143 depois da tomada de Santarem estando El Rey e Senhor D. Affonso Henriques sentado se lhe conferirão as Insignias Reaes, immediatamente rendeo Graças ao Omnipotente da maneira seguinte «Benedictus Deus qui me adjuvavit cum ista spata Liberavi vos et vici hostes nostras et vos me fecisti Regem et socium vestrum. Siquidem me

fuistis constituamus Leges per quas terra nostra sit in pace». Por estas Insignias não obteve mais que o titulo de Rey.

Em primeiro Lugar se regulou a successão da Coroa e com tanto applauso dos Estados Geraes, que lendo o Chanceller d'El Rey os Capitulos desta Ley, disserão todos «Bonae sunt et justae sunt, volumus eas per nos et per semen nostrum post nos».

[2] Em segundo se estabelecerão Leys sobre a nobreza e em terceiro Leys Regulamentares. Segue-se pois que o jus plenae potestatis foi concedido ao Senhor Rey D. Affonso Henriques e a seus Successores et per semen nostrum post nos, mas similhante Direito somente se deve dirigir a felicidade externa dos Subditos, como proveniente de huma Monarchia pura, sem se confundir com o Despota, porque este não só tem imperio sobre as pessoas, mas tãobem dominio nas cousas e obras dos seus subditos como acontece no Imperio Turco e no d'Abexim, podendo-se consultar a respeito do ultimo o Preste João na sua Ethiopia Alta p. 59.

Sendo pois como he a Soberania de Portugal pura sempre seus Soberanos exercitarão a faculdade de Legislar sem contravenção desde a origem da Monarchia per si mesmos ou com audiencia preliminar de seus Conselheiros e finalmente convocando Cortes em negocios de maior gravidade, em consequencia do Pacto e convenção dos Povos que de presente se não pode revogar ou modificar na sua essencia, porque similhante Direito huma vez transmittido não se pode destruir não obstante a opinião de João Jaches Rousseau que julga Louca a multidão dos homens quando se sujeitão ao Governo de hum só, não achando outro meio de contrariar a hum Pacto fundamental senão a loucura que mais se lhe pode attribuir do que a multidão dos homens que seria e sesudamente cuidarão no seu bem estar e da sua futura successão.

Pela aclamação do Senhor Rey D. João 1.º nas Cortes de Coimbra em 1385 continuou o Direito plenae potestatis nos Soberanos que se lhe seguirão até que pela infeliz morte do Senhor D. Sebastião no anno de 1578 passou para o Cardeal Rey que terminou seus dias na Villa de Almeirim em 1580 e posto que de Direito pertencesse a Soberania a Serenissima Caza de Bragança, Felippe 2.º, pela força de suas Armas se senhoriou d'elle convocando Cortes na Villa de Thomar em 1581 para ser reconhecido como Soberano Legitimo e como tal Legislou e exerceo todos aquelles actos que sempre exercitarão seus Augustos Predecessores.

Porem ainda que a administração da Justiça não seja sempre prompta, nunca deixa de soccorrer aquellas pessoas legitimas a quem pertencia a successão do Reyno pela morte do Cardeal Rey a Senhora D. Catherina filha do Infante o Senhor D. Duarte e cazada com o Duque de Bragança D. João 1.º, ja descendente da Senhora D. Izabel filha do Infante o Senhor D. Fernando, e apezar de dever succeder na Coroa de Portugal por dous titulos jamais o Cardeal Rey os quiz reconhecer considerando em pouco a [3] extensa allegação de seu Direito que a Senhora D. Catherina lhe apresentou em 1579. Muito pode o amor do Cardeal Rey para tirar o Reyno a quem pertencia e facilita-lo a seu sobrinho Filippe 2.º Rey de Hespanha.

Prevaleceo a injustiça auxiliada da força, porem as Repetidas vexações, oppressões e muitos males que estes Reynos experimentarão forçarão os Portuguezes a aclamarem o Senhor Rey D. João 4.º no 1.º de Dezembro de 1640 pelo reconhecimento que tinham do seu Direito de Sucessão já apontado.

Investido no seu Direito plenae potestatis, Legislou como convinha e exigião os negocios publicos e particulares, convocou as Cortes em 1641 e respondeo a todas as propozições dellas da maneira que julgou conveniente ao bom regimen do Reyno. Não pode haver hum argumento mais decisivo que evidenceie que os Senhores Reis deste Reyno sempre conservarão o Direito de Legislar como lhe approvia e como entendimento ser util a seus Subditos e ao bem geral da Nação.

As Cortes de 27 de Janeiro de 1668 pela desistencia do Senhor D. Affonso 6.º querião croar ao Senhor D. Pedro 2.º, porem a sua sublimada politica o conduzio a encarregar-se tão somente da Regencia do Reyno, durante esta promulgou Leys e praticou todos os actos necessarios e convenientes a boa administração da sua Regencia.

A Ley da Tutoria dos Reis foi convencionada em Cortes e promulgada em 1674.

Nas Cortes de 1679 foi dispensado o Artigo 6.º das Cortes de Lamego que prohibia cazar as Princezas com Principes Estrangeiros e assim ajustarão os Dispozorios da Senhora Infanta D. Izabel com o 2.º Duque de Saboia Victor Amadeo, mas por esta vez somente, ficando de futuro esta Ley Fundamental em seu vigor.

Nas Cortes de 1698 foi declarado ou mesmo derogado o artigo 3.º das Cortes de Lamego que prohibia succeder no Reyno o Filho do Rey que Succedia ao Rey seu Irmão, falecido sem descendencia a excepção de ser feito em Cortes.

De tudo quanto fica apontado se collige bem clara e evidentemente que os Senhores Reys deste Reyno sempre tiverão a faculdade de Legislar, faculdade proveniente de huma Monarchia pura; transformar esta em hum [4] Governo Representativo privando-se o Monarcha da referida faculdade e transmiti-la a duas Cammaras não será semelhante transmissão destruir pelos seus fundamentos a Ley primeva do Reyno? Poderá o Soberano sem audiencia do Principe Real chamado aos seus plenos Direitos de seu Augusto Pay, despir-se delles? Poderá finalmente abandona-los contra o Geral grito da Nação, que o tem aclamado e reintegrado nos seus primitivos Direitos? E poderá esta Junta, apesar de ser organizada de Varoens Illustres Scientificos, virtuosos e zelozos do Serviço de Deos, do Rey e da Patria, apresentar hum Projecto de Ley Fundamental que tranforme huma Monarchia pura em hum Governo Representativo com mais ou menos Latitudo? Como responderá depois ao Publico, quando este se não satisfaça e quando della possam Resultar consequencias que a prudencia homana não pode antever?

Para accorrer pois a tudo quanto possa sobrevir por todos os titulos convem que se convoquem Cortes e que nellas com audiencia dos Tres Estados do Reyno se fixem os pontos Cardiaes do Projecto da Ley Fundamental, na parte em que não encontrarem a primeva Ley da Monarchia e em tanto se observará como a Hespanha cura os seus males politicos, que sendo os mesmos que os nossos e della transmittidos a nós com madura experiencia poderemos dar-lhe hum decesimo talho que nos ponha de futuro a coberto de repetidas inquietações que temos experimentado com geral damno e prejuizo de todos.

Quando se convenha nas Cortes, que sempre forão o nosso verdadeiro remedio, eu convirei que os Soberanos as convoquem de dous em dous annos não havendo cazo extraordinario; nellas com pleno conhecimento de cauza serão propostos os bens e os malles que o Reyno sentir para os Soberanos lhe dar o remedio que for justo.

Julgo inutil tratar da Junta dos Tres Estados, porque quem quizer consultar o Alvará de 18 de Janeiro de 1643 verá que o seu fim não foi outro senão a cobrança da Decima, Real d'Agua e mais annatas. Tenho produzido os meus sentimentos taes quaes entendo que convem ao nosso bem. Lisboa 20 de Julho de 1823.

João Antonio de Oliveira Leite de Barros.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 41)

[DOC. VI]

2.^a Conferencia1.^o Artigo

Votos sobre os Cultos [e outros sobre forma do Governo]

A unica Religião da Monarquia Portugueza e sustentada pelo Estado he e será sempre a Catholica Apostolica Romana.

Conservando-se porem o culto publico das Religioens pagãs nas Provincias Ultramarinas em que elle se acha actualmente permitido.

Nenhum outro culto tolerado pode exercitar-se publicamente, ficando contudo salva a liberdade de consciencia aos Estrangeiros na forma dos Tratados.

Ricardo Raimundo Nogueira Francisco Manuel Trigozo

Conservando-se porem o culto publico das Religiões Pagãs nas Provincias Ultramarinas em que elle se acha permitido.

Os cultos heterodoxos tolerados não podem exercitar-se publicamente.

Manuel Vicente Teixeira de Carvalho

Conservando-se porem o culto publico das Religioens Pagãs nas Provincias Ultramarinas em que elle se acha actualmente permitido.

Nenhum outro culto tolerado poderá ser publicamente exercitado.

Stockler Antonio Joze Guião Marq(?) Mor(?)

Gordo Joze Maria Dantas

Nenhum outro culto publico será tolerado.

Jose Antonio de Faria Carvalho D. Manoel de Portugal e Castro

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 43)

3. *Votos sobre os Cultos*, sublinhado // 9. *Nenhum outro culto tolerado Os cultos heterodoxos tolerados não podem*, estando *Nenhum... tolerado* entrelinhado, *Os ...não e o m de podem* riscado.

A Religião Catholica Apostolica e Romana continua a ser e será sempre a unica Religião da Monarchia Portugueza.

Arcebispo de Evora

Joze Maria Dantas

D. Manoel de Portugal e Castro

A Religião dos Portuguezes he a unica Catholica Apostolica Romana.

Jose Antonio d'Oliveira Leite de Barros

Joze Joaquim Rodrigues de Bastos

A unica religião da Monarchia Portugueza e sustentada pelo Estado he e será sempre a Catholica Apostolica Romana.

Ricardo Raimundo Nogueira Francisco Manuel Trigozo Manuel Vicente Teixeira de Carvalho Antonio Joze Guião

Sustentamos o parecer e as expressoens da Commissão.

Joaquim Jose Ferreira Gordo Francisco de Borja Garção Stockler

A Religião Catholica Apostolica Romana he a unica Religião dos Portuguezes.

Jose Antonio de Faria Carvalho

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 44)

Os Cultos das diversas comunhões Christans tolerados não poderão exercitar-se publicamente e nenhum Estrangeiro de qualquer Religião que seja sofrerá violencia ou será inquietado por cauza de sua profissão Religiosa.

Arcebispo de Evora

As nações de differente Religião que se acharem unidas ou unirem à Monarchia Portugueza em qualquer das partes do Mundo,

21. *Cultos heterodoxos toler das*, estando *heterodoxos toler* riscado // 24. *profissão P Religiosa*, estando *P* riscado // 26. *differente*, estando o último *e* emendado de *es* // 26-27. *ou unirem*. à margem com chamada.

não sofrerão violencia nem constrangimento pela diversidade da sua Religião de que lhe será livre o exercicio.

Nenhum estrangeiro sera inquietado por cauza da sua profissão religiosa.

Joze Maria Dantas

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 45)

N.^o 2 Quaesquer outros cultos tolerados não podem exercitar-se publicamente.

Pinto de Magalhaens

Leite

Bastos

Depois do N.^o 1 Podendo porem tolerar-se o culto publico das Religioens pagãs nas Provincias Ultramarinas.

Pinto de Magalhaens

2.^o art. O Poder Legislativo he exercitado pelo Rei com o parecer das Cortes de que he Chefe.

Arcebispo de Evora

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 47)

2.^o Art.

O Governo da Nação Portugueza tem sido e será sempre Monarquia hereditaria e moderada.

A monarquia hereditaria e moderada tem sido e sera sempre o governo da Nação Portugueza.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 48)

A Monarquia Portuguesa continuará a ser hereditaria e temperada sobre as bases fundamentais estabelecidas nas Cortes de Lamego.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 49)

1. *nem serão constrangimento*, estando *serão* entrelinhado e riscado e o *m* de *constrangimento* emendado de *dos*.

25-26. *temperada segundo sobre*, estando *segundo* riscado e *sobre* entrelinhado.

3.^a Conferencia

2.^o Art.^o

Apontamentos de Votos separados sobre a forma do Governo
Conforme os principios enunciciados nas Cortes de Lamego.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 50)

[DOC. VII]

4.^a Conferencia

Votos separados sobre a forma de Governo dos S.res Arcebispo e Antonio Jose Guião.

Votos do Arcebispo d'Evora sobre a auctoridade que devião ter as Cortes pela nova Carta de Lei fundamental e sobre a liberdade da imprensa.

Sobre a auctoridade que devião ter as Cortes pela nova Carta de Lei fundamental o seu voto foi que as Cortes não devião ter mais do que a auctoridade consultiva, que o Direito e auctoridade de legislar residia sempre no Rei, que ouviria e consultaria o parecer das Cortes sobre a necessidade de novas leis quando lhe aprovesse.

Razões e motivos d'este voto.

O Decreto de Sua Magestade de 18 de Junho do corrente anno deve ser a base sobre que se levante o Edificio da nova Carta de Lei fundamental, tendo-se em vista a vontade do mesmo Augusto Senhor expressa no referido Decreto.

D'este se colhe e se vê que Sua Magestade quer 1.^o que a nova Carta seja compativel com os antigos habitos, opiniões e necessidades do Povo Portuguez; ao contrario da absurda Constituição forjada pelas Cortes revolucionarias e desorganizadoras; 2.^o que restitua ao Throno de seus Augustos Antepassados a grandeza e a consideração que lhe competia, affiançando aos Portuguezes a firmeza de seus direitos individuaes; 3.^o que a antiga lei fundamental seja accomodada ao estado actual da Civilização e à forma dos Governos Representativos estabelecidos na Europa. Eis aqui em suma o que se deduz da substancia do referido Decreto.

Mas estes elementos se combinão maravilhosamente, restaurando-se a convocação das antigas Cortes Portuguezas com a mesma auctoridade consultiva de que sempre gosarão, acrescentando-se para mais se aproximarem e accomodarem à forma dos outros Governos Representativos, que esta convocação seja dentro de periodos certos e determinados (o que nunca concederão os antigos Reis Portuguezes) V. G. de trez em trez annos ou como melhor parecer; que Sua Magestade lhe proponha, quando assim o entender, a necessidade e os pro-

jectos de novas leis, para serem nellas discutidos e darem o seu parecer por via de Consulta; que sejam ouvidas quando houver necessidade de se imporem novos tributos e que nellas se faça esta imposição pelo mesmo modo e forma por que se fazia nas antigas Cortes; que tenham o direito de fiscalizar perante El Rei a responsabilidade de seus Ministros pelo que obrarem ou deicharem de obrar em seus respectivos Empregos, nos casos em que segundo as leis se deverem julgar responsaveis, o que não he cousa nova, porque ja assim o praticarão as segundas Cortes celebradas no tempo do Senhor Rei D. João 4.º no anno de 1648.

He d'esta sorte e não de outra que a nova Carta de lei fundamental pode corresponder às vistas de Sua Magestade. Por este modo não só se conservão as antigas instituições Portuguezas, mas aperfeiçoão-se e se accomodão à forma dos outros Governos Representativos, permanecendo illesa a Magestade e a Grandeza do Throno com todos os seus direitos e se affiança à Nação representada em Cortes, pelo mesmo meio por que sempre se affiançou, a firmeza de seus direitos individuaes.

Conceder às Cortes mais auctoridade do que a Consultiva, querer que tenham voto deliberativo, hé não menos do que dividir a Soberania entre ellas e o Rei, he transtornar essencialmente as nossas antigas instituições, lançar abaxo a grandeza e a consideração do Throno Portuguez e estabelecer hum governo monstruoso, perpetuamente convulso e desconfiado, como depois se verá.

Nem se diga que he da essencia e da natureza dos governos Representativos gosarem os Representantes de auctoridade deliberativa, porque esta só lhe pode ser essencial no Systema absurdo da Soberania popular. Reprovado porem e abominado hum tal Systema, que repugnancia ou que inconveniente haverá para que huma Nação não possa ser convocada e ouvida por meio de seus procuradores ou Representantes, para ter parte na direcção e escolha do que for mais conveniente à conservação da Machina do Estado e do seu bom governo, dar o seu voto e o seu parecer sobre quaesquer negocios que lhe forem presentes, ponderar e discutir as suas razões, fazer as suas propostas, sem que participe de huma porção da Soberania? Que duvida poderá restar à vista do que se praticou por tantos seculos no meio de nos mesmos? Quando os nossos antigos Reis convocavão a Cortes os trez Estados do Reino, recommendavão às Camaras em suas Cartas convocatorias, que ellegessem Procuradores habeis para com elles

e os outros Estados se tratar, discutir, praticar, communicar e assentar em tudo aquillo que parecesse mais conveniente ao bem, conservação e bom governo do Reino; que outrossim troucessem lembranças do que parecesse mais interessante ao bem geral da Nação e particular de seu Districto; tudo isto são expressões extrahidas das ditas Cartas convocatorias. E não se manifesta d'ellas, não se faz evidente que a Representação nacional se achava então unida ao Governo da Monrachia, sem com tudo isso gozar de auctoridade deliberativa ou Soberana? E não era isto huma forma de governo Representativo? Porque não ha-de ser hoje o mesmo? Porque se ha-de julgar necessario admittir o absurdo da Soberania popular, o mais perigozo de todos os Systemas, o mais sujeito a revoluções e o mais opposto aos nossos antigos habitos e costumes?

A forma do Governo Portuguez foi sempre a Monarchia pura e independente, moderada por leis sabias e justas, segundo as quaes se administra a justiça, segura-se a cada hum o seu direito, castigão-se os crimes e se decidem os pleitos e questões entre os individuos de todos as classes. Não he o Rei quem profere as Sentenças, mas sim os seus Ministros e Tribunaes, em que há recursos de huns para outros. Chamar despotico e arbitrario a esta forma de Governo só pode caber nas cabeças desvairadas dos homens mais perversos e corrompidos que nos ultimos tempos tem concebido a mania de reformar o mundo a seu sabor, desacreditando os Reis e os Governos Monarchicos, para lhe substituirem as suas theorias absurdas e exercerem elles mesmos o mais feroz despotismo sobre as nações illudidas e sepultadas no abismo das maiores desgraças. Mas os nomes, quaesquer que elles sejam não mudão, nem alterão a natureza e a realidade das cousas. Blasfemem quanto quizerem porque a Monarchia pura e independente tal como a Portugueza será sempre a melhor e mais perfeita forma de Governo, como tem sabiamente provado os politicos mais profundos, mais bem intencionados e mais livres de preocupações.

A auctoridade de legislar foi sempre o primeiro e mais sublime aributo da Soberania; conceder às Cortes esta auctoridade com voto deliberativo, ainda que seja commulativamente com o Rei, he repartir com ellas a mesma Soberania que deve ser indivisivel e faze-las iguaes ao Rei, que n'este cazo cessa de ser Soberano, porque aonde ha igualdade não ha superioridade. D'esta igualdade podem seguir-se grandes males e bens nenhuns, quando pelo contrario da auctoridade puramente consultiva se pode seguir o grande bem do acerto e satisfação

dos povos, sem o perigo dos males a que está sujeita a auctoridade deliberativa. Todos sentem quam grande imperio tem o orgulho e o capricho sobre o coração humano, que ordinariamente domina mais do que a razão e não lhe deicha ver cousa melhor do que os seus projectos. Se os Deputados ou Procuradores dos povos em Cortes estiverem revestidos da auctoridade deliberativa, estão mais expostos aos assaltos destes terriveis e furiosos vicios do que munidos unicamente da auctoridade consultiva. Elles podem facilmente tramar que o Rei e o seu Ministerio não obtenhão a maioria dos votos e n'este cazo o predominio das facções será inevitavel e o serão tambem as explosões da ambição e do orgulho, cujas pertenções não podem deichar de ser iniquas.

O que a isto se costuma responder he que ao Rei fica competindo a alta prerogativa de poder negar a Sanção às Leis que as Cortes fizerem (a que chamam o Veto) quando estas lhe desagradem, sem a qual não podem correr nem chamar-se Leis. He verdade. Mas tambem he verdade que as medidas que o Rei proposer às Cortes, como necessarias ao bem da Nação (de que elle pelo exercicio do poder executivo conhece as necessidades melhor do que ninguem) podem ser regeitadas e o serão infalivelmente se pela intriga das facções lhe faltar a maioria dos votos. Eis aqui tambem da parte das Cortes a prerogativa de Veto contra o Rei, com a grande differença de que esta da parte do Rei lhe pode ser fatal, negando a Sanção às Leis, que taes Cortes tiverem apprehendido; porque ainda que a negação seja muito justa, não deichará por isso de irritar os animos orgulhosos, provocar o seu odio e as suas funestas consequencias. A historia moderna prova desgraçadamente o que acabo de dizer. Luiz 16 negou a Sanção a hum Decreto da Assembleia Nacional contra o Clero; o resultado foi refinar-se o odio que os malvados nutriam nos seus corações contra o infeliz Monarca.

D'estas reflexões se colhe quam perigosa seja a divizão da Soberania entre o Rei e as Cortes, concedendo a estas a auctoridade deliberativa, mormente quando a maioria dos votos não estiver da parte do Rei, com a qual elle não poderá sempre contar. E não se segue tambem que hum Governo d'esta natureza será monstrozo, sempre convulso e desconfiado?

15. *Veto*, sublinhado // 22. *Veto*, sublinhado.

Não será porem assim se às Cortes se conceder somente a auctoridade consultiva. Então as facções não terão tanto logar; os Deputados ou Procuradores vendo que a decizão está toda da parte do Rei e que todos os esforços da intriga lhe não podem tolher a deliberação e a escolha, olharão mais para o bem publico do que para o particular, não se deicharão arrastar tão facilmente do orgulho espirito do partido e terão maior empenho no acerto das discussões para que seus votos mereção a preferencia. O Rei, que não quer senão o melhor e que todos os dias está exigindo o parecer dos seus Tribunaes e resolvendo as suas Consultas quase sempre como parece aos mesmos Tribunaes, muito mais se conformará com os sentimentos e parecer das Cortes e o ultimo resultado será sempre a satisfação do Povo e do Rei. Não queremos dizer que nunca em cazo nenhum deichará de annuir às suas pretensões, porque nem a todas annuirão os antigos Reis. Mas isto não acontecerá senão quando razões mui poderosas obstarem ao assenso Regio, ou as relações internas ou externas da Monarchia, mais conhecidas do Rei do que das Cortes, o não permitirem. He de esperar que assim o entenderá o povo persuadido da boa fé do seu Soberano e do amor que lhe tem e por isso nada haverá que rechar da sua parte. A experiencia dos seculos passados confirma esta boa esperança.

Creio que está sufficientemente mostrado que só da auctoridade consultiva concedida às Cortes, como sempre tiverão, se podem seguir bens, quando da deliberativa só se podem rechar males; que só assim nos poderemos accomodar às nossas antigas Instituições, manter-se a grandeza e consideração do Trono e promover-se a felicidade da Nação. Por este meio ella subio ao mais alto ponto da gloria, como confessarão os Revolucionarios; para que se ha-de deichar o caminho trilhado e seguir-se outro novo cheio de perigos, ou pelo menos summamente incerto e arriscado?

Mas ao que deicho exposto, costumão oppor a forma do governo Inglez, para que se olha constantemente e se pertende ter feito a grande fortuna daquella nação, gosando as suas Camaras ou Parlametos da auctoridade deliberativa. He porem huma illuzão manifesta suppor que a tal forma de Governo deve a Inglaterra a sua grandeza e a sua prosperidade. Estabelecido sobre lagos de sangue, não obstante ser mais conforme às suas antigas instituições, elle não teria produzido mais do que a sua constante desgraça, se depois de tantas e tão horrosas convulsões se não tivesse descoberto o segredo de obstar ao

choque das auctoridades dos iguaes, promovendo-se sempre a maioria dos votos nas duas Camaras a favor do Rei e do seu Ministerio. He a esta maioria que a Grã Bretanha deve o seu socego (não poucas vezes alterado) e o curso pacifico da sua administração e dos seus negocios como confissão os mesmos politicos Inglezes e que perdida ella ficaria exposta a todos os males da guerra civil e da anarchia. Por esta maioria de votos as medidas que o Rei e o seu Ministerio propoem como necessarias ao bem geral da nação são sempre aprovadas e adoptadas; o partido Ministerial sempre triunfa e em ultimo resultado o Governo Inglez, como relectem bons Politicos, vem por esta razão a equivaler à Monarchia pura. E que necessidade ha para chegar a esta de taes e tão perigosos rodeios? Eu não devo deichar em silencio huma das operações que se poem em pratica para adquirir e sustentar aquella maioria. Chegado o tempo das eleições he huma feira vergonhosa de compra e venda de votos; o que seria capaz de excitar a maior indignação em outros paizes, mas o povo Inglez familiarizado ja com este abuso o olha com indiferença e os homens illustrados o desculpão, por entenderem que o bem publico está pendente de tão extranha negociação.

Tal he a forma de Governo que tanto se inculca em nossos dias às outras nações. Eu quizera que de boa fé se me dicesse attentas e bem medidas todas as suas circumstancias será digno de se adoptar e se poderá convir à Nação Portuguesa. Alem dos perigos e da inconstancia a que está sujeito por sua natureza, basta reflectir que huma nova Lei fundamental nunca será boa nem util se ella não tiver a maior conformidade possivel com o character, educação e antigos costumes da nação a quem se aplicar. Que a forma do Governo Inglez nenhuma tem com os nossos costumes he evidente e se os Inglezes tremem só com a lembrança de se bolir nas suas antigas instituições, aprendamos d'elles esta segura poltica, não transtornando, mas somente aperfeiçoando as nossas segundo a vontade expressa de Sua Magestade.

Debalde se allegará o exemplo da França que ha poucos annos se vio obrigada a adoptar a sua nova forma de governo, diversa da antiga e mais conforme ao da Grã Bretanha. Todos sabem que a fatal Revolução de vinte e sinco annos em que n'aquelle florente Reino não ficou hum palmo de terra que não fosse regado com sangue Francez, tinha como disposto a Nação e reduzido n'aquelle epoca à necessidade de huma tal mudança. Mas quem não vê que o seu estado ficou ainda sendo convulso e fluctuante, que só à maioria dos votos nas

duas Camaras a favor do Rei, como em Inglaterra, ella deve ainda a paz interna e que se aquella lhe falta, o que he mui facil, voltará desgraçadamente a cahir no mesmo abismo donde tinha sahido, arrasando outra vez consigo a Europa inteira?

Enfim desgraçado o governo e desgraçadas as novas instituições politicas que não tiverem por guia a experiencia dos seculos, que se propozerem reduzir a hum costume geral os costumes particulares das nações e transtornar os direitos sancionados pela antiguidade; este desvairado empenho, no entender dos milhores politicos, arrastará sempre consigo a queda dos imperios e he por esta razão que os mais sabios Conquistadores não quizerão nunca alterar os costumes das nações conquistadas.

Taes são as reflexões que me obrigarão a votar contra a opinião de que as Cortes devião gosar de auctoridade deliberativa, votando somente pela consultiva de que gosarão desde a origem da Monarchia nos seculos da sua maior gloria.

Voto sobre a liberdade da imprensa

Foi voto do Arcebispo que não fosse livre imprimirem-se quaesquer obras sem Censura previa, que para este fim se restaurasse o Tribunal de Censura, que já houve, em que o expediente fosse o mais prompto possivel e se evitassem delongas que podessem incommodar e desgostar os Auctores.

Razões e motivos d'este voto

Os gravissimos males que da liberdade da imprensa tem resultado à Religião e à Sociedade são tão visiveis, que não há necessidade de os provar. Por este meio o Inferno se tem desbocado e espalhado sobre a terra todas as suas furias. Os erros, a impiedade, a libertinagem, a rebelião, as revoluções, enfim a feroz e sanguinolenta guerra contra o Throno e contra o Altar tem corrido constantemente por este canal e são os seus fructos. Que he o que se vio em Portugal, tanto que o governo revolucionario concedeo esta liberdade de que era filho? As obras mais impias e immoraes compostas em idioma extranho apparecerão logo vertidas em linguagem para que mais se propagasse e espalhasse o fatal veneno da sua douctrina; imprimirão-se e divulgarão-se as maximas mais escandalosas e subversivas da Moral e dos

bons costumes; blasfemou-se em hum escripto publico da linguagem de Jesus Christo e dos Apostolos; inculcou-se em outros a indifferença dos cultos e das Religiões; as praticas mais sanctas e Religiosas apparecerão em outros taxadas de superstição e de fanatismo; sustentou-se o supposto direito dos povos de se poderem levantar e rebelar contra os Governos Legitimos; enfim tudo quanto era capaz de os desmoralizar e desorganisar foi quase no mesmo instante a producção da liberdade de imprensa.

E a que males terá dado logar a censura previa de quaesquer escriptos? Pode affoitamente dizer-se que a nenhuns. Ella não se oppõe senão à torrente d'essas producções infames, a esses escriptos incendiarios, subversivos da boa Moral e da sã doutrina; a todos os mais, quaesquer que sejam os seus assumptos e sciencias sobre que versem se permite a imprensa e hum curso livre. Pela censura não se impedem os bens que podem resultar, e com effeito resultão, ao genero humano da arte tipografica; impedem-se somente os males de que ella pode ser causa e oxalá o não tivesse ja sido. E se isto hé huma verdade evidente, como se não pode negar, para que fim honesto ou util se ha-de permittir a imprensa livre sem freio e sem censura? O amor da patria, a pureza da Religião e a tranquillidade publica gritão altamente contra esta liberdade.

Os argumentos que os seus defensores tem produsido, ha meio seculo, para a sustentar não são mais do que frivolos e miseraveis sophismas. Elles dizem que a livre communicação dos pensamentos he hum dos mais preciosos direitos do homem e que por isso a todos deve ser livre sem dependencia de censura previa manifestar suas opiniões em qualquer materia, devendo porem responder pelo abuso d'esta liberdade. Assim se explicarão essas Cortes Revolucionarias em hum dos artigos da sua Constituição, copiado da Hespanhola e da Franceza de 1791. Mas que preciozo direito he este que tem todo o homem de manifestar e communicar tudo quanto lhe vier à cabeça? Não será isto zombar da razão humana? Que estúpida e miseravel confusão de ideas direito e liberdade como se fossem a mesma cousa? Que o homem he livre para poder manifestar e communicar os seus pensamentos, assim como he livre para obrar o bem ou o mal e que esta liberdade he hum dos dons preciosos que elle recebeu da Divin-

33. *direito*, sublinhado // 33. *liberdade*, sublinhado.

dade reconhecem todos os homens que estão em seu juízo perfeito. Sem esta liberdade elle não poderia merecer, nem ser punido ou castigado por lei alguma. Mas porque elle pode escolher entre o bem e o mal, terá direito a obrar o mal, a blasfemar de Deos, attacar a Religião, incendiar os povos, perturbar a tranquillidade publica e assassinar a honra, o credito e reputação dos seus semelhantes? Não, sem duvida respondem os protectores da liberdade de imprensa, porque isto seria abusar d'essa liberdade, abuso que deve ser punido. Mas como pode o homem ser castigado por obrar segundo o direito precioso que se lhe concede de communicar todos os seus pensamentos e espalhar todas as suas opiniões, quaesquer que sejam? Se he abuso logo não tinha direito algum, mas tão somente liberdade, aquella mesma que elle tem e de que abusa na perpetração de tantos crimes que ninguém dirá que tenha direito a perpetrar. Tal he o ridiculo sophisma que serve de base a tão perniciosa opinião, que tem aberto o caminho às maiores desordens.

Mas elles querem que o abuso da liberdade de imprensa seja castigado e com isto julgão ter occorrido aos males e aos prejuizos que são a sua consequencia fatal. Mas quem duvidou até agora que era melhor privinir os danos do que ter de os remediar? Sem censura previa não se pode conhecer, nem saber se huma obra he prejudicial à Sociedade, senão depois de se ter espalhado e communicado o veneno da sua doutrina. Ainda que então se castigue o seu auctor ou impressor ja se não atalha o mal e o damno que ella tiver produsido. Alem de que foi sempre maxima dos Legisladores illustrados occuparem-se mais do modo e dos meios de previnir os crimes, do que do cuidado das penas com que os devião punir. Os Magistrados Romanos denominados Censores erão especialmente encarregados d'este importante Officio. Todas estas rasões são triviaes e vulgares mas ellas se desprezão sem que até ao prezente se lhe tenha dado resposta solida.

Acrescentão que a censura previa he hum obstáculo à propagação das Luzes, melhor dirião à propagação das trevas. Mas immensas bibliothecas cheias de livros sem numero escriptos em todas as materias, em todas as sciencias e em todo o genero de Literatura, impressos debaxo da Lei da censura, são monumentos publicos que os estão desmentindo e gritando altamente contra huma tal impostura. Ja fica dito que ella não obsta senão àquelles escriptos que bem longe de illustrarem os homens os conduzem à cegueira.

Tambem acrescentão que a censura he huma cadeia que se lança ao entendimento humano; que sem liberdade de imprensa os homens não são livres e que não será livre a nação aonde ella não existir. He até onde pode chegar o desvario e preocupação dos seus defensores! Seguir-se-ia daqui que ate quase ao meio do seculo decimo quinto os homens não forão livres, nem tinha existido nação alguma livre, porque não tendo apparecido a arte Tipografica senão por aquelle tempo, não se pode dizer que tivesse havido até então liberdade de imprensa. Esta arte e esta liberdade não foi conhecida nem dos Gregos nem dos Romanos e entretanto nós vemos tantos Escriptores do tempo inculcar as liberdades de Roma e da Grecia, suspirando por ellas.

Dizem finalmente que ella he muito util no tempo dos governos tyranicos, como foi o das extintas Cortes revolucionarias, porque por este meio se lhe declara guerra até os precipitar, como vimos com os nossos proprios olhos. E que mais vimos nós? Prezos ou desterrados os auctores dos Periodicos que bradavão contra os Tyranos ou que sustentavão doutrinas puras e Sanctas contra escriptos infames que deshonoravão a Religião e a Igreja. Vimos e observamos que se os tolerarão por algum tempo foi porque pouco antes tinhão decretado a liberdade da imprensa, e não se atreverão no mesmo instante a proceder contra os que se aproveitarão d'ella para os attacar, como depois fizerão. E se por desgraça ou castigo de nossos erros voltassem a apparecer no meio de nós semelhantes monstros, o que Deus não permita, que poderia então esperar-se d'elles depois de avisados e advertidos pela experiencia? Consentirão por ventura que girassem hum só dia periodicos ou outros quaesquer escriptos em que se offerecessem aos olhos do publico o quadro fiel das suas baixezas e da sua perversidade? Não, essa não he a marcha dos tyranos. Quanto mais que não foi tanto a guerra que lhe moverão alguns Periodistas quem os conduzio ao precepicio, como a que elles fizerão a si mesmos, sem o advertirem, por meio dos mais execraveis procedimentos, opressões, despotismos, tyrantias, attentados contra a Magestade Real e contra os direitos da Igreja e de seus Ministros, franqueando as portas à irrelição e à libertinagem, transtornando todas as instituições, reduzindo a hum cahos a Monarchia, provocando a guerra, levando por toda a parte a miseria em lugar da felicidade promettida, dando o nome de liberdade à mais abjecta escravidão, eis aqui o que os fez alvo da indignação geral e enganou o povo de que tyranos não

erão capazes d'outra cousa. Podemos pois dizer com verdade que o infame Governo revolucionario trabalhou mais ainda por se destruir a si mesmo do que os Periodistas que attacam a sua perversidade e que se a experiencia mostrou que alguns d'estes servindo-se da liberdade de imprensa influirão no seu descredito, a mesma experiencia mostrou tambem que elles forão cohibidos, ficando somente em campo os malvados e que enfim bem longe de podermos esperar d'ella algum bem, só nos resta precaver seus damnos.

Mas não bastará sujeitar somente às leis da censura previa as obras que tratem *ex professo* da Religião, deichando todas as mais, qualquer que seja o seu assumpto e a sua materia em plena liberdade de imprensa? Para responder decisivamente não há necessidade de mais do que reflectir que as obras d'este genero não são as que de ordinario enserrão systemas impios e revolucionarios, tratados politicos e economicos, direitos do homem e do cidadão, Philosophias da natureza, romances sem numero, poesias, correspondencias ou assumptos tratados em forma de cartas, periodicos, enfim milhares de obras debaxo de titulos mais diversos, eis aquí os arcenae da impiedade e da libertinagem e donde se tirão as armas para revolucionarem os povos e provoca-los à rebelião. Será isto verdade? He perciso ter lido mui pouco para deichar de a reconhecer e de a confessar. Como poderá pois votar-se que não fiquem sujeitos à censura previa senão unicamente as obras que tratem *ex professo* da Religião e deichar correr livremente as fontes da corrupção e da perversidade? Porque hão-de ser isentas d'esta lei todas as outras obras sobre que podem recahir maiores suspeitas de veneno? Aonde se poderá descobrir huma boa razão d'esta differença? Quem a poderá dar? Concluamos que se a censura previa se não estender a todas as obras, quaesquer que sejam os seus titulos e os seus assumptos, deicharemos em risco não só a pureza da moral e da douctrina, mas tambem a tranquillidade publica.

Estabelecida a necessidade da censura previa, parece conveniente acrescentar que esta não deve correr pelos mesmos meios por que se fazia até ao presente. Ella deve ser facil e prompta. Obrigar os Auctores a andar de Tribunal em Tribunal, a depender de censores muitas

10. *ex professo*, sublinhado.

15. *Philophias*, no original / 23. *ex professo*, sublinhado // 35. *handar*, no original, estando o *h* riscado.

vezes pouco expeditos e pouco attinados, soffrendo incommodos e delongas que os mortificação e os desgostão, por certo que he oppor hum obstaculo aos dezejões de escrever. Tudo isto se evita, restabelecendo-se o Tribunal de censura, que ja houve, provido de homens conspícuos e os mais proporcionados a tão importante commissão, com tal regulamento que o expediente seja o mais prompto possível e não haja n'elle mais demora do que a necessaria a indispensavel. Tal he a minha opinião sobre a liberdade de imprensa.

Fr. Patricio Arcebispo de Evora

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 51)

Sessão de 24 de Julho

Forma de Governo

Não posso convir em todo este artigo porque nelle se acha estabelecido o principio da Soberania do Povo. Julgo não poder admitir-se, como contrario a Lei Fundamental e aos principios Institucionaes da Monarquia, que por muitos seculos nos tem servido de guia em nossas Instituições Politicas.

Porquanto sendo o fim da sociedade a segurança dos Cidadãos este fim não se obtem se o Summo Imperante não tiver em seu poder todos os meios que necesarios são para livrar os mesmos Cidadãos, não so dos Inimigos externos, como também dos internos, fazendo e determinando tudo quanto julgar conveniente para obter este mesmo fim.

Se este principio he certo, como poderemos dilacerar o Poder Magestático, privando-o do seu principal attributo, qual o de legislar so por si, independentemente de Cortes? Ninguém entra em duvida que o primeiro attributo e o essencial do Imperante he o poder de legislar, porque sem este direito como poderia dirigir os seus Vassallos e tudo accomodar ao decoro e utilidade do Reino? He portanto o primeiro attributo da Magestade o poder Legislativo e deste Poder, desde o Berço da nossa Monarquia, uzarão nossos Reys sem interrupção, conservando-se os Povos em harmonia de principios, em paz e socego pelo espaço de sete seculos.

O espirito dezorganizador que há annos tem revolucionado a Europa, arrancando-a dos Eixos sociaes em que por seculos se tinha conservado, tãobem veio vizitar o nosso Reino, abalando-o em seus principios politicos conforme aos quaes a nossa Monarquia se regia. Desde então tudo tem sido dezordem e arvorado o principio do Povo Soberano que tinha perturbado o socego da Europa veio tãobem offuscar nossa gloria e semear a discordia e dezharmonia entre a Familia Portugueza. Desde então nada prestou do que nossos Monarcas fizerão; todas as suas Leys forão reputadas iniquas, arbitrias e Despoticas; todos os Estabelecimentos da Monarquia devião acabar, qualquer que fosse sua natureza; todos os Empregados forão taxados de nescios, ignorantes e ate marcados com ferretes ignominiozos que deslustrando as classes a que pertencião igualmente as macularão e assim marcarão os limites do vasto projecto que se mascarava com os nomes de Bem publico, Bem do Estado, Bem da Patria, Bem dos Povos. Grandes palavras que soando aos ouvidos da População estúpida dominavão seu ardor e fogo e entretinhão tãobem a sua apathia. E são estes os meios de que Charlataens Politicos se servião, como de Contraveneno, para illudir o baixo Povo, sem lhe dar a conhecer o que he e com que lhe apresentavão o Crime audaz como Heroismo e o Crime feliz como virtude. Monarcas subirão ao Cada-falso; duas Familias padecerão; os Povos gemerão nas Emigraçoens, nas Proscripçoens e nos Carceres.

À vista de tantas calamidades justo parece que se apaguem de nossa memoria discursos taes a que deu azas o principio que adoptado foi em tão calamitozo tempo, o da Soberania do Povo. Desterre-se de nossa Monarquia tal principio. Seirão nossas Cortes organizadas com o Poder que desde o principio da Monarquia tiverão. Seirão ellas mandadas ouvir sobre as Leis que El Rey promulgar, como sempre ouvidas forão nas primeiras Cortes pelos Senhores Reys que com tanta sabedoria regerão e engrandecerão a nossa Monarquia. Este uzo antigo de ouvir as Cortes sobre negocios importantes da Monarquia que tendião à sua Conservação e felicidade, justo será que se suscite, mandando El Rey que a Ley que pertende promulgar seja primeira-mente considerada nas Cortes, para que depois de a ver assim dis-

26. *Soberania do Povo*, sublinhado.

cutida e considerada com maior segurança a sancione e mande publicar.

Concluo portanto que em nossa Monarquia o Poder Legislativo só reside no Rey e que de seu principal attributo a Magestade nem a menor particula pode rezidir nas Cortes. Tal he a natureza da Realza e tal he o Direito de que os Senhores Reys de Portugal ate hoje tem uzado. Tal he o Direito de que os Senhores Reys não podem fazer cessão, porque constitue a essencia da Monarquia Portugueza como principio fundamental da nossa Sociedade, como essencia da nossa Nação, que não pode ser dezorganizada, admitindo principios irreconciliaveis, qual he o da Legitimidade irreconciliavel com o da Soberania Popular concedida às Cortes neste artigo com o qual se canoniza e residencia do Poder Legislativo nas Cortes.

Inverter este principio, repartir este Direito, he dilacerar a Realza, he destruir a Lei fundamental e os principios de nossas antigas Instituições, authenticadas pela Tradição constante em nosso Reino, conforme às quaes Sua Magestade manda que o Projecto de Lei fundamental se faça em o qual por conseguinte não cabem principios Democraticos, inadmissiveis nas Monarquias, parecendo por conseguinte que tão somente nos pertence estabelecer Regras que não offendão a baze fundamental da Sociedade, a essencia e attributos essenciaes da Monarquia, vestindo nossas antigas Instituições segundo o seculo em que vivemos e renovando-as em accidentes que os tempos fazem variar sem que se offendão os principios estabelecidos.

Logo o Poder de Legislar he privativo d'El Rey e nelle tão somente rezide, bem como o he o de fazer executar a Lei e ultimamente o de o fazer accomodar aos factos, pelos Tribunaes, Magistrados e Juizes na forma determinada pelas Leys.

He este o parecer que adoptei sobre este artigo na sessão de 24 de Julho de 1823.

Antonio Joze Guião

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 52)

11. *Legitimidade*, sublinhado // 12. *Soberania Popular*, sublinhado.

Disposição livre da propriedade real e pessoal, conformando-se com a determinação da Lei, ou o proprietario seja hum individuo ou huma Corporação.

Quando huma necessidade imperiosa do Estado exigir a occupação occupe alguma propriedade perpetua ou temporariamente deverá o proprietario ser previamente indemnizado.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 54.)

4-5. *imperiosa exigir que o Estado porem occupe, estando exigir ...porem, riscado //* 4. *do Estado ... occupação, entrelinhado com chamada //* 5-6. *deverá previamente o, estando previamente riscado.*

Projecto de Lei das eleições

Todas as Cameras das Cidades e Villas do Reino onde houver Juiz de Fora ou ordinario, apenas se publicar o presente Decreto procederão à formação de listas de eleitores e eligiveis, assim dos districtos respectivos, como dos das Villas que lhes forem anexas.

As Cameras das Villas anexas prestarão aquellas todo o auxilio que por elas lhe for requerido para a exactidão e acerto das ditas listas.

As dos eleitores serão lançadas a hum livro, as dos eligiveis a outro, ambos rubricados pelo Presidente da Camera. Estes Livros se conservarão em seu Archivo. Igualmente se conservarão nos Archivos respectivos aquelles em que se lançarem as listas de Comarca e de Provincia, os quaes deverão ser semelhantemente rubricados.

As listas dos eleitores e eligiveis dos districtos, logo que nelles se concluirem, patentear-se-hão por editaes nos lugares publicos e conceder-se-hão dellas todas as certidoens que se exigirem.

Das dos eligiveis se extrahirão copias authenticas e se remetterão à Camara da Cabeça da Comarca, onde se organizará huma lista dos eligiveis de toda ella.

Cada huma das Cameras da Cabeça de Comarca remetterá esta lista à Camera da Cidade capital da Provincia a qual formará a lista geral dos eligiveis da Provincia, a publicará por editaes e mandará imprimir hum numero de exemplares triplo do das Cameras da mesma Provincia perante as quaes tiverem de fazer-se as eleições.

Esta publicação e impressão deverão preceder hum mez a abertura das Assembleas eleitoraes.

As Cameras das Capitaes das Provincias enviarão aquelles exemplares às das Cabeças das Comarcas, estas às outras. Todas lhes darão a maior publicidade possivel e as farão copiar em seus Livros.

Admittir-se-hão quaesquer queixas ou reclamaçoens tanto contra as listas dos eleitores, como contra as dos eligiveis, mas não poderão propor-se senão perante aquellas Cameras, em cujas listas particulares se escreverão ou se omittirão os nomes de que se tractar.

23. *triplo dos das*, no Projecto... M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 39.

As Cameras decidirão estas queixas ou reclamaçoens, dando os competentes recursos. A demora da decizão não poderá retardar, suspender as eleições, nem influir nellas por maneira alguma.

Nas listas se seguirá a ordem alphabetica. Conterão os nomes, as profissoens e a renda das pessoas nellas comprehendidas. Ninguém poderá votar, nem ser votado, sem ser incluído nellas.

Para se ser incluído na dos eleitores he necessario ser natural do Reino (a) ter vinte e sinco annos de idade (b) estar no livre exercicio de seus direitos (c) ser domiciliario (d) no districto em que houver de votar e gozar de huma renda de 50\$000 Reis em bens de raiz ou de 200\$000 Reis procedidos de fundos publicos, de outros quaesquer constantes por escriptura publica, ou mesmo de Empregos do Estado, contanto que sejam vitalicios (a).

Entender-se-ha para o referido objecto ser domiciliario aquelle que tiver mais de hum anno de residencia com animo de prezistir (b).

Ninguém poderá ser eleitor em duas Assembleas (c).

Para se ser incluído na lista dos eligiveis he necessario ser natural do Reino, estar no livre exercicio de seus direitos, ter 30 annos de idade (d) 400\$000 Reis de renda annual em bens de raiz, emprego publico inamovivel, fundos publicos ou outros quaesquer constantes de escritura publica (e) e alem disto domicilio, naturalidade ou pro-

8. (a) Conferencia 15.^a. *Entretanto não deverá bastar o ser naturalizado?*, em rodapé // 8. (b) Conferencia 14.^a, em rodapé // 9. (c) Conferencia 15.^a, em rodapé // 9. (d) Conferencia 14.^a, em rodapé.

13. (a) Conferencia 14.^a e 15.^a. *Seja porem licito lembrar 1.º que este artigo não está em harmonia com o que tracta da renda dos eligiveis, nhum se exige differença na renda em attensão à sua origem e em outro não. 2.º que a razão e o exemplo de outras Naçoens poderão persuadir que se requeira hum duplicado rendimento quando não procede de raiz, quadruplicado parece que nunca. 3.º que este artigo exclue de votar a maior parte dos negociantes do Reino, ainda que mui ricos sejam muitos delles, pois a maior parte dos negociantes não tem bens de raiz, fundos publicos nem particulares constantes de escrituras publicas. Os seus fundos consistem em fazendas e em dinheiro e as suas escripturas são letras de cambio*, em rodapé. Na primeira linha desta nota do Projecto M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 39 lê-se: *lembrar que este e na última linha da mesma nota: escripturas publicas são letras* // 15. (b) O Sr. Joze Maria Dantas não aprova este artigo, quer tres annos de residencia, em rodapé // 16. (c) Conferencia 14.^a. *Este artigo parece ser redundante. Ninguém tem domicilio em duas partes*, em rodapé // 19. (d) Conferencia 13.^a e 14.^a, em rodapé // 21. (e) Conferencia 14.^a, em rodapé.

priedade na Provincia (f) e não exercer nella Auctoridade militar, Civil ou Ecclesiastica.

A propriedade do dicto fim não deve produzir menos que aquella renda livre de todos os encargos e o domicilio deve consistir em tres annos de residencia, acompanhada de factos indicativos de animo de prezistir. (a)

A auzencia por cauza do servisso publico não altera o domicilio.

Para a computação da renda quer dos eleitores, quer dos eligiveis, conciderar-se-hão os bens que elles possuirem em todo o Reino.

A renda dos bens da mulher deve contar-se a favor do marido, a dos filhos menores a favor do Pai em quanto he uzufrutuuario de seus bens.

No dia e hora determinada por El Rei os Eleitores de cada districto se reunirão no lugar para isso deaignado pela Camera e ahi constituirão huma Junta eleitoral prezidida pela mesma Camera (b).

As de Lisboa e Porto se dividirão em duas secçoens.

Os Membros de que a Camera se compozer dividirão entre si as funçoens de Secretarios e Escrutinadores. No cazo de falta ou impossibilidade de algum ou alguns delles e no daquella imperioza divizão, terá lugar a substituição à pluralidade de votos dos que estiverem presentes. Havendo impate terá preponderancia o do Prezidente.

Qualquer duvida ou incidente que occorrer, a Camera o rezolverá ou providenceará. Todavia esta rezolução ou providencia ficará subjeita à da Camera dos Deputados a quem aquella a fará presente com os motivos em que se houver fundado.

As Secçoens serão publicas. Não poderão começar antes de nascer o sol, nem continuar depois do sol posto. Ninguém nellas poderá entrar armado. Toda a discussão popular ahi será prohibida. E à excepção da Meza ou Membros do corpo da Prezidencia, ninguem ahi poderá praticar algum acto que não seja o de votar.

1. (f) *Conferencia 13.^a. O Sr. Dantas acrescenta: não ter sido condemnado em cauza crime em que fosse directamente ouvido, não prezidir à Junta eleitoral, não ter usado mediatamente ou immediatamente de aliciação ou terror para ser eleito, salvo se denunciar outros cazos da mesma natureza, ser notorio que pelo menos estudou com aproveitamento a Filosofia elementar ou a Geometria*, em rodapé // 6 (a) *O Sr. Dantas, 6 annos*, em rodapé // 15. (b) *Conferencia 15.^a*, em rodapé // 16-17. Camera (a). *Os Membros*, no Projecto, M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 39.

19. *e no ... divizão*, entrelinhado; M.N.E. Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 37.

Se não obstante esta prohibição se levantar alguma questão e discussão no seio da Assembleia, a Camera a advertirá pelo órgão de seu Presidente. Não bastando esta advertencia, para fazer cessar a dezordem, a secção se levantará, lavrando-se auto de tudo isto e ficando sufficientemente acauteladas as listas, cazo algumas se tenham já lançado na urna.

Se no dia seguinte as discussões ou o tumulto se renovarem e não cederem a huma nova advertencia, a Camera deverá recorrer à força armada.

Os eleitores comparecerão cada hum com sua lista que conterá tantos nomes quantos forem os Deputados que tocarem à Comarca mas estes nomes poderão ser escolhidos dos eligiveis de toda a Provincia (a).

A cada Comarca corresponderá o numero de Deputados constante da tabella junta unindo-se Pinhel a Linhares, Chão de Coice a Thomar, Alcobaça a Leiria, Riba Tejo a Alenquer, por cauza da sua pequena população.

Os Eleitores, ao passo que forem chamados por hum dos Secretarios apresentarão suas listas, que não poderão ser lidas antes de lançadas na urna, deverão porem ser rubricadas nas costas pelo Presidente da Camera. Todas aquellas que depois apparecerem sem esta rubrica reputar-se-hão como se nunca existissem.

Logo que qualquer eleitor acabar de votar será descarregado na relação pela qual tiver sido chamado.

A votação não poderá extender-se alem do meio dia. Então se abrirá a urna, se contarão e publicarão os votos, se queimarão as listas em que elles se derão e se lavrará de tudo hum auto assignado por toda a Meza.

Ao examinarem-se as listas riscar-se-hão ou se haverão por não escriptos os nomes não comprehendidos nas dos eligiveis, os que não designam claramente os individuos e os ultimos alem do numero legal.

Continuará a mesma operação nos dias seguintes, contanto que não passem de oito. Finda ella, ou por haver expirado este prazo,

13. (a) *O Sr. Dantas he de parecer ou que as listas contenhão hum numero igual ao dos Representantes da Provincia, ou triplo do que competir à Comarca, em rodapé //*
29. *Ao examinar-se as, no Projecto, M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 39.*

ou por se haver exaurido a lista dos eleitores, se procederá a hum auto comprehensivo do resultado de todas as votações, o qual será lido perante a Assembleia.

Deste Auto se extrahirá huma cópia authentica e se remetterá por dois Mezarios à Camera da Cabeça da Comarca onde se fará o apuramento geral dos votos e a sua publicação. Os ditos Mezarios estarão presentes a esta publicação e apuramento.

As Cameras das Cabeças das Comarcas não terão a semelhante respeito authoridade alguma mais que a necessaria para contar, apurar e publicar e para reduzir tudo a hum auto de que remetterão huma copia à Secretaria de Estado dos Negocios do Reino e entregarão aos Deputados eleitos tantas quantos elles forem.

Para que se seja eleito em primeiro scrutinio he necessario reunir hum numero de votos que exceda o de metade das listas que se tiverem lançado e apurado em toda a divizão eleitoral (a).

Não sahindo alguém eleito em 1.º Scrutinio, ou não sahindo todos os que competem à Comarca, proceder-se-ha a 2.º Scrutinio, repetindo-se a sobredita operação sobre huma lista dupla dos mais votados a qual será remettida pela Camera da Cabeça da Comarca às outras Cameras e afixada nos lugares publicos. Os que assim obtiverem maior numero de votos ficarão eleitos. Havendo impate recorrer-se-ha à sorte.

Os Deputados, eleitos em mais de huma Comarca, se-lo-hão por aquella que escolherem, não escolhendo o serão pela em que obtiverão maior numero de votos, sendo igual o numero terá lugar a sorte (b).

Faltando por esta razão ou por alguma outra cauza algum Deputado ou Deputados se fará nova eleição na Comarca ou Comarcas em que a falta se verificar, repetindo-se a operação acima descripta que não poderá principiar antes de hum mez depois de reunidas as Cortes em Portugal e Algarves e tres nas Ilhas adjacentes.

As Juntas eleitoraes se dissolvem concluidas, apuradas e publicadas as votações.

8. *Cameras das Cabeças das Cabeças das*, no Projecto M.N.E., Cx.ª 78, M.º 4, N.º 37 // 15. (a) *O Sr Dantas contenta-se com a pluralidade relativa*, em rodapé // 26. (b) *O voto do dito Sr he que o domicilio prefira à naturalidade, a naturalidade à propriedade e em igualdade a sorte*, em rodapé.

Os Deputados serão eleitos por seis annos. Findo este prazo expirarão suas funçoens. Mas poderão ser reeleitos (a).

Nenhum Deputado eleito poderá escuzar-se arbitrariamente. Tendo algumas razoes que o devão eximir as representará à Camera da Cabeça da Comarca a que pertencer. Esta lhe deferirá como for justo. E deste deferimento somente haverá recurso para a Camera dos Deputados (b).

Os Deputados vencerão hum subsidio (c) de mensaes, desde que sahirem de suas cazas até a ellas se recolherem.

À demora que tiverem alem da necessaria não corresponderá subsidio algum e o dos que forem domiciliarios no lugar das Cortes contar-se-ha desde o dia em que nellas se apresentarem até àquelle em que findarem seus trabalhos.

Jozé Joaquim Rodrigues de Bastos

Joze Maria Dantas Pereira

Tabella a que o Projecto se refere.

As 44 Comarcas do Reino de Portugal e Algarves, reduzidas a 40 como fica indicado, para o unico fim das proximas eleicoens darão 75 Deputados pela maneira seguinte:

Villa Real.....	2	Coimbra	4
Moncorvo	1	Leiria	2
Miranda	1	Ourem	1
Bragança	2	Thomar.....	2
Valença	1	Santarem	2
Viana	3	Alenquer	1
Barcellos	3	Torres Vedras.....	1
Braga	1	Lisboa e termo	6
Guimaraens	3	Setubal	2
Penafiel	2	Aviz	1

2. (a) Conferencia 17.^a, em rodapé // 7. (b) O Sr Joze Maria Dantas substitue a da Capital da Provincia. E vai conforme aos seus principios porque elle não admitte a eleição por Comarcas, mas por Provincias querendo que nas capitaes destas termine o processo e de nenhum modo nas daquellas, em rodapé // 8. (c) Conferencia 17.^a, em rodapé.

14. Assignados — Jozé, no Projecto, M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 39.

Porto	5	Crato.....	1
Feira	2	Portalegre	1
Lamego.....	3	Elvas	1
Trancozo	2	Villa Viçosa.....	1
Guarda	3	Evora	1
Castelo Branco	2	Beja	1
Linhares	1	Ourique	1
Arganil	1	Lagos	1
Vizeu	3	Faro	1
Aveiro	2	Tavira	1

Pela Ilha Terceira eleger-se-hão 3, comprehendidas as suas circunvizinhas, pelas de S. Miguel e Santa Maria 3, por Madeira e Porto Santo tres, dois pelas Ilhas de Cabo Verde e suas dependencias, hum pelo resto das possessoes portuguezas no Occidente de Africa, outro pelas Orientaes Africanas, hum pelas Indianas e outro por Macao, oimor e Solor (a).

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^{os} 37, 38 e 39.)

14-15. *I pelas Orientaes ... e 1 por Macau*, no Projecto, M.N.E., Cx. 78, M.^o 4, N.^o 39 // 16. (a) *Bastos he de parecer que aqui se não tracte senão de Portugal Algarves e Ilhas adjacentes*, em rodapé. No Projecto, M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 37, lê-se nesta nota *Algarves*.

[DOC. IX]

Quesitos sobre a formação da 2.^a Camara [*seguidos das respostas de Francisco de Borja Garção Stokler e José Maria Dantas*].

- 1.º Os Membros da 2.^a Camara serão eleitos por Collegios electores cuja organização exercicio e duração se determinará por Ley?
- 2.º A eleição deverá ser directa ou indirecta?
- 3.º Deverá fixar-se desde já o numero dos Membros ou referir-se à população?
- 4.º Deverá declarar-se que a eleição possa ou não sahir fora do districto eleitoral ou da provincia?
- 5.º Deverá declarar-se a condição de naturalidade ou domicilio?
- 6.º A condição de idade?
- 7.º A condição de certa renda conhecida pelas Contribuiçoens?
- 8.º Similhantes condiçoens serão necessarias nos electores?
- 9.º Quem nomeará os Presidentes dos Collegios Electoraes?
- 10.º Quanto tempo durará uma legislatura?
- 11.º Será renouada toda de uma vez ou por partes?
- 12.º Será convocada ou reunida de direito todos os annos?
- 13.º Será limitado o tempo de cada Sessão para se dissolver por si mesma?
- 14.º Não se poderá ser ao mesmo tempo Membro de duas Camaras?
- 15.º Deverá ser excluido alguem que tendo as condiçoens sobre-ditas não tenha impedimento fysico ou moral?
- 16.º Terão os Deputados indemnização pecuniaria?
- 17.º Serão inviolaveis por suas opinioens manifestadas nas Camaras?
- 18.º Não poderão ser presos excepto em flagrante, sem ordem da Camara?
- 19.º Poderão ser civilmente demandados enquanto estiverem reunidos?
- 20.º O seu serviço será obrigatório?
- 21.º Elegerão o seu Presidente, Vice Presidente e Secretario?
- 22.º As Sessoes das suas Camaras serão publicas?
- 23.º Bastará a propozição do Presidente e de um certo numero de Membros para se suspender a publicidade?

24.º A Camara dos Deputados terá algumas outras attribuições alem das puramente legislativas?

25.º Haverá cazos em que as duas Camaras possam reunir-se?

26.º Haverá elleição de Deputados Substitutos.

Poderão os Deputados dimittir-se da sua Procuração quando quizerem?

Ficarão demittidos ipso facto quando aceitarem algum Emprego?

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, N.º 4, N.º 28 anexo.)

Quesitos	Respostas
1.º Os Membros d'esta Camara serão eleitos por Collegios Eleitoraes cuja organização exercio e duração se determinara por uma Ley.	Sim
2.º A eleição deverá ser directa ou indirecta.	Indirecta
3.º Deverá fixar-se desde ja o numero dos Membros ou referir-se à população?	Deverão fixar-se desde ja relativamente a uma prudente estimativa da população actual salvas as ulteriores alterações provenientes de suas futuras variações.
4.º Deverá declarar-se que a eleição possa ou não sahir fora do districto eleitoral ou da Provincia?	Sim
5.º Deverá declarar-se a condição de naturalidade ou domicilio?	Sim

4-5. *Substitutos Será licito ou não recuzar o lugar de deputado? Quanto tempo durará a procuração dos Deputados ou a Legislatura? Formar-se-ha annualmente em cada Comarca huma lista dos individuos que tem as qualidades necessarias para serem eleitos ajuntando-se na epoca das eleições as listas de toda a Provincia e não sendo licito votar-se em individuos que não estejam incluidos nas dittas listas? Dever-se-ha votar sempre pessoalmente não se admittindo votos por procuração? Poderão votar nas eleições os Religiosos? Os Soldados? Poderão, estando Será ... Soldados cortado.*

Quesitos	Respostas
6.º A condição de idade?	Sim e deverá ser de trinta e cinco annos compridos.
7.º A condição de certa renda reconhecida pelas Contribuiçoens?	Deverá verificar-se a condição de certa renda por qualquer meio para isso apropriado precedendo a verificação das condições exigidas como argumento provavel da capacidade moral a qual he independente da riqueza e mil vezes mais importante.
8.º Semelhantes condições serão necessarias nos Eleitores?	Todos os Pais de Familia que estiverem em plena fruição de seus direitos devem considerar-se habilitados para Eleitores.
9.º Quem nomeará os Presidentes dos Collegios Eleitoraes?	El Rey.
10.º Quanto tempo durará uma Legislatura?	Tres annos.
11.º Será renovada toda de uma vez ou por partes?	Por terços.
12.º Será convocada ou reunida de Direito todos os annos?	Sim
13.º Será limitado o tempo de cada Sessão se dissolver a si mesma?	Sim
14.º Não se poderá ser ao mesmo tempo Membro das duas Cameras?	Não
15.º Deverá ser excluido alguem que tendo as condiçoens sobreditas não tenha impedimento fisico ou moral?	Deverão ser excluidos os Ecclesiasticos Regulares e os Empregados Civis cujos empregos não podendo ser substituidos não consentam interrupção no seu exercicio sem detrimento do serviço publico.

Quesitos	Respostas
16.º Deverão os Deputados da Segunda Camera ter indemnização pecuniaria?	Deverão ter indemnização pecuniaria os que não tendo outra propriedade mais do que os seus talentos forem obrigados a interromper o uzo pratico d'elles durante o tempo das Sessoens.
17.º Serão inviolaveis pelas suas opinioens manifestadas nas Cameras?	Sim
18.º Não poderão ser prezos (excepto em fragante) sem ordem da Camera?	Poderão ser prezos em todos os cazos em que o poderem ser os outros Cidadoens sendo a autoridade que os prender obrigada a dar immediatamente parte à Camera.
19.º Poderão ser civilmente demandados enquanto estiverem reunidos?	Sim
20.º Será o seu Serviço obrigatorio?	Ninguem será obrigado a aceitar o Logar de Deputado, mas depois de o aceitar não poderá recuza-lo nem deixar de exercê-lo sem cauza justificada.
21.º Elegerão o seu Presidente, Vice Presidente e Secretarios?	A eleição de Presidente e Vice Presidente pertencerá a El Rey.
22.º As suas Sessoens serão publicas?	Sim
23.º Bastará a requisição do Presidente ou de um certo numero de Membros para se suspender a publicidade?	Sim
24.º A Camera dos Deputados terá mais algumas attribuiçoens alem das puramente Legislativas?	Terá a inspecção e direcção da Instrucção publica, a fiscalização da despesa do Estado e a da Conducta dos Ministros e Conselheiros d'El Rey para lhe representar a sua incapacidade ou demerito.

Quesitos

Respostas

25.º Em que cazos deverão reunir-se as duas Cameras?

Quando se tratar da Ratificação de Tratados ou de alteração ou despença das Leys fundametaes e no acto da aclamação do Rey para assistirem ao Juramento que Sua Magestade deverá prestar antes de ser aclamado.

Francisco de Borja Garção Stockler

Perguntas

1.ª Os membros desta Camara serão eleitos por Collegios eleitoraes, cuja organização exercicio e duração se determinará por huma lei?

Sim

2.ª A eleição deverá ser directa ou indirecta?

Indirecta.

3.ª Deverá fixar-se ja o numero dos membros ou referir-se à população?

Referir-se, fixando-se agora em quanto ao estado actual da população.

4.ª Deverá declarar-se que a eleição possa ou não sahir fora do districto eleitoral ou da provincia?

Sim e que não possa.

5.ª Deverá declarar-se a condição de naturalidade ou domicilio?

Sim e somente o domicilio.

6.ª A condição de idade?

Sim e não menor de 40 annos.

7.ª A condição de certa renda conhecida pelas contribuiçoens?

De certa renda independente do arbitrio do governo.

8.ª Semelhantes condiçoens serão necessarias nos eleitores?

Semelhantes e não todas iguaes.

9.ª Quem nomeará os presidentes dos Collegios eleitoraes?

El Rey

10.ª Quanto tempo durará huma legislatura?

Quatro annos.

11.ª Será renovada toda de huma vez por partes?

Ordinariamente por quartas partes e toda sempre que for a Camara dissolvida.

Perguntas	Respostas
12. ^a Será convocada ou reunida de direito todos os annos?	Sim
13. ^a Será limitado o tempo de cada sessão se dissolver por si mesma?	Sim
14. ^a Não se poderá ser ao mesmo tempo membro de duas cazas?	Não
15. ^a Deverá ser excluido alguem que tendo as condiçoens sobreditas não tenha impedimento fisico ou moral?	Não julgando-se impedidos fisica ou moralmente. Os que tiverem nascido estrangeiros, os ecclesiasticos regulares, os que não forem chefes de familia, os que não estiverem correntes com a Fazenda Real, os fallidos cuja boa fé não estiver julgada por sentença, os que tiverem sido condemnados em cauza crime, os que viverem dados escandalosamente ao jogo, a embriaguez ou à mancebia, os que fizerem despezas evidentemente superiores as suas conhecidas rendas, os que no logar da eleição exercerem authoridade militar, civil ou ecclesiastica, os que para serem eleitos tiverem uzado de alliciação ou de terror, mediata ou immediatamente, excepto se denunciarem outros cazos da mesma natureza, os empregados publicos cuja interrupção de serviço cauze prejuizo geral ou particular e mormente os que não podem ser substituidos e aquelles que pelo menos não tiverem estudado com aproveitamento a filosofia elementar.

Perguntas

Respostas

16.^a Terão indemnização pecuniaria?

Sim, quando a renda propria no tempo das sessoens for inferior à quota parte que corresponde ao mesmo tempo na razão de dois contos de reis por anno e a differença para essa quota parte deverá ser a sua indemnização.

17.^a Serão inviolaveis pelas suas opiniões manifestadas nas Camaras?

Sim

18.^a Poderão ser presos sem consentimento da Camara excepto em flagrante?

Não, mas exceptuando-se tambem os crimes de Lesa Magestade e contra a segurança do Estado.

19.^a As sessoens serão publicas?

Sim

20.^a Poderão ser demandados civilmente enquanto estiverem reunidos?

Não

21.^a O seu serviço será obrigatorio?

Sim, huma vez que aceitem as procurações.

22.^a Elegerão o seu Presidente, Vice Presidente e Secretario?

El Rey elege os primeiros dois, a eleição do terceiro pode competir à Camara.

23.^a Bastará a requisição do Presidente ou de certo numero de Membros para se suspender a publicidade?

Sim

24.^a A Camara dos Deputados terá algumas attribuições alem das puramente legislativas?

Sim

25.^a Deverão deliberar separadamente e nunca reunir-se?

Sim, em quanto às deliberações; reúnem-se para algumas solemnidades.

Joze Maria Dantas Pereira

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 28 anexo)

[DOC. X]

7.^a Conferencia

Votos separados sobre a proposta das Leys

As leis podem ser propostas ou pelos Ministros d'Estado, autorizados por El Rei, ou por membros de qualquer das duas Camaras.

Francisco Manuel Trigozo Ricardo Raimundo Nogueira Joze Maria Dantas D. Manoel de Portugal Joaquim Jose Ferreira Gordo Francisco de Borja Garção Stockler Jose Antonio de Faria Carvalho

A proposição directa da Lei pertence a El Rei e aos Membros das Camaras.

Bastos Teixeira Guião

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, N.º 4, N.º 53.)

4. *membros das 3 de*, estando *das 3* riscado.

[DOC. XI]

11.^a ConferenciaVotos sobre a Liberdade da Imprensa¹

A imprensa será livre. As obras que ex professo tratarem do Dogma e Moral Christã serão previamente censuradas.

As leis regularão o modo por que se devem reprimir os abusos d'aquella liberdade ou da introdução dos Livros dos Paizes Estrangeiros.

João de Sousa Pinto de Magalhaens

Jose Antonio d'Oliveira Leite de Barros

Joze Joaquim Rodrigues de Bastos

Francisco Manuel Trigozo

D. Manoel de Portugal

Joaquim Jose Ferreira Gordo

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 55)

Fica estabellecida a Liberdade da Imprensa que será regulada por huma Lei.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 56)

A Imprensa gozará da mais ampla liberdade que for compativel com a conservação da pureza da Moral e da Religião, com o socego publico e com a honra e decoro individual dos Cidadaons o que tam-bem se entenderá com a introdução de livros estrangeiros.

Joze Maria Dantas

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 57)

3 *A imprensa será livre Liberdade da imprensa com unica restrição das As, estando A imprensa será livre entrelinhado com chamada, Liberdade... das riscado e As entrelinhado com chamada.*

¹ Cfr. Doc. VII, p. 327.

Liberdade d'Imprensa com a restrição de previa censura nos objectos que ex professo tractem o Dogma e Moral Christã e sujeita a repressão estabelecida na Lei regulamentar nos outros objectos pelos abuzos que nos escritos se commeterem.

João de Sousa Pinto de Magalhaens

Antonio Joze Guião

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 58)

1. *Haverá Liberdade*, estando *Haverá* entrelinhado e riscado // 2. *ex professo tractem*, entrelinhado com chamada // 3. *estabelecida na Lei regulamentar*, entrelinhado com chamada // 4. *abuzos que*, havendo entre estas palavras riscado ilegível.

[DOC. XII]

Le projet pour l'organisation des trois Etats du Royaume se reduit a peu pres aux bases suivantes.

1 Le Clergé la Noblesse et les députés des Bourgs et des Villes se reuniront (chaque classe séparément) pour deliberer à huis clos sur les objets que le Gouvernement presentera à leur discussion. Ils n'exerceront aucune portion de pouvoir legislatif et n'auront que le privilège d'être consultés ou entendus par le Roi.

2 La Chambre du Clergé se compose des Evêques diocesains, des Prieurs des trois Ordres Religieux et Militaires, du Recteur de l'Université et de deux ou trois Dignitaires des Ordres Monastiques, en tout a peu pres de vingt à vingt cinq individus. Aucun d'eux ne pourra venir(?) sieger que lorsque il aura reçu du Roi une lettre de convocation.

3 L'ordre de la Noblesse se compose de trente Membres choisis dans tous les classes de la Noblesse par neuf Electeurs qui seront només par le Roi. Les trent Elus doivent être confirmés ou aprouvés par Sa Majesté.

3 Le troisième Ordre se compose d'un Deputé choisi dans chaque Commarca (Departement) d'entre les députés élus par les villes et Bourgs qui pour cet effet se reuniront dans le chef lieu de cette même Commarca. De maniere que ces reunions de Commarca n'excederont guere le nombre de 12 a 20 individus qui choisiront l'un d'entre eux pour aller sieger aux Cortes. Le nombre des députés du Tiers Etat sera par consequent egal à celui des Commarcas du Royaume et des Iles adjacentes, c'est à dire a peu pres quarente et en outre sept députés només par le Roi pour représenter les Colonies de l'Afrique et de l'Asie. On ne fera mention du Brezil que pour dire que Sa Majesté se reserve lorsque la reconciliation aura eu lieu a statuer pour ce qui regarde la representation de ce Royaume.

4 Les Trois Etats seront convoqués lorsque le Roi le jugera à propos et dissous de même.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 60.)

N.B. deve mandar-se hoje Copia deste papel a Mr de (?) e tirar mais algumas copias para as nossas missoes pode hir huma hoje para Espanha, ao cimo da página, estando N.B e Mr de... Espanha sublinhado // 12. Venir, leitura duridosa.

18. *Bourgs de cette même Commarca qui, estando de cette même Commarca riscado.*

24. *només par le Roi, sublinhado.*

[DOC. XIII]

[*Officio enviado por Alberto Carlos de Menezes que acompanhou o seu Projecto de Carta de Lei Fundamental da Monarquia*]

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Aprezento nas maons de V. Ex.^a huma Peça de direito publico portugues para offerecer a S. Magestade na occasião que huma Commissão de Sabios trabalha na composição do Projecto da Carta de Lei Fundamental do Estado. Havendo tomado à minha conta a compilação do Codigo Nacional, tratei logo de investigar as Leis fundamentaes desde o principio da Monarquia e fazer a sua analyse para descobrir a Forma do Governo e qual tinha sido o exercicio que os Reis deste Reino havião feito dos Direitos Magestáticos. Nenhuma compilação se fez destas Leis, ellas se encontrão dispersas em varios Monumentos, Diplomas e Capitulos de Cortes; em outro tempo somente tinhão o nome de fundamentaes aquellas Leis em que era constituida a Ordem da Successão à Coroa; o direito publico se envolvia no Corpo de direito particular. Eu tenho seguido hum sistema novo na Compilação do Codigo, estremando as Leis fundamentaes e o direito publico da Legislação civil e criminal e para que seja patente quaes sejam as minhas opinioens politicas na Sublime Ciencia de governar os homens, cubiçosos do infinito, carecendo de limites na sua liberdade, me lembrou expor às sabias Luzes de V. Ex.^a huma compilação sistematica das Leis fundamentaes do Estado Monarquico portugues, para que seja por V. Ex.^a offerecida a S. Magestade conhecendo-lhe essa dignidade o Projecto da Carta contem 3 partes a 1.^a he hum modelo de huma carta mais resumida e de donde emanão as outras duas partes, todas as 3 partes formão huma carta mais ampla e aonde são desenvolvidos os Direitos do Rei e os direitos do Cidadão e que servem de base ao meu sistema do Codigo, em que são empregados os meus trabalhos nunca pude encontrar vestigios de hum Governo absoluto e arbitrario em os deliciosos Reinados dos nossos Soberanos, o exercicio dos Direitos Magestáticos sempre era

4-5. Re[*presentada*] em 19 de Julho 1823, à margem // 5. S. Magestade, estando o S emendado de V.

dividido ou distribuido por grandes e pequenas Autoridades, os Ricos homens assistião ao Despacho do Rei e o assignavão, houve sempre Tribunaes e Autoridades judiciarias, as Cortes tiverão differente caracter em cada hum dos Reinados, porem he onde o politico portuguez achará as maiores descobertas sobre a Forma do Governo politico da Nação. A compilação do novo codigo depende da Carta Fundamental, os meus trabalhos não podem acelarar-se antes da sua promulgação e por isso manifesto estes meus votos.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Marques de Palmela

Caldas 9 de Julho 1823

Subdito de V. Ex.^a

O Dezembargador

Alberto Carlos de Menezes

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 62)

Projecto de Carta de Lei Fundamental do Estado *

Dom João 6.^o por Graça de Deus Rei de Portugal, e do Reino Unido do Brasil, e daquem e alem mar, em Africa, etc.

Faço saber a quantos esta Minha Carta de Lei Fundamental do Estado virem; que pelo Livre exercicio da Minha Soberana Autoridade Real, Plena, e Independente concedo, e outorgo a todos os Meus Subditos Portuguezes huma Lei Fundamental firmada nas antigas instituiçoens fundamentaes do Estado Monarquico deduzida dos usos e costumes politicos da Nação extrahida de Capitulos de Cortes tantas vezes convocadas por Meus Augustos Progenitores Soberanos destes Reinos para apparecer agora pela primeira vez convertida em Sistema publicada e Sancionada por Mim em hum Codigo com Linguage e caracter proprio das Luzes politicas do tempo presente Renunciando o Poder absoluto e arbitrario alem das Leis fundamentaes do Estado às quaes submeto o Meu Regio Poder todo como fizerão os

* Existem dois códices. Transcrevemos o que nos parece mais completo, dando em rodapé as diferenças entre eles. A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 59 e N.^o 26.

15. *Projecto Carta* || 16. *Portugal, Algarve e do* || 18. *Fundamental virem* || 19-20. *Autoridade Plena* || 21. *Lei constitucional firmada* | 23-24. *Cortes por muitas vezes convocadas* || 28. *Poder arbitrario e absoluto incompatível com as Leis Fundamentaes da Nação Portuguesa às ques submeto todo o Meu Regio Poder não reconhecendo.*

Meus Predecessores não Reconhecendo Superior algum mais que Deus o qual taobem obedece ao que elle mesmo huma vez mandou e constituiu.

Desta Minha Autoridade Magestatica Soberana e Independente se deriva toda a Minha Dignidade Real, Sancta e Inviolavel a que todos os Meus Subditos devem obedecer e ninguem pode offender sem infração dos Meus Direitos de Soberania Real fundados no antigo Pacto Social agora por esta Minha Carta renovado que não pode ser quebrantado violando a Vontade Divina da qual dependem as Sociedades politicas, ficando os Reis responsaveis pela sua promessa e juramento para bem governarem e guardarem as Leis fundamentaes quando são aclamados e succedem à Real Coroa.

Por esta Minha Carta serão os Meus Subditos conhecedores dos Meus Direitos de Soberania e dos seus direitos Civicos para me obedecerem, sabendo como os Reis destes Reinos devem governar e o modo como hão-de ser obedecidos debaxo de regras fixas invariaveis e permanentes em que seja constituida a saude publica do Estado de que estes Reinos gozarão levantado Reinos em todas as partes do Mundo que tanto sublimarão.

Primeira Parte

Direitos do Rei

Titulo 1.º

Forma de Governo

1 A Soberania reside no Rei elle he a Suprema Autoridade Real que tem o Governo Monarquico puro, pleno e independente por

2. *Obedece sempre ao* || 6. *offender ou violar sem* || 8. *agora renovado* || 8-9. *quebrantado contra a* || 9. *dependem todas as* | 10-12. *juramento prestado nas suas Aclamaçoens para bem governarem conforme as Leis fundamentaes do Estado* || 14-15. *obedecerem e saberão como* || 17-19. *permanentes para se conseguir a Segurança a Liberdade Civil e o justo uzo da propriedade e direitos do homem cidadão que constituem a parfeição, felicidade e Saude publica do Estado politico.*

Leis Fundamentaes que constituem o Pacto Social do Estado por esta Carta.

2 A Pessoa do Rei he segrada e inviolavel, o seu imperio não he absoluto mas sim limitado pelas Leis fundamentaes do Estado às quaes o Rei submete o seu Regio Poder.

3 O Rei como unico Soberano do seu Estado tem o Comando da força armada por mar e terra. elle declara a guerra e faz os tratados de paz, alliança, commercio e confederação com as Naçoens com quem lhe aprouver em utilidade geral da Nação.

4 O Rei faz a merce de todos os Empregos e officios publicos, nomeando pessoas naturaes do Reino que mais dignas e aptas forem conforme as Propostas, Consultas ou conselho do Ministerio ordenados nas Leis geraes.

5 O Rei nomeia os Embaixadores, Enviados e Plenipotenciarios e mais Ministros para tratar dos Negocios e Legaçoens estrangeiros, sendo escolhidos da primeira Nobreza do Reino conforme a sua Jerarquia.

6 O Rei concede os Titulos de Nobreza e distincões honorificas conforme as Leis geraes e costumes do Reino.

7 O Rei perdoa, commuta ou minora as penas aos Reos Sentenciados, precedendo Consultas de Tribunaes competentes, igualmente pode conceder Seguro Real aos criminosos conforme a Lei.

8 O Rei concede perdoens geraes aos Criminosos antes de condemnados estando processados quando lhe aprouver pelas Aclamaçoens Regias, Cazamentos do Successor à Coroa ou qualquer grande Jubilo da Nação, porem somente naquelles crimes que não tem parte e conforme as Leis geraes ou Costumes antigos.

9 São da Competencia do Rei os tres maximos poderes da Soberania, a saber Legislativo, Administrativo, e Executivo o exercicio destes tres poderes he distribuido por esta Carta de Lei Fundamental do Estado, na forma seguinte.

1-2. *Estado desta Carta* // 4. *mas he limitado* // 12-13. *Propostas e consultas ordenadas pelas Leis geraes nos codigos da Nação* // 12. *do Ministerio, entrelinhado* // 15. *e outros Ministros.*

16-17. *primeira e principal Nobreza do Reino* // 19. *costumes antigos da Nação* // 20-22. *penas ao Reo Sentenciado precedendo Consultas dos Tribunaes competentes* // 24-25. *Aclamaçoens do Rei* // 27. *costumes da Nação* // 29. *Administrativo e Executivo* // 31. *do Estado.*

10 O Rei fas as Leis geraes collectivamente em Cortes ou Assembleia da Nação representada pelos Deputados das tres Camaras, a saber Clero, Nobreza e Povo, o poder Legislativo tem o seu essencial exercicio nestas Cortes que representam os tres Estados da Nação.

11 O Rei manda promulgar as Leis e lhe dá toda a autoridade para obrigarem Logo que por elle são sancionadas pela sua Regia Asignatura sem a qual não tem virtude Legislativa.

12 Os negocios de economia politica, melhoramentos e policia administrativa, Comercio, Agricultura, industria, Navegação, artes e officios fabris e instrução Literaria são todos da inspiração do Rei por emeio de Consultas de Tribunaes, Representações das Camaras Municipaes e outras Autoridades instituidas por El Rei.

13 O Rei manda executar as Leis geraes e administrar a justiça por meio de Alvaras, Decretos, Regulamentos e Provisoes ou Cartas que não se opponhão ou contradigão com os Codigos Legislativos ou Leis de Cortes sancionadas pela Regia Asignatura.

14 Todos os Empregados publicos são responsaveis ao Rei elle nomeia as Autoridades judicarias, mas ellas são independentes do Rei quando julgão administram justiça conforme a Lei.

15 A criação ou supressão dos Officios publicos pertencem somente ao Rei precedendo Consultas de Tribunaes ou Conselho do Ministerio do Estado.

16 Ao Rei compete dimittir, suspender ou desligar do serviço publico a qualquer Magistrado Julgador e official militar, sem culpa formada judicialmente, porem os Empregados podem justificar-se e provar o seu bom serviço para serem restituídos e idemnizados, igualmente lhe compete apozentar por causa fisica e moral ou idade de 70 annos, conservando os ordenados alimentos aos Empregados.

1-4. *Deputados o poder Legislativo tem o seu exercio essencial nestas Cortes.*

10. *fabris e mecanicos a instrução* // 14-16. *Decretos Provisoes ou Regulamentos que não se opponhão aos Codigos Legislativos e Leis de Cortes, elle nomeia a Autoridade judiciaria* // 17-19. *Rei porem a Autoridade judiciaria he independente do Rei quando julga decide e sentencia conforme as Leis sancionadas pelo Rei* // 20-22. *Officios e estabelecimentos publicos pertencem somente ao Rei precedendo Consultas de Tribunaes.* // 24. *publico ou apozentar para sempre por causa de idade maior de 70 annos ou por qualquer omissão, erro ou prevaricação a todo o Magistrado Julgador, Administrador ou Official.*

25-28. *judicialmente ou facto provado, porem os Empregados podem justificar-se e provar o contrario para serem restituídos e idemnizados conforme as Leis. Titulo 2.*

17 O Rei tem a Alta Inspeção da Policia para mandar remover de hum territorio para outro com vigia na sua conducta qualquer Portugues suspeito de sociedades secretas e opinioens impolíticas e irreligiosas, mas logo que for justificado na sua moral e bons costumes será restituído ao seu domicilio e idemnizado das perdas na Fazenda honra e credito.

Titulo 2

Successão à Coroa

18 A Monarquia portugueza he hereditaria a Successão à Coroa segue a ordem regular da Primogenitura e representação em Linha recta descendente de Legitimo matrimonio da mesma forma que está ordenado para a Successão dos Morgados em o Codigo Civil.

19 Por morte do Rei succede-lhe seu filho varão mais velho primogenito para quem logo passa o Governo e Soberania porem deve aclamar-se solemnemente dentro de 2 mezes e jurar esta Carta de Lei fundamental na forma do antigo costume.

20 Na falta do Primogenito succede o filho deste a seu Avo a Femea filha do Primogenito prefere a seu Tio para succeder a seu Avô, da mesma forma que o Primogenito do Rei.

21 Faltando filho varão succedem as Filhas, observando-se a respeito destas as mesmas regras de representação e primogenitura que se guardar nos filhos Varoens.

22 A Filha do Rei cazada com Estrangeiro será excluida da successão à Coroa.

23 A Filha do Rei que cazar com Portuguez será Rainha faltando Filho Varão, mas seu Marido não gozará de Titulo de Rei senão depois que deste matrimonio nascer Filho ou Filha porem nunca terá Autoridade Soberana que somente compete a Rainha Reinante a quem seu Marido será sujeito como outro cidadão.

24 Falecendo o Rei sem descendentes Legitimos lhe succederá

9. 17 A Monarquia // 12-13. ...successão dos Morgados. 18 Por morte // 13-14. velho para quem // 14-15. Real e se deve aclamar solenemente e.

16-17. jurar a Lei Fundamental do Estado na forma do antigo costume do Reino. 19 Na falta // 20. 20 Faltando // 23. 21 A Filha // 25. 22 A Filha // 27. nunca porem // 29-30. sujeito. 23 Falecendo.

seu Irmão Legítimo e mais velho, da mesma forma que o Primogenito do Rei.

25 Os Filhos descendentes deste Irmão serão chamados do mesmo modo e pela mesma ordem, que está constituído na successão por linha recta descendente do Rei.

26 Geralmente os Descendentes da Caza Real de Bragança succederão à Coroa por Linha recta com representação desde El Rei o Snr. D. João 4.^o Meu Augusto Progenitor.

27 Os Filhos naturaes do Rei nunca serão chamados à successão à Coroa havendo descendentes Legítimos, porem na falta destes poderão succeder os naturaes que não forem incestuosos nem adulterinos ou de coito damnado contanto que tenham sido reconhecidos pelo Rei seu Pai e confirmada a successão e reconhecida em Cortes.

28. Na falta de successão o Rei em Cortes nomeará quem lhe ha-de succeder para evitar o Interegno e partidos da Nação.

Titulo 3

Tutela do Rei e Regencia do Reino

29 Os Reis estão debaxo de Tutela ate quatorze annos completos em ambos os sexos.

30 Nas Rainhas acaba-se a Tutela pelo seu Cazamento, cazando antes dos quatorze annos.

31 O Tutor do Rei ha-de ter a Regencia do Reino enquanto o Rei não completar a idade de quatorze annos ou enquanto for incapas de governar por defeito moral.

32 A Tutela pertence à Pessoa que o Rei nomear em seu Testamento celebrado conforme as Leis e recahindo em Pessoa que tenha Carta do Conselho do Rei.

33 Na falta de Tutor testamentario pertence a Tutela a Rainha May do successor do Rei e Viuva do Defunto.

3. 24 Os Filhos.

6. 25 Geralmente.

8-9. Progenitor Duque de Bragança. 26 Os Filhos || 9-10. chamados para succeder à || 11-12. incestuosos Adulterinos ou de outro damnado couto || 13-14. reconhecidos e Legitimados por seu Pai e confirmada a successão em Cortes. 27 Na falta || 18. 28 Os Reis || 20. 29 Nas Rainhas || 22. 30 O Tutor || 25. 31 A Tutela || 27-28. Conselho e de conhecida Nobreza. 32 Na falta.

34 Quando a Rainha não sobreviver a seu Marido ou falecer antes de findar a Tutoria ou passar a segundas nupcias ou tiver defeito moral passa a Tutela e Regencia do Reino para sinco Conselheiros de Estado mais antigos na Carta de Conselho, entrando sempre hum Prelado conselheiro mais antigo.

35 Não havendo no Conselho de Estado Prelado algum entrará o Prelado da Diocese de Lisboa e na falta deste será o Arcebispo de Braga e na sua falta o Arcebispo de Evora e quando este faltar entrará o Prelado mais antigo do Reino.

36. Os Conselheiros de Estado que não forem Prelados seguirão a sua antiguidade na Carta do Conselho.

37 Na Regencia e Tutela nunca entrarão dois Irmaons, nem Pai e Filho, porque hum destes mais antigo na Carta deve somente entrar.

38 Havendo hum ou mais Infantes Irmaons do Rei Defunto entrará na Regencia e Tutela do Rei o Infante mais velho tendo capacidade moral o qual com os sinco Conselheiros de Estado governará o Reino, sendo consultivos os votos dos Conselheiros e decisivo o voto do Infante.

39 O Cazamento do Successor do Reino, a paz, tregoa, guerra, Liga, alienação de Territorio, propriedades, Direitos da Coroa e outros negocios mais urgentes e maior valor se devem decidir à pluridade de votos do Conselho de Estado e no empate se vencerá pelos votos a que o Infante Regente acceder.

40 Todas estas regras tem lugar não só no cazo em que o Reino fica em Tutela e Regencia por falecimento do Rei, mas taobem por qualquer impedimento do Rei por causa fisica, moral, auzencia ou abdicação do Reino.

1. 33 Quando a || 1-2. ou falecendo antes || 2-4. ou passando a segundas Nupcias, a Tutela e Regencia se entrega a sinco || 6. 34 Não havendo || 7. Prelado Mitrado da Diocese || 8. Braga e faltando este será o Arcebispo || 10. 35 Os Conselheiros || 12. 36 Na Regencia || 13-14. somente tomar lugar. || 15. 37 Havendo hum || 17. com sinco || 18. sendo consultivos os seus votos e decisivo || 20. 38 O Cazamento || 20. paz a tregoa.

20. a guerra || 21. propriedades e direitos || 22. negocios mais arduos se devem || 25. 39 Todas estas regras tem lugar no cazo || 26. Rei e taobem quando o Rei he impedido para governar por causa fisica ou moral, por auzencia ou abdicação da Coroa:

41 Logo que acabar o tempo de Tutela e Regencia o Rei tomará entrega do Reino e seu Governo e lhe dará contas da Administração quem tiver sido Tutor e Regente.

42 Na falta de Successão à Coroa poderá a Regencia tomar o Governo do Reino enquanto ella não convocar as Cortes para constituir novo Rei dentro de seis mezes para evitar Anarchia no Interegno.

Segunda Parte

Sistema do Governo

Titulo 1

Religião do Estado

43 A Santissima Trindade, hum so Deus Padre Filho e Espirito Santo, Omnipotente e Creador do Universo he e será sempre a Crença dos Portuguezes.

44 Esta crença será manifestada pelo exercicio da Religião Catholica Apostolica Romana unica da Nação portugueza em qualquer parte do seu imperio, a sua Lei fundamental he constituida no Amor a Deus e amor ao proximo, desta fonte nascem as Leis sabias e os bons costumes com que a Nação deve ser governada politica e civilmente.

45 He prohibido o uzo de outra qualquer Religião e castigado com as penas das Leis criminaes da Nação.

46 Aos Estrangeiros residentes nestes Reinos he tolerado somente o uso occulto da sua Religião qualquer que seja na forma das Leis da Nação.

47 Em todos os Diplomas Regios se uzará da expressão, no seu principio, Por Graça de Deus Rei de Portugal.

48 Por este reconhecimento da Religião são os Reis portugue-

1. 40 Logo que.

2-3. Governo e pedirá contas da Administração a quem || 4. Regencia constituida nos sinco Conselheiros de Estado || 5-6. para eleger novo || 6. evitar o Interegno || 11. 42 A Santissima.

14. 43 Esta crença || 17-19. sabias, santas e justas e os bons costumes com que a Nação deve ser governada. 44 He prohibido || 21. 45 Aos Estrangeiros || 23-24. Leis da Nação quando não professarem a Religião Catholica. 46 Em todos || 26. 47 Por este.

zes obrigados a manter, proteger e conservar os Ministros da Religião, os seus Templos e Cazas Religiosas instituidas com Licença Regia e confirmadas pela Santa Sé Apostolica de quem merecerão o Titulo de Reis Fidelissimos.

49 As Bullas e Breves Pontificios, as Constituições dos Bispos e os Codigos Ecclesiasticos e Concilios em materias temporaes somente serão executados nestes Reinos quando forem recebidos com Beneplacito Regio que para todas as Bullas e Breves he necessario para terem execução.

50 O Estado Ecclesiastico gozará daquellas Liberdades, izempções e Privilegios de Foro, conforme lhe forem concedidos nas Leis geraes e Codigos da Nação.

51 A sustentação dos Ministros Ecclesiasticos e do culto Divino sahirá daquelles Rendimentos e Bens que por longos usos tem sido aprovados ou de novo forem instituidos por Lei geral de Cortes.

52 No Foro Ecclesiastico serão tratadas somente as Demandas de objectos Ecclesiasticos e todos aquelles que no Codigo da Nação forem designados, observando-se a mesma ordem judiciaria estabelecida para o Foro Secular.

Titulo 2

Cortes

53 As Cortes são constituidas de hum Congresso Nacional composto das tres Ordens do Estado a saber Estado Ecclesiastico, Estado da Nobreza, Estado do Povo; ellas são convocadas pelo Rei ou Regencia do Reino quando lhe forem necessarias para lhe darem o seu voto como Representantes da Nação em materias e negocios Legislativos.

3. *Apostolica Romana de quem* || 5. 48 *As Bullas.*

5-6. *Bispos e Direito Ecclesiastico em materias temporaes serão executados nestes Reinos quando receberem o Beneplacito Regio para sua observancia conforme às Leis da Nação para todas e quaesquer Bullas he necessario o Beneplacito do Rei.*
 49 *O Estado* || 11-13. *concedidos no Codigo Legislativo ou Leis geraes da Nação.*
 50 *A sustentação* || 14-16. *longos tempos e usos da Nação tem sido aprovados ou de novo instituidos por Lei geral em Cortes.* 51 *No Foro* || 18-19. *estabelecida para os negocios Seculares e do Foro geral* || 22. 52 *As Cortes do Reino são.*

26. *Legislativos e geraes, imposições de novos Tributos ou contribuições directas, alienação de bens da Coroa e Soberania Real, falta de Sucessão à Coroa,*

54 São da Competencia das Cortes as Imposições de novos Tributos, alienação dos Bens da Coroa e Real Soberania, a Successão à Coroa, alterar a moeda, reformar as Medidas e Pezos que girão no commercio, pedir Empréstimos, empenhar ou hypotecar bens e Rendas do Estado, derogar Leis geraes e antigas da Nação, aprovar os novos Codigos Legislativos e geralmente ordenar todos aquelles Negocios publicos de geral utilidade e Saude publica da Nação para que aprouver ao Rei convocar as Cortes para exercicio do seu Regio Poder Legislativo.

55 No Estado Ecclesiastico tem voto em Cortes o Patriarcha, os Arcebispos, Bispos e os Priores Mores das 3 ordens Militares no Estado da Nobreza tem voto os Grandes do Reino, a saber os Duques, Marquezes, Condes, Viscondes, Generaes Militares e os Conselheiros do Rei no Estado do Povo tem voto as Camaras Municipaes que de tempo antigo gozarem de Assento em Cortes e todas aquellas que excederem de mil Familias residentes dentro do Concelho Municipal todos aquelles concelhos pequenos que não tiverem aquelle caracter e povoação se anexarão aos concelhos vizinhos que tiverem Assento e Cazas de Camara.

56 O tempo, Lugar, Estação e a forma das Eleições dos Deputados das Cortes, o seu numero e qualidade pessoal se ordenará por hum Regulamento.

57 Ninguem mais que o Rei pode convocar as Cortes, e he violador dos Direitos Magestáticos aquelle que as convocar sem ordem do Rei, e será castigado com as penas das Leis criminaes: contudo cada huma das 3 Camaras ou Ordens do Estado podem pedir e reprezen-

alterar a moeda publica, reformar as Medidas e Pezos que girão no commercio, pedir Empréstimos e empenhar ou hipotecar os bens do Estado, derogar as Leis geraes e antigos usos da Nação, aprovar os novos Codigos Legislativos e geralmente para ordenar todos aquelles negocios publicos de geral utilidade da Nação que aprouver ao Rei para exercicio do seu poder Legislativo. 10. 53 No Estado || 13. Viscondes, Barões, Generaes Militares e Conselheiros.

18-19. todos os mais pequenos concelhos que não tiverem aquella povoação se anexarão aos Concelhos vizinhos que tem Cazas de Camara, Cadeia e que tem Assento em Cortes || 20-23. 54 O tempo, Lugar e estação do anno para celebração de Cortes será assignado pelo Rei quando lhe aprouver convoca-las. 55 A forma das Eleições dos Deputados que cada huma das Camaras ou tres Ordens do Estado deve nomear, a sua qualidade, profissão e quantidade será regulada pelo Rei no seu Conselho de Estado. 56 Ninguem mais || 25. Rei por elle assignada elle será.

tar ao Rei a convocação das Cortes e a sua prorrogação que o Rei não deve negar-lhe.

58 Nas Cortes he proposta a Lei pelo Rei ou se offerece o seu Projecto pelos Deputados de cada huma das tres Camaras ou Ordens do Estado; a materia da Lei he disputada e quando pela pluralidade dos votos dos Deputados se declarar que está discutida proceder-se-ha a votar sobre a Lei para ser aprovada toda ou parte com emenda ou additamento. Logo que haja votos unanimes ou pluralidade de dois terços dos Deputados convocados sahirá a Lei aprovada ou reprovada em escrutínio secreto.

59 Ao Rei somente compete promulgar e Sancionar a Lei geral de Cortes firmando a sua virtude Legislativa com a Asignatura Regia de todo o seu Nome proprio, a qual Asignatura he de tempos antigos chamada Rei com Guarda.

60 O Rei como Soberano Independente pode acceder ao menor numero de votos para rejeitar ou aprovar a Lei, porem não o fará sem ouvir o seu Conselho de Estado no qual a pluralidade de votos decidirá o que deve praticar o Rei para sancionar a Lei; havendo porem uniformidade de votos em Cortes o Rei nada mais tem que conformar-se com a unanimidade absoluta de todos os Deputados Representantes das tres Ordens do Estado e neste cazo he quando a Lei tem mais força e virtude para merecer a Sanção do Rei Soberano da Nação.

Título 3

Conselho de Estado

61 Haverá hum Conselho de Estado composto dos Conselheiros seguintes a saber o Patriarcha, o Presidente do Dezembargo do

2-3. *deve negar.* 57 *Nas Cortes || 5. he disputada a materia de Lei.*

5-9. *votos de todos os Deputados convocados se declarar discutida a Lei proceder-se-ha a votar sobre a Lei para se aprovar toda ou parte ou alguma emenda e additamento havendo votos unanimes ou pluralidade sahirá || 11. 58 Ao Rei || 14. El Rei || 15. 59 O Rei || 17-23. decidirá o que o Rei deve fazer para sancionar a Lei havendo uniformidade de votos em Cortes o Rei se deve conformar com os Representantes da Nação pois he quando a Lei tem mais virtude para merecer a Sanção do Rei.*

26. 60 *Haverá hum Conselho de Estado composto de Conselheiros que o Rei convocar, porem serão Conselheiros natos o Patriarcha, os Presidentes dos Tribunaes*

Paço, o Regedor Presidente da Relação de Lisboa, os Secretarios de Estado, o Presidente do Supremo Conselho de Guerra que for General, estes Conselheiros são natos logo que tomão posse dos seus altos Empregos e Dignidades.

62 Para suplentes na falta daquelles serão chamados os Arcebispos, Bispos e os Priores Mores das 3 Ordens Militares e todos aquelles que tiverem Carta de Conselho, os quaes serão chamados pela sua antiguidade da Carta, quando forem necessarios para o Conselho.

63 No Conselho de Estado serão tratados os negocios arduos e de maior transcendencia de que o Rei necessitar de Conselho assim como a declaração de guerra offensiva ou defensiva, os Tratados de paz, alliança, commercio, cazamentos do Rei e Familia Real, as Embaxadas, a successão à Coroa por falta de Descendentes da Familia Reinante e outros negocios de igual ou maior dignidade e difficuldade que aprover ao Rei.

64 A decisão dos negocios se vencerá pela pluralidade de votos ou pela menoridade quando o Rei como Soberano quizer acceder ao menor numero de votos achando nelles mais pezo e Sabedoria.

65 O Conselho de Estado uzará do Regulamento que lhe for dado pelo Rei como Soberano e Presidente deste Supremo Tribunal e na sua falta será hum Filho seu, Principe, Infante ou a Rainha e qualquer Parente mais proximo do Rei.

66 O numero de Conselheiros de que se ha-de compor o Conselho de Estado effectivo e permanente será aquelle que aprover ao Rei, contanto que não sejam menos de sinco os quaes não vencerão ordenado algum.

e Relações de Justiça, os Secretarios de Estado e os Generaes das Armas e os Grandes do Reino que forem Duques parentes da Caza Real. 61 Para suplentes dos que faltarem serão chamados todos os que tem Carta de Conselho, os Arcebispos, Bispos e Priores Mores das 3 Ordens Militares e Ministros dos Tribunaes. 62 No Conselho || 9. arduos e mais dificeis em que o Rei necessita de || 11. guerra, os Tratados de paz, alliança, Liga, Comercio.

14-16. Reinante, a sanção das Leis e outros negocios de igual ou maior dignidade. 63 A decisão se vencerá || 17. o Rei quizer || 18-23. votos que entender mais sabios e de mais pezo. 64 O Conselho de Estado terá para seu Presidente o mesmo Rei ou hum Filho seu, Principe, Infante, a Rainha ou qualquer Parente mais proximo do Rei que não tiver incapacidade Moral. 65 O numero || 24-26. permanente e o seu Regulamento será ordenado por El Rei.

Titulo 4

Chancellor Mor do Reino

67 O Rei escolherá para o sublime Emprego de Chancellor Mor do Reino huma Pessoa de grande Literatura, amor ao Estado e bem publico e de probidade conhecida pelos Empregos que bem tiver desempenhado.

68 Esta grande Autoridade e a maior do Estado servirá para examinar e rever todos os Diplomas Regios e Consultas ou Resoluçoens dos Tribunaes os quaes nenhum vigor podem ter sem transitarem pela Chancellaria Mor do Reino com Asinatura do Chancellor Mor.

69 Achando-se pela revista que os Diplomas, Alvaras, Decretos, Provisoens, Cartas ou Regulamentos são contra a Letra e Sentença das Leis geraes de Cortes e Codigos Legislativos ou contra esta Carta Fundamental do Estado ou costumes antigos da Nação, representará o Chancellor Mor por Escripto em huma Minuta ao Rei quaes são os vicios, erros, defeitos, injustiça ou infraçoens dos Direitos Magestaticos para que em hum Tribunal sejam emendados quando forem reconhecidos com pluralidade de votos.

Titulo 5

Ministerio de Estado

70 O Rei para seu despacho e audiencias será assistido de Secretarios de Estado escolhidos de grande Literatura probidade e virtu-

3. 66 O Rei || 3. Emprego e Dignidade de Chanceler || 5-7. probidade e virtudes conhecidas pelos Empregos que tiver servido. 67 Esta grande || 12-18. 68 Achando-se pela revista na Chancellaria Mor que os Diplomas, Alvaras, Decretos, Provisoens ou Regulamentos são oppostos às Leis geraes de Cortes e Codigos Legislativos da Nação ou contra a Lei Fundamental desta Carta ou Costumes geraes e antigos o chancellor Mor representará em huma Nota ao Rei quaes são os vícios, erros, defeitos, ou injustiça ou infração da Carta de Lei Fundamental para que

18-19. Tribunal ou Conselho de Estado sejam emendados quando ahí forem conhecidos || 21. Ministerio do Estado || 22. 69 O Rei || 22-23. Secretarios Ministros de

des politicas e confiança publica reconhecidos ja pelos Empregos que tiverem servido.

71 Os Ministros Secretarios de Estado cada hum na sua Repartição para que for destinado sobrescreverão todos os Diplomas Regios assignados por El Rei, assim como devem assignar os Avizos de tudo que o Rei lhe ordenar verbalmente para intimar a qualquer Corporação, Tribunal ou Autoridade constituida, que não prejudique a terceiro nem decida negocio algum.

72 Ao expediente do Ministerio de Estado pertencem as Merces Regias e Despacho de Graças feitas pelo Rei em virtude de Consultas de Tribunaes, Representações, Propostas ou Contas de qualquer negocio enviadas ao Rei pelos Tribunaes, Presidentes de Relações, Universidade, Camaras Municipaes, Prelados, Ministros, Generaes, Chefes Militares e Armada Real ou qualquer outra Corporação sobre objectos de publica Administração e de Policia extrajudiciaria.

73 Não he da competencia do Ministerio negocio algum contencioso entre partes que deva pertencer às Autoridades judicarias e Relações de Justiça em ultima instancia.

74 Os Despachos feitos pelos Ministros de Estado quando não forem de sua competencia podem ser embargados e reclamados pelas partes offendidas em o Juizo da primeira instancia com Recurso para as Relações da segunda instancia aonde se conhecerá da injustiça, erro, vicio ou infração da Lei conforme a Legislação Nacional, executando-se o julgado sem dependencia do Ministerio de Estado.

Estado escolhidos da melhor Literatura || 1. des e confiança || 3. 70 Os Ministros || 4-9. todos os Despachos assignados pelo Rei assim como taobem devem asinar os Avizos Regios em que El Rei ordenar verbalmente qualquer deligencia ou informação para se intimar a qualquer Autoridade ou Corporação. 71 Ao expediente || 9. pertencem todas as Merces || 10-11. Rei, as Resoluções de Consultas dos Tribunaes

11-19. e Cartas de Officio enviadas pelos Tribunaes, Presidentes de Relações, Camaras Municipaes e Corporações, Ministros, Generaes e Chefes Militares e Armada Real. 72 Não he da competência do Ministerio de Estado negocio ou despacho algum contencioso entre partes que deve pertencer à Autoridade Judiciaria nas Relações de Justiça ou Ministros de primeira instancia. 73 Os Despachos dos Ministros || 21-24. partes no Juizo de primeira instancia com Recurso às Relações de Justiça para se conhecer da sua injustiça, incompetencia ou erro contra a Carta Fundamental do Estado ou Lei geral a que for julgado pela Autoridade Judiciaria se executará sem dependencia do Ministerio de Estado.

Titulo 6

Tribunaes

75 Os negocios de publica administração, Agricultura, Comercio, Literatura, policia administrativa, finanças e todos os melhoramentos de utilidade geral e publica serão tratados em Tribunaes por conselho e voto de pessoas de conhecida Literatura, virtude e confiança publica provadas pelos empregos que já tenham servido os que entrarem nestes Tribunaes gozarão da Dignidade de Conselheiros do Rei e serão inamoviveis e permanentes.

76 Nestes Tribunaes se consultarão a ElRei os negocios conforme o Regimento dado pelo Rei, não sendo da sua competencia os negocios contenciosos entre partes que controvertão a justiça da demanda ou questão que somente pertence a Autoridade judiciaria nos Juizes de primeira e segunda instancia para onde serão reclamados pelas partes e ahi se julgarão as decisoes dos Tribunaes como incompetentes.

77 O Rei se ha-de conformar com o Parecer das Consultas dos Tribunaes, podendo contudo acceder à minoridade dos votos quando lhe aprouver conhecendo ser mais sabia e justa.

Titulo 7

Relações de Justiça

78 Haverá Relações de Justiça aonde se conhecerá de todos os negocios forenses e judiciaes por Demandas entre partes em segunda e ultima instancia por via de Recurso somente de Appellação dos Juizes de primeira instancia conforme o Codigo judicial, sendo prohibidos quaesquer Tribunaes ou Juntas de Administração para conhecerem de negocios forenses, Litigiosos e judiciaes entre partes de qual-

3. 74 Os negocios de Administração publica || 10-11. 75 Nestes Tribunaes se consultarão os negocios a El Rei conforme o Regimento que for dado, não sendo || 13-17. demanda que somente pertence ao Juizo contencioso e forense das Relações e Juizes de primeira instancia para onde serão reclamados pelas partes e se julgarão nullas as Decisoes dos Tribunaes. 76 O Rei || 17-18. Consultas podendo acceder || 19. aprouver e conhecer mais sabia e da justiça || 22. 77 Haverá Relações.

quer condição, Estado ou Jerarquia sem exceptuar as demandas fiscaes, Real Fazenda e Coroa.

79 As Relações todas gozarão de igual Alçada, jurisdição e Autoridade judiciaria no seu respectivo Districto que o Rei lhe assignar ficando independentes do Ministerio e Secretarios de Estado, Tribunaes e qualquer outra Autoridade no que pertencer aos seus Acordaons, Sentenças e Julgados dos quaes nenhum Recurso haverá mais que a Revista quando forem nulos e proferidos contra Lei expressa e provas dos Autos, conforme o Codigo Civil.

80 Os Ministros destas Relações serão permanentes, inamovíveis, podendo somente sahir de humas Relações para outras ou para Tribunaes, elles sahirão da Ordem da Magistratura conforme os Regulamentos dados pelo Rei sobre a sua promoção de huns Lugares para outros.

Titulo 8

Juizes de primeira instancia

81 Todos os negocios forenses, demandas e causas judiciaes e litigiosas entre duas ou mais partes, quaesquer que sejam, que disputem entre si civil ou criminalmente, serão da competencia e conhecimento dos Juizes territoriaes e de primeira instancia conforme o Codigo Nacional.

82 Destes Juizes haverá somente Recurso de appellação para as Relações de Justiça conforme a ordem judicial estabelecida no Codigo.

1. condição, Classe ou Jerarchia || 2-9. ou Coroa, nem da Caza dos Grandes Donatarios da Coroa. 78 As Relações gozarão da mesma Alçada, Jurisdição e Autoridade judiciaria independentes das Secretarias de Estado, Tribunaes e qualquer outra Repartição no que pertencer aos seus Acordaons e Julgados dos quaes não haverá recurso algum mais que a Revista, quando forem nulos, proferidos contra Lei expressa e provas do Processo judicial cada huma das Relações he independente.

10. 79 Os Ministros || 11-13. de humas para outras, a estas Relações terão accesso somente os da Ordem da Magistratura conforme os Regulamentos dados por El Rei || 17. 80 Todos os || 20-22. conforme a Legislação e codigos da Nação. 81 Destes Juizes || 22-23. conforme as Leis e ordem judicial do Codigo.

83 Os Juizes de primeira instancia serão promovidos e escolhidos na forma do Regimento que lhe for dado, porem aquelles que forem Letrados e habilitados na Universidade com suas Cartas de Bachareis serão perpetuos na sua profissão de Magistratura sendo contudo mudados trienalmente de huns Lugares para outros conforme o Regimento.

84 As partes Litigantes podem Louvar-se em Juizes Arbitros ou Arbitradores para conhecerem de facto e de direito ou de facto somente com Recurso de appellação para as Relações conforme o Codigo judicial.

Titulo 9

Foro judicial

85 As demandas judiciaes serão tratadas nos Auditorios de Juizes competentes de primeira instancia com Recurso de appellação para as Relações do districto e os processos serão ordenados com simplicidade e clareza conforme o Codigo judicial.

86 Estes Juizes competentes são os territoriaes em cada Concelho Municipal, Villa ou Cidade e aquelles a quem por Lei forem designadas certas causas com Foro privativo prohibidos contudo os Juizes de Commissão que a ninguem se devem conceder.

87 Todas as demandas serão processadas no Auditorio do Juiz do Territorio aonde residir o Reo demandado, ninguem pode declinar deste Foro salvo se as partes quizerem Juizes Arbitros ou Arbitradores ou tiverem convencionado Juiz certo e designado porque nestes cazos devem as demandas correr no Juizo do Contrato ou dos Arbitros e Arbitradores.

1. 82 Os Juizes. || 3-4. *Universidade Nacional com suas Cartas de Bachareis, Doutores ou Licenciados serão*

4-7. *Magistratura logo que sejam despachados a primeira vez, sendo mudados trienalmente de huns Lugares para outros conforme os Regulamentos que El Rei ordenar.* 83 *As partes || 9. somente nas causas civeis com || 9. Relações de Justiça conforme || 13.* 84 *As demandas || 15. do respectivo Districto || 17.* 85 *Este Juizes || 18-19. quem são por lei designadas || 19-21. privativo não há Juizes des Commissão, nem privativos e privilegiados além da Lei em causas certas.* 86 *Todas as*

23. *Foro quando as partes não quizerem Juizes Arbitros ou Arbitradores ou não estiverem Ligados por Contractos em que convencionassem Juizes e Auditorio*

88 Alem do Foro domiciliar haverá Auditorios para Juizes de certas causas que o Codigo judicial assignar para o Foro Ecclesiastico, Foro pupilar, Foro Commercial, Foro Maritimo, Foro criminal e Foro fiscal e em todos estes Auditorios o processo será uniforme.

Titulo 10

Camaras Municipaes

89 O Territorio portuguez he civilmente distribuido em Concelhos de povoação com chefes de Familia que tem as Suas Cazas da Camara, Cadeia e Pelourinho com o governo de Juizes, Vereadores e Procurador que se chama Municipal.

90 Estes Concelhos ou Camaras Municipaes gozão de certos direitos e attribuiçoens que lhe são concedidos de tempos antiquissimos, tem voto em Cortes pelos seus Deputados, constituem seus Estatutos e Acordaons ou Posturas sobre a policia urbana e rural, possuem hum Territorio marcado dentro do qual são proprietarios de todo o terreno, aguas, Matos e Charnecas rasas e Maninhos, Baldios e Pastages que não tem dono ou que não estão coutados e reservados nos Livros da Fazenda dos proprios da Coroa e Real Fazenda.

91 O Regulamento das Eleiçoens dos Vereadores e Juizes Municipaes e dos direitos que devem gozar as Camaras lhe será dado por

certo porque huma vez que haja contracto ou compromisso das partes podem declinar o Foro territorial. || 1. 87 Alem do || 1-2. para certas causas que a Lei designar com Foro privativo a saber Foro Ecclesiastico || 3. Commercial, Foro Académico, Foro maritimo, Foro fiscal, Foro Criminal || 4. uniforme e com as mesmas formulas do Juizo territorial de primeira Instancia || 7. 88 O Territorio || 7-8. Concelhos Municipaes com suas Cazas || 9-10. Pelourinho, governados por Juizes de primeira Instancia e Vereadores Camaristas e Procurador do Concelho.

11. 89 Estas Camaras Municipaes gozão || 14. Acordaons sobre || 14-18. possuem bens territoriaes e marcados e sao proprietarios de todo o terreno, aguas, Charnecas, Baldios, Matos, Montanhas e Rios e caminhos que não tem dono particular ou que não estão coitados e reservados nos Livros dos proprios da Fazenda Real de que tenha posse a Coroa. || 20. 90 O Regulamento das suas Eleiçoens, attribuiçoens, direito e izempçoens será dado por El Rei que ha-de conservar os usos e costumes antigos destas Corporaçoens, fazendo-lhe as participaçoens de cazamentos, Nascimentos, Obitos e todos os mais de Jubilo geral da Nação enviando-lhe Cartas Regias a todas que tem Assento em Cortes pelos seus Deputados.

El Rei, conservando os Longos usos e costumes antigos destes Corpos ou Pessoas moraes, fazendo-lhe as participações de Cazamentos da Familia Real, os Nascimentos, Obitos e todos os mais do costume nos Jubilos da Nação.

92 Os Concelhos Municipaes constituem huma Pessoa moral nos Membros das suas Camaras outros tantos Collegios representativos de todos os Chefes de Familia em cada huma das suas classes o Clero, Nobreza e Povo nestas Corporações entrarão por eleição os mais Nobres e de mais probidade, confiança publica e bom patrimonio e com tal dignidade que mereção este honorifico Emprego Municipal e Representativo.

93 Não poderá ser creado novo Concelho de povoação Municipal que tenha menos de mil Familias residentes no Territorio com seus domicilios, tendo Caza de Camara, Cadeia e Pelourinho em huma columna Lapidaria com as Armas Reaes da Nação.

94 As Camaras compete nomear e propor ao Rei os Chefes do Corpo de Ordenanças que devem cuidar nos Alistamentos dos habitantes de cada Concelho conforme os Regulamentos dados por El Rei.

Titulo 11

Administração dos Bens da Coroa e Real Fazenda

95 Os Direitos Magestáticos da Real Soberania e Estado Monarquico são separados dos Bens da Coroa e Real Fazenda aquelles competem somente ao Rei com Soberano, inseparaveis da Real Pessoa e inalienaveis e essencialmente oriundos da Soberania, derivados dos tres maximos Poderes Legislativo, Administrativo e Executivo.

5. *huma Corporação ou Pessoa* || 6-8. *Membros da sua Camara representativa de toda a povoação nas tres classes dos habitantes Clero* || 9. *as pessoas mais nobres* || 10-12. *aquelle honorifico Emprego Municipal.* 92 *Não poderá ser creado novo Concelho Municipal* || 15-16. *Reaes de Portugal.* 93 *Compete às Camaras nomear* || 17-19. *Ordenanças Municipaes para fazerem os Alistamentos e censo dos habitantes conforme os seus Regulamentos que taobem devem servir para os Recrutamentos dos Corpos Militares e policia administrativa.*

22-23. 94 *Os Direitos Magestáticos da Soberania são* || 22-25. *aquelles primeiros competem ao Rei como Soberano e são inseparaveis da sua Real Pessoa, inalienaveis e derivados dos tres Maximos Poderes Legislativo, Administrativo e Executivo em*

96 Os bens da Coroa são Apanagio e Patrimonio Real do Rei como Soberano da Nação a saber os Rios navegaveis e perennes, as praias do mar, o mar adjacente ao continente e costas maritimas, as Insuas, Lesirias e Mouchoens nas margens dos Rios e seu Leito que pelas agoas e inundaçoens tiverem sido originariamente creados, os alveos dos Rios perennes que nunca tiverão proprietario, as Estradas publicas do Reino, as Ilhas no mar adjacente, as Minas de qualquer Metal ou Mineral, os bens das tres ordens Militares incorporados no Patrimonio da Coroa os Padroados Ecclesiasticos concedidos aos Reis como Soberanos e Senhores da Coroa, as Alfandegas com os seus direitos de Siza, Dizima e Portage, os Officios publicos, os Predios, direitos, Foros, Censos e outros quaesquer bens incorporados no Patrimonio da Coroa por Diplomas Regios lansados como taes nos Livros do Tombo e da Fazenda propria da Coroa por ordem do Rei, estes bens são inalienaveis e não tem prescripção alguma, huma vez que sejam reconhecidos.

97 Os bens da Real Fazenda são os Reguengos, Predios rusticos e urbanos, os Palacios, Quintas, Matas, Coutadas, Jugadas, Foros e censos, Padroados Ecclesiasticos adquiridos por titulo particular, os bens moveis da Caza Real, Rendas de Contratos do Tabaco, Saboaria e outras quaes Rendimentos fiscaes de outros contractos, Tributos, Contribuiçoens ou Finanças publicas, todo o producto que renderem os bens da Coroa, as heranças vagas, os Morgados, Capellas

que essencialmente he constituida a Soberania. // 1. 95 Os Bens // 1. Patrimonio do Rei // 4. Lesirias, sapaes e Mouchoens // 4. Rios navegaveis e seu // 6-9. proprietario, os bens das tres Ordens Militares incorporados no Patrimonio da Coroa, os Officios publicos, as Estradas publicas do Reino, as Ilhas no mar adjacente, as Minas de qualquer metal ou mineral, os Padroados Ecclesiasticos incorporados no Património da Coroa

11-17. Direitos de Dizima, Siza e Portagem, os Direitos da Pesca no mar e Rios perenes, geralmente todos os bens, Predios e direitos incorporados no Patrimonio da Coroa que se acharem descriptos nos Livros e Tombos dos proprios da Coroa consignados por Diplomas Regios estes bens são inalienaveis como Apanagio não podem prescrever-se qualquer que seja a posse huma vez que possuão ser conhecidos como bens da Coroa. 96 Os bens // 18-19. Matas, Jugadas das 4 especies de Frutos, vinho, linho, milho e trigo, os Foros ou censos // 20-23. moveis e submoventes da Caza Real, as Rendas dos Contratos Reaes e outros quaesquer Rendimentos fiscaes de Tributos, Imposiçoens ou contribuiçoens directas ou indirectas, todo o producto dos bens

e bens vinculados que vagarem finda a successão por falta de successor descendente de Legítimo matrimonio ou filhos naturaes Legitimados na falta dos Legítimos, os bens naufragados que não tem dono, os bens, Tezouros e Gado achados que não tenham dono conhecido, as penas pecuniarias dos condemnados por crime, as heranças e Legados deixados a pessoas indignas e prohibidas pela Lei, faltando herdeiros abintestado e geralmente todos os bens que não forem incorporados na Fazenda propria da Coroa para seu Patrimonio e Apanagio e especificamente designados e declarados expressamente por Diplomas Regios e lansados nos Livros dos Proprios da Coroa.

98 São igualmente bens da Real Fazenda aquelles que o Rei adquire por titulo particular, como qualquer cidadão, de compra, troca, Doação, Testamento, posse legal e outro qualquer titulo estes bens são proprios do Rei e delles pode fazer o uso e alienação que muito lhe aprouver, sem reversão em tempo algum para a Real Fazenda e são sujeitos a Legislação geral como bens particulares.

99 Os bens da Real Fazenda que forem rendimentos dos bens da Coroa e das contribuiçoens somente podem ser alienados para as despesas do Estado e Doaçõens remuneratorias por serviços feitos à Nação e ao Rei, porem as Capellas, Morgados, heranças vagas e aquelles bens que o Rei adquire como qualquer cidadão por titulo particular e Legal podem ser vendidos e doados e alienados para sempre e admittem prescripção ordinaria como qualquer outra propriedade particular conforme as Leis geraes da Nação.

100 As doaçõens dos bens da Coroa por serviços serão feitas sempre com reversão à Coroa na forma das Leis geraes, com as quaes se ha-de conformar o Rei quando fizer estas doaçõens ou vendas e

1. *vagarem por falta* || 3. *dono conhecido, os bens e Tezouros e Gados achados sem dono* || 5. *deixados em Testamento a pessoas* || 7-16. *Lei geralmente todos aquelles bens que possue a Caza Real, que não estão incorporados nos bens proprios do Apanagio e Patrimonio da Coroa, descriptos nos Livros do seu Tombo e consignados por Diplomas Regios.* 97 *São igualmente da Fazenda Real aquelles bens que o Rei adquire como Pessoa particular por algum titulo de aquisição legal a saber por compra, Doação, Troca, Testamento, prescripção e qualquer outro Titulo particular sem character Regio.*

17-25. 98 *Todos os bens da Coroa podem ser doados pelo Rei em remuneração de serviços feitos à Nação, porem com reversão da sua propriedade à Coroa por morte do Rei doador ou dos Donatarios conforme a Lei geral, as doaçõens graciosas sem titulo por serviços são revogáveis em todo e qualquer tempo, as vendas em caso de necessi-*

hipotecas ou qualquer outro empenho que sempre se entenderá feito somente em vida do Rei que dispos destes bens, carecendo da confirmação Regia quando houver nova successão à Coroa as Doações gratuitas e de pura graça sem serviços decretados e julgados por Sentença no Juizo da Coroa são revogaveis a todo o momento que o Rei quizer e sempre se entendem feitas com esta condição.

101 As Rendas fiscaes procedidas de bens da Coroa e Real Fazenda publica mandará o Rei administrar, fazendo-se a sua arrecadação ou por contratadores ou por Officiaes da Fazenda para isso creados para differentes Administraçoens que uzarão do processo judicial e da mesma ordem forense que se pratica nas causas de particulares cidadãos.

102 O Rei pode consignar para sua dotação e da Real Familia as Sizas, Jugadas, Reguengos, Censos, Quintas e Palacios na forma dos usos antigos da Nação, porem não mandará que as contribuiçoens publicas se apliquem a diverso fim e objecto daquelle para que foi aplicado por Lei geral de Cortes.

103 Nas seis Provincias do Reino e Ilhas adjacentes se fará a distribuição do Territorio por Comarcas compostas de Concelhos Municipaes, conforme o arredondamento que El Rei mandar organizar para mais facil arrecadação e administração da Fazenda fiscal e menor opressão dos Povos em qualquer Ramo da Administração publica.

dade publica serão com Reversão para Coroa logo que ella satisfaça o preço. 99 Os bens da Real Fazenda somente podem ser alienados para as despesas do Estado e Doações remuneratorias de juro e herdade para sempre, porem os bens de Morgados, Capellas e heranças vagas e aquelles que o Rei adquire por titulo particular podem ser vendidos e doados por El Rei e alienados como lhe aprouver por qualquer titulo gratuito ou oneroso para sempre ou temporariamente e admittem prescripção como quaesquer bens particulares || 7-17. 100 O Rei pode consignar para seu Patrimonio e Dotação da Caza Real as Sizas, Jugadas dos Frutos, os Reguengos, os Foros, Censos, Quintas e Palacios na forma dos usos antigos praticados pelos Reis de Portugal, porem nunca deve mandar que as contribuiçoens publicas se apliquem para diverso fim daquelle que por Lei for estabelecido. 101 As Rendas fiscaes de qualquer natureza se devem arrecadar por contratadores ou por Officiaes, Ministros, Almoxarifes e Administradores conforme os Regulamentos das Finanças publicas, no processo Fiscal se observará a mesma ordem forense que nas causas dos particulares.

18. 102 Nas seis Provincias do Reino e nas Ilhas || 21. Fazenda fiscal.

104 Nestas Comarcas haverá Administradores, Officiaes ou Contadores de Fazenda fiscal para regular os Lansamentos dos impostos conforme os Regulamentos das Finanças e fazerem a arrecadação com responsabilidade e subordinação às Secretarias de Estado, Tribunal da Fazenda e Erario Regio.

105 A distribuição dos Tributos directos sobre o rendimento real ou presumido em cada classe de cidadão qualquer que seja se ordenará por hum unico lansamento ou Collecta em cada concelho Municipal, Villa ou Cidade, concorrendo cada hum conforme o seu patrimonio, officio ou profissão para completar aquella quantia em que estiver a Comarca e Concelho encabeçados as Corporaçoes e Camaras Municipaes serão igualadas na distribuição e Collecta como qualquer outro proprietario e nunca lhe será exigida a Terça dos seus Rendimentos a qual somente será voluntaria quando as Camaras quizerem offerece-la.

Titulo 12

Sistema de Legislação

106 A jurisprudencia Nacional escrita e consuetudinaria será depositada em Codigos Legislativos com sistema e ordem de materias juridicas que alem de servir para regular os direitos do Cidadão, o meu e o teu e o patrimonio particular possão ter uso classico no ensino de direito civil, criminal, comercial e ordem forense dos Auditorios em huma e outra instancia.

107 Os codigos serão aprovados em Cortes e sancionados com a Asignatura Regia para terem virtude Legislativa, elles nunca poderão ser alterados, derogados ou em algum artigo dispensados fora

1-6. 103 Nestas Comarcas haverá officiaes da Fazenda para regular a Distribuição e Lansamento das contribuiçoens directas e arrecadação com remessa para o Erario Regio com responsabilidade ao Tribunal da Fazenda. 104 A Distribuição || 8. Lansamento em || 10-15. quantia que for distribuida a cada Comarca e concelho na forma da Lei regulamentar. 105 As Corporaçoes Seculares e Ecclesiasticas, as Cazas Religiosas e as Camaras Municipaes serão igualadas na distribuição dos impostos e contribuiçoens como qualquer outro Proprietario ou cidadão singular, as Camaras são Livres do pagamento da Terça dos seus Rendimentos que somente se arrecadará quando ellas voluntariamente as quizerem offerecer na forma do antigo costume do Reino || 21-22. classico para o ensino e estudo do direito civil e criminal Nacional || 25. para gozarem de virtude || 26. nunca serão alterados nem derogados.

das Cortes os antigos serão observados enquanto não são outros ordenados e mandados compilar por El Rei ou offerecidos por algum sabio da Nação para se aprovarem e gozarem de virtude Legislativa.

108 Os Diplomas Regios que constituem Legislação vem a ser os seguintes Cartas de Lei que principião pelo nome proprio do Rei e por elle assignadas, nestas Cartas são sancionadas cousas novas e geraes para todo o Reino ou derogadas as antigas Leis, ellas são feitas em Cortes ou no Concelho do Estado, tem differença das Cartas Patentes do Rei que servem para Titulos e Diplomas de Merces, Emprazamentos ou Contractos em que se fas necessario a Regia Asignatura «El Rei» somente.

109 Os Alvaras principião pelo nome appellativo do Rei «Eu Rei» e são assignados com o mesmo nome appellativo «Rei», nestes Alvaras são decididas e ordenadas cousas particulares ampliando alguma Legislação para casos semelhantes, interpretando outra Lei authenticamente ou decidindo negocio por parecer e consulta de Tribunaes e finalmente para Regimentos ou Regulamentos que sirvão de fazer executar as Leis geraes estes Alvaras não são perpetuos e pode variar a sua Legislação conforme a vontade do Rei enquanto não mandar o contrario passado hum anno.

110 Decretos são Determinações e ordens do Soberano em cousas singulares, Despachos e Merces ou Graças do Rei para certas corporações ou Pessoas por via do Ministerio e Secretarias de Estado, elles são asinados com hum Rubrica ou Firma Regia sem principiar pelo nome do Rei e não tem formulario certo, fazem somente direito nos casos especiaes sem offender terceiro que não foi ouvido são perpetuos enquanto não aparece falsa causa e obrepção e subrepção.

1-3. *enquanto não apparecerem outros novos que o Rei mandar compilar ou acceitar já compilados por Sabios da Nação.*

4-12. *108 Haverá hum Legislação constituída nos Diplomas seguintes a saber Cartas de Lei que principião pelo nome proprio do Rei que deve assigna-las nestas cartas são sancionadas cousas novas e geraes para todo o Reino ou são derogadas as Leis antigas ellas são ordenadas em Cortes ou no Conselho de Estado. 109 Cartas Patentes asinadas pelo Rei para Titulos de Merces e Graças particulares, Doações ou Afóramentos expedidas pelos Tribunaes competentes devem transitar pela Chancellaria Mor do Reino. 110 Os Alvaras || 14-20. ordenadas cousas singulares ou particulares ampliando ou interpretando a Lei ou resolvendo alguma consulta por Parecer de Tribunaes ou para Regimentos e Regulamentos para executar as Leis geraes.*

21-27. *111 Decretos são Determinações do Soberano ou Despachos de Merces*

111 Cartas Regias principião pelo nome appellativo do Rei e são enviadas a certas Corporações, Camaras Municipaes, Universidade, Academia e Autoridades de mor graduação ou Pessoas de alta Nobreza e Gerarquia para participar certos acontecimentos ou negocios publicos ou recomendar certas diligencias e serviços, são asinadas por El Rei e não se estende a sua vontade alem do seu conteúdo, podendo alterar e mudar da sua Regia vontade quando for do seu Real Agrado.

112 Avizos são Ordens verbaes do Rei comunicadas pelos Secretarios de Estado e por elles somente assignados com o seu nome proprio e cognomes, não passam pela Chancellaria Mor do Reino porque não contem Despacho, Merce nem graças, elles não constituem direito e somente servem para manifestar a Ordem Verbal do Rei a que se deve obedecer para certas Deligencias, informações ou participações às Autoridades constituídas estes Avizos tem vigor enquanto existe no Ministerio o Secretario que os passou e por elles não se fará obra alguma que derogue Lei ou Decreto e Alvará ou Sentença de Autoridade judicearia nem que aroge Officio de Juiz.

113 Provisões começam em nome do Rei e são assignadas pelos Ministros dos Tribunaes que mandão em nome do Rei, ellas contem Resoluções de Consultas ou negocios do expediente do Tribunal conforme o seu Regimento constituem direito somente nos cazos especiaes para que forão expedidos, podendo ser reclamados havendo terceiro prejudicado e que se opponha com incompetencia.

e Graças para certas Pessoas ou Corporações, elles são assignados com a Rubrica ou Firma de que usa o Rei sem principiar pelo seu Nome e não tem formulário certo.

1-9. 112 Cartas Regias principião pelo Nome appellativo do Rei «Eu El Rei» e são enviadas a Pessoas de Alta Jerarchia, Camaras Municipaes Presidentes de Tribunaes e Generaes das Armas ou do Exercito em que lhe participa certos acontecimentos ou negócios publicos ou lhe recomenda certos serviços e Deligencias, ellas são assignadas pelo Rei. 113 Avizos são

10-19. assignados e não passam pela Chancellaria porque não conthem Merce Despacho nem constituem direito e somente servem para manifestar a ordem verbal do Rei para certas diligencias informação ou suspensão interina de outra ordem verbal ou execução de alguma Resolução Regia, estes Avizos tem somente vigor enquanto o Secretario de Estado que os passou exista no Ministerio. 114 Provisões começam pelo Nome proprio do Rei e são || 21-22. Expediente dos Tribunaes conforme || 15-17. constituem somente direito nos cazos especiaes e podem ser embargadas havendo terceiro prejudicado.

114 Alem destes Diplomas Regios não se executa Ordem do Rei que nunca quer mandar por outro modo que possa constituir Lei, preceito ou Direito, todos devem passar pela Chancellaria Mor excepto os Avizos, nenhuma Autoridade nem execução receberão enquanto não forem assignados pelo Chanceller Mor, solemnidade que não pode dispensar-se.

Titulo 13

Força Militar

115 A Dignidade Real e segurança do Estado he sustentada e defendida por huma Força armada, disciplinada e regulada por ordem do Soberano da Nação, da qual depende a saude publica.

116 Haverá huma Força Militar que constará de dois Corpos hum mantido a custa das Rendas do Estado, o outro será sustentado a sua custa, porem armado e com soldo no tempo de guerra e reunião fora dos seus Districtos marcados na Lei.

117 O Corpo Militar da primeira Linha pago a custa do Estado serve no mar e terra e se compoem de todas as Armas bellicas recrutado em todas as Classes Seculares conforme as Leis Regulamentares.

118 O Corpo Militar de segunda Linha são as Milicias que serão recrutadas da Classe dos Proprietarios e officios fabris que não entrão na primeira Linha conforme os Regulamentos que forem instituidos para estes Corpos armados.

119 Os Corpos de primeira Linha da terra serão alojados em Quarteis da Corte e provincias ou Praças de Armas, estando metade da sua força Licenciada em tempo de paz conforme os Regulamentos Militares.

1-8. *Regios não ha Lei nem Preceito ou vontade do Soberano para se executar e ser obedecido porque nunca se presume queira mandar por outro modo todos os Diplomas devem passar pela Chancellaria Mor do Reino excepto os Avizos e Cartas Regias em que não ha Merces nem Legislação. Titulo 13 Força Militar || 13. Estado, outro sustentado || 14. guerra ou reunião || 17-18. e compoem de todas as Armas recrutado em todas as Classes conforme.*

19-22. *que devem ser recrutadas na Classe dos Proprietários e officios fabris conforme os Regulamentos que El Rei mandar ordenar. || 6 Quarteis fixos da Corte || 25-26. os Regulamentos.*

120 Os Corpos de Milicias serão distribuidos em Regimentos pelas Provincias, cada hum em sua Comarca de donde não sahirão em tempo de paz e no tempo de guerra não sahirão das suas Provincias, as suas reunioens se farão nas quatro Estaçoens do anno na Cabeça da Comarca conforme o seu Regulamento.

121 Os Recrutamentos dos Soldados para estes corpos de primeira e segunda Linha serão feitos pelos Chefes das Ordenanças conforme as Leis do Recrutamento formando-se Listas e Livros do Censo da Povoação em cada hum dos Concelhos Municipaes.

Terceira Parte

Direitos do Cidadão

Titulo 1.º

Direitos activos

122 Todo o portuguez goza de iguaes direitos de Cidadão conforme a Classe e estado em que estiver collocado na Sociedade Civil em virtude da qual adquirio aquelles direitos e os deve conservar conforme esta Carta.

123 Todos são igualmente admittidos aos Empregos e officios publicos pela aptidão, capacidade e serviços com que for habilitado cada hum dos Cidadaons sendo naturaes do Reino preferindo os Cazados aos Solteiros estes devem ter vinte sinco annos completos.

124 A cada hum he Livre o uso da Religião Catholica Apostolica Romana na forma das Leis Ecclesiasticas.

125 Todos tem a liberdade de publicar os seus Escritos e doutrinas que não offendão a Religião, o Estado e os bons costumes.

1. 120 Os Corpos de Milicias se hão-de compor somente de tantos corpos Regimentares quantas forem as Cabeças das Comarcas nas Provincias os seus Alojamentos são fixos, cada hum nos seus Domicilios de donde somente sahirão em tempo de guerra, dentro da sua Provincia as suas reunioens no tempo de paz se farão dentro do Territorio da Comarca e nas Estaçoens do anno que o Regulamento ordenar. 121 O Recrutamento dos Soldados para o Exercito e Armada serão feitos pelos Chefes das Ordenanças Municipaes conforme o seu Regulamento, formando-se Listas e Livros do Censo da Povoação.

15-18. Sociedade Civil. 123 Todos || 19-21. com que se habilitarem sendo ||

126 Cada hum pode uzar de sua propriedade como quizer contanto que não desobedeça a Lei nem offenda outro concidadão.

127 As Pessoas, Fazenda, Patrimonio, direitos e propriedade de cada hum são Livres e somente sujeitos as Leis geraes de Cortes e codigos Legislativos e a esta Carta Fundamental do Estado.

128 Os Filhos são admittidos aos officios publicos que seus Pais servirão sem erro ou crime, quando elles forem aptos, capazes e de Legitimo matrimonio.

129 A Nobreza e Titulos de grandeza honorificos e de distincção se adquirem por serviços feitos a Nação sendo mais nobre e mais honrado aquelle cidadão que melhores virtudes civis tiver, porem os graos de Grandeza e Nobreza serão classificados por Lei conforme as Gerarquias e Classes.

130 Os Serviços feitos a Nação e ao Rei pelas Armas, Letras, Agricultura, commercio e Navegação serão premiados, pagos e satisfeitos conforme o Regulamento das Mercês ordenado pelo Rei.

131 Todos devem gozar da sua Liberdade pessoal, enquanto não for perdida por crime ou delicto que por Lei mereça prisão, captivo ou Degredo.

132 A Caza e habitação da Familia he coutada, a sua entrada violenta he vedada com as penas das Leis criminaes.

133 Aquelle que sofrer perda e damno na sua Fazenda, liberdade e Honra ou credito por causa publica, deve ser idemnizado pelas Rendas do Publico ou do Estado.

14 annos de idade. || 1-2. propriedade e direitos como quizer, contanto que não desobedeça ao Rei, as Autoridades constituidas e a Lei, nem offenda a outrem.

3-5. direitos e qualquer propriedade de cada hum são livres dentro dos limites das Leis fundamentaes do Estado e codigo geral da Nação. || 7-8. servirão com Carta de Merce vitalicia quando forem aptos e de Legitimo matrimonio || 10. Titulos honorificos || 11-13. aquelle Portugues que melhores virtudes civis tiver os graos da Nobreza serão classificados na Lei conforme a Jerarquia, Profissão e Estado Civil em que cada hum for collocado. || 14. Nação pelas Armas || 15-16. premiados conforme o Regulamento das Mercês do Rei. || 17-19 sua plena Liberdade pessoal enquanto não for perdida, excedendo os limites da Lei por crime ou delicto que mereça prisão, Degredo ou expatiação.

20-21. 132 Cada hum ha-de ser demandado no Juizo ou Foro do seu Territorio e Domicilio do qual ninguem pode declinar salvo quando por contracto ou Lei geral for constituido outro Foro ou Juizo para demandar ou ser demandado. || 24. Rendas do

134 O Credor da Fazenda Real deve ser pago pela mesma Real Fazenda que poderá ser demandada no Juizo competente sem licença Regia como qualquer outro devedor particular.

135 Cada hum poderá reclamar o prejuizo, perda e damno causado por Alvara, Decreto ou qualquer Diploma do Rei, embargando na Chancellaria Mor ou no Juizo do Territorio aonde se fizer ou requerer a execução, observando-se o processo judicial ordenado na Lei.

136 Todos tem direito de representar, pedir e requerer ao Rei verbalmente ou por Escrito pelas Secretarias de Estado ou Tribunaes competentes.

137 Ninguem pode ser condemnado sem ser ouvido e processado judicialmente perante as Autoridades judiciais, o que for julgado por Autoridade judiciaria não pode ser revogado por ordem do Ministerio de Estado.

138 A Pena de morte e Degredo perpetuo ou Confisco de bens somente pode ser estabelecido por Leis de Cortes.

139 A pena de Confisco dos bens do Condemnado não se estende aos filhos innocentes do Reo, elles não perderão o direito de successão à herança de seus Pais e Ascendentes, assim como reciprocamente estes succederão a seus filhos e descendentes.

140 Cada hum ha-de ser demandado no Juizo ou Foro do seu Territorio do qual ninguem pode declinar salvo quando por contracto ou compromisso ou Lei geral outra cousa for constituido.

141 Adquire-se o direito de Cidadão pelo nascimento ou Domicilio em o Territorio e imperio portuguez tendo residencia e carta

Estado ou do Publico. || 1-2. pago a custa da mesma Fazenda || 3. Regia nem dos Tribunaes. || 5. Diploma Regio || 6-7. Juizo da Execução, observando-se o processo judicial ordenado nas Leis quando haja Ob e Subrepção. || 8-10. representar, requerer e allegar os seus Direitos ao Rei verbalmente ou por Escrito em Audiencia Regia ou pelo Ministerio de Estado e Tribunaes competentes para se cumprir e executar a Lei Fundamental do Estado e codigos da Nação.

11-23. processado conforme as Leis. 138 O que for julgado e decidido pela Autoridade judiciaria nos Juizos de primeira Instancia e Relações de Justiça não pode ser revogado por Ordem Regia nem dos Tribunaes, salvo a Revista que o Rei ou os seus Tribunaes concederem na forma das Leis. 139 A pena de morte e Degredo perpetuo ou Confisco total dos bens somente pode ser sancionada por Lei geral de Cortes e Codigo criminal da Nação. 140 A pena de Confisco não se estende aos filhos innocentes do Reo condemnado e sentenciado à morte, elles não perderão a successão à herança de seus Pais e Ascendentes. || 25. Territorio portuguez.

de naturalização o que for estrangeiro com os requisitos ordenados na Lei da Nação.

142 Perde-se o direito de Cidadão pela emigração fora do Reino sem Licença do Rei ou acceitando emprego e fazendo domicilio em Reino estrangeiro, igualmente se perde pelo Degredo perpetuo para fora do Reino de Portugal.

143 Suspende-se o direito de Cidadão pela Sentença judicial em Juizo Criminal por aquelle tempo e modo que for julgado em processo judicial conforme a Lei.

144 Ninguém deve sofrer a perda dos direitos de Cidadão para sempre ou temporariamente sem preceder Sentença por Autoridade judiciaria.

Titulo 2

Direitos passivos

145 Todo o Portugues deve obediência às Leis fundamentaes do Estado e a todo o preceito do Rei e Leis sancionadas conforme esta Carta, por esta obediencia se conseguem os bens e direitos da Sociedade Civil.

146 Cada hum tem obrigação de contribuir para as despesas e sustentação do Estado com o seu patrimonio, serviço e trabalho pessoal quando pelo Rei lhe for ordenado.

147 Todos devem observar a Religião da Nação e satisfazer ao culto Divino na forma das Leis da Igreja as Sociedades Secretas são prohibidas e sempre se presumem contrarias à Religião, bons costumes e Direitos do Rei.

148 A fidelidade e respeito ao Rei deve ser religiosamente observado assim como taobem as Autoridades constituídas por El Rei.

1-2. *requisitos da Lei e codigo Nacional.*

4. *licença Regia ou acceitando Emprego e officio publico com Domicilio //*
6. *Portugal e taobem por Sentença judicial. //* 9-12. *Processo judicial. 144 A Caza e Habitação da Familia he Coutada, vedada a sua entrada violenta com as penas das Leis criminaes. //* 16-18. *sancionadas, esta he a maior obrigação do subdito para conseguir os bens da Sociedade Civil. //* 19-20. *para as despesas do Estado //* 21. *quando pela Lei lhe for ordenado e conforme as forças de cada hum.*

22-25. *observar e professar a Religião da Nação e satisfazer o culto Divino e Religião na forma das Leis Ecclesiasticas. //* 26-27. *religiosamente guardado como.*

149 Os Empregados publicos são responsaveis ao Rei pelos erros, omissões e infrações cometidas nos seus officios.

150 Todo o Empregado e Official publico he obrigado a prestar juramento antes de começar a servir para guardar a Carta Fundamental do Estado e cumprir as funções do seu officio na forma das Leis, ficando sujeito a pena de perjurio.

151 Ninguém pode escuzar-se do Serviço publico na paz e na guerra e em qualquer Emprego e officio de que foi incumbido enquanto não tiver 70 annos de idade, ou causa fisica e moral.

152 O Portuguez ou Estrangeiro naturalizado que violar os Direitos Magestáticos constituidos nesta Carta Fundamental será punido como Reo de Lesa Magestade.

153 As Camaras Municipaes que tem voto em Cortes pelos seus Deputados prestarão juramento de observar a Carta Fundamental do Estado e as Leis da Nação, prometendo fidelidade e obediencia ao Rei quando este for Aclamado Solemnemente na forma dos antigos costumes do Reino este juramento prestado pelas Camaras se entenderá ser prestado por todas as Classes da Nação, representada pelas Camaras Muinicipaes. Unusquisque suo sensu abundat Fim.

Fontes¹ de donde esta Carta foi extrahida

Os antigos costumes ou Foros e Façanhas Nacionaes extrahidos da Historia e Documentos.

Cortes de Lamego nas palavras «faciamus Leges» Brandão P.^a 3.^a

1-9. *ao Rei na forma das Leis ninguem entrará no exercicio do seu Emprego sem prestar juramento de cumprir e guardar a Lei.* 150 *Ninguem pode excusar-se de servir na paz e na guerra em qualquer Officio publico ou Servço de utilidade e necessidade geral da Nação enquanto não tiver 70 annos ou causa || 10.* 151 *O Portuguez ou Estrangeiro naturalizado por Carta Regia que*

12-23. *Magestade e de Rebelião com as penas das Leis criminaes da Nação.* 152 *As Camaras Municipaes como Representantes dos Povos do seu Concelho que tiverem Assento em Cortes são obrigadas a prestar juramento de guardar a Carta Fundamental do Estado e Fidelidade ao Rei quando este for Aclamado e tomar o Governo destes Reinos.* Nota *As fontes de donde foi extrahida esta Carta Fundamental são as seguintes Cortes de Lamego em Brandão, Part. 3.^a, Liv. 10, Cap. 13.*

¹ Tem ordenação diferente no Codice n.º 2, A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.º 4, N.º 26.

Cortes do Reinado de D. João 1.º
 Cortes de D. João 3.º e Fellipe 2.º
 Cortes de D. Affonso 6.º
 Cortes celebradas em varios Reinados 120 tantas vezes
 Discursos Criticos de D. João Francisco de Castro, Tom. 3.º
 Hespanha illustrada, Tom. 3.º
 Duarte Nunes de Leão, Chronica de D. Henrique e D. Fernando
 Manoel Faria e Souza, Europa Portuguesa, Tom. 1.º
 Francisco Velasco de Gouveia, Justa Aclamação
 Andre de Rezende, Antiguidades, Liv. 4.º
 Jeronimo Martelo, Forma das Cortes
 João Pinto Ribeiro, Injusta Sucessão dos Reis de Leão
 Fr. Bernardo de Brito, Monarquia Lusitana, P.^e 2.^a e 5.^a
 Savedra, Chronica Gotica
 Hieronimo Blancas, Comentarios
 Foro de Sobrarve
 Pascoal Joze de Mello, Instituições de direito publico
 Montesquieu, Espirito das Leis
 Martini, Direito publico, Foraes Municipaes de Portugal
 Os Codigos Legislativos da Nação Affonsino, Manoelino e Fel-
 lipino.
 Os Cartorios das Camaras, Diplomas da Creação dos Tribunaes
 e Conselho de Estado e os Cartorios de Corporações Ecclesiasticas
 e do Juizo da Coroa.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.º 4, N.º 59.)

1. *Reinado do Snr. D.* || 2. *Cortes do Reinado do Snr D. João 3.º Cortes do Reinado de Felipe 2.º em Thomar* || 3. *Cortes do Reinado do Snr. D.*

4. *em diferentes Reinados* || 19. *Municipaes e de Povoação* || 20-21. *Os tres Codigos Nacionaes* || 22. *Camaras Municipaes* || 23-24. *Corporaçoens Religiosas. Processos judiciaes de tempo antigo no Juizo da Coroa Decisoens e Resoluçoens de Consulta de Tribunaes Alvaras e Leis antigas desde o principio da Monarquia A Constituição Francesa e Ingleza Unusquisque suo sensu abundat. O Dezembargador Alberto Carlos de Menezes Em 9 de Julho de 1823.*

[*Projecto de António José de Brito d' Abreu de Lima*]

[DOC. XIV]

Senhor

Permita Vossa Magestade à immitação de seus Augustos Predecessores (e principalmente dos Senhores Reis D. Diniz e D. João o 2.º, que folgavão de ouvir a qualquer dos seus Vassallos) permita V. Magestade que eu leve à Real Concideração de V. Magestade o que nasce de hum fiel e verdadeiro zelo pela memmoria dos Immortaes Ascendentes de V. Magestade e da Nação a que pertenço.

Proclamou V. Magestade que dará brevemente as bases de hum Codigo que una as vontades e fassa a prosperidade da Nação inteira, mas sendo esta a Real intenção de V. Magestade e tam propria do benefico Coração de V. Magestade, deficilmente se poderá combinar a Dignidade do Thronno com a doutrina que os malvados tem pregado e feito pregar dos pulpitos abaixo, há perto de trez annos.

He bem verdade que a Nação toda (ou quazi toda) se desenvolveu decididamente pelos Sagrados Direitos de V. Magestade, por consequencia pelos antigos costumes do Reino e parece que fazendo-se reviver estes costumes, toda a Nação ficará satisfeita (isto he) convocando V. Magestade Cortes pelo mesmo formulario e do mesmo modo que as convocou o Senhor Rei D. Pedro 2.º no anno de 1697 que forão as ultimas que houveram.

Humas bases novas, Senhor, quaesquer que ellas sejam, he menos gloriozo para V. Magestade e para a Nação do que hum adiccionamento às Cortes de Lamego com o qual pode V. Magestade fazer a felicidade de seus Vassallos, sem parecer que elles viveram athé agora sem Constituição e sem Leis. Portugal com os seus Antigos Soberanos e com as suas Antigas Cortes figurou em todo o mundo com a mais digna e heroica representação. Conservem-se pois estes antigos costumes. Convoque V. Magestade as Cortes e nellas fassa V. Magestade as modificaçoens que julgar mais acertadas e convenientes.

Para melhor me explicar, permita tambem V. Magestade que eu ponha na Real Presença de V. Magestade o Projecto aqui junto o qual, com a emenda que parecer a V. Magestade, fará certamente a união de todos os seus Vassallos, unico fim porque me dirijo imme-

diatamente a V. Magestade, do que pesso perdão se a minha fidelidade e zelo não for do Real Agrado de V. Magesta Deus guarde a precioza e necessaria Vida de V. Magestade por dilatados annos. Porto

Projecto

O Grande e Muito Poderozo Monarca, o Senhor D. João, 6.º Rei do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, tendo visto que a falta de Convocação de Cortes, com as quaes se governou a Monnarquia Portugueza desde a sua Origem, motivou a desgraça e risco a que ella chegou, estando junto em Cortes com os Representantes da Nação, foi nellas deliberado que para melhorar a Constituição da mesma Monnarquia e livra-la para o futuro de outro semelhante Risco se adicionase às Cortes de Lamego, como Leis fundamentaes, os seguintes Artigos.

Artigo 1.º Haverá Cortes de trez em trez annos que serão abertas no decimo dia depois de Pascoa e alem destas as extraordinarias que o Rei quizer convocar e nellas serão tratados todos os Negocios que nas mesmas se apresentarem ou por Suplica ou por Representação.

Art. 2.º Os Poderes que formão a Organização Politica da Monnarquia serão totalmente Separados. O Poder de legislar compete ao Rei, ouvindo as Cortes. O Poder Executivo e Graciozo compete exclusivamente ao Rei. O Poder Judicial compete excluzivamente aos Magistrados.

Art. 3.º Toda a despeza do Thezouro Publico será feita por Orsamentos discutidos em Cortes.

Art. 4.º Todos os Tratados que o Rei fizer com as Potencias Estrangeiras (sejão de que natureza forem) antes da sua ractificação serão discutidos em Cortes.

Art. 5.º Todos os Funcionarios publicos, com jurisdição ou sem ella, serão responsaveis pelo desempenho dos seus empregos e pelo abuzo que fizerem da sua Autoridade.

Art. 6.º A imprensa fica Livre, excepto no que offender a Religião Catholica Romana e no que provocar Sedição ou Rebelião contra a Monnarquia.

5. *Projecto*, sublinhado.

E foi outrosim deliberado que sobre os objectos destes Seis Artigos se fizesem as Leis Regulamentares que fossem precisas para o bem geral da Nação e particular de cada hum.

Pallacio das Cortes... etc.

N. B. Das Leis Regulamentares depende o prevenir-se tudo o que for preciso e conveniente.

Porto 16 de Junho de 1823 beija a Augusta Mão de V. Magestade
O mais fiel Vassallo Antonio Joze de Britto d'Abreu de Lima.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 65)

Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde de Palmella

Memoria em forma de Representação

Sendo por antigo costume permitido a qualquer vassallo destes Reinos levar aos pez do Throno as suas Representações, a V. Ex.^a se dirige Antonio Bandeira Monteiro Subágoa, de Rezende, Comarca de Lamego, que não tendo hum só vez pegado em penna para fazer memorias, nem escrever felicitações às Cortes, saindo agora de hum estado de continuos temores por ter que perder o escarmentado dos trabalhos de seus vizinhos e de seus proprios padecimentos, animado de hum zello sem suspeita a bem da Patria que apennas ressurge e instigado por alguns homens honrados e fieis, Representa com todo o acatamento devido a S. Magestade e muito attento reclama de V. Ex.^a, a bem do Real Serviço, a merce de apresentar ante o Throno o seguinte.

Que tendo recolhido os sentimentos de boa porção de individuos destas Provincias do Norte, ate para o suplicante deliberar para onde se devia evadir, como ja lhe foi necessario, tem calculado por aproximação desde o infando dia 24 de Agosto de 1820 que apennas entre seiscentos homens fieis e honrados se poderá contar hum, ou ainda menos, que esteja inficionado da tristissima nodoa dos Demagogos mações, mas que a maior parte dos homens fieis e honrados se achão ainda cheios e possuidos de temores e sustos, porque os sectarios do erro não deixão escapar hum só palavra ou signal de arrependimento, não sendo isto mesmo de esperar, visto o que se tem podido modernamente colher de seu degenerado espirito e sempre constante para o mal e dos exemplos que temos dos conspiradores de França e da Italia e cujo poder moral não he para desprezar como ja em 1770 tinha representado em França Mr Segnier ao Parlamento de Pariz.

Que este Paiz parece estar em sitio porque tem pelos lados alguns Deputados que forão de Cortes e que forão mandados para suas cazas onde são visitados por alguns individuos suspeitosos.

Que sabe pelo ver que em algumas cidades destas Provincias existem loges de livreiro atulhadas de copiosas Collecções das impiedades e absurdas doutrinas de Voltaire, Rousseau, Diderot, Mirabeau, Helvecio, Wolaston, Robertson, Baile, Mabli, Boulanger e outras com

nomes supostos, segundo o costume de Voltaire, e que diariamente se vendem à mocidade desacautellada e sem principios bem formados.

Que he voz constante que em Lamego ao signal de hum foguete lançado no sitio do Castello se vão juntar os socios da depravada seita maçonica em loge que se ignora!

Que he constante que os suspeitos de Demagogos fálão ainda em constituição, posto que reformada, acrescentando-se-lhe o veto, segundo dizem, e as duas Camaras por vontade de S. Magestade à maneira de Inglaterra e que os dois Poderes Legislativo e Executivo fiquem desunidos!!! E ainda que não seja dado ao suplicante meter-se em assuntos de tanta gravidade e que a faze-lo devia dirigir-se por outras vias, parece que huma força interior obriga o suplicante a dirigir-se a V. Ex.^a que neste Reino Unido, depois de nosso Pay comum e Sere-nissimo Infante, he huma de nossas grandes Esperanças.

§ 1.º Submissamente falando parece que a Representação Nacional não tem lugar neste Reino Unido, porque custando em Inglaterra seculos de dezordens e de sangue, atentando-se ate contra os seus Soberanos de varios modos se viria neste Reino Unido a dar ansa e audacia às venenozas viboras escondidas agora entre as ervas, mas que logo levantarião o collo, escudadas com a plantação de huma Representação Nacional e cujas viboras, os execrandos Democratas, são hum vilissimo punhado de insectos em comparação de huma grande maça, sempre fiel e que sempre, para assim dizer, idolatrou os seus Soberanos e que ainda não enxugou as lagrimas pelo ferrete de 24 de Agosto e desde então paralizada porque lhe não era dado o poder de cogitar ou advinhar que a Força armada cederia incauta aos tramas dos malvados. E que he Representação Nacional? He hum ajuntamento de individuos, que não podendo ser izentos de paixões inherentes à natureza humana, degenerão sempre do seu verdadeiro instituto em huma seria de dissensões oklocraticas, filhas de hum mau principio. A Historia Grega e Latina está sobejamente cheia de exemplos! Porque sendo os talentos do homem em huns, por exemplo de does e em outros como de cinco, segundo o Evangelho e como as opiniões são mui diversas e por cauza da humana soberba quasi sempre companheira da ambição nem sempre cedem à razão e como não he natural ao homem querer ser vencido por não ficar inferior

7. *veto*, sublinhado.

ao seu semelhante em luta da arazão nasce a vingança e huma concatenação de males intermináveis.

§ 2.º Nestes Reinos a Real Coroa não he ellectiva nem o Governo dos mesmos, nem da competencia dos vassallos instalar o Governo a seu arbitrio nem fazer Leis, porque os Direitos de nossos Soberanos são originarios de Doações e de Conquistas. De Doções pela de D. Affonso Sexto de Castella, dando com sua Filha Legitima D. Tareja ao Conde Henrique tudo o que estava conquistado e por conquistar em Portugal e pela Doação de D. Affonso Sabio de Castella e Leão feita ao Snr. D. Affonso Terceiro ao qual D. Affonso Sabio deu sua Filha, Snr.^a D. Brites e o Reino do Algarve para Elle e seus Sucessores.

E por conquista sabemos que o Conde Henrique alcançou deza-sete Victorias; que o Snr. D. Affonso Henriques venceu quarenta Batalhas campais, fora as de seus Sucessores, cujos Direitos assim adquiridos por legitimas Doações e Conquistas são incontestaveis e inalienaveis por Direito Natural e das Gentes e por isso recebidos em todas as Nações cultas, como entre gravissimos Authores consta da Dedução Chronologica, Parte Primeira, Divisão 12.

§ 3.º A estes Titullos originarios ainda se pode acrescentar outro muito verdadeiro que he o da Occupação natural, porque este Reino estava vago e assim mesmo a propriedade particular, havendo apennas alguns proprietarios e pouco mais, sendo os principais proprietarios do Minho os Monges Benedictinos, ditos Monges Negros, que só milagrosamente podião ser conservados entre os Mouros, assim como os de Lorvão, ainda que estes erão proprietarios por titullo de compra feita aos Mouros. Logo quasi toda a propriedade era nulius, sendo certo que por Direito universalmente recebido a propriedade nulius cede ao primeiro occupante. E he tão certo estar vaga quasi toda a propriedade que os Mouros, Senhores intrusos, apenas tinham deixado alguns tractos de terra aos Christãos, não como colonos mas como a rigorosos escravos, sem lhes conferirem o direito de propriedade, sujeitando-os a retribuir quasi toda a produção que a terra dava ou podia dar. Como entre outros diz Duarte Nunes de Leão Chr. Pag. 21. E como não se podião averiguar os antigos proprietarios era impraticavel o Direito Post Liminio como diz Almeida Lobo no seu Discurso

26. *nulius*, sublinhado // 27. *nulius*, sublinhado // 30. *não só como*, estando só cortado // 33. 21, sublinhado.

sobre Direito Dominial. E he tanto verdade não se saber quem erão os antigos proprietarios que o Conde Henrique, na conquista de Lamego, dividio as terras immediatas à Cidade entre os que o ajudarão a conquistar a mesma, assim como, muito depois, o Snr. D. Affonso Henriques dividio entre os soldados o campo de Vallada, rezervando huma parte para os pobres Melo Freire *Historiae Juris Civilis*.

§ 4.º Todavia os Senhores Reis destes Reinos não se apropriarão o Dominio universal de todas as conquistas, isto he a propriedade universal, mas escolherão as terras Jugadeiras, Realengas ou Reguengueiras que ninguém lhes pode disputar, e so o querião temerariamente fazer nas Cortes, mas não admira, attentos os execrandos prejuizos de alguns Deputados que querião ser sabios sem principios alguns e outros trocando as ideias do justo e honesto pelos absurdos de Rousseau e Mabli. Que os Sr.es Reis destes Reinos escolherão as Terras Jugadeiras e Reguengueiras consta da Ord. L. 2.º T. 39 Pr.co L. 2.º T. 16 assim como consta deste modo qual era sua grande moderação, equidade e justiça. Se porem não apropriarão o Dominio universal, como bem podião pelas razões expendidas, quem lhes pode negar o Pleno Governo? Quem lhes poderia negar o Direito de distribuição das terras? E quem poderá agora negar ao Sumo Imperante o Poder absoluto vel quasi de Governar os seus vassallos por Leis feitas com os seus Conselheiros, escolhidos pela mesma Magestade para o bem universal da Sociedade, que lhe he subjeita pelos Direitos incontestaveis de Doação, Conquista e Occupação natural? Isto parece tão claro como a luz do dia e tem sido muitas vezes demonstrado ainda que mais diffuzamente, mas cumpre expender de novo estas razões para confusão de insensatos assoalhadores de pactos sociais, inventos abominaveis e dignos filhos do genio do erro e da mentira.

§ 5.º Não precisavão pois os Senhores Reis destes Reinos fazer pactos ou convenções com o seu Povo para o Governar, porque o tinham de Direito e por isso não consta que o fizessem, pois que não apparece monumento algum em toda a nossa Historia que indique que a Soberania Real vem do Povo. Nem a Representação Nacional das Cortes de Lamego conferio, nem podia conferir, ao Snr. D. Affonso o Titullo de Rei que ja antes tinha, assim como o de Governar,

21. *vel quasi*, sublinhado.

que lhe vinha por Erança de seus Augustos Progenitores, estando já em posse de exercer Authoridade Real e de fazer a guerra, não obstante depois o debil argumento das Cortes de Coimbra e que eram necessarias para unir partidos vacilantes nos Direitos de Sucessão e não nos da legitimidade da Dinastia e da Real Coroa.

§ 6.º Tendo porem sido proprio de Almas fracas e talvez faltas de fé expender só os Titullos e Direitos da Magestade Fidelissima originarios civilmente, agora o Suplicante trará a memoria para que nos não esqueçamos do que se tem dito e escripto muitas vezes acerca do Poder Monarchico de nossos Reis ser derivado immediatamente da concessão do Mesmo Deos e por isso huma Dádiva do Omnipotente que ninguem pode contrariar impunemente. E se o nosso Primeiro Rei D. Affonso não foi hum pagão como Numa Pompilio fingindo ser inspirado pela Ninfa Egeria, nem como Sertorio aconselhado por huma cerva, mas pelo contrario hum Cristianissimo Rei e em suas obras Justo de forma que ate se tratou da sua canonizassão, devemos por huma vez proscrever a incredulidade à qual não faz conta a Apparição de nosso Redentor, nem as suas Misericordiosas Promessas, feitas ao nosso Primeiro Rei e verificadas sempre e sempre cumpridas ate o dia de hoje. E assim como he de Fé Divina o seguinte Sagrado Texto Per Me Reges regnant ... Per Me Principes imperant... de que o Suplicante se tem servido em huns opusculos que offereceu a S. Magestade em 1807, tãoobem devem fazer hum artigo de fé humana e que já se não pode contestar a saber a Apparição de nosso Redentor no Campo de Ourique junto a Castro Verde e as Portentozas Palavras que o Mesmo Deos foi servido dirigir ao nosso Primeiro e Glorioso Rei, que são as seguintes.

Confia Affonso (lhe diz Christo da Cruz) venho estabelecer os principios do teu Reino sobre pedra firme, vencerás não só agora mas sempre que tomares armas contra os inimigos da Cruz. Acharás os teus alegres, aceita o titullo de Rei que te derem pois Eu, a quem só pertence edificar e destruir os Imperios, quero em ti e teus descendentes estabelecer para Mim hum Reino Santificado, puro na Fé, amavel na piedade, que d'elle seja levado meu Nome as Nações estranhas. Para teus Sucessores conhecerem Quem lhe entregou o dominio, comporas as armas das Cinco Chagas com que remi o genero humano e dos dinheiros com que fui vendido aos Judeos.

Donde se conclue e prova manifestamente que a Real Coroa Portuguesa he huma Dádiva Celeste e que o Omnipotente a conservará

ate ao fim do mundo e aos Sucessores do Primeiro Rei, pois que foi sempre servido acudir com suas Misericordias nas maiores aflições, salvando nossos Reis dos mais evidentes perigos, como modernamente ainda viste na saída de S. Magestade para o Brazil, livrando-o dos Francezes e depois a todo o Reino e agora do Jugo de ferro da facção Maçonica e sempre por meios extraordinarios e milagrosos.

Conclusão

De tudo o que o Suplicante leva dito se tira por legitima conclusão: Primo, que o Governo dos Reinos de Portugal sempre foi e deve ser sempre Monarchico em toda a extensão da palavra e o mais semelhante possivel ao Theocratico secundario de forma que a nossa Santissima Religião Catholica Apostolica Romana appareça sempre em triumpho, com total exclusão de outros Cultos e Seitas e que seja servida com exemplar zello, por Ministros Regulares e Seculares idoneos e conspicuos em Doutrina e piedade.

Secundo, que se deve reerigir o Tribunal do Santo Officio, revestido de poderes adequados a fazer barreira à execranda Seita Maçonica e Carbonaria como a mais funesta aos fieis, porque os enreda com todos os laços da mentira, embustes e traições e à Sociedade, porque a intenta destruir por todos os meios que a maldade mais exaltada pode imaginar, devendo fazer-se a elleição dos Ministros do Santo Officio de forma que elles sejam a toda a prova zellozos da honra de Deos e de El Rei, prudentes e de conhecida capacidade.

Tertio, que he necessaria huma rigorosa censura na Imprensa e sabias Providencias contra a introdução de livros impios e subversivos da moral e da Sociedade, devendo proceder-se a huma escrupulosa pesquisa e queima geral dos que existem deste genero, tanto nas loges de livreiros como nas mãos de particulares, pois que estes longe de adiantar as luzes da Nação, pelo contrario são hum vehiculo da ignorancia e por isso este seculo, contra o parecer dos irreligionarios se vai atrasando cada vez mais em conhecimentos não falando contudo na Filosofia pratica.

Quarto, que ou se conservam as nossas leis, de nossos Codigos, talvez as melhores do mundo e só lhes falta methodo e execussão, ou se fação outras, o que só pertence a S. Magestade, em seu Conselho, ou aos seus Delegados e não ao arbitrio de seus vassallos; se

30. *dos*, entrelinhado.

proscreeva para sempre o nome de Constituição, que parece encerra em si alguma couza de misterio maçónico porque em muitas villas e Cidades de Hespanha se via escripto com letras de ouro Constitucion em huma pedra, entre duas cortinas de seda e as letras illuminadas de noute, segundo me afirmarão varias pessoas que virão e presensiarão.

Quinto, que Pede attentamente a V. Ex.^a se digne suplicar a S. Magestade que nos livre dos Liberais ou sejam Libri Moratori, ou Franc Maissons, ou Carbonari, que se podem chamar a geração de viboras, epiteto dado por Jezu Christo aos maos.

Sexto, que não se dando as Providencias assim a ou outras mais sabias, fora do alcance do Suplicante, que he em tudo pigmeo, Pede então licença (para que sugeitando-se ao castigo se o merecer) Clamar, debaixo da submissão de subdito e vassallo, Clamar oh Povos da Europa se os Vossos Legitimos Soberanos não acabarem de huma vez com todo o poder maçónico, vós vereis, mais cedo ou mais tarde, fechar-se esta cadeia das desgraças com o ultimo anel que será o anti Christo. Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde de Palmela De V. Ex.^a o mais attento creado Antonio Bandeira Monteiro Subágoa

Segue-se o Discurso recitado no dia oito de Junho deste anno de 1823 na Caza da Camara de Rezende, pelo Juiz Antonio Bandeira Monteiro Subágoa, em acto de fazer proclamar a nossa Santa Religião e o nosso Rei e Senhor D. João Sexto e mais Familia Real livre da Constituição.

Seja-me licito, Senhores, expender aqui hum Texto Sagrado, ainda que o lugar não seja proprio por não ser esta cadeira sempre a da verdade. Nisi Dominus edificaverit Domum in vanum laboraverunt qui edificant eam. Quer isto dizer que se não for do agrado do Altissimo que se construa o edificio, os que empreendem a obra sempre trabalharão debalde. Já isto se tinha provado na construção da Torre de Babel. Daqui tiro por illação que o Omnipotente edificou a Caza de nossos Reis e lhes entregou o Setro dos Reinos de Portugal ate ao fim do mundo, que nenhuma das forças humanas poderão fazer cair das mãos dos Successores do Invicto D. Affonso Henri-

12-13. *Pronostico*, à margem.

ques, daquelle a quem Jezus Christo vizivelmente e de viva voz deu com as Cinco Chagas o Dominio temporal, daquelle que venceu prodigiosamente quarenta Batalhas campais, daquelle a quem o Papa Alexandre Terceiro confirmou o Reino, cominando pela Bulla Manifestis argumentis, pena de Escomunhão aquelles que lhe tomassem o Reino ou parte d'elle, ou o perturbassem ou a seus Successores, manifestando-se a Divina Misericordia e Protecção para com todos os nossos Reis e para connosco em circumstancias que parecião desesperadas, como ainda a poucos annos vimos na guerra terrivel do novo Attila, Bonaparte! Pelo que entreguemo-nos com viva fé e de coração contrito e humilhado à Providencia Divina que ella nos defenderá e confundirá os tenebrosos sectarios da maldade, os Demagogos que parecião intentar, com os seus erros execrandos, escurecer o mesmo Sol que nos alumia, não nos deixando senão olhos para chorar!

Cumpre-me agora dizer que está acabado o meu Officio de Juiz leigo em que fui investido pelo direito da força, sendo eu Juiz Letrado pela minha profissão e talvez para me fazerem prestar o tristissimo Juramento Constitucional de que eu me tinha ate então desviado. Não sei que offendese pessoa alguma, mas assim mesmo peço que caridozamente desculpem minhas faltas, na certeza como todos sabem que eu não procurei semelhante Emprego. E da minha parte perdoo, de todo o meu coração, aos miseraveis que me forão acuzar em Lamego, e ao despota de Mezão Frio, arvorado ate contra quatro leis da Constituição, pelos que Governavão e perdoo igoalmente àquelles que quizerão ir prender ou talvez matar tumultuosamente Fr. Antonio de Mello, Monge de S. Bernardo, a minha caza, por elle ter entrado na Aclamação que se fez em Mezão Frio. Já se acabou portanto o tempo da anarchia e o jugo de ferro da facção maçonica, Entronizada no lugar da Realeza, para destruir as nossas Instituissões mais Santas e substituir-lhe a impiedade e transtorno da ordem social. Mas sejamos tranquillos, sofrendo-nos huns aos outros, como vos tenho exortado muitas vezes ate por editais, refletindo que ninguem esta izento de cair no erro. E agora incorporados vamos pedir ao R. do Paroco desta Freguezia que devendo ser o Homem de Deos que encaminhe nossas supplicas ao Altissimo, nos queira dirigir para lhe entoarmos

19. *pessoal alguma*, no original // 21. *parte*, entrelinhado // 25. *matar*, entrelinhado.

nossos humildes louvores. E pelo espaço do caminho griteiros do coração Viva a nossa Santa Religião Catholica, Apostolica, Romana. Viva El Rei e mais Familia Real. E acabe para sempre a Constituição capa de vilhacos e de todas maldades possiveis. Rezende Oito de Junho de 1823 O ex Juiz Antonio Bandeira Monteiro Subágoa Vasconcelos

Memorial

Ill.mo e Ex.mo S.r Conde de Palmela

Aproveita o Suplicante esta occasião para pôr na Prezença de V. Ex.^a que sendo rara a estoica coragem para se não beber na fonte das Graças e Mercês, implora a fructifera Protecção de V. Ex.^a para tornar a entrar na Carreira da Magistratura, de que está fora a deza-seis annos, sem o minimo erro de Officio, a seu parecer, nem crimes alguns. Não se atrevendo voltar à Corte, onde consumio muitos tempos na pertença do Foro de Fidalgo Cavaleiro, por restituição, por ser descendente legitimo de Gonçallo Pires Bandeira o da Batalha de Toro e quarto neto de João Pinto da Costa, que figurou na guerra da Aclamação, mas por femea. E tãobem para conseguir a permuta do lugar da Jacobina que S. Magestade lhe tinha dado por Decreto de Maio de 1807, o que não teve effeito pela saida de S. Magestade para America. E receando não progredir indo à Corte, por não ter homem, como dice o Paralitico do Evangelho, e deixar seus filhos empenhados, se entrega todo a fructifera Protecção de V. Ex.^a, que exercitará o seu Genio Caridozo com o Suplicante, que pertende ser provido em huma Correição ou Provedoria destas tres Provincias do Norte, das que forem mais proximas a sua caza, nas immedições de Lamego, para poder atentar pelos seus filhos para que sejam educados nos verdadeiros principios de Fidelidade. Tendo o Suplicante tudo a esperar de V. Ex.^a, não só pelas virtudes de que he ornado mas que S. Magestade attenderá a mediação de V. Ex.^a que lhe tem feito Serviços extraordinarios e que jamais podem ser esquecidos e apagados nas futuras gerações. E R. M.ce Segue o Requerimento.

Senhor Diz Antonio Bandeira Monteiro Subágoa, de Rezende, Comarca de Lamego, que tendo servido a V. Magestade com desempenho no Lugar de Juiz de Fora de Melgaço e servindo de Corregedor de Barcellos em todos os impedimentos do Dezembargador João Nepo-

muceno por tempo de seis annos pouco mais ou menos, fora Despachado Ouvidor da Jacobina por Decreto do mes de Maio de 1807, para onde não foi. Seguirão-se os successos do mesmo anno e orfandade dos vassallos de V. Magestade e tornou a ser Despachado, depois da Restauração, por Consulta do Dezembargo do Paço, para Juiz de Fora de Estremoz, Lugar que taobem não foi servir e por lhe ficar mui distante veria aruinada a sua caza, sem poder atentar por ella nem pela educassão de seus filhos que não podia conduzir e nem mesmo pedira o referido Lugar de Estremoz. Agora, Senhor, pertende que V. Magestade condoido de o Suplicante estar fora do Serviço a dezasseis annos, sem crime nem erro de Officio e ter certidão de corrente e que talvez ficasse em atrazo por intrigas de alguns bem adiantados e cujas infidilidades serão os seus titulos Pertende que V. Magestade se sirva Despachar o Suplicante para alguma Provedoria ou Correição destas Provincias do Norte, que não sejam das Raias, mas das mais proximas a Lamego, sua Patria, para poder atentar pelos seus filhos, que lhe dezejava deixar a educação de verdadeiros Christãos.

Pede a V. Magestade se Digne deferir ao Suplicante na forma requerida e por seu Real Decreto, pois que se não atreve hir a Corte, para entrar em Consulta e protesta de desempenhar os deveres de seu Officio, em que espera tornar a entrar. E R. M.ce Antonio Bandeira Monteiro Subágoa Vasconcelos.

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 64)

Ill.mo e Ex.mo Senhor

Tenho a honra de levar a presença de V. Ex.^a a primeira produção de meus trabalhos literarios com o nome de Hidrodynamica Politica ou Considerações sobre a Constituição Portugueza do anno vinte e dous, levando-me a isto os grandes conhecimentos que a bem do Estado V. Ex.^a tem desenvolvido à face da Europa e o bem merecido apreço que Sua Magestade tem feito delles por lhe conferir os mais importantes empregos do Reino, entre os quaes não tem menor lugar o de Prezidente da Junta encarregada do Projecto da Carta Portugueza. Esta memoria, porprehendida e desempenhada no tempo do Governo da rebelião triunfante, não estava destinada a apparecer neste traje, mas devia ir nascer desconhecida entre povos estranhos, para preparar feitos que acrizolassem a lialdade Portugueza restituindo à Monarquia seu antigo esplendor. Felizmente os acontecimentos anteciparão-se, sem que tivesse dado a ultima mão aos meus trabalhos, por perseguido como inimigo da rebeldia pollo Juiz de Fora desta Villa Joze Fortunato Ferreira de Castro e Freitas que tomou o timbre de ser não menos solícito que devoto agente do Directorio Portuguez entrando nos interesses da facção rebelde, porem não fez mingoa minha pobre contribuição. Contudo he ainda mister apagar no espirito dos alucinados as ideas da quimerica igoaldade e liberdade consagradas polla facção subversiva do altar e do trono, para a troco da felicidade prometida lançar grilhões aos Portuguezes por isso vou profiado offerecer a V. Ex.^a meu modo de pensar sobre tão quimericos como subversivos principios. Aceitando V. Ex.^a benignamente esta minha offerta terei hum ponderozo motivo para meu reconhecimento e para mostrar que sou com o mais profundo respeito. De V. Ex.^a. Ill.mo e Ex.mo Senhor. Gouvea 7 de Julho de 1823. O mais fiel e reverente criado. João Bernardo Fereire de Andrade e Beja

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 63)

Hidrodynamica Politica ou Considerações sobre a Constituição
Portugueza

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 62 anexo)

Hidrodynamica Politica ou Considerações sobre a Constituição
Portugueza feita pollas Cortes Constituintes do anno de 1821.

Offerecida ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde de
Palmella Ministro Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e
do Comercio de Sua Magestade.

Por João Bernardo Fereire de Andrade e Beja

Com o pretexto de que todos os homens nascem igoaes (os genios
brilhantes) procurão confundir as qualidades e apregoão esta igoal-
dade quimerica com o fito em dominar os outros.

Ramsay, Viagens de Ciro, Liv. 5

Advertencia

No mundo tudo muda o tempo mesmo que tudo commeça e
tudo accaba não se esquivia a esta dura lei. Assi as instituições dos
homens não podem ser permanentes por terem em si a cauza de sua
ruina, que cedo ou tarde as obriga a entrar no mesmo giro a que o
homem he sujeito. Tu pobre escripto tens corrido a mesma sorte.
A desgraça da minha Patria, dando-te o nascimento, parecia haver-te
condemnado à escuridade ou a andar pollo mundo desconhecido.
Agora porem vais entrar nelle debaixo de felizes auspicios, escudan-
do-te hum respeitavel nome. Contudo não faltará quem te abomine.
Gentes encontrarás de toda a laia, humas que te detrahirão por espi-
rito de partido, outras de quem só obterás motejos e rizadas por menos
inteligentes e em tudo decidirem por authoridade. A estes pede-lhe
que te não leão, porque nem tu has tomado por elles o trabalho de

correr o mundo. Vais para ser lido e julgado por gentes de razão e imparciaes; gentes de authoridade e de partidos contigo não voguem. Se te notarem de desasizado, torna-lhe que assi nos achamos feitos no mundo fazendo cada hum a seu modo huns fallão porque pensão, outros fallão porque ouvem fallar, de tudo se compõe o mundo. Por isso com estes nada queiras, daquelles tudo aceita. Se te emendarem fica satisfeito, na certeza de que achaste entre elles algum cabimento.

Hidrodynamicia Politica ou Considerações sobre a Constituição Portuguesa

Capitulo Primeiro

Quadro da Revolução de Portugal no anno de 1820

Está accabado o tempo de enganar os homens, dizia o Principe Real no seu manifesto. Está accabado o tempo de escravizar os Povos por meio de frivolos pretextos e conte-los sujeitos aos caprichos dos homens, quando ahi não vai seu interesse, nem seu respeito a velhas opiniões ou antigos habitos.

Huma vil traição urdida na Europa e desenvolvida em Portugal no anno vinte do corrente seculo alterou o seu sistema politico com geral desassocego. O dia 24 de Agosto desse anno tão celebrado pollos facciosos como execravel para todos os bons Portugueses marca a epoca de tão infame rebeldia. [2] O estandarte da revolta appareceu com o dia arvorado na Cidade do Porto e o grito da igualdade e da liberdade se fez soar em breve tempo desde o Minho até o Guadiana.

Muito não tardou que os rebeldes se ajuntassem em Lisboa, antiga sede do Governo Portuguez, e lá se arvorassem Governadores do Reino, sem muito se cançarem com obter nomeação ou confirmação de El-Rei, sem a qual tudo era nullo, por estarem nelle legitimamente concentrados todos os poderes do Estado, nem sequer consultarem a vontade geral da Nação, cuja sobrania proclamavão por assi melhor lhes hir.

4. fazendo?, leitura duvidosa.

14-15. *dos homens*, sob borrão // 19. *desassocego*, sob borrão, leitura duvidosa.

Procederão a nomeação de huma Junta à qual foi encomendado o plano sobre a forma porque devião ser feitas as Eleições dos Deputados às Cortes, nas quaes hiria ser formada a Constituição que ja desde o dia 24 de Agosto tinham preconizado e feito jurar pollos Povos. Couza nunca vista! Obrigar a jurar e jurar o que não tinha ainda huma existencia?... Que principios?! Que procedimento de huns homens que se dizião Regeneradores?! Taes incoherencias e illegalidades forão por elles bem conhecidas, porque nem de outra maneira obrigarião os empregados a jurar as Bazes [3] da Constituição e ao depois a propria Constituição, aquellas no dia 29 de Março do anno vinte e hum, esta no dia 3 de Novembro do anno vinte e dois, era mister illudir o Povo. Porem que boa fé, que character, que moral!!! Abuzarem da ignorancia do Povo, aproveitarem de sua credulidade e por melhor ligarem-lhe as mãos e não se verem expostos a serem desmentidos de se dizerem chamados polla voz geral da Nação, servirem-se do sagrado vinculo do juramento, que por topar em Religião he para elle dos mais santos e que afora isso por motivos de moral e politica deve se-lo para todo o homem honrado e bom Cidadão!! Assi se profanão couzas tão sagradas? Similhante uzo se faz da complacencia do Povo? Será isto o que chamão Regeneração? Deste modo será que procedem os Regeneradores!

Mas tornando ao meu assumpto, a Junta era composta de confidentes, os partidos chocavão-se e ella fluctuava no mar das opiniões. Geralmente se accedia a huma Constituição, porem os Novadores não convinhão bem no arrançamento dos poderes politicos, reinava a divizão. Taes havia que pertendião a preponderancia da Democracia, era o maior numero e tudo devia hir da forma por que as [4] Cortes fossem convocadas. Exaltava-se a Constituição Hispanhola de 1812 e pertendia-se outra mais liberal do que ella. Ralhava-se contra o Dispotismo Ministerial e dezejava-se alevantar hum trono ao Dispotismo Popular, odiavão-se os ferros de hum e suspirava-se pollos grilhões de muitos. Finalmente queria-se huma reforma em todo o Estado, porque se tomava de nojo olhando para a antiga forma de Governo e com ella para todos os antigos uzos e costumes e como vogava o amor da novidade e do estrangeirismo, desprezavão-se as

3. *hiria*, sob borrão, leitura duvidosa // 7. *Regeneradores*, sob borrão // 20. *Regeneração*, sob borrão.

respeitaveis cans de nossos maiores, sem se arrecearem as sanguinarias lições da Europa.

Todos querião e ninguem sabia o que nem como porque huns arreceavão mal para suas liberdades, enquanto outros temião para suas vidas. Todos dezejavão tirar partido e todos desconfiavão sahir mal aquinhoados. Neste choque de interesses mal se podia satisfazer a effervescencia das paixões fazia esquecer geralmente que as leis são verdadeiros males¹ porem que devem tolerar-se quando tem por fito favorecer bens mais importantes e atalhar males mais transcendentos, porque na sociedade e na natureza andão sempre ambos de mistura. Querião huma lei [5] que se ajustasse ao seu pensar e aos seus interesses e proclamavão que de outra maneira encontrava não menos a natureza do que a vontade da Nação² Não vião estes miserraveis que os encanecidos costumes de huma sociedade devem aproveitar-se e não combater-se, porque em pretender assi despir-lhos he querer perde-la³. A sociedade tem seu nascer e seu morrer e o espaço que medea entre estes dous extremos he sujeito a enfermidades, sua divergencia deve muitas vezes promover-se na certeza de que o tempo de sua duração em não poucas occaziões se encurta pollo ataque. Este corpo moral corre a mesma sorte, segue o mesmo trilho que os corpos fisicos, porque todos tem sua adolescencia e sua decrepitude e o tempo vai devorando-os de modo que o instante que segue a criação leva ja encurtada a epoca de sua existencia⁴.

[6] No meio destas opiniões e das contrarias estava a Junta sendo alvo da intriga e no seu proprio seio tinha o principio da discórdia que a espedaçava. Cabalava-se por toda a parte e de todo o modo: aliciação, abalroamento, promessas, amiaços, dinheiro, empregos, castigos, insultos, intrigas, trapanças, finalmente nada se poupava,

3. *porque huns, estando que huns sob borrão* // 8. ¹ *J. Bentham, Principios geraes de Legislação, cap. 10, em rodapé* // 13. ² *Depois da Rebelião triunfante a palavra Nação não quer dizer o completo de todos os habitantes de hum territorio dado, sujeitos a hum mesmo governo, porem a Sociedade Pedreiral. Daqui vem dizer-se a vontade da Nação aquillo que he somente vontade pedreiral. Por este modo todos os que não são Pedreiros não fazendo parte da Nação vem a ser escravos adictos à gleba. Eis aqui renovada a destinação dos homens em pessoas e couzas, como foi entre os Romanos. Vede, Portuguezes, a liberdade promettida, em rodapé* // 16. ³ *Montesquieu, Espirito das leis, liv. 1, cap. 3, em rodapé* // 23. ⁴ *Dauray de Brie, Theoria das leis sociais, Introdução, em rodapé* // 25. *alvo estando a letra o emendada* // 28. *intrigas, parte sob borrão.*

estava-se em huma guerra surda e a Junta não soffreria o menor fogo. Era obrigada a apresentar o seu parecer e todas as considerações politicas erão pouco favoraveis aos Novadores. Para Portuguezes não erão Cortes couza nova, porque se conhecião desde o anno de 1181 até o de 1697, desde o tempo de El-Rei o Senhor D. Affonso 1.º até o do Senhor D. Pedro 2.º e por isso dellas e da Monarquia havia igoal noticia. A maneira de convoca-las tinha sempre sido uniforme e adequada ao sistema politico de Portugal, em que o poder Monarquico era preponderante e todas as instituições decorrião deste principio. Precizava-se amoldar a elle por não expor às reacções dos antigos uzos e costumes, ao choque das opiniões, a opposição dos interesses, ao mal enfim da guerra civil. Todas as mudanças precipitadas ainda que pareçam uteis sempre são perigozas⁵.

Demais disto que não era de tão pequena monta que não merecesse bem séria attenção, acrescia ser mister tudo [7] fazer em modo a ficar ao menos acobertado com hum especioso véu de legalidade aos olhos do Povo e das Nações. Em verdade todos os passos do Governo intruzo sō podião ser especiozamente legalizados por conter em sua instituição o principio da illegalidade El-Rei não o tinha authorizado e todos os Novadores erão culpaveis por folonia⁶. Portanto fazia-se preciso reparar pollo futuro a imprudencia do passado, proceder em diante segundo as leis, para nos bens que se seguissem achar a desculpa facil perdão para os erros commettidos porque a bem entendida utilidade he a verdadeira bitolla por onde devem ser medidas as acções dos homens e com ellas as dos Governos.

Levada de taes motivos ao que podemos ajuizar pollas Instrucções de 31 de Outubro de 1820 prudente formalizou a Junta o seu plano sobre os nossos antigos costumes, accommodando-o quanto nella esteve às ideas do tempo e circumstancias de Portugal. Porem mal enchia elle as medidas de huma pequena parte dos Novadores gritavão todos contra o plano com razões differentes humas que topavão nas paixões, outras nos interesses, mas todas pretextadas com especiozos motivos de justiça e publica utilidade. Tocou então a arrebate a discordia ameaçando [8] separar com as armas aquelles que

13. ⁵ Ramsay, *Viagens de Ciro*, Liv. 1.º, em rodapé // 20. ⁶ *Ordenações*, Liv. 5, Tit. 6 — *Alvara de 30 de Março de 1818*, em rodapé.

31. *gritavão to todos*, no original.

estavão ja divididos polla intriga. Estavão os partidos alerta e os animos azedados esperavão o signal de virem as mãos foi necessario que a prudencia cedesse por conte-los. Proclamou-se a Constituição Hispanhola e as Eleições forão mandadas fazer segundo ella.

Capitulo Segundo

Da Constituição Hispanhola

A Constituição feita em Cadiz no anno douze tem gozado dos maiores credits entre os partidistas da quimerica igoaldade e Liberdade natural, por ser nella consagrado o principio de Soberania Nacional ou Povo Rei. Suas paixões assi pavoniadas os alucinão sobremaneira e não os deixão attender que he mister desconfiar dellas ainda quando mais razoaveis se apresentão porque a injustiça e o interesse que as accompanha fazem-nas perigozas de seguir¹.

A ideia de Soberania Nacional he produzida por outra não menos erronea que extravagante a de Contrato Social. Pertende-se que os homens contrahirão entre si quando se ajuntarão em Sociedade e deixarão a vida selvagem ou Estado da Natureza. Por [9] falta de reflectir tem vogado esta idea tão quimerica como anti politica. «A mor parte dos Filósofos, diz hum celebre escriptor, falla-nos de hum estado natural que só existiu na imaginação. Ha quem chegue a acreditar houve tempo em que os homens viverão dispersos, isolados e sem communicação com os entes da sua especie, a huma palavra, semelhantes em tudo a alguns animais ferozes. Mas este estado he perfeitamente quimerico por contrario a natureza humana. O homem fructo de huma sociedade contrahida entre macho e femea da sua especie esteve sempre em sociedade, porque desde seu nascimento viveu com seus pais e irmãos. Suas necessidades, o habito e a experiencia lhe fizerão conhecer de dia em dia a urgencia desta associação e para seu augmento também contribuiu com a sua quota parte quando a natureza lhe fez sentir a necessidade da reprodução²».

9. *Soberania*, sob borrão // 13. ¹ *Rochefoucauld, Reflexões moraes*, 9, em rodapé.

30. ² *Politica Natural, Disc.* ¹ § 2, em rodapé.

Se as mui ponderozas razões deste filosofo movem a negar a existencia de similhante estado natural, a construcção do homem e suas necessidades nas differentes epocas de sua existencia nada deixão a duvidar. Embora esse Escriptor tão celebre por sua eloquencia como por seus paradoxos nos [10] atturda com a degeneração dos homens no estado Social, querendo persuadir-nos que hum Orangue-Otange das Indias Orientaes e os Pongos e os Enjokos de Loango são homens que vivem no pretendido estado natural³. Eu acredito de boamente a degeneração da especie humana, porque não acho motivos para o homem estar izento das vecessitudes a que todas as demais produções estão sujeitas, contudo a similhança destes animais na construcção não prova a identidade da especie. Muitos povos tem vivido errantes e inda hoje vivem⁴ mas povo errante não he homem isolado. Portanto pode concluir-se que a exaltada Soberania nacional he huma pura quimera, por ter seu fundamento n'hum pertendido contracto e este n'hum celebre estado ao qual só a imaginação deu existencia. Assi o principio das sociedades deve ser outro qualquer que seja.

Se a necessidade formou as povoações, a destreza e a força fez os imperios e os habitos e as commodidades da vida social tem conservado huns e outros. Determinar a primeira forma da Governo que tiverão os differentes Estados he pertender asseverar huma couza para que nos faltão provas, por subir [11] a tempos tão antigos que delles a historia não nos conserva a menor noticia. Contudo pode dizer-se sem medo de errar que os Governos receberão differentes formas segundo as differentes circumstancias e que as mudanças destas produzirão novas formas porque na sociedade assi como na natureza só se observão acções e reacções, por estar tudo n'huma e outra em continuado movimento.

Assi tambem neste balanço continuo estive a Hispanha desde a invazão dos Tirios que mal aliança a historia até a expulsão dos Mouros pollos Christãos escapados ou subtrahidos a seu jugo nas montanhas das Asturias. A civilização, as guerras com a França e as diviões intestinas tinhão enfraquecido estes Mahometanos e a sua separação dos Africanos e dos Califas abriu as portas a sua ruina⁵. Os

8. ³ J. Rousseau, *Discurso sobre a Desigoldade dos homens*, em rodapé.

13. ⁴ Robertson, *Historia de Charlos 5*, *Introd. Sec. 1.* — *Vol Viagem a Siracusa*, cap. 23, em rodapé // 34. ⁵ Voltaire, *Ensaio sobre os Costumes das Nações*, cap. 27, em rodapé.

Christãos alevantarão-se pressentidos da fraqueza de seus contrarios e cada Provincia se arvorou em Reino, porem muitos annos não decorrerão sem que estes differentes Estados por revoluções de cazamentos, successões ou conquistas se viessem incorporar nos dous de Castella e Aragão que o cazamento de Fernando com Izabel uniu para seus successores⁶.

[12] A Constituição Politica da Hespanha commeçou nesta epoca a tomar hum forma constante e regular. Os uzos introduzidos pollos Vandalos e Godos estavam arraizados sobremaneira e de tal sorte unidos com a forma do Governo que em todas as Provincias reconquistadas se observa quazi o mesmo estado civil e a mesma Constituição Politica que entre as demais Nações da Europa. As terras erão possuidas com as mesmas condições, a justiça administrada com as mesmas formalidades, a Nobreza arrogava os mesmos privilegios e as Cortes exercião a mesma authoridade, porque os Mouros tomados igoalmente do espirito de tolerancia que do zelo do prozelitismo tinham concedido grandes privilegios aos Christãos que delles se aproveitavão menos por afferro a suas instituçoens que por odio a seus vencedores⁷.

O Governo foi Monarquico moderado pollas Cortes, bem como era nos demais Estados antes da sua incorporação, o Rei exercia o poder executivo e as Cortes tinham o Legislativo. Em Aragão erão compostas de quatro Armas ou classes differentes a primeira era formada polla Nobreza, a segunda polla ordem equestre, ou fidalgos de segunda ordem, a terceira pollos Representantes das Cidades e Villas que desde [13] a factura da Constituição tinham assento em Cortes e a quarta polla ordem Ecclesiastica, composta dos Dignatarios da Igreja e dos Representantes do baixo Clero⁸. Nos outros Estados tudo hia quazi do mesmo modo. Havia a divizão das classes, a Nobreza compunha a primeira ordem e desconhecia-se a destinação entre ella, porque toda era creada pollos Reis que davão esta qualidade àquelles que bem o servião na guerra, repartindo-lhes as terras conquistadas debaixo das mesmas condições e concedendo-lhes privilegios que elles com o andar dos tempos fazião mais crescidos com grave prejuizo

6. ⁶ Robertson, *cit. Introd. Sec. 3*, em rodapé // 19. ⁷ Robertson, *cit.*, em rodapé.

28. ⁸ Geronimo Martel, *Forma de celebrar as Cortes de Aragão*, em rodapé.

das prerogativas e interesses da Coroa. Os Ecclesiasticos erão admittidos e formavão huma classe porque seu saber, sua riqueza e ainda mais o respeito que se lhe tributava como ministros de J. Christo lhes merecião esta consideração. As Cidades e as Villas erão tambem chamadas, gozavão por toda a parte grandes privilegios em modo que se a Nobreza se mostrava quazi absoluta e independente da Coroa, os habitantes das Cidades e das Villas não lhes cedião a primazia, nem os Nobres podião disputar-lha, porque alem de sua riqueza, seus Procuradores erão relativamente às demais ordens [14] do Estado em numero tão crescido que nas decizões das Cortes havião influencia proporcionada⁹.

Bem estranha parece semelhante instituição por encontrada com os principios do feudalismo que de longos tempos dominavão a Europa. A cauza e a epoca de seu estabelecimento não podem marcar-se exactamente, por serem ommittidas na historia. Contudo he para crer que ella teve a mesma cauza que nos demais Estados Europeos, porque quazi pollo mesmo tempo se dão como existindo na Hispanha. Zurita falla de huma destas assembleas Aragonezas junta em 1133 com admisão dos Procuradores das Cidades e Villas e a historia de Henrique 1.^o de Castella menciona cartas deste Principe para a Cidade de Abula escolher seus Procuradores as Cortes juntas em 1390. Em 1225 os Barões de Inglaterra querendo engrossar seu partido contra Henrique 3.^o convidarão as Cidades a mandar seus representantes ao Parlamento. Em 1293 as Cidades Imperiaes da Alemanha aniveladas com os membros do Corpo Germanico por suas riquezas e immunidades obtiverão formar hum Banco separado na Dieta. Quazi pollo [15] mesmo tempo Felipe Bello para contrabalançar o poder dos Nobres e melhor estender as prorogativas Reaes admittiu nos Estados Geraes de França os Representantes das Cidades que tinham obtido Carta de Municipalidade¹⁰. Esta coheincidencia de epocas leva a concluir que semelhante instituição teve por toda a parte os mesmos principios, ainda que empregados differentemente segundo a diversidade das circunstancias.

Na Hispanha parece ter ido tudo como na Inglaterra e na Alemanha, porque nalguns Estados os Reis erão electivos e quazi por

11. ⁹ *Marion, Historia, Liv. 18, cap. 15, em rodapé.*

30. ¹⁰ *Pfeffel, Rezumo da historia e do Direito publico de Alemanha. — Pasquier, Indagações sobre a França, em rodapé.*

toda a parte havia o privilegio da União, assi se chamava a liga formada pollas differentes classes do Estado contra as pertenças dos Reis, quando erão em prejuizo de suas liberdades e izenções¹¹. Pedro 4.º de Aragão aboliu este privilegio depois de ter vencido huma liga formada contra elle e apagou com o seu sangue na prezença das Cortes hum privilegio disse elle tão fatal ao Estado como injuriozo à Monarquia¹². Delle tinha nascido o juramento que he costume darem os Reis no [16] acto da Coroação e tambem se tinha originado o juramento de obediencia que na Coroação o Justiza dava ao Rei em nome de todos os Barões, cuja formula era Nos que vallemos cada hum tanto como vos e podemos todos mais do que vos, promettemos obedecer a vosso governo, se mantiverdes nossos privilegios e izenções, aliás não¹³.

O Justiza era huma authoridade como os Ephoros de Esparta e os Tribunos de Roma, encarregado de proteger o Povo contra as pertenças dos Reis. Seus privilegios e atribuições erão tão extensos que parece, como diz Robertson, que toda a Nação se havia empenhado em fazer sentir a seus Monarcas o estado de impotencia a que os tinha reduzido. Os Nobres pertendião esta nomeação e os Reis não querião larga-la de si. Zurita deixa entender que o Justiza era nomeado pollo Rei e deposto a seu arbitrio, quando os Aragonezes gozavão o anarquico privilegio da União. Mas em 1442 passou a ser vitalicio este emprego por disposição das Cortes. Este Magistrado era sujeito a hum tribunal chamado Tribunal de Inquirição composto de dez e sete membros escolhidos nas Cortes que trez vezes no anno devassava de sua conduta pulitica e lhe impunha a [17] pena de confisco, degredo ou morte em proporção dos delictos de que o achava criminozo. Tirava-se da Nobreza de segunda ordem porque a Nobreza de primeira não era sujeita a penas capitaes e a segurança publica exigia se responsabilizasse pollos abuzos da authoridade confiada¹⁴.

Pollo que deixo dito parece que o Justiza foi instituido para cohibir a opressão dos Nobres e fazer barreira ao Poder Real, sendo esta

3. ¹¹ Blanca, *Commentario*, pag. 661, em rodapé.

7. ¹² Zurita, *Annaes de Aragão*, tom. 11, pag. 229, em rodapé // 13. ¹³ Robertson, *cit.*, pag. 216, em rodapé.

30. ¹⁴ *Foros e observancias do Reino de Aragão*, Liv. 1, p. 21-2 e Liv. 9, p. 182. Zurita, *Annaes de Aragão*, T. 2, p. 229, T. 4, p. 102, Blanca, *Comentario*, p. 657, 796, etc., em rodapé.

tambem huma razão para ser escolhido n'huma classe igualmente interessada em contrabalançar os dous poderes.

Assi tudo confirma que as mesmas cauzas que em 1225 fizeram admittir no Parlamento Inglez os Representantes das Cidades e em 1293 fizeram conceder na Dieta hum Banco às Cidades de Alemanha, forão as que fizeram dar assento em Cortes às Cidades e Villas de Hispanha.

Mas como quer que fosse as Cortes erão formadas nos differentes Estados Hispanhoes pollo modo que fica rellatado. Até o começo do seculo decimo quarto verificava-se seu ajuntamento todos os annos, porem então decretou-se que dahi [18] em diante terião logar de dous em dous annos. A sua authoridade extendia-se a todos os objectos, de sorte que mal se podia chamar Reino o Estado onde o poder das Cortes era tão amplo. Sem licença dellas não era permittido impor tributos, nem bater moeda ou fazer nella a menor alteração. Os tractados de paz e guerra não erão menos da sua competencia, bem como a revizão dos processos e sentenças dos Tribunaes e a inspeção sobre as administrações¹⁵. Fazião as leis e reformavão os abuzos, n'huma palavra concentravão em si todos os Poderes do Estado.

Tanto n'huns como noutros Estados o Despotismo Popular estava mui crescido. As Cortes de Aragão pertenderão em 1286 arrogar o privilegio de nomear os Membros do Concelho do Rei e os Officiaes da sua Corte. Na Castella as Cortes só deliberavão sobre os Subsídios pedidos pollo Rei, depois de concluidos todos os negocios de publico interesse para melhor haverem a Sanção Real aos novos Estatutos ou Regulamentos¹⁶. As secções duravão quarenta dias e o Rei não podia proroga-las ou dissolve-las, tudo dependia da vontade das Cortes.

[19] «Huma Sociedade, diz Robertson, onde a maquina politica estava tão mal combinada e as differentes partes da legislação tão mal equilibradas não podia deixar de ser exposta a convolções interiores mais violentas e perigozas que a perturbação e a anarquia ordinaria nos Governos feudaes. Toda a historia da Hispanha confirma

18. ¹⁵ Blanca, *Comentario* 3.750. Martel, *Forma de celebrar as Cortes*, p. 2, em rodapé.

27. ¹⁶ Zurita, *Annaes*, T. 1, p. 303 e 307. Robertson, *cit.*, p. 217, em rodapé //

32. *convolções*, com o segundo o sob borrão.

a verdade deste juízo. Quando o espirito de sedição produzido e animado pollo character do Governo não era contido e repremido pollo medo immediato das armas dos Mouros estavam os Hispanhoes sempre promptos a sublevar-se contra a administração de seus Reis e a ultrajar sua pessoa e dignidade¹⁷.» Infelizmente João 2.º de Catalunha e Henrique 4.º de Castella são tristes provas em abono da proposição do citado Author¹⁸.

Porem os Legisladores de Cadiz, menos entregues a estas considerações que tomados do espirito de seita accobertado com o manto de suas antigas instituições organizarão o seu Governo pollo modo mais analogo aos esquecidos uzos Republicanos da Hispanha. Deixarão em abandono a Aristocracia desse tempo e o Monarquismo que de tantos annos vigorava [20] como quem queria para injuria da natureza e do seculo chamar a vida os authores das escandalozas scenas de que fallei e que a execração tem condemnado a eterno esquecimento. Proclamarão a Soberania Nacional e do Governo que devia representar o Povo Soberano, fizerão huma Trindade Politica por ser composto das Cortes, do Rei e dos Tribunaes¹⁹. A cada huma das partes integrantes assignarão suas attribuições mas com tal irregularidade que bem deixão a esperar a renovação das horriveis calamidades que os Hispanhoes devem ter ainda de memoria. Propozição que justificarei por não parecer gratuita.

Propor leis e aprova-las ou regista-las, bem como fazer executa-las quando aprovadas, he proprio do Rei no Governo Monarquico moderado por ser elle cooperador e agente do Poder Legislativo. Offuscar o brilho da dignidade que convem a seu character, despindo-o destas importantes attribuições, alem de incoherente he hum erro funesto. Ainda que elle como Chefe do Poder Executivo tenha a seu cargo conter todas as authoridades nos seus limites, contudo não poderá reprimir os abuzos do Corpo Legislativo, sem estar munido de huma authoridade capaz de repellir suas decizões, por contrarias a lei fundamental ou ao bem do Estado. A Instituição Social sô estará segura quando o Rei poder com sua influencia balançar as Resoluções do Corpo Legislativo, confirmando-as [21] ou regeitando-as²⁰.

5. ¹⁷ Robertson, cit., em rodapé // 7. ¹⁸ Zurita, *Annaes*, t. 4, p. 113, 115, etc. Marian *Historia L. 13 c. 9*, em rodapé.

18. ¹⁹ *Constituição Hispanhola*, Tit. 2, Cap. 3, em rodapé // 34. ²⁰ Dauray de Brie, *Theoria das leis sociais L. 4, cap. 1*, em rodapé.

«O Corpo Legislativo, diz Montesquieu, fazer-se-ha dispotico se a authoridade executiva não tiver poder para cohibir suas pertensões, porque como pode arrogar-se todo o poder que quizer accabará por destruir as demais authoridades²¹. A Assembleia Nacional de França que succedeu a Assembleia Constituinte he prova desta verdade, porque derribou sem difficuldade a Constituição Franceza, não tendo o Rei authoridade com que podesse mante-la contra a vontade dos Novos Representantes. Exemplo que os Hispanhoes não procurarão evitar.

A Constituição Hispanholla assigna ao Rei o Poder Executivo e parte no Legislativo²², mas são taes as clauzulas que as atribuições Reaes ficão perfeitamente aniquiladas. No Legislativo a Sanção Real he havida por dada se no preciso espaço de trinta dias não he dada ou negada²³, negando-a deve declarar os motivos que para isso teve²⁴ e nesse cazo a lei pode ser-lhe proposta no anno seguinte, mas se tornar a nega-la e as Cortes instarem [22] no terceiro anno consecutivo presume-se que o Rei a sanciona e effectivamente he obrigado a sanciona-la e como tal se publica²⁵. No Executivo não goza melhor condição, apesar de lhe ser proprio expedir todas as ordens necessarias para a execução das leis²⁶, porque so a assignatura do Ministerio competente as faz execuiveis²⁷ sem que o mandado do Rei o exima da responsabilidade que tem perante as Cortes²⁸. Portanto o Governo Hispanhol he huma Democracia pura com trages emprestados, para encobrir com elles o que perde por suas proprias qualidades²⁹, não nos illudamos com palavras, porque só as atribuições de cada huma das partes elementares do Governo devem decedir de sua forma.

Huma Regencia com o nome de Ministerio exerce o poder executivo. A sua testa está o Rei que he hum novo Dogue de Veneza com o seu Conselho. Em certos cazos reforça-se este Concelho com outro que tendo o nome de Concelho de Estado, he bem como em Veneza o Collegio de Sua Senhoria o [23] Ministerio. Deve ser ouvido sobre certos objectos e sem seu voto o Ministerio não pode obrar. Todas as ordens dos membros do Concelho, Regencia ou Ministerio são pas-

1. *fazer-se-ha*, sob borrão, leitura duvidosa // 4. ²¹ *Espirito das Leis*, Liv. 11, cap. 6, em rodapé // 10. ²² *Constituição Hispanholla*, § 15 e 16, em rodapé // 13. ²³ *Id.* §145, em rodapé // 13. ²⁴ *Id.*, §144, em rodapé // 17. ²⁵ *Constituição Hispanholla*, §147-9, em rodapé // 19. ²⁶ *Id.* §171, art. 1, em rodapé // 20. ²⁷ *Id.* §225, em rodapé // 21. ²⁸ *Id.* §226, em rodapé.

23. ²⁹ *Id.*, §14, em rodapé.

ssadas em nome do Rei e assignadas pollo Ministerio competente, por ser responsavel perante as Cortes, sem que ellas sejam responsaveis a ninguem. O Povo que as nomea assi por ordem dellas lho outorga.

Portanto o Poder Executivo he sujeito ao Legislativo como hum mandatario seu e ligado deste modo não poderá conter a arbitrariedade das Cortes, que hirão uzurpando o poder com damno da mesma Constituição e chocadas as duas facções o partido executivo combaterá o legislativo, tomar-se-ha a Nação por testemunha e a Nação será victima.

Capitulo Terceiro

Cortes Constituintes de Portugal

A Constituição Hispanholla foi escolhida como disse para Baze da Constituição Portugueza por ser alicersada nos principios consagrados pollos possessos do Liberalismo. Segundo ella expedirão-[24] se instrucções às Authoridades para convidarem os Povos a comprometterem-se em individuos que elegessem em seu nome Deputados às Cortes. Insinuações particulares forão conjunctamente enviadas para dirigir os votos. Todos trabalhavão segundo seus interesses, amisa-des ou ligações porque todos tinham seu partido e nenhum queria ceder. Agitavão-se os animos por toda a parte, porque huns querião ver perdidos seus interesses, outros sua facção. Das difficuldades tiravão-se medidas para as negociações, minava-se e contraminava-se. Neste redopio os Rebeldes parecião cada vez mais grossos em forças, porque obravão de concerto e os outros não se intendião. Em publico todos clamavão se deixasse obrar livre a vontade da Nação e em particular todos solicitavão votos. Queixavão-se huns dos outros e increpavão-se culpas de que não erão menos cúmplices. «Nas Revoluções Politicas, diz hum Escriptor Francez, a authoridade he o pomo da discordia lançado no meio do turbilhão nacional, todos os partidos o buscão com igoal avidez e he o premio dos combates mais obstinados e o motivo dos odios mais implacaveis¹.»

Eis como as Nações exprimem livres sua vontade! Eis como em Portugal triunfa a verdade e a escolha de seus Representantes he feita a aprazimento de todos os Portuguezes, os Rebeldes!! Estes conse-

31. ¹ *Dauray de Brie, Theoria Introd.*, em rodapé.

guirão na maioria seus perversos intentos, porque souberão dispor com tempo a opinião publica a seu sabor, e assi [25] colherão as melhores vantagens. Contudo isto não foi para elles muito, ou não lhes pareceu tal, por quererem tudo conseguir e grandes difficuldades lhes fazerem barreira que era mister vencer. Por isso buscou-se arredar para o diante os estorvos passados e estabeleceu-se numa forma nova de Eleições que por mais abreviada parecia mais propria e por mais igoal mais justa. Mas o tempo que nada incobre não tardou em mostrar o engano. Procedeu-se as eleições dos Deputados para as Cortes Ordinarias e desenvolveu-se com toda a força o veneno de tal medida. A rebeldia bem apegada quazi por toda a parte não poupou os meios ainda os mais indignos, era para ella huma acção louvavel abuzar e servir-se da amizade e intrepôr a authoridade, empregando ao mesmo tempo a força e o medo². N'huma palavra mostrou-se desmascarado em Portugal o soborno acompanhado de todos os crimes de que foi victima Grecia e Roma e de que a Inglaterra ainda hoje nos offerece hum triste exemplo³.

Forão estes os resultados da Eleição Directa, forão estes os bens que nella se promettião. Aniquilarão-se as graduações sociaes para sobre ellas se alevantar o trono da felicidade nacional. Chamarão-se os povos à liberdade e ensinou-se-lhes perpetrar acintamente o [26] crime. Deve ser objecto das leis dirigir as acções dos homens em modo a fazer sua ventura e com ella a felicidade geral, mas fazer leis para desmoralizar os povos parece ser maxima dos Reformadores. Será acazo, mas pode reputar-se systema e a repetição livra da suspeita de milagre. Sem duvida he mister que os males fação frente aos males, mas em proporção de males sempre o menor, porque na alternativa he hum bem. Os reformistas dizem que na eleição directa está o menor mal, porque pertendem com ella arredar os estorvos em que tropesarão os Portuguezes que fracos avaliadores do merecimento dos homens escolherão para seus Procuradores muitos que disso erão

14. ² *Os Agentes do Pedreirismo chamavão isto ajudar a boa cauza. Deste modo parece ser principio de sua conducta conseguir os fins, quaesquer que sejam os meios. Ah! Patifes! Patifes!! Que não ouzareis vos em crimes apertados se ja agora assi procedeis! Mas...*, em rodapé, estando o e da palavra ouzareis sob borrão // 17. ³ *Pillet, Inglaterra vista em Londres, cap. 9, em rodapé // 19. graduações, estando o segundo a sob borrão.*

27. *porque*, estando a letra o sob borrão // 29-30. *tropessarão*, emendado.

menos capazes por perversos sollipsos ou por estranhos a todas as luzes. Luzes que perdidas na morte do Rei Salomão só os Hironitas⁴ com seu incançavel trabalho hão sabido achar e em si conservão com thezouro que deve hum dia fazer a ventura dos homens e de que a Constituição Portugueza he exuberante prova.

Soberanos Legisladores, benfazejos e sabios Hironitas, graças mil vos sejam dadas por tantos bens como tendes accarretado sobre o povo Portuguez. Só a vossa perespacia tem sabido descobrir o meio de promover a felicidade dos homens, fazendo igoaes aquelles que a natureza formou desigoaes e declarando livres aquelles que por força de sua construcção estão sujeitos à dura lei da necessidade. Vos tendes offuscado a gloria de Solon, de [27] Licurgo e de Zamolxis, só vos sois dignos de governar os homens, sois igoaes aos Deozes.

Não he permittido aos Profanos⁵ haver conhecimento de doutrina tão sublime, todos professão opinião contraria porque a experiencia sua mestra lha ensina. Deos estabeleceu entre os homens a mesma diversidade que se observa em todas as suas demais obras. As forças do corpo e do espirito, as paixões, as ideas de commodidade e os meios de promove-la são evidentes provas da differença que ha entre elles e são bem assi a cauza desta desigoaldade que longe de prejudicar ajuda a vida e a mantença da Sociedade. Se os homens fossem igoaes a Sociedade teria huma existencia efemera⁶.

«A diversidade que ha entre os individuos da especie humana, diz hum filosofo acreditado, faz nelles a desigoaldade principio conservador da Sociedade. Se os homens fossem igoaes em forças e talentos não precisarião huns dos outros, mas a differença das capacidades e com ella a desigoaldade reduzindo-os a huma necessidade reciproca, obriga-os a não viverem isolados. Portanto esta desigoaldade de que sem razão nos queixamos e a impossibilidade de cada hum por si só trabalhar efficientemente por conseguir huma commodo conservação, fa-[28]zendo-nos dependentes huns dos outros nos reduzem a venturoza necessidade de conciliar o favor dos outros homens e viver

2. ⁴ Nas ceremonias pedreirais faz-se commemoração de Salomão e chora-se a morte de Hirão, que elles contão por seu mestre, por isso se lhe dá aqui o nome de Hironitas. V. a Sentinela contra os Pedreiros por J. A. M., em rodapé // 14. ⁵ Os Pedreiros dão este nome aos que não são da seita, O contraposto he Sagrado, assi compete-lhe, em rodapé.

22. ⁶ Politica Natural, Disc. 1, §10, em rodapé.

com elles em sociedade para repellir com forças communs o que podia offender nossos interesses. Daqui vem que o fraco vai buscar abrigo à sombra do forte, o qual vai tambem valer-se da sabedoria, talentos e industria do mais fraco todas as vezes que julga hir nisso a sua utilidade. Nem por outra razão as Nações distinguem os Cidadãos que lhes fazem serviços e segundo suas necessidades honrão e recompensão as pessoas cujas luzes beneficios succorros e virtudes promovem suas vantagens reaes ou facticias prazeres e sensações agradaveis em todo o genero. Por seu influxo o genio adquire ascendencia sobre os homens e força povos inteiros a reconhecerem seu poder. Assi a desigualdade e diversidade das capacidades fizicas e moraes reduzindo os homens ao estado de necessitarem dos outros homens obriga-os a viver em sociedade e lhes prova a evidente necessidade da moral⁷.»

Esta he a lingoagem dos homens porque he a lingoagem da razão a experiencia de todos os dias he em seu abono. A desigualdade dos homens vai introduzir-se com elles na Sociedade civil, querer bani-la he querer banir o homem e cavar-lhe a sepultura nas ruinas da Sociedade.

[29] O systema da igoaldade não tendo logar na fizica, não pode te-lo tambem na moral nem na politica, querer sustenta-la he querer perturbar toda a ordem estabelecida com geral desassocego e ruina dos Estados. Similhante maxima alterando a segurança embota todas as faculdades do homem e o deixa qual outro vegetal sem actividade precipitado no nada da apathia. Com ella a emulação esmorece, as luzes fogem, as artes desaparecem e as Nações depois de haverem contado muitos seculos de gloria tornão a entrar no estado selvagem donde tinhão sahido⁸.

Não se me diga que esta doutrina he falsa e subversiva de toda a ordem porque eu posso retorquir e lançando mão da historia dos tempos passados talvez sustente o que ainda não avancei. Porem dirão, o que he hoje bem vulgar, que pertendo dar armas aos Corcundas para sustentar o Despotismo. Mas por mais que me disponha attento a ler os annaes do mundo até agora não pude encontrar povos assi denominados. Seria que a todos os Historiadores e Geografos escapasse povo de tal nome? Tão esquecido tem estado e tão celebre he

13. ⁷ *Leis do mundo fizico e moral*, P 1, cap. 9, em rodapé // 23. *emulação*, com a letra *u* sob borrão // 26. ⁸ sob borrão // 26. ⁸ *Dauray de Brie, Theoria*, L. 2 e 5 J. *Bentham, Principios do Codigo Civil*, P. 1, Cap. 11, em rodapé.

hoje? Ou talvez se pertenderá falar dos habitantes de Caconde e que não chegue a lingoa? Supondo-o elles não me conhecem melhor do que quem ler este escripto, se chegar a sahir do horador, nem eu percebo sua linguagem, de modo que para communicar com elles seria mister intender-me com esses que blazonão ter relações entabladas com todo o mundo. Logo como dar-lhe armas para sus-[30]tentar o Despotismo?

Demais a palavra Despotismo tem sido applicada aos Governos que não são Republicanos, porem ou ella compete aos Monarquicos e Republicanos ou compete a nenhum, porque ou designa disposições particulares exigidas pollas circumstancias e que são como excepções feitas as leis geraes e o Despotismo he proprio de todas as formas de Governo, ou significa a administração de hum Estado segundo a vontade daquelle que está a testa do Governo por lá não serem conhecidas leis que regulem as acções dos individuos e o Despotismo não existe⁹. Mas concedendo que exista nesta ultima hypothese como poderá minha opinião ministerar-lhe armas? Tanta authoridade merece hum desconhecido? Ou de tanto peso são suas razões? Se isto he reconhece-se a justiça da cauza que tenho a braços e eu felicito os que vivem governados pollo Despotismo porque são governados polla verdade, por ser a escora do Despotismo. Oh! quanto me regozijo com tamanha descoberta, por poder fazer com ella a felicidade dos homens. Suas acções reguladas polla verdade nunca motivarão perturbações por serem maquinadas pollo erro o qual ficando estremado da verdade será por todos conhecido. Mas demos pressa a concluir esta tarefa se nella tanto vai interessado o bem da humanidade.

Os homens são desigoaes por sua natureza e a sociedade [31] não pode faze-los igoaes, porque não pode levar de encontro as leis que Deos lhe deu e aquellas com que rege o mundo e quando podesse não devera porque seria a si mesmo destruir-se. He falso, he erro dizer-se que todos nascem e todos morrem da mesma sorte, porque todos nascem e todos morrem mas cada hum de seu modo e pregar o contrario he querer levar de chofre as lições da natureza. Sabemos polla experiencia e polla razão que não ha igoaldade nas producções da natureza e muito menos pode haver identidades. Em toda a natu-

2. *chegue*, estando *ue* sob borrão // 8. *applicada*, estando o primeiro *a* emendado de *p* // 16. ⁹ Brinot, *Theoria das leis criminaes, Introd.*, em rodapé.

reza reina sim a proporção, porque tudo nelle são causas e effeitos que a seu tempo vem a ser cauzas produzindo novos effeitos mas tão variados como diversas podem ser as combinações. Igoaldade de huma idea sem prototipo, tudo respira desigoaldade, tudo a inculca. Logo os homens não podem ser igoaes, e por isso não podem ter igoaes direitos ou para melhor dizer exigir da sociedade igoaes serviços¹⁰.

O homem he hum ente dotado de sensibilidade e intelligencia que tende continuamente a conservar-se e a gozar. Suas necessidades, que são como condicções necessarias de sua existencia o advertem disso porfiadas e suas faculdades lhe menisterão meios para [32] conseguir-lo¹¹. Hum grao dado de intelligencia suppõe outro proporcionado de sensibilidade e não tendo os homens igoaal delicadeza de órgãos não podem ter igoaal sensibilidade. Deste modo não podem ter igoaes necessidades nem igoaes meios para supri-las. Aquelle que mais destro ou forte de maior quantidade de meios tiver a dispor de mais vantagens goza. Tirar-lhas em favor doutro menos habil he hum roubo que nem a necessidade pode escuzar. Assi a desigoaldade fisica traz consigo a desigoaldade moral e com ella a desigoaldade dos bens. A sociedade dá entrada ao homem tal como sahiu organizado e não pode alterar sua natureza porque aquella he obra do homem e esta não he obra da sociedade, de seu dispor só he amolda-lo para tirar delle o maior interesse possivel. Porem esta maioria de interesses carece de huma compensação proporcionada ao menos que não seja n'huma sociedade Leonina. Por este modo vem a sociedade a admittir a desigoaldade politica e a desigoaldade civil vem no seu seguimento.

Ora o que significa A Lei he igoaal para todos¹²? Os nossos Cori-

6. ¹⁰ A palavra *Direito* tem sido geralmente considerada como significando certa vantagem proveniente da Lei em favor de hum ou mais individuos dados e contraposta à palavra *Obrigaçào* com que se pertende significar a necessidade de respeitar o beneficio que chamão *Direito*, sem se advertir que *Direito* juridicamente fallando quer dizer Lei ou *Colleção de Leis* e que de toda a lei rezulta a obrigaçào que reduz o homem a necessidade de executa-la. Da execuçào da lei rezultão *Serviços* e podem ser geraes ou particulares, affirmativos ou negativos, activos ou passivos etc. Bentham parece ter sentido a necessidade desta classificação. V. *Prospecto de hum corpo completo de Legislaçào*, cap. 2, em rodapé estando com que se pertende emendado de outras palavras e em *Prospecto* o t emendado de c // 8. conservar-se e a, estando se e a sob borrão // 11. ¹¹ Perreau, *Elementos de Legislaçào Natural*, P. 1, Sec. 1, em rodapé // 16. roubo, estando rou sob borrão // 26. ¹² *Constituiçào*, art. 9, em rodapé.

feus do Liberalismo consagrarão este principio mas andarão elles bem avizados nisso? Se a Lei he igoal para todos todos são igoaes à face da [33] Lei, a inversão valle o mesmo porque a igoaldade he estabelecida. Creio ter fallado sobradamente sobre ella, ou seja proveniente de leis politicas ou de leis civis, porque estão de tal sorte ligadas que nem Aristoteles com suas destiñções ou Alexandre com sua espada serião capazes de separa-las. Tudo em a natureza he desigoal, a lei só pode minorar esta desigoaldade, proporcionando a todos geralmente meios de augmentar a sua felicidade segundo suas circunstancias, creando o maior numero de gozos, porque o prazer e a dor são os unicos incentivos do homem. A igoaldade he sempre hum fim e decretar a igoaldade de serviços he authorização a insubordinação. As leis nunca cessão de estabelecer desigoaldades porque toda a lei impoem serviços os quaes não podem ser proveitozos a huns sem que sejam peizados a outros. Todo o serviço passivo he hum bem por crear huma commodidade, todo o serviço activo he hum mal por acarretar hum incommodo. A igoaldade he huma quimera¹³.

A lei conferindo hum bem constitue Delicto a acção que contraria o gozo deste bem e por isso ordena e prohibe. Deste modo restringe a liberdade dos Cidadãos. Logo que he a Liberdade se para a acquezição de hum Bem se exige o sacrificio della? A palavra liberdade parece inculcar no homem certa capacidade de obrar independente de todos os motivos, mas existirá ella? O homem será superior a tudo quanto existe para que nada possa influir sobre sua acção? Ou existe fora do grande mun-[34]do que obrando sempre segundo as leis que Deos lhe impos obriga tudo quanto incerra a obrar em harmonia com as acções e movimentos que todos os seres produzem na razão de suas inergias particulares? Não. O homem pequena porção deste grande todo logo que começa a existir fica sujeito a experimentar as influencias de tudo quanto o rodea e obrigado por huma força irresistivel principia a descrever o circulo de variações a que Deos o sujeitou dando-lhe a existencia, os entes que o cercão determinão todas as suas acções. Sem consultar seu querer ou não querer o homem entra no mundo depois de ter recebido huma organização que delle não dependeu. Independentemente de sua vontade adquire ideas e

14. *os quaes*, sob borrão // 17 13. *Bentham, Principios do Codigo Civil P. I, cap. 3 e 11*, em rodapé. // 27. *as*, sob borrão // 29. *sujeito*, estando *suj* sob borrão. // 35. *dependeu*, sob borrão.

forma habitos tão differentes como os objectos que lhos fazem contrahir, n'humas palavras sofre continuadas modificações provenientes de causas viziveis ou occultas que regulão necessariamente seu modo de existir, de pensar e de obrar. Para ser livre seria mister que todos os entes fossem nullos para elle e que não tivesse sensibilidade para não conhecer prazer nem dor. Porem não estaria nas circunstancias de se conservar ou gozar, sem escolha e indifferente a tudo não saberia o que deveria procurar ou evitar, seria hum ente degenerado e incapaz de obrar do modo que vemos.

No mundo todos os corpos estão ligados entre si por suas atmosferas particulares de modo que ha entre elles influencia reciproca. Assi o homem por sujeito à mesma [35] lei tem sua maneira de obrar segundo as leis geraes da existencia combinadas com as da animalidade e todas modificadas pollas leis geraes da especie de mistura com as de sua propria construcção. Nelle tudo se passa sem sua vontade, os objectos ferem seus sentidos e por estar em continuado contacto com elles soffere suas impressões que dirigem seu pensamento e influem sobre sua vontade, porque ninguem pensa sem ter ideas, nem quer sem ter motivos por occultos e menos persentidos que possam ser. Todo o effeito tem sua cauza, porque sem ella nada existe. Quando muitas causas concorrem a determinar-nos directamente, nossa perplexidade em obrar he prova de falta de consideração e não de liberdade. Se de antemão lhe tiveramos dado seu devido pezo obrariamos promptos, não tendo ja que reflectir. A reflexão he a madura consideração dos motivos que nos determinão a obrar, para vermos quaes produzem melhores ou peores effeitos. O homem não he livre nem sua vontade faz que o seja, porque a vontade he simplesmente huma disposição para querer ou não querer. Humas vezes razões menos averigoadas influem nella de modo que nos fazem ter hum menos discreto procedimento e por havermos pouco reflectido somos qualificados de imprudentes, outras vezes circunstancias imperiozas nos determinão e o vulgo por não estar ao alcance de conhecer de nos não nos julga mais avizados. Occaziões ha em que taes motivos se offerecem que nos não temos conhecimento delles, nem os imaginamos,

18. *quer*, estando *uer* sob borrão // 21. *directamente*, estando *recta* sob borrão // 27. *simplesmente*, estando o segundo *s* emendado de *z*.

e só quanto [36] vemos o resultado concluimos da sua existencia. Tudo nos prova haver no homem o mesmo encadramento de causas e effeitos que por toda a parte se observão no grande mundo, nada de liberdade.

O homem por falta de reflectir tem querido desligar-se da natureza e fazer-se hum pequeno Deos na terra arrogando-se hum attributo que não he mais proprio delle que de ninguem. A liberdade he huma pura abstracção que a soberba do homem tem pertendido realizar no mundo, ainda que tudo lhe prove sua inexistencia. Entretanto porfiado tem querido faze-la vogar por toda a parte, até mesmo no estado civil, apesar das terriveis catastrofes que o tem advertido de sua loucura. Tanta he sua cegueira!

Alguem ha que convindo de boamente no imaginario de tal systema persiste afferrado na necessidade delle para a conservação e boa ordem da sociedade. Eu disculpo esta gente por falta de força precisa para se alevantar contra os prejuizos, mas antes quizeria que ella o acreditasse por livrar-me da suspeita de dobrez. Pois como ajuizar bem de hum homem que reputa o erro util a sociedade? Todo o erro he prejudicial, só a verdade pode ser util. Quem quer que os outros vivão no erro, quiçá pretende tirar partido de sua cegueira ainda com detrimento delles, porque nada ha que justifique suas perensões. Clama-se que sem liberdade não po-[37]de haver imputação, he outro erro. Liberdade não existe e no coração do homem pode-se influir só por motivos porque são elles que determinão a acção. Quando prejudiciaes a sociedade por seus resultados podem ser contrabalançados pollos motivos da lei, que devem sempre ser a utilidade publica ajudada da pena contra os infractores. A idea de não liberdade nunca pode excuzar de seu cumprimento, só a força izenta de imputação porque recae então sobre o forçante em descargo do forçado, por ser elle o author do crime.

Cumprir o que a lei manda he obrigação de todo o homem. Se a lei he util para todos, todos a cumprem, se he prejudicial tem em si a causa da contravenção e só o medo da pena pode fazer executá-la. Eis naquella a utilidade e nesta o medo influindo em sua execução e ambos os motivos determinando a vontade em favor da lei, porque

8. *que a*, estando *a* emendado e sob borrão // 22. *Clama-se quem*, no original.

34. *naquelle*, estando *quelle* sob borrão // 34. *e nesta*, sob borrão.

a utilidade do cumprimento e o prejuizo do não cumprimento são maiores do que a utilidade do não cumprimento e o prejuizo do cumprimento: mas quando todos os motivos da lei não são capazes de contrabalançar os que movem a infringi-la o delicto he certo. Em todos estes cazos a liberdade não existe, contudo na contravenção ha imputabilidade, porque na falta de outros motivos está a razão social que clama polla execução da lei e ser surdo as suas vozes he dar hum passo para a anarquia. Pollo tanto para se [38] verificar a imputação não se faz mister o systema da liberdade, porem sim que o infractor da lei não fosse forçado a infringi-la, porque a imputação recahe então sobre quem o forçou polla violencia que lhe fez, estorvando-lhe o cumprimento da lei. Elle foi cauza de sua infracção e o interesse social demanda o castigo de sua perservidade. Não confundamos não liberdade com coacção, porque são palavras distinctas que tem ideas distinctas.

Chocado em seu orgulho e não achando meios de disfarçar-se quiça perguntará alguem se pertendo governar ou reformar o mundo. Nada disso, mas pertendo mosterar aos homens a cauza de seus males. O systema da liberdade he falso, he erroneo e não he percizo à sociedade, serve só para incobrir a ignorancia de muitos, porque delle se tem feito hum chavão para tudo explicar, nenhuma outra utilidade pode ter e os prejuizos são incalculaveis.

Toda a lei prescreve a conducta dos homens determinando ou prohibindo certas acções por hir nisso o interesse da sociedade. A utilidade geral he o grande objecto da Legislação, descubrir o meio de realiza-la he o grande objecto do Legislador¹⁴. Assi tudo o que a lei não manda ou prohibe he permittido a qualquer faze-lo ou deixar de o fazer segundo seus interesses por não haver motivos que os contrabalancem, mas isto não he ser livre, porque o homem não obra ou deixa de obrar sem motivos. A lei somente lho permite, dá-lhe licença para faze-lo ou deixar de o fazer como melhor lhe convier. Não confundamos liberdade com Licença, porque [39] a palavra licença no seu rigoroso sentido equivale a permissão. Os nossos Corifeos do liberalismo confundirão-se quando disserão A liberdade consiste em

4. *movem*, estando *mo* sob borrão // 23. *ter*, estando *te* sob borrão.

26. *Legislação*, estando *ção* sob borrão // 27. ¹⁴ *Bentham, Principios de Legislação*, cap. 1, em rodapé // 29. *o fazer*, sob borrão // 32. *o fazer*, sob borrão.

não serem obrigados a fazer o que a lei não manda nem a deixar de fazer o que ella não prohibe. A conservação desta liberdade depende da exacta observancia das leis¹⁵. Haverá liberdade por não haver motivos politicos que determinem ou prohibão a acção? Se a ha, a acção não existe, porque a acção he hum effeito o qual suppõe a existencia de huma cauza que não cabe com a liberdade. Portanto existindo acção não existe liberdade, porque devem existir motivos efficientes. Liberdade e acção são couzas oppostas, que não podem ligar-se, porque do nada nada se faz. Então que he essa liberdade tão decantada que os nossos Reformistas decretarão? Elles o digão, eu não os intendo.

Cento e tantos homens juntos n'hum recinto que dizem o Sanctuario das leis para fazerem a felicidade dos Portuguezes e darem lições ao mundo estabelecerão por baze de todas as leis o principio da quimerica liberdade que tinha sido a mola da Revolução Portuguesa e que devia continuar a sustenta-la em detrimento dos leaes e pacificos Portuguezes. Alucinados com principios de seita, de que a razão lhes não deixava conhecer a falsidade, ou o interesse lho não permittia, consagrarão a maxima da liberdade que junta ao similhan-temente falso que terrivel principio de igoaldade foi cimento de todo o edificio social¹⁶. To-[40]marão os por bussula no meio do pelago immenso que hião a sulcar, mas por contrafeita jamais poderá sustentar-se contra o choque dos costumes recebidos e contra o interesse da sociedade Portuguesa. Quando hum edificio he combatido por todos os lados não pode ser duradouro, ao menos que não seja muito bem comentado e construido. Porem a igoaldade he hum principio de insubordinação e a liberdade não he menos outro, porque excluindo todos os motivos altera a segurança e traz apoz de si a anarquia e a dissolução dos Estados. Huma triste experiencia abona esta verdade, porque se n'hum dia se tem tentado realizar do modo possivel este systema, as revoluções do dia seguinte ja o deixão alterado. A historia nos mostra os edificios mal alicersados logo derribados que concluidos. Idade nenhuma poude ver durar edificios sem fundamentos. Foi rezervado só a S. Agostinho ver no ar a nova Hieruza-

2. *ella*, emendado de *a lei* // 3. ¹⁵ *Constituição*, art. 2, em rodapé.

14. *baze*, estando o *b* emendado de *p* // 21. ¹⁶ *Bazes da Constituição*, 2 e 11, em rodapé // 32. *alicersados*, estando o *s* sob borrão.

lem. He mister ser santo e tão favorecido de Deos como elle para ver igoaes milagres, que mal o homem pode crer a não estar bem firme na fé. Os nossos Reformistas, novos Proteos tentarão realizar o que antes delles tinha sido huma quimera. S. Agostinho tinha-se contentado com ver no ar a cidade celeste e descrever sua construcção, mas os nossos Reformistas quizerão ver na terra huma sociedade com bases menos consistentes que o ar.

Os principios de igoaldade e de liberdade levarão os Hironitas nossos legisladores a decretar huma Representação social. Muitos Povos a hão tido e alguns a conservão ainda hoje. Entre Portuguezes não era nova, mas muito nova he a forma que lhe [41] derão os Reformadores. Isto deu-lhe muito em que intender, porque de huma parte estavam os Costumes da Nação e doutra os principios consagrados. Desde o começo da Monarquia era conhecida a divizão das Classes, bem como nos demais Estados, mas o principio dos Reformadores era tudo a nivela-las. Começarão os partidos por apparecer, porque o descontentamento foi geral, vendo huns seus privilegios usurpados, outros seus interesses compromettidos. Porem os Reformadores tendo tudo a seu dispor e tudo postergando trabalharão como lhe aprouve. Estabelecerão huma Camara, vingou o Republicanismo. Suas procurações erão seu grande escudo, porque o Governo intruzo inseriu no authografo das Procurações a clauzula de que a Constituição que fizessem não seria menos liberal que a feita em Cadiz no anno douze. Assi se tinha proclamado em 11 de Novembro de 1820 como se nos deveramos imitar os erros em que outros povos tinham cahido, de nada nos servindo as lições alheas.

A restricção do Poder Real na aprovação das leis foi produzida pollos mesmos principios. A Constituição Hispanhola concede ao Rei o Veto suspensivo por trez annos, mas a Constituição Portugueza não lho concede por trez mezes. O prazo marcado para a Sancção Real he de trinta dias, como na Hispanhola mas está a arbitrio das Cortes determinar menor prazo quando as circunstancias urgirem¹⁷. O Rei ouvido o Concelho de Estado¹⁸ [42] pode suspender a Sancção,

11. *he*, emendado de outra palavra // 14. *começo*, estando *eço* sob borrão // 16. *a nivelas*, no original // 16. *Commeçarão*, parcialmente sob borrão // 23. *menos liberar*, no original.

29. *Veto suspesivo*, no original // 32. ¹⁷ *Constituição*, art. 111, em rodapé // 33. ¹⁸ *Id.* 167, em rodapé.

dando disso conta motivada as Cortes, porem se ellas achão que a lei deve passar apesar das razões ponderadas o Rei a sancionará¹⁹. Quando a Lei não he sancionada nos prazos marcados, intende-se que o Rei a sancionou e não querendo assigna-la as Cortes mandão publica-la em nome do Rei com a assignatura da pessoa em que o Poder Executivo tem de recahir²⁰. Assi a Constituição Portugueza que no Republicanismo sobressahiu quanto poude a Hispanhola, também a sobressahiu em seus erros. O Poder Executivo está paralizado inteiramente em sua acção, porque as Cortes fazendo tudo são absolutas. Do Rei só ha o nome, porque sem pezo algum na balança politica he apenas hum simples Presidente do Directorio Portuguez, o qual he por tudo responsavel às Cortes, sem achar nas ordens do Rei desculpa para seu procedimento²¹. Por este modo o Governo Portuguez he Democratico e não Monarquico Constitucional, porque palavras não influem na realidade das couzas. Atropelarão-se os antigos uzos e por hum erro de politica pertendeu-se amoldar os Portuguezes às leis e não se quiz tomar o trabalho de fazer as leis de molde para os Portuguezes. «Não conhecerão como diz um grande Politico que a organização social depende de combinações infinitamente variadas. O character, os costumes, a aptidão, a religião dos povos, a situação do territorio, sua extensão, população, fertilidade e temperatura são outras tantas formas a que devem sujeitar-se as leis constitutivas em modo que entre ellas e as disposições da natureza nunca haja a menor opposição. Estes são os 43 preceitos da Razão social, a qual por maior perfeição das creações politicas exige que o legislador se associe à natureza para trabalharem ambos de concerto na organização²².»

As subversivas maximas da quimerica igoaldade e liberdade não influirão menos no arrançamento do Poder Judiciario que do Poder Legislativo e Executivo, porque no estabelecimento dos Jurados tiveram os Portuguezes huma Instituição Democratica que para elles foi tão nova quanto opposta a seus costumes. Entre os Portuguezes por antigo uzo erão as cauzas decididas por homens de Lei. Os povos em

2. ¹⁹ *Constituição*, art. 110, em rodapé // 5. *assignatura*, estando o *r* emendado de outra letra // 6. ²⁰ *Id.* 114, em rodapé // 13. ²¹ *Id.* 159 § 4, 160 e 161 em rodapé.

27. ²² *Dauray de Brie, Introd.*, em rodapé // 30. *do Jurados*, no original.

differentes tempos os tinham pedido aos Senhores Reis, pollo mal que se havião com os homens leigos e da propria terra que decidião as cauzas entre as gentes de seus concelhos segundo suas inclinações ou seus odios, achando sempre em sua ignorancia desculpa a suas injustiças²³. O Senhor Rei D. Manoel foi o primeiro que mandou para as terras Juizes de Fora, differindo assi as queixas dos Juizes Ordinarios feitos pollos povos, de que era idolo. Isto não obstante pertende-se que os Juizes Ordinarios sejam novamente estabelecidos entre nos, mudando-lhe o nome no crisma revolucionario pollo de Juizes Electivos.

Mas a instituição dos jurados era inteiramente desconhecida [44] em Portugal, porque nelle a Democracia nunca esteve em voga. Estava reservado ao seculo dezanove faze-la conhecer para dezengano dalguns alucinados. Alem de não haver razões politicas de que se apoie, he inteiramente opposta ao interesse das Nações e socego dos Estados. Favorece a impunidade e tanto basta para dever proscreever-se da lista das Instituições Sociaes. Embora Filangieri pinte com as mais vivas cores suas vantagens reaes ou presumptivas e lhe dê todo o realce contrapondo-lhe abuzos arbitrarios sombreados com bem negras cores, porque em todos os seus escriptos se mostra o homem alucinado, que vendo o mal da canguerina e não lhe sabendo aplicar remedios que de pouco e pouco a fação desaparecer aconselha a amputação²⁴. Era opinião de Bonaparte que para bem moralizar a Europa se fazia mister matar toda a gente maior de sete annos, para bem educar as creanças segundo hum novo plano. Hum e outro entram na mesma vistas, porque o Cavalheiro Italiano tinha o Systema Democratico por unica barreira as desgraças dos homens, enquanto o Nobre Corso considerava a extinção da geração presente como remedio contra a desmoralização.

He natural ao homem a precipitação e os que mais prudentes se dizem não estão izentos de perderem o tino em crises [45] apertados. As Cortes Constituintes não padecerão pouco deste mal. Por cegas de seus principios atropelarão tudo e quizerão naturalizar entre nos huma planta estranha, só porque noutros paizes se diz ter servido de antidoto a todos os males. Porem remedio universal não sei

5. ²³ *Alvara de 7 de Fevereiro de 1782 e 7 de Março de 1801*, em rodapé.

22. ²⁴ *V. Sciencia de Legislação, Liv. 5, cap. 16-9*, em rodapé.

que exista. As molestias são effeitos de differentes combinações que alterando a existencia produzem sensações desagradaveis e tão differentes quanto o são as combinações. Assi a razão de exemplo não prova a necessidade ou utilidade desta instituição entre nos. Hajão boas leis e sejam bem executadas que a Nação será feliz.

Legisladores de todas as Nações ouvi as fracas vozes de hum desconhecido. Se tendes a peito a felicidade de vossos povos conservai-lhe quanto poderdes suas antigas instituições, preparai-os de antemão para as reformas que for necessario fazer, porque todas as mudanças repentinas estão sujeitas a gorarem-se antes de se sentir sua utilidade, o povo conhece-a tarde e nunca a agradece, reformai as leis e reduzi-as a hum Codigo claro e simples que servindo ao homem de bussula no pelago da vida social o guie no caminho que a sociedade lhe tem traçado, simplificali a forma dos processos para que a acção da lei seja prompta, estabelecei penas proporcionadas à gravidade do crime, por não haver escuza para a impunidade [46] responsabilizai os Ministros para não abuzarem da authoridade que lhe confiastes, mas tende conta que a rapidez de sua acção não seja paralizada. Fazendo assi estai seguros que he escuzada a instituição dos Jurados e todo o mais apparatto com que estão por toda a parte adornadas as Constituições.

Isto não he novo porque o Senhor Rei D. Joze querendo dispor os povos a receber com gosto novas medidas fez differentes leis que devião entrar no Codigo como outros tantos titulos e a Senhora Rainha D. Maria encommendando o Codigo mandou fosse formado sobre as leis existentes amoldadas as circumstancias. Mãos calejadas com as redeas do Governo sabem dirigir docemente os povos para onde mais os chamão seus interesses e raras vezes são precizadas a empregar medidas violentas, porque ao contrario de gentes a isso menos affeitas sabem cautelozas prever e evitar o perigo.

Para a boa formação das leis requer-se madureza no legislador e para a sua boa execução he mister que ellas sejam os unicos vinculos do Juiz. Qualquer estorvo na execução das leis frustra sua bondade, por empecer seu devido effeito. A instituição dos Jurados longe de convir aos povos por sua segurança contra os abuzos dos Juizes, he-lhe

12. *reduzi-as*, no original.

30. *sabem*, estando as três primeiras letras emendadas de outras.

inteiramente prejudicial, porque paralizada a acção dos Juizes qualquer pode impunemente provocar a Lei. A impunidade he a mai dos crimes e estes a [47] cauza diluente da sociedade.

Os Jurados repartindo com os Juizes Letrados o conhecimento do feito podem repartir com elles seus abuzos, exaltando ou disfarçando os crimes, porque sendo todos homens se estes podem comette-los aquelles não o podem menos. Quando a ordem da sociedade he perturbada cumpre-lhe logo restabelece-la ferindo os perturbadores com as penas prescriptas na lei e advertindo assi os demais Cidadãos para nunca ouzarem imita-los. O desprezo desta maxima acarretando a impunidade sepulta as Nações n'hum abismo de desgraças de que tarde cheguem a sahir. Mas a suppozição dos crimes não he menos funesta a sociedade porque cauza hum mal irreparavel, empregando a força da lei contra victimas innocentes. A sociedade fica privada das vantagens que tinha dellas a esperar e o povo habituado a olhar compadecido para aquelles sobre quem se exerce o rigor da lei despreza a pena decretada. A execução em vez de recahir sobre o crime descarrega sobre o Juiz e sobre a lei. Eis os males a que inconsiderados Juizes expõem a Sociedade, mas polla-ha a abrigo delles a instituição dos Jurados?

O maior numero de individuos empregados no exame do facto não depõe da maior madureza na sua averiguação. Para ser bem contestado cumpre que haja o maior numero possivel de testemunhas deponentes, mas não o maior numero de Juizes averiguadores. Hum basta porque os documentos per si mesmo fallão. [48] Se hum abuza, mais podem abuzar muitos, porque as razões de abuzo multiplicando-se na razão do numero dos Juizes o expediente paraliza-se polla divergencia dos votos, o não abuzo fica incerto e a responsabilidade he impossivel de verificar-se.

«O maior perigo da pluralidade, diz hum Jurisconsulto Inglez, quer n'hum tribunal, quer n'hum concelho administrativo he diminuir a responsabilidade por muitos modos. Hum corpo numerozo, contando affouto com huma especie de condescendencia da parte do publico commette injustiças a que hum só administrador não se aventuraria. N'huma liga de muitos podem huns imputar aos outros toda a parte odiosa de qualquer disposição. Todos a fazem e nenhum a aprova. Censura-os o publico? Tanto mais numeroza he huma Corporação, tantas mais forças ganha contra a torrente da opinião e tantas mais esperanças concebe de formar hum Estado no meio do estado.

He hum pequeno publico que tem seu espirito particular e protege com seus aplauzos aquelles de seus membros que tem incorrido no desagrado geral. A unidade convem sempre que he possivel ... por fazer recahir sobre hum só toda a responsabilidade moral ou legal. Não tem com quem repartir a honra de sua conducta, mas todo o pezo do vituperio descarrega sobre elle. Se contra todos não tem mais apoio do que a inteireza de sua conducta sem mais defeza do que a estima geral. Se não he inteiro por genio he-o por necessidade, porque seu interesse he inseparavel de seu dever²⁵.»

[49] Com a instituição dos Jurados a justiça muitas vezes deixará de ser justiça e a injustiça será justiça a seu aprazimento, seguir-se-ha o reino da arbitrariedade, porque a lei será impotente. A sociedade qual nao sem leme ou remo andarão boiando a descripção das paixões no horroroso mar da anarquia. Os delinquentes serão impunes e os innocentes castigados, porque simples dictames de consciencia moverão homens sem lei nem calculo declarar tal acção justa ou criminoza²⁶. A consciencia de huns poucos homens e não as provas que depoem da existencia da acção e de suas circunstancias decidirá da sorte de outro homem e do interesse da sociedade. Não he a lei, nem o interesse publico quem o pune, he a consciencia doutros homens quiçá mais culpados do que elle pollo abuzo que fazem da authoridade confiada. Mas a lei he mais culpada do que elles por menis-terar occaziões para o crime. Os legisladores são responsaveis à Sociedade por todos os males que taes disposições lhe acarretarem, porque são filhas não da utilidade publica mas dos consagrados principios de igoaldade e liberdade com que huma seita desorganizadora pretende accubertar sua rebeldia e sua usurpação. He mister desmoralizar o povo e entrega-lo à devassidão para melhor subjuga-lo porque o povo quanto mais corrupto tanto mais he proprio para ser [50] escravo. Favoniadas suas paixões tem por certo conseguir seus perversos intentos. Com estas vistas abolirão-se as devassas geraes e decretou-se que ninguém fosse prezo sem culpa formada. Nos vexames dos povos

9. ²⁵ Bentham, *Principios do Codigo penal*, cap. 21 § 2, em rodapé // 17. ²⁶ Os Jurados nomeados para conhecerem os abuzos da imprensa nas suas sentenças de qualificação do escripto não produzem outras razões em abono de sua decisão senão que consultando sua consciencia acharão o escripto incurso em tal artigo da lei. Se outro retorquisse produzindo semelhantes dictames de consciencia por que parte estaria a razão? O caso seria defcultozo de decedir, em rodapé.

procurou-se achar motivos para semelhantes disposições, mas não se descobrirão meios de empecer os males que a falta de taes medidas devia accarretar. Deixou-se aos offendidos os recursos ordinarios para reclamarem em juizo a reparação da offensa, mas não se reflectiu que elles por involverem as mais das vezes incommodos superiores à offensa vão favorecer a impunidade. Qualquer pode roubar e matar, certo de poder subtrahir-se enquanto se lhe forma a culpa.

Parece que a Constituição só tem por fito favorecer os malfeitores. Boa só para a canalha deixa o homem de bem exposto ao ludibrio dos perversos e sem abrigo. A prizão só permittida em fragrante delicto ou depois de culpa formada acarreta a impunidade e a insubordinação do povo. Quando o delicto se commette, os encarregados da policia rarissimas vezes estão presentes ou logo sobrevem e os circumstantes por inclinação, odio, difficuldade, fraqueza, respeito ou indifferença não procurão as demais das vezes segurar o malfeitor. A formação da culpa não soferendo menos embaraços traz quazi sempre muitas delongas, as testemunhas poucas vezes estão logo a mão e suas relações particulares com o offendido ou com o malfeitor sempre demandão sejam perguntadas muito de espaço, porque o tempo appurando tudo nada incobre. O povo não respeita as ordens de huma authoridade que não teme [51] porque o homem leva-se pollo medo como disse Hobbes, he elle que por via de regra determina suas acções. Assi a authoridade deve sempre ser armada de hum poder capaz de conter o povo no respeito, por ser a baze mais solida da tranquillidade publica e o mais firme apoio da ordem social.

Os Portuguezes tinham huma bem antiga lei que authorizava ter hum accusado em prizão por trez dias sem formação de culpa. Os seus abuzos erão mui inferiores a sua utilidade. O arbitrio pode coartar-se até certo ponto, mas passar alem he dar azo ao crime. Na verdade esta lei ajustar-se-hia mal com o estabelecimento dos Jurados, porem ajustar-se-ha melhor a outra? Creio que não, ao menos que denunciado o crime o Juiz electivo não seja authorizado a formar culpa. Então os Povos sofrerão os mesmos males que outrora os obrigarão a pedir Juizes de Fora. Demais disto os Jurados só tomarão conhecimento dos feitos em epocas marcadas, por não poderem estar sempre

10. *permittida*, estando o *d* emendado de outra letra. // 29. *accuzado*, estando o *u* emendado de *o*.

reunidos. O delicto será punido quando delle for quazi passada a memoria, pollo que o povo se habituará insensivelmente a ser cruel. Só a promptidão no castigo he vantajoza, porque a morozidade motiva a esperança da impunidade e só dá exemplo de barbaridade. Mas esta promptidão he impossivel com o systema dos Jurados, portanto este estabelecimento não tem a utilidade civil que os Hironitas lhe atribuirão.

[52] Perdoem Senhores Legisladores Soberanos se meu modo de pensar se encontra com o plano apresentado pollo celebre Democrata o Deputado Bastos, sustentado pollo Deputado Borges Carneiro famozo Broussel dos nossos dias e aprovado por tantos homens celebres, porque o Systema dos Jurados só pode ter logar nos Estados Republicanos, por não ser obra de bem concertada politica, mas huma instituição Republicana. O antigo Governo Portuguez foi sempre Monarquico moderado pollas Classes do Estado. Todas as nossas instituições até o principio do século passado se sentem disso, mas dahi em deante cahindo em desuzo derão logar a novos costumes accomodados aos do resto da Europa. Porem ou nos antigos tempos ou nos modernos nunca tivemos Jurados. Arbitros he couza mui differente, não erão Juizes authorizados para decedirem todos os negocios, porem sim homens escolhidos a aprazimento das partes que nelles se compromettião para a decizão de hum negocio dado sem a intervenção das justiças. O uzo dos arbitros he mais antigo do que geralmente se pensa e deve sua origem a costumes hoje perfeitamente apagados. He mui boa instituição para povos barbaros, felices forão elles com similhante descoberta, porque os poz a abrigo de muitos vexames. Mas não pode ter logar entre povos civilizados, porque se tem melhor desenvolvida a razão tambem tem mais refinadas as paixões. Hum systema he tanto mais prejudicial quanto mais he susceptivel de abuzos. A facilidade de descobrir meios de abuzar, bem como a difficuldade de attalhar os abuzos está na razão directa da civilização dos povos. [53] O homem quanto mais adulto, instruido e polido, tanto seu coração está mais infectado. Huma triste experiencia abona esta assersão. Os Jurados sofrem muitos abuzos e por isso não convem.

Pertende-se contrabalançar estes males polla economia. Funesto principio! Querer sepultar a Nação no abismo da anarquia a troco

2. *insensivelmente*, estando *insensiv* emendado.

17. *resto*, emendado.

de alguns contos de Reis!! Que systema he este, Hironitas? Não he hum systema desorganizador? Não vai de encontro com o fim das leis, que he a manutenção da ordem na Sociedade? Ah! alucinados que ides preparar com vossas leis o tumulto para todos os Portuguezes e reduzir o nosso paiz a hum dezerto. Attentai, attentai que a vida dos homens por mui preciosa não he para se trocar a dinheiro. Se prezistis a vossa será a primeira escambada, porque sereis victimas do vosso systema. A lei surda aos clamores dos homens não vos acudira porque nos horrores da anarquia sua acção impotente não poderá conter as paixões desenfreadas polla esperança da impunidade e sustentadas pollo espirito de partido. Os bons vos abominarão como cauza de seus males e os maos não saberão poupar-vos. Poupai a Sociedade, embora não se consiga essa economia, porque semelhantes economias não são para querer, por comprometterem a segurança da Patria.

Mas que economias são essas? Em que consistem? Direis que [54] a Nação fica menos gravada com tributos, por não ter a dispender ordenados em hum grande numero de Magistrados. Porem desde antigos tempos não temos estabelecidas entre nos as braçagens? Não pagão os peleiteantes as Custas dos processos e não ficão satisfeitos com isso os Magistrados e as partes fazendo-se-lhes justiça? Respondeis que he hum tributo indirecto, que alem de pezar obriga muita gente a não buscar justiça pollo medo da despeza, quando com o vosso estabelecimento Republicano a administração da justiça he gratuita. Gratuita! Oh miseraveis! Quem achaes disposto a fazer despesas por sahir de caza ainda em serviço da Nação sem que seja indemnizado por algum modo? Não vos alucineis com o espirito de patriotismo. Todos querem paga de seu trabalho, porque a utilidade he o fim de todas as acções do homem. Os Jurados servirem de graça? Tantos exemplos que imitar tem elles em vos? Com isso não abriz a porta ao peculato? Os Magistrados que hão-de estar a testa dos Jurados, quererão fazer profissão de huma vida que só lhes accarreta incommodos, responsabilidade e despesas sem nenhum interesse? Se dizeis que hão-de ser pagos pollo Thezouro então em que o alliviaes? Por certo fica mais sobrecarregado de despesas, porque sendo a administração da justiça gratuita os ordenados dos Magistrados devem equi-

5. *nosso*, sob borrão // 12. *maos*, emendado de *males* // 18. *não*, emendado.
20. *justiçaça*, no original // 26. *patriotismo*, emendado de *partido*.

valer a seu trabalho e com elle a sua sustentação e interesses. Portanto não será mais suave hum tributo indirecto lançado sobre a administração da justiça que ajudando a sustentação do Magis-[55]trado allivia o Thezouro? Não será mais justo hum tributo sobre a administração da justiça em pagamento do trabalho feito em serviço dos pelei-teantes? E por este modo as partes não serão mais promptamente servidas? «Nunca o publico he mais fielmente servido, diz hum Economista Inglez, do que quando a recompensa nasce do serviço e se acha proporcionada com a deligencia empregada em servi-lo²⁷.» Alem de que não vedes que dais azo à má fé à chicana, porque as partes decahindo nada perdem e vencendo podem ganhar muito e pollo menos satisfazer suas paixões? Acazo julgaes evitar a malicia e o dolo, contrabalançando-o com alguma pena? Debalde o pensaes assi. Demais fazer leis para crear crimes he principio abominavel. Antes pagar as custas decahindo da acção do que ser continuamente incommodado polla má fé. Se as custas e a dizima não são capazes de conter a má fé dos letigantes, como hum castigo incerto, polla difficuldade de provar o dolo, poderá conter os mal intencionados?

Dizer-se-ha que feitos os Codigos a importancia das custas será mui deminuta, porque ha-de haver menos processos. Mas não se reflecte que os Codigos podem só abreviar os processos e não empecer a malicia dos homens sua cauza, a qual não cança no assiduo trabalho de subtrahir a lei, porque he huma cadea que dezejamos nos outros e aborrecemos em nos. Acresce [56] que os Districtos são mui desproporcionados e os emolumentos da justiça mui deminutos e irregulares por marcados polla maior parte na idade de ferro de Portugal. Feita a divizão estatistica do Reino o numero dos Juizes de Fora deminuiria consideravelmente e o Estado poderia melhor pagar a quem o servisse. Estes Magistrados tendo por toda a profissão a vida publica se applicarião ao bom andamento dos negocios contenciozos e administerativos e os dirigirião de modo mais proveitozo para os Povos.

Nossos intruzos Legisladores separarão o poder administerativo do contenciozo, dando aquelle as Camaras e este aos Juizes e pozerão huma barreira entre huns e outros marcando-lhes suas atribui-

9. ²⁷ *Smith, Riquezas das Nações, Liv. 5, Cap. 1, Parte 2, em rodapé.*

ções só por estas duas palavras administativo e contenciozo²⁸. Não virão que hião deste modo crear huma authoridade sem acção e que entre ellas devia haver continuados choques, porque sendo heterogenias estavam em continuado contacto. Segundo nossas antigas Leis o poder administativo estava de tal sorte amalgamado com o contenciozo que sem hum corpo de legislação inteiramente contrario, por conforme ao novo systema, estas novas instituições não podião ter hum andamento regular. A organização das Camaras era inteiramente differente, seus membros escolhidos entre os homens bons das terras erão nomeados por El Rei e este corpo Aritocratico era prezidido pollos Juizes tambem nomeados por El Rei. Estes revestidos da jurisdição necessaria para [57] o andamento dos negocios dirigião as operações das Camaras e as fazião executar. Respeitava-se a Camara por seu poder e pollos membros que a compunhão, porque «aos olhos dos homens como disse Mirabeau na Assembleia Nacional da França, os empregos ordinariamente obtem consideração, segundo a idea que se forma das pessoas que os pertendem e occupão²⁹.»

Entre nos as Camaras forão sempre huma especie de Concelhos compostos dos homens bons das terras para a direcção dos negocios economicos e administativos de certo numero de povoações. Com a Monarquia tinha commeçado entre nos esta instituição, ainda que os Romanos tinham ja estabelecido algumas nas povoações a que tinham dado o privilegio de municipio. Porem os Povos do Norte que invadirão a Europa tudo destruirão e formarão novos estabelecimentos e novas leis e com ellas novos uzos e novos costumes. Tudo se esqueceu e foi mister que as sciencias e as artes espantadas da Grecia pollo ruido das armas dos Turcos viessem refugiar-se na Italia para que a Europa recobrasse sua antiga riqueza e seus antigas instituições, que apezar de mal arranjadas erão menos barbaras que o feudalismo que nesse tempo escravizava a Europa³⁰.

[58] Conquistada a Siria pollos Turcos no meio do seculo undecimo, todos os Christãos que pergrinavão nesses paizes levados de veneração pollos lugares sanctos em que Jezus Christo tinha con-

1. ²⁸ *V. Lei da Organização das Camaras*, em rodapé // 13. e as, sob borraão // 17. ²⁹ *Collecção dos Trabalhos na assemblea nacional*, Tom. 6, em rodapé. 25. *novos leis*, no original estando leis emendado de uzos // 30. ³⁰ *Historia moderna para servir de continuação a historia antiga de Robin*, Vol. 9, pg. 529, em rodapé.

sumado a Redempção do genero humano, ficarão expostos aos ultrajes que erão para esperar de povos barbaros. Os Califas conhecendo as vantagens destas pergrinações pollas riquezas que os Romeiros de Jeruzalem deixavão nos seus Estados a troco de Reliquias, provocarão o zelo religioso dos povos da Europa que olhavão aquelle paiz como destinado por Deos para herança do seu povo escolhido. No fim do seculo decimo comeeçarão estas Romagens por se pensar que as fadigas, perigos e dispezas que lhes erão inseparaveis servião de expiação a quazi todos os crimes. Tinha dado origem a esta pergrinação huma voz vaga de que o mundo hia a accabar, porque estavam cumpridos os mil annos de que falla S. João. Os Christãos consternados huns doavão ou testavão seus bens em favor dos Conventos, outros vendião-os para suprir às despesas da Romagem e todos deixavão suas familias e seus amigos para hirem a terra sancta acreditando que Jezus Christo devia então vir ahi julgar os homens³¹.

O mau tractamento que os Christãos Romeiros de volta dos logares sanctos dizião haver recebido dos Turcos indignou a Europa e o Monge Pedro Hermita clamando por toda a parte guerra contra os Infieis dispoz os Principes e os Povos a formar huma [59] Cruzada. O Concilio de Placença e o de Clermonte declarou ser huma obra sancta e quazi toda a gente sem destinação de riqueza, profissão ou sexo se moveu contra os Turcos³². Parecia que a Europa, dizia a Princeza Commene, como arrancada pollo fundamento hia precipitar-se toda sobre a Azia. Dous seculos se persistiu na tentativa de conquistar ou guardar a terra sancta com sacrificio de muitos milhares de homens e immensos thesouros, mas todos os esforços se baldarão porque forão expulsos.

Contudo os Costumes e Legislação da Europa ganharão, porque os Cruzados atravessando paizes mais bem cultivados e Estados melhor civilizados trazião de volta novos uzos e novas instituições. As Cidades da Italia, por obterem então grandes privilegios, estenderão seu commercio e comeeçarão a traficar com a Azia³³. Seu Governo interior foi alterado e formando concelhos obtiverão o privilegio de jurisdição municipal. A residencia dos Imperadores da Alemanha longe da Ita-

15. ³¹ Robertson, *Historia cit. Introd. Sec. 1*, em rodapé // 22. ³² Buriny, *Liv. 6*, em rodapé // 32. ³³ *Historia moderna cit. vol. 9, pag. 408. Morat antiga Italia v. 11, p. 882-5*, em rodapé.

lia e as bulhas em que estavam continuamente empenhados com os Papas e contra seus mesmos Vassallos favorecerão muito esta instituição. No comêço do seculo undecimo algumas Cidades aproveitando-se destas circunstancias arrogarão-se novos privilegios e unirão-se com vinculos estreitos formando corpos politicos governados por leis feitas a contento [60] geral dos habitantes. Outros comprarão os mesmos privilegios aos Imperadores que lhes vendião satisfeitos o que não estavam em circunstancias de negar-lhe. As demais conseguirão a graça da imunidade em modo que antes de findar a Cruzada todas as Cidades principaes da Italia tinham conseguido, comprado ou extorquido os privilegios da Municipalidade.

Bem não era feita esta mudança politica na Italia, quando Luiz o Gordo de França comêçou a dar Cartas de Municipalidade às Cidades de seus dominios para contrabalançar o poder dos grandes Vassallos do Reino que muitas vezes lhe dictavão a Lei. Os grandes Barões exaustos de dinheiro pollas grandes dispezas que lhes accarretarão as expedições à terra sancta, adoptarão fervorosos o exemplo de seu Rei vendendo tambem estas Cartas às Cidades que lhe erão sujeitas, porque apezar disso ser contrario a seu poder os interesses presentes lhes fazião esquecer os males remotos. Pollo mesmo tempo as Cidades de Alemanha comêçarão a adquirir semelhantes imunidades e este uzo se espalhou polla Hispanha e demais Estados Europeos sujeitos ao governo feudal.

Assi na Europa a instituição das Camaras, Concelhos ou Municipalidades data do mesmo tempo em que teve comêço a Monarquia Portugueza. Henrique de Borgonha, segundo sobrinho do Rei Henrique 1.º de França, vindo com outros fidalgos servir na Hispanha contra os Mouros a instancias de seu Tio Affonso 6.º [61] de Castella lançou os alicerces do Reino de Portugal³⁴. Os Senhores Reis seus Successores levados de varios motivos derão foraes a differentes povoações, accomodando-se assi ao uzo geralmente adoptado. Erão ellas as Cartas de Municipalidade contendo por isso não menos os privilegios de que gozarião seus habitantes do que os tributos que pagarião. Entre os privilegios se contava o de serem governados pollos homens bons das terras juntos em Concelho, ao que damos hoje o

29. ³⁴ *Historia de Portugal, trad. por A. de Moraes e Silva, Tom. 1, Sec. 1, em rodapé.*

nome de Camaras. Tíhão authoridade que inda hoje conservão de fazer disposições particulares para o arranjo e bom governo dos povos que lhe erão sujeitos, conhecião das desavenças entre a gente do Concelho e seu Prezidente era encarregado da execução. Cuidavão na segurança interior o Alcaide com seus Quadrilheiros erão os Officiaes encarregados da Policia e recebião as ordens immediatamente dos Alcaides Mores as quaes erão effeito das medidas concertadas com as Camaras a cuja testa estavam³⁵. A segurança exterior tambem era de seu cargo. Quando chamados hião a guerra com as gentes da sua jurisdicção, tributavão os mesmos serviços que os Senhores feudaes porque era huma povoação elevada a ordem de feudataria com os mesmos encargos e privilegios que tíhão os Feudatarios da Coroa. Dos serviços que prestavão aos Senhores Reis na guerra nasceu o uzo dos Esten-[62]dartes que inda conservão as Camaras.

Esta instituição mui alterada pollo arranjo das Ordenanças ora extinctas pertendem os Hironitas fazer ressurgir no estabelecimento das Guardas Nacionaes postas às ordens das Camaras. Couza notavel! Abolirão-se as Ordenanças, instituição precioza por facilitar o armamento de toda a Nação em pé de guerra quando atacada lhe fosse mister defender-se e crião-se Guardas Nacionaes que são as mesmas Ordenanças constitucionalmente crismadas? Não se conheceu sua utilidade com o nome de Ordenanças e reconhece-se com a denominação de Guardas Nacionaes? Com tanta ligeireza procedem nossos intruzos Legisladores? Assi se fascinão com palavras que nenhuma influencia tem na entidade das couzas?

Mas como quer que fosse, as Guardas Nacionaes forão creadas para se lhes confiar a segurança interior dizendo são para arrecear as gentes que fazem das armas sua profissão por terem sido sempre a escora do Despotismo. Em prova traz-se a memoria Carlos 7.^o e Luiz 9.^o de França e muitos outros Reis que se diz avassalarão os povos com a gente que effectivamente tíhão em armas não advertindo os Rebeldes Hironitas que elles mesmos se tíhão servido della para obterem seu triumpho no anno vinte. Afora isso querer estabelecer hoje na Europa o que lhe foi util noutro tempo he querer perde-la, por faze-la retrogradar tanto quanto he o tempo decorrido desde então

8. ³⁵ *V. Ordenações, Liv. 1, Titt. 65-77, em rodapé.*

para cá. O [63] systema de tropas em pé de Ordenanças foi util no tempo em que a arte da guerra não formava hum plano regular nem demandava hum tirocinio, mas nos nossos dias tem hum pé contrario abraçado por todas as Nações por isso he forçozo não arredar do plano geral a não querer perder a existencia politica. A Republica Romana de que tanto se falla se hoje existira teria seguido o mesmo plano. Ella sentiu bem sua utilidade nas vantagens e revezes que experimentou. Se não tivesse deixado relaxar sua disciplina militar Anibal não seria vencedor em Trebia, no Trazimeno e em Canas, nem por igoal motivo o mesmo Anibal vencedor dos Romanos perderia a Batalha de Zama. Tambem em tempos mais modernos Turena não seria batido em Valenciennes pollo Principe de Condé, nem o vencedor de Recroi, Friburg, Norlingue e Sens seria vencido em Arras pollo Visconde de Turena.

Tropas bem disciplinadas sempre forão uteis as Nações para o ataque e para a defeza e se ellas não estão em proporção com as forças do thezouro porque razão nossos intruzos Legisladores abolirão muitos tributos indirectos quando a segurança he o unico serviço que o homem tem a exigir da sociedade e não a quimerica igoaldade e liberdade? O publico não se beneficiou e as rendas do Estado desfalecerão-se. Assi apenas alguns particulares ganharão com a redução dos foros estabelecidos sobre os Bens da Coroa, percebidos parte pollo Thezouro e parte pollos particulares ordinariamente em remuneração de serviços feitos quando geralmente estes foros ou pensões tinham nascido de avenças feitas entre os administradores e os Colonos. [64] Com similhante disposição atacou-se a propriedade que se tinha declarado inviolavel e cauzou-se hum esmorecimento geral por enganar esperanças creadas polla Lei. Por isso augmentando-se a Divida Publica buscou-se hum pretexto para lançar hum tributo. Os principios Hironiticos forão a origem da maior parte das suas leis, por serem as escadas que nossos intruzos Legisladores tinham empregado para subir ao cume da grandeza e dominar os outros. Conseguirão-o e ficarão satisfeitos. Fizerão seus interesses e levarão de chofre os dos Portuguezes, não attendendo que similhante procedimento aperta mais a necessidade de reacção. «Quando os deffeitos da forma ou da administeração do Governo, diz Robertson, produzem na sociedade desordens excessivas e intoleraveis, o interesse commum desco-

bre e emprega logo os remedios mais proprios a destruir o mal, porque os homens podem suportar muito tempo leves inconvenientes, mas quando os abuzos chegam a certo ponto, he mister que a sociedade accabe ou que os reforme.³⁶ Fim».

(A.N.T.T., M.N.E., Cx.^a 78, M.^o 4, N.^o 62 anexo.)

4. ³⁶ Robertson, *Historia cit. Introd. Sec. 1*, em rodapé.

FONTES E OBRAS DE CONSULTA

I — FONTES MANUSCRITAS

- A.U.C. — *Livro das Certidões de Idade, 1772-1883.*
— *Matrículas, Anuário da Universidade de Coimbra, 1800-1810.*
— *Exames, Livro de Actos e Graus — 1801-1805.*
— *Relação dos Bachareis Formados em Cânones, Informações desde 1786-1787 até 1805-1806.*
- A.A.C.P. — *Correspondência Recebida, 1835-1840.*
— *Livro do Copiador de Correspondência, n.º 1, 1834-1837.*
— *Relatório de 1837.*
- A.N.T.T. — *Mercês de D. Maria II, Livro IV.*
— *Mercês de D. Maria II, Livro X.*
— *Actas da Junta creada... para preparar o Projecto de Lei da Carta fundamental da Monarquia Portuguesa, etc..*
- B.G.U.C. — *Lamento e pranto Do... Protector da Confederação do Rheno... executado ... e fielmente ..., escrito por Josino Duriense, 1808, 12 de Setembro.*
- B.N.L. — *Correspondência dirigida a Ferreira Borges, F. g. 10706.*

II — FONTES IMPRESSAS

1. OBRAS DE JOSÉ FERREIRA BORGES

- *Carta ao illm.º e exm.º Sr. comendador Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, em resposta ao Manifesto que o mesmo dirigiu às Cortes em 12 de Fevereiro de 1821, Lisboa, 1821.*
- *Instituições de Direito Cambial Português, com referência às leis, ordenações e costumes das principais praças da Europa ácerca de letras de câmbio, Londres, 1825.*
- *O Correio Interceptado, Londres, 1825.*
- *Dissertações Jurídicas, Londres, 1826.*
- *Do Banco de Lisboa, 1827.*

- *Alegação juridico-comercial sobre a cláusula «Livre avaria» no contrato de risco a favor da Manuel José de Oliveira*, Lisboa, 1828.
- *Duas Palavras sobre o chamado «Assento dos Três-Estados do Reino, junto das Cortes na Cidade de Lisboa, feito a 11 de Julho de 1828*, Londres, 1828.
- *Cartas ao reverendo P. José Agostinho de Macedo sobre a «Besta Esfolada»*, Londres, 1829.
- *Comentário sobre a legislação portuguesa acerca das avarias*, Londres, 1830.
- *Jurisprudência do Contrato Mercantil, de sociedade segundo a legislação e arestos dos códigos e tribunais das nações mais cultas da Europa*, Londres, 1830.
- *Princípios de Sintelologia, compreendendo em geral a teoria do tributo, e em particular observações sobre a administração, despesas do Reino de Portugal*, Londres, 1831.
- *Observações sobre um opúsculo intitulado «Parecer de dois conselheiros da Coroa Constitucional sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal*, Londres, 1832.
- *Revista Crítica da segunda edição do opúsculo «Parecer de dois conselheiros da Coroa Constitucional sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal*, Londres, 1832.
- *Autópsia do «Manifesto» do infante D. Miguel datado em 28 de Março de 1832*, Londres, 1832.
- *Opinião jurídica sobre a questão: Quem deve ser o regente de Portugal, destruída a usurpação do infante D. Miguel?*, Londres, 1832.
- *Gerente e não regente: ou veto à doutrina anticonstitucional do & 14 do «Manifesto» do sr. D. Pedro de Alcântara. ex-imperador do Brasil*, [sem local e data de publicação, assinado L. V. C. M. tem sido atribuído a Ferreira Borges].
- *Instituições de Medicina Forense*, Paris, 1832.
- *Cartilha do Cidadão Constitucional, dedicada à mocidade portuguesa*, Londres, 1832.
- *Código Comercial Português*, Lisboa, 1833.
- *Instituições de Economia Política*, Lisboa, 1834.
- *Das Fontes, Especialidades e Excelência da Administração Comercial, segundo o Código Comercial Português*, Porto, 1835.
- *Memória sobre o recurso da revista. Defesa da legislação contida nos artigos 115 e 116 do Código do processo Comercial Português*, Lisboa, 1836.
- *Exame crítico do valor político das expressões «Soberania do Povo» e «Soberania das Cortes», e outrossim das bases da organização do poder legislativo e sanção do rei*, Lisboa, 1837.

- *Memória ou refutação do relatório e decretos do ministro das Justiças, o reverendo António Manoel Lopes Vieira de Castro, na parte relativa à administração comercial*, Lisboa, 1837.
- *Diccionario Jurídico-Comercial*, Lisboa, 1840.

2. JORNAIS DE QUE FOI REDACTOR

- *O Chaveco Liberal*, de colaboração com Paulo Midosi e Almeida Garrett, Londres, 17 números, de 9 de Setembro a 30 de Dezembro de 1829
- *O Palinuro*, Londres, 20 números, de 2 de Agosto a 5 de Dezembro de 1830.

III — OUTRAS FONTES E OBRAS DE CONSULTA

- Actas das Sessões das Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituinte das Nação Portuguesa*, 6 Vols., Lisboa, 1821-1822.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal*, Tomos V e VI, Coimbra, 1927 e 1929.
- ALMEIDA, Manoel d', *Compêndio de Economia Política*, Lisboa, 1822.
- AMORIM, Francisco Gomes de, *Garrett, Memórias Biográficas*, Porto, 1881-1884
- AMZALAK, Moses Bensabat, *Do Estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*, Lisboa, 1926
 - *A Economia Política em Portugal — O Fisiocratismo — As Memórias Económicas da Academia e os seus colaboradores*, Lisboa, 1922.
 - *João Baptista Say e a sua influência nos estudos económicos de Portugal*, Lisboa, 1932.
 - *Economistas Brasileiros. José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756-1835)*, Coimbra, 1942.
 - *Francisco Solano Constancio e os economistas clássicos britânicos*, Porto, 1942.
- Arquivo Pitoresco*, Vol. II, Lisboa, 1858.
- ARAÚJO, Francisco Duarte de Almeida e, *Chronica da Rainha a Senhora Dona Maria II*, 2 Vols., Lisboa, 1859.
- ARAÚJO, José Maria Xavier de, *Revelações e Memórias para a História da Revolução de 24 de Agosto de 1820 e de 15 de Setembro do mesmo ano*, Lisboa, 1846.
- ARRIAGA, José de, *História da Revolução Portuguesa de 1820*, 4 Vols. Porto, 1886-1889.
- ARTOLA GALLEGÓ, Miguel, *Los Orígenes de la España contemporánea*, 2 Vols., Madrid, 1959.
- AZEVEDO, João Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, 1947, (2.^a ed.).
- AZEVEDO, Julião Soares de, *Condições Económicas da Revolução de 1820*, Lisboa, 1944.

- BABO, Carlos, *A Sombra de D. Miguel*, Lisboa, s.d..
- BASTOS, Carlos, *Associação Comercial do Porto, Resumo Histórico da sua actividade desde a fundação até ao ano das Comemorações Centenárias de 1834-1940*, Porto, 1942.
- BASTOS, J. T. da Silva, *História da Censura Intelectual em Portugal*, Coimbra, 1926.
- BALBI, Adrien, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve comparé à des autres etats de l'Europe*, 2 Tomos, Paris, 1822.
- BERARDO, José de Oliveira, *Revista Historica de Portugal desde a Morte de D. João VI até ao falecimento do Imperador D. Pedro*, Porto, 1846.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. V, Lisboa, 1935.
- Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, n.º 1, Janeiro de 1889.
- BOISVERT, George, *Un pionnier de la propagande liberale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853), notes biographiques*, Lisboa, 1974.
- Bota (O) Fora do Catavento ou a cabeça do bacalhau fresco, burlleta em dous actos, offerecida aos originaes que elle representa, por hum dos seos admiradores*, Lisboa, 1872 (atribuída a José Joaquim Ferreira de Moura).
- BRAGA, Teófilo, *História da Universidade de Coimbra*, Tomo IV, Lisboa, 1902.
- CABRAL, F. A. da Costa, *Liberals e Absolutistas*, Lisboa, 1932.
- CABREIRA, Sebastião Valente Drago de Brito, *Representação ao soberano congresso nacional de 12 de Fevereiro de 1821 acerca dos sucessos que precederam e seguiram a revolução de 24 de Agosto de 1820*, Lisboa, 1821.
- CALASANS, José, *Os Vintistas e a Regeneração Económica de Portugal*, Baía, 1959.
- Campeão (O) Português ou o Amigo do Rei e do Povo*, Vols. III e IV, Março, Abril, Maio e Junho de 1928.
- CARNEIRO, Manoel Borges, *Portugal Regenerado em 1820*, Lisboa, 1820
- Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa decretada pelo Rei D. Pedro... aos 27 de Abril de 1826*, Ed. de Coimbra.
- CARVAHO, José Liberato Freire de, *Reflexões sobre um parágrafo do Manifesto do senhor D. Pedro, Duque de Bragança, datado de 2 de Fevereiro de 1832*, Londres, 1832.
- *Memórias com o título de Anais para a História do tempo que durou a usurpação de D. Miguel*, 4 Tomos, Lisboa, 1841 a 1843.
- *Memórias da vida de...*, Lisboa, 1845.
- CASSIRER, *Filosofia de la Ilustración*, trad. Esp., México, 1950.
- CASTILHO, Júlio, de *Memórias da Castilho*, Tomo III, Coimbra, 1929.

- CASTRO, Armando de, *Estudos de História Económica de Portugal*, segunda edição, Lisboa, 1980.
- *Fisiocracia e Fisiocratas*, in «Dicionário de História de Portugal», dirigido por Joel Serrão, Vol. II.
- *Vinho*, idem, Vol. IV.
- *O Pensamento Económico no Portugal Moderno*, Lisboa, 1980.
- Catavento (O)*, *Diálogo entre hum Corcunda e dous liberais sobre a constituição de Portugal feita pelas cortes de 1821-1822* (atribuída a José Joaquim Ferreira de Moura).
- CHAGAS, Pinheiro, *História de Portugal*, popular e ilustrada, 8 Vols., Lisboa, 1899-1903.
- Código Comercial aprovado por carta de lei de 28 de Junho de 1888, e seu repertório alfabético, precedido do relatório do Snr. Ministro da Justiça e dos pareceres das câmaras dos Snrs. Deputados e Dignos Pares da Nação*, Porto, 1892.
- COELHO, José Maria Latino, *História Política e Militar de Portugal desde os fins do XVIII século até 1814*, Lisboa, 1871-1891.
- COELHO, Possidónio M. Laranjo, *Mousinho da Silveira*, Lisboa, 1918.
- Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra (1771)*, Coimbra, 1972.
- Conimbricense (O)*, n.ºs 2244, 3804, 5576.
- CONSTANT, Benjamin, *Cours de Politique Constitutionnelle, par ...*, Bruxelles, 1837.
- Constituição política da Monarchia Portugueza*, Lisboa, 1822.
- CORREIA, João Eduardo Capa Horta, *Liberalismo e Catolicismo — o problema congreganista, 1820-1823*, Coimbra, 1974.
- COSTA, Jaime Raposo da Costa, *A Teoria da Liberdade — período de 1820 a 1823*, Coimbra, 1976.
- DENIS, Henri, *História do Pensamento Económico*, trad. port., Lisboa, s. d..
- Diário da Câmara dos Deputados*.
- Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portugueza*, 5 Vols., Lisboa, 1821-1822.
- Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias e Constituintes da Nação Portugueza*, 3 Vols., Lisboa, 1822.
- Diario das Cortes Extraordinarias da Nação Portugueza*, Lisboa, 1823.
- DIAS, J. S. da Silva, *Portugal e a Cultura Europeia*, Coimbra, 1953.
- *Seiscentismo e Renovação em Portugal no século XVIII*, Coimbra, 1962.
- *O ecletismo em Portugal no século XVIII — génese e destino de uma atitude filosófica*, Coimbra, 1971.
- *O vintismo — realidades e estrangulamentos políticos*, in «Análise Social», Vol. XVI, Lisboa, 1980.

- *A revolução liberal portuguesa: amálgama e não substituição de classes*, comunicação ao colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa 1981, Lisboa, 1982.
- *Pombalismo e Teoria Política*, in «Cultura — História e Filosofia», revista do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. I, Lisboa, 1982.
- *Pombalismo e Projecto Político*, idem, Vols., II e III, Lisboa 1983 e 1984.
- DIAS, Graça e J. S. da Silva, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, 4 Tomos, Lisboa, 1980.
- Dicionário da História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, 4 Vols.
- Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, 3 Tomos, Coimbra, 1972.
- FERRÃO, António, *O Reinado de D. Miguel*, Vol. I, Lisboa, 1940.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro, e CASTRO, Filipe Ferreira de Araújo e, *Parecer sobre os meios de se Restaurar o Governo Representativo em Portugal; por dois Concelheiros da Coroa Constitucional*, Paris, 1832.
- FONSECA, Joaquim Roque da, *Cem Anos em Defesa da Economia Nacional, 1834-1934. História da Associação Comercial de Lisboa*, Lisboa, 1951.
- FOUCAULT, Michel, *Les mots e les choses — une archéologie des sciences humaines*, Paris, 1966.
- FRONTEIRA, Marquês da, *Memórias*, 5 Vols., Coimbra, 1926-1932.
- Gazeta de Lisboa*, n.º 291, 7 de Dezembro de 1827.
- GIDE, Charles e RIST Charles, *História das Doutrinas Económicas — Desde os Fisiocratas aos nossos dias*, trad. port., Lisboa, 1938.
- GODINHO, Vitorinho Magalhães, *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa, 1977.
- *Prix et monnaies au Portugal, 1750-1850*, Paris, 1955.
- GONÇALVES, Luís da Cunha, *Ferreira Borges e o seu Código*, Separata do Boletim da Academia das Ciências, Lisboa, 1934.
- GORJÃO, João Damasio Roussado, *Galeria dos Deputados das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa, instauradas em 16 de Janeiro de 1821, epocha I*, Lisboa, 1822.
- GUERNER, Christovão, *Discurso histórico e analítico sobre o estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro*, Lisboa, 1814.
- HAZARD, Paul, *La crise de la conscience européenne, (1680-1715)*, 2 Tomos, Paris, 1939.
- *La pensée européenne au XVIII^e siècle, De Montesquieu a Lessing*, 2 Tomos, Paris, 1946.
- Heróis (Os) da Revolução*, n.º 2, Lisboa, s.d.

- História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, Tomos VI e VII, Barcelos, 1934 e 1935.
- INOCÊNCIO, Francisco Silva e ARANHA Brito, *Dicionário Bibliográfico Português*, 22 Tomos, Lisboa, 1850-1923.
- Instituição da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro*, Lisboa, 1814.
- JAMES, Emile, *História Sumária do Pensamento Económico*, 2 Vols., Coimbra, 1970.
- Jurisconsultos Portugueses no século XIX*, 2 Vols., Lisboa, Vol. I, 1947, Vol. II, 1960.
- LARANJO, José Frederico, *Economistas Portugueses*, in «O Instituto», Coimbra, 1884 e 1885, Vols. XXI e XXII; seg. ed., com prefácio e notas de Carlos da Fonseca, Lisboa, 1976.
- LAVRADIO, Conde de, *Memórias*, Vol. IV, 1937.
- Liberalismo (O) na Península Ibérica na primeira metade do séc. XIX*, Comunicações ao Colóquio Organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa 1981, 2 vols., Lisboa, 1982.
- LOCKE, John, *Origem do Governo Civil*, trad. port., Londres, 1835.
- LOUREIRO, Fernando Pinto, *José Acúrcio das Neves, precursor do industrialismo em Portugal*, Coimbra, 1964.
- LOUREIRO, João Bernardo da Rocha, *Apendix à Opinião Jurídica do Senhor José Ferreira Borges*, Londres, 1832.
- MACEDO, Jorge de, *A Situação Económica no Tempo de Pombal, Alguns Aspectos*, Porto, 1951.
- MACHADO, J. T. Montalvão, *O Advogado que introduziu a Medicina Legal em Portugal*, Separata dos Anais da Academia Portuguesa de História, II série, Vol. 23, Tomo I, Lisboa, 1975.
- MAGALHÃES, José Calvet de, *História do Pensamento Económico em Portugal, da Idade Média ao Mercantilismo*, Coimbra, 1967.
- MAIA, José Joaquim da Silva, *Memórias Históricas, Políticas e Filosóficas da Revolução do Porto em Maio de 1928 e dos Emigrados Portuguezes pela Hespanha, Inglaterra, França e Belgica*, Rio de Janeiro, 1841.
- MALTHUS, Thomas, *An essay on the principles of population*, Londres, 1803 — *Definition of Political Economy*, Londres, 1827.
- MARNOCO e SOUSA, *Lições feitas ao II ano jurídico 1808-1809*, Coimbra, 1909.
- *Sciencia Economica*, Coimbra, 1910.
- MATA, Caeiro da, *O Banco de Portugal, Esboço Histórico*, Boletim do Banco de Portugal, n.º 63, Lisboa, 1903.

- Memória sobre o estado da agricultura e comércio do Alto Douro*, in «Memórias Económicas da Academia das Ciências», Vol. I, Lisboa, 1702.
- Memórias para a Historia da nossa Brilhante e Gloriosa Revolução de 24 de Agosto*, in «O Campeão Portuguez ou o Amigo do Rei e do Povo», Vol. IV, Março de 1821.
- MERÊA, Paulo, *O ensino do Direito*, in «Jurisconsultos Portugueses do século XIX», I, Lisboa, 1947.
- MONCADA, Luis Cabral de, *Origens do moderno direito português*, in «Estudo de História do Direito», II, Coimbra, 1949.
- MONTEIRO, José de Sousa, *Historia de Portugal desde o reinado da senhora D. Maria I até à convenção de Évora-Monte, com um resumo dos acontecimentos mais notáveis que tem tido lugar desde então até aos nossos dias*, 5 Tomos, Lisboa, 1838.
- MORATO, Francisco Trigozo de Aragão, *Memórias*, Coimbra, 1933.
- NEVES, José Acúrsio das, *Variedades sobre os objectos Relativos às Artes, Comércio e Manufacturas, considerados segundo os princípios da Economia Política*, Tomos I e II, 2.^a ed., Lisboa, s. d.
- PALMELA, Duque de, *Despachos e Correspondência*, Tomo 10, 1828-1835.
- PASSOS, Carlos de, *D. Pedro e D. Miguel*, 1826-1834, Porto, 1936.
- PASSOS, Manuel da Silva, *Exame de algumas opiniões e doutrinas que os senhores Filipe Ferreira de Araujo e Castro e Silvestre Pinheiro Ferreira em seu Parecer, Notas e Análise das Observações e Opiniões Jurídicas do Senhor José Ferreira Borges*, Paris, 1832.
- PASSOS, José da Silva e Manuel da Silva, *Parecer de dous Advogados da Caza do Porto, 1.^o sobre a carta particular que o Senhor Candido José Xavier, Secretario Camerario de S. M. o Ex-Imperador do Brazil, em data de 6 de Janeiro de 1832, dirigiu ao Senhor Rodrigo Pinto Pizarro, Coronel do Exercito da Senhora D. Maria II, Rainha Constitucional dos Portuguezes; 2.^o sobre a comunicação, que S. M. I. o Senhor D. Pedro de Bragança fez ao General Conde de Saldanha na audiencia de 13 do corrente*, Paris, 1832.
- PEREIRA, Ângelo, *D. João VI Príncipe e Rei*, 4 Vols., Lisboa, 1953-1958.
- PEREIRA, José Esteves, *Silvestre Pinheiro Ferreira — o seu pensamento político*, Coimbra, 1974.
- *O Pensamento político em Portugal no Século XVIII* — António Ribeiro dos Santos, Lisboa, 1983.
- *Estatística e liberalismo em Portugal no séc. XIX*, Prelo, n.^o 7, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1987.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Revolução, Finanças, Dependência Externa*, Lisboa, 1979.
- PERES, Damião, *História do Banco de Portugal*, Vol. I, 1825-1846, Lisboa, 1971.

- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Memoria Biographica do Conselheiro de Estado Honorário José Ferreira Borges*, in «Revista Literária», I, Porto, 1838.
- *Prelecções Preliminares ao Curso de Economia Política da Escola da Associação Comercial do Porto*, Porto, 1837.
- PIZARRO, Rodrigo Pinto, *Norma das Regências de Portugal*, Paris, 1832
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Franceses em Portugal nos fins do século XVIII — subsídios para um estudo*, Porto, 1968.
- RIBEIRO, Thomaz, *História da Legislação Portuguesa*, 2 Tomos, Lisboa, 1891.
- RICARDO, David, *Sobre a Teoria da Renda*, Lisboa, s. d.
- *Sobre a Teoria do Valor*, Lisboa, s.d.
- SAMPAIO, Adrião Forjaz de, *Elementos de Economia Política*, Coimbra, 1839.
- *Elementos de Economia Política e Estadística*, Coimbra, 1845.
- SANTOS, Clemente José dos, *Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*, Tomo I, 2.^a ed., Lisboa, 1889.
- SANTOS, Fernando Piteira, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, Lisboa, 1962.
- SAY, J. Baptista, *Cathecismo de Economia Política ...*, trad. port., Macau, 1818.
- *Traité d'Economie Politique*, 2 Vols., Paris, 1803.
- SCHNEIDER, Susan, *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto, Dependência e Subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*, Lisboa, 1980.
- SERRÃO, Joel, *Vintismo*, in «Dicionário de História de Portugal», Vol. IV.
- SÉRGIO, António, *Antologia de Economistas Portugueses*, Lisboa, 1960.
- SILBERT, Albert, *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, 1972.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Silvestre Pinheiro Ferreira: Ideologia e Teoria*, Lisboa, 1975.
- SMITH, Adam, *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, Vol. I, Lisboa, 1981, Vol. II, Lisboa, 1983.
- SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*, Lisboa, 1866-1881.
- STORCH, Henri, *Cours d'Économie Politique ou Exposition des Principes qui déterminent la Prospérité des Nations*, 5 Vols., Paris, 1823.
- TEIXEIRA, António Braz, *O Pensamento Filosófico-Jurídico Português*, Lisboa, 1983.
- TORGAL, Luís Manuel Reis, *Tradicionalismo e Contra-Revolução, o Pensamento e a Acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, 1973.

TORGAL, Luís dos Reis e VARGUES, Isabel Nobre, *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, 1984.

VERDELHO, Telmo dos Santos, *As palavras e as ideias na revolução liberal de 1820*, Lisboa, 1982.

VIANA, António, *José da Silva Carvalho e o seu tempo*, 3 Vols., Lisboa, 1891 a 1894.

— *Introdução aos Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea, 1789-1815*, Lisboa, 1907.

— *Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea*.

I — *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*, Lisboa, 1901

II — *A Emancipação do Brasil*, Lisboa, 1922.

III — *A Carta e a Reacção*, Lisboa, 1958.

ÍNDICE ONOMÁSTICO E IDEOGRÁFICO

- ABBOT: 185
 ABRANTES, Duque de. Ver: JUNOT
 ABREU, José de Mello Castro: 28, 29, 39, 49, 52
 ABRILADA: 240
 ABULA: 409
 AÇORES: 231
 ABSOLUTISMO: 4, 70, 88, 218, 227, 234
 ACADEMIA DA MARINHA E COMÉRCIO: 112
 ACADEMIA DAS CIÊNCIAS: 6, 8
 ACADEMIA MILITAR: 143
 ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA: 67
 AFONSO I. Ver: HENRIQUES, Afonso, D.
 AFONSO III, D.: 392
 AFONSO VI, D.: 315, 386
 AFONSO VI (de Castela): 392, 437
 AFONSO X: 392
 ÁFRICA OCIDENTAL: 230, 232, 342, 353, 355
 ÁFRICA ORIENTAL: 342, 353, 355
 AGOSTINHO, Santo: 424, 425
 AGRICULTURA: 8, 10, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 109, 111, 112, 113, 115, 123, 125, 145, 146, 148, 149, 151, 358, 369, 382, 448
 AGUIAR, António Maria Alves de: 65
 AGUILAR, D. Manuel Maria de: 90
 ALAGOAS: 152
 ALBUQUERQUE, Luis Prates de Almeida e: 270
 ALCÁCER-DO-SAL: 111
 ALCÂNTARA, D. Pedro de. Ver: Pedro IV, D.
 ALEMANHA: 221, 409, 411, 436, 437
 ALENQUER: 339, 341
 ALENTEJO: 226
 ALEXANDRE: 420
 ALEXANDRE III, Papa: 397
 ALFÂNDEGAS: 246, 247, 287, 374
 ALGARVE: 129, 130, 147, 149, 150, 161, 162, 207, 230, 340, 341, 342, 355, 392
 ALMEIDA, Agostinho José Pinto de: 263
 ALMEIDA, Fortunato de: 443
 ALMEIDA, D. Francisco de: 73
 ALMEIDA, João Rodrigues Pereira de: 180
 ALMEIDA, Manuel de: 255, 256, 257, 262, 266, 443
 ALMEIRIM: 314
 ALVITO, Marquesa do: 64
 AMADEO, Victor (Duque de Sabóia): 315
 AMARANTE, conde de: 37, 44, 50
 AMARO, Padre. Ver: FREITAS, Joaquim Ferreira de
 AMORIM, Francisco Gomes de: 443
 AMZALAK, Mosés Bensabat: 21, 256, 443
 ANADIA: 102
 ANARQUIA: 210, 214, 236, 362, 397, 423, 432
 ANDRADA, António Carlos Ribeiro de: 134, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163
 ANDRADA, José Bonifácio: 162
 ANDRADE, Bernardino Freire: 25
 ANDRADE, Gomes Freire: 28
 ANDRADE, José Ferreira de: 286
 ANDRÉ. Ver: DIAS, André Henrique Santos Correia Rodrigues
 ANÍBAL: 439
 ANTUNES, Bento José: 65, 66
 ARAGÃO: 408, 411
 ARANHA, Brito: 447

- ARAÚJO, Ana Cristina: 24
 ARAÚJO, Francisco Duarte de Almeida e: 58, 443
 ARAÚJO, José Maria Xavier de: 22, 27, 28, 29, 31, 39, 49, 200, 443
 ARGANIL: 342
 ARGUELLES: 259
 ARISTÓTELES: 3, 420
 ARMADA: 246, 368, 381
 ARQUIVO PITORESCO: 23, 443
 ARRAS: 439
 ARRIAGA, José de: 11, 163, 443
 ARTOLA GALLEGÓ, Miguel: 443
 ÁSIA: 232, 293, 353, 436
 ASSEMBLEIA NACIONAL: 324
 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LISBOA: 202, 203, 269, 446
 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO: 190, 191, 192, 193, 202, 203, 268, 269, 444, 449
 ASTÚRIAS: 407
 ATLÂNTICO: 103, 145, 163
 ÁUSTRIA: 210
 AVEIRO: 102, 230, 342
 AVIZ: 341
 AYRES, João: 22
 AZEVEDO, João Lúcio de: 443
 AZEVEDO, Julião Soares de: 11, 103, 147, 443
 AZUNI: 185

 BABO, Carlos: 444
 BACHIO: 18
 BACON, Francis: 3
 BAÍA: 142, 152
 BAILE: 390
 BAIRRADA: 102, 113
 BALANÇA COMERCIAL: 10
 BALBI, Adrien: 444
 BALDASSERONI: 185
 BANCO COMERCIAL DO PORTO: 191
 BANCO DE LISBOA: 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 143, 149, 243, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 294, 295, 296, 441
 BANCO DE INGLATERRA: 57, 125, 280, 283, 284, 285, 287, 289, 290, 291, 294
 BANCO DE PARIS: 57, 281, 283, 287, 289, 290
 BANCO DE PORTUGAL: 272, 447, 448
 BANCO DO BRASIL: 143, 149, 179, 180
 BANDEIRA, Pedro Rodrigues: 130, 152
 BARBOSA, José Joaquim: 282
 BARCELOS: 230, 341, 399
 BARREDO, José Pereira da Silva Leite: 28, 34, 46, 48
 BARREIROS, Joaquim Velez: 65, 66
 BARRETO, Tibúrcio Joaquim: 28
 BARROS, António Lobo Teixeira de: 29
 BARROS, José António de Oliveira Leite de: 213, 214, 218, 220, 227, 228, 313, 316, 318, 319, 351
 BASES DA CONSTITUIÇÃO: 89, 106, 114, 167, 169, 171, 172, 178, 179, 222
 BASTO, José Ferreira Pinto: 198, 229
 BASTOS, Carlos: 191, 269, 444
 BASTOS, José Joaquim Rodrigues de: 114, 213, 217, 225, 228, 230, 300, 318, 319, 341, 342, 350, 351, 432
 BASTOS, J. T. da Silva: 444
 BEIRÃO, Francisco António da Veiga: 207
 BEJA: 342
 BEJA, João Bernardo Freire de Andrade e: 220, 222, 400, 401
 BEIRAS: 104
 BELAS, Marquês de: 64
 BELÉM: 152
 BÉLGICA: 68, 72
 BELL: 185
 BELO, Filipe: 409
 BENTHAM, Jeremias: 88, 404, 417, 419, 420, 423, 430
 BENTHAM, Samuel: 252
 BERARDO, José de Oliveira: 444
 BERESFORD: 30, 32
 BERLENGAS: 163
 BERTI: 18
 BETHENCOURT, Francisco de Lemos: 93, 105
 BICAMARELISMO: 90, 170, 213, 214, 227, 229, 306, 308, 309, 310, 311, 316, 326, 327, 344, 345, 347, 350, 391

- BILHON: 280
 BINKERSHOOCK: 185
 BISPO: 172, 173, 224, 232, 236, 306, 364, 366
 BLANCAS, Hieronimo: 386, 410, 411
 BOISVERT, George: 444
 BOLSA: 190
 BONAPARTE, Napoleão: 25, 26, 397, 427
 BONIN, Charles: 88
 BORGES, António Ferreira: 15
 BORGES, Bernarda Ferreira: 15, 203
 BORGES, Joaquim Ferreira: 251
 BORGES, José Ferreira Borges: 13, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 98, 106, 108, 111, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 141, 154, 155, 157, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 214, 234, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 276, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 441, 442, 446, 447, 448, 449
 BORGES, José Ferreira (Pai): 15
 BORGONHA, Henrique de: 437
 BOTA (O) Fora do Catavento: 22, 23, 444
 BOUCHER: 176
 BOULANGER: 390
 BRAANCAMP, Hermano. Ver: SOBRAL, Hermano José Braancamp do
 BRAGA: 235, 341, 361
 BRAGA, José Gomes Ferreira: 65, 66
 BRAGA, Teófilo: 19, 444
 BRAGANÇA: 230, 341
 BRAGANÇA, Duque de. Ver: Pedro IV, D.
 BRANCO, Roque Ribeiro de Abranches Castello: 49, 146
 BRANDÃO: 385
 BRASIL: 9, 10, 21, 51, 59, 62, 64, 73, 96, 101, 102, 104, 118, 131, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 180, 216, 232, 243, 258, 262, 273, 292, 303, 353, 355, 388, 395, 442, 450
 BREDERODE, Luís Pedro de Andrade: 49
 BRIE, Dauray de: 404, 412, 414, 417, 426
 BRINOT: 418
 BRITES, D.: 392
 BRITO, Frei Bernardo de: 386
 BRITO, João Rodrigues de: 93, 94, 122, 266
 BROTERO, Avelar: 6
 BUCHANAN, David: 289
 BUENO, António Manuel da Silva: 156
 BUFFON: 3
 BURGUESIA: 94, 103, 117, 121, 142, 144, 165, 268, 269
 BURINY: 436
 CABO VERDE: 10, 116, 230, 342
 CABRAL, António Bernardo da Costa: 198
 CABRAL, F. A. da Costa: 444
 CABREIRA, Sebastião Drago Valente de Brito: 28, 33, 34, 35, 36, 37, 46, 48, 441, 444
 CACONDE: 418
 CADAVALISTAS: 31
 CADIZ: 165, 221, 406, 412, 425
 CAIRU, Visconde de: 443
 CAIXA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA: 127
 CALASANS, José: 444
 CÂMARA DOS COMUNS: 288
 CÂMARA DOS DEPUTADOS: 202, 203, 207, 246, 338, 344, 346, 349
 CÂMARA DOS GRANDES: 310
 CÂMARA DOS PARES: 200, 224
 CÂMARAS MUNICIPAIS: 105, 106, 107, 108, 110, 113, 189, 220, 230, 232, 234, 238, 246, 322, 336, 337, 338, 358, 364, 368, 372, 377, 379, 385

- CAMÕES: 69
 CAMPEÃO (O) PORTUGUÊS: 46, 444, 448
 CANAS: 439
 CANAVARRO, António Pereira: 173
 CANAVARRO, Filipe de Sousa: 41, 49
 CANELAS: 107
 CAPITALISMO: 118, 122
 CARBONÁRIA: 395, 396
 CARLOS VI (de França): 438
 CARMO, Bento Pereira do: 110, 144, 146, 147
 CARNEIRO, Manuel Borges: 93, 114, 131, 133, 158, 174, 176, 432, 444
 CARNEIRO, José Maria Lopes: 28, 29, 39
 CAROLINA DE INGLATERRA: 32
 CARQUEJA, Bento: 183
 CARTA CONSTITUCIONAL: XI, 57, 69, 79, 80, 85, 92, 170, 195, 198, 209, 210, 214, 218, 225, 226, 239, 241, 276, 307, 309, 444, 450
 CARTA PROMETIDA: 209, 210, 212, 214, 216, 218, 220, 222, 224, 226, 228, 230, 231, 232, 234, 236, 238
 CARVALHO, Joaquim de: 146
 CARVALHO, Joaquim Martins de: 263
 CARVALHO, Joaquim Pereira Anes de: 166, 266
 CARVALHO, Barnabé Mendes de: 191
 CARVALHO, José António Faria de: 213, 214, 229, 317, 318, 350
 CARVALHO, José Liberato Freire de: 72, 74, 444
 CARVALHO, José da Silva: 28, 29, 30, 33, 38, 39, 49, 51, 74, 187, 193, 249, 450
 CARVALHO, Manuel António: 281, 282
 CARVALHO, Manuel Vicente Teixeira de: 213, 214, 317, 318, 351
 CARVALHO, Teresa Vaz de: 15
 CASA DA MOEDA: 143, 274, 291, 293
 CASA DOS VINTE E QUATRO: 50
 CASCA, José: 22
 CASSIRER: 444
 CASTELA: 408, 411
 CASTELO BRANCO: 230, 342
 CASTELO BRANCO, Manuel: 146
 CASTILHO, Júlio de: 444
 CASTRO, António Manuel Lopes Vieira de: 194, 197, 198, 443
 CASTRO, Armando de: 96, 253, 255, 445
 CASTRO, Filipe Ferreira de Araújo e: 52, 68, 71, 73, 74, 446, 448
 CASTRO, João Francisco de: 386
 CASTRO, José da Gama e: 127, 449
 CASTRO, José Manuel Ferreira de Sousa e: 49, 51
 CASTRO, D. Manuel de Portugal: 213, 224, 228, 229, 231, 310, 312, 317, 318, 350, 351, 427
 CASTRO VERDE: 394
 CATARINA DE BRAGANÇA: 315
 CATAVENTO (O): 23, 445
 CENSURA: 88, 227, 228, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 444
 CHABY, António Bernardo Pereira: 61, 65, 66
 CHABY, Coronel: 57, 60
 CHAGAS, Pinheiro: 445
 CHANCELARIAS: 87
 CHANCELER-MOR: 238, 239, 314, 367, 380
 CHÃO DE COICE: 339
 CHAVECO (O) LIBERAL: 65, 67, 70, 74, 443
 CHAVES: 25
 CHAVES, Marquês de: 37, 44, 52
 CHINA: 293
 CHITTY: 185
 CIÊNCIA: 3
 CLERO: 119, 164, 165, 168, 217, 218, 224, 232, 236, 247, 306, 324, 353, 358, 363, 373
 CLERICALISMO: 88
 CLERMONT: 436
 CÓDIGO CIVIL: 56, 169, 206, 207, 359, 369, 370, 371, 372
 CÓDIGO COMERCIAL: 56, 82, 83, 123, 183, 184, 187, 188, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 270, 442, 445
 CÓDIGO COMERCIAL DO BRASIL: 206
 CÓDIGO CRIMINAL: 174, 383
 COELHO, António Fernandes: 208
 COELHO, José Maria Latino: 445
 COELHO, Possidónio M. Laranjo: 74, 445

- COIMBRA: 19, 20, 102, 230, 266, 267, 269, 314, 341, 394
- COLBERT: 128
- COMÉRCIO: 97, 98, 101, 102, 103, 104, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 123, 125, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 176, 177, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 198, 200, 202, 203, 205, 206, 245, 261, 267, 268, 278, 283, 284, 291, 292, 295, 358, 364, 366, 369, 382, 401, 448
- COMISSÃO DO COMÉRCIO: 190, 203, 266
- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO: 159
- COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA: 266
- COMISSÃO DA FAZENDA: 94, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 149, 272
- COMISSÃO DE LIQUIDAÇÃO: 126, 137
- COMISSÃO DE MARINHA: 148
- COMISSÃO NACIONAL DE CRÉDITO PÚBLICO: 126
- COMMENE, Princesa: 436
- COMPANHIA CONFIANÇA NACIONAL: 272
- COMPANHIA DE SEGUROS «BONANÇA»: 283
- COMPANHIA DE SEGUROS «SEGURANÇA»: 191
- COMPANHIA DOS VINHOS DO ALTO DOURO: 9, 26, 63, 89, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 201, 446, 447
- COMPÊNDIO: 251, 252, 257, 260, 267, 269, 270, 445
- COMPÊNDIO HISTÓRICO: 18
- CONDÉ, Príncipe de: 439
- CONDILLAC: 8
- CONIMBRICENSE (O): 69, 263, 445
- CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS: 88
- CONSELHO DE ESTADO: 52, 54, 89, 91, 170, 171, 172, 173, 224, 234, 235, 237, 309, 310, 361, 364, 365, 366, 367, 378, 386, 425
- CONSELHO ULTRAMARINO: 247
- CONSERVADORES: 88
- CONSPIRAÇÃO DO MOREIRA: 60
- CONSTÂNCIO, Solano: 252, 255, 262, 443
- CONSTANT, Benjamin: 88, 91, 445
- CONSTITUIÇÃO: 23, 46, 49, 51, 52, 53, 64, 75, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 104, 106, 131, 134, 161, 163, 166, 168, 169, 170, 175, 176, 177, 179, 180, 192, 193, 194, 200, 207, 210, 211, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 226, 237, 239, 302, 303, 304, 306, 307, 313, 316, 321, 322, 326, 328, 332, 334, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 362, 365, 367, 368, 382, 384, 385, 387, 388, 391, 396, 397, 398, 400, 401, 402, 403, 406, 408, 413, 414, 416, 425, 426, 428, 431, 445
- CONTRA-REVOLUÇÃO: 87, 89, 108, 117, 127, 144, 449
- CONVENÇÃO DE ÉVORA-MONTE: 448
- COPÉRNICO: 3
- CORRÊA, Paulo: 40
- CORREIA DA SERRA, Abade: 6
- CORREIA, João Eduardo Capa Horta: 445
- CORREIA, Maria Ermelinda dos Santos: XII
- CORREIO (O) DOS AÇORES: 70
- CORREIO (O) INTERCEPTADO: 23, 56, 63, 64, 83, 90, 91, 92, 93, 170, 234, 241, 263, 272, 441
- CORRESPONDÊNCIA DIPLOMÁTICA: 89
- CORTES: 22, 26, 34, 37, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 63, 82, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 103, 104, 105, 109, 110, 115, 117, 121, 123, 126, 128, 130, 138, 146, 148, 156, 158, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 174, 180, 187, 188, 194, 195, 200, 202, 207, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 227, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 257, 265, 266, 267, 271, 272, 302, 303, 304, 306, 307, 308, 309, 314, 315, 316, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 327, 328, 330, 332, 333, 334, 340, 341, 354, 355, 358, 360, 362, 363, 364, 365, 367, 372, 376, 377, 378, 383, 385, 386, 387, 388, 390, 393, 394, 401, 403, 405, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 425, 426, 427, 441, 442, 443, 445, 446, 449
- COSTA, António Esteves da: 281, 282, 283
- COSTA, Jaime Raposo da: 175, 445

- COSTA, João José Dias: 282
 COSTA, João Pinto da: 398
 COUTO, Manuel Martins do: 266
 COUTO, Mateus Valente do: 52, 54
 CRATO: 342
 CRÉDITO: 121, 122, 135, 139, 289
 CULLOCH, MC: 185, 252, 260, 295
 CUNHA, José Anastácio da: 6
 CULTOS: 317, 318, 319, 328, 363, 395

 DANTAS, José Maria. Ver: PEREIRA, José Maria Dantas
 DEMOCRACIA: 215, 403, 413, 427
 DENIS, Henri: 445
 DESCOBRIMENTOS: 5
 DESEMBARGO DO PAÇO: 237, 365, 399
 DESMARRETS: 128
 DESPOTISMO: 70, 128, 258, 303, 323, 403, 411, 417, 418, 438
 DIÁRIO DAS CORTES: 10, 51, 53, 56, 93, 94, 95, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 116, 117, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 140, 141, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 162, 163, 167, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 266, 267, 271, 272, 445
 DIÁRIO DO GOVERNO: 55, 56, 156, 157, 195
 DIAS, André Henrique dos Santos Correia Rodrigues: IX
 DIAS, Graça Silva: 12, 87, 209, 241, 446
 DIAS, José Sebastião da Silva: XI, 6, 12, 18, 26, 28, 31, 34, 87, 88, 89, 165, 209, 212, 218, 241, 445
 DIAS, Margarida Maria de Lacerda Pizarro Pinto: IX
 DIAS, Nuno José Pizarro Pinto: IX
 DICIONÁRIO JURÍDICO-COMERCIAL: 184, 185, 186, 243, 271, 443
 DIDEROT: 390
 DINIS, D.: 387
 DIPLOMACIA: 247
 DIREITO CAMBIAL: 200, 441
 DIREITO COMERCIAL: 21, 116, 120, 184, 185, 186, 205, 238, 259, 377
 DIREITO CIVIL: 184, 185, 238, 377, 381
 DIREITO ECLESIAÍSTICO: 7, 17, 19, 238
 DIREITO DAS GENTES: 7, 392
 DIREITO MARÍTIMO: 206, 238
 DIREITO NATURAL: 4, 16, 392
 DIREITO PÁTRIO: 17, 19
 DIREITO PÚBLICO: 7, 233
 DÍVIDA PÚBLICA: 116, 121, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 135, 137, 139, 141, 149, 180, 216, 258, 271, 283, 292, 303, 309, 439
 DINASTIA DE BRAGANÇA: 302
 DOMAT: 185
 DOURO: 96, 101, 102, 104, 110, 111, 112, 113
 DOUTRINAS ECONÓMICAS: 264
 DUARTE, D.: 315
 DUARTE, António Francisco Oliveira: 282
 DUFRESNES: 252
 DURIENSE, Josino: 22, 24, 441

 EÇA, António Júlio Pereira d': 65, 66
 ECONOMIA POLÍTICA: 27, 56, 68, 116, 118, 119, 120, 143, 185, 186, 203, 243, 245, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 274, 278, 282, 284, 286, 290, 442, 443, 448, 449
 EDMONDS: 252
 ELVAS: 342
 EMERIGON: 185
 EMIGRAÇÃO: 90
 EMPRÉSTIMO: 120, 123, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 151, 236, 262, 271, 278, 279, 287, 364
 ERMELINDA, Maria. Ver: CORREIA, Maria Ermelinda dos Santos
 ESCÓCIA: 204
 ESCOLA POLITÉCNICA DE LISBOA: 269
 ESPANHA: 27, 30, 31, 32, 36, 52, 93, 177, 204, 210, 219, 232, 270, 301, 303, 315, 316, 353, 396, 407, 409, 411, 412, 437
 ESPARTA: 410
 ESPÍRITO SANTO: 152
 ESTADO: 4, 91, 94, 106, 114, 119, 123, 129, 131, 136, 150, 164, 168, 169, 175,

- 179, 212, 214, 216, 218, 219, 221, 224,
225, 226, 232, 234, 236, 237, 239, 240,
241, 244, 246, 247, 260, 271, 272, 276,
285, 286, 289, 294, 296, 305, 306, 309,
310, 312, 318, 333, 335, 337, 356, 357,
364, 365, 367, 375, 380, 381, 384, 400,
402, 403, 407, 408, 409, 410, 411, 424,
425, 427, 429, 432, 434, 439
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: 143, 398
- ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE: 16, 17
- EUROPA: 3, 9, 158, 180, 196, 214, 216,
220, 287, 292, 294, 301, 302, 305, 313,
321, 327, 333, 396, 400, 402, 404, 408,
409, 410, 427, 432, 435, 436, 437, 438,
441, 442
- ESTREMADURA: 105, 110, 267
- ESTREMOZ: 399
- ÉVORA: 111, 342
- ÉVORA, Arcebispo de. Ver: SILVA, Fr.
D. Patrício da
- EXÉRCITO: 137, 246, 287, 368, 381
- EXPERIMENTALISMO: 3
- FACULDADE DE CÂNONES: 16, 17, 19
- FACULDADE DE LEIS: 16, 17, 19, 257, 269
- FARIA, José de Sousa Pimentel e: 28,
39, 46, 48
- FARO: 342
- FAZENDA: 126, 128, 129, 137, 141, 154,
180, 238, 244, 287, 348, 359, 370, 372,
373, 374, 375, 376, 377, 382, 383
- FEBRÓNIO: 18, 19
- FEIJÓ, Diogo: 156
- FEIO, António Pinto Barreto: 29, 42
- FEIO, José Victorino Barreto: 114
- FEIO, Tibúrcio Joaquim Barreto: 43
- FEIRA: 230, 342
- FERRÃO, António: 64, 65, 446
- FERMAT: 1
- FERNANDO, D.: 386
- FERNANDO, (de Aragão): 403
- FERREIRA, José da S.: 15
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro: 68, 71, 73,
74, 75, 92, 196, 205, 213, 446, 448, 449
- FERRIER: 264
- FICALHO, condessa de: 64
- FIGUEIRA DA FOZ: 102
- FILANGIÉRI: 8, 88, 222, 427
- FILIPE II: 314, 386
- FINANÇAS: 10, 125, 148, 243, 244, 247,
369, 374, 376, 377, 448
- FISCO: 244
- FISIOCRATISMO: 5, 88, 103, 443, 445
- FLANDRES: 204
- FLEURY: 18
- FONSECA, António da Silveira Pinto: 28,
32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44,
45, 49, 50, 88
- FONSECA, Carlos da: 257, 262, 447
- FONSECA, Joaquim Roque da: 203, 446
- FONSECA, Manuel da Silveira Pinto. Ver:
CHAVES, Marquês de
- FORJAZ, Adrião. Ver: SAMPAIO, Adrião
Forjaz
- FOUCAULT, Michel: 446
- FRANÇA: 204, 287, 288, 289, 326, 390,
407, 409, 413, 435
- FRANÇA, Luís Paulino de Silveira Pinto
da: 152
- FRANK: 185
- FRANCO, Francisco Soares: 51, 93, 108,
114, 267
- FRANZINI, Marino Miguel: 172, 292
- FREIRE, Agostinho José: 73, 131, 171, 193
- FREIRE, Alexandre Moreira: 60, 65, 66
- FREIRE, Pascoal José de Mello: 386, 393
- FREITAS, José Fortunato Ferreira de Cas-
tro e: 400
- FREITAS, J. J. Ferreira de: 22
- FRIBURG: 439
- FRONTEIRA, Marquês da: 11, 446
- GALHARDO, António Rodrigues: 271
- GALILEU: 3, 244
- GANILH: 252
- GARNIER: 252
- GARRETT, J. B. da Silva Leitão de Al-
meida: 22, 443
- GAZETA DE LISBOA: 214, 282, 283, 286,
446
- GENTIL, António Máximo Cobeiro de
Azevedo: 208
- GERALDES, João Rodrigues: 266
- GIDE, Charles: 446

- GIL, António. Ver: SARMENTO, Domingos António Gil de Figueiredo
- GIRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira: 104, 105, 107, 110, 111
- GLÓRIA, D. Maria da. Ver: MARIA II. D.
- GODIM: 107
- GODINHO, Vitorino de Magalhães: 446
- GOMES. Ver: BRAGA, José Gomes Ferreira
- GOMES, Marques: 193
- GORDO, Monsenhor José Ferreira: 213, 225, 228, 229, 300, 317, 318, 350, 351
- GONÇALVES, Luís da Cunha: 183, 206, 446
- GORJÃO, João Damásio Roussado: 446
- GOUVEIA: 220
- GOUVEIA, Francisco Velasco de: 386
- GOVERNO: 90, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 136, 137, 139, 140, 149, 152, 162, 178, 188, 209, 216, 219, 220, 223, 224, 226, 227, 231, 232, 233, 236, 241, 246, 259, 264, 265, 271, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 287, 295, 303, 306, 312, 313, 314, 317, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 331, 332, 347, 354, 356, 359, 362, 385, 392, 393, 400, 402, 403, 405, 407, 408, 411, 412, 413, 418, 426, 428, 436, 439
- GRADUALISMO: 87, 88, 89, 165, 212
- GRANT, Maxwel: 36, 40
- GRÃO PARÁ: 152
- GRÉCIA: 330, 415, 435
- GRÉGOIRE: 88
- GUADIANA: 402
- GUARDA: 230, 342
- GUEDES, Isidoro: 269
- GUEDES, Manuel Vaz Pinto: 29, 33, 39
- GUERNER, Christovão: 97, 446
- GUERRA CIVIL: 52, 217
- GUERREIRO, José António: 90
- GUIÃO, António José: 213, 214, 219, 220, 227, 228, 229, 317, 318, 321, 334, 350, 352
- GUIDA. Ver: DIAS, Margarida Maria de Lacerda Pizarro Pinto
- GUIMARÃES: 230, 341
- GUIMARÃES, Manuel Ribeiro: 282
- GURGOT: 185
- HARVEY: 3
- HAZARD, Paul: 446
- HEINÉCIO: 18, 185
- HELVÉCIO: 6, 390
- HENNET: 252, 284, 295
- HENRIQUE I (de Castela): 409
- HENRIQUE I (de França): 437
- HENRIQUE III: 409
- HENRIQUE IV (de Castela): 412
- HENRIQUE, Cardeal D.: 386
- HENRIQUE, Conde D.: 392, 393
- HENRIQUES, Afonso D.: 313, 314, 392, 393, 394, 396, 405
- HERCULANO, Alexandre: 193
- HERMITA, Monge Pedro: 436
- HERTALDO: 18
- HESPANHA, António Manuel: 217, 234
- HOBBS, Tomás: 6, 431
- HOLT: 185
- HUGENS: 3
- IGNÁCIO, Agostinho: 15
- ILHAS ADJACENTES: 149, 150, 151, 230, 296, 340, 342, 376
- IMPOSTOS: 129, 132, 133, 135, 136, 138, 141, 245, 374, 376, 377
- IMPrensa: 147, 156, 190, 213, 217, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 312, 327, 328, 329, 330, 331, 351, 352, 430
- IMPrensa CONTRA-REVOLUCIONÁRIA: 88
- IMPrensa RADICAL: 89
- IMPrensa RÉGIA: 247
- ÍNDIA: 230, 342
- INDÚSTRIA: 94, 95, 103, 104, 119, 123, 125, 132, 133, 143, 146, 149, 150, 151, 152, 258, 262, 284, 295, 312, 358
- INFANTA D. ISABEL DE SABOIA: 315
- INFANTA REGENTE, (Isabel Maria): 280, 281, 286, 295
- INGLATERRA: 10, 12, 55, 60, 101, 110, 112, 117, 132, 142, 160, 204, 206, 220, 245, 280, 288, 289, 325, 326, 327, 391, 409, 415

- INOCÊNCIO. Ver: SILVA, Inocêncio Francisco
 INQUISIÇÃO: 88, 244
 INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: 87
 INSTRUÇÃO: 265, 450
 INVASÕES FRANCESAS: 12, 25
 ISABEL, (de Castela): 408
 ITÁLIA: 204, 390, 436, 437

 JAMES, Emile: 447
 JOÃO I, D.: 386
 JOÃO II, D.: 387
 JOÃO II, (da Catalunha): 412
 JOÃO III, D.: 386
 JOÃO IV, D.: 315, 322, 360
 JOÃO VI, D.: 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 57, 59, 63, 79, 82, 90, 91, 144, 209, 210, 211, 212, 216, 234, 303, 355, 388, 396, 444, 448
 JOÃO, Prestes: 314
 JOÃO, S.: 436
 JORGE IV: 32
 JOSÉ, D.: 8, 9, 428
 JOSEFA, Catarina: 15
 JÚNIOR, António José Miranda: 283
 JÚNIOR, João dos Santos Silva: 191
 JÚNIOR, José Ferreira Pinto: 198
 JUNOT: 24
 JUNTA DO COMÉRCIO: 143, 267, 358
 JUNTA DOS JUROS E DO COMÉRCIO: 247, 294
 JUNTA PREPARATÓRIA DA CARTA: 213, 214, 215, 217, 218, 220, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 231, 233, 240, 299, 300, 301, 307, 310, 313, 316, 400, 441
 JUNTA PROVISIONAL DO SUPREMO GOVERNO DO REINO: 11, 44, 47, 48, 49, 50
 JURADOS: 173, 311
 JURISCONSULTO: 183, 184, 186, 191, 192, 193, 196, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 243, 251, 256, 259, 283, 429, 447, 448
 JURISPRUDÊNCIA: 184, 206, 377, 442
 JUSTIÇA: 94, 173, 174, 201, 202, 205, 221, 222, 234, 238, 270, 304, 315, 323, 368, 369, 405, 430, 433, 434

 JUSNATURALISMO: 7, 88, 221

 KING, lord: 288, 289
 KOPKE, Joaquim Augusto: 191

 LACERDA, Gaspar Teixeira de Magalhães e: 50
 LAFÕES, Duque: 6
 LAICISMO: 88
 LAGOS: 342
 LAMEGO: 107, 230, 313, 319, 320, 342, 385, 387, 388, 390, 391, 393, 397, 398, 399
 LARANJO, José Frederico: 27, 252, 256, 447
 LARCHER, Joaquim: 203
 LAUDERDALE: 252
 LAVRADIO, Conde de: 72, 73, 75, 447
 LAW: 128
 LEAL, António José: 15
 LEÃO, Duarte Nunes: 386, 392
 LEIRIA: 230, 239, 339, 341
 LEI: 4, 55, 58, 59, 86, 91, 101, 102, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 118, 119, 123, 135, 138, 142, 143, 144, 161, 163, 166, 167, 168, 174, 176, 183, 184, 185, 187, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 215, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 233, 234, 236, 237, 240, 253, 258, 260, 267, 268, 285, 292, 293, 294, 304, 305, 306, 307, 309, 310, 312, 314, 315, 322, 323, 324, 331, 333, 334, 335, 343, 350, 352, 353, 354, 356, 358, 360, 362, 367, 368, 370, 371, 375, 377, 378, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 392, 393, 412, 419, 420, 422, 423, 424, 425, 426, 428, 429, 430, 434, 435, 436, 439, 449
 LESSA, Duarte: 28, 29, 38
 LESSING: 446
 LIBERALISMO: 5, 87, 94, 121, 148, 212, 220, 221, 222, 226, 241, 245, 249, 414, 420, 423, 445, 447, 448
 LIBERDADES: 55, 70, 80, 88, 94, 109, 145, 155, 165, 167, 168, 175, 213, 214, 216, 217, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 240, 245, 258, 265, 303, 312, 317, 327,

- 328, 329, 330, 331, 351, 352, 356, 363, 381, 404, 406, 410, 420, 422, 423, 424, 425, 426, 439
- LICURGO: 416
- LIMA, Francisco José de Barros: 49
- LIMA, José António de Abreu: 193, 222, 387, 389
- LINHARES: 339, 342
- LISBOA: 30, 32, 33, 36, 41, 44, 45, 47, 54, 55, 63, 66, 83, 86, 114, 143, 144, 146, 147, 149, 159, 160, 161, 176, 178, 188, 193, 198, 213, 230, 231, 233, 235, 266, 267, 269, 275, 276, 290, 338, 341, 361, 366, 402, 442
- LISBOA, José da Silva: 21, 255, 256, 262, 443
- LIVRE-CAMBISMO: 88, 93, 95, 154, 251, 261
- LLOYDS: 191
- LOBÃO: 183
- LOBO, Almeida: 392
- LOCKE, John: 5, 447
- LOJAS MAÇÓNICAS: 28
- LONDRES: 186, 244, 293, 415
- LOPES, João António: 65, 66
- LORVÃO: 392
- LOUREIRO, Fernando Pinto: 252, 447
- LOUREIRO, João Bernardo da Rocha: 71, 444, 447
- Luís IX (de França): 438
- Luís XVI: 324
- Luís, José: 65
- Luís, o Gordo (de França): 437
- MABLY: 88, 390, 393
- MAÇAIÔ: 152
- MACAU: 230, 342
- MACEDO, José Agostinho de: 442
- MACEDO, Jorge Borges de: 447
- MACEDO, Rodrigues de: 170
- MACEDO, Sousa: 91, 166, 171
- MACHADO, J. T. Montalvão: 67, 447
- MAÇONARIA: 12, 87, 88, 221, 390, 391, 395, 396, 397, 404, 415, 416, 425, 432, 438, 439, 446
- MADALENA: 266
- MADEIRA, Ilha da: 230, 231, 342
- MADUREIRA, Francisco de Sousa de Cirne: 49, 50, 51
- MAGALHÃES, Barbosa de: 183, 186, 188, 256, 257, 259
- MAGALHÃES, João de Sousa Pinto de: 40, 213, 214, 223, 225, 228, 306, 307, 319, 351, 352
- MAGALHÃES, José Calvet: 447
- MAGALHÃES, José Estêvão Coelho de: 269
- MAIA, José Joaquim da Silva: 63, 64, 447
- MAIOR, João da Cunha Sotto: 28, 29, 39, 49, 52
- MALTHUS, Thomas: 252, 263, 264, 447
- MARGIOCHI, Francisco Simões: 138, 139, 141, 175, 193
- MARIA I, D.: 448
- MARIA II, D.: 58, 59, 63, 68, 69, 79, 82, 91, 188, 194, 195, 207, 441, 443, 448
- MARIA, Fernando Cardoso: 282
- MARIA DA FONTE: 241
- MARINHA: 137, 143, 146, 154, 155, 160, 287
- MARION: 409, 412
- MARQUARD: 185
- MARRECA, Oliveira: 269
- MARSHALL: 185
- MARTELO, Jerónimo: 386, 408, 411
- MARTINHADA: 22, 49, 88, 92
- MARTINI: 18, 386
- MARTINS, Oliveira: 64
- MÁRTIRES, D. Frei Bartolomeu dos: 179
- MATA, Caeiro da: 272, 447
- MEDICINA FORENSE: 205, 442
- MEDRÕES, Abade de. Ver: MIRANDA, Inocêncio António de
- MELGAÇO: 399
- MELLO, Fr. António de: 397
- MELO, Carvalho e. Ver: POMBAL, Marquês de
- MELLO, Pascoal José de. Ver: FREIRE, Pascoal José de Mello
- MELLO, Pedro Leite Ferreira de: 49, 50, 51
- MEMÓRIAS ECONÓMICAS: 101
- MENEZEZ, Alberto Carlos de: 232, 233, 234, 354, 355, 386

- MENEZES, António João de: 52
MENEZES, José Pereira de: 28, 29, 30, 33, 39
MERCADORES: 96
MERCANTILISMO: 5, 250, 447
MERCÊS: 208
MERÊA, Paulo de: 18, 217, 257, 448
MERCIER DE LA RIVIÈRE: 88
MERLIN: 185
MESÃO FRIO: 107, 397
MIDOSI, Paulo: 443
MIGUEL, D.: 11, 53, 58, 61, 62, 64, 65, 68, 74, 76, 78, 81, 209, 442, 443, 444, 446, 448
MIGUELISMO: 241
MILL, J.: 252, 260
MILLAR: 185
MINISTÉRIO DA FAZENDA: 273, 279, 281
MINISTÉRIO PÚBLICO: 199
MINISTÉRIOS: 199, 208, 238, 240, 246, 247, 286, 324, 236, 357, 358, 367, 368, 379, 383
MINISTROS: 131, 132, 134, 139, 140, 170, 171, 172, 187, 188, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 208, 211, 214, 225, 229, 236, 244, 247, 248, 271, 273, 275, 309, 310, 311, 322, 323, 346, 350, 357, 363, 367, 368, 370, 379, 395, 401, 428, 443, 445
MINHO: 105, 113, 392, 402
MIRABEAU: 390, 435
MIRANDA: 341
MIRANDA, Inocêncio António de: 114
MIRANDA, Manuel Gonçalves de: 114, 193
MODERADOS: 87, 89, 165, 212
MOLLOY: 185
MONARQUIA: 91, 162, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 226, 227, 231, 233, 235, 302, 303, 304, 305, 306, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 322, 326, 327, 332, 333, 334, 354, 359, 386, 388, 400, 405, 410, 425, 432, 435, 437, 441
MONCADA, Luís Cabral de: 448
MONÇÃO: 102
MONCORVO: 341
MÓNICA, Maria Teresa: 22, 28
MONIS, Francisco João: 138
MONIZ, Francisco António Pamplona: 29, 43
MONOPÓLIOS: 101, 142, 255
MONTEIRO, Francisco Xavier: 134, 266
MONTEIRO, José de Sousa: 448
MONTEIRO, Luís: 152
MONTESQUIEU: 8, 88, 386, 404, 413, 446
MOORE: 25
MORAT: 436
MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão: 90, 193, 213, 217, 218, 226, 228, 229, 231, 233, 266, 317, 318, 350, 351, 448
MOREIRA, brigadeiro. Ver: FREIRE, Alexandre Moreira
MOREIRA, Jacinto Pimentel: 65
MOURA, António F. de: 15
MOURA, João António Ferreira de: 52, 54
MOURA, José Joaquim Ferreira de: 22, 23, 49, 50, 88, 108, 121, 131, 166, 170, 171, 173, 444, 445
MULLEV: 185
NAÇÃO: 51, 54, 57, 93, 106, 109, 110, 113, 114, 118, 119, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 148, 152, 162, 166, 167, 168, 173, 175, 180, 187, 205, 211, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 226, 234, 235, 236, 239, 244, 246, 250, 255, 258, 261, 262, 265, 268, 269, 286, 290, 292, 295, 296, 301, 302, 303, 304, 306, 307, 315, 316, 318, 319, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 330, 334, 335, 357, 358, 360, 362, 363, 364, 365, 367, 370, 373, 374, 375, 377, 378, 380, 382, 383, 385, 387, 388, 389, 392, 394, 395, 402, 403, 404, 405, 408, 410, 414, 417, 425, 427, 428, 429, 432, 433, 439
NAPOLEÃO. Ver: BONAPARTE, Napoleão
NATAL: 152
NAVEGAÇÃO: 358, 382
NECKER: 128
NEGOTIORUM GESTÃO POLÍTICA: 80
NEPOMUCENO, João: 399

- NEUVILLE: 62
 NEVES, José Acúrcio das: 255, 256, 447, 448
 NEWTON: 3
 NOBREZA: 91, 119, 168, 217, 218, 224, 232, 236, 239, 306, 353, 357, 358, 360, 363, 364, 373, 379, 382, 408, 409, 410
 NOGUEIRA, Ricardo Raimundo: 213, 217, 226, 229, 231, 317, 318, 350
 NORLINGUE: 439
 NUMA, Pompílio: 394
 NUNO. Ver: DIAS, Nuno José Pizarro Pinto

 OLHÃO, Marquês de: 213
 OLIVEIRA, Joaquim Gomes de: 211
 OLIVEIRA, Manuel José de: 442
 ORÇAMENTO: 119, 129, 130, 131, 134, 246, 247, 248, 292
 ORDENAÇÕES: 183, 221, 386, 438, 441
 OURÉM: 341
 OURIQUE: 342, 394

 PACTO COLONIAL: 142
 PALINURO (O): 64, 443
 PALMELA, Duque de: 60, 61, 63, 193, 211, 213, 214, 215, 216, 220, 224, 225, 231, 232, 233, 234, 241, 301, 355, 390, 396, 398, 401, 448
 PANCORVO, Bartolomeu: 97
 PANDO, José Maria: 34
 PAPEL MOEDA: 123, 124, 140, 141, 149, 271, 272, 275, 283, 285, 288, 289, 295, 296
 PARAÍBA: 152
 PARIS: 390
 PARK: 185
 PARLAMENTO VINTISTA: 87, 89, 94, 95, 106, 108, 111, 112, 113, 118, 120, 121, 122, 126, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 139, 144, 147, 148, 156, 157, 159, 161, 162, 163, 166, 170, 173, 174, 177, 180, 210, 212, 227, 271, 285
 PARNELL: 252
 PASCAL: 3
 PASQUIER: 409

 PASSOS, Carlos: 448
 PASSOS, José da Silva: 194, 448
 PASSOS, Manuel da Silva: 71, 83, 196, 202, 448
 PATRIARCA, Cardeal: 64, 89, 178, 236, 237, 364, 365
 PATRIARCAL: 287
 PATRÍCIO D., Cardeal Patriarca: 64
 PATULEIA: 241
 PEÇANHA, Francisco António de Almeida Morais: 105, 109, 110
 PECKIO: 185
 PEIXOTO. Ver: QUEIROZ, José Peixoto Sarmento
 PEDRO II, D.: 315, 387, 405
 PEDRO IV, D.: 58, 59, 60, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 82, 162, 163, 164, 187, 200, 204, 214, 249, 308, 360, 444, 448
 PEDDRO IV (de Aragão): 410
 PEGAS: 183
 PENAFIEL: 230, 341
 PENAJÓIA: 107
 PEREIRA, Ângelo: 448
 PEREIRA, Francisco Barroso: 130, 138
 PEREIRA, Inácio Perestrelo Marinho: 61, 65, 66
 PEREIRA, José Bento: 200
 PEREIRA, José Esteves: XI, 7, 68, 270, 448
 PEREIRA, José Maria Dantas: 213, 217, 225, 228, 229, 230, 317, 318, 319, 337, 338, 339, 340, 341, 343, 349, 350, 351
 PEREIRA, Miriam Halpern: 448
 PERES, Damião: 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 280, 282, 447, 448
 PERESTRELO. Ver: PEREIRA, Inácio Perestrelo Marinho
 PERNAMBUCO: 152
 PETERSBURGO: 251
 PERREAU: 419
 PHOSEN: 185
 PIMENTEL, José de Sousa. Ver: FARIA, José de Sousa Pimentel e.
 PINHEL: 339
 PINTO, Agostinho Albano da Silveira: 28, 30, 269, 449
 PINTO, António Joaquim de Gouveia: 266

- PINTO, Manuel Vaz. Ver: GUEDES, Manuel Vaz Pinto
- PILLET: 415
- PITT: 128
- PIZARRO, Rodrigo Pinto: 71, 210, 448, 449
- PFEFFEL: 409
- PLACÊNCA: 436
- POLÉMICA: 68, 71
- POLÍCIA: 247, 275, 279, 359, 368, 369, 372, 373, 431, 438
- POLÍTICA: 2, 67, 70, 180, 246
- POMBAL, Marquês de: 8, 9, 97, 110, 128, 447, 449
- PORTALEGRE: 266, 342
- PORTO: 2, 15, 22, 23, 26, 29, 30, 31, 33, 34, 39, 47, 48, 50, 74, 82, 85, 97, 100, 101, 102, 103, 109, 110, 111, 113, 115, 143, 162, 175, 178, 188, 189, 190, 191, 192, 198, 201, 202, 203, 222, 230, 266, 267, 269, 275, 276, 338, 342, 388, 389, 402
- PORTO FRANCO: 160
- PORTO SANTO, ilha de: 230, 342
- PORTUGAL: 9, 25, 30, 31, 32, 34, 46, 52, 53, 57, 60, 68, 74, 84, 91, 103, 110, 113, 118, 129, 130, 139, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 160, 161, 162, 163, 164, 183, 186, 204, 214, 215, 230, 241, 243, 247, 248, 252, 256, 257, 258, 262, 264, 270, 288, 293, 301, 302, 303, 304, 308, 314, 327, 334, 340, 341, 342, 355, 384, 387, 388, 392, 395, 396, 402, 405, 414, 415, 427, 437, 442
- PORTUGAL, D. Manuel de. Ver: CASTRO, D. Manuel de Portugal
- POTHIER: 185
- Povo: 168, 189, 210, 211, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 236, 246, 248, 258, 259, 264, 283, 301, 302, 303, 304, 306, 307, 310, 314, 321, 324, 325, 328, 329, 332, 333, 334, 358, 363, 364, 373, 376, 385, 399, 396, 402, 403, 405, 406, 410, 412, 414, 426, 428, 430, 431, 432, 435, 436, 438, 442
- PROCLAMAÇÕES: 36, 46, 47
- PRODUTO NACIONAL: 255
- PROGRESSISTAS: 88
- PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO: 174, 224, 228, 231, 237, 239, 240, 241, 299, 300, 305, 316, 334, 354
- PROTECCIONISMO: 93, 95
- PRÚSSIA: 204
- PUFENDORF: 5
- QUEIRÓS, José Peixoto Sarmento: 105, 107, 114, 176
- QUELUZ, visconde de: 64
- QUESNAY: 250
- RACIONALISMO: 3
- RADEMAKER, José Basílio: 213, 225, 300
- RADICALISMO: 87, 88, 89, 108, 165, 210, 241
- RANGEL, Manuel Pamplona Carneiro: 34
- RAMOS, Luís A. de Oliveira: 449
- RAMSAY: 220, 401, 405
- RAU: 252
- RECROI: 439
- REGALISMO: 88
- REGÊNCIA: 68, 70, 71, 105, 107, 235, 360, 361, 362, 363, 413, 449
- REGENERAÇÃO: 40, 444
- REGO, Luís do: 52
- RECIFE: 143, 152
- REI: 54, 58, 91, 105, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 179, 189, 190, 192, 193, 195, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 231, 232, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 244, 249, 286, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 316, 319, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 330, 334, 338, 347, 349, 350, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 382, 383, 384, 385, 387, 388, 393, 394, 395, 396, 398, 402, 405, 406, 408, 410, 411, 412, 413, 425, 426, 427, 435, 436
- REIS, António Joaquim dos: 282
- REIS, Pascoal de Melo Freire dos: 7

- RELEGOS: 111
 RELIGIÃO: 4, 51, 59, 215, 216, 220, 222, 223, 226, 227, 228, 236, 302, 303, 304, 306, 317, 318, 319, 327, 328, 329, 330, 331, 351, 362, 363, 381, 384, 388, 395, 396, 398, 426
 RENDUFE, Barão de: 193
 RESENDE: 390, 396, 398, 399
 RESENDE, André de: 386
 RESENDE, marquês de: 73
 REVOLUÇÃO PORTUGUESA DE 1820: 11, 13, 23, 27, 31, 87, 89, 143, 147, 164, 165, 220, 302, 402, 424, 443, 446, 448, 449, 450
 REVOLUÇÃO DE SETEMBRO: 106, 192, 199, 241
 REVOLTA DOS MARECHAI: 241
 REVOLTA DE TORRES NOVAS: 241
 RIBATEJO: 339
 RIBEIRO, Domingos de Almeida: 191
 RIBEIRO, João Pinto: 23, 386
 RIBEIRO, Thomas: 449
 RICADO, David: 252, 253, 254, 295, 449
 RICHELIEU: 128
 RICHERAND, Barão de: 186
 RIEGER: 18
 RIO DE JANEIRO: 142, 144, 152, 157, 164, 179, 180, 245
 RIO GRANDE DO NORTE: 152
 RIO GRANDE DE S. PEDRO: 152
 RIO, Manoel Alves do: 130, 138, 152, 173, 282
 RIST, Charles: 446
 ROBERTSON: 390, 407, 408, 410, 411, 412, 436, 439, 440
 ROCHA, João Bernardo da. Ver: LOUREIRO, João Bernardo da Rocha
 ROCHA, Coelho da: 18
 ROCHEFOUCAULD: 406
 RODRIGUES, Manuel Augusto: XI
 ROMA: 244, 330, 410, 415
 ROMA, Carlos Morato: 193
 ROUSSEAU: 8, 88, 218, 314, 390, 393, 407
 RÚSSIA: 148, 210, 264
 SAMPALHO, Adrião Forjaz de: 257, 269, 270, 449
 SAMPALHO, Conde de: 50, 51, 52
 SAMPALHO, José de Sousa Pereira. Ver: SAMPALHO, conde de
 SANTA CATARINA: 152
 SANTA MARIA, Ilha de: 230, 342
 SANTA MARTA: 107
 SANTA MARTA, visconde de: 64
 SANTARÉM: 230, 313, 341
 SANTOS: 152
 SANTOS, Ana Margarida de Jesus: 15
 SANTOS, Clemente José dos: 47, 54, 212, 213, 233, 240, 449
 SANTOS, António Ribeiro dos: 6, 7, 448
 SANTOS, Fernando Piteira: 103, 449
 SÃO LUÍS, Fr. Francisco: 44, 49, 50, 193
 SÃO LUÍS DO MARANHÃO: 152
 SÃO MIGUEL DO OUTEIRO: 102
 SÃO MIGUEL, Ilha de: 230
 SÃO PAULO: 152, 162
 SARMENTO, Alexandre Thomaz de Moraes: 114, 171
 SARMENTO, Domingos António Gil de Figueiredo: 28, 33, 36, 39, 40, 46, 48
 SAVEDRA: 386
 SAY, Jean Baptist: 251, 252, 257, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 443, 449
 SCARNICHA, Jaime Chaves: 65
 SCHNEIDER, Susan: 97, 449
 SEARÁ: 152
 SEBASTIÃO, D.: 314
 SEGNIER: 390
 SEIXAS, Romnaldo António de: 52
 SENS: 439
 SEPARATISMO: 144, 145, 146
 SEPÚLVEDA, Bernardo de Corrêa Castro: 28, 29, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 88, 90
 SÉRGIO, António: 449
 SERRA, Correia da, Abade: 6
 SERRÃO, Joel: 96, 445, 449
 SERTÓRIO: 394
 SETEMBRISMO: 83, 192, 193
 SETÚBAL: 230, 341
 SHMALTZ: 295
 SILBERT, Albert: 142, 449

- SILVA, António Carlos R. A. Macedo e.
Ver: ANDRADA, António Carlos Ribeiro de.
- SILVA, A. de Moraes: 437
- SILVA, Augusto dos Santos: 269
- SILVA, Azevedo e: 187
- SILVA, Ciriaco da: 262
- SILVA, Cunha e: 207
- SILVA, Fernando José: 282
- SILVA, Francisco Gomes da: 28, 29, 39, 49
- SILVA, Inocêncio Francisco da: 22, 188, 194, 233, 447
- SILVA, José Gonçalves dos Santos: 28, 29, 39
- SILVA, José Pedro Cardoso da: 29, 43, 46, 48
- SILVA, Manuel Emídio da: 203, 282
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da: 449
- SILVA, D. Fr. Patrício da: 213, 214, 219, 220, 227, 231, 235, 318, 319, 321, 327, 332
- SILVEIRA, António da. Ver: FONSECA, António da Silveira Pinto da
- SILVEIRA, Manuel da. Ver: CHAVES, marquês de
- SILVEIRA, Mousinho da: 74, 90, 193, 445
- SINÉDRIO: 27, 28, 29, 30, 103, 108
- SINTEOLOGIA: 68, 119, 243, 244, 246, 249, 262, 271, 442
- SÍRIA: 435
- SISMONDI: 252
- SMITH, Adam: 5, 88, 154, 250, 252, 253, 254, 269, 434, 449
- SOBERANIA: 166, 167, 173, 175, 195, 211, 215, 219, 236, 303, 322, 323, 324, 332, 333, 334, 356, 359, 363, 364, 373, 393, 402, 406, 407, 412, 442
- SOBERANO CONGRESSO: Ver: PARLAMENTO VINTISTA
- SOBRAL, Hermano José Braancamp: 50, 152, 171
- SOBRARVE, Foro de: 386
- SORIANO, Simão José da Luz: 11, 37, 47, 49, 64, 65, 211, 449
- SOLON: 416
- SOLOR: 230, 342
- SOULT: 25, 162
- SOUSA, José Manuel Ferreira: 50
- SOUSA, Manuel Faria e: 386
- SOUSA, Marnoco e: 252, 447
- SPINOZA: 5
- STOCKLER, Francisco de Borja Garção: 213, 217, 224, 225, 229, 231, 300, 317, 318, 343, 347, 350
- STORCH, Henri: 27, 68, 119, 251, 252, 257, 264, 265, 269, 270, 284, 289, 295, 449
- STRIK: 185
- STRUVIO: 185
- STUART, Charles: 59
- SUBÁGOA, António Bandeira Monteiro.
Ver: VASCONCELOS, António Bandeira Monteiro Subágoa e
- SUBSERRA, Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real, Conde de: 241
- SULLY: 128
- TAIBNER, Silvério: 282
- TAREJA, D. 392
- TAVIRA: 342
- TEIXEIRA, António Braz: 449
- TEIXEIRA, João dos Santos: 15, 229
- TEIXEIRINHA: 65
- TELLES, José Xavier: 20
- TERCEIRA, Duque da: 193
- TERCEIRA, Ilha da: 230, 242
- TESOURO: 124, 126, 127, 131, 134, 135, 137, 138, 141, 244, 273, 285, 294, 388, 433, 434, 439
- TIMOR: 230, 342
- TOMAR: 230, 314, 339, 341, 386
- TOMÁS, Manuel Fernandes: 10, 22, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 36, 37, 38, 42, 45, 49, 50, 88, 126, 144, 158, 167, 173
- TORGAL, Luís Reis: 127, 265, 449, 450
- TORO, Batalha de: 398
- TORRES, António José de: 65
- TORRES VEDRAS: 341
- TRACY: 264
- TRANCOSO: 230, 342
- TRÁS-OS-MONTES: 104, 105
- TRATADO DE METHUEN: 96, 110
- TRATADO DE VESTEFÁLIA: 110

- TRAVASSOS, Francisco de Paula: 130, 138
 TRAZIMENO: 439
 TREBIA: 439
 TRIBUNAIS: 161, 172, 174, 176, 177, 178, 187, 189, 194, 196, 197, 198, 202, 220, 221, 222, 223, 224, 227, 228, 237, 238, 239, 240, 247, 269, 306, 307, 311, 323, 325, 327, 331, 332, 334, 355, 357, 358, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 374, 377, 378, 379, 383, 386, 395, 410, 412, 429
 TRIGOSO, Francisco Manuel. Ver: MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão
 TURGOT: 252
 TURENA: 439
 TURENA, Visconde de: 439
 ULTRAMAR: 136, 146, 149, 152, 226, 271, 317, 319
 UNIVERSIDADE DE COIMBRA: 6, 16, 17, 18, 103, 162, 232, 238, 257, 266, 267, 371, 379, 441, 445, 446
 UNIVERSIDADE DE HEIDELBERG: 205
 UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA: 18
 VALENÇA: 341
 VALENCIENNES: 439
 VALIN: 185
 VALLE, Augusto do: 208
 VALOR MOEDA: 254
 VALOR DE TROCA: 253, 254
 VALOR DE UTILIDADE: 253, 254
 VAN ESPEN: 18
 VANZELLER, Francisco: 114
 VARGUES, Isabel Nobre: 265, 450
 VASCONCELOS, António Bandeira Monteiro Subágoa: 220, 222, 390, 396, 398, 399
 VASCONCELOS, J. J. dos Reis e: 62
 VASCONCELOS, Manuel de: 173
 VATTEL: 8
 VENEZA: 413
 VERDELHO, Telmo dos Santos: 450
 VERNEY, Luís António: 6
 VERONA, Congresso de: 450
 VETO: 89, 90, 169, 170, 214, 324, 391, 425, 442
 VIANA DO CASTELO: 102, 230, 341
 VIANA, António: 74, 450
 VIANA, João Ferreira: 28, 29, 38
 VIGÁRIO DE VICTÓRIA: 153
 VILAFRANCADA: 53, 209, 213, 223
 VILA FRANCA DE XIRA: 210, 277
 VILA MAIOR, Visconde de: 97
 VILA REAL: 230, 341
 VILA REAL, Conde de: 73, 76
 VILA VIÇOSA: 342
 VINHO: 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 110, 113, 115, 117, 143, 145, 149, 150, 151, 445, 449
 VINNIO: 185
 VINTISMO: 87, 212, 215, 445, 449
 VIRADEIRA: 9
 VIVANTE: 259
 VISEU: 230, 342
 VOLTAIRE: 390, 391, 407
 VOTO: 217, 218, 219, 227, 228, 229, 230, 235, 236, 237, 238, 240, 246, 270, 301, 302, 311, 313, 317, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 339, 340, 350, 351, 355, 361, 364, 365, 366, 367, 369, 385, 413, 414
 WALPOLE, Sir Robert: 244
 WHATELY, Richard: 252, 259
 WILLIAM, Nassan: 252
 WOLASTON: 390
 WOLF: 5
 XAVIER, Cândido José: 52, 73, 76, 448
 ZAMA: 439
 ZAMOLXIS: 416
 ZURITA: 409, 410, 411, 412

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	XI
ESCLARECIMENTO	1
INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO I — A VIDA, A CARREIRA, A ACTIVIDADE	15
— A Organização dos Estudos Jurídicos.....	16
— O Estudante em Coimbra	19
— O Advogado	20
— A Produção Poética	23
— As Invasões Francesas e a Sua Acção no Porto.....	25
— A Fundação do Sinédrio	27
— A Conspiração em movimento	30
— Os Militares na Revolução	34
— O Manifesto de Cabreira e a Resposta de Ferreira Borges	36
— O 24 de Agosto	46
— Da Junta Provisional à Martinhada	49
— O Início dos Trabalhos Parlamentares	51
— Ferreira Borges Conselheiro de Estado	52
— A Vilafrancada — Carta a D. João VI	53
— O Exílio e os Trabalhos Jurídicos	56
— A Carta Constitucional	57
— Duas Palavras sobre o Chamado Assento das Cortes	58
— A Chamada Conspiração do Moreira	60
— O Novo Exílio — A Obra Jurídica, Económica e Política	67
— A polémica em Torno da Questão da Regência.....	68
— A polémica com Silvestre Pinheiro Ferreira.....	71
— A Revolução de Setembro e os Juramentos	83
CAPÍTULO II — ACTIVIDADE NO PARLAMENTO VINTISTA	87
O Economista nas Bancadas do Congresso	93
— A Companhia dos Vinhos do Alto Douro	96
— O Pessoal da Companhia e a sua Autoridade.....	98
— Os Poderes da Companhia	101

— As Cortes e a Reforma da Companhia	104
— A Relação da Companhia com as Câmaras da Região.....	106
— O Papel de Ferreira Borges	108
— A Decisão Parlamentar	114
O Banco de Lisboa e a Dívida Pública	116
— A Criação do Banco de Lisboa	121
— A Dívida Pública.....	126
— A Delimitação da Dívida	130
O Problema do Brasil	142
— As Relações Comerciais	144
— A Necessidade de Incrementar a Marinha	154
— O Contencioso com os Deputados Brasileiros	156
— O Separatismo	161
Da Organização Judicial à Defesa dos Princípios Liberais	164
— A Questão da Soberania Nacional	166
— O Problema do Veto	169
— Do Conselho de Estado.....	170
— O Processo dos Jurados.....	173
— Os Tribunais de Comércio.....	176
— As Relações Provinciais	177
— A Dignificação do Funcionalismo	178
— O Patriarca e o Juramento das Bases	178
— Os Desembolsos do Banco do Brasil	179
CAPÍTULO III — JOSÉ FERREIRA BORGES — O JURISCONSULTO... ..	183
O Dicionário Jurídico-Comercial	184
Organização e Fontes	184
O Projecto de Código Comercial	187
A Organização das Praças Comerciais	188
O Tribunal Comercial	189
A Fundação da Associação Comercial do Porto	190
O Setembrismo e a Renúncia aos Cargos	192
— O Decreto de Reforma do Código	196
— O Apoio das Associações Mercantis	202
— O Código Comercial e as suas Repercussões	204
CAPÍTULO IV — A CARTA CONSTITUCIONAL PROMETIDA	209
Os trabalhos da Junta encarregada do projecto da Carta de Lei	213
— As actas das sessões da Junta	218
— Votos sobre os cultos, formas de governo e liberdade de imprensa...	226
— A lei eleitoral	229
Um projecto de Carta de Lei Fundamental do Estado	232

CAPÍTULO V — PUBLICAÇÕES SOBRE ECONOMIA POLÍTICA — CONCEPÇÕES ECONÓMICAS.....	243
Princípios de Sintelologia	243
— A Defesa do Regime Liberal	245
— Da Necessidade do Orçamento de Estado.....	247
— Da Necessidade da Organização Administrativa	248
As Instituições de Economia Política	249
— Da Necessidade de um Compêndio.....	251
— Valor de Utilidade e Valor de Troca.....	253
— O Produto Nacional	255
— As Instituições no Contexto da História da Economia em Portugal	256
— A Relação Economia Política-Direito Comercial.....	259
— A Livre Circulação de Bens	261
A Importância da Instrução	265
— A Economia Política nas Cortes Constituintes.....	265
— As Primeiras Aulas	268
O Folheto «Do Banco de Lisboa»	271
— O Estalar da Crise	273
— Os Relatórios da Administração	277
— O Folheto de Ferreira Borges	280
— As Causas	290
APÊNDICE DOCUMENTAL	297
— Doc. I — 1. ^a Conferência da Junta (...)	300
— Doc. II — Discurso de Palmela na primeira reunião da Junta.....	301
— Doc. III — Primeiras linhas da Lei Fundamental da Monarquia Por- tuguesa e [Proposição de João de Sousa Pinto de Magalhães etc.]...	306
— Doc. IV — [Proposição de D. Manoel de Portugal e Castro]	310
— Doc. V — Voto separado de Sr. desembargador Joze Antonio de Oliveira Leite na 1. ^a Conferência.....	313
— Doc. VI — Votos sobre os cultos e outros sobre forma de governo	317
— Doc. VII — Votos separados sobre a forma de governo dos Srs. Arce- bispo e António Jose Guião.....	321
— Doc. VIII — Projecto de lei das eleições.....	336
— Doc. IX — Quesitos sobre a formação da 2. ^a Câmara [seguido de respostas]	343
— Doc. X — Votos separados sobre a proposta das leys	350
— Doc. XI — Votos sobre a liberdade de Imprensa	351
— Doc. XII — Le projet pour l'organisation des trois Etats du Royaume (...)	353
— Doc. XIII — Offício de envio e Projecto de Carta de Lei Funda- mental da Monarquia [de Alberto Castro de Menezes].....	354
— Doc. XIV — [Projecto de António Jose de Brito d'Abreu de Lima]	387

— Doc. XV — Memória em forma de representação de [António Bandeira Monteiro Subágoa]	390
— Doc. XVI — Ofício de envio e Hidrodynamica Política (...).	400
FONTES E OBRAS DE CONSULTA.....	441
ÍNDICE ONOMÁSTICO E IDEOGRÁFICO	451
ÍNDICE GERAL	467

Composto e impresso por
Tipografia Guerra, Viseu

Instituto Nacional de Investigação Científica